



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**“EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS”: CULTURA ESCOLAR DO
ENSINO SECUNDÁRIO SERGIPANO (1873-1934)**

MARIA EDNA SANTOS

**São Cristóvão (SE)
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

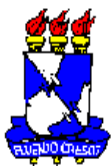
**“EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS”: CULTURA ESCOLAR DO
ENSINO SECUNDÁRIO SERGIPANO (1873-1934)**

MARIA EDNA SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Sergipe
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Educação.

Orientadora: Professora Dr^a. Silvana Aparecida
Bretas

**São Cristóvão (SE)
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



MARIA EDNA SANTOS

**“EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS’: CULTURA ESCOLAR DO
ENSINO SECUNDÁRIO SERGIPANO (1873-1934)”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 27.08.2021

Prof.ª Dr.ª Silvana Aparecida Bretas (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Paulo Sérgio Marchelli
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Profa. Dra. Josefa Eliana Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Junior
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Dra. Simone Silveira Amorim
Universidade Tiradentes/ UNIT

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2021**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Maria Edna

S237e “Exames geraes de preparatorios”: cultura escolar do ensino secundário sergipano (1873-1934) / Maria Edna Santos ; orientadora Silvana Aparecida Bretas. – São Cristóvão, SE, 2021.

350 f.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Educação - História - Sergipe. 2. Ensino secundário - Sergipe. 3. Exames. 4. Sergipe - Estudo e ensino (Superior). I. Bretas, Silvana Aparecida, orient. II. Título.

CDU 373.58(813.7)(091)

A Ediene Maria e José Edmilson, meus pais e exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer àqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho, pessoas que me impulsionaram, desafiaram e me reergueram todas as vezes que pensei que não chegaria até aqui, dadas as dificuldades encontradas no caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus pela fé e paciência em me mostrar que os seus planos e tempo são sempre maiores e melhores que os meus. Mesmo que o caminho pareça tortuoso, os frutos sempre serão recompensadores! A Ti também agradeço pela manutenção da minha saúde em tempos de pandemia, em que estar vivo é uma providência divina.

Àqueles que edificaram o meu caráter e maiores exemplos de honestidade, dedicação e amor: meus pais, Ediene Maria e José Edmilson, que nunca pouparam esforços para investir na educação de seus filhos, mesmo com todas as dificuldades de uma cidadezinha do interior. Vocês são a materialização deste sonho! A minha fortaleza!

Aos meus irmãos, Samuel e Rodrigo, por todo apoio, companheirismo e momentos compartilhados. Obrigada também pelos maiores presentes que vocês e minhas cunhadas, Islaine e Juciara, me deram: Andrey, Heitor e Alice (e Inácio que está a caminho), sobrinhos tão amados, cheios de energia e vida. Amo vocês!

A Elaine que, ainda que seja prima, é uma irmã. Obrigada por todo o incentivo, pela escuta e amor que são recíprocos ao longo dessas três décadas das nossas vidas. Ao seu irmão, Netinho (*in memoriam*) que, embora tenha nos deixado de forma tão precoce e dolorosa, deixou a sensação de que a missão dele havia se cumprido. A sua alegria e vontade de viver permanecerão conosco. Olha por nós daí, meu primo!

A minha madrinha Nívea e a Sandro por serem tão solícitos e amigos como também aos nossos pequenos Larissa e Lucas. É uma alegria poder compartilhar as minhas escolhas e conquistas com vocês!

A minha orientadora Silvana Bretas pela acolhida e palavras reconfortantes desde os nossos primeiros contatos. Sempre a considerei símbolo de ética e comprometimento acadêmico desde as aulas de graduação. Obrigada pela sensibilidade em ter notado o brilho dos meus olhos diante do então objeto de pesquisa, pelas sugestões e indicações tão precisas e valiosas para a construção e melhora do texto. À senhora, toda minha gratidão e admiração!

Aos professores da Banca de Qualificação, Ana Márcia Barbosa, João Paulo Gama e Luiz Eduardo Oliveira, pela leitura atenta e contribuições para a elaboração da tese.

À Banca de Defesa, composta pelas professoras Josefa Eliana Souza, Raylane Navarro Barreto e Simone Silveira Amorim; e os professores Péricles Andrade e Paulo Sérgio Marchelli, pela prontidão na aceitação do convite, leitura atenta e sugestões pertinentes para a melhora do texto final.

A Christianne Gally, pela correção ortográfica e gramatical do texto. Obrigada pelo trabalho cuidadoso e pela disponibilidade.

Não posso deixar de agradecer aos professores Dr. Fábio Alves e Dr. Jorge Carvalho. A Fábio, pelas trocas e ensinamentos nos dois semestres de tirocínio docente cursados em suas disciplinas do curso de Pedagogia e pelas conversas pós aulas, sempre recheadas de História da Educação e dilemas da vida. Ao professor Jorge, pela confiança e caminhos abertos antes mesmo do meu ingresso no Doutorado. Obrigada pelas palavras reconfortantes e sábias ao longo desses anos!

À professora Dra. Eva Maria, pelos anos de trabalhos desenvolvidos no CEMAS, experiências que me tornaram pesquisadora e traçaram o meu caminho até aqui. À senhora, o meu respeito e gratidão!

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, pelos aprendizados compartilhados.

Àqueles amigos que a Academia me presenteou: Cibele, Wênia, Sayonara e Waldinei. Obrigada pelas horas de conversa e compartilhamento de angústias. O carinho que sinto por vocês vai muito além do universo acadêmico, é para vida! Tenho certeza de que a correria e distâncias pós-doutorado não deixarão os nossos laços desatarem!

Àqueles de longa data: Amanda, Janaína, Talita, Ayslan, Yuri, Fagner, Filipe, Fábio e Constantino. Farei jus ao orgulho que sentem quando falam “temos uma amiga doutora”. Obrigada por estarem sempre ao meu lado. Amo vocês!

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pelo apoio financeiro da bolsa de estudos.

Por fim, fica a certeza de que sozinha este sonho não seria possível, que a vida exige redes de apoio que vão além da Academia, pessoas que nos segurem, encorajem e compreendam. Sou feliz e grata a Deus por tê-los ao meu lado e tornado a caminhada mais agradável.

Que venham os novos e bons tempos!

*O exame não é uma formalidade vã, é uma exhibição de habilitações
especiaes (Jornal de Sergipe, 22 de março de 1881, Ano XVI, nº 22, p. 1).*

RESUMO

A presente tese tem por objeto de investigação os exames gerais de preparatórios em Sergipe, durante o período de 1873 a 1934. O objetivo central é analisar o processo de institucionalização desses exames no ensino secundário sergipano, em face das contribuições que trouxeram para as instituições e estudantes secundaristas, a fim de reconstruir parte da cultura escolar por meio das ações e rituais desenvolvidos para o preparo e ingresso dos candidatos nos cursos superiores. O recorte temporal se justifica a partir do levantamento e análise das fontes. O ano inicial corresponde ao Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873, que validou e implantou comissões de exames de preparatórios nas Províncias onde não havia faculdades, a exemplo de Sergipe. O ano final, 1934, foi definido a partir da Reforma Francisco Campos (Decreto nº 21.241 de 18 de novembro de 1932) que suprimiu os preparatórios, dando lugar aos exames vestibulares. Embora a Reforma date de 1932, houve um período de ressalvas e adaptações ao novo regime. Com isso, o ano final foi definido com base na análise do último livro de atas localizado, em que foram levantados os resultados dos exames realizados em dezembro de 1934. Para tanto, foram identificadas duas instituições que funcionaram como aplicadoras dos preparatórios em Sergipe, portanto, *locus* da presente investigação: o Atheneu Sergipense e o Colégio Parthenon Sergipense – no entanto, sem perder de vista aquelas que formaram a sua clientela para a prestação desses exames. Sobre o caminho metodológico percorrido, a tese segue aquele pautado nos pressupostos da História da Educação, sob a perspectiva da Nova História Cultural, atendendo aos conceitos de instituições escolares e capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998); exames, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2009); cultura escolar, segundo Viñao Frago (1994; 1995); e disciplinas escolares, de Chervel (1990). As fontes documentais escolhidas, localizadas em acervos físicos e digitais, são múltiplas: regulamentos, decretos, relatórios de presidentes, livros de atas, livros de inscrição, certificados de habilitação, declarações, jornais e o *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925). Dessa forma, defende-se a tese de que os exames gerais de preparatórios, como parte da cultura escolar do ensino secundário sergipano nas últimas décadas do século XIX e início do XX, trouxeram contribuições significativas tanto para as instituições envolvidas, quanto para os candidatos que a eles se submeteram. Além disso, auxiliaram os jovens estudantes na busca pelo fortalecimento e perpetuação do capital cultural, tendo em vista que permitiram o acesso aos estudos de níveis mais elevados. Dessa maneira, a pesquisa buscou reconstruir a história de um regime tão criticado pelos clássicos da historiografia, contribuindo, assim, para a História da Educação sergipana, sobretudo para os trabalhos que pautam as temáticas da avaliação discente e ensino secundário.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Ensino Superior. Exames Gerais de Preparatórios. História da Educação. Sergipe.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the general preparatory exams in Sergipe, from 1873 to 1934. The main objective is to analyze the process of institutionalization of these exams in secondary education in Sergipe, given the contributions they brought to institutions and students high school students. They helped to rebuild part of the school culture through the actions and rituals developed for the preparation and admission of candidates in higher education. I justify the time frame from the survey and analysis of sources. The initial year corresponds to Decree No. 5.429 of October 2nd, 1873, which validated and implemented commissions for preparatory examinations in Provinces where there were no faculties, such as Sergipe, Brazil. I defined the final year, 1934, based on the Francisco Campos Reform (Decree No. 21,241 of November 18th, 1932), which suppressed the preparatory exams, giving way to vestibular exams. Although the Reformation dates back to 1932, there was a period of reservations and adaptations to the new regime. Thus, I defined the final year based on the analysis of the last minute book located. The results of the exams carried out in December 1934 were collected. The locus of the present investigation was Atheneu Sergipense and Colégio Parthenon Sergipense. However, without forgetting those who gathered clients for the provision of these exams. Regarding the methodology, I followed the one based on the assumptions of the History of Education, from the perspective of the New Cultural History. This choice considered the concepts of school institutions and cultural capital by Pierre Bourdieu (2013; 1998); exams, by Pierre Bourdieu, and Jean-Claude Passeron (2009); school culture according to Viñao Frago (1994; 1995); and school subjects by Chervel (1990). The documental sources chosen, located in physical and digital collections, are multiple: regulations, decrees, presidents' reports, minutes books, registration books, qualification certificates, declarations, newspapers, and the Sergipano Bio-Bibliographic Dicionario (GUARANÁ, 1925). Therefore, I defend the thesis that the general preparatory exams, as part of the school culture of secondary education in Sergipe in the last decades of the 19th and early 20th century, brought significant contributions both to the institutions involved and to the candidates who attended them. Besides, they helped young students in the search for the strengthening and perpetuation of cultural capital, considering that they allowed access to higher-level studies. Thus, the research sought to reconstruct the history of a regime so criticized by the classics of our historiography, thus contributing to the History of Education in Sergipe, above all to the works that guide the themes of student evaluation and secondary education.

Keywords: Secondary Education. Higher education. General Preparatory Exams. History of Education. Sergipe.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto de investigación los exámenes generales preparatorios en Sergipe, de 1873 a 1934. El objetivo principal es analizar el proceso de institucionalización de estos exámenes en la educación secundaria en Sergipe, dados los aportes que vinieron a las instituciones y estudiantes de secundaria, con el fin de reconstruir parte de la cultura escolar a través de las acciones y rituales desarrollados para la preparación y admisión de candidatos a cursos de educación superior. El marco de tiempo se justifica a partir de la encuesta y el análisis de fuentes. El año inicial corresponde al Decreto No. 5.429 del 2 de octubre de 1873, que convalidó e implementó comisiones para exámenes preparatorios en Provincias donde no existían facultades, como Sergipe, Brasil. El último año, 1934, se definió a partir de la Reforma Francisco Campos (Decreto N ° 21.241 del 18 de noviembre de 1932), que suprimió los exámenes preparatorios, dando paso a los exámenes de ingreso. Aunque la Reforma se remonta a 1932, hubo un período de reservas y adaptaciones al nuevo régimen. Con ello, se definió el año final a partir del análisis del libro de última hora ubicado, en el que se recogieron los resultados de los exámenes realizados en diciembre de 1934, locus de la presente investigación: el Atheneu Sergipense y el Colégio Parthenon Sergipense, sin embargo, sin perder de vista a quienes formaban sus clientes para la realización de estos exámenes. En cuanto al camino metodológico recorrido, la tesis sigue que partiendo de los supuestos de la Historia de la Educación, bajo la perspectiva de la Nueva Historia Cultural, teniendo en cuenta los conceptos de institución escolar y capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998); exámenes, de Pierre Bourdieu y Jean-Claude Passeron (2009); cultura escolar según Viñao Frago (1994; 1995); y asignaturas escolares de Chervel (1990). Las fuentes documentales elegidas, ubicadas en fondos físicos y digitales, son múltiples: reglamentos, decretos, informes de presidentes, libros de actas, libros de registro, certificados de calificación, declaraciones, periódicos y el Diccionario Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925). Así, definiendo la tesis de que los exámenes preparatorios generales, como parte de la cultura escolar de la educación secundaria en Sergipe en las últimas décadas del siglo XIX y principios del XX, aportaron importantes aportes tanto a las instituciones involucradas como a los candidatos que asistieron. Y más aún: ayudaron a los jóvenes estudiantes en la búsqueda del fortalecimiento y perpetuación del capital cultural, dado que les permitieron acceder a estudios superiores. Así, la investigación buscó reconstruir la historia de un régimen tan criticado por los clásicos de nuestra historiografía, contribuyendo así a la Historia de la Educación en Sergipe, sobre todo a los trabajos que orientan los temas de evaluación de estudiantes y educación secundaria.

Palabras-clave: Educación Secundaria. Enseñanza Superior. Exámenes Preparatorios Generales. Historia de la Educación. Sergipe.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Fontes levantadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS	36
Quadro 02 - Modelos de avaliação discente realizados no Atheneu Sergipense e localizados no acervo do CEMAS	38
Quadro 03 - Decretos de criação e regulamentação do regime dos preparatórios no ensino secundário brasileiro, 1854-1932	46
Quadro 04 – Definição de instrução (pública/particular) secundária a partir das reformas educacionais, 1854-1932	56
Quadro 05 - Características gerais do funcionamento dos exames de preparatórios nas instituições de ensino secundário, 1854-1935	62
Quadro 06 - Significados e valores numéricos dos conceitos avaliativos dos exames de preparatórios, 1854-1935	66
Quadro 07 - Determinações legais destinadas aos envolvidos durante o funcionamento dos exames de preparatórios, 1854-1935	68
Quadro 08 - Instruções aos candidatos durante a realização dos exames de preparatórios, 1869-1927	75
Quadro 09 - Inscrições nos exames de preparatórios na capital e Províncias/Estados do país, 1861-1906.....	80
Quadro 10 - Propostas de remodelação do método avaliativo para a matrícula nos cursos superiores, 1890-1932	81
Quadro 11 - Distribuição das disciplinas dos cursos do Atheneu Sergipense, 1873	109
Quadro 12 - Distribuição das disciplinas por professor, 1873	109
Quadro 13 - Instabilidades enfrentadas pela Escola Normal de Sergipe, 1870-1901	112
Quadro 14 - Os exames gerais de preparatórios dentre os pontos de pauta, 1871-1916	114
Quadro 15 - Os exames gerais de preparatórios dentre os pontos de pauta, 1916-1926	116
Quadro 16 - Relação dos diretores e secretários do Atheneu Sergipense durante o funcionamento dos exames de preparatórios, 1873-1934	119
Quadro 17 -Disciplinas preparatórias exigidas para a matrícula nas Academias (por curso), 1879	122
Quadro 18 - Disciplinas preparatórias exigidas para a matrícula nas Academias (por curso), 1901	123
Quadro 19 - Lista de pontos dos exames de Português, Latim, Francês e Inglês, 1874	124
Quadro 20 - Lista de pontos dos exames de Aritmética, Álgebra e Geometria, 1874	126
Quadro 21 – Lista de pontos do exame de Filosofia, 1874	127
Quadro 22 - Lista de pontos do exame de Geografia, 1874	128
Quadro 23 - Lista de pontos do exame de Retórica e Poética, 1874	130
Quadro 24 - Apresentação dos programas nos jornais – 1873,1874, 1876, 1911..	133
Quadro 25 - Exames de preparatórios e de madureza divulgados no jornal <i>O Estado de Sergipe</i> , 1909-1910	148
Quadro 26 - Exames de preparatórios realizados no Colégio Parthenon Sergipense, 1880	156
Quadro 27 - Distribuição das disciplinas por professor do Colégio Parthenon Sergipense, 1881	157

Quadro 28 - Número de matriculados X número de inscritos, Colégio Parthenon Sergipense, 1879-1882	159
Quadro 29 – Alunos egressos do Colégio Parthenon Sergipense	159
Quadro 30 - Demonstrativo das instituições e aulas avulsas (públicas e particulares) criadas em Sergipe, 1870-1926	165
Quadro 31 - Anúncios e propagandas de instituições secundárias de Sergipe, 1897-1930	167
Quadro 32 - Levantamento dos anúncios das aulas avulsas particulares de nível secundário e de cunho preparatório	174
Quadro 33 - Relação dos jornais utilizados, 1871-1930	181
Quadro 34 - Levantamento das edições dos jornais que se referem aos exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1873-1930	182
Quadro 35 - Editais de inscrição de preparatórios localizados nos jornais, 1874-1930	183
Quadro 36 - Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1873	190
Quadro 37 - Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1874	190
Quadro 38 - Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1875	193
Quadro 39 - Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1876	194
Quadro 40 - Candidatos que prestaram os exames de preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1873 a 1876 e posteriores formações acadêmicas	195
Quadro 41 - Resultados dos exames de preparatórios, 1879-1880	198
Quadro 42 - Candidatos que prestaram os exames de preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1879 a 1881 e posteriores formações acadêmicas	202
Quadro 43 - Inscrições nos exames de preparatórios, 1889-1890	209
Quadro 44 - Resultado dos exames de preparatórios, fevereiro de 1897 (referentes à primeira época de 1896)	214
Quadro 45 - Inscrições nos exames de preparatórios, 1902-1903	217
Quadro 46 - Resultados dos preparatórios de conjunto aplicados no Atheneu Sergipense, 1909-1911	219
Quadro 47 - Deliberações das bancas examinadoras na imprensa, 1873-1910	221
Quadro 48 - Levantamento dos exames de preparatórios, 1922-1934	224
Quadro 49 - Levantamento das aprovações x reprovações, 1922-1934	225
Quadro 50 - Total de candidatos inscritos (homens x mulheres), 1922-1934	226
Quadro 51 - Levantamento dos candidatos sergipanos e de outros Estados, 1922-1934	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prédio do Atheneu Sergipense, localizado na Avenida Ivo do Prado, 1926	100
Figura 2 – Capa do programa para os exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1883	132
Figura 3 – Declaração de exame de preparatório apresentado ao Atheneu Sergipense, 1890	145
Figura 4 – Recorte do <i>Jornal de Sergipe</i> (28-1-1880). Em destaque: anúncio do Colégio Parthenon Sergipense	153
Figura 5 – Recorte do jornal <i>O Estado de Sergipe</i> (13-12-1902)	162
Figuras 6 e 7 – Recortes do jornal <i>O Estado de Sergipe</i> (22-1-1911). Em destaque: anúncios do Grêmio Escolar (Aracaju) e do Colégio Nossa Senhora das Victórias (Maruim)	169
Figuras 8 e 9 – Recortes do jornal <i>A Cruzada</i> (18-1-1925). Em destaque: anúncios do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (Aracaju) e do Colégio Diocesano São José (Maruim)	170
Figura 10 – Recorte do jornal <i>A Cruzada</i> (7-2-1926). Em destaque: anúncio do Colégio Nossa Senhora do Carmo (São Cristóvão)	170
Figura 11 – Recorte do jornal <i>A Cruzada</i> (16-3-1924). Em destaque: anúncio do Colégio São José (Bahia)	173
Figuras 12 e 13 - Recortes dos jornais <i>Gazeta de Sergipe</i> (31-3-1930, Ano IV, nº 690, p. 4) e <i>Gazeta do Povo</i> (24-4-1926, Ano II, nº 435, p. 3). Em destaque: anúncios das aulas particulares dos professores Manuel Franco Freire e Helvécio de Andrade	175
Figuras 14 e 15 - Recortes dos jornais <i>Gazeta de Sergipe</i> (31-3-1930, Ano IV, nº 690, p. 4) e <i>A Notícia</i> (28-7-1896, Ano I, nº 115, p. 3). Em destaque: anúncios das aulas particulares dos professores Manuel José dos Santos Mello e Luiz Carlos da Silva Lisboa	176
Figuras 16 e 17 - Recortes do <i>Jornal do Aracaju</i> (31-10-1874) e do <i>Jornal de Sergipe</i> (6-11-1880). Em destaque: editais de inscrição	185
Figura 18 - Recorte do jornal <i>O Democrata</i> (22-10-1883). Em destaque: edital de inscrição	186
Figuras 19 e 20 - Recorte do jornal <i>A Notícia</i> (13-1-1897) e do jornal <i>O Estado de Sergipe</i> (11-12-1902). Em destaque: editais de inscrição	186
Figuras 21 e 22 - Recortes do jornal <i>O Estado de Sergipe</i> (28-2-1909) e do jornal <i>Gazeta do Povo</i> (27-10-1924). Em destaque: editais de inscrição	187
Figura 23 - Recorte do jornal <i>Gazeta de Sergipe</i> (18-2-1930). Em destaque: edital de inscrição	187
Figura 24 - Declaração de inscrição, 1889	207
Figura 25 - Guia/comprovante de inscrição e pagamento, 1889	208

LISTA DE SIGLAS

APESE	Arquivo Público do Estado de Sergipe
BPED	Biblioteca Pública Epifânio Dória
CEMAS	Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense
FAPITEC	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
PIIC	Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica
POSGRAP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
SE	Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. “EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS” NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1854 E 1935	43
2.1. Origem, criação e estruturação	44
2.1.1. Ordenamentos e prerrogativas	52
2.1.2. Caracterização dos exames de preparatórios	61
2.1.3. Tentativas de remodelação	78
3. “EM VIRTUDE DO ATO DO GOVERNO GERAL QUE VALIDOU OS EXAMES DE PREPARATORIOS NAS PROVINCIAS DO IMPERIO”: IMPLANTAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM SERGIPE	95
3.1 Atheneu Sergipense: primeira instituição aplicadora.....	97
3.1.1. Os cursos de Humanidades e Normal do Atheneu Sergipense: relações com a a implantação e funcionamento dos preparatórios.....	104
3.1.2 Programas de ensino vs. programas dos exames de preparatórios: adequações	121
3.1.3 Momentos de incertezas e embates: suspensões e restabelecimentos dos exames no Atheneu Sergipense	134
4. O COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE E OUTRAS INSTITUIÇÕES/AULAS AVULSAS	151
4.1. O Colégio Parthenon Sergipense: mais uma instituição aplicadora e formadora	152
4.2. Instituições/aulas preparatórias	164
5. “ACTOS OFFICIAES”	178
5.1. “Faço publico para os exames geraes de preparatorios”: divulgação dos editais	179
5.2. “Exames geraes de preparatorios feitos na delegacia da instrucção publica nesta capital”: análise dos resultados e identificação dos sujeitos, 1873-1934	188
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
7. REFERÊNCIAS	235
ANEXOS	250

1. INTRODUÇÃO

Não sabemos si para o Sr. Sebrão, que vae preguiçosamente administrando esta província, o decreto do Sr. João Alfredo sobre os exames de preparatórios tem a mesma importância que para nós. Como quer que seja, embora convençam-nos que clamamos no deserto, continuamos a prestar maior atenção ao assumpto. (*A Liberdade*, 7 de janeiro de 1874, Ano I, nº 40, p. 1).

A presente tese tem como objeto de estudo os exames gerais de preparatórios¹ em Sergipe entre os anos de 1873 e 1934. O objetivo central é analisar o processo de institucionalização desses exames no ensino secundário sergipano, face às contribuições que trouxeram para as instituições e estudantes secundaristas, a fim de reconstruir parte da cultura escolar a partir das ações e rituais que foram desenvolvidos para o preparo e ingresso dos candidatos nos cursos superiores.

Para tanto, duas instituições foram tomadas como *lócus* de investigação, por serem as únicas, a partir da análise das fontes, que aplicaram os exames em Sergipe durante o período delimitado: o Atheneu Sergipense e o Colégio Parthenon Sergipense. No entanto, não foram aqui desconsideradas aquelas que funcionaram apenas como preparatórias, ao ofertarem as disciplinas exigidas para a matrícula nos cursos superiores.

O marco temporal se justifica a partir do levantamento e análise das fontes. O ano inicial, 1873, corresponde ao Decreto nº 5.429 de 2 de outubro de 1873, que validou e implantou comissões de exames de preparatórios nas Províncias onde não havia faculdades – mesmo que essas instituições não fossem equiparadas ao Colégio Pedro II, mas que ofertassem os conhecimentos básicos e apresentassem condições do ponto de vista estrutural, a exemplo do Atheneu Sergipense – a fim de estimular os estudos secundários e facilitar aos candidatos a entrada nas Academias. O ano final, 1934, foi definido a partir de alguns pontos considerados cruciais:

- Para a escrita do projeto de tese, havia definido 1926 como o ano final a partir das leituras dos trabalhos de Nunes (1984) em que destaca o Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926, criado pelo Estado de Sergipe com base na reforma empreendida por João Luiz Alves, conhecida também como Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925), que buscou suprimir os preparatórios e implantar um novo modelo - os vestibulares - e que, a referida autora estabelece como o fim dos preparatórios em solo sergipano. No entanto, a partir das análises dos decretos e fontes levantadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense –

¹ Adotou-se, para o título da presente tese, a denominação de “exames geraes de preparatorios” por ser a expressão mais utilizada nos documentos oficiais. Porém, outras formas também são usadas ao longo do texto, como: exames de preparatórios, exames parcelados de preparatórios (por possuírem um caráter parcelado, divididos por disciplina) ou somente preparatórios e/ou exames.

CEMAS,² notou-se que tal ordenamento e reforma não foram postos em prática e os preparatórios continuaram sendo aplicados em Sergipe;

- Para o Exame de Qualificação, foi feita a primeira alteração, definindo o ano de 1932 como o ano final do funcionamento dos preparatórios em Sergipe. Tal período corresponde ao Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932 que consolidou a reforma estabelecida por Francisco Campos, na qual, dentre as suas principais determinações, suprimia o regime dos preparatórios no Brasil, dando lugar aos exames vestibulares;
- À medida que o levantamento e análise de fontes iam avançando, o marco final, por consequência, era alterado. Essas alterações ocorreram até meados do segundo semestre de 2020, período em que foram concluídas as análises de todas as fontes localizadas. Por fim, mesmo sabendo que os preparatórios foram extinguidos pela Reforma Francisco Campos, vale ressaltar que houve um período de adaptação do novo modelo e que as instituições secundárias continuaram aplicando os preparatórios, e as Academias os aceitando por mais alguns anos, conforme aconteceu em Sergipe. Desse modo, fechou-se o marco em 1934 a partir de duas fontes localizadas no CEMAS: livro de atas e livro de inscrição de preparatórios datados entre os anos de 1926 e 1934, que correspondem às últimas épocas de aplicações dos exames em Sergipe.

Assim, o período delimitado e calculado em 61 anos de funcionamento do regime dos preparatórios em Sergipe já o consagra como parte da cultura escolar secundarista, permitindo, também, outras formas de interpretá-lo e problematizá-lo: como um regime que durou décadas tem sido interpretado apenas por meio dos “males” que causou ao ensino secundário, sendo que era uma expressão³ do mesmo? Tendo em vista que os exames se constituíram como parte da cultura escolar secundarista, busca-se, a partir dessa indagação e do processo de institucionalização e funcionamento em Sergipe, apresentar as contribuições que eles também trouxeram tanto para os estabelecimentos de ensino secundário quanto para a formação dos candidatos.

² O CEMAS é um arquivo escolar do Atheneu Sergipense fundado no ano de 2005, onde estão salvaguardadas as fontes da instituição datadas entre os anos de 1848 e 1970, todas descritas em guias, catalogadas e organizadas. Desenvolvi, como bolsista, entre os anos 2011 a meados de 2019, diversas atividades neste acervo, desde o manuseio documental à catalogação e projetos científicos.

³ O termo “expressão” será utilizado em alguns momentos, servindo para designar os exames de preparatórios no cenário do ensino secundário, tendo o mesmo significado de: parte de um todo, uma das formas de oferta e finalidade, ou seja, os exames não serão tratados de forma alheia ao secundário, mas como uma de suas partes, assim como o era o modelo das aulas avulsas.

Se, em Sergipe, o regime dos preparatórios durou pouco mais de seis décadas, em nível nacional, bateu a marca de 80 anos – criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo então ministro Couto Ferraz, por meio do Decreto nº 1.331-A. Foram oito décadas que renderam e, ainda, rendem muitos debates, não a respeito dos preparatórios em si e a sua finalidade, mas por terem contribuído para a descentralização do ensino. Oito décadas marcadas por acontecimentos históricos, sociais e políticos, a exemplo da ruptura entre o período imperial e republicano, diversos regimes, reformas e modos de governar que implicaram diretamente a educação.

O ensino secundário⁴ brasileiro, desde a sua origem, passou por sucessivas reformas educacionais que visaram definir suas características, seu conteúdo e finalidades segundo intenções de terminalidade de estudo ou de caráter propedêutico, de cunho preparatório de acesso às Academias. Um elemento histórico que demarcou esse nível de ensino foi seu caráter de centralização devido às aulas avulsas que seguiam o modelo das *aulas régias*, criadas no Brasil no século XVIII através da Reforma Pombalina, destinadas a suprir a falta dos colégios jesuítas.⁵

Como o próprio nome – aulas avulsas – sugere, eram aulas não interligadas entre si e ofertadas de forma isolada e autônoma. Foram chamadas, também, de *aulas públicas* por volta dos anos de 1820. Não havia a obrigatoriedade legal em cursar todos os anos do secundário, fato que perdurou durante todo o Império e início da Primeira República e que chamou a atenção de historiadores da educação brasileira. Apesar de suas conclusões de pesquisa, alguns deles defendiam o ensino secundário organizado, centralizado e obrigatório para os jovens brasileiros como forma de completar sua educação antes de ingressarem na fase posterior de ensino ou na vida profissional. Dentre eles, destacam-se, em nível nacional, Geraldo Bastos Silva (1969) e Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1972); e, em nível regional, tem-se o estudo desenvolvido por Maria Thétis Nunes (1984). Suas obras constituem o *corpus* documental desta tese uma vez que se busca apresentar outra problemática sobre os exames gerais de preparatórios, tendo em vista que esses autores afirmam ser o exame preparatório um dos elementos causadores da descentralização do ensino secundário juntamente com as aulas avulsas.

⁴ Nível de escolarização pós-primário, ofertado após a conclusão do ensino primário (ou elementar) e considerado base preparatória para o ingresso nas Academias como também necessário para a execução de variadas tarefas em diferentes setores da sociedade. Teve sua origem no Brasil na primeira metade do século XIX com base no modelo de educação francesa.

⁵ Para saber mais sobre o sistema das *aulas régias* entre os anos de 1759 e 1834, consultar Cardoso (2002).

Conforme Haidar (1972), as primeiras providências centralizadoras do ensino secundário só foram tomadas com a fundação do Colégio Pedro II em 1837, no Rio de Janeiro⁶, apesar das existências anteriores de liceus, como o de Pernambuco (criado em 1826), o de São Cristóvão/SE (de 1833) e o da Bahia (de 1836).⁷ Para a autora, o liceu carioca era destinado “[...] precipuamente ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império e que reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias” (HAIDAR, 1972, p. 20).

O Colégio Pedro II passou a ser considerado modelo para os demais liceus provinciais, conforme demandava o governo imperial. Os exames destacados por Haidar (1972) eram os preparatórios, inicialmente aplicados somente neste estabelecimento da Corte, para onde se dirigiam os candidatos de todas as Províncias que almejavam a matrícula nos cursos superiores. Em resumo, foi o modelo que antecedeu o regime dos exames vestibulares como conhecemos até um passado recente. Representavam o conjunto de disciplinas preparatórias exigidas pelas faculdades para a entrada nos cursos pretendidos pelos candidatos.

Compreende-se a história do regime dos preparatórios brasileiro em quatro momentos: o primeiro, corresponde ao período que antecede os anos de 1854; o segundo, à Reforma Couto Ferraz de 1854; o terceiro, em 1873 com a institucionalização dos exames em Províncias quando não existiam faculdades; e o quarto, entre os anos de 1932 e meados de 1935, com a supressão do regime em nível nacional.

Em seu primeiro momento, os exames possuíam outra configuração, ligados aos cursos anexos das próprias faculdades, elaborados e aplicados nessas instituições. Para Gomes (2018; 2016), ao estudar o curso anexo à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, tais cursos preparatórios, ainda hoje, não foram considerados pela nossa historiografia da Educação como escolas de nível secundário, dada a subordinação e supervisão do ensino superior. No entanto, preparavam os alunos para a prestação dos preparatórios e ingresso na respectiva faculdade. Posteriormente, o ensino secundário se tornaria responsável pelos preparatórios de forma mais universal.

⁶ Para saber mais sobre o Colégio Pedro II, ver Andrade (2007).

⁷ Silva (1969, p. 191), ao apontar a criação dos primeiros estabelecimentos secundários no Brasil antes da fundação do Colégio Pedro II, só destaca os liceus de Pernambuco e o da Bahia. Em Sergipe, porém, já existia o Liceu Sergipense, situado na então capital da Província, São Cristóvão. Em seguida, caracteriza o Liceu da Bahia e o Colégio Pedro II como principais iniciativas “[...] de organização e complementação de aulas ou cadeiras preexistentes, em ambos confluem a tradição do ensino clássico, representada pela predominância acentuada do latim, e a tendência inovadora que responde à exigência de novos estudos científicos e de línguas modernas que constituíssem preparação aos estudos de nível superior de qualquer especialidade”.

Ainda para Gomes (2018; 2016), há um obscurantismo dos estudos sobre os cursos preparatórios anexos às faculdades por não os considerar, oficialmente, instituições secundaristas, já que a sua função prática era de nível secundário, uma vez que preparavam para o ingresso nas Academias. Para o autor, a escassez de trabalhos sobre este objeto se justifica, justamente, por ele estar ligado, institucionalmente, ao nível superior.

O segundo momento corresponde à Reforma Couto Ferraz materializada pelo Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que instituiu os exames no ensino secundário, realizados, inicialmente, no Município da Corte (Rio de Janeiro), no Colégio Pedro II.

O terceiro momento refere-se ao Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873 que determinou a realização dos preparatórios nas Províncias onde não existiam faculdades, a exemplo de Sergipe, promovendo, assim, a sua expansão e facilitando a locomoção dos candidatos uma vez que passaram a prestar os exames em suas respectivas Províncias ou naquelas mais próximas.

Por fim, o quarto momento, marco final dos preparatórios no Brasil, que ocorreu entre os anos de 1932 e meados de 1935 a partir dos ordenamentos da Reforma Francisco Campos através do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. A partir desses quatro momentos, que vai da sua origem até sua extinção, os exames gerais de preparatórios vêm sendo tratados da mesma forma que os autores clássicos os descreveram, existindo somente reproduções do que eles disseram.

Tais exames, regulamentados e fiscalizados pelo governo a partir de 1854, eram aplicados em instituições oficiais⁸ ao final do ano letivo e, a depender da demanda, antes do início do primeiro semestre do ano seguinte, não exigindo dos candidatos a conclusão do ensino secundário, pois os próprios exames atestavam as condições mínimas para a entrada nos estudos acadêmicos. Daí, a crítica por parte dos autores citados, por considerarem que tal regime provocou a descentralização do ensino, uma vez que a maioria dos candidatos só se matriculava e frequentava as aulas das disciplinas cobradas nos preparatórios, o que é uma obviedade.

⁸ Essas instituições referem-se àquelas públicas e mantidas pelo Governo. Quanto às instituições particulares, só poderiam aplicar os exames, independentemente da natureza, caso fossem equiparadas ao Colégio Pedro II por meio de decretos e fiscalização governamental. Segundo Silva (1969), houve algumas tentativas por parte de estabelecimentos particulares em adotarem os planos de estudos do Colégio Pedro II durante a vigência da Reforma Benjamin Constant (final dos anos de 1890); porém, a maioria não apresentava, do ponto de vista do Governo, estrutura organizacional e pessoal competente, dificultando, assim, a consumação da equiparação. Quanto aos alunos desses estabelecimentos, mesmo aqueles que atingiram a equiparação, caso desejassem ingressar nos cursos superiores, precisavam prestar os exames nas instituições oficiais.

Para analisar o debate de centralização e descentralização,⁹ porém, deve-se levar em conta a política e os conflitos ideológicos que permearam o ensino secundário e, por consequência, o sistema dos preparatórios, resultando em frequentes reformas educacionais no país até o início do século XX. De um lado, os conservadores, adeptos de uma administração centralizadora que defendiam um ensino secundário mais uniforme; do outro, os liberais, que possuíam maior autonomia governamental e defendiam um ensino mais livre.

Todos esses embates partidários sobre a forma de oferta e funcionamento do ensino secundário rebateram diretamente no sistema dos preparatórios, levando a historiografia a apontá-lo como causa principal da descentralização do ensino. No entanto, fica claro que outros fatores contribuíram para a constituição deste pensamento, pautado na implementação de um sistema conservador ou liberal, dadas as condições políticas e ideológicas. Apesar das circunstâncias que os geraram, os preparatórios contribuíram para a difusão do ensino, vigorando até meados da década de 1930, dando suporte aos aspirantes às Academias.

Com o intuito de unificar o ensino, o governo imperial exigiu que os exames só poderiam ser aplicados em outros territórios do país se as instituições estivessem em conformidade com a estrutura e os planos de estudos do Colégio Pedro II. Apesar de se pretender alcançar todas as instituições secundárias do país, esta equiparação se deu de forma tardia em alguns estabelecimentos, a exemplo do Atheneu Sergipense,¹⁰ localizado em Aracaju/SE que, durante o Império “[...] buscava implementar o seu próprio plano de estudos com certa autonomia, ou talvez, pelas condições reais de criação ou não de algumas cadeiras” (ALVES, 2005a, p. 89). Essa equiparação com o Colégio Pedro II só foi efetivada no Atheneu Sergipense por meio do Decreto nº. 556, de 24 de agosto de 1908.

Em Sergipe, antes mesmo da mudança da Capital da Província de São Cristóvão para Aracaju (em 1855), foram criados estabelecimentos que ofereceram o ensino secundário, a exemplo do Liceu Sergipense, também denominado de Liceu de São Cristóvão.¹¹ Esse liceu, como era comum a outras instituições congêneres da época, está atrelado a instabilidades de permanência e funcionamento desde a sua criação em 1833, devido ao seu primeiro

⁹ Os termos “centralização” e “descentralização” são utilizados por Haidar (1972). São termos ligados às atribuições de cada esfera administrativa do sistema educativo, onde uns visavam a um ensino de cunho propedêutico e outros, a sua terminalidade.

¹⁰ Durante o período delimitado nesta pesquisa, o Atheneu Sergipense (atualmente chamado de Colégio Estadual Atheneu Sergipense) passou por variadas nomenclaturas: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890) e Atheneu Pedro II (1925). No entanto, nesta tese, utilizar-se-á a denominação “Atheneu Sergipense” para evitar equívocos de nomenclatura, embora os outros termos sejam recorrentes nas transcrições das fontes.

¹¹ Sobre as práticas e representações desenvolvidas no Liceu Sergipense, consultar Lima (2005).

fechamento apenas dois anos após a sua abertura, em 1835. Voltou a ser reaberto em 1847 e novamente fechando as suas portas em 1855 (SANTOS, 2013b).

Diante dessa instabilidade gerada pelo poder público, restou espaço para as aulas avulsas que permaneceram dando suporte não só à mocidade secundarista, auxiliando na formação intelectual durante o período oitocentista, como também para quem pretendia ingressar nas Academias por meio dos exames gerais de preparatórios. Tais aulas eram ofertadas pelos professores em suas próprias casas ou na casa dos alunos, ou, ainda, em ambientes alugados. Assim como os estabelecimentos de ensino secundário eram acessíveis somente à elite, o mesmo acontecia com as aulas avulsas, por serem particulares e demandarem um poder aquisitivo maior das famílias dos matriculados.

Após 15 anos da transferência da capital para Aracaju, no governo do tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, foi criado em Aracaju/SE o Atheneu Sergipense, por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870 e idealizado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Luiz Azevedo D'Araújo, que acabou ocupando o cargo de primeiro Diretor da recém-instituição de ensino secundário.

Em seus primeiros anos de funcionamento, oferecia o Curso de Humanidades, com quatro anos de duração, e o Curso Normal, de dois anos.¹² O primeiro era destinado àqueles que desejavam ingressar nas Academias do Império ou receber o grau de “Bacharel em Letras” – diploma que garantia o desempenho de variadas funções na sociedade; e, o segundo, voltado exclusivamente ao preparo docente. Essas duas modalidades de cursos estão intimamente atreladas ao objeto da presente pesquisa.

Em Sergipe, os exames de preparatórios foram aplicados, inicialmente, no Atheneu Sergipense a partir de 1873, cujas bancas examinadoras eram compostas pelos professores da própria instituição. Embora o curso de Humanidades apresentasse as suas finalidades mais ligadas aos preparatórios, foi no curso Normal que eles tiveram a sua gênese, pois abrangeram somente as disciplinas que compunham o referido curso: Gramática Filosófica, Pedagogia, Geografia e Aritmética.

Mas, nos anos seguintes, passaram a contemplar e restringir-se às disciplinas do curso de Humanidades: Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos,

¹² Conforme é possível notar, a Escola Normal de Sergipe não nasceu como uma Escola, mas como um curso atrelado ao Atheneu Sergipense, diferente do que ocorreu nas Províncias da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, onde as Escolas Normais foram criadas separadas dos cursos de Humanidades e com prédios próprios. Para saber mais do processo de criação dessas escolas, consultar Rocha (2008), Villela (2008), Araújo (2008) e Dias (2008).

Gramática e Tradução da Língua Latina, Gramática e Tradução da Língua Francesa, Gramática e Tradução da Língua Inglesa, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História, Filosofia Racional e Moral e Retórica, Poética e Análise de Clássicos. À medida que as disciplinas sofriam separação – a exemplo de Geografia e História – ou eram criadas, passavam a ser acrescentadas ao rol das preparatórias.

Com base nas fontes, não foi possível identificar as razões pela escolha inicial das disciplinas do curso Normal como as primeiras a serem cobradas nos preparatórios – talvez por sua organização e estrutura, já que era composto por um número reduzido de matérias se comparado ao curso de Humanidades, uma vez que se tratava de um período de teste. Nos anos seguintes, somente as disciplinas de humanidades passaram a ser ofertadas nos exames e, para isso, há uma explicação lógica: as instabilidades sofridas pelas Escolas Normais durante o período oitocentista chegaram a atingir diversas Províncias.

Mesmo após a Escola Normal garantir a sua estabilidade, a partir de 1899, durante o governo de Olímpio de Souza Campos, as suas disciplinas não voltaram a ser ofertadas nos exames de preparatórios, dando lugar somente àquelas que compunham o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, que se manteve estável, perdurando até fins do regime.

Explicada a origem da implantação dos preparatórios em Sergipe e a sua ligação com os cursos ofertados no Atheneu Sergipense, discutir-se-ão as finalidades desse processo de escolarização e avaliação discente. Em 1870, por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, previa-se que o diploma de Bacharel de Letras seria concedido aos alunos que concluíssem o curso secundário, garantindo-lhes o ingresso nas Academias sem precisar passar pelos exames de preparatórios.

Porém, o que a maioria dos alunos matriculados no Atheneu Sergipense procurava, como principal objetivo, era o acesso, o quanto antes, aos cursos superiores. Assim, a realização dos exames, antes mesmo da conclusão do curso, lhes parecia a melhor opção, conforme indicado nos demonstrativos dos relatórios emitidos pelos governantes.

Essa dualidade do ensino secundário, de conferir o diploma de Bacharel em Ciências e Letras e de preparar para os cursos superiores, sofreu algumas alterações nas primeiras décadas da República, passando a possuir também um caráter técnico, voltado ao preparo do aluno para o mercado de trabalho, dado o desenvolvimento tecnológico acelerado de maquinários e indústrias, que envolveram um espaço mais amplo para a burguesia. Ainda

assim, os cursos superiores continuavam expandindo e alcançando números significativos de pretendentes e exigindo os preparatórios como veículo de ingresso.

A instituição dos exames de preparatórios no ensino secundário brasileiro, especificamente, sergipano, restringiu, portanto, os estabelecimentos de ensino às disciplinas e conteúdos exigidos nos exames, ponto abordado por Nunes (1984) que “passeia” pelo viés da “demonização” do regime. Em contrapartida, há um esquecimento ensurdecido do que esses exames representaram para as instituições onde eram aplicados e para os seus candidatos. Por isso, saber como o regime dos preparatórios contribuiu e foi aplicado em Sergipe por meio dos agentes e entidades envolvidas, bem como as disciplinas, pontos e alunos marca o ineditismo desta pesquisa.

A ênfase dada ao Atheneu Sergipense se justifica por ser a primeira instituição de Aracaju-SE a oferecer as disciplinas exigidas nos preparatórios e a aplicá-los durante o período analisado, preparando os seus candidatos para o acesso às Academias. Quanto ao outro estabelecimento que também preparou os candidatos e ofertou os preparatórios, o Colégio Parthenon Sergipense, foi fundado e dirigido por Ascendino Ângelo dos Reis, em 1879, cujo quadro docente era composto pelos professores do Atheneu Sergipense. Localizado também em Aracaju, a instituição possuía caráter de internato e externato para o sexo masculino. Mas, diferente do Atheneu Sergipense que funcionou como aplicador até fins do regime, o Parthenon encerrou as suas atividades em 1882.

Apesar de trabalhar com essas duas instituições, não foram desconsideradas aquelas que funcionaram como preparatórias, ao ofertarem as disciplinas e pontos cobrados nos exames, evidenciando que eles também definiram a cultura escolar das demais instituições ou aulas avulsas sergipanas. Nesta tese, serão apresentados alguns exemplos dessas instituições e aulas espalhadas pela Província/Estado,¹³ com base em dados localizados nos jornais e no acervo digital do *site* CRL Digital Delivery System, relatórios emitidos pelos presidentes/governadores de Sergipe, em que apresentam os números de estabelecimentos e aulas avulsas distribuídos em municípios como Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Itaporanga, Maruim, Propriá, Japaratuba e Capela. Essa é apenas uma sinalização da expansão territorial que o ensino secundário alcançou durante o período que corresponde

¹³ Os termos Província/Estado e Presidente/Governador estão ligados a fim de que o leitor possa identificar os dois períodos históricos que abarcam o presente trabalho (Império/Primeira República), por se tratarem de termos próprios da Constituição.

a presente pesquisa, possibilitando identificar o crescente número de aulas que surgiram e, por consequência, de matriculados e inscrições para os preparatórios.

Ao pesquisar na literatura de História da Educação, por meio do acesso ao Banco de Teses e Dissertações e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), trabalhos produzidos sobre os exames de preparatórios em instituições secundárias, foi localizado um grande número de trabalhos sobre o nível de ensino em questão. Ao filtrar por títulos ou palavras-chave, porém, observou-se que nenhum deles trabalhou a temática dos preparatórios como objeto central de estudo – ele aparece como parte de um todo, e esse todo trata-se, por exemplo, do ensino secundário e seus programas, de análises de reformas educacionais e estudos de disciplinas isoladas de instituições específicas que, em algum momento, foram exigidas nas Academias.

O referencial teórico mais utilizado nesses estudos diz respeito às análises e conclusões dos três autores apresentados: Silva (1969) e Haidar (1972) que tratam do Ensino Secundário no Brasil, e Nunes (1984), da História da Educação sergipana. Em outras palavras, a tese defendida por esses referenciais de que os exames de preparatórios contribuíram para manter e aprofundar o regime de aulas avulsas em detrimento de um ensino mais integral para a juventude brasileira é corroborada por estudos posteriores em dissertações e teses. Esse é um dos motivos de considerar esses referenciais como “referências clássicas” para a revisão da literatura apresentada nesta introdução, embora também não tratem os preparatórios como objetos centrais de seus trabalhos. Algumas referências classificadas como “divulgadoras”, a título de exemplos dessas reproduções, foram introduzidas, ao longo do texto, de modo a reforçar o quanto todas essas ideias estão cristalizadas e pouco questionadas.

A opção em dialogar com esses três autores é uma tentativa de oferecer uma nova roupagem à imagem dos preparatórios na historiografia, a partir das suas contribuições e cultura. Não se pretende, porém, negar o mérito de cada um, até porque isso não seria possível, dada a relevância dos seus trabalhos sobre o ensino secundário como um todo. Seus estudos são, evidentemente, fundamentais para quem pesquisa a História da Educação brasileira, tendo em vista que fazem um apanhado dos diversos elementos que compuseram a Instrução Pública entre o início da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do seguinte.

Sabe-se que os três autores trabalharam numa linha de defesa de um ensino secundário centralizado, regular e formativo, tornando compreensíveis as reflexões e teses

que defendem. Porém, na História da Educação, como em todo campo de conhecimento, nem toda verdade é absoluta e definitiva, ou seja, todo e qualquer objeto de estudo é passível de novas interpretações e vieses. A História da Educação só avança à medida que é questionada, e outros pontos de vista são apresentados. Foram esses questionamentos que motivaram a apresentar novas reflexões sobre o objeto em questão.

Os autores, por defenderem a mesma corrente de pensamento, criaram importantes referências entre si, entre seus pares e posteridade. O que se quer dizer com isso? Que se apropriavam dos trabalhos uns dos outros. Silva iniciou a discussão em 1969 e, três anos após a publicação deste trabalho, Haidar (1972) o citou e corroborou as suas colocações. Nunes (1984), por sua vez, se apropriou das reflexões dos dois primeiros. A partir disso, criou-se uma concentração dessas reproduções até os dias atuais que não dizem respeito somente aos preparatórios, mas do conjunto de elementos que compuseram o ensino secundário, como por exemplo: reformas educacionais, estrutura administrativa e pedagógica dos estabelecimentos, cursos, formas de oferta, demais exames, planos de estudos, ordenamentos e finalidades.

Neste trabalho, propõem-se reflexões acerca de alguns desses elementos perante a institucionalização dos exames de preparatórios, constituídos e legitimados por meio da legislação, no ensino secundário sergipano entre os anos de 1873 e 1934 que, conjugados com os seus rituais e objetivos, configuraram-se como um modelo de avaliação discente que contribuiu para a formação dos candidatos que os prestaram.

A opção pela investigação do regime dos exames de preparatórios em Sergipe justifica sua relevância por se tratar de partes que constituíram as culturas escolares desenvolvidas nas instituições de ensino secundário, além de considerar que tal regime contribuiu para a formação intelectual e profissional dos candidatos, uma vez que os inseriram na vida acadêmica e, por consequência, no mercado de trabalho. Investigá-los, portanto, permite a compreensão de práticas educativas e avaliativas para além do modo de ingresso nos cursos superiores.

Sobre o caminho metodológico percorrido, a tese segue aquele pautado nos pressupostos da História da Educação, sob a perspectiva da Nova História Cultural, atendendo aos conceitos de instituições escolares e capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998); exames, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2009); cultura escolar, segundo Viñao Frago (1994; 1995); e disciplinas escolares de Chervel (1990).

Os conceitos de instituições escolares e capital cultural, ancorados nos entendimentos de Pierre Bourdieu, aparecem atrelados, uma vez que o segundo é produto do primeiro, tornando possível a reflexão de que os candidatos matriculados nas instituições secundárias e superiores – e os preparatórios no meio desse processo – buscavam, por meio da educação de níveis mais elevados, a manutenção e perpetuação desse capital.

A instituição escolar, interpretada pelo autor como instrumento da reprodução social e cultural, esclarece as questões relativas aos interesses dos alunos em ascenderem social, cultural e profissionalmente. O pertencimento a instituições escolares instaura os prestígios e fronteiras entre as classes sociais; portanto, o conceito de instituições escolares aqui aparece para designar tanto aquelas de nível secundário, quanto superior, uma vez que ambas, durante o marco temporal delimitado no presente estudo, eram socialmente reconhecidas e destinadas ao mesmo público-alvo e gozavam da mesma legitimidade e hierarquia: a elite. O público que saía do ensino secundário e que passava pelos exames de preparatórios, ingressando nos estudos superiores era, basicamente, o mesmo.

Em “Homo academicus” (2013), Bourdieu, ao considerar a estrutura institucional das universidades, a separa em duas partes: uma relativa ao saber; e a outra, ao poder – ambas identificadas não somente nas instituições de ensino superior como também no secundário e naquilo que era exigido no regime dos preparatórios. Essa relação do saber e poder transcendem a compreensão da instituição como mero lugar de transmissão de conteúdo, tornando possível uma das ideias defendidas no presente trabalho: a de que a escolaridade, de modo geral e por meio das instituições, legitimou a cultura da elite. Os preparatórios, no meio desse processo, considerados como veículos para os níveis mais elevados, visavam à manutenção do capital.

Quanto ao conceito de capital cultural,¹⁴ atrelado à educação e ao conhecimento, produzido dentro e fora das instituições, Bourdieu (1998) o classifica em três estados:

[...] no **estado incorporado**, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no **estado objetivado**, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no **estado institucionalizado**, forma de

¹⁴ Além do capital cultural, Bourdieu (1998) trabalha com mais dois tipos de capitais: o social e o simbólico. Enquanto o capital social refere-se ao conjunto de recursos e relações sociais mantidas pelo indivíduo, o simbólico está atrelado aos rituais de reconhecimento social, ou seja, à forma como os agentes são reconhecidos pelos outros dentro da sociedade, determinando assim, as suas posições. Embora esses capitais possam se enquadrar dentro da proposta da presente tese, não foram utilizados por não terem total relação com o objeto, assim como o tem o conceito de capital cultural.

objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1998, p. 74, grifos meus).

A partir dessa classificação, o ritual, práticas e finalidades dos exames de preparatórios são considerados dotados de capital cultural incorporado – à medida que os candidatos que os prestaram já possuíam capitais culturais enraizados advindos do meio familiar, conforme indícios que evidenciaram as influências dos pais (graduados, políticos e letrados) na educação dos filhos, estes, também inseridos nos estudos secundários e superiores como forma de incorporação e acumulação de capital.

Outro estado é o de capital cultural objetivado. Apesar de parecer um universo autônomo, o capital cultural, em sua forma objetivada, possui relações com o capital cultural incorporado, uma vez que os candidatos aos preparatórios já possuíam bens materiais do ponto de vista econômico adquiridos pelas famílias e meio social. Bourdieu (1998, p. 78) explica como ocorre essa relação entre as duas formas:

É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado.

O último estado é o de capital cultural institucionalizado. Essa forma apresenta relação direta com a emissão de certificados e diplomas escolares, conferindo valores e benefícios aos seus portadores, distinguindo-os dos demais. Como a própria nomenclatura já sugere, é uma forma de “reconhecimento institucional” (BOURDIEU, 1998, p. 78). Nesse caso, os certificados de preparatórios emitidos pelas instituições aplicadoras, após a sua realização, conferiam o benefício da matrícula nos cursos superiores aos aprovados, separando-os dos reprovados. Portanto, o conceito de capital cultural, em seus três estados, se mostra necessário para as análises do presente objeto de estudo.

Mais um conceito apropriado de Pierre Bourdieu, em parceria com Passeron, é o de exame. Seguindo o entendimento dos teóricos, os exames representam não somente as práticas dos agentes, mas também a organização e o funcionamento das instituições. Os

reconhecem dentro do campo universitário, porém, nota-se que reflexões podem ser aplicadas aos exames de preparatórios, à medida que

[...] o exame não é somente a expressão mais legível dos valores e das escolhas implícitas do sistema de ensino: na medida em que ele impõe como digna da sanção universitária uma definição social do conhecimento e da maneira de manifestá-lo, oferece um de seus instrumentos mais eficazes ao empreendimento de enculturação da cultura dominante e do valor dessa cultura. Tanto quanto, ou mais ainda do que pela coerção dos programas, a aquisição da cultura legítima e da relação legítima com a cultura é regulada pelo direito consuetudinário que se constitui na jurisprudência dos exames e que deve o essencial de suas características à situação na qual ele se formula (BOURDIEU; PASSERON, 2009, p. 169-170).

Os exames aqui são tratados como formas institucionalizadas e regulamentadas. Parte da cultura das instituições, os preparatórios imprimiram caracteres não apenas avaliativos, mas condições institucionais e práticas intelectuais que vão além do ingresso nas Academias, perpassando pela organização da instituição – fato que se observa nos programas de estudos dos estabelecimentos secundários a partir da adoção dos programas dos preparatórios. Assim, os exames fizeram uma forma de ser do ensino secundário. Ao mesmo tempo que foi um processo de enculturação, foi também um avanço neste nível de ensino em Sergipe, marcado pelo elitismo e direcionismo de conteúdo curricular.

Outro conceito apropriado para a análise do presente estudo é o de cultura escolar. Sendo o regime dos preparatórios uma prática desenvolvida nas instituições escolares, resultado de interesses e objetivos – a princípio pedagógicos e seletivos – se configura como mais um elemento da cultura escolar, no qual diferentes agentes e entidades estiveram ligados, implicando assim, o funcionamento e organização da escola.

Nesse caso, o termo defendido por Viñao Frago, dentre os teóricos que trabalham esse conceito, se enquadra de forma mais objetiva à proposta da presente tese. Apesar de o autor trabalhar os conceitos de cultura escolar e de instituições escolares simultaneamente, tomou-se de empréstimo somente o primeiro conceito, uma vez que o termo instituições escolares está aqui analisado de acordo com a perspectiva de Pierre Bourdieu.

Para Viñao Frago (1995, p. 68-69), a cultura escolar é estabelecida a partir de “um conjunto de aspectos institucionalizados” baseado em

[...] prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales – función, uso,

distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... -, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: tudo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes e cuerpos, objetos e conductas, modos de pensar, decir e hacer.¹⁵

Esse conjunto de aspectos institucionalizados são facilmente identificados no processo de planejamento e funcionamento dos exames de preparatórios, quer sejam por meio das determinações legais, dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades e agentes, quer pelo processo de aplicação em si. Outro ponto importante abordado por Viñao Frago diz respeito à pluralidade cultural que as instituições estabelecem, pois, para ele, cada escola produz a sua própria cultura e, baseado nesta compreensão, sugere o uso do conceito de forma plural:

Afirmar que la escuela – entendido este término en su sentido amplio – es una institución, es una obviedad. También lo es decir que existe una cultura escolar. Precisamente porque la escuela és una institución es por lo que podemos hablar de cultura escolar, y viceversa. Lo que ya resulta difícil es ponerse de acuerdo sobre qué implica que la escuela sea una institución y sobre qué sea eso de la cultura escolar o si no sería preferible hablar, en plural, de culturas escolares (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68).¹⁶

Partindo desse entendimento, o autor apresenta o conceito de “tempos escolares” que pode ser curto ou duradouro e com estrutura formada a partir da organização da escola, seus ciclos, níveis, cursos, ritos e exames com base no que é estabelecido nos calendários escolares, exemplificando, mais uma vez, que cada instituição cria a sua própria cultura.

Essa pluralidade cultural, determinada a partir da singularidade de cada instituição, pode ser observada nas seções que sucedem, por meio das características singulares das duas instituições que aplicaram os exames de preparatórios em Sergipe. Embora ambas ofertassem o ensino secundário e preparassem os alunos para o ingresso nas Academias, as

¹⁵ Tradução livre: [...] práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... –, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-9).

¹⁶ Tradução livre: Afirmar que a escola – entendido este termo em seu sentido amplo – é uma instituição, é uma obviedade. Também é verdade que existe uma cultura escolar. Precisamente porque a escola é uma instituição que podemos falar de cultura escolar, e vice-versa. O que já é difícil é chegar a um acordo sobre o que significa para a escola ser instituição e o que é essa cultura escolar ou se não seria preferível falar, no plural, de culturas escolares (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68).

suas estruturas e organização eram diferentes, fazendo notar assim, o caráter singular de cada uma, o que evidencia a relevância dos estudos sobre instituições escolares específicas.

Há um quinto conceito apropriado a fim de compreender como os exames de preparatórios foram adotados como proposta de ensino – uma vez que os estabelecimentos secundários passaram a adequar os seus planos de estudos de acordo com as disciplinas que eram exigidas nos exames: o de disciplina escolar, proposto por André Chervel (1990). Esse conceito permite analisar a configuração e dinâmicas dessas disciplinas e seus respectivos pontos identificados nos programas.

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de várias constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p. 207).

Nessa perspectiva, as disciplinas escolares são compostas por sua gênese, função e funcionamento, tendo como constituintes os conteúdos e métodos, atendendo assim, às suas finalidades. Dentro dessas constituintes, a história das disciplinas escolares e o presente objeto de pesquisa não podem ser analisados separadamente, uma vez que são um dos elementos centrais deste estudo – no caso, as disciplinas preparatórias que, antes de serem preparatórias, eram escolares.

A partir das reflexões acerca do presente objeto de investigação, algumas questões foram levantadas com o propósito de respondê-las ao longo das seções: 1) Quais foram as contribuições dos exames de preparatórios para as entidades e sujeitos envolvidos? 2) Quem foram esses sujeitos? 3) Quais os deveres e direitos legais? 4) Quais as disciplinas e os pontos exigidos pelos preparatórios para a matrícula em cada curso superior? 5) Quais cursos buscavam os candidatos e sob quais influências? 6) Como os exames estão representados nas fontes consultadas?

A partir desses questionamentos, a pesquisa buscou atingir os seguintes objetivos específicos: 1) analisar, com base na legislação educacional nacional e local, a forma de funcionamento dos exames de preparatórios; 2) identificar os agentes envolvidos no funcionamento dos exames e a função de cada um, bem como os seus deveres e direitos; 3) identificar as disciplinas preparatórias ofertadas e aplicadas nos dois centros aplicadores (Atheneu Sergipense e Colégio Pathernon Sergipense); 4) identificar os candidatos que

prestaram os exames e as possíveis influências recebidas; 5) analisar a participação da imprensa local no que se refere à divulgação dos preparatórios e assuntos correlacionados.

Para que tais objetivos fossem alcançados, o caminho metodológico percorrido é aquele pautado nos pressupostos teóricos da História da Educação, sobretudo no arcabouço metodológico da Nova História Cultural a fim de “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17), o que possibilita aos historiadores a variação de práticas metodológicas para a composição dos objetos, culturas e realidades sociais.

A partir das possibilidades da pesquisa, procurou-se ampliar os limites metodológicos considerando os conceitos teóricos apontados pelos historiadores da Educação. Vale ressaltar, porém, a necessidade do confronto das fontes bibliográficas com as documentais, pois, como aponta Burke (2005), “[...] as teorias podem ser vistas como reação a problemas e também como reconceitualização deles” (BURKE, 2005, p. 70). Dessa forma, esta pesquisa foi construída usando os seguintes procedimentos metodológicos:

- Bibliográfico: mapeamento e análise da literatura proposta que versa sobre as temáticas do ensino secundário brasileiro (dentro dessa categoria estão os exames de preparatórios, dada a escassez de trabalhos específicos) e sobre as instituições *locus* da investigação, mantendo o diálogo com o referencial teórico e seus respectivos conceitos;
- Documental: análise das Leis, Regulamentos Institucionais, Decretos, relatórios de presidentes/governantes, jornais, livros de atas da Congregação do Atheneu Sergipense, programas dos exames, livros de inscrição, certidões/declarações de habilitação, livros de ofícios, atas de exames e o *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925). Não foi localizado nenhum modelo de prova escrita de exame,¹⁷ porém os pontos identificados nos programas deram subsídios para compreender o que era exigido aos candidatos tanto na prova escrita quanto na oral.

Essas fontes foram levantadas em acervos de quatro arquivos físicos: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APESE) e a Biblioteca Pública

¹⁷ No guia de fontes do CEMAS há pacotes nomeados de “exames de preparatórios”, porém não são os exames em si, mas certificados ou declarações.

Epifânio Dória (BPED); e em dois acervos digitais: os sites da Câmara dos Deputados e o CRL Digital Delivery System.

No CEMAS, localizam-se as principais fontes desta pesquisa, como atas, livros de inscrição, certidões e declarações de habilitação, atestados, solicitações e ofícios. Tais elementos possibilitaram compreender parte da cultura da referida instituição por meio do funcionamento dos preparatórios. Todos esses documentos foram devidamente fotografados e armazenados, totalizando cerca de 2.700 páginas.

A partir de então, foi iniciada a análise detalhada de cada uma dessas fontes. Não bastava lê-las, mas interpretá-las, entender o que cada número refletia, o que os nomes e sobrenomes dos alunos tinham a dizer, a naturalidade, faixa etária, filiação, os porquês das decisões tomadas pelos envolvidos no processo de aplicação dos exames, como também, e não menos importante, as dificuldades enfrentadas em decodificar a escrita e letra da época, uma vez que todos os documentos foram escritos à mão (por várias mãos), processo que exigiu diversas “alfabetizações” e paciência a cada novo documento a ser analisado.

Ao longo das seções, nas transcrições de passagens de alguns destes documentos, manteve-se a ortografia da época para dar maior fluência à narrativa, a exemplo das transcrições dos Livros de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense que revelaram dados dos preparatórios a partir da sua implantação em Sergipe, oferecendo ao pesquisador “[...] a oportunidade de averiguar quais as prioridades da instituição e a sua cultura por meio dos assuntos em pauta registrados, bem como, verificar as intenções e posições dos membros comprometidos com a ação educativa” (SANTOS, 2016, p. 30).¹⁸

Não foi considerada a hipótese de criar algum critério de seleção dessa vasta documentação localizada no CEMAS devido à importância de cada uma, pois todas se complementam, fazem parte de um conjunto de atividades que foram desenvolvidas para o bom funcionamento e organização dos preparatórios. Os dados que constam em cada uma dessas fontes foram apresentados no quadro 01 demonstrativo e em ordem cronológica, a seguir, a fim de se notarem as aproximações e associações.

¹⁸ Ao tratar das atas como fonte de pesquisa, Santos (2012, p. 139) salienta que “[...] nos leva a pensar sobre os percalços desse minucioso e delicado trabalho, que exige do historiador atenção e dedicação tanto no tratamento das informações contidas nesses documentos, quanto no cuidado especial que deve ter no material que está usando, por se tratar de algo antigo e insubstituível. A pesquisa histórica que faz uso de atas exige do investigador um nítido foco nos seus objetivos, para que haja um correto entrelaçamento do que ele descobriu através da leitura desse documento e a realidade da época, a fim de que se possa, de fato, compreender e analisar a educação”.

Quadro 01 – Fontes levantadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - CEMAS

Documento	Período	Descrição	Referência¹⁹
Livro de Atas da Congregação	1871-1916	Livro de atas das reuniões do Atheneu Sergipense. Nele, localizaram-se 11 atas em que os congregados apresentam os preparatórios como ponto de pauta. Com 304 páginas	481FASS01
Abaixo-assinado	Fev. de 1889	Abaixo-assinado de alunos reivindicando a criação de disciplinas preparatórias. Com uma folha avulsa	Cx. 101, pc. 29FASS05
Ata de solicitação de inscrição	1889	Pedido de candidato para a inscrição no exame de Francês, seguido do parecer do Delegado Fiscal. Com uma folha avulsa	Cx. 115, pc. 604FASS06
Declarações e atas de inscrição	1889	Corresponde aos pedidos de inscrição dos candidatos, seguidos dos pareceres dos professores e/ou instituição. Com 339 folhas avulsas	Cx. 106, pc. 27FASS06
Atestado médico	1890	Atestado médico encaminhado por aluno justificando a sua ausência nos exames de preparatórios. Contém duas folhas avulsas: uma, com a solicitação do aluno; e a outra, o anexo com o parecer do médico sobre o estado de saúde do requerente	Cx. 18, pc. 66FASS02
Ata de banca examinadora	Nov. de 1890	Consta os nomes dos membros eleitos para compor as bancas examinadoras. Contém duas folhas avulsas	Cx. 118, pc. 64FASS06
Declarações dos exames	1890	Corresponde aos pedidos de inscrição dos candidatos, seguidos dos pareceres dos professores e/ou instituição. Com 332 folhas avulsas	Cx. 108, pc. 31FASS06
Considerações do presidente de banca	1898	Considerações do presidente da banca de História Geral e Corografia do Brasil, em que trata da sua neutralidade durante a avaliação de um dos candidatos, uma vez que apresentavam grau de parentesco (irmãos). Com duas folhas avulsas	Cx. 118, pc. 67FASS06
Livro de Atas ²⁰	1916-1939	Livro de atas das reuniões do Atheneu Sergipense. Nele, localizaram-se 22 atas em que os congregados apresentam os preparatórios como ponto de pauta. Com 401 páginas	Cx. 132, pc. 496FASS01
Atas dos exames de preparatórios ²¹	1922-1925	Atas contendo os nomes dos alunos, idade, filiação, naturalidade e as notas dos exames prestados. Com 299 folhas avulsas	Cx. 02, pc. 82FASS01
Certidões de preparatórios ²²	1925-1926	São dois pacotes: um, com as certidões de 1925; e o outro, com as certidões de 1925 a 1926 – eles se complementam, já que o primeiro abarca o período do segundo. São certificados de preparatórios de 1ª e 2ª épocas, contendo a logomarca do Atheneu Sergipense (na época denominado de Atheneu Pedro	Pacote 01: Cx. 107, pc. 43FASS06; Pacote 02: Cx. 109, pc. FASS06

¹⁹ A sigla “Cx” corresponde à caixa onde o documento se encontra armazenado, seguido do seu respectivo número. A sigla “pc” ao pacote, e a sigla “FASS” ao fundo (Fundo Atheneu Sergipense) e às respectivas subséries.

²⁰ Embora este livro seja datado em 1939, só apresenta os preparatórios como ponto de pauta das reuniões até fins de 1925. Supõe-se que pelo seguinte motivo: a partir de 1922 foram abertos Livros de Atas de Preparatórios, ou seja, tudo referente aos exames passou a ser registrado em livro específico.

²¹ Na capa do livro e no guia de fontes, consta que é referente aos exames de 2ª época, porém, verifiquei que se trata das duas épocas ofertadas. A primeira, realizada ao final de cada ano (entre os meses de novembro e dezembro); e a segunda, entre os meses de janeiro e março, caso houvesse demanda.

²² Essas certidões (ou certificados) apresentaram diferentes validades ao longo dos anos. No primeiro momento, eram válidos para a matrícula nas faculdades no mesmo ano da sua realização. Com a Reforma Couto Ferraz de 1854, o prazo de validade foi estendido para dois anos. A partir de 1864, passou a ser de quatro anos, o que permitia aos candidatos a prestação parcelada.

		II), nome do candidato, disciplina prestada, nota, assinatura do Inspetor Fiscal e o decreto correspondente. O primeiro pacote contabiliza 100 folhas avulsas e o segundo, 50	
Atas dos preparatórios	1926-1930	São três pacotes. Em todos, estão contidas as atas dos resultados dos exames, nome do candidato, filiação, naturalidade e idade. No primeiro pacote, são as atas dos exames de 2ª época do ano de 1926; no segundo, atas dos exames de 1ª e 2ª épocas dos anos de 1926 a 1934; e no terceiro, Atas dos exames de 1928 a 1930 ²³ . No primeiro pacote, há 26 folhas avulsas; no segundo, 146; e no terceiro, 73	Pacote 01: cx. 15, pc. 434FASS01; Pacote 02: Cx. 15, pc. 418FASS01; Pacote 03: Cx. 02, pc. 81FASS01
Ofício recebido	1926	Ofício recebido referente ao pagamento de taxa de inscrição nos preparatórios. Com uma folha avulsa	Cx. 102, pc. 511FASS05
Livro de inscrição de preparatórios	1927-1928	Livro contendo os nomes dos candidatos, disciplina pretendida, dia, mês e ano da inscrição. Com 35 páginas	Cx. 116, pc. 393FASS06
Livro de inscrição de preparatórios	1927-1934	Livro contendo os nomes dos candidatos, disciplina pretendida, dia, mês e ano da inscrição. Neste mesmo livro há, também, os certificados de habilitação dos requerentes em anexo. Com 373 páginas	Cx. 109, pc. 421FASS06
Certificados de habilitação de preparatórios	em 1931	São dois pacotes contendo os certificados de habilitação dos candidatos, com a identificação dos nomes, disciplinas e conceito avaliativo. O primeiro pacote contém 102 folhas avulsas e o segundo, 112	Pacote 01: cx. 106, pc. 461FASS06; Pacote 02: Cx. 112, pc. 150FASS06

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pesquisas no acervo do CEMAS.

Outros documentos também foram levantados no CEMAS, como atas de exames, boletins, cadernetas, correspondências recebidas e expedidas, livros de registro e recortes de jornais. No entanto, com base nas análises, não tratam dos exames de preparatórios, mas de outros tipos de exames, a saber: finais, admissionais, de promoção, suficiência e de madureza. Esses modelos de avaliação discente apresentavam características distintas dos preparatórios e eram usados como meio de acesso, matrícula e conclusão de cursos e disciplinas do Atheneu Sergipense, conforme distinguidos no Quadro 02 de acordo com as suas características e finalidades.

²³ No guia de fontes, há um equívoco na datação no terceiro pacote: consta que são atas datadas de 1927 a 1930, no entanto, inicia em março de 1928, com os exames de 2ª época.

Quadro 02 – Modelos de avaliação discente realizados no Atheneu Sergipense e localizados no acervo do CEMAS

Exame	Características/Finalidades
Final	Exame (provas escritas, orais e prático-orais) prestado ao final do curso de cada matéria cursada, o que garantia ao aluno, com base em sua média, a passagem de um ano para outro
Admissão	Exame realizado antes do início do ano letivo (provas escritas e orais) que dava ao aluno o direito de matricular-se em outro ano do curso secundário
Promoção	Exame que lavava em consideração a média anual do conjunto das disciplinas cursadas pelo aluno e, a depender desta média, acontecia a promoção de um ano para o outro (provas escritas e orais)
Suficiência	Exames voltados aos alunos que não cursaram o ensino primário e desejavam se matricular no 1º ano do curso do Atheneu Sergipense (provas escritas e orais)
Madureza	Exame realizado ao final do curso (provas escritas, orais e gráficas para a disciplina de Desenho). Observação: foi um dos modelos que, na Reforma Benjamin Constant, entrou como uma tentativa de substituição dos preparatórios

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1970 e do Decreto nº 563, de 12 de agosto de 1911 (Organização do Ensino e seus Regulamentos – Estado de Sergipe).

Assim, por possuírem outras finalidades, tais fontes foram descartadas, porém, essa separação e caracterização se fez necessária para distinguir a estrutura e finalidade dos preparatórios diante dos demais exames que foram realizados no Atheneu Sergipense e em outras instituições secundaristas.

As fontes constantes no Quadro 01 deram suporte ao estudo por caracterizarem a cultura estabelecida por meio dos preparatórios: quais os candidatos participaram dos exames; a informação se eram matriculados no Atheneu Sergipense ou não; se eram naturais de Sergipe ou de outras Províncias/Estados; qual a faixa etária; se havia a presença das mulheres; qual a média de nota e conceitos avaliativos, as composições das bancas examinadoras, enfim, uma gama de informações que, ainda assim, não eram suficientes, por isto, recorreu-se a outros acervos.

Na Biblioteca Pública Epifânio Dória e no Arquivo Público do Estado de Sergipe, foram localizadas algumas peças legislativas e regulamentos internos do Atheneu Sergipense e da Instrução Pública, a saber: o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1870; Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, de 3 de outubro de 1874; Decreto nº 351, de 9 de junho de 1899 (Regulamento do Atheneu Sergipense); Decreto nº 563, de 12 de agosto de 1911 (Organização do Ensino e seus Regulamentos – Estado de Sergipe, voltado, também, ao Atheneu Sergipense); Regimento Interno do Atheneu Sergipense, de 18 de abril de 1917; e o Decreto nº 940, de 2 de Julho de 1926 (Regulamento do Atheneu Sergipense).

Para Faria Filho (1998), usar a legislação escolar como fonte para a História da Educação é uma forma de linguagem que traduz os costumes, práticas sociais e caráter político desenvolvidos na escola, relacionando-os com as atividades dos sujeitos envolvidos. Portanto, a legislação levantada nesses dois acervos reflete não apenas a estrutura do ensino secundário sergipano, mas a cultura dos preparatórios que os governos pretenderam estabelecer, com base nos regulamentos nacionais; daí a necessidade de cruzamento dessas fontes com aquelas localizadas no CEMAS.

Com o intuito de trabalhar a repercussão dos preparatórios na imprensa – uma vez que os editais, resultados dos exames e convocações eram feitos via jornais –, foi feito um levantamento do acervo de impressos que circularam, a princípio, em Sergipe no período temporal em questão, que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipense. Diante da imensidão de jornais disponíveis, foram listados os seguintes critérios de seleção: a) que fossem produzidos na cidade de Aracaju-SE, onde se localizaram os dois centros aplicadores identificados; b) que fossem de maior circulação de informações sobre os preparatórios, a partir das análises desses jornais em sua totalidade.

Assim, para a constituição do presente objeto de estudo, foram selecionados 14 títulos de impressos: *Jornal do Aracaju* (1871-1878); *A Liberdade* (1873-1874); *O Raio* (1875-1878; 1880-1885); *Jornal de Sergipe* (1879-1882); *O Democrata* (1880-1884); *Sergipe* (1881-1882); *Luz Matinal* (1882); *O Conservador* (1882-1883); *O Município* (1893); *Gazeta de Sergipe* (1890; 1928-1930); *A Notícia* (1896-1897); *O Estado de Sergipe* (1902-1904; 1908-1911; 1915); *Gazeta do Povo* (1921; 1924-1926); e *A Cruzada* (1922; 1924-1926).

Esses jornais totalizaram um número de 497 edições nas quais foram localizadas informações dos preparatórios, tais como: editais de inscrição, resultados, convocação de examinandos, divulgação e nomeação das bancas examinadoras, apresentações de decretos, ordens de aplicação e posicionamentos de intelectuais.²⁴

No entanto, outros dados que apresentam ligação com o presente objeto também foram abordados na imprensa e analisados: propagandas de aulas preparatórias particulares ofertadas por professores – inclusive, os do Atheneu Sergipense, divulgação dos programas e horários dos dois centros aplicadores vistos como instituições secundárias, homenagens a

²⁴ Apesar de o conceito de intelectuais não ser destacado na presente tese, por não ser o objeto central da pesquisa, parte-se da compreensão deste termo de acordo com Sirinelli (2003; 1998), para quem os intelectuais se definem como mediadores culturais ligados ao saber propriamente dito, àquele institucionalizado e passado de geração a geração, formando assim, redes entre si.

alunos sergipanos que cursaram o ensino superior, propagandas de estabelecimentos de ensino secundário que preparavam para os exames, anúncios das manifestações e solenidades das faculdades, telegramas do Colégio Pedro II, convocação para as reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense e relatórios emitidos pela Instrução Pública.

Vale salientar que os jornais de outros gêneros circularam durante o período delimitado, a exemplo dos comerciais, religiosos, maçônicos e estudantis, porém, não apresentam edições que abordem os preparatórios. Segundo levantamentos realizados por Rodrigues (2016; 2020), ao analisar jornais estudantis das instituições secundárias de Aracaju/SE, não foram localizados dados sobre os preparatórios nesses impressos, fato que justifica não aparecerem entre os aqui selecionados.

Outros documentos foram localizados no IHGS: o programa dos exames de preparatórios de Sergipe de 1883; e o *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* elaborado por Armindo Cordeiro Guaraná (1925). No primeiro, constam os pontos das provas escritas e orais dos exames de Português, Inglês, Latim, Geografia (com as respectivas subáreas: Geografia Geral, Corografia do Brasil e Cosmografia), História (subáreas: História Antiga e Média, História Moderna e Contemporânea e História do Brasil), Filosofia (subáreas: Lógica e Moral e Teodiceia), Aritmética, Álgebra, Geometria (subáreas: Geometria Plana e Geometria no Espaço) e Retórica (subáreas: Retórica e Poética). Essa fonte permitiu compreender as disciplinas escolares do ponto de vista preparatório – que ofereciam as condições mínimas exigidas para os estudos acadêmicos.

O *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925) atendeu ao objetivo de identificar, a partir das biografias, o perfil de alguns intelectuais envolvidos no funcionamento dos preparatórios – dentre eles, professores, examinadores e candidatos –, bem como uma possível relação dos candidatos que prestaram os exames em outras Províncias, antes da sua aplicação em Sergipe. A obra reúne 647 biografias de sergipanos e é considerada por Santos (2013a) “[...] referência indispensável para ter contato inicial com aqueles que compuseram as elites locais até o início do século XX” (p. 1). Portanto, tornou-se necessária para a presente investigação, embora eu tenha identificado algumas lacunas e equívocos, explanados nas seções seguintes, cometidos por Guaraná (1925).

Também foram consultados os arquivos digitais da Câmara dos Deputados e do CRL Digital Delivery System. No primeiro, localizou-se a legislação educacional nacional entre os anos de 1854 a 1934, referentes às principais reformas do ensino secundário e superior e regulamentos específicos dos preparatórios, para confrontá-los com os decretos estaduais da

Instrução Pública e regimentos instituídos no interior do Atheneu Sergipense. No segundo acervo, foram localizados os relatórios da Instrução Pública emitidos pelos governantes, em que foi possível fazer o levantamento das aulas avulsas e inscrições de preparatórios. Desse modo, os documentos consultados ofereceram subsídios para compreender como a legislação descreveu os preparatórios no ensino secundário brasileiro e, especificamente, sergipano.

As fontes localizadas nos diferentes arquivos revelam dados da cultura dos preparatórios no cenário educacional sergipano, os saberes exigidos, os embates travados pelos envolvidos, a identificação dos candidatos, bem como as suas contribuições.

Com base na análise empreendida, defende-se a tese de que os exames de preparatórios, como parte da cultura escolar do ensino secundário sergipano nas últimas décadas do século XIX e início do XX, trouxeram contribuições significativas tanto para as instituições envolvidas quanto para os candidatos que a eles se submeteram. Mais ainda: auxiliaram os jovens estudantes na busca pelo fortalecimento e perpetuação do capital cultural, tendo em vista que permitiram o acesso aos estudos de níveis mais elevados. Dessa maneira, a pesquisa buscou reconstruir a história de um regime tão criticado pelas referências clássicas da historiografia, contribuindo assim, para a História da Educação sergipana.

Com relação ao plano de redação da tese, além da introdução (primeira seção), está composto por mais quatro seções e as considerações finais.

Na segunda seção, traça-se, com base nos ordenamentos jurídicos, a história dos exames de preparatórios no ensino secundário brasileiro, sua forma de funcionamento, principais características e as tentativas de supressão e remodelação por parte das reformas educacionais.

Na terceira seção, comentam-se as questões específicas do processo de implementação e institucionalização dos preparatórios em Sergipe, tendo como lócus de investigação o Atheneu Sergipense. Dessa forma, analisam-se as afinidades dos exames com os cursos Normal e de Humanidades, as disciplinas preparatórias (programas e pontos) ofertadas na instituição e reflexões acerca dos momentos de instabilidades que o regime ultrapassou.

Na quarta seção, apresenta-se o Colégio Parthenon Sergipense como mais um dos estabelecimentos que preparou seus alunos e aplicou os preparatórios. Faz-se também o levantamento de outras instituições e aulas avulsas sergipanas que seguiram os programas de estudos oficiais e formaram seus jovens para a prestação dos exames, tornando evidente

que os preparatórios imprimiram sua cultura e contribuíram para os estabelecimentos que não funcionaram como aplicadores e para os professores e alunos das aulas domésticas particulares.

Na quinta seção, apresentam-se – por meio dos jornais, dos livros de atas, livros de inscrição, declarações/certificados de habilitação, dentre outras fontes – os rituais de inscrição e aplicação, levantamento e análise dos números de inscritos nas diferentes épocas, a logística da formação das bancas examinadoras e identificação de alguns candidatos com base nos nomes, sobrenomes e filiação, e assim, a sua ligação com famílias conceituadas no meio político e letrado da época, detentoras de capital cultural, que buscavam, através dos preparatórios, o ingresso nos estudos superiores.

Por fim, nas Considerações Finais, reiteram-se os principais pontos debatidos ao longo do texto e os seus resultados, buscando fornecer elementos que contribuam para novas elucidações acerca deste capítulo da História da Educação em Sergipe, a fim de que pesquisadores futuros lancem olhares mais atentos para a amplitude que os exames de preparatórios alcançaram.

2. “EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS” NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1854 E 1935

Os exames geraes de preparatorios serão feitos segundo o ultimo programma organizado pelo conselho director da Instrucção Publica da Corte. (*Jornal de Sergipe*, 8 de novembro de 1879, Ano XIV, nº 107, p. 2).

A presente seção propõe-se a apresentar a origem e estruturação dos exames de preparatórios no ensino secundário brasileiro. Procurou-se evidenciar as características desses exames (formas de aplicação, épocas, oferta, disciplinas, avaliação e taxação), os sujeitos e entidades envolvidos em sua realização e tomadas de decisão e as principais tentativas de remodelação ou substituição do regime por parte de reformadores da educação. Explicita-se, dessa forma, a contextualização dos diversos cenários e conflitos em que os exames de preparatórios estiveram inseridos.

Cabe destacar a relevância da utilização da legislação educacional, principalmente dos decretos das reformas do ensino secundário e superior que contribuíram para a construção da escrita da história dos preparatórios no Brasil. Assim, as grandes leis de educação datadas entre os anos de 1854 até meados da década de 1930, tomadas em conjunto, ofereceram subsídios para a constituição da implantação, caracterização e funcionamento dos exames no país e em Sergipe.

Os conceitos utilizados para a construção da presente seção são aqueles apresentados por Bourdieu (2013; 1998) no que diz respeito à compreensão de instituições escolares e capital cultural; por Bourdieu e Passeron (2009) sobre exames; por Viñao Frago (1995; 1994) sobre cultura escolar; e, por Chervel (1990) no que se refere às disciplinas escolares.

2.1 Origem, criação e estruturação

No Brasil, o ano de 1854 data os primeiros momentos da implantação dos exames gerais de preparatórios no Colégio Pedro II, de forma ainda tímida, através da Reforma Couto Ferraz por meio do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro, que regulamentou o ensino primário e secundário do Município da Corte. Estabelecia o decreto, em seus artigos 112-114:

Art. 112. Os discipulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrucção secundaria serão admittidos todos os annos, no mez de Novembro, a exames publicos por escripto das materias que são requeridas como preparatorias para a admissão nos cursos de estudos superiores. Os dias, horas, e lugar para esses exames serão publicados com antecedencia pelo Inspector Geral. O modo e solemnidades dos mesmos exames, a fim de se evitar toda a fraude e protecção, serão designados em instrucções especiaes.

Os alumnos que nelles se distinguirem terão os seguintes premios, que serão graduados naquellas instrucções:

1º Isenção de direitos de matricula no Collegio de Pedro II para tomar o gráo de Bacharel, querendo-o.

2º A mesma insenção nas Academias de ensino superior.

3º Preferencia de admissão no dito Collegio como repetidores.

As notas que se devem conferir serão as de aprovado, aprovado com distincção, e reprovado.

Com a certidão de haver obtido a primeira ou segunda daquellas notas nos exames de todas as materias respectivas, será o alumno admitido á matricula, independente de novos exames, nas Academias de ensino superior, que quizer frequentar.

Art. 113. Para o futuro poder-se-hão estender os concursos aos exames de todas das materias que formão o curso do Collegio de Pedro II, aos quaes serão applicaveis as disposições antecedentes.

Art. 114. O Governo mandará publicar os nomes dos alumnos premiados e aprovados, com declaração do collegio ou aula em que aprenderão.

Poderá também conferir até tres premios annualmente aos tres estabelecimentos que maior numero de discípulos premiados ou aprovados apresentarem (BRASIL, 1854).

As prerrogativas apresentadas no decreto oferecem pistas substanciais de como se deu a implantação dos preparatórios no ensino secundário brasileiro. Com a educação secundária voltada para a elite neste primeiro momento, os exames foram ofertados para “Os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares”, a fim de torná-los aptos aos cursos superiores.

O Colégio Pedro II, criado em 1837, aparece como formador de examinandos e primeiro estabelecimento secundário a aplicar os exames. Prestar os preparatórios garantia aos candidatos alguns privilégios diante do Colégio Pedro II, como isenção de taxas e prestígio, caso tivessem cursado as disciplinas prestadas na instituição. Quanto aos demais estabelecimentos de ensino secundário espalhados pelo país, também lhes eram garantidos os prêmios e honrarias.

Para traçar o mapa e a origem dos preparatórios no Brasil, utilizou-se a legislação mencionada nas fontes localizadas (atas, certidões, declarações, livros de inscrição e jornais) e no acervo digital da Câmara dos Deputados. Sendo assim, a legislação e os documentos escolares declaram as especificidades do funcionamento dos exames, apresentando-se como um retrato do regime brasileiro e da cultura escolar secundarista. Com base neste levantamento, foram apresentados, em ordem cronológica, os decretos que guiaram a construção descritiva e sistemática do objeto de pesquisa.

Quadro 03 – Decretos de criação e regulamentação do regime dos preparatórios no ensino secundário brasileiro, 1854-1932

Decreto	Descrição
Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854	Reforma Couto Ferraz - Regulamentou o ensino primário e secundário do país. Cria, em seu art. 112, os exames de preparatórios nas instituições de ensino secundário e serviu como base nas alterações dos decretos específicos de cada curso superior, com 135 artigos.
Decretos nº 4.430 e 4.431, de 30 de outubro de 1869	Alterou o art. 112 do Decreto nº 1.331-A de 1854. Estende a oferta dos exames aos alunos das escolas públicas e dá outras determinações aos examinandos, bancas examinadoras e estabelecimentos aplicadores
Decreto nº 4.623, de 5 de novembro de 1870	Modificou algumas disposições dos Decretos nº 4430 e 4431, de 30 de outubro de 1869.
Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873	Autorizou a implantação dos preparatórios nas províncias onde não havia faculdades.
Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879	Reforma Leôncio de Carvalho – Organização do ensino primário, secundário e superior. Apresenta as determinações para a realização dos exames, com 29 artigos.
Decreto nº 8.973, de 14 de julho de 1883	Alterou algumas disposições a respeito da aplicação dos exames
Decreto nº 9.647, de 2 de outubro de 1886	Alterou algumas disposições a respeito da aplicação dos exames.
Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890	Reforma Benjamin Constant - Regulamento da instrução primária e secundária. Criação dos exames de madureza, com 81 artigos.
Decreto nº 668, de 14 de novembro de 1891	Aprovação das instruções provisórias referentes à aplicação dos exames (formação de bancas, orientações aos alunos e apresentação dos pontos das provas).
Decreto nº 2.173, de 21 de novembro de 1895	Estabeleceu as instruções para a aplicação dos preparatórios nos Estados, dada a grande demanda.
Decreto nº 2.857, de 30 de março de 1898	Regulamentou o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados.
Decreto nº 3.864, de 15 de dezembro de 1900	Aprovação das instruções dos exames aplicados na Capital Federal.
Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901	Reforma Epitácio Pessoa – Aprovação do código dos institutos oficiais de ensino superior e secundário, com 384 artigos.
Decreto nº 4.247, de 23 de novembro de 1901	Aprovação das instruções dos exames (inscrição, locais de aplicação, bancas examinadoras, disciplinas exigidas nos diversos cursos, pontos cobrados nas provas, dentre outras determinações).
Decreto nº 1.531, de 15 de outubro de 1906	Determinação sobre os certificados dos preparatórios exigidos para os cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura.
Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911	Reforma Rivadavia Corrêa – Aprovação da lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República, com 110 artigos.
Decreto nº 11.530-A, de 18 de março de 1915	Reforma Carlos Maximiliano - Reorganizou o ensino secundário e o superior na República, propondo a anulação das alterações feitas pela Reforma Rivadavia Correa. Entra com o conceito de “exames vestibulares”, com 201 artigos.
Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925	Reforma Rocha Vaz – Estabeleceu o concurso da União para a difusão do ensino primário, reforma o ensino secundário e o superior - substituição dos preparatórios pelos vestibulares, com 310 artigos.

Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926	Autorizou o novo regulamento ao Atheneu Pedro II – Tentativa de supressão dos exames, seguindo as propostas da Reforma Rocha Vaz.
Decreto nº 5.303-A, de 31 de outubro de 1927	Autorizou a inscrição nos exames de 1ª época de 1927.
Decreto nº 5.578, de 16 de novembro de 1928	Dispõe sobre a prestação dos exames em instituições particulares para a 1ª e 2ª época do ano de 1928.
Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931	Reforma Francisco Campos – dispõe sobre a organização do ensino secundário. Decreto que deu efetividade aos exames vestibulares e cursos complementares. Apresenta, ainda, algumas ressalvas sobre a oferta temporária dos preparatórios, com 83 artigos.
Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932	Consolidou a Reforma Francisco Campos
Decreto nº 22.106, de 18 de novembro de 1932	Permitiu aos estudantes que possuíam seis ou mais preparatórios, obtidos sob o regime dos exames parcelados, a prestar os que faltavam (comprovação das determinações da Reforma Francisco Campos).
Decreto nº 23, de 11 de fevereiro de 1935	Revigorou as disposições constantes no Decreto nº 22.106, de 18 de novembro de 1932. Mesmo com a criação dos exames vestibulares, os preparatórios ainda eram aceitos e aplicados, caso o candidato possuísse seis ou mais certificados e estivesse pendente em alguma disciplina, conforme determinado na Reforma Francisco Campos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da legislação disponível nos arquivos físicos e no acervo digital da Câmara dos Deputados.

Trabalhar com a legislação requer certos cuidados, implica efetuar escolhas, construir e elaborar análises não só por ser um dos instrumentos que sustentam uma pesquisa, mas por se tratar de documentos que, muitas vezes, só ficavam no papel, uma vez que eram revogados ou substituídos com muita rapidez, dadas as sucessivas mudanças governamentais.

Para a apresentação do *modus operandi* dos preparatórios em território brasileiro, foi elencada a legislação que foi contestada e cruzada com as fontes escolares localizadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e nos jornais disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), não a entendendo somente como um ordenamento jurídico, mas como uma forma de linguagem das práticas escolares, como bem colocado por Faria Filho (1998, p. 101):

Aproximar a lei enquanto ordenamento jurídico significa, além de se dar conta de uma tradição e de suas relações com outras tradições e costumes, entender uma certa lógica em funcionamento. Como se sabe, a lei precisa ser legítima e legitimada, o que, por sua vez, requer não apenas uma retórica de igualdade, mas, minimamente, a colocação em funcionamento, no discurso legal, de uma lógica de igualdade. Se assim não fosse, a lei não seria legítima e, muito menos, necessária.

No acervo digital da Câmara dos Deputados, foi localizado cerca de 6.200 decretos que mencionam os exames de preparatórios. São decretos de reformas educacionais, de

formação de comissões examinadoras, alterações nos estatutos dos cursos superiores, autorização de aplicação, pareceres de aceitação dos certificados por parte das academias, implantação nas províncias e estados pós República, instruções gerais (para as instituições, bancas, professores, pontos das provas, taxas e direitos e deveres dos envolvidos no processo de aplicação), validação de exames e certificados cobrados em cada curso existente.

A seleção deste *corpus* documental extenso foi feita a partir de uma digressão histórica anterior ao marco temporal já justificado neste estudo, abarcando o período de 1854 (implantação dos preparatórios no ensino secundário, no Brasil) a meados de 1935 (anos de consolidação da Reforma Francisco Campos).

Os decretos, em sua maioria, são bem específicos e tratam de partes daqueles mais gerais e completos, a exemplo das reformas educacionais. O Decreto nº 1.815, de 30 de agosto de 1870, por exemplo, autorizou a matrícula de candidatos em algumas academias, porém, agindo de acordo com a Coleção de Leis do Império do Brasil de 1870. Usavam os nomes dos candidatos e os adequavam às normas contidas nos Regulamentos do ensino secundário, criando assim, novos decretos.

Partindo deste ponto, os critérios de seleção dos documentos foram especificados: somente seriam relevantes os documentos que correspondem às reformas educacionais e aqueles que constam as mudanças mais significativas que embasaram os decretos complementares usados como referenciais para as alterações dos programas das Academias, para as autorizações de aplicação e validações de certificados – situações específicas que aparecem na maioria dos decretos e em caráter informativo.

O cruzamento de fontes se deu a partir da identificação de alguns desses decretos em documentos em que eram registradas as etapas dos preparatórios em Sergipe – a partir de 1873 – e assinados pelo Inspetor Fiscal dos exames (membro indicado pelo governo para fiscalizar o funcionamento do regime em Sergipe)²⁵ e pelo secretário e diretor da instituição usada como centro aplicador.

Tais fontes revelaram não só o retrato deste funcionamento como também a cultura escolar que foi projetada a partir dos preparatórios. Essa projeção se deu, inicialmente, por meio das normas prescritas em Lei – cultura escolar presente na realidade de diversas

²⁵ Tanto o termo “Inspetor Fiscal” quanto “Delegado Fiscal” aparecem nos decretos e fontes analisados referindo-se à mesma pessoa. No entanto, no decorrer do texto, optou-se utilizar “Inspetor Fiscal” ou somente “fiscal” por incitar, de forma mais automática, o sentido de inspeção e fiscalização.

instituições brasileiras que implantaram e deram seguimento aos exames gerais de preparatórios no Brasil.

O conceito de cultura escolar, apresentado por Viñao Frago (1995; 1994), é indispensável para a presente investigação, uma vez que possibilita esclarecimentos das complexidades das instituições escolares e dos rituais que envolviam o regime dos preparatórios no Brasil e em Sergipe. O “conjunto de aspectos institucionalizados” definidos pelo autor permite compreender não apenas o funcionamento dos exames, mas as relações e práticas desempenhadas por todos os envolvidos nas aplicações, uma vez que a cultura resulta da ação dos sujeitos e vai além dos muros das instituições. Os resultados dessas ações, apropriados tanto pela legislação quanto pela tradição que se concretizou até o final do regime, constituem a cultura escolar, visto que os exames de preparatórios eram parte da cultura do ensino secundário que perdurou até meados dos anos de 1930.

Antes de ser obedecida, a lei precisa ser lida! Esse discernimento político foi constatado nos jornais selecionados, nas atas da Congregação do Atheneu Sergipense, nos livros de inscrição dos preparatórios e declarações de habilitação que revelaram dados dos professores, disputas internas e decisões que norteavam as práticas desenvolvidas durante o processo de aplicação dos exames, indícios de que liam e debatiam as prescrições legais antes das tomadas de decisões.

Nos jornais, publicavam-se os decretos, a exemplo do *Jornal do Aracaju* que, no dia 29 de outubro de 1873, o Decreto nº 5.429 de 2 de outubro de 1873, que ordenava a implantação dos preparatórios nas províncias onde não houvesse faculdades. Antes disso, porém, nos anos de 1869 e 1870, publicaram os decretos de nº 4.430 e 4.431, de 30 de outubro de 1869 e o Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1870, revelando que, embora a província de Sergipe ainda não ofertasse os exames, eles já eram divulgados por meio da imprensa para que chegassem aos interessados (professores e candidatos).

No jornal *O Raio*, também foi publicado o Decreto nº 4.430, assim como em *O Estado de Sergipe*, que apresentou o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 (Lei Orgânica que dava autonomia didática e administrativa às instituições de ensino superior). Esta última lei é importante porque define, também, as normas de aceitação dos preparatórios nas academias e o perfil do alunado que esperavam receber.

Desta forma, por meio dos decretos selecionados, foram analisadas as normas prescritas em lei da implantação e permanência dos preparatórios em solo brasileiro – assim especificado porque o regime dos preparatórios foi uma herança das reformas pombalinas

(1759-1772) que também vigorou na Europa, especificamente em terras portuguesas, durante o século XIX e meados do século XX (Ó, 2003, p. 180-223).²⁶

Para traçar o mapa dos exames no Brasil através dos ordenamentos jurídicos – ainda que haja escassez de trabalhos que tenham os preparatórios como objeto – foram analisados os decretos expostos no Quadro 03, identificando o que mudou e/ou foi acrescentado ao longo das décadas em que os exames foram ofertados.

A Reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854), que delegava sobre o ensino primário e secundário e que instaurou os exames de preparatórios, caracterizava a instrução secundária como aquela que era dada depois das primeiras letras, ofertada, até então, no Rio de Janeiro no Colégio Pedro II e em aulas avulsas espalhadas pelo país. O curso do Colégio, com duração de sete anos, era composto pelas seguintes disciplinas, conforme os artigos 79 e 80.

Art. 79. Haverá no Collegio as seguintes cadeiras:

2 de latim,

1 de grego,

1 de inglez,

1 de francez,

1 de allemão,

1 de philosophia racional e moral,

1 de rhetorica e poetica, que comprehenderá tambem o ensino da lingua e litteratura nacional,

2 de historia e geographia, ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas materias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a historia e geographia nacional,

1 de mathematicas elementares, comprehendendo arithmetica, algebra até equações de 2º grão, geometria e trigonometria rectilinea,

2 de sciencias naturaes, sendo huma de historia natural com as primeiras noções de zoologia, botanica, mineralogia e geologia, e outra de elementos de physica e chimica, comprehendendo somente os principios geraes e os mais applicaveis aos usos da vida.

Art. 80. Além das materias das cadeiras mencionadas no Artigo antecedente, que formão o curso para o bacharelado em letras, se ensinarão no Collegio huma das linguas vivas do meio dia da Europa, e as artes de desenho, musica e dansa (BRASIL, 1854).

Para cursá-las, os alunos precisavam atender alguns pré-requisitos, como: ser do sexo masculino, idade entre 11 e 12 anos, ter efetuado o pagamento da taxa de matrícula, não padecerem de doenças contagiosas, serem vacinados e não escravos. Atendidas essas

²⁶ Investigar o regime dos preparatórios em Portugal faz parte dos meus projetos futuros, a fim de identificar as semelhanças e diferenças com o regime brasileiro.

exigências, o aluno poderia se matricular em qualquer dos anos do curso, desde que apresentasse o comprovante de aprovação em exames de aptidão das primeiras letras ou do ano anterior. No Colégio, eram admitidos alunos internos, pensionistas e externos, havendo diferenciação entre eles no que tange às formas de pagamento das mensalidades, direitos e deveres (BRASIL, 1854).

Mas por que e para que entender o modo pelo qual se dava a execução dos exames preparatórios no Pedro II e seus planos de estudo? Não só por revelar os primeiros momentos da implantação dos exames de preparatórios no ensino secundário brasileiro mas também por ser o modelo de ensino secundário que o governo pretendia reproduzir, e assim o fez, embora em algumas províncias o processo de equiparação tenha levado décadas, a exemplo de Sergipe, que só foi efetivada no Atheneu Sergipense em 1908 por meio do Decreto nº. 556, de 24 de agosto.²⁷ Ao sugerir esta equiparação, aspirava-se à centralização do ensino, uma vez que o número de aulas avulsas ultrapassava aquelas ofertadas nos colégios, ateneus e liceus.²⁸

Para Haidar (1972), essa fragmentação das aulas avulsas, seguindo o sistema das *aulas régias*, acabou reduzindo o ensino secundário “[...] a um punhado de aulas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, espalhadas pelos quatro cantos do Império” (HAIDAR, 1972, p. 20). Porém, de acordo com os dados analisados, considera-se que não houve uma redução do secundário, uma vez que o sistema das aulas avulsas se apresentava como uma forma de oferta durante o Império, desta forma, também prevista em lei.²⁹

O ensino secundário e os exames de preparatórios estão intimamente ligados, não apenas porque sua criação foi desenvolvida numa lei específica do secundário, mas por se apresentar como uma de suas finalidades, que era a de formar os candidatos para a prestação dos exames e ingresso nos cursos superiores, conforme previsto no art. 98: “Os alumnos das aulas publicas de instrucção secundaria, que forem dados por prompts pelos respectivos

²⁷ Alguns liceus que foram equiparados antes do Atheneu Sergipense, ainda na década de 1890: Liceu Cearense, Ginásio do Estado de São Paulo, Liceu Paraibano, Ginásio da Bahia, Liceu Alagoano e o Liceu Piauiense (SILVA, 1969, p. 251).

²⁸ Termos usados no Brasil durante o período oitocentista para designar os estabelecimentos de ensino secundário.

²⁹ Conforme art. 96 da Reforma Couto Ferraz: “Os professores das aulas avulsas de ensino publico secundario tem as mesmas obrigações e direitos que se marcãrão para os do ensino primario, devendo entender-se directamente com o Inspector Geral” (DECRETO Nº 1.331-A, de 17 de janeiro de 1854) – isso atesta a oferta legal das aulas avulsas.

professores, devem concorrer aos exames, de que trata o art. 112 deste Regulamento, quando pretendão matricular-se nos cursos superiores” (BRASIL, 1854).

Assim, antes de tocar mais profundamente no objetivo central desta seção, propõem-se alguns questionamentos: se, para o ingresso nas Academias, o candidato precisava comprovar aptidão nas disciplinas exigidas para o curso pretendido, em qual modalidade de ensino esse preparo era ofertado? No ensino secundário, quer fosse aquele ofertado nos colégios, quer fosse nas aulas avulsas. Então, por que considerar os preparatórios apenas como uma “redução do secundário” como define a historiografia da Educação?

Se a finalidade da elite que frequentava os colégios, liceus e ateneus era, também, a de preparação para o ensino superior, e não somente a obtenção do diploma de Bacharel em Letras para as funções da vida privada, então a criação dos preparatórios foi de significativa importância tanto para os candidatos, quanto para as instituições secundaristas, uma vez que recebiam prêmios e honrarias pelos resultados obtidos nos exames.

Analisar os preparatórios através desses dois elementos, ensino secundário e legislação, foi essencial para a construção desta tese, pois expõem as características do funcionamento dos preparatórios que não foi possível identificar nos trabalhos bibliográficos analisados, uma vez que detiveram-se apenas à “redução do secundário” e aos conflitos que os envolvidos com o regime por ora travaram – questão a ser trabalhada nas próximas seções. Assim, os preparatórios são aqui caracterizados através das diretrizes que definiam o trabalho desenvolvido nos centros aplicadores pelos diretores, professores, inspetores fiscais, bancas examinadoras, alunos e imprensa.

2.1.1 Ordenamentos e prerrogativas

Após as determinações da Reforma Couto Ferraz (1854), o ensino secundário brasileiro ganhou mais uma finalidade: a de implantar os exames de preparatórios nas instituições oficiais – a princípio, implantados no Colégio Pedro II, considerado a instituição oficial e modelo para as demais – e preparar a mocidade para o ingresso nos cursos superiores.

Dado o seu caráter paradigmático, ao Colégio Pedro II, juntamente com os centros de educação superior, era conferida a responsabilidade, também, de organizar os programas das disciplinas cobradas nos exames, seus pontos e formas de oferta e aplicação. Até então,

o Colégio oferecia uma formação de caráter terminal, conferindo aos alunos o título de Bacharel em Letras, o que lhes garantia, ao final do curso, a matrícula nas Academias.

Com a implantação dos preparatórios, o ensino secundário ganhou, também, um caráter propedêutico, de base preparatória aos cursos superiores. Este fato é o que mais chama a atenção dos defensores do ensino secundário, por extraírem somente os “problemas” advindos dessa formação propedêutica. Porém, este modelo já era ofertado nas aulas avulsas particulares e fragmentadas, razão pela qual os classificaram como “vilões” da história do ensino secundário brasileiro.

Essa indefinição dos objetivos do ensino secundário apontada pela historiografia tem garantido milhares de reproduções. Silva (1969), Haidar (1972) e Nunes (1984), a partir de uma crítica interpretativa e histórica, defendem o modelo de ensino centralizado, equiparado e seriado. Na visão apresentada por eles, a descentralização e a não obrigatoriedade fizeram com que não houvesse um único perfil do secundário.

A partir disto, indaga-se: mas por que traçar um único perfil para um sistema que apresentou duas formas de oferta (nos liceus e avulsamente)? Os preparatórios e as aulas avulsas fragmentaram o ensino secundário brasileiro, mas ele também se mostrava em seu caráter sistemático e terminal para aqueles que assim desejassem. Era uma escolha que cabia somente aos alunos.

Na Reforma Couto Ferraz, não ficou explícito como se daria o funcionamento, em detalhes, sobre a elaboração dos exames, composição das mesas examinadoras, os programas das disciplinas, os pontos e distribuição dos candidatos. No entanto, apresenta as primeiras iniciativas de implantação e a elevação do Colégio Pedro II como o primeiro centro aplicador. A implantação nos estabelecimentos das demais províncias deu-se de forma gradativa, à medida que as instituições eram criadas e minimamente estruturadas, conforme os decretos e portarias de autorização do Governo Imperial e local.

Assim como a implantação nas províncias aconteceu de forma gradativa, o funcionamento dos preparatórios, aos poucos, foi recebendo novas roupagens, alterações, substituições e adequações de acordo com as especificidades e cultura das instituições aplicadoras, demandas, exigências e expansão dos cursos superiores.

As mudanças mais significativas e gerais estão expostas nas reformas educacionais introduzidas durante o período do presente estudo, sendo aquelas elaboradas pelos seguintes reformadores, enquanto ocuparam a cadeira de Ministros: Luiz Pedreira do Couto Ferraz

(1854),³⁰ Carlos Leôncio de Carvalho (1879),³¹ Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1890),³² Epitácio Pessoa (1901),³³ Rivadávia da Cunha Corrêa (1911),³⁴ Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1915),³⁵ João Luiz Alves (1925)³⁶ e Francisco Luís da Silva Campos (1931-1932).³⁷

³⁰ Conhecido também como o Visconde do Bom Retiro, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, nasceu em 1818 e faleceu em 1886. Formou-se em Direito, chegando a ocupar os seguintes cargos: Deputado Geral, Presidente da Província do Rio de Janeiro, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Conselheiro de Estado e Senador do Brasil entre os anos de 1867 e 1886. Bédiaga (2017) justifica a escassez de trabalhos biográficos sobre Couto Ferraz “[...] por sua personalidade tímida e discreta, traduzida em uma vida social reclusa e na parcimônia no uso da tribuna para pronunciamentos. Acresce-se ainda a inexistência de documentos guardados por Couto Ferraz e existem indícios de que seus documentos pessoais teriam sido descartados intencionalmente” (BEDIAGA, 2017, p. 383). No entanto, a sua vida profissional é citada em inúmeros trabalhos, sejam eles da área do Direito e Educação. No quesito educacional, foi Couto Ferraz, por meio do seu Decreto-Lei, quem estruturou e organizou a educação, aplicando métodos de fiscalização e investimentos públicos.

³¹ Nasceu em 1847 e faleceu em 1912. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1868), chegou a ocupar os seguintes cargos: Ministro dos Negócios do Império, Deputado e Senador Estadual de São Paulo e professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Na educação, Leôncio de Carvalho, a partir da sua reforma, implementou o que Rocha (2010) chama de “ensino livre”, associando a liberdade de ensino à livre frequência, principalmente nas instituições secundárias e superiores e propondo um controle mais rigoroso no que se referia aos exames. Para saber mais, consultar Ferreira (2015) e Machado (2014).

³² Natural de Niterói, nasceu em 1837 e faleceu em 1891 (por complicações decorrentes da malária), uma vida considerada efêmera e turbulenta. Para Lemos (2011), “[...] o próprio Benjamin Constant desenhou de si uma imagem muito pouco heroica, resultado de uma trajetória de vida interpretada como uma concessão de situações adversas, das quais saiu derrotado por imposição do destino. Aos doze anos, viu o pai, Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, morrer de tifo; e a mãe, Bernardina Joaquina da Silva Guimarães, enlouquecer. Acusou o golpe, tentando o suicídio nas águas de um rio, de onde foi retirado pela iniciativa providencial de uma lavadeira escrava” (LE MOS, 2011, p. 164). A partir da adolescência, sua vida começou a ganhar novos rumos, estudou, se formou e ocupou cargos políticos, militares e docente. Como professor, atuou no ensino secundário e superior, em escolas civis e militares. Fundou a Escola Normal Superior. Sendo um produto da Proclamação da República, a reforma educacional implementada por Benjamin Constant, durante o Governo de Deodoro da Fonseca, se restringiu à Capital Federal (Rio de Janeiro), aplicando novas diretrizes a todos os níveis de ensino. Para saber mais, consultar Cartolano (1994), Lemos (1997) e Delaneze (2007).

³³ Nasceu em 1865 na Paraíba e faleceu em 1942. Perdeu os pais, vítimas de varíola, aos sete anos de idade, passando a ser criado pelo tio Henrique Pereira de Lucena. Coursou o ensino secundário no Ginásio Pernambucano e formou-se pela Faculdade de Direito de Recife. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores (que abrangia, também, a educação e saúde pública) durante o governo de Campos Sales, foi, também, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente da República em 1919 e juiz na Corte Internacional de Haia, na Holanda. Para saber mais, consultar Basbaum (1981) e Zotti (2005).

³⁴ Nasceu em 1866, em Santana do Livramento/RS, e faleceu em 1920, em Petrópolis/RJ. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1887. Ocupou os seguintes cargos: Deputado Federal, Senador, Prefeito, Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda (governo de Hermes da Fonseca). Para saber mais, consultar Cury (2009) e Rocha (2012).

³⁵ Nasceu em 1873 em São Jerônimo/RS e faleceu em 1960. Filho de Acelino do Carmo Pereira dos Santos e Rita de Cássia Pereira dos Santos. Formou-se em Direito, em 1898, pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Foi Deputado Federal, Ministro da Justiça (governo de Wenceslau Braz Pereira Gomes), Procurador Geral da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal (BASBAUM, 1981).

³⁶ Segundo Alessandro Hirata (2015), João Luiz Alves nasceu em 1870 e faleceu em 1925. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889. Ocupou diversos cargos, como Promotor Público, Juiz Municipal, Prefeito, Deputado Estadual e Federal, Senador e Ministro da Justiça e Negócios Interiores durante o governo de Artur Bernardes. Para saber mais, consultar Soares e Silva (2018).

³⁷ Nasceu em 1891 e faleceu em 1968. Formou-se em Direito, em 1914, pela Faculdade de Direito da UFMG. Ocupou cargos, como: Deputado Estadual e Federal, Secretário da Educação de Minas Gerais, Secretário do Interior de Minas Gerais, Ministro da Educação e da Saúde, Consultor-Geral da República, Ministro Interino

Essas oito reformas e os decretos complementares aqui destacadas que ocorreram durante o Império e Primeira República ressaltam o intenso debate sobre a organização do ensino – debates estes intimamente atrelados às aspirações e efervescências políticas, ideológicas e sociais de cada momento histórico.

À elite e estudantes da classe dominante interessava o ingresso no secundário e cursos superiores, uma vez que detinham e ocupavam os principais cargos públicos, visando à manutenção do capital cultural. Logo após a Proclamação da República e com o domínio ainda maior da burguesia, Zotti (2005, p. 1) salienta:

[...] De 1891-1894 o processo político era liderado pela camada média (militares e intelectuais), que faz a tentativa de mudança na orientação econômica, propondo a diversificação das atividades e o incentivo à industrialização, além de defender a educação como fundamental para a solução dos problemas do país.

A partir de então, a educação passou a ser vista como uma ferramenta que tiraria o Brasil do atraso e o colocaria entre os países modernos. A formação do homem – melhor dizendo, da classe dominante –, foi sendo moldada através das alterações curriculares empreendidas reforma após reforma, principalmente no que se refere ao ensino secundário e superior. Ao ensino primário público que antecedia o secundário pouco ou nada era alterado, uma vez que era destinado às classes populares e considerado, apenas, base suficiente para os afazeres do dia-a-dia.³⁸ Quanto aos níveis de ensino mais elevados, as análises dos decretos revelaram que a preocupação do governo lhes eram maiores e mais direcionadas.

da Justiça e Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Para saber mais, consultar Borges (2011) e Delaneze (2007).

³⁸ Sobre essa “inferioridade” do ensino primário, Silva (1969) reforça: “Prevalecendo a ideia de que as escolas elementares públicas se destinavam às classes “inferiores”, “pobres” ou “trabalhadoras”, a frequência às mesmas caracterizava, por si só, o fato de alguém pertencer a essas classes, para as quais se julgava que a educação de nível elementar era normalmente suficiente” (SILVA, 1969, p. 23). De acordo com o art. 47 do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, o ensino primário era resumido em aulas de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções de gramática e aritmética e elementos de geografia, história e ciências físicas. As mudanças mais significativas no ensino primário só ocorreram durante a Era Vargas, por meio da reforma introduzida por Gustavo Capanema, intelectual que ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde até meados da década de 1940 e que imprimiu uma organização mais específica e substancial nas escolas primárias, nos Cursos Normais e superiores destinados à preparação docente. Embora não houvesse essa preocupação com o ensino primário antes de Capanema, e as atenções e interesses políticos fossem mais voltados ao secundário, nota-se, em pesquisas anteriores (SANTOS, 2013b), que houve muitas discussões acerca da preparação de professores que atuassem no magistério primário durante o Império e primeiros anos da República. Para saber mais sobre esse processo de organização do ensino primário, consultar Quadros (2013) e Saviani (2010).

Quando aqui se refere às preocupações do governo com a formação da elite, destaca-se a preparação e entrada nas Academias. Por muitas décadas essa preparação foi realizada nas instituições de ensino secundário, mesmo entre diversos embates travados, tentativas de supressão e organização. O método de entrada nas Academias por oito décadas, no Brasil, revelou não apenas os interesses da elite na manutenção da sua supremacia e capital, mas, sobretudo, fundamentou as reflexões sobre o regime dos preparatórios como parte da cultura escolar do ensino secundário, pois desde o Império a função primordial desse nível de ensino era a preparação para os cursos superiores.

É possível perceber a materialidade das colocações na farta legislação localizada, seja por meio dos decretos das reformas ou daqueles complementares e das revogações. Todo esse aparato foi se modificando e aperfeiçoando à medida que as instituições de ensino superior eram criadas e os cursos se expandiam, mostrando que foi um período fértil também para o secundário, mesmo com as oscilações entre as reformas que defendiam ou condenavam a sua oficialização, seriação e obrigatoriedade – mas, em todas, a importância e finalidades eram destacadas.

Quadro 04 – Definição de instrução (pública/particular) secundária a partir das reformas educacionais, 1854-1932

Reforma/Decreto	Definição/finalidade apresentada
Reforma Couto Ferraz Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854	➤ Ofertada no Colégio Pedro II e em aulas avulsas públicas e particulares espalhadas pelas Províncias (art. 77); ➤ Duração: sete anos (art. 78); ➤ Livre matrícula – em qualquer ano do curso (art. 84); ➤ Destinado aos alunos que não padeciam de moléstias contagiosas, vacinados e não escravos (art. 69) dentro dos seguintes regimes: internos, pensionistas, meio-pensionistas e externos, mediante pagamento de mensalidade (art. 89); ➤ Formar o Bacharel em Letras (art. 80); ➤ Preparar para o ingresso nos cursos superiores (art. 98)
Reforma Leônicio de Carvalho Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879	➤ Ensino livre no Município da Corte (em todas as Províncias) – (Art. 1º); ➤ Oferecido à alunos internos, semi-internos e externos (art. 1º, §1º, 1º); ➤ Frequência e exames livres (art. 9º, § 5º); ➤ Preparar para o ingresso nos cursos superiores (art. 8º, 7º) ➤ Ofertar cursos técnicos, atendendo os interesses das “indústrias dominantes” e o ensino das “artes e ofícios” (art. 8º, 9º); ➤ Habilitar para o magistério (Escolas Normais) – (art. 9º, § 12)
Reforma Benjamin Constant Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890	➤ Habilitar para o magistério (Escolas Normais) – (arts. 12, 13 e 14); ➤ Ofertado, de forma integral, no Ginásio Nacional, por meio dos regimes de internato e externato (art. 25); ➤ Duração: sete anos (art. 26); ➤ Idade mínima de entrada: 12 anos (art. 31, 1º);

	➤ Preparar para o ingresso nos cursos superiores (“exames de madureza”) e conferir o título de Bacharel em Ciências e Letras (art. 38)
Reforma Eptácio Pessoa Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901	➤ Duas classes de alunos: matriculados e não matriculados (art. 112). Aos matriculados, a frequência era obrigatória (art. 113), quanto aos não matriculados, não havia essa obrigatoriedade e podiam frequentar as aulas práticas e teóricas (art. 114); ➤ Formar o Bacharel em Ciências e Letras, caso completasse os seis anos de curso; e preparar para o ingresso nos cursos superiores. Acentua, também, a aceitação de exames de preparatórios prestados em outros países (art. 117)
Reforma Rivadávia Corrêa Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911	➤ Preparar para os cursos superiores (art. 6º); ➤ Idade mínima e máxima de entrada: 12 e 14 anos, respectivamente, sob o regime de internato e externato, com duração de seis anos (art. 73- a); ➤ Frequência obrigatória - reprovação acima de 20 faltas injustificadas (art. 80)
Reforma Carlos Maximiliano Decreto nº 11.530-A, de 18 de março de 1915	➤ Idade de entrada: entre 12 e 14 anos, sob o regime de internato e externato, mediante pagamentos das taxas e/ou gratuidade para os alunos pobres, desde que não reprovassem em dois anos consecutivos – toma o Colégio Pedro II como exemplo e principal instituição, uma vez que retomava o processo de equiparação (art. 97 e 157); ➤ Duração: cinco anos (art. 158); ➤ Frequência obrigatória (art. 168); ➤ Preparar para os cursos superiores (art. 152 e 158)
Reforma João Luiz Alves (Rocha Vaz) Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925	➤ Prolongamento do ensino primário (art. 47); ➤ Duração: seis anos (art. 47); ➤ Idade mínima de entrada: 10 anos (art. 55); ➤ Preparar para o ingresso nos cursos superiores (“vestibular”), desde que cursado, pelo menos, até o 5º ano do secundário (art. 54); ➤ Formar o Bacharel em Ciências e Letras para aqueles que concluíssem os seis anos completos do curso (art. 54)
Reforma Francisco Campos Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931/ Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932	➤ Oficialmente reconhecido e dividido em dois cursos seriados: Fundamental e Complementar (art. 1º e 2º); ➤ Curso Fundamental ministrado em cinco anos (art. 3º); e o Complementar, em dois anos, diretamente ligado ao preparo para o ingresso nas Academias (art. 4º); ➤ Frequência obrigatória (art. 33)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Reformas/Decretos educacionais localizados no acervo digital da Câmara dos Deputados.

De 1854 a 1932, o ensino secundário apresentou duas finalidades: formar o “Bacharel em Ciências e Letras” e garantir a preparação sumária da juventude para o ingresso nas Academias. Silva (1969) compreende essas duas concepções do ensino secundário durante o Império e a República da seguinte forma:

[...] na República, a evolução do ensino secundário resultou, em grande parte, do esforço do Governo Federal no sentido de atribuir-lhe função formativa alargando e retificando o imediatismo do papel preparatório. No Império, ao contrário, a posição do Governo Geral em face da educação nacional serviu, sobretudo, **para fixar o significado meramente**

preparatório do ensino secundário e limitar sua evolução no sentido de um ensino formativo. (SILVA, 1969, p. 203, grifos meus).

Quando Silva (1969) afirma que o ensino secundário durante o Império buscou fixar a sua função preparatória e limitar a evolução do seu caráter formativo – que seria aquele voltado à preparação generalista e conferência do diploma de Bacharel em Ciências e Letras –, ele atribuindo uma condição bastante definitiva ao que realmente era proposto. Pode-se notar, a partir do Quadro 04, que tanto a concepção preparatória quanto a formativa estiveram presentes durante o Império e primeiras décadas da República. O que definiu os principais objetivos do secundário foram as escolhas dos candidatos e não, exclusivamente, as posições governamentais.

Os governos ofertaram modelos de ensino baseados nas escolhas individuais dos candidatos e de acordo com as necessidades sociais: ou se preparavam para os preparatórios a partir da matrícula em disciplinas isoladas, ou concluíam todo o curso. Não se deve atribuir, portanto, as responsabilidades somente às iniciativas do Governo. Se havia duas opções e grande parte dos candidatos pertencentes à elite optava em seguir a vida acadêmica o quanto antes, então é compreensível que houvesse essa “limitação” da função formativa do secundário apontada por Silva (1969) – o que não quer dizer que tenha sido algo ruim, uma vez que liceus e colégios particulares tiveram mais oportunidades de desempenharem o seu papel preparatório e, também, formativo.

Embora as sucessivas reformas apresentassem esse nível de ensino de formas diferentes em alguns pontos – duração, idade de entrada, oficialização, equiparação ou não ao Colégio Pedro II, obrigatoriedade ou não de frequência e de conclusão de curso –, todas elas estiveram diretamente articuladas ao preparo dos estudantes para os estudos superiores e para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Letras.

Ao analisar tais decretos, mesmo aqueles mais direcionados às Academias, a exemplo do Decreto nº 11.530-A, de 18 de março de 1915 e Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, correspondentes às Reformas Carlos Maximiliano e João Luiz Alves (Rocha Vaz), respectivamente, observa-se a finalidade do ensino secundário no preparo dos futuros ingressos nos cursos superiores.

Essa ligação do ensino secundário com a preparação dos alunos para as faculdades reafirma que os exames de preparatórios foram, por muitos anos, parte da sua cultura escolar, face às suas contribuições, uma vez que oferecia as condições reais para o ingresso nos cursos superiores – ainda que, em alguns momentos, tenham sugerido a sua supressão, como

na reforma empreendida por Benjamin Constant nos anos de 1890, em que propôs a substituição dos preparatórios pelos exames de madureza, que se constituíam, também, como uma forma de entrada nas Academias, porém, com algumas mudanças em sua estruturação.

Enquanto o regime dos preparatórios permitia a inscrição dos candidatos que cursavam qualquer ano do curso secundário, os de madureza eram realizados somente ao final, garantindo, dessa forma, a frequência e conclusão do curso.

Art. 33. Os exames serão:

a - de sufficiencia, para as materias que teem de ser continuadas no anno seguinte; estes exames constarão simplesmente de provas oraes;

b - finaes, para as materias que houverem sido concluídas; estes constarão de provas escriptas e oraes, havendo tambem prova pratica para as cadeiras seguintes: physica e chimica; meteorologia, mineralogia e geologia; biologia; geographia; desenho, musica e gymnasticas;

c - de madureza, prestado no fim do curso integral e destinado a verificar si o alumno tem a cultura intellectual necessária.

Art. 38. A aprovação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito à matricula em qualquer dos cursos superiores de caracter federal na Republica; ao candidato, que nelle obtiver menos de dous terços de notas – plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em Sciencias e Lettras.

Paragrapho unico: Quando qualquer dos Estados da Republica houver organizado estabelecimentos de ensino secundario integral segundo o plano do Gymnasio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matricula nos cursos superiores (BRASIL, 1890, grifos meus).

Décadas depois, em 1911, a Reforma Rivadávia Corrêa também tentou extinguir os preparatórios, uma vez que destaca os exames finais e admissionais aplicados nas instituições secundárias, admitindo a matrícula nos cursos superiores somente por meio da realização desses exames.

Em 1915, Carlos Maximiliano voltou com a aceitação dos exames de preparatórios para a matrícula nas Academias, como também, dos vestibulares. Enquanto a primeira era aplicada nos estabelecimentos de ensino secundário, a segunda era aplicada nas próprias faculdades. Ambas apresentavam, praticamente, as mesmas características em seu funcionamento: eram compostas por duas épocas – final do ano letivo e antes do início do próximo –; requeriam exigências idôneas dos candidatos, habilitação nas disciplinas para o curso pretendido e eram compostas por provas escrita e oral.

Art. 74. Haverá duas épocas de exames, começando a primeira no dia 1 de dezembro e a segunda a 1 de março.

Paragrapho unico. Em caso de grande affluencia de candidatos a Congregação, mediante proposta do director, permittirá que a 20 de novembro comecem os exames da primeira época.

Art. 76. Inscrever-se-ão para os exames da segunda época os candidatos que não forem alumnos da academia, os alumnos que não se apresentaram na primeira época por motivo de força maior devidamente comprovada, e os que tiverem sido reprovados ou deixados de ser examinados em uma só materia, na primeira época.

Art. 78. O candidato a exame vestibular deve exhibir:

a – Certificado de aprovação em todas as materias que constituem o curso gymnasial do Collegio Pedro II, conferido pelo mesmo collegio ou pelos institutos a elle equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspeccionados pelo Conselho Superior de Ensino;

b – recibo da taxa estipulada no Regimento Interno.

Art. 80. O exame vestibular comprehenderá prova escripta e oral (BRASIL, 1915).

Na Reforma João Luiz Alves (Rocha Vaz), de 1925, houve mais uma tentativa de supressão dos preparatórios. Autores sergipanos, como a própria Maria Thétis Nunes (1984), apontam este decreto como eficiente neste quesito, porém não houve, na prática, tal supressão, e os preparatórios só foram extinguidos a partir de 1932 com a consolidação da Reforma Francisco Campos, de forma gradativa, conforme verificado nas fontes localizadas.

Embora algumas reformas tenham sugerido a extinção dos preparatórios e/ou substituições por outros regimes, como o de madureza, admissionais, de promoção e vestibular, são notáveis as inclinações e interesses pelo ensino secundário, quer fosse ele obrigatório ou não, dada a sua articulação com o ensino superior.

Havia uma preocupação, por parte dos reformadores, com o método de entrada nas Academias, quer fosse ele parcelado, a exemplo dos preparatórios, quer ofertado apenas ao final do curso secundário, como os exames de madureza, admissionais e de promoção. Todos tinham a mesma finalidade, porém, ainda hoje, são embrenhados de críticas – inclusive promovidas pelos autores destacados neste trabalho.

Entretanto, considerar os preparatórios apenas como o regime que impossibilitou o caráter sistemático e regular do ensino secundário é um pensamento limitado, uma vez que os governos desses períodos eram elitistas e viam, na educação secundária e superior, níveis que habilitavam para a perpetuação e integração das elites sociais, tendo em vista que o diploma de nível superior é e sempre foi este hímen para a manutenção da hierarquia entre as classes.

Não se defende aqui, porém, a história da elite brasileira perante a educação; pretende-se mostrar que, no período em estudo, a educação (principalmente aquela de níveis

secundário e superior) e os interesses eram voltados para a classe dominante. Tais fatos apontam para uma análise dos preparatórios sob outro viés: deve-se apresentá-los face as suas contribuições e cultura que imprimiram no ensino secundário brasileiro e, por isso, importantes para a História da Educação.

A fim de serem caracterizados os preparatórios de acordo com a legislação consultada, questiona-se: em qual período eram divulgados e aplicados? Quais as formas de aplicação? Quem participava e como? Quais os direitos e deveres dos envolvidos neste processo? Para responder essas questões e traçar o “desenho” do funcionamento dos preparatórios no Brasil, foram selecionadas não somente as reformas educacionais, mas outros decretos complementares constantes no Quadro 03.

2.1.2 Caracterização dos exames de preparatórios

Embora a legislação tenha revelado que algumas tentativas de supressão ou remodelação dos preparatórios foram empreendidas ao longo do período em que esteve em vigor, é possível identificar, também, que muitas dessas tentativas foram frustradas e que o regime se manteve em funcionamento.

Ao fazer o levantamento das características dos preparatórios, tornaram-se visíveis as permanências e principais mudanças em sua estrutura. A fim de organizar os dados levantados, foi elaborado um quadro descritivo para apresentar essa dinâmica a partir do ano em que os preparatórios foram implantados no ensino secundário brasileiro, em 1854, até meados da década de 1930, durante e após a reforma empreendida por Francisco Campos. Esse quadro foi organizado por décadas porque as principais mudanças ocorreram em mais ou menos neste intervalo de tempo, com exceção dos anos de 1850 e 1930.

Inicia-se a descrição da década de 1850 a partir de 1854, por ser o ano da implantação dos preparatórios nas instituições de ensino secundário; e os anos de 1930 são encerrados em 1935, por se tratar do último decreto nacional (Decreto nº 23, de 11 de fevereiro de 1935) localizado que trata dos exames de preparatórios, mesmo após quatro anos da Reforma Francisco Campos, o que prova a sua progressiva adaptação.

Quadro 05 – Características gerais do funcionamento dos exames de preparatórios nas instituições de ensino secundário, 1854-1935

Década	Divulgação/Aplicação	Formas	Conceitos avaliativos	Taxas
1854-1859	Inscrições e aplicação no mês de novembro, somente no Colégio Pedro II; única época Editais e resultados divulgados pelo Inspetor Geral	Prova escrita	Aprovado; Aprovado com distinção; Reprovado	?
1860-1869	Inscrições e aplicação: ao decorrer do mês de novembro, para os exames de Português, Latim, Francês e Inglês; e no mês de janeiro do ano seguinte, para os exames de Filosofia, das Matemáticas (Aritmética, Álgebra e Geometria), História, Geografia e Retórica Aplicação às 09h, em dia útil Publicação das listas de inscrição e resultados no Diário Oficial	Prova escrita e oral, com pontos sorteados e divulgados pela imprensa, segundo o programa organizado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública. A prova escrita às portas fechadas, e a oral aberta ao público (com duração de 10 a 15 minutos)	Aprovado; Aprovado Plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	5\$000 por certidão e inscrição de cada exame; Certidão e matrícula nas faculdades gratuitas para alunos “aprovados com distinção” em todos os preparatórios
1870-1879	Aplicados em duas épocas (a primeira, ao final do ano letivo, em meados do mês de novembro; e a segunda, antes do início do próximo ano letivo, entre fevereiro e março) Em 1873, recebe a autorização de aplicação em todas as Províncias que possuísem instituições de ensino secundário públicas mantidas pelo Governo Publicação dos editais e resultados na gazeta oficial de cada Província	Prova escrita e oral (o candidato só era chamado à prova oral, se aprovado na escrita)	Aprovado; Aprovado Plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado (o candidato reprovado em algum exame, só poderia refazê-lo, passados, no mínimo, três meses)	Inscrição: 5\$000 (por exame); Certidão gratuita
1880-1889	Aplicados em duas épocas, porém, com alteração no calendário, passando a primeira época para o mês de agosto, e a segunda, para outubro do mesmo ano. Em 1886, voltam a ser aplicados em novembro e março Editais publicados no Diário Oficial	Prova escrita e oral (o candidato só era admitido à prova oral, se aprovado na escrita)	Aprovado simplesmente; Aprovado plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	Inscrição: 5\$250 (por exame), para candidatos de outras Províncias; e 3\$150 (por exame) para candidatos residentes ou naturais da Província onde os exames eram aplicados

1890-1899	Aplicação entre os meses de dezembro e janeiro (única época – 1891); Retorno das duas épocas em 1895, com aplicações nos meses de novembro e março	Prova escrita e oral (o candidato só era admitido à prova oral, se aprovado na escrita); A prova escrita de Português passou a contar com uma redação, além dos pontos estabelecidos pelos programas; Duração da prova escrita: duas horas (1891), em 1895 passou a ser de três horas; Duração da prova oral: 20 minutos em línguas e 30 minutos em ciências	Aprovado simplesmente; Aprovado plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	Inscrição: 5\$000 (por exame - 1891); Aumento no valor da inscrição em 1895, passando a ser cobrado 5\$500 (por exame)
	Início dos pré-requisitos para as inscrições, o que consiste na aprovação e certificação de alguns exames antes de outros			
	Resultados divulgados por meio da imprensa			
1900-1909	Aplicados em duas épocas e conforme as condições de cada Província, desde que não alterasse o calendário letivo Resultados divulgados por meio da imprensa Realização dos exames de maturidade concomitantemente aos de preparatórios	Prova escrita e oral (o candidato só era admitido à prova oral, se aprovado na escrita)	Aprovado simplesmente; Aprovado plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	Inscrição: 5\$500 (por exame)
1910-1919	Aplicados em duas épocas, porém, com algumas ressalvas: a segunda época somente para candidatos reprovados em algum exame da primeira época e para aqueles que faltaram à primeira aplicação por motivo de força maior Editais publicados em jornal de grande circulação com antecedência de 15 dias Primeiras iniciativas para a aplicação dos exames vestibulares, em 1915 (com estrutura semelhante aos preparatórios, diferindo-se apenas quanto ao local de elaboração e aplicação. Os preparatórios, aplicados nas instituições de ensino secundário, enquanto os vestibulares nas próprias faculdades)	Prova escrita e oral (não especifica se a prova oral dependia da aprovação na prova escrita)	Aprovado simplesmente; Aprovado plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	Inscrição: 10\$ (por exame); metade da verba destinada aos examinadores, e a outra, ao patrimônio escolar

1920-1929	Aplicados em duas épocas, sendo a primeira entre os meses de novembro e dezembro, e a segunda no mês de março do ano seguinte (a segunda época somente para candidatos reprovados em algum exame da primeira época e para aqueles que faltaram à primeira aplicação por motivo de força maior)	Prova escrita e oral (não especifica se a prova oral dependia da aprovação na prova escrita)	Aprovado simplesmente; Aprovado plenamente; Aprovado com distinção; Reprovado	Certidão de exame: 5\$000 Valor da inscrição não localizado
1930-1935	Aplicados somente para os alunos que possuíam seis ou mais preparatórios das edições anteriores, para assim, prestar os exames que faltavam; para aqueles que possuíam menos ou nenhum exame, deveriam prestar os vestibulares nas instituições de ensino superior onde almejavam a matrícula – Reforma Francisco Campos Aplicados na mesma época dos exames vestibulares (durante o mês de janeiro, antes do início das aulas)	Prova escrita e oral ou prática-oral, conforme a natureza da disciplina; e prova gráfica para o exame de Desenho	Aprovado; Inabilitado	Inscrição na prova escrita (por exame): 5\$000 Prova oral (por exame): 5\$000 Prático-oral (por exame): 10\$000 Certificado de preparatório: 10\$000 (à Diretoria Geral da Instrução) e 10\$000 (ao estabelecimento de ensino secundário); Segunda via de certificado: 15\$000

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise dos Decretos educacionais localizados no acervo digital da Câmara dos Deputados (expostos no Quadro 03) e das fontes selecionadas.

Os referidos dados caracterizam as formas de aplicação, de prova, avaliação e taxas cobradas no processo de inscrição e certificação dos preparatórios entre os anos de 1854 e 1935. Tais registros mostram como cada rito e dinâmica do funcionamento foram desenvolvidos. Primeiramente, notam-se algumas mudanças nas formas de aplicação, iniciando com apenas uma época por ano e, posteriormente, sendo dividida em duas. No caso de duas épocas, a primeira ocorria ao final do ano letivo, entre os meses de novembro e dezembro; e a segunda, antes do início das aulas do ano seguinte, entre os meses de fevereiro e março. Quanto à divulgação dos editais de abertura de inscrição e resultados dos exames, era feita por meio da imprensa, fato a ser demonstrado nas seções seguintes deste trabalho.

A princípio, os exames só eram aplicados no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Aos poucos, até meados de 1873, foram instituídos em outras Províncias, a exemplo de São Paulo, Bahia e Pernambuco. A determinação legal para que se implantassem os preparatórios era que a Província possuísse faculdades. Mas, a partir do Decreto nº 5.429, de 2 de outubro

de 1873, foi autorizada a implantação em Províncias que possuísem, no mínimo, instituições de ensino secundário públicas mantidas pelo Governo, como foi o caso de Sergipe, determinação que deu início a uma nova fase dos preparatórios, alcançando assim, outros territórios do país.

Aos candidatos era facultada a escolha dos exames que pretendiam prestar, de forma que não dependiam uma das outras para o processo de inscrição. Porém, a partir do ano de 1891, foram determinados alguns pré-requisitos, conforme prescrevia o Decreto nº 668, de 14 de novembro de 1891:

§ 5º Nesta conformidade, a aprovação em portuguez será condição indispensavel para que o candidato se inscreva em qualquer outra materia; o candidato à inscrição em geometria e trigonometria deverá ter aprovação em arithmetica e algebra; para physica e chimica, será exigida a aprovação em mathematica elementar; para historia natural, a aprovação em physica e chimica; para historia, a aprovação em geographia (BRASIL, 1891).

Neste mesmo ano, houve alterações, também, na prova escrita do exame de Português, passando a contar com a elaboração de redação – antes baseavam-se apenas em questões gramaticais e análises de clássicos.³⁹ Os modelos das provas também variavam em alguns momentos, começando, em 1854, com a aplicação apenas de prova escrita. Em meados de 1860, deu-se início à entrada da prova oral, de caráter classificatório e dependente da aprovação do candidato na prova escrita. A escrita tinha duração que variava entre duas e três horas; a oral, entre 10 e 30 minutos, a depender da exigência do Regulamento de cada ano. A partir de 1930, com a Reforma Francisco Campos, surgiram mais dois modelos de prova: a prático-oral, que dependia da natureza da disciplina, como aquelas baseadas em experimentos, a exemplo da Física e da Química; e a prova gráfica, para o exame de Desenho.

Foi possível notar também algumas mudanças nos conceitos avaliativos que eram atribuídos aos preparatórios como média geral da prova escrita, oral ou prático-oral e gráfica. Tais conceitos determinavam se o candidato estava habilitado, ou não, para o ingresso nas Academias. Os significados numéricos dos conceitos variaram durante as décadas em estudo e eram definidos da seguinte forma:

³⁹ “Art. 4º A prova escripta de portuguez constará de uma redacção, fornecidos os elementos pela commissão examinadora, e da analyse lexiologica e logica de um trecho de clássico portuguez, tirado à sorte” (BRASIL, 1891).

Quadro 06 – Significados e valores numéricos dos conceitos avaliativos dos exames de preparatórios, 1854-1935

Década	Significados dos conceitos avaliativos
1854-1859	Aprovado - Nota igual ou superior a 5,0 e menor que 9,5
	Aprovado com distinção – Nota igual ou superior a 9,5
	Reprovado – Nota menor que 5,0
1860-1879	Aprovado – Quando o candidato obtinha a maioria de votos favoráveis
	Aprovado plenamente – Quando o candidato obtinha todos os votos favoráveis nas duas provas (escrita e oral)
	Aprovado com distinção – Quando, além da unanimidade de votos nas duas provas, se sobressaía com relação ao conteúdo, apresentando um conhecimento acima da média
	Reprovado – Quando o candidato apresentava maioria de votos desfavoráveis na prova oral
1880-1929	Aprovado simplesmente – Nota igual ou superior a 4,0 e menor que 6,0
	Aprovado plenamente - Nota maior que 6,0 e igual ou menor que 9,0
	Aprovado com distinção - Nota igual ou superior a 9,5
	Reprovado – Nota menor que 4,0
1930-1935	Aprovado – Candidato que obtivesse média igual ou superior de 50 pontos nas provas escrita e oral, ou prático-oral (em disciplinas experimentais) e gráfica (no caso da disciplina de Desenho) – As provas somavam o valor máximo de 100 pontos
	Inabilitado – Nota menor que 50 pontos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Decretos educacionais e das Certidões de Habilitação de Preparatórios localizadas no CEMAS.

As diferentes formas de atribuição de conceitos e os seus significados suscitam uma questão: qual o método avaliativo mais justo, a partir das notas ou do número de votos favoráveis ou desfavoráveis? Em 1854, o sistema avaliativo era baseado em notas e somente de prova escrita, configurando um processo mais curto e objetivo. Entre os anos de 1860 e 1879, houve uma mudança significativa neste quesito, passando a contar com votos. As bancas examinadoras, compostas geralmente entre três e cinco membros, declaravam-se favoráveis ou desfavoráveis nas duas provas (oral e escrita) prestadas pelos candidatos. Para ser considerado aprovado, bastava obter a maioria dos votos favoráveis. O que diferenciava se a aprovação seria “plenamente” ou “com distinção” era a forma que o candidato se apresentava e o domínio do conteúdo cobrado, além da unanimidade de votos favoráveis. Assim, esse modelo perdurou por 19 anos.

A partir de 1880, retornou-se à atribuição de notas, graduadas de 0 a 10, acompanhadas dos seus respectivos conceitos. Nesse sistema, considerado aqui como mais justo e menos passível de equívocos, cada um dos membros atribuía a sua nota. Finda esta fase, chegavam a uma média final que, posteriormente, era convertida nos conceitos de “aprovado simplesmente”, “aprovado plenamente”, “aprovado com distinção” e “reprovado”. Esse método é mais justo por questões de meritocracia, uma vez que cada

examinador atribuía a nota com base no nível de conhecimento do aluno e não apenas se ele atendia aos requisitos de aprovação ou não. No sistema de votos, independente de o aluno possuir conhecimento mínimo ou máximo, receberia o voto favorável, sem distinção nos níveis entre eles; o que os classificava era apenas a quantidade de votos favoráveis e não o nível de competência. Foi o sistema avaliativo que mais durou na história dos preparatórios, cerca de 49 anos, afirmando assim, a eficácia desta dinâmica.

Em meados dos anos de 1930, durante as determinações da Reforma Francisco Campos, ocorreu a última alteração no que concerne à avaliação. Passaram a somar um total de 100 pontos, precisando o candidato atingir o mínimo de 50 pontos para ser considerado aprovado ou inabilitado (reprovado) nos exames.

Finalizada essa etapa de atribuição das notas e seus respectivos conceitos, independentemente do sistema avaliativo, as listas nominais com a conceituação dos candidatos eram divulgadas por meio da imprensa local, a exemplo dos jornais de maior circulação e nos Diários Oficiais de cada Província/Estado, com publicação feita pelo Inspetor Fiscal, representante do Governo designado para acompanhar o funcionamento dos exames.

Ainda no Quadro 05, destacam-se as taxas cobradas aos candidatos. As taxas de inscrição de exames eram pagas no ato do processo e cobradas individualmente, por disciplina. Quanto às taxas de certificação, eram pagas após a divulgação dos resultados. O candidato precisava dirigir-se à secretaria da instituição onde prestara o preparatório e requerer a sua declaração. Conforme apresentado, entre os anos de 1870 e 1879, foi determinada a gratuidade no processo de certificação, mantendo somente a taxa da inscrição, voltando a ser requisitada a partir de 1880 e permanecendo até fins do regime. Essas alterações na gratuidade, aumento ou diminuição dos valores taxados, não eram permitidas sem a aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, depois de ouvidos os Conselhos de Ensino (BRASIL, 1915).

A cobrança de taxas era prática comum durante o funcionamento dos preparatórios (embora o Governo contribuísse financeiramente),⁴⁰ revelando que não bastava o candidato ter apenas a vontade de prestá-los, mas possuir um poder aquisitivo que lhe garantisse a

⁴⁰ “Art. 27. A quota de fiscalização das academias será de 6:000\$ annuaes, e a dos gymnasios, 3:600\$. Quando as academias organizarem bancas de exames geraes de preparatorios, pagarão as duas quotas, de curso secundario e superior” (BRASIL, 1915). O presente artigo se refere às quotas que o Governo destinava para a fiscalização das academias e instituições secundárias e para a aplicação dos preparatórios nestes estabelecimentos.

inscrição/certificação e os estudos posteriores, fato que demonstra às quais classes sociais os examinandos pertenciam, projetando, assim, o capital cultural nos três estados classificados por Bourdieu (1998): incorporado, à medida que os candidatos possuíam capitais culturais e influências provenientes do meio familiar; objetivado, na forma dos bens culturais materiais necessários para a efetuação do pagamento das taxas e afins; e institucionalizado, atendendo ao processo de inscrição e certificação escolar dos preparatórios.

Todos esses procedimentos realizados para o funcionamento dos preparatórios eram desenvolvidos por entidades e sujeitos. O Governo, as instituições secundárias e superiores, inspetores, secretários, professores, bancas examinadoras e os candidatos, correspondem são os principais envolvidos nesse processo. Todos, possuíam direitos e deveres determinados em Lei, criados para o estabelecimento da ordem antes, durante e após a aplicação dos exames. A seguir, apresenta-se a descrição das prescrições legais incumbidas a cada um.

Quadro 07 – Determinações legais destinadas aos envolvidos durante o funcionamento dos exames de preparatórios, 1854-1935

Envolvidos no processo	Deveres prescritos em Lei
Governo/ Instituições	Definir as matérias cobradas nos exames; Auxiliar os estabelecimentos no ensino das disciplinas exigidas; Autorizar a abertura de mesas de preparatórios; Contribuir financeiramente para a aplicação dos exames; Elaborar as leis específicas de regulamentação dos exames; Designar o Delegado Fiscal
Inspetor Fiscal	Publicar com antecedência o dia, hora e local dos exames, bem como, autorizar as publicações dos editais e resultados via imprensa; Assistir aos exames, rubricar as provas e assinar as atas respectivas
Diretor	Auxiliar na escolha dos programas e pontos das provas; Nomear o secretário e bancas examinadoras após a eleição; Assistir à aplicação dos exames e acompanhá-los
Secretário	Lavar os termos e atas dos exames; Registrar e expedir os certificados
Professores	Titulares e substitutos que lecionavam as disciplinas preparatórias em estabelecimentos oficiais, deveriam acumular, também, a função de examinador; Proibido de compor as mesas examinadoras, caso oferecesse aulas e cursos particulares da disciplina em questão
Bancas examinadoras	Compostas por um presidente (professor titular) e dois ou três examinadores (professores substitutos), escolhidos e/ou eleitos para aplicar e arguir os candidatos, assim como, aferir as notas/conceitos; Assinar as atas dos resultados
Candidatos	No ato da inscrição, apresentar identidade verdadeira, idoneidade moral, cartão de vacinação e recibo do pagamento das taxas

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Decretos educacionais (1854-1935) selecionados.

Submetidos a um conjunto de regras e condutas, os envolvidos no processo de aplicação dos preparatórios deveriam atendê-las de forma disciplinar e idônea. Essas

determinações ligadas à idoneidade, moralidade e conduta do pessoal, eram requisitos e critérios essenciais presentes em todos os decretos analisados, mesmo naqueles que propunham outro modelo de regime, ficando claro que buscavam moldar o perfil dos membros das instituições e dos aspirantes às Academias. Dessa forma, buscou-se sintetizar, por serem extensos, os principais deveres/obrigações dos sujeitos, pontos comuns nos Regulamentos dos diferentes anos.

Ficava a cargo do Governo e das instituições (secundárias e superiores) toda a logística dos preparatórios, desde a definição dos programas, autorizações, auxílio financeiro, elaboração de leis à designação de representantes. O Governo, ao nomear o Inspetor Fiscal, deveria atentar-se à seguinte prerrogativa: “ Paragrapho único: Para presidir taes exames haverá em cada uma das mesmas cidades tres Delegados do Governo, escolhidos d’entre os cidadãos distintos por merecimento litterario que não exerçam o magistério particular” (BRASIL, 1879).

Tal determinação revela que o Inspetor Fiscal deveria ser uma pessoa capacitada para o cargo e não exercesse o magistério particular (prerrogativa destinada também aos professores, membros bancas examinadoras). Mas por que não deveria exercer o magistério particular? Supõe-se que por questões de imparcialidade e ética, pois se o Inspetor ou professor envolvidos em todo o processo e elaboração dos preparatórios fossem também, professor particular, certamente prepararia e direcionaria suas aulas somente de acordo com o que seria exigido nos exames, ou seja, apresentaria uma postura antiética diante do Governo. Além dessas atribuições, tempos depois, ao Fiscal era determinado fiscalizar o trabalho desenvolvido nas instituições secundárias, não somente durante a realização dos exames:

Art. 366. [...] o Governo nomeará um Delegado de reconhecida competencia, o qual fiscalizará o instituto pelo espaço de dous annos e em relatorios semestraes exporá quanto observar sobre o programma o merecimento do ensino, processo dos exames, natureza das provas exhibidas, condições de admissão à matricula, idoneidade moral e technica do director e do corpo docente, existencia de laboratorios e gabinetes necessarios ao ensino, frequencia do instituto e o mais que possa interessar (BRASIL, 1901).

DesSa forma, aumentou-se a responsabilidade do Inspetor Fiscal, uma vez que passou a acompanhar de perto todo o funcionamento das instituições secundárias oficiais mantidas pelo Governo num espaço de dois anos. No entanto, em 1915, esse período

contratual passou a ser de um ano por instituição fiscalizada, ou seja, ao concluir o trabalho numa instituição, poderia ser designado para outra por igual período, desde que não apresentasse afinidade de qualquer natureza com os diretores e professores dos respectivos estabelecimentos e, de preferência, que não residisse no Estado onde a instituição funcionasse (BRASIL, 1915), preservando, mais uma vez, a garantia da imparcialidade e da ética profissional.

A partir das determinações legais, foi possível identificar as relações que pretendiam estabelecer entre o representante do Governo e os membros das instituições. À medida que os anos passavam e as instituições se expandiam, novas atribuições eram adicionadas, não somente para o Inspetor Fiscal, bem como para os secretários, diretores, professores, bancas examinadoras e candidatos.

Alguns pontos fundamentais referentes à função do diretor durante as épocas dos exames foram elencados: primeiro, não era uma figura ligada ao processo de aplicação dos preparatórios em si; segundo, participava somente nas tomadas de decisões que antecederiam a aplicação, como escolha dos programas e nomeações de bancas (em que possuía voto de Minerva, em caso de empate); e terceiro, não tinha o direito de interferir, de forma decisiva, nas avaliações dos candidatos (competência restrita às bancas examinadoras), sendo possível, somente, assistir à aplicação, mas sem o caráter fiscalizador que era atribuído ao Inspetor Fiscal. Apesar disso, o diretor poderia compor a banca examinadora na condição de presidente, desde que exercesse também a função de professor; caso contrário, era restrito às questões administrativas e não menos importantes.

Quanto ao cargo de secretário, era ele ocupado por um professor titular da instituição mediante votação, realizada todo início de ano letivo, pelos membros da Congregação.⁴¹ A ele não cabia apenas atuar durante a aplicação dos preparatórios, mas em diversas atribuições

⁴¹ O Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 apresenta de forma sistemática o que era uma Congregação educacional, sua composição e deveres: “Art. 7º A Congregação compõe-se dos lentes e dos substitutos em exercício de cadeiras. Paragrapho unico: os professores serão convidados para as sessões da Congregação e terão voto, quando se tratar de assumpto concernentes ás aulas”. E Continua no art. 23: “Compete à Congregação: 1º Aprovar os programmas do ensino, podendo modifical-o; 2º Regular o horario do serviço docente; 3º Aprovar ou alterar as listas dos pontos para os concursos e exames; 4º Propor ao Governo as medidas aconselhadas pela experiencia para melhorar a organização scientifica do estabelecimento ou aperfeiçoar os methodos didactos; 5º Informar ao Governo acerca do merito dos profissionais que houverem de contractar para exercer o officio de lente, com o onus e vantagens dos membros do corpo docente; 6º Informar da conveniencia quanto á troca de cadeiras, nos termos do art. 37; 7º Eleger commissões, segundo as exigencias do ensino e dos concursos; 8º Eleger em sua primeira reunião aquelle dos seus membros que deve redigir a Memoria historica dos mais notaveis acontecimentos escolares do anno; 9º Auxiliar ao director na manutenção do regimen disciplinar” (BRASIL, 1901). Para saber mais sobre a estrutura organizacional de uma Congregação educacional, consultar Santos (2016).

administrativas e pedagógicas durante o período de um ano. Dentre as suas principais competências, destacavam-se:

Art. 251. Compete ao secretário:

- 1º Fazer ou mandar fazer a escripturação da secretaria, e ter sob sua guarda os moveis e objectos a ella pertencentes;
- 2º Mandar no fim de cada anno encadernar os avisos e ordens do Governo, a minuta dos editaes e das portarias do director, dos officios por elle expedidos, e as actas das sessões da congregação;
- 3º Copiar ou mandar copiar um livro proprio, com titulos distinctos, o inventario do material da secretaria, das aulas, dos exames, e em geral de tudo que disser respeito ao serviço do estabelecimento, exceptuado somente o que pertencer á bibliotheca;
- 4º Exercer a policia não só dentro da secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a boa ordem dos trabalhos, como em geral em todas as dependencias do estabelecimento, fiscalizando o serviço dos empregados, afim de dar circunstanciadas informações ao director;
- 5º Redigir e fazer expedir a correspondencia do director, inclusive os officios de convocação para as sessões da congregação;
- 6º Comparecer ás sessões da congregação, cujas actas lavrará;
- 7º Abrir e encerrar, assignando-os com o director, todos os termos referentes a concurso e inscrições para a matricula e exames dos alumnos;
- 8º Lavrar e assignar com o director todos os termos, não só de gráo, como de posse dos empregados;
- 9º Lavrar os termos de posse do director, vice-director, lentes, substitutos e professores;
10. Lavrar os termos de exames;
11. Fazer a folha do vencimento do director e do pessoal docente e administrativo, apresentando-a no ultimo dia de cada mez ou no primeiro do seguinte;
12. Organisar, sob as ordens do director, até o dia 25 de cada mez, o orçamento das despesas do estabelecimento para o mez seguinte;
13. Providenciar quanto ao asseio do edificio;
14. Encarregar-se de toda a correspondencia do estabelecimento que não for da exclusiva competencia do director;
15. Informar, por escripto, todas as petições que tiverem de ser submettidas a despacho do director ou da congregação;
16. Lançar e subscrever todos os despachos da congregação;
17. Prestar nas sessões da congregação as informações que lhe forem exigidas, para o que o director lhe dará a palavra quando julgar conveniente (BRASIL, 1901).

Diante de inúmeras incumbências, era necessário o auxílio de um subsecretário, este também nomeado pela Congregação da instituição. Seu papel era auxiliar o secretário no desempenho das suas obrigações e substituí-lo em casos de ausências – ambos deviam obediência direta ao diretor. Tanto o diretor quanto o secretário recebiam gratificações pelo

acúmulo de função, já que, em muitos casos, ocupavam cadeiras também na condição de professores. Subordinados a eles, estavam os professores e alunos.

No Quadro 07, os professores e bancas examinadoras foram situados em dois grupos distintos, embora um componha o outro. Optou-se em separá-los pela seguinte razão: as incumbências dadas aos professores e às bancas eram diferentes. Aos professores, assim que o Governo autorizava a aplicação dos exames, era determinado que se reunissem em congregação para as tomadas de decisões referentes aos programas, pontos e eleição dos examinadores de cada disciplina. Resolvidos esses detalhes e com as bancas já definidas, as determinações giravam em torno da aplicação e avaliação dos candidatos. Assim como o Inspetor Fiscal, os professores eram proibidos de exercer essa função caso oferecessem aulas particulares, ou seja, aos professores eram dadas as mesmas determinações, sob pena de afastamento e suspensão dos vencimentos:

Art. 47. Nenhum lente ou professor poderá ter curso particular, ou em instituto não equiparado, congenero ou não, da materia que professorar no estabelecimento official ou daquella em cuja mesa de exame, por força deste codigo ou dos regulamentos especiaes, deva funccionar.

Paragrapho unico: A inobservancia do disposto neste artigo importará na suspensão de um mez a um anno com privação dos vencimentos, observado o processo estabelecido nos artigos antecedentes (BRASIL, 1901).

Tais medidas foram criadas para evitar o favorecimento de alguns alunos em detrimento de outros. Assim, com base nas determinações que buscavam a imparcialidade dos avaliadores, as bancas examinadoras eram formadas. O presidente da banca deveria ser, indubitavelmente, o professor titular/catedrático da cadeira e mais dois ou três para os postos de avaliadores e suplentes, que poderiam ser, inclusive, professores de outras disciplinas, porém, de áreas afins, a exemplo das matemáticas, que englobavam as disciplinas de Álgebra, Aritmética e Geometria; e das línguas, com Português, Francês, Latim e Inglês.

Em 1915, por meio do Decreto nº 11.530-A, de 18 de março, os professores, tanto do ensino secundário quanto do superior, ganharam novas classificações: catedráticos, substitutos, honorários e livres-docentes, cada um com as suas determinações legais a serem desenvolvidas durante o período letivo e regência das suas respectivas aulas, bem como durante a realização dos exames:

Art. 37. Compete ao professor cathedratico:

a - regencia effectiva da cadeira para a qual foi nomeado;

b - a elaboração do programma do seu curso, affim de ser approved pela Congregação 30 dias antes da abertura das aulas;

c - fazer parte das mesas examinadoras, desde que não haja incompatibilidade legal;

d - indicar os seus assistentes, preparadores e demais auxiliares; submeter a provas oraes ou escriptas os seus alumnos, na primeira quinzena de junho e na segunda de agosto, e conferir-lhes uma nota;

e - quando chamados aos trabalhos práticos, afim de deduzir a média annual, que influirá para a nota do exame final, conforme for determinado pelo Regimento Interno;

f - ensinar a materia constante no programma por elle organizado

Art. 38. Compete ao professor substituto:

a - substituir, nos impedimentos temporarios, qualquer dos cathedraticos da sua secção;

b - reger os cursos que lhe forem designados pela Congregação, esgotando os programmas approved;

c - auxiliar, quando necessario, os cathedraticos durante as provas de junho e agosto.

Art. 39. O professor honorario terá direito de dirigir cursos particulares nas salas da Academia que o elegeu, servindo-se do material escolar.

Art. 40. Os livre-docentes não farão parte de mesa examinadora senão quando nomeados para reger cadeira por falta de professor substituto, nem serão estipendiados pelo Governo; receberão na thesouraria do instituto as taxas de frequencia dos alumnos matriculados nos seus cursos antes e começar o anno lectivo, deduzidos 10% para o patrimonio escolar (BRASIL, 1915, grifos meus).

As passagens grifadas explicitam como as bancas examinadoras eram formadas. O professor catedrático ocupava o posto de presidente da banca da disciplina que ministrasse, e, caso se ausentasse por motivos de força maior, era substituído pelo professor substituto. Quanto aos professores denominados livre-docentes, só assumiriam o posto de examinador se nomeados, também, para a regência da cadeira e na falta do professor substituto e catedrático.

Nem todas as instituições, porém, adotaram essas mesmas divisões entre os professores, uma vez que todas possuíam autonomia de criar seu próprio Regimento Interno, a exemplo do Atheneu Sergipense que, em 1917, dois anos após a promulgação do referido decreto, estabeleceu suas próprias diretrizes de acordo com a realidade da instituição, fazendo recordar da pluralidade da cultura escolar entendida por Viñao Frago (1994; 1995), em que cada estabelecimento, a partir de leis gerais, adaptavam os ordenamentos considerando as necessidades locais, criando assim, a sua própria cultura.

Ainda no Decreto nº 11.530-A, de 18 de março de 1915, faz-se referência às provas realizadas entre os meses de junho e agosto, chamadas de “admissionais e/ou de promoção”, consistindo na aprovação ou reprovação do aluno para o semestre seguinte. Mas, quanto à

formação das bancas, apesar de este regulamento buscar implantar os exames vestibulares, apresenta a mesma estrutura dos exames de preparatórios, exigindo dos examinadores imparcialidade, idoneidade e conhecimento da disciplina em que fossem avaliadores.

O Governo, as instituições aplicadoras, diretores e secretários, nomeação de Inspetor Fiscal e de bancas examinadoras, são aqui compreendidas como a parte operacional dos exames de preparatórios, sendo os candidatos e o processo avaliativo o fim dessa operação.

No Quadro 07, foram apresentados alguns deveres considerados básicos para o processo de inscrição e posterior certificação dos candidatos, que consistia na garantia da não falsificação ideológica, idoneidade comprovada, apresentação da certidão de vacinação e pagamentos de taxas – exigências que foram obedecidas em Sergipe.

Esse conjunto de deveres instituídos aos candidatos reflete o perfil do alunado secundarista e superior que pretendiam formar. Para traçar esse perfil, foram colhidas informações nas três principais reformas educacionais que defendiam a imposição dos preparatórios, portanto, de caráter mais livre e flexível: Reforma Couto Ferraz (1854), Reforma Leôncio de Carvalho (1879) e Reforma Epiácio Pessoa (1901). Essas reformas abarcam décadas e momentos distintos da história dos preparatórios e do regime político: a de Couto Ferraz se refere ao ano inicial de implantação no ensino secundário, tendo como palco o Colégio Pedro II; a segunda reforma surge poucos anos após a instituição dos exames em Províncias que não possuíam faculdades, mas que apresentavam estrutura para a sua realização; e o terceiro momento corresponde aos anos iniciais do período republicano e expansão dos cursos superiores.

Apesar de se tratar de reformas desenvolvidas em períodos diferentes, nota-se que as prerrogativas direcionadas aos alunos eram semelhantes, porém com algumas especificidades de acordo com o período histórico, o que possibilitou traçar o perfil dos alunos que se pretendiam receber nas instituições secundárias e preparar para o ensino superior. Dentre as principais características, destacam-se: não ser escravo (Decreto de 1854); não padecer de moléstias contagiosas (com comprovação através do cartão de vacinação); comprovar idoneidade; e, apresentar os comprovantes de pagamentos das taxas cobradas para a matrícula, inscrição de exames e estadia (nos casos dos internatos).

Em 1854, há uma referência ao período escravocrata brasileiro: os escravos não eram admitidos no ensino secundário, fato observado até após a abolição da escravatura. Mesmo libertos, não dispunham de condições financeiras e sociais para sustentar um ensino eminentemente elitista. Quanto aos demais pontos, eram cobrados no ato da matrícula nos

diferentes anos do curso secundário e para a inscrição nos preparatórios. Pode-se observar que as exigências se assemelham àquelas cobradas, também, aos professores, a exemplo da comprovação da identidade, idoneidade e vacinação.

Quanto ao pagamento das taxas, atestam, mais uma vez, o caráter elitista do ensino secundário, embora também aceitassem alunos pobres na condição de bolsistas, conforme parágrafo 3º do artigo 2º da Reforma Couto Ferraz: “§ 3º Aos meninos pobres, cujos pais, tutores ou protectores justificarem impossibilidade de preparal-os para irem á escola, será fornecido vestuario decente e simples, livros e mais objectos indispensaveis ao estudo” (BRASIL, 1854).

Matriculados em instituições secundárias ou não, durante a realização dos exames de preparatórios, os candidatos possuíam outras determinações, estas ligadas ao comportamento. Tais informações foram retiradas de três decretos instrutivos: Decreto nº 4.430, de 30 de outubro de 1869; Decreto nº 4.623, de 3 de novembro de 1870; e Decreto nº 3.864, de 15 de dezembro de 1900. Neles, foram estabelecidas as instruções para a realização dos exames, tanto nos Estados quanto na Capital Federal.

Para melhor visualização daquilo que era cobrado aos candidatos, foram aqui divididos dois períodos temporais a fim de identificar mudanças e permanências nestas determinações. Outros decretos instrutivos expostos no Quadro 03 deste trabalho também foram analisados, porém, não foram identificadas mudanças significativas entre eles referentes às condutas. Portanto, no Quadro 08, a seguir, foram elencadas as instruções contidas nos decretos em que as mudanças e permanências foram mais visíveis.

Quadro 08 – Instruções aos candidatos durante a realização dos exames de preparatórios, 1869-1927

	Instruções
1869/1870	• Assinar os requerimentos de cada exame; • Respeitar a ordem das listas de convocação e comparecer no dia, horário e local determinados; • Aqueles que fossem o primeiro da lista deveriam sortear o ponto da prova escrita na frente dos demais; • Vedado o porte e uso de livros e papéis escritos, bem como a comunicação entre os candidatos; • Permitido se ausentar da prova durante a sua realização somente acompanhado do vigia; • Respeitar as autoridades e representantes legais envolvidos no processo
1900	• Além de assinar os requerimentos de solicitação de exames, deveria anexar o atestado de identidade, reconhecido pelo pai, pessoa próxima ou pelo diretor do estabelecimento onde houvesse estudado; • Atentar-se às listas de convocação divulgadas nos jornais e comparecer no dia, horário e local determinados; • Ponto da prova escrita sorteado pelo primeiro candidato da lista;

-
- Vedado o porte e uso de livros e papéis escritos, bem como a comunicação entre os candidatos;
 - Permitido se ausentar da prova (ida ao banheiro) durante a sua realização somente acompanhado do vigia;
 - Respeitar as autoridades e representantes legais envolvidos no processo;
 - **Caso o candidato precisasse faltar a uma das provas (escrita ou oral), deveria apresentar a justificativa (ou atestado médico em caso de doença) ao diretor dentro no prazo estabelecido para remanejamentos;**
 - **Proibido se retirar da prova escrita ou oral antes do horário determinado, independentemente do motivo;**
 - **Proibida a realização do exame no lugar de outrem**
-

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Decretos de instrução dos preparatórios (grifos meus).

Dentre as determinações dos anos de 1869, 1870 e 1900, notam-se aquelas de origens operacionais e comportamentais que visavam ao bom funcionamento dos preparatórios. Solicitação via requerimento, obediência às ordens estabelecidas referentes às datas, locais e horários, atenção às proibições e permissões durante a aplicação das provas, se configuram em “determinação operacional”, por apresentarem objetivos mais direcionados à execução do processo de aplicação. O respeito às autoridades e representantes legais, nas figuras dos membros das bancas, vigias e inspetores fiscais, por sua vez, refere-se ao comportamento – este, passível de penalidades se não obedecidos, conforme prescrito nos artigos 30 e 31 do Decreto nº 4.430:

Art. 30. O examinando, que, dentro da sala dos exames, no edifício em que se effectuarem, ou em suas immediações, tomar parte de assuadas, faltar ao respeito a quem quer que seja, ou por qualquer forma comportar-se menos dignamente, apreciado o facto pelo Inspector geral da instrução publica, será, por ordem deste, seu nome transferido para o ultimo lugar das listas de inscripção, ou dellas riscado, conforme a gravidade da falta.

Art. 31. As certidões de approvação só serão passadas e entregues aos interessados depois da conclusão dos exames. Aos que, depois de examinados e approvados, procederem irregularmente pela forma prevista no artigo antecedente, poderá o Inspector geral demorar, pelo tempo que julgar conveniente até os exames do anno seguinte, a entrega da certidão de approvação (BRASIL, 1869).

Em 1900, essa prescrição tornou-se mais rígida, alertando que, se o diretor julgasse conveniente, a penalidade referente à entrega do certificado passaria a ser de seis meses após a prestação dos exames, e, dependendo da falta cometida, os diretores das faculdades seriam notificados, cabendo a eles a aplicação de uma nova pena, inclusive, a de anular os exames apresentados pelo candidato infrator (BRASIL, 1900).

Os três últimos pontos grifados destacam as principais diferenças localizadas nos decretos. Assim, em 1900, caso o candidato precisasse, por motivo de força maior, se

ausentar em uma das duas provas (escrita ou oral), era necessária a apresentação da justificativa, via requerimento e possíveis anexos, como o exemplo de atestado médico em caso de doença. Após o parecer do diretor ou Inspetor Fiscal, se favorável, o candidato era remanejado para o final da lista e para outro dia de aplicação.

Outro ponto destacado versa sobre a saída do candidato do local da prova antes do horário determinado, independentemente do motivo. O candidato deveria permanecer na sala de aplicação até que todos concluíssem suas provas e as entregassem. Por fim, o decreto previa a proibição da realização do exame no lugar de outrem, o que resultava em penas mais duras, conforme rezava o art. 16:

Art. 16. A pessoa em nome de quem e com cujo conhecimento alguma outra tiver feito exame perderá este todos os mais que houver prestado e ficará privada pelo tempo de dous annos de matricular-se ou fazer exame em qualquer estabelecimento de instrucção superior. Na mesma pena incorrerá o individuo que prestar exame por outro (BRASIL, 1900).

Chama-se a atenção para o primeiro ponto que versa sobre os requerimentos de solicitação de inscrição em exame de preparatório. Entre 1869 e 1870, bastava o candidato assinar o requerimento, por extenso, que teria a sua inscrição validada. Em 1900, a essa exigência foi acrescentada a necessidade de apresentação de documentos anexos, a exemplo da carteira de identificação e, ainda, passar pelo reconhecimento do pai ou responsável e do diretor da instituição onde o candidato houvesse estudado, a fim de evitar a falsificação ideológica.

Em Sergipe, não foram localizados dados que revelassem fraude desse gênero, mas houve mudanças nos livros de inscrição no decorrer dos anos, como por exemplo, a anexação de informações complementares dos candidatos, como filiação, naturalidade, idade e instituições onde eram matriculados ou egressos, provando que, em Sergipe, estavam em obediência às instruções legais para a realização dos preparatórios.

Desse modo, cada personagem e entidade envolvidos no funcionamento dos preparatórios eram essenciais para a manutenção da organização e trabalhos desenvolvidos. O Governo, as instituições, o Inspetor Fiscal nomeado pelos governantes, o diretor da instituição aplicadora, o secretário, os professores e as bancas examinadoras representavam as figuras principais deste processo avaliativo. Os candidatos, o centro e o fim desse processo.

Ingressar nas Academias por meio de um conjunto de exames de preparatórios requeria, portanto, pertencer à elite, ser preparado durante o curso secundário, ter condutas e comportamentos condizentes com as pretensões acadêmicas futuras e submeter-se a um sistema avaliativo conduzido por diferentes sujeitos e normas.

2.1.3 Tentativas de remodelação

Alguns projetos de reforma do ensino público, a partir do advento da República, revelaram a natureza das questões relacionadas com o ensino, dentre elas, as de cunho preparatório para os cursos superiores que, para Silva (1969, p. 210), buscavam equacionar os “[...] problemas do ensino secundário da época”. O que o autor aponta como “problemas” refere-se ao caráter, segundo ele, “fragmentário e imediatista” do ensino, revelado pelos exames de preparatórios.

As reformas que ofereceram o equacionamento dos problemas, do ponto de vista de Silva (1969), embora ele não as especifique em seus escritos – mas que são identificáveis a partir do levantamento das fontes e reflexões do autor –, são: Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Eptácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), Reforma Rocha Vaz (1925) e a Reforma Francisco Campos (1932). Destaca-se, ainda, o Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926, que caracteriza as principais iniciativas de supressão dos preparatórios, apresentando novos modelos de exames e métodos de entrada nas Academias, conferindo, assim, ao ensino secundário o seu papel formativo e conclusivo.

Dentre essas principais reformas, destaca-se o Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926, por ter sido promulgado pelo Governo de Sergipe (em consonância com a Reforma Rocha Vaz), buscando suprimir os preparatórios do Atheneu Sergipense, porém com algumas ressalvas. Embora autores sergipanos, a exemplo de Nunes (1984) e Souza (2016), apontem esse decreto como marco final do regime no Estado, talvez porque não dispuseram do mesmo *corpus* documental analisado na presente pesquisa, é possível afirmar que tais determinações, em Sergipe, não saíram do papel, e os exames continuaram sendo aplicados.

Apesar de todas essas reformas datarem do início do período republicano, não significa dizer que a implantação da República representou novos pensamentos de políticas

educacionais, uma vez que projetos reformistas do ensino secundário vinham sendo processados desde o início da primeira metade do Império.

[...] Em vista disso, explica-se que da República não resulte a inauguração de uma política de educação de alcance maior do que a desenvolvida pelo Império. O início da vida republicana é assinalado, do ponto de vista da história da educação, pela efêmera e superficial influência positivista, representada pela ação pessoal de Benjamin Constant [...] (SILVA, 1969, p. 220).

A iniciativa de Benjamin Constant, primeiro Ministro titular do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, em 8 de novembro de 1890, ensejou a primeira tentativa, em termos de reforma geral do secundário, a tentar suprimir o sistema dos preparatórios, buscando substituí-lo pelos exames de madureza.⁴² Essa nova proposta preconizava tornar o ensino secundário verdadeiramente formativo, a partir de uma avaliação total do processo educativo, uma vez que os exames de madureza deveriam ser realizados somente ao final do curso, opondo-se ao então regime em vigor de caráter parcelado e livre.

Ainda de acordo com Silva (1969), embora o exame de madureza lhe parecesse um sistema mais justo e estruturado, uma vez que defende um ensino secundário formativo, os resultados não foram os esperados, contando com poucas inscrições enquanto esteve em vigor. Segundo levantamento realizado pelo autor, em 1899, por exemplo, na capital, se inscreveram somente onze candidatos, sendo nove aprovados; nos Estados, apenas dois inscritos e, ambos aprovados com nota mínima. O que provocou essa baixa procura? Além da oferta mais imediata e flexível dos preparatórios, acredita-se que havia muitas dúvidas quanto à viabilidade dos exames de madureza, uma vez que sofreram modificações diversas vezes.

⁴² Silva (1969), ao citar José Veríssimo e Rui Barbosa, estabelece o conceito da palavra “madureza” e o que este tipo de exame representou: “[...] podemos destacar a palavra *madureza*, que ele, então, ainda usava para significar um dos aspectos do objetivo do ensino secundário. O emprego dessa palavra, com tal finalidade, remonta à fase anterior à República, sendo ela, na verdade, uma palavra muito usada, desde então até 1911, pelo menos, não só para diagnóstico dos males do ensino secundário brasileiro, como também para caracterizar o sentido das providências sugeridas e experimentadas a fim de superar-se a feição meramente preparatória do ensino secundário, em favor de seu papel formativo. Vemo-la, assim, ser usada por Rui Barbosa, às vésperas da República, ao propor ele que os exames de preparatórios fossem substituídos pelo “exame de madureza”, isto é, um “exame geral de admissão” aos cursos superiores, no qual se averiguasse o grau de maturidade intelectual alcançado pelo adolescente” (SILVA, 1969, p. 206).

Enquanto isso, os preparatórios continuaram retendo o maior número de inscrições, conforme dados levantados por Silva entre os anos de 1861 e 1906, abarcando, dessa forma, o período em que os exames de madureza foram aplicados (de 1890 a meados de 1901):

Quadro 09 – Inscrições nos exames de preparatórios na capital e Províncias/Estados do país, 1861-1906

Ano	Local	Inscrições	Ano	Local	Inscrições
1861/fev.	Capital Federal	539	1892/1893	Estados	4.320
1861/1862		672	1894/1895	Capital	2.276
				Estados	3.164
1862/1863		916	1896	Capital	1.603
				Estados	4.297
1869/1870		2.938	1902	Capital	3.548
				Estados	4.915
1871		3.500	1903	Capital	3.090
				Estados	6.927
1873/1874		3.635	1906	Capital	1.073
				Estados	1.783
1875		?	Observação: Silva (1969), neste levantamento entre os anos de 1892 e 1906, não especifica quais são os Estados, apenas que se refere a nove deles.		
1876		?			
1880/1881		6.578			
1881/jul-dez.		6.001			
1889/1890		3.141			
1890/1891		3.198			

Fonte: Dados extraídos dos quadros elaborados por Silva (1969, p. 236-237).

Ainda que os exames de madureza não tenham alcançado os objetivos desejados e seguissem definhando, os debates permaneceram até 1901, com a Reforma Epiácio Pessoa, porém, com algumas diferenças daquela empreendida por Benjamin Constant. Dessa vez, tanto os exames de madureza quanto os preparatórios deveriam ser aceitos para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior.

Essa flexibilização não foi bem aceita por Rivadávia Corrêa, que, em 1911, propôs a extinção dos preparatórios, admitindo, somente, a matrícula nas Academias por meio de exames admissionais. Segundo Cury (2009) e Rocha (2012), a Reforma Rivadávia Corrêa também buscou introduzir um modelo de ensino baseado na liberdade e desoficialização, ou seja, dispensava a equiparação das instituições ao Colégio Pedro II e preconizava a liberdade para a criação de universidades privadas.

O ano de 1915 marcou um intervalo de quatro anos entre a Reforma Rivadávia Corrêa e a Reforma Carlos Maximiliano que tentou voltar atrás em algumas proposições, retomando a oficialização do ensino secundário e a equiparação das instituições ao Colégio Pedro II e das faculdades particulares àquelas mantidas pelo Governo Federal, como também a

restituição dos exames de preparatórios (aplicados nas instituições de ensino secundário) e a implantação dos vestibulares (aplicados nas próprias Academias).

Em 1925, por meio do Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro, João Luiz Alves implantou a sua reforma, também conhecida como Reforma Rocha Vaz, na qual estabeleceu a disciplina “Moral e Cívica” como obrigatória nas escolas, liquidando com a autonomia didática e administrativa das instituições (SOARES; SILVA, 2018). No que diz respeito aos preparatórios, tentou cravar a sua supressão, dando lugar aos exames vestibulares; no entanto tornou-se mais uma tentativa fracassada.

A extinção dos preparatórios, de forma efetiva, se deu a partir de 1932, durante a vigência da Reforma Francisco Campos, em que se buscou modernizar e oficializar o ensino em todos os seus níveis, dando atenção maior ao secundário. Conforme Dallabrida (2009, p. 185), essa reforma “[...] marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização”, dentre elas, o regime dos preparatórios e organicidade do ensino secundário durante a Primeira República. No entanto, essas mudanças não ocorreram no mesmo ano da promulgação do decreto, mas de forma progressiva, conforme ocorreu no Atheneu Sergipense e em outras instituições espalhadas pelo país.

Desse modo, dos sete decretos que tentaram impor um novo modelo de avaliação institucional para a entrada nas Academias, seis foram barrados pelos exames de preparatórios. Foi somente com Francisco Campos que os exames vestibulares foram definitivamente implantados, embora a proposta tenha surgido por volta de 1915. Mas, por que tais iniciativas não obtiveram êxito? Quais as estruturas das remodelações propostas? Para responder a essas questões, elaborou-se um quadro com as principais características dos modelos sugeridos pelas reformas de supressão e/ou flexibilização do sistema dos preparatórios.

Quadro 10 – Propostas de remodelação do método avaliativo para a matrícula nos cursos superiores, 1890-1932

Decreto	Modelo	Características gerais
Dec. nº 981, de 8 de novembro de 1890 - Reforma Benjamin Constant	Exames de madureza	a) Aplicado ao final do curso integral, entre o final do mês de novembro e início de dezembro, nos estabelecimentos de ensino secundário cujo plano de estudos fosse equiparado ao Colégio Pedro II; b) Somente admitida inscrição dos alunos aprovados nos exames finais de todas as disciplinas; c) Provas escritas (duração de cinco horas) e orais; d) Pontos das provas propostos pela Congregação da instituição;

		e) Caso reprovado, o candidato deveria aguardar um ano para a prestação de novos exames; f) Obtenção do título de Bacharel em Ciências e Letras para os candidatos aprovados, com conceito “plenamente”, em pelo menos 2/3 dos exames; g) Valor da taxa de inscrição por exame: 5\$; h) Gratificação aos examinadores; i) Banca examinadora composta por sete membros: dois professores e o diretor da instituição aplicadora, dois professores particulares, dois professores de cursos superiores
Dec. nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 – Reforma Eptácio Pessoa	Exames de preparatórios/exames de madureza	a) Mais flexível, baseado em dois modelos, em que o aluno poderia escolher a forma parcelada (preparatórios) ou após a conclusão de todo o curso secundário (madureza); b) Preparatórios: ofertados em duas épocas: a primeira, para os alunos matriculados na instituição aplicadora; a segunda, para os alunos não matriculados, e para os matriculados que faltaram em mais de 30 aulas durante o ano letivo e para aqueles que reprovaram na primeira época. Demais características expostas no Quadro 05, referente ao período de 1900 a 1909; c) Exames de madureza: atendiam às mesmas características expressas pela Reforma Benjamin Constant
Dec. nº 8.659, de 5 de abril de 1911 – Reforma Rivadávia Corrêa	Exames admissionais	a) Elaborados e aplicados entre os dias 1º e 25 de março, pelas próprias faculdades, antes do período letivo, para aqueles alunos concludentes do ensino secundário; b) Provas escrita e oral; c) Banca examinadora: composta por professores da própria Faculdade ou de pessoas convidadas pela Congregação, sob a fiscalização do diretor e de um representante do Conselho Superior; d) Pagamento de taxas de inscrição e matrícula (valores não especificados); Observação: caso o aluno fosse egresso do Colégio Pedro II, bastava-lhe apresentar as certidões de aprovação nos exames finais e comprovante de frequência da instituição, para que lhe fosse garantida a matrícula nas faculdades
Dec. nº 11.530-A, de 18 de março de 1915 – Reforma Carlos Maximiliano	Exames vestibulares	a) Elaborados e aplicados nas faculdades, porém, se o aluno fosse egresso do Colégio Pedro II, bastaria apresentar os exames admissionais prestados na instituição e o comprovante de frequência; b) Ofertados em duas épocas: a primeira no mês de dezembro e, a segunda, em março. A segunda época destinada àqueles que tivessem sido reprovados na primeira ou faltado por motivo de força maior; c) Taxa de inscrição por disciplina: 10\$ Observação: apresentavam algumas características em comum com os preparatórios, como por exemplo: aplicados em duas épocas, provas escrita e oral, por disciplina e com conceitos avaliativos semelhantes, a maior diferença estava na instituição aplicadora (os preparatórios, como se sabe, nas instituições secundárias e os vestibulares, nas próprias faculdades)
Dec. nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 – Reforma Rocha Vaz	Exames vestibulares	a) Elaborados e aplicados pelas faculdades e restritos às disciplinas de cada curso; b) Ofertados em apenas uma época, entre os dias 1º e 10 de março; c) Idade mínima de 16 anos; d) Provas escrita, oral e prática; e) Banca examinadora formada pelos professores, vice-diretor e diretor das faculdades ou designados por eles; f) Taxa de inscrição (pelo conjunto das disciplinas): 120\$000

Dec. nº 940, de 2 de julho de 1926 – Regulamento do Atheneu Sergipense	Exames vestibulares	Este decreto refere-se ao promulgado pelo Estado de Sergipe e em consonância com as determinações da Reforma Rocha Vaz referente à supressão dos exames de preparatórios no Atheneu Sergipense, mas com algumas ressalvas e implantação dos vestibulares
Dec. nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e Dec. nº 21.241, de 4 de abril de 1932 – Reforma Francisco Campos	Exames vestibulares e início do Curso Complementar	a) Elaborados, aplicados e fiscalizados pelas faculdades; b) Após a conclusão dos sete anos do ensino secundário; c) Provas escrita, oral e prático-oral; d) Bancas examinadoras compostas de acordo com as instruções e aprovações do Ministério da Educação e Saúde Pública e expedidas pelo Departamento Nacional do Ensino; e) Taxa de inscrição (por disciplina): 5\$; f) Seriação do ensino secundário: dividido em Fundamental e Complementar. O Curso Complementar correspondia à segunda fase do ensino secundário, com duração de dois anos, e obrigatória aos alunos que pretendiam ingressar nas faculdades; modelo de preparação para os vestibulares; Observação: no art. 80 do Decreto de 1931 constava algumas ressalvas para aqueles alunos que possuíam mais de seis preparatórios prestados em anos anteriores, portanto, pendentes em algumas disciplinas para a matrícula nos cursos superiores

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Decretos educacionais analisados.

O primeiro modelo de supressão dos preparatórios corresponde aos exames de madureza. Eles aparecem em dois momentos, com a Reforma Benjamin Constant e na Reforma Eptácio Pessoa, porém com algumas diferenças. O primeiro modelo, mais rígido, cobra do candidato a conclusão do ensino secundário; o segundo, mais flexível, permitia que o aluno tivesse autonomia de decidir entre o sistema dos preparatórios e o de madureza. De acordo com os dados expostos no Quadro 09, é evidente a discrepância nos números de candidatos inscritos nos exames de madureza e nos exames de preparatórios, fazendo notar não só que havia uma inclinação maior, por parte dos candidatos, em acelerar o processo de entrada nas Academias, como também que era visível a não adesão ao regime dos exames de madureza.

Na questão estrutural dos exames de madureza, tanto a Reforma Benjamin Constant quanto a Eptácio Pessoa possuíam as mesmas características que diferiam dos exames de preparatórios nos seguintes pontos:

- 1) Para que o candidato se inscrevesse nos exames de madureza, era necessária a comprovação de conclusão do secundário e aprovação nos exames finais. Os preparatórios poderiam ser prestados independentemente do ano em que estivesse matriculado ou concluído o curso;
- 2) Para a aplicação dos exames de madureza, era necessário que a instituição aplicadora fosse equiparada ao Colégio Pedro II, fato que diferia dos preparatórios, em que bastava a instituição ser fiscalizada e aprovada pelo Governo, conforme ocorreu no

Atheneu Sergipense, onde os preparatórios foram instituídos antes da efetiva equiparação;

- 3) Exames de madureza eram aplicados em apenas uma época, ao final do ano letivo, o que significa que, se o candidato fosse reprovado em alguma disciplina, deveria aguardar o prazo de um ano para prestar novamente, e os preparatórios, como se sabe, aplicados em duas épocas, o que dava ao candidato reprovado uma segunda chance num intervalo de dois a três meses, uma vez que a primeira época ocorria entre os meses de novembro e dezembro e, a segunda, entre o final de fevereiro e início de março do ano seguinte;
- 4) Obtenção do título de Bacharel em Ciências e Letras aos candidatos aprovados, com conceito “plenamente”, em pelo menos 2/3 dos exames de madureza; no regime dos preparatórios, não havia essa conferência de diplomas independentemente do número de aprovação por disciplina; o único meio de bacharelar-se em Ciências e Letras era a partir da conclusão do ensino secundário;
- 5) Enquanto a banca dos exames de madureza exigia sete membros para a sua composição, resumidos nas figuras de dois professores e o diretor da instituição aplicadora, dois professores particulares e dois professores de cursos superiores, os exames de preparatórios contavam com quatro ou cinco membros que não podiam ofertar aulas particulares por questões de ética, serem professores da instituição e acompanhados e fiscalizados pelo representante do Governo.

Duas observações importantes a serem feitas sobre este último ponto é a respeito da presença de professores de cursos superiores nas bancas dos exames de madureza, o que se considera positivo do ponto de vista avaliativo, porém inoperante para o momento histórico em que propuseram, uma vez que não existiam Academias em todas as Províncias/Estados, dificultando esse processo de composição das bancas. A segunda observação trata-se da designação de dois professores particulares nas bancas de madureza: que não era permitida, por questões éticas, nos exames de preparatórios.

As diferenças entre os dois regimes não se encerram por aí. Enquanto os preparatórios eram aplicados de acordo com a escolha de curso do candidato, em que as disciplinas exigidas dependiam da área escolhida, os exames de madureza propunham disciplinas fixas, independentemente do curso pretendido, conforme rezava o Decreto nº 981:

Art. 36. O exame de madureza, a que só poderão ser admittidos, dentre os alumnos do Gymnasio, os approvados em todos os exames finaes referidos no artigo precedente, constará de provas escriptas e oraes sobre cada uma das secções seguintes:

- 1ª Linguas vivas, especialmente lingua portugueza e litteratura nacional;
- 2ª Linguas mortas;
- 3ª Mathematica e astronomia;
- 4ª Sciencias physicas e suas applicações: meteorologia, mineralogia e geologia;
- 5ª Biologia; zoologia e botanica;
- 6ª Sociologia e moral; noções de economia politica e direito patrio;
- 7ª Geographia e historia universal, especialmente do Brazil (BRASIL, 1890).

Assim, a obrigatoriedade de conclusão do ensino secundário como requisito básico para prestação dos exames de madureza, a oferta em somente uma época, a escolha dos membros das bancas examinadoras e as disciplinas obrigatórias fixadas, somadas à viabilidade desses exames, foram as principais causas de o regime não ter se firmado, além daquelas apresentadas por Nunes (1984, p. 174).⁴³

Mas, essa concepção do ensino secundário de Benjamin Constant não encontraria, na época, condições favoráveis para dar os resultados esperados. O seu afastamento do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos em 21/1/1891, seguindo-se a supressão desse órgão em 22 de fevereiro do ano seguinte, quando o setor educacional foi transferido para o Ministério da Justiça, Negócios do Interior, faria que a Reforma não fosse cumprida, sendo mutilada.

Com a Reforma Rivadávia Corrêa (1911), entrou o sistema dos exames admissionais. Mais uma tentativa de tornar o ensino secundário formativo e regular, superando a sua concepção preparatória. Tratava-se de um sistema de cunho acadêmico em que os exames deveriam ser elaborados e aplicados pelas próprias faculdades de acordo com a área do curso pretendido. Ou seja, a proposta se mostrava menos acessível aos candidatos, uma vez que precisava se dirigir às faculdades para a prestação dos exames admissionais. Naquele momento, havia cursos superiores de Medicina, Direito, Engenharias e a Escola Politécnica nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, conforme o art. 4º (BRASIL, 1911), precisando os candidatos se deslocarem às respectivas capitais onde as aulas eram mantidas.

⁴³ Nunes (1984), por ser defensora do ensino secundário regular, enalteceu a Reforma de Benjamin Constant em sua obra que, em sua visão, imprimiria novos rumos ao ensino brasileiro e o “libertaria” dos preparatórios através dos exames de madureza. Mas, diante do cenário de fracasso da reforma, a autora não disfarçou seu descontentamento, tecendo críticas à prorrogação do regime dos preparatórios.

A matrícula nos estudos superiores por meio dos exames admissionais configurou-se como uma tentativa de tornar esse processo acadêmico, já que estavam diretamente ligados às faculdades, e como uma forma de garantir um ensino secundário formativo, uma vez que era obrigatória a sua conclusão.

Aplicados em uma época, durante o mês de março, período que antecedia o início do ano letivo acadêmico, os exames admissionais possuíam alguns pontos de semelhança com os exames de madureza: aplicação uma vez ao ano, destinados aos concludentes do ensino secundário e bancas examinadoras compostas por professores da instituição e convidados. As diferenças consistiam no estabelecimento aplicador. Os exames de madureza eram aplicados em instituições secundárias equiparadas ao Colégio Pedro II, e os exames admissionais, nas próprias Academias, divergindo-se assim, do método de funcionamento dos preparatórios que continuavam se mostrando mais acessível e exequível.

Chama-se a atenção para uma questão importante presente na Reforma Rivadávia Corrêa: apesar de ter proposto um regime avaliativo ligado às Academias, caso o aluno fosse egresso do curso secundário ofertado no Colégio Pedro II, bastava-lhe apresentar as certidões de aprovação nos exames finais e comprovante de frequência para efeito de matrícula nas faculdades, fazendo perceber a busca incessante de colocar essa instituição como modelo de ensino regular e equiparável aos demais estabelecimentos.

Por fim, o último projeto de remodelação consistiu nos exames vestibulares, inicialmente proposto na Reforma Carlos Maximiliano (1915), reelaborado na Reforma Rocha Vaz (1925) e reafirmado e estruturado de maneira consistente por Francisco Campos, por meio de reforma educacional. Esses três momentos dos vestibulares dizem respeito a sua gênese no Brasil, às instabilidades e reformulações até a sua total substituição aos exames de preparatórios.

Na Reforma Carlos Maximiliano, algumas características dos preparatórios foram asseguradas, como por exemplo: mantidos e fiscalizados pelo Governo, ofertados em duas épocas, provas escrita e oral, por disciplina e com conceitos avaliativos semelhantes, sendo assim, menos radicais que as propostas de remodelação anteriores, apresentando-se como uma restituição ou nova roupagem dos preparatórios.

Os exames vestibulares, portanto, nasceram de forma mais branda, talvez para que não impactassem os candidatos e se tornassem outra proposta fracassada. As maiores diferenças entre os dois sistemas consistem: a) na instituição aplicadora (os preparatórios, como se sabe, aplicados nas instituições secundárias e os vestibulares, nas próprias

faculdades); b) e na obrigatoriedade de conclusão do curso secundário como pré-requisito para a inscrição no vestibular.

As matérias cobradas nos vestibulares, em 1915, eram aquelas que compuseram o plano de estudos do Colégio Pedro II e instituições equiparadas – Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Geografia e Elementos de Cosmografia, História do Brasil, História Universal, Física e Química e História Natural – distribuídas por ano do curso secundário da seguinte forma, conforme o Art. 167 do então Decreto:

1º Anno – Portuguez, Francez, Latim e Geographia Geral.

2º Anno – Portuguez, Francez, Latim, Arithmetica, Chorographia do Brazil e noções de Cosmographia.

3º Anno – Portuguez, Francez, Inglez ou Allemão, Latim, Algebra e Geometria Plana.

4º Anno – Inglez ou Allemão, Historia Universal, Geometria no espaço, Trigonometria rectilinea, Physica e Chimica.

5º Anno – Inglez ou Allemão, Physica e Chimica, Historia do Brazil e Historia Natural.

Paragrapho unico. Haverá licções de Gymnastica e Desenho nos quatro primeiros anos (BRASIL, 1915).

Reitera-se, dessa forma, a tentativa de tornar efetiva a equiparação dos estabelecimentos secundários ao Pedro II, uma vez que isto caminhava a passos lentos, assim como o foi em Sergipe. Tanto o processo de equiparação e centralização do ensino quanto o regime dos preparatórios continuaram sendo prorrogados. Em 1925, foi promulgado mais um projeto reformista, a Reforma Rocha Vaz, que estabeleceu a difusão do ensino primário, secundário e superior e que, dentre as suas determinações, buscou reelaborar o projeto dos exames vestibulares iniciado na Reforma Carlos Maximiliano.

Considera-se que foi uma ideia mais arriscada do ponto de vista da supressão dos preparatórios, por apresentar pontos que haviam sido trabalhados e sugeridos em outros modelos que não deram certo, embora bem estruturado, como: realização uma vez ao ano, elaboração e aplicação nas próprias faculdades e bancas examinadoras compostas por professores, vice-diretor e diretor das Academias ou designados por eles. Nesse decreto, é possível observar mudanças na contextualização do ensino secundário e superior. Nele, fala-se de concorrência para as matrículas nos cursos superiores, fazendo perceber o aumento na

demanda que, neste caso, seguiam a ordem de classificação dos aprovados e o número de vagas ofertadas,⁴⁴ preocupação que não identificada nos decretos anteriores.

Outro ponto refere-se à taxa cobrada neste novo modelo. Sabe-se que, até então, no regime dos preparatórios, no de madureza, admissionais e até na proposta inicial dos vestibulares, o valor da inscrição era cobrado por disciplina, o que dava ao candidato a liberdade de prestar exame para quantas e quais desejasse – ponto que difere deste segundo momento. De acordo com a nova proposta, o valor era calculado pelo conjunto das matérias e não mais de forma isolada, compreendendo um valor fixado em 120\$000, superando a taxa cobrada para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior que era de 100\$000, além das taxas de frequência anuais e semestrais (BRASIL, 1925).

Naquele momento, os cursos superiores se baseavam em Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e nas Engenharias ofertadas na Escola Politécnica. Havia uma determinação e distribuição de disciplinas obrigatórias nos vestibulares a depender do curso escolhido:

Art. 218. O exame vestibular nas Faculdades de Direito versará sobre geographia, especialmente do Brasil, historia universal e do Brasil e philosophia.

Art. 219. O exame vestibular nas Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia versará sobre physica, chimica e historia natural.

Art. 220. O exame vestibular na Escola Polytechnica sera sobre algebra elementar e superior, geometria, trigonometria plana e espherica, desenho linear e geometrico, geometria descriptiva (ponto, recta e plano) e noções de geometria analytica (BRASIL, 1925).

Havia, também, disciplinas comuns para todos os cursos, a exemplo das línguas (Português, Latim, Francês, Inglês e Alemão) e da Filosofia. Tanto as disciplinas comuns quanto as obrigatórias deveriam ser aplicadas e distribuídas por turmas entre os dias 1º e 10 de março. Quanto ao Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926, que fora autorizado pelo então Presidente do Estado de Sergipe, Manuel Corrêa Dantas, alguns autores o apontam como o marco final dos preparatórios em Sergipe; no entanto, constava o seguinte em seu art. 49: “Os exames do Atheneu Pedro II são: de admissão, de promoção e finais para matriculados; de promoção e finais para não matriculados, **e de preparatórios, nos termos do art. 292 do**

⁴⁴ Conforme determinado no Parágrafo 2º do Art. 207: “§ 2º. As matriculas se farão na rigorosa ordem de classificação dos candidatos aprovados em exame vestibular, salvo o disposto no paragrapho seguinte ou a occurrencia de vagas, por qualquer motivo, entre os classificados no numero fixado, que poderão ser preenchidas pelos collocados em ordem successiva dos aprovados” (BRASIL, 1925). Quanto ao número de vagas por curso, ficava a cargo do Ministro da Justiça.

Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925” (BRASIL, 1926, grifos meus). Observa-se, na parte em negrito, que há uma ressalva para a aplicação dos preparatórios no Atheneu Sergipense no ano de 1926, em que só seriam realizados sob os termos da Reforma Rocha Vaz de 1925.

Com isto, surgiu o seguinte questionamento: se, nesse decreto, consta esta observação, por que autores, a exemplo de Nunes (1984), o classificou como ponto final dos preparatórios em Sergipe? A hipótese é de não ter localizado fontes que sugerissem o contrário; no entanto, o próprio regulamento já apontava as possibilidades. Talvez a autora tenha analisado apenas o art. 1º deste mesmo decreto que diz: “O Atheneu Pedro II é um instituto destinado a ministrar a instrução de humanidades indispensável ao **exame vestibular** nos estabelecimentos de ensino superior e, também, a conferir o diploma de bacharel em ciências e letras, nos termos da lei vigente” (BRASIL, 1926, grifos meus).

Aponto tais hipóteses porque a década de 1920 representou os anos que mais se aplicaram os exames de preparatórios no Atheneu Sergipense, contando com números significativos de inscritos, registros documentais e circulação de informações nos jornais locais, o que torna inválida a tese de que os preparatórios foram extintos em Sergipe em 1926.

Ainda no que diz respeito ao art. 49, destaca-se outro ponto importante: nele, há uma referência dos termos expressos no art. 292 da Reforma Rocha Vaz; no entanto, acredita-se que houve um erro de digitação, pois o referido artigo não apresenta nem esclarece nada sobre os exames de preparatórios, mas trata da atuação de professores da Escola Politécnica. Com isto e com base nas análises, os artigos que apresentavam ressalvas e que deveriam ser referenciados, são os de nº 297 e 298, que assim determinavam:

Art. 297. Os estudantes que já tenham um ou mais exames de preparatórios poderão concluir o curso secundário pela forma regulamentar anterior a este decreto, mas serão obrigados ao exame de *Philosophia*.

Art. 298. Neste caso, para a matrícula em qualquer curso superior serão exigidos todos os preparatórios actualmente indispensáveis para os cursos de medicina e de direito, abolida a diversidade de matérias actualmente estabelecidas, conforme o curso superior a que se destinar o estudante (BRASIL, 1925).

Em resumo, o regulamento do Atheneu Sergipense, em consonância com a Reforma Rocha Vaz, previa que a oferta dos preparatórios contemplaria somente aqueles alunos que já possuísem um ou mais exames, ou seja, que estivessem pendentes em algumas

disciplinas, a fim de reaproveitá-las e, ao mesmo tempo, como incentivo para que concluíssem o ensino secundário. Mas, para os alunos que não possuísem preparatórios, prestariam os vestibulares ofertados nas faculdades – esse fato, porém, não foi consumado em Sergipe, e os preparatórios continuaram sendo realizados.

Outra reforma que propôs, de forma efetiva e definitiva, a substituição dos exames de preparatórios pelos exames vestibulares foi a Reforma Francisco Campos, criada durante o Governo de Getúlio Vargas que corresponde aos decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931 (criação da lei) e nº 21.241, de 4 de abril de 1932 (implantação da lei). Para a presente análise, foram utilizados os textos dos dois decretos, pois um complementa o outro.

A Reforma Francisco Campos estabeleceu, em nível nacional, o que os decretos anteriores não conseguiram: centralizar, modernizar e tornar o ensino secundário obrigatório, imprimindo organicidade curricular e reestruturação do sistema de avaliação discente – neste caso em específico, a entrada dos vestibulares que eram elaborados e fiscalizados pelas faculdades, mediante aprovação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Departamento Nacional de Ensino, após a conclusão do ensino secundário, então fixado em sete anos e dividido em dois níveis, Fundamental e Complementar.

O Fundamental, com duração de cinco anos, dividido e constituído pelas seguintes disciplinas, conforme rezava o art. 3º:

1ª série: Português – Francês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais – Desenho – Música (canto orfeônico).

2ª série: Português – Francês – Inglês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais - Desenho – Música (canto orfeônico).

3ª série: Português – Francês – Inglês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho - Música (canto orfeônico).

4ª série: Português – Francês – Inglês – Latim – Alemão (facultativo) - História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho.

5ª série: Português – Latim – Alemão (facultativo) – História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho (BRASIL, 1932).

Entre o rol das disciplinas, há a presença de uma com caráter “facultativo”, que ficava a cargo de a instituição ofertar outras disciplinas nesta mesma condição, desde que de acordo com o regime de horas semanal. Os outros dois anos do ensino secundário eram destinados aos alunos que pretendessem ingressar nos cursos superiores, denominado de Curso

Complementar. Tal curso, eminentemente propedêutico, era dividido a partir dos cursos superiores ofertados: Direito (“curso jurídico”, conforme consta no decreto), Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia ou Arquitetura.

Quanto às disciplinas ministradas no curso complementar, também dependiam da área escolhida pelo aluno, mas baseavam-se em aulas de Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História Natural, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho (BRASIL, 1932). A distribuição de acordo com os cursos ficou assim estabelecida:

Art. 5º. Para os candidatos à matrícula no curso jurídico são disciplinas obrigatórias:

1ª série: Latim – Literatura – História da Civilização – Noções de Economia e Estatística – Biologia Geral e Lógica.

2ª série: Latim – Literatura – Geografia – Higiene – Sociologia – História da Filosofia.

Art. 6º. Para os candidatos à matrícula nos cursos de medicina, farmácia e odontologia são disciplinas obrigatórias:

1ª série: Alemão ou Inglês – Matemática – Física – Química – História Natural – Psicologia e Lógica.

2ª série: Alemão ou Inglês – Física – Química – História Natural – Sociologia – Desenho.

Art. 7º. Para os candidatos à matrícula nos cursos de engenharia ou de arquitetura são disciplinas obrigatórias:

1ª série: Matemática – Física – Química – História Natural – Geofísica e Cosmografia – Psicologia e Lógica.

2ª série: Matemática – Física – Química – História Natural – Sociologia – Desenho (BRASIL, 1932).

Nota-se que há uma correlação entre as disciplinas e cada área específica de ensino. Dallabrida (2009, p. 188) concebe essa seriação e divisão como um “[...] intuito de enquadrar o aluno secundarista, procurando coibir o aprendizado avulso característico do regime de cursos preparatórios e de exames parcelados”, que definiu “[...] uma progressão obrigatória dos saberes escolarizados, permitindo um controle maior sobre o seu processo de seleção, organização e avaliação”.

No art. 8º, há uma observação sobre as disciplinas ofertadas no Curso Complementar e exigidas para a matrícula na Faculdade de Educação, Ciências e Letras (instituição também idealizada por Francisco Campos): “O regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras discriminará quais as disciplinas do curso complementar que serão exigidas para a matrícula em seus cursos” (BRASIL, 1932).

Destinada à formação de professores secundários, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras apresentaria, segundo Cacete (2014), dupla função, que consistiria na formação de professores e na prática da pesquisa. Entretanto, não chegou a ser instalada, fato que explica a não localização de decretos ou documentos que apresentassem indícios sobre as disciplinas citadas no art. 8º. O “nome adotado para as novas instituições que, entre outras, teria a função de preparar professores para o ensino secundário, seria o de faculdades de filosofia ou faculdades de filosofia ciências e letras” (CACETE, 2014, p. 1064).

De acordo com fontes disponíveis no CEMAS, no Atheneu Sergipense, os cursos complementares só foram implantados em 1937, ou seja, cinco anos após a promulgação da lei instituída por Francisco Campos. Nessa instituição, tais cursos apresentaram dupla finalidade: a primeira, voltada ao preparo para os vestibulares e matrícula nas Academias; e a segunda, para a imediata inserção do aluno no mercado de trabalho, em nível do secundário, já que as disciplinas eram divididas e direcionadas para a área de interesse. Esse possível “atraso” na instituição dos cursos complementares, no Atheneu Sergipense, justifica-se por indicações constantes no próprio decreto, que determinou que os cursos deveriam ser anexados, a princípio, aos institutos superiores federais e equiparados para uma respectiva adaptação didática, conforme art. 11, §1º do Decreto nº 21.241 (BRASIL, 1932).

Francisco Campos imprimiu certos cuidados para a implantação da sua reforma, cuidados que os reformistas anteriores não tiveram. Tanto na reestruturação curricular, quanto nos métodos que resultaram na centralização do ensino, é possível notar que uma das suas maiores preocupações era com os alunos e a sua adaptação ao novo sistema – preocupação que também inspirou o sistema avaliativo discente. Ao sugerir um regime baseado nos vestibulares e notando a cultura enraizada dos preparatórios, buscou atender também àqueles alunos que, em anos anteriores à reforma, houvessem prestado os exames no modelo parcelado, evitando que tivessem maiores prejuízos:

Art. 80. Será permitido aos estudantes, que tenham mais de seis preparatórios, obtidos sob o regimen de exames parcellados, prestar o que lhes faltarem, nos termos da legislação anterior, conjuntamente com o exame vestibular, nos institutos de ensino superior onde pretendam matricula (BRASIL, 1931).

Posteriormente à reforma, foram localizados alguns decretos (expostos no Quadro 03) que atestam que tais medidas com relação aos alunos que possuíam preparatórios de anos anteriores, foram obedecidas, porém com algumas alterações, a exemplo do Decreto nº

22.106, de 18 de novembro de 1932 e do Decreto nº 23, de 11 de fevereiro de 1935. O primeiro, altera, principalmente, o período de aplicação dos preparatórios que, em Francisco Campos, estabelecia que fossem realizados nos estabelecimentos de ensino secundário e na mesma época dos vestibulares. Com isto, as épocas dos exames ficaram assim modificadas:

Art. 1º Nos termos do art. 80 do decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, será permitido aos estudantes que tenham seis ou mais preparatorios, obtidos sob o regime de exames parcelados, prestar o que lhes faltarem, de acôrdo com a legislação anterior e **imediatamente antes do exame vestibular, na proxima época do ano de 1933** e nos institutos de ensino superior que pretendam matrícula (BRASIL, 1932, grifos meus).

As alterações também serviram para os membros das forças armadas que pretendessem prestar os preparatórios, inclusive, pela primeira vez, pois a eles eram dispensadas as exigências do curso seriado, a exemplo da obrigatoriedade de concluir o secundário, bastando-lhes anexar ao requerimento de inscrição o documento que comprovasse a respectiva classificação militar e o recibo do pagamento da taxa de inscrição. Quanto aos civis, além do recibo de pagamento, os certificados de preparatórios obtidos durante o regime dos exames parcelados (BRASIL, 1932).

O Decreto nº 23, de 11 de fevereiro de 1935, revigorou as disposições previstas no art. 1º do Decreto nº 22.106, estabelecendo as disciplinas exigidas para os preparatórios, dentro das condições determinadas por Francisco Campos em 1932:

Art. 1º Os preparatorios a que se refere a lei n. 23, de 11 do corrente, deverão ser obtidos parcelladamente e constarão das disciplinas seguintes: Portuguez, Francez, Latim, Inglez ou Allemão, Arithmetica, Algebra, Geometria e trigonometria; Geographia Geral, Chorographia do Brasil e Cosmographia, Historia Universal, Historia do Brasil, Physica e Chimica, Historia Natural (BRASIL, 1935).

Tais disciplinas faziam parte do programa do ano de 1929 do Colégio Pedro II, mais uma forma de ajustar e tornar-se justo com aqueles alunos que apresentavam pendências em alguns exames. Até meados de 1935, os preparatórios continuaram sendo aceitos para a matrícula nos cursos superiores, assim como os vestibulares (efetiva e definitivamente instituídos em 1932). Essa fase de adaptação da substituição dos exames de preparatórios pelos exames vestibulares, prevista na reforma educacional sancionada por Francisco Campos, se deu de forma progressiva, a exemplo de Sergipe, que durou até 1934, delimitando o marco final da cultura dos preparatórios no Estado.

Por meio deste esboço das tentativas de remodelação ou substituição dos exames de preparatórios até a efetivação dos vestibulares, nota-se que a República consagrou a descentralização do ensino iniciada no Império. A resistência à supressão dos preparatórios traduz a importância da concepção propedêutica que o ensino secundário possuía. O que difere o período imperial e republicano em matéria de ensino secundário é, meramente, a atuação governamental.

No Império, o Governo agia de forma indireta por meio da realização e fiscalização dos preparatórios, conferindo autonomia de organização às instituições aplicadoras e governos provinciais. Na República, apresentou-se de forma mais direta e ativa, tanto perante os exames, quanto à fiscalização e tentativas de equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Colégio Pedro II.

Assim, o ensino secundário pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, no Império, de cunho preparatório; e o segundo, na República, com a concepção formativa. No entanto, observa-se que, apesar dessas tentativas de remodelação, o que prevaleceu tanto num como noutro momento, foi a função preparatória, tornando inúteis todos os esforços de encerramento dos exames até a Reforma Francisco Campos.

3- “EM VIRTUDE DO ATO DO GOVERNO GERAL QUE VALIDOU OS EXAMES DE PREPARATÓRIOS NAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO”: IMPLANTAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM SERGIPE

Attendendo a necessidade de desenvolver o ensino secundário nas províncias onde não ha faculdades, e facilitar aos estudantes os meios de fazerem os respectivos exames, hei por bem decretar os exames geraes de preparatorios, para os cursos superiores do Império. (João Alfredo Correia d’Oliveira, *Jornal do Aracaju*, 29 de outubro de 1873, Ano IV, nº 424, p. 1).

O título desta seção, “em virtude do ato do governo geral que validou os exames de preparatórios nas Províncias do Império”, faz uma analogia ao Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, datado entre os anos de 1870 (ano de fundação da instituição) e 1916. Essa passagem é referente à Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, ocasião em que os congregados acataram ao Decreto nº 5.429, de 2 de outubro daquele mesmo ano e deram seguimento à implantação dos exames de preparatórios em Sergipe.

Esta seção tem como objetivo apresentar o processo de implantação e institucionalização dos exames de preparatórios em Sergipe, em 1873, tendo como *locus* de investigação o Atheneu Sergipense.

Destacam-se, dessa forma, os principais acontecimentos que marcaram o processo de institucionalização e as suas primeiras décadas, a saber: as atividades desenvolvidas pelos professores e quadro administrativo (diretores e secretários), as relações que os cursos Normal e de Humanidades tiveram com os preparatórios, as adequações com os programas de estudos oficiais (identificação dos pontos dos exames) e os períodos de instabilidades e embates que afetaram as primeiras décadas do regime na instituição.

Para traçar este estudo, foram analisadas fontes documentais levantadas nos acervos físicos do CEMAS, IHGSE, BPED e APESE e nos acervos digitais da Câmara dos Deputados e do CRL Digital Delivery System. Desse modo, além dos livros de atas (das reuniões e de inscrição), foram consultadas fontes, como jornais, declarações, programas, relatórios, regulamentos e decretos institucionais.

Os dados localizados nas fontes comprovaram que os exames de preparatórios se caracterizaram como parte da cultura escolar do ensino secundário ofertado no Atheneu Sergipense, não somente pela adoção dos programas e preparação dos alunos, mas pelo tempo em que lá foram aplicados, envolvendo, assim, toda a comunidade escolar (quadro docente, discente, administrativo e as famílias).

Foram utilizados os conceitos de instituições escolares e capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998), exames por Bourdieu e Passeron (2009), cultura escolar por Viñao Frago (1995; 1994) e disciplinas escolares, por Chervel (1990).

3.1 Atheneu Sergipense: primeira instituição aplicadora

Art. 16. A Instrução Publica secundaria será dada:

§ 1.º Em um estabelecimento publico de linguas e sciencias preparatórias, o qual fica creado nesta Capital com a denominação de – Atheneu Sergipense. (BRASIL, 1870).

O Art. 16 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública, de 24 de outubro de 1870, marca a criação do Atheneu Sergipense, instituição de ensino secundário, na então Capital de Sergipe, Aracaju, durante o governo de Francisco José Cardoso Júnior. Idealizado por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo,⁴⁵ então diretor da Instrução Pública, o estabelecimento, em seus primeiros momentos, ofertava dois cursos: o de Humanidades com duração de 4 anos, destinado ao preparo do aluno para o ingresso nos cursos superiores e para a formação do Bacharel em Ciências e Letras (diploma que também garantia o acesso às Academias); e o Normal, com duração de 2 anos, voltado exclusivamente ao preparo docente – habilitação para a atuação no magistério primário.

Tanto o curso Normal quanto o de Humanidades estão intimamente ligados ao processo de implantação e funcionamento dos preparatórios em Sergipe. O Normal justificase por sua grade curricular corresponder às mesmas que foram ofertadas nos exames em seu primeiro ano de aplicação (1873). O curso de Humanidades, além da sua correlação com o preparo do aluno para os cursos superiores, teve o seu currículo voltado aos preparatórios até fins do regime, conforme se apresentará mais adiante na presente seção.

Embora a fundação do Atheneu Sergipense date de 24 de outubro de 1870, teve as suas portas efetivamente abertas à mocidade, em 3 de fevereiro de 1871, de acordo com o

⁴⁵ Nasceu na cidade de Estância/SE no dia 24 de novembro de 1838. Filho de Antônio Araújo Pimenta e Inez de Azevedo Araújo. Faleceu em 1883. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Além de diretor da Instrução Pública, ocupou os cargos de primeiro diretor do Atheneu Sergipense, juiz, promotor, advogado, redator de jornal e diretor de outros estabelecimentos de ensino (SANTOS, 2016). Segundo Guaraná (1925), a sua vida efêmera se deu em decorrência da morte de um filho, vítima de afogamento, motivo que “lhe privou a razão”. O autor (e demais autores sergipanos, a exemplo de Maria Thétis Nunes) não aponta se Manuel Luiz teve mais filhos e com quem foi casado; no entanto, chamo atenção para um fato curioso: certo dia, já em fins da escrita da tese, um amigo, Sandro Stéfano Azevedo, ao saber do meu envolvimento com objetos da História da Educação sergipana do século XIX, me surpreendeu com informações sobre a pesquisa e construção da sua árvore genealógica, chegando em Manoel Luiz como seu tetravô paterno. A partir de certidões de batismo, casamento e inventários, descobriu que ele foi casado com Maria da Conceição Paiva e Azevedo e que, com ela, tiveram mais três filhos, Octacílio Austricliano de Azevedo, Odilon Cariolano de Azevedo e Adalula Adalgisa de Azevedo (o quarto filho, possível vítima de afogamento em 1883 não foi localizado nas fontes consultadas). Informações úteis para a presente pesquisa, pois identifiquei que os dois filhos homens prestaram os preparatórios no Atheneu Sergipense nos anos de 1889 e 1890 e que, até então, não havia registros da sua filiação nos documentos consultados. Tal fato confirma a influência cultural exercida pelas famílias sobre os candidatos. Um verdadeiro achado!

que consta na abertura do Livro de Atas da Congregação – composta pelo diretor, Manuel Luiz Azevedo D’Araújo e dos professores Antônio Diniz Barreto,⁴⁶ Geminiano Paes de Azevedo,⁴⁷ Ignácio de Souza Valladão,⁴⁸ Justiniano de Mello e Silva,⁴⁹ Raphael Archanjo de Moura Mattos,⁵⁰ Sancho de Barros Pimentel,⁵¹ Thomaz Diogo Leopoldo⁵² e Tito Augusto Souto de Andrade.⁵³

Esta mesma composição do corpo docente permaneceu até meados de 1874, ou seja, foram os primeiros professores que tiveram acesso ao regime dos preparatórios em Sergipe na condição de organizadores, aplicadores e avaliadores. Posteriormente, ano após ano, uma

⁴⁶ Nasceu no município de Capela em 4 de novembro de 1821 e faleceu em Aracaju em 9 de maio de 1886. Filho do coronel Antônio Diniz Barreto e Tereza Vasconcelos Barreto. Casou-se com Maria Engrácia Ramos Barreto. Coursou Humanidades e, em 1841, aos 20 anos, foi nomeado para ministrar a cadeira de Latim em Itabaiana. Ministrou esta mesma cadeira no Curso Normal do Atheneu Sergipense. Lecionou até completar o tempo determinado pela Lei para a magistratura. Além de professor, também ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública em 1880. “A sua longa dedicação ao magistério lhe consagrou entre os intelectuais da época” (SANTOS, 2016, p. 37).

⁴⁷ Segundo os dados levantados por Guaraná (1925), Geminiano Paes de Azevedo nasceu em 17 de março de 1837 na cidade de São Cristóvão e faleceu em Aracaju no dia 23 de março de 1915. Filho de Manoel Paes de Azevedo e Josefa Narcisa Gomes de Azevedo. Coursou Humanidades em sua terra natal no colégio do Padre José Gonçalves Barroso. Ocupou o cargo de escriturário da secretaria da Assembleia Provincial entre os anos de 1855 e 1963. Durante o período de 1862 a 1864, ministrou as aulas de Francês, Geografia e História do Liceu de São Cristóvão. Atuou também como camarista e Presidente Interino da Câmara Municipal de Aracaju e membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública. Em 24 de outubro de 1870, foi nomeado professor de Francês do Atheneu Sergipense, permanecendo no cargo até 1909. Para Santos (2013a, p. 109), Geminiano Paes de Azevedo ter feito parte do quadro docente do Atheneu Sergipense “[...] foi o ponto alto de sua atuação como professor”.

⁴⁸ Não foram localizados dados sobre este intelectual nos trabalhos de Guaraná (1935), uma vez que trata de personagens que nasceram em Sergipe e, Ignacio de Souza Valladão, era baiano. Não foram encontrados indícios da sua data de nascimento e falecimento nem mesmo os nomes dos seus progenitores. Sabe-se apenas que faleceu na cidade do Rio de Janeiro. As informações apresentadas foram retiradas dos trabalhos de Rodrigues (2013) e Calazans (1951). Ambos identificaram que, em São Cristóvão, Valladão foi nomeado para substituir o professor Antônio Rodrigues de Souza Brandão na cadeira de primeiras letras para meninos (permaneceu no cargo por um ano). Ao ser transferido para Aracaju, continuou ministrando aulas no ensino primário. No Atheneu Sergipense, foi professor da cadeira de Pedagogia. Em 1881, substituiu Tito Augusto Souto de Andrade na direção da Escola Normal de Sergipe. Segundo Calazans (1951), Valladão era um homem doente, apresentando constantemente atestados médicos e pedidos de licença (tal informação pode ser constatada no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1875).

⁴⁹ Nasceu em Laranjeiras no dia 8 de janeiro de 1853. Filho de Félix José de Mello e Silva e Maria Alexandrina de Mello e Silva. Iniciou a sua educação literária em terras laranjeirenses, indo concluí-la em Pernambuco, retornando à sua terra natal em 1871. Recebeu o grau de doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Córdoba, na Argentina. No Paraná, exerceu o cargo de Secretário do governo, onde também lecionou várias disciplinas no Instituto Paranaense, sendo nomeado lente de Pedagogia da Escola Normal e eleito Deputado Provincial em quatro legislaturas. Em Sergipe, ocupou a cadeira de Gramática e Tradução da Língua Inglesa do Atheneu Sergipense. No *Diccionario Bio-bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925) consta que Justiniano de Mello e Silva ocupou este cargo através de concurso. Porém, em pesquisas anteriores, consta que os professores que preencheram as cadeiras do Atheneu Sergipense no primeiro ano do seu funcionamento, foram todos nomeados sem concurso pelo Presidente da Província.

⁵⁰ Não foram localizados dados biográficos deste intelectual.

⁵¹ Não foram localizados dados biográficos deste intelectual. Sobre a sua atuação fora e dentro do Atheneu Sergipense, consultar Santos (2016).

⁵² Não foram localizados dados deste intelectual.

⁵³ Não foram localizados dados deste intelectual. Sobre a sua atuação fora e dentro do Atheneu Sergipense, consultar Santos (2016).

gama de intelectuais somou-se a eles – nomes reconhecidos no meio social, escolar e político da época que também contribuíram ativamente para a construção da história dos preparatórios em Sergipe.

Identificar os intelectuais a partir das suas atuações durante o funcionamento dos exames, assim como das biografias levantadas por Guaraná (1925), consistiu num trabalho de questionamentos que giraram em torno não só dos rituais dos exames, mas sobre quem eram esses intelectuais, quais as suas formações e contribuições – elementos que também forneceram pistas do cenário educacional sergipano.

Do ano da sua fundação até a década de 1930, o Atheneu Sergipense instalou-se em quatro prédios distintos: o primeiro, em uma casa oferecida pela Câmara Municipal, considerado inadequado para as aulas. De acordo com as pesquisas de Alves (2005a, p. 48), o então Presidente da Província, Joaquim Bento de Oliveira Júnior,⁵⁴ mostrou-se insatisfeito em seus relatórios ao constatar as precárias condições do tal prédio, solicitando contribuições financeiras da população para a construção de um espaço decente e, com isto, um novo foi erguido. Localizado na Praça da Conceição (atual Praça Olímpio Campos) e inaugurado em 3 de dezembro de 1972, tornou-se o primeiro local onde os exames de preparatórios foram aplicados.

Ainda de acordo com Alves (2005a), há indícios de que o terceiro prédio tenha se situado na Rua Boquim em meados de 1899. Quanto ao quarto edifício, situou-se na Avenida Ivo do Prado (onde hoje funciona o Museu da Gente Sergipana), sendo inaugurado em 23 de agosto de 1926, permanecendo até o final da década de 1940.⁵⁵

⁵⁴ Governou Sergipe entre os meses de março de junho de 1872.

⁵⁵ A partir de 1950, mudou-se para a Praça Graccho Cardoso, onde permanece até os dias atuais.

Figura 1 – Prédio do Atheneu Sergipense, localizado na Avenida Ivo do Prado, 1926



Fonte: Acervo do IHGSE.

Antes da criação deste edifício localizado na Avenida Ivo do Prado, houve tentativas de construção de outros prédios que, na visão dos governantes e dos professores da instituição, fossem mais modernos e adequados para as atividades ali desenvolvidas e que também se modernizavam à medida que chegavam novos materiais pedagógicos.

Um exemplo disto pode ser visualizado no jornal *O Estado de Sergipe*, em publicações feitas entre os dias 3 e 6 de setembro de 1908. Este jornal, descrito como “Official, Politico e Noticioso”, circulou em Aracaju entre os anos de 1902-1904, retornou em 1908 a 1911 e 1915. Sobre as questões educacionais, as notícias eram publicadas na “parte official”, obedecendo aos critérios de ordem e classificação.

Além de convocações dos professores para as reuniões da Congregação, tendo como ponto de pauta a construção de outro prédio, há uma nota sobre a oferta da planta arquitetônica desenvolvida por José de Calasans,⁵⁶ - político (foi Presidente de Sergipe entre

⁵⁶ Nasceu na cidade de Itabaiana/SE em 27 de agosto de 1863. Filho de Francisco Félix Ferreira e Joana de Góes Ferreira. cursou o ensino primário e disciplinas avulsas do secundário em sua terra natal. Prestou alguns preparatórios no Atheneu Sergipense, indo concluí-los na Escola Militar da Corte, onde, inclusive, fez os estudos superiores. Ocupou diversos cargos militares, como: tenente, capitão, major e tenente-coronel. Formou-se, também, em engenharia. Foi o primeiro Presidente constitucional de Sergipe, através da Constituição de 1892. Segundo Guaraná (1925, p. 304), José de Calasans foi afastado do cargo devido a um golpe de Estado, embora tenha se revelado “[...] portador das qualidades de um ótimo homem de governo, não só pela operosidade largamente desenvolvida, mas ainda pela rara honestidade com que vinha empregando a fortuna pública”. Além de ter sugerido a planta do Atheneu Sergipense em 1908, foi ele quem também projetou a construção do prédio da Escola Normal.

os anos de 1892 e 1894) que se mostrava conhecedor de construções de edifícios, uma vez que além de militar era formado em engenharia, com a ajuda do engenheiro Annibal Revault de Figueiredo. A proposta era que a construção fosse feita ao norte da Praça Mendes de Moraes (atual Praça Olímpio Campos), região central de Aracaju.

Atheneu Sergipense – Já é de muito, e, agora principalmente, depois da reforma do seu regulamento, precisava o Atheneu Sergipense de um predio adequado e moderno para os seus trabalhos.

Foi para atender a necessidade que solicitei em nome do Governo ao illustre conterraneo dr. José Calasans um projecto com orçamento e instrucções completas para a edificação de um predio destinado a esse fim. O dr. Calasans dignou-se offerecer a esta Secretaria uma linda planta que encerra todos os requisitos de belleza, economia e propriedade traduzindo plenamente o pensamento do Governo.

O distincto engenheiro Annibal Revault de Figueiredo prestou-se graciosamente a tirar um desenho do projecto com pequena variante, exigida pelas condições do terreno.

Começou-se já o preparo de entulhamento do terreno no lado norte da praça Mendes de Moraes, tendo-se mandado dar trabalho especialmente aos famintos immigrantes que esmolam pelas ruas da cidade.

Como um parenthesis seja permittido deixar aqui consignada a ideia da fundação de um Asylo de Mendicidade, para o qual seja aproveitado o predio do actual Atheneu, logo que ficar o outro concluido.

Aquelle edificio tem proporções para conter 50 asylados e pode ser ampliado; está localizado em um ponto admiravelmente disposto para o caso e, com alguns reparos, servirá com grande economia para um abrigo desses miseraveis.

Espero que o futuro Governo não despreze a oportunidade que se apresenta de dotar o Estado de uma instituição tão útil. (*O Estado de Sergipe*, 1908, Ano X, nº 2887, p. 1).

A publicação fazia parte de um relatório de obras públicas encaminhado pelo Secretário do Governo, Edilberto de Souza Campos, ao então Presidente do Estado, Guilherme de Souza Campos.⁵⁷ A figura de José de Calansans e a sua sugestão de planta pareciam estar de acordo com as pretensões do governo, fazendo observar também, as preocupações com a nova e antiga instalações.

Além dessas medidas, outras chegaram a ser tomadas, a exemplo do “entulhamento do terreno”, resultando na oferta de trabalho aos mendigos. Quanto ao prédio antigo, seria

⁵⁷ Como é possível notar pelos sobrenomes, o secretário Edilberto de Souza Campos, era filho do então Presidente do Estado, Guilherme de Souza Campos. Quando assumiu a pasta, em 1907, Edilberto tinha 24 anos e já formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Mais um homem influente que prestou os preparatórios no Atheneu Sergipense. Clinicou nas cidades de Cataguazes/MG e em Estância/SE. Pós graduou-se em oftalmologia, na Europa. Ocupou, também, diversos cargos da saúde no Rio de Janeiro. Para mais informações, ver Guaraná (1925).

reaproveitado para a fundação de um asilo de caridade. Ao final da postagem, o então secretário deixou clara a preocupação com o futuro deste projeto, uma vez que o governo estava em transição quando, no mês seguinte, deu início a gestão de José Rodrigues da Costa Dória.⁵⁸

A preocupação de Edilberto de Souza Campos teve fundamento, pois não foram localizadas informações sobre tentativas de retomada deste empreendimento nos números seguintes dos jornais nem nas atas das reuniões da Congregação. A proposta de José Rodrigues da Costa Dória foi outra, diferente daquela sugerida por José Calasans, conforme relatório apresentado em 7 de setembro de 1911, no qual elencou alguns problemas relativos à infraestrutura e aos gabinetes de estudo:⁵⁹

Quando aqui cheguei, o Atheneu funcionava em uma velha casa sem commodos, sem adaptação. Foi-me preciso mandar construir os dois pavilhões que se vê em frente ao edifício antigo, com 4 boas salas, para accommodar a Secretaria, a Congregação, e os gabinetes de physica, chimica, mechanica e historia natural, os quaes mandei vir da Europa. Tambem vierao esphera armillares, systema planetario, mappas muraes, pois o estudo da geographia era feito sem esses dispositivos. O ensino destas materias era pura e exclusivamente theorico (BRASIL, 1911).

Tais relatos demonstram que a instituição também enfrentava problemas diversos, não apenas de acomodações. Nota-se a preocupação que o então Presidente do Estado teve em solucioná-los, uma vez que construiu dois pavilhões com gabinetes e fornecimentos de materiais trazidos da Europa que marcaram as transformações pedagógicas do estabelecimento, refletindo, também, na preparação dos alunos para a prestação dos preparatórios.

⁵⁸ Nasceu na cidade de Propriá/SE no dia 25 de junho de 1859. Filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e Maria Soledade Costa Dória. Prestou os Preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875 e 1876 que lhe permitiu a matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1882. Clinicou nas cidades de Laranjeiras/SE e Salvador/BA. Na Bahia, também ocupou os cargos de professor (nível superior), de conselheiro municipal, dentre outros. Antes de ser eleito Presidente do Estado de Sergipe, em 1908, foi deputado federal por quatro legislaturas, cargo que lhe garantiu lugar no cenário político sergipano. Proferiu diversos relatórios e discursos em eventos e em jornais da Bahia e de Sergipe (GUARANÁ, 1925). Para saber mais sobre as ações educacionais implementadas durante o governo de José Rodrigues da Costa Dória, consultar Alves (2005b).

⁵⁹ Essas considerações podem ser visualizadas em diversos relatórios governamentais disponíveis no acervo digital do CRL Digital Delivery System. Mas, por não serem o foco central do presente trabalho, limitou-se a esses exemplos. São relatórios anuais com aspectos gerais (político, econômico, educacional etc.) da Província/Estado. Ao tratar do ensino secundário, dão destaque às aulas avulsas espalhadas nos demais municípios, mas, quando o assunto é a capital, limitam-se ao Atheneu Sergipense, aos trabalhos desenvolvidos, número de alunos matriculados, número de inscritos em exames, gastos com o pessoal docente e administrativo da instituição e possíveis melhorias, dados importantes para os levantamentos e construção desta tese.

Após a construção dos pavilhões e inclusão de materiais mais modernos para as aulas, deu-se início o governo de Pedro Freire de Carvalho,⁶⁰ que teve duração de apenas três meses (entre julho e outubro de 1914). Em relatório emitido em 7 de setembro daquele ano, o então Presidente enalteceu essas construções que por ora sediavam o Atheneu Sergipense e a Escola Normal. Ponderou:

Os edificios que lhe servem de scenario são reaes palacios que decoram a nossa capital com a sua architectura elegante de linhas bem conformadas. Presente-se, logo á olhada, que uma onda de luz percorre-nos o espirito, impressionando bem a quantos vejam na instrucção a necessidade immediata dos povos que se querem civilisar e progredir. [...] Menos se não poderá fallar dos dois outros grandes estabelecimentos de ensino: Escola Normal e Atheneu Sergipense (BRASIL, 1914).

Nesse mesmo relatório, não teceu elogios somente aos espaços de estudos como também ao ensino ofertado, ao quadro docente e à sua importância para aqueles que almejavam a entrada nos cursos superiores, reconhecendo-o como “o estabelecimento de ensino mais adiantado da capital”.

E’ lá que se encontra uma somma de conhecimentos mais profundos, que a mocidade aufere as noções essenciaes que torna apta a sua admissão para o curso superior.
O seu corpo docente, com já ser recommendavel, enriquece se dia a dia, incorporando-se lhe cathedraticos saidos do mais vido do nosso meio intellectual, moços de uma reputação já formada no ministerio das letras, cujas provas de concurso demonstraram á evidencia o tirocinio de uma carreira que ahi vem cheia de jornadas gloriosas (BRASIL, 1914).

Outro ponto que destaco a respeito dos prédios, quer tenham sido construídos ou apenas projetados, são os seus respectivos endereços. Nota-se que o Atheneu Sergipense sempre esteve localizado geograficamente na região central de Aracaju e com traços arquitetônicos suntuosos, elementos que dizem muito sobre as finalidades e importância da instituição, assim como da cultura escolar. Viñao Frago (1994, p. 19), ao tratar dos espaços escolares e das implicações em sua cultura, salienta que

⁶⁰ Foram localizadas algumas informações sobre o seu mandato e filiações no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Consta que foi um “líder político e grande proprietário de terras em Sergipe”, o que não atesta a sua naturalidade. Com base na falta de dados sobre a sua naturalidade, pode-se comprovar o não registro da sua biografia no *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* elaborado por Guaraná (1925), nos levando a crer que Pedro Freire de Carvalho não era sergipano.

El territorio y el lugar son, pues, dos realidades grupal e individualmente construidas. Son, tanto en uno como en otro caso, una construcción social. De ahí que el espacio no sea jamás neutro, sino que recoja, en su configuración como territorio y lugar, signos, símbolos e huellas de la condición e relaciones sociales de y entre quiénes lo habitan. El espacio comunica; muestra, a quien sabe leer, el empleo que el ser humano hace del mismo. Un empleo que varía en cada cultura; que es un producto cultural específico que atañe no sólo a las relaciones interpersonales – distancias, territorio personal, contactos, comunicación, conflictos de poder –, sino también a la liturgia y ritos sociales, a la simbología de las disposiciones de los objetos e de los cuerpos – ubicación y posturas –, a su jerarquía e relaciones (VIÑAO FRAGO, 1994, p. 19).⁶¹

Essas relações, ritos e símbolos desenvolvidos a partir desses espaços podem ser observados no processo de construção e consolidação do Atheneu Sergipense em seus diferentes momentos. O engajamento dos governantes em conseguirem arrecadar fundos para a construção de prédios escolares representa as condições e relações mantidas sendo, desta forma, um produto de interesse social e cultural.

Diante do que já foi exposto, considera-se a criação do Atheneu Sergipense como um divisor de águas na vida política e educacional sergipana, pois, antes dele, houve tentativas efêmeras e instabilidades na criação de estabelecimentos secundários e aulas avulsas desse segmento. Foi a partir dessa instituição que as oportunidades de ingresso nas Academias de jovens sergipanos se expandiram, não somente por ser a primeira instituição aplicadora dos exames que garantiam esse acesso, mas também por seu caráter preparatório, iniciando assim, uma nova etapa da História da Educação de Sergipe.

3.1.1 Os cursos de Humanidades e Normal do Atheneu Sergipense: relações com a implantação e funcionamento dos preparatórios

Nos anos iniciais da instituição, destacou-se a oferta dos cursos de Humanidades e Normal cuja importância que ambos tiveram para a constituição dos exames de preparatórios

⁶¹ Tradução livre: O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder –, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas – à sua hierarquia e relações.

já foi aqui explicitada. Embora a finalidade do curso Normal fosse o preparo docente, foi a partir das suas disciplinas que teve início a história dos exames de preparatórios em Sergipe. Tal constatação foi localizada no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916), na Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, em que os partícipes debateram a respeito dos encaminhamentos para a implantação dos exames na então Província:

Em virtude do ato do governo geral que validou os Exames de Preparatorios nas Províncias do Império, e tendo desfavorecer-se aos mesmos exames neste estabelecimento em época que não está muito remota, a Congregação deliberou que houvesse somente exame das matérias que constituem o Curso Normal, e para logo tratou-se da eleição dos examinadores respectivos, dando em resultado o seguinte: para Grammatica Philosophica, o lente da cadeira, e os professores Geminiano e Valladão; para Pedagogia, o lente da cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Geographia, o lente da cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Arithmetica, o lente da cadeira, e os professores Moura Mattos e Valladão (Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916).

Nessa reunião, estavam presentes o diretor, Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, e os professores Sancho de Barros Pimentel, Antônio Diniz Barreto, Justiniano de Mello e Silva, Ignácio de Souza Valladão, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Tito Augusto Souto de Andrade e Geminiano Paes de Azevedo. O único ausente foi Thomaz Diogo Leopoldo.

Tal ato oficial discutido em reunião se refere ao Decreto nº 5.429 de 2 de outubro de 1873, composto por 12 artigos, que criou e validou os exames de preparatórios em Províncias onde não havia faculdades, buscando atender às necessidades e facilitar aos estudantes os meios de ingresso nas Academias. Nessa ocasião, os exames só eram aplicados no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, fazendo com que os sergipanos precisassem viajar a essas Províncias para a sua prestação.

Antes da reunião de implantação, o corpo docente do Atheneu Sergipense já tinha conhecimento do decreto, pois semanas antes, no dia 29 de outubro, ele havia sido publicado no *Jornal do Aracaju* a mando do Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira. Na época, tal impresso tinha como proprietário e redator, o diretor da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense, Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. Com isso, foi o primeiro jornal a publicar informações referentes à implantação e funcionamento dos preparatórios em Sergipe.

Antes da apresentação da íntegra do decreto no jornal, constava a seguinte consideração:

PARTE OFFICIAL

Ministerio do Imperio

Ministerio dos negocios do Imperio. – Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1873 – 3ª secção – N. 9602. – Circular.

Para devida execução, junto remetto á v. exc. o *Diario Official* de 7 do corrente, no qual se acha publicado o decreto numero 5429 de 2 do mesmo mez, que crea commissões de exames geraes de preparatorios nas províncias. – Deus guarde á v. exc. – Snr. Presidente da provincia de Sergipe. (*Jornal do Aracaju*, 29 de outubro de 1873, Ano IV, nº 424, p. 1).

Para a implantação, as instituições precisavam seguir algumas orientações, aprovadas pelo governo e publicadas no *Diário Oficial*, em conformidade com aquilo que já era obedecido pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e nas demais Províncias aplicadoras. Assim preconizavam os primeiros artigos do referido decreto:

Art. 2º Para tal fim serão nomeados pelo Ministerio dos Negocios do Imperio, que actualmente se fazem no Municipio da Côrte e nas Capitaes das Provincias de S. Paulo, Bahia e Pernambuco, se verificarão igualmente nas das outras Provincias.

Art. 3º O processo dos exames será o mesmo que está determinado para os que se fazem no Municipio do Côrte.

O Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria deste Municipio remetterá opportunamente o respectivo programma.

Art. 4º As épocas dos exames serão designadas pelo Governo.

Art. 5º Aos Presidentes das Provincias pertencerão, com relação a estes exames, as attribuições que competem ao Governo Imperial quanto aos que se fazem no Município do Côrte.

Art. 6º Os Presidentes das mesas de exames serão escolhidos pelos Presidentes das Províncias, entre pessoas habilitadas, que não exerçam o magisterio particular.

Art. 7º Os examinadores serão escolhidos pelos Delegados entre os Professores Publicos, de accôrdo com os Presidentes das Provincias, e, sendo necessario, entre pessoas habilitadas, que não exerçam o magisterio particular; e terão as vantagens concedidas aos que compuzerem as mesas de exames no Município da Côrte. (BRASIL, 1873).

As determinações dos artigos 1º ao 5º já foram trabalhadas na seção anterior de forma mais detalhada. Os artigos 6º e 7º discriminam os deveres dos Presidentes das Províncias que, em resumo, seria o de nomear as bancas examinadoras de acordo com a habilitação dos

professores. Ao confrontar com a ata registrada pela Congregação, nota-se que não fizeram referência ao então Presidente da Província, Cipriano de Almeida Sebrão.⁶²

A princípio, o pesquisador pode interpretar que Sergipe não seguiu todas as determinações legais para a implantação dos preparatórios. No entanto, as hipóteses podem ser levantadas com base em pesquisas mais aprofundadas. De acordo com trabalhos anteriores,⁶³ os Presidentes da Província de Sergipe davam autonomia aos professores do Atheneu Sergipense diante das deliberações relativas ao ensino em geral (primário e secundário) uma vez que o diretor da instituição, naquele momento, era, também, diretor da Instrução Pública.

A organização de concursos e nomeações de professores primários e secundários, escolha de programas e pontos, elaboração de regulamentos internos etc., eram da alçada dos congregados. Isso explica a liberdade de decisão na formação das primeiras bancas examinadoras dos preparatórios sem a prévia deliberação do Presidente da Província. Contudo, o governo não se isentou neste processo. Após as eleições das bancas, era necessária sua aprovação e nomeação formal para uma posterior publicação nos jornais de maior circulação.

Destaca-se a primeira aprovação do governo para as bancas definidas pela Congregação, em reunião, e publicada no *Jornal do Aracaju* em 22 de novembro de 1873: “[...] declarando ficar certo de terem sido designados os professores que tem de effectuar os exames respectivos dos estudantes do curso normal do Atheneu”. (*Jornal do Aracaju*, 22 de novembro de 1873, Ano V, nº 431, p. 1). Essa passagem torna evidente a autonomia que os professores do Atheneu Sergipense possuíam uma vez que o Presidente da Província não interferiu nem alterou as decisões tomadas pela Congregação.

Quanto ao decreto de implantação, os artigos que seguem preconizam a participação dos candidatos, os critérios para a avaliação e o trabalho dos “delegados” (pessoa designada pelo governo para a fiscalização dos exames).

Art. 8.º Os estudantes aprovados nos exames de que trata o presente Decreto gozarão dos direitos que couberem aos aprovados na Inspeção Geral da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Côrte.

⁶² Governou Sergipe em três legislaturas: a primeira, de novembro de 1872 a março de 1873; a segunda, de novembro de 1873 a janeiro de 1874; e a terceira, de abril de 1875 a fevereiro de 1876.

⁶³ A exemplo do projeto desenvolvido na iniciação científica, da monografia de conclusão de curso (2013) e da dissertação de Mestrado (2016).

Art. 9.º Nenhum estudante de uma Província será admittido a exame em outra sem apresentar certidão de que não fez exame, ou, caso tenha feito algum, não foi reprovado.

Esta certidão será passada gratuitamente.

Art. 10. O estudante reprovado em alguma materia, não será admittido a novo exame da mesma materia, assim no lugar que tiver sido reprovado, como em qualquer outro, sem que haja decorrido pelo menos o prazo de trez mezes, contados da data da reprovação.

Art. 11. O resultado dos exames será publicado na gazeta official de cada Província pelo modo determinado para os exames feitos no Municipio da Côrte.

Os delegados remetterão as relações publicadas aos Directores das Faculdades de Direito e de Medicina e ao Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte; remetterão tambem relações dos reprovados aos Directores das Faculdades de Direito, ao da de Medicina da Bahia e ao dito Inspector.

As relações a este remettidas ajuntarão uma exposição do estado da instrucção secundaria nas Provincias respectivas, das occurrencias extraordinarias que se tiverem dado nos exames e das idéas que para melhoramento destes lhes suggerir a pratica.

Art. 12. Os Delegados terão para auxilial-os no desempenho da sua missão as pessoas que forem necessarias. (BRASIL, 1873).

Além de representar o governo e fiscalizar os exames, o delegado (Inspetor Fiscal, como também era chamado) contava com a obrigação de encaminhar as listas dos aprovados e reprovados para as instituições de ensino superior, embora tais listas também fossem, obrigatoriamente, divulgadas por meio da imprensa, assim como os programas e pontos das disciplinas exigidas.

Com base nas determinações de implantação e na ata reunião da Congregação do Atheneu Sergipense, os primeiros preparatórios aplicados em Sergipe foram as disciplinas Gramática Filosófica, Pedagogia, Geografia e Aritmética, e as bancas examinadoras formadas pelos próprios professores do Atheneu Sergipense. Essa escolha dos membros era dada mediante eleição e cada exame tinha como presidente o professor catedrático⁶⁴ da disciplina, impreterivelmente.

Nessa ocasião, as disciplinas dos cursos do Atheneu Sergipense ainda estavam distribuídas em consonância com o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870, conforme descrito no quadro, a seguir:

⁶⁴ Professor titular ou catedrático refere-se àqueles nomeados por decreto e/ou concursados, sendo vitalícios desde a data da posse.

Quadro 11 – Distribuição das disciplinas dos cursos do Atheneu Sergipense, 1873

Curso	Distribuição por ano
Humanidades	1º ano: Latim, Gramática Filosófica e Análise de Clássicos
	2º ano: Latim, Francês; e Geografia e História
	3º ano: Latim, Inglês; Aritmética, Álgebra e Geometria
	4º ano: Latim, Gramática Filosófica e Retórica
Normal	1º ano: Pedagogia e Gramática Filosófica
	2º ano: Aritmética; e Geografia e História

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe, 1870.

Observa-se que somente a disciplina de Pedagogia não era comum aos dois cursos, uma vez que se voltava ao preparo docente, finalidade exclusiva do curso Normal. Um fato curioso é que, nas análises dos decretos, não foi localizado nenhum curso superior que exigisse o certificado do preparatório de Pedagogia, porém, conforme exposto na ata da implantação, era ela uma das áreas ofertadas.

Não se chegou aqui à conclusão sobre a oferta dos preparatórios a partir das disciplinas que compunham o curso Normal, no entanto, há uma hipótese: os congregados, naquele momento de implantação, precisavam ser cautelosos; por isso, optaram em iniciar os testes pelo curso mais curto, constituído de poucas disciplinas, facilitando, assim, os primeiros trabalhos. Contudo, a partir de 1874, com o desmembramento dos dois cursos, as disciplinas de Humanidades se integraram às preparatórias, tornando-as obrigatórias nesse processo, conforme acontecia no Colégio Pedro II e nas outras instituições aplicadoras.

Nos dois cursos, as aulas eram ministradas de segunda-feira a sábado (com descanso na quinta-feira), das 07h da manhã até o início da tarde, horário que variava a depender do dia. Quanto à divisão dos professores por disciplina, era assim formada no ano de 1873:

Quadro 12 - Distribuição das disciplinas por professor, 1873

Professores	Disciplinas	Período de atuação
Antônio Diniz Barreto	Gramática e Tradução da Língua Latina	1871 a 1875
Geminiano Paes de Azevedo	Gramática e Tradução da Língua Francesa	1871 a 1875
Ignácio de Souza Valladão	Pedagogia	1871 a 1874
Justiniano de Mello e Silva	Gramática e Tradução da Língua Inglesa	1871 a 1874
Raphael Archanjo de Moura Mattos	História e Geografia	1871 a 1890
Sancho de Barros Pimentel	Filosofia Racional e Moral	1871 a 1883
Thomaz Diogo Leopoldo	Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos; Retórica e Poética	1871 a 1873
Tito Augusto Souto de Andrade	Aritmética, Álgebra e Geometria	1871 a 1875

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916) e dos trabalhos de Santos (2016).

A partir do Quadro 12, é possível identificar quais os professores que presidiram as primeiras bancas examinadoras dos preparatórios, já que essa informação não consta em ata: para Gramática Filosófica, Thomaz Diogo Leopoldo; para Pedagogia, Ignácio de Souza Valladão; em Geografia, Raphael Archanjo de Moura Mattos; e para Aritmética, Tito Augusto Souto de Andrade.

De acordo com as biografias desse primeiro quadro de professores já apresentadas em notas de rodapés deste trabalho, destacam-se alguns pontos: 1) antes de se tornarem professores do Atheneu Sergipense, atuaram no ensino das Primeiras Letras em seus respectivos municípios ou adjacências, ou ainda, como professores secundários em disciplinas avulsas e em aulas particulares; 2) não possuíam formações específicas para as suas respectivas cadeiras, uma vez que os cursos superiores imperiais baseavam-se nas áreas da saúde, ciências jurídicas (Direito) e engenharias; 3) não ocuparam as suas respectivas cadeiras mediante concurso público,⁶⁵ foram todos nomeados pelo governo provincial, dadas as duas possibilidades de preenchimento de cargo, via concurso ou nomeação – assim rezava o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe de 1870.

Quanto a essa decisão de nomeação direta ou via concurso público, ficava a cargo do Presidente da Província que, muitas vezes, por questões financeiras ou por conveniência, preferia nomear professores que lecionavam em regiões vizinhas, concedendo-lhes uma gratificação, já que a Província não dispunha de condições financeiras para arcar com os salários de novos professores.

Para que esses profissionais pudessem ocupar e se manter nas cadeiras do Atheneu Sergipense – tanto no curso de Humanidades quanto no Normal – deveriam reunir as seguintes condições:

Art. 70. Só podem ser professores públicos os indivíduos que reunirem as condições seguintes:

1ª Maioridade legal.

2ª Moralidade.

3ª Capacidade profissional. (BRASIL, 1870).

Para que tais condições fossem provadas, era necessária a apresentação da certidão de batismo com justificação de idade e atestado dos párocos, câmaras municipais e autoridades judiciárias. No caso das mulheres, as exigências eram mais rígidas, marcadas por uma

⁶⁵ O primeiro concurso para professor do Atheneu Sergipense ocorreu em 1875 para as cadeiras de História e Geometria. Para saber mais sobre os concursos públicos para professores do ensino secundário em Sergipe, entre os anos de 1875 E 1947, consultar Souza (2016).

sociedade eminentemente patriarcal. Se casada, deveria apresentar a certidão de casamento; se viúva, o óbito do marido; separadas, a sentença que julgou a separação; e no caso das solteiras, documento que comprovasse o consentimento dos pais ou responsáveis. Como foi possível notar, nenhuma mulher fez parte do quadro docente e administrativo do Atheneu Sergipense até o ano da implantação dos preparatórios; só foram introduzidas no ensino secundário sergipano a partir da criação e consolidação da Escola Normal.⁶⁶

Dessa forma, fica evidente que o perfil profissional do professorado do século XIX baseava-se, sobretudo, nas questões de moralidade e capacidade intelectual, fatos levados em consideração no momento da nomeação. Tal cultura, estabelecida também com base na experiência que os membros envolvidos teriam que possuir, é um fator preponderante ao se analisarem os perfis desses intelectuais.

Assim, com base nos dados sobre os cursos, disciplinas e sujeitos, deu-se início às primeiras configurações do regime dos preparatórios em terras sergipanas.

Com relação ao desmembramento dos cursos de Humanidades e Normal do Atheneu Sergipense durante o processo de instituição dos preparatórios em 1874 mencionado anteriormente, aponta-se para a pressão imposta por intelectuais daquele período para que o curso Normal fosse separado do curso de Humanidades, criando, assim, uma Escola Normal, conforme acontecia nas Províncias da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo.⁶⁷ Um exemplo dessas reivindicações pode ser localizado no jornal *A Liberdade*, publicado no dia 17 de maio de 1873, quando o curso ainda pertencia ao Atheneu Sergipense:

[...] Sem escolas normaes bem organizadas, onde se aproveitem e se dirijam as vocações e que sejam o viveiro natural dos professores, poder-se-ha ter um ou outro bom professor, como mesmo agora temos, mas nunca possuiremos a instrucção Primária em condições satisfatórias. É uma verdade, cuja evidencia a experiência demonstrou; e assim como não há paiz hoje que procure adiantar-se que não comece pela Instrucção Pública, também não ha reforma n'este ramo que não comece pela Instrucção Primária **e pela criação de Escolas Normaes**. (*A Liberdade*, 17 de maio de 1873, Ano 1º, nº 12, p. 1, grifos meus).

Tal impresso, à época redigido pelo professor de Filosofia Racional e Moral do Atheneu Sergipense, Sancho de Barros Pimentel, esclarece fatos sobre a situação do ensino

⁶⁶ Sobre as representações de ex-normalistas da Escola Normal Rui Barbosa (denominação que a Escola Normal recebeu em 1923) entre os anos de 1920 e 1950, consultar Freitas (2003).

⁶⁷ Sobre o processo de criação dessas escolas, consultar Rocha (2008), Villela (2008), Araújo (2008) e Dias (2008).

primário e secundário da Província e da emergência de uma reforma da Instrução Pública. Dentre as principais medidas, estava a criação de uma Escola Normal autônoma e organizada, que preparasse os professores – medida que poderia melhorar as condições do ensino primário que, segundo o então redator, era um “enganador dos espelhos”, uma vez que só apresentava condições melhores na capital, enquanto no interior estava à míngua.

No entanto, a medida só foi atendida em 1874 por meio de dois regulamentos: Regulamento da Escola Normal de Sergipe de 31 de abril e do Regulamento da Instrução Pública de 3 de outubro, ambos de 1874, que determinavam a separação dos cursos do Atheneu Sergipense e criação de uma Escola Normal com prédio e regimentos próprios: “Art. 129. Haverá uma escola normal para a devida preparação das pessoas que se quiserem dedicar ao magistério público do sexo masculino a qual se dará um regulamento especial”. (BRASIL, 1874).

As aulas do anterior curso Normal passaram a ser concentradas na recém-criada Escola Normal, sediada em Aracaju/SE, inicialmente na Rua da Aurora, onde funcionava a Recebedoria Provincial. No entanto, mesmo com a separação dos cursos, a instituição manteve-se atrelada ao Atheneu Sergipense nos primeiros anos e os seus professores também mantiveram-se os mesmos, conforme prescrito no art. 4º do Regulamento da Instrução Pública de 3 de outubro de 1874: “Haverá um director da Escola Normal, e seus professores normaes. Para essas nomeações serão aproveitados do melhor modo possivel os professores do Atheneu”. Bem como, nas páginas dos Livros de Atas da Congregação que tanto se referem às determinações e atividades da Escola Normal.

Contudo, tais vínculos e a nova estrutura não garantiram o sucesso da instituição, iniciando, dessa forma, longos períodos de instabilidades de nomenclatura, público-alvo, aberturas e fechamentos, conforme constatado em pesquisas anteriores (SANTOS, 2013b).

Quadro 13 – Instabilidades enfrentadas pela Escola Normal de Sergipe, 1870-1901

Ano	Acontecimento
1870	Criação do Curso Normal atrelado ao Atheneu Sergipense
1874	Separação dos cursos de Humanidades e Normal, passando a ser chamada de Escola Normal
1877	Criação da Escola Normal para o sexo feminino
1889	Criação da Escola Normal para ambos os sexos (Governo Provisório de José Siqueira Menezes e Baltazar Góes)
1891	Extinção da Escola Normal mista
1897	Extinção da Escola Normal (Governo de Martinho Garcez)
1899	Restauração da Escola Normal empreendida durante o governo de Olímpio de Souza Campos e, a partir de então, prosseguiu sem instabilidades

Fonte: Santos (2013b, p. 16).

Tais instabilidades podem explicar o motivo de a Escola Normal não ter aplicado os preparatórios, além de ser exclusiva ao preparo para o exercício do magistério primário. Sem o comprometimento de preparar para a matrícula nas Academias, a sua grade continuou contemplando algumas disciplinas do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense. O (a) normalista não era impedido de prestar os preparatórios, mesmo que a finalidade da Escola Normal não fosse essa.

Com a criação dessa primeira Escola e regimento próprio, o curso passou a ter duração de três anos. Mas, não foi apenas a duração que foi alterada, houve a inserção de novas disciplinas, distribuídas por ano da seguinte forma:

1º anno- Instrucção moral e religiosa; grammatica da língua nacional; exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso; redacção; exercícios calligraphicos.

2º anno- Arithmetica; systema métrico; elementos de geometria; desenho linear; noções de geographia e história; geographia e história do Brasil, principalmente de Sergipe; leitura reflectida da constituição política do Império e exercícios práticos;

3º anno- Noções geraes de phisica, de chimica, e de agricultura, pedagogia e legislação do ensino e exercícios práticos. (BRASIL, 1874).⁶⁸

Tal programa permaneceu até 1881. Em 1882, sofreu modificações por meio da Resolução nº 1.210 de 30 de março daquele ano, que passou a contar com as disciplinas de Filosofia, Alemão, Italiano, Francês e Ciências Naturais – todas exigidas nos preparatórios, conforme apresentado na seção anterior deste trabalho. Porém, a sua maior inclinação era ao preparo docente, principalmente no último ano do curso com o ensino da Pedagogia e legislação educacional.

A Escola Normal de Sergipe apresenta-se como um objeto de pesquisa instigante, há muito o que ainda pesquisar, mas, encerra-se aqui a sua contribuição dentro do regime dos preparatórios, visto que, a partir da separação dos cursos em 1874, a preparação do aluno para os cursos superiores passou a ser exclusividade do curso de Humanidades ofertado nos estabelecimentos de ensino secundário e/ou aulas avulsas, por meio da sua grade curricular que se adequaram ao que era exigido nos exames.

O foco será, portanto, as decisões que foram tomadas pelos membros do Atheneu Sergipense, partindo de dois Livros de Atas (1871-1916, 1916-1939), após o

⁶⁸ Para maiores informações sobre a ação do Regulamento de 1874 da Escola Normal e as principais modificações internas, consultar Santos (2013b).

desmembramento dos cursos, evidenciando as finalidades da instituição por meio de suas deliberações, programas, disciplinas, professores e dirigentes.

Nos dois livros de Atas, eram registradas todas as reuniões da Congregação sobre todos os aspectos relacionados à instituição: exames (preparatórios, finais, admissionais e de promoção), formação de bancas examinadoras, determinação e mudanças de horários das aulas, escolha dos compêndios, eleições anuais de secretários, petições de alunos, requerimentos, disciplinas, formação de comissões, elaboração de regulamentos internos, solicitações dos professores sobre alteração das suas aulas e/ou pedidos de licença, organização dos concursos de professores secundários e primários, discussão de pareceres e ofícios (recebidos e expedidos) e informes diversos.

Mas, para a presente pesquisa, destacam-se as atas referentes às reuniões que apresentaram os preparatórios entre os seus pontos de pauta, a fim de serem identificados os posicionamentos dos envolvidos no funcionamento.

Entre os anos de 1871 e 1916, foram registradas 379 atas – contando, inclusive, com aquelas reuniões que não ocorreram por falta de quórum (um total de 18 reuniões) – dentre as quais 12 trataram dos preparatórios.

Quadro 14 – Os exames gerais de preparatórios dentre os pontos de pauta, 1871-1916

Dia/Mês/Ano	Pontos discutidos
14/11/1873	Aprovação da ata anterior; Solicitação do abono de faltas dos alunos – faltas abonadas; Validação dos exames de preparatórios em Sergipe, no Atheneu Sergipense e eleição das bancas examinadoras (somente disciplinas do curso Normal)
12/11/1874	Eleição das bancas examinadoras – eleitas e aprovadas; Sugestão do professor José João de Araújo Lima sobre as datas de aplicação dos preparatórios; Eleição do redator da Memória Histórica da instituição – eleito o professor Sancho de Barros Pimentel
4/8/1876	Discussão sobre a necessidade da distribuição de exemplares dos programas dos exames de preparatórios – Distribuição aprovada
10/10/1876	Distribuição do exemplar dos programas dos pontos dos exames de preparatórios. Solicitação ao Governo Provincial referente a este exemplar à ser utilizado nas aulas
1/2/1877	Escolha dos compêndios; Aprovação dos programas de ensino e seus respectivos horários; Eleição do Secretário; Horários dos exames de 2ª época – Todos os professores presentes votaram contra a validade dos preparatórios na Província
8/2/1877	Reforma do horário das aulas – início às 07h; Adoção do programa do Governo Geral para os exames de preparatórios como programa do Atheneu Sergipense
7/6/1877	Abono de faltas – faltas abonadas; Eleição de comissão de confecção do Regulamento interno; Solicitação do professor Brício Cardoso sobre a emissão de certificados dos preparatórios com validade em todo o Império

4/8/1879	Distribuição do exemplar dos programas e pontos dos exames de preparatórios
1/9/1883	Abono de faltas – faltas abonadas; Anulação de matrícula de alunos; Votos de agradecimento pelo restabelecimento dos preparatórios em Sergipe
4/11/1889	Abono de faltas – faltas abonadas; Solicitação do professor Alfredo Montes para que as bancas examinadoras dos preparatórios fossem compostas, também, por outros professores, sendo tal solicitação atendida
31/10/1890	Encerramento das aulas do curso de preparatórios
12/3/1909	Eleição da banca examinadora dos preparatórios de ingresso nos cursos de Farmácia e Odontologia

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916.

Apesar de 12 atas parecer pouco num total de 379 reuniões, deve-se lembrar que o assunto “preparatórios” só era posto em pauta quando a data da sua aplicação se aproximava, ou seja, ao final e início cada ano. Dentre as primeiras atividades dos congregados, têm-se: o momento da implantação, as eleições e nomeações das bancas examinadoras, distribuição e adoção dos programas e pontos, dos horários de aplicação das provas, pedidos da certificação e do restabelecimento do regime em Sergipe.

Notam-se, também, intervalos entre um ano e outro em que os exames não foram discutidos, a exemplo dos anos de 1875, 1878, 1880 a 1882, 1884 a 1888, 1891 a 1908 e 1910-1916. A princípio, o pesquisador, ao se debruçar sobre os Livros de Atas, é levado a crer que tais intervalos indicam que os exames não foram aplicados nesses períodos. Porém, a história é feita pelo entrecruzamento de diversas fontes.

Na tentativa de preencher essas lacunas, recorreu-se aos jornais selecionados e apresentados na Introdução deste trabalho. Neles, foram publicados os editais, resultados e convocações. A partir do cruzamento dessas fontes, constatou-se que, apesar de não terem sido registrados nas atas de alguns anos, os exames foram aplicados.

Partindo do princípio de que os partícipes da Congregação debatiam sobre todos os assuntos referentes ao Atheneu Sergipense e isto precisava ser lavrado em ata, levanta-se a hipótese de ter existido outro livro de registros nesse mesmo período que foi mais uma fonte extraviada ou corroída pelo tempo. Mas, a utilização de um *corpus* documental extenso, permitiu o preenchimento desses espaços.

Em 19 de junho de 1916, um novo Livro de Atas foi aberto pelo então diretor Aristides da Silveira Fontes, dando continuidade aos registros das reuniões. Nele, foram registradas as atas até o ano de 1939, contudo, foi finalizada a análise nos registros da reunião do dia 18 de outubro de 1926 pela seguinte razão: em 1922, foram abertos livros específicos dos preparatórios (Livros de Atas dos Preparatórios e Livros de Inscrição, conforme eram

denominados), uma vez que os livros anteriores tratavam de todos os assuntos referentes à instituição. Porém, apesar das aberturas dos novos livros datarem de 1922, assuntos referentes aos preparatórios foram registrados no Livro de Atas da Congregação até o ano de 1926. Durante os anos de 1916 e 1926, foram lavradas 101 atas, contando com aquelas reuniões que foram suspensas por falta de quórum (um total de 21). Dessas que ocorreram, 24 apresentaram os preparatórios como ponto de pauta.

Quadro 15 – Os exames gerais de preparatórios dentre os pontos de pauta, 1916-1926

Data	Pontos de pauta	Deliberações
20/11/1916	Aprovação da ata anterior; Apresentação dos pontos dos preparatórios de diversas disciplinas	Aprovação dos pontos dos exames de Inglês, Francês, História Natural Aplicada, Desenho, Aritmética e Álgebra, Geografia e Corografia, Latim, História Universal e do Brasil, História da Filosofia, Psicologia e Lógica, História Natural, Física e Química, Moral e Instrução Cívica, Pedagogia, Geometria e Trigonometria
30/11/1916	Aprovação da ata anterior; Formação das bancas examinadoras	Nomeação e aprovação das bancas
1/2/1917	Aprovação da ata anterior; Eleição do Secretário; Designação das bancas dos exames de preparatórios de 2ª época “que porventura fossem solicitados”; Programas dos exames de admissão para o 1º ano; Discussão dos programas de algumas cadeiras	Francisco Monteiro Filho reeleito para a função de Secretário; Bancas aprovadas. Optaram por manter as mesmas bancas usadas para os exames finais e de promoção; Aprovação dos programas dos exames de admissão; Aprovação dos programas das cadeiras
19/10/1917	Aprovação da ata anterior; Sessão extraordinária para debater sobre a aprovação e encaminhamentos dos exames de preparatórios de 1ª época para aplicação no final do mês de novembro, dada a “grande influência de candidatos”	Aprovação da aplicação dos preparatórios e encaminhamentos para a publicação do edital
10/11/1917	Aprovação das atas anteriores; O professor Gentil Tavares salienta que votou contra à data da aplicação dos preparatórios de 1ª época; Apresentação dos programas de algumas disciplinas	Ciência sobre as ponderações do professor Gentil Tavares; Aprovação dos programas das disciplinas
17/11/1917	Aprovação da ata anterior; Debate e escolha das bancas dos preparatórios de 1ª época; Solicitação de “aluno estranho”⁶⁹ para a formação de uma banca de Trigonometria, por já possuir certificado de Geometria (disciplinas ofertadas juntas)	Aprovação dos membros escolhidos para a composição das bancas dos preparatórios; Aprovação da solicitação do “aluno estranho” e formação de outra banca
7/2/1918	Aprovação da ata do dia 17/11/1917, uma vez que as duas primeiras reuniões de 1918 não ocorreram por falta de quórum;	Os professores decidiram por manter os mesmos programas e horários do ano anterior;

⁶⁹ Denominação utilizada em diversos documentos administrativos para designar os alunos matriculados em outras instituições.

	Manutenção dos programas das disciplinas dos anos anteriores; Petição dos alunos: Pedro Mota Cabral, João Campos Júnior e Pedro Paes de Azevedo, requerendo a aplicação dos preparatórios de 2ª época; Pedido de Jucindo Montalvão para a realização, também, dos exames de 2ª época; Petição da aluna Zilda Chagas	A solicitação dos três alunos não foi aprovada por não atenderem às condições do Regulamento em vigor; Pedido deferido de Jucindo Montalvão, uma vez que atendia às condições do Regulamento relativo aos exames de 2ª época; A petição da aluna foi aceita, porém, colocada para posterior análise (não específica à que se refere)
20/12/1918	Aprovação das atas anteriores; Reunião extraordinária para tratar dos pontos dos exames gerais de preparatórios	Pontos dos exames aprovados. Não especificam quais as disciplinas ofertadas e os respectivos pontos, apenas que foram aprovados
30/12/1918	Aprovação da ata anterior; Escolha e aprovação das bancas examinadoras dos exames finais e de preparatórios	Bancas examinadoras aprovadas (não listam quais foram e salientam que estão registradas no respectivo livro)
18/11/1921	Aprovação da ata anterior; Apresentação dos pontos dos exames de preparatórios de 1ª época	Não constam na ata quais os pontos apresentados, somente as disciplinas ofertadas (Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria e Trigonometria, Geografia e Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, História Geral, História do Brasil, Física e Química e História Natural)
30/11/1921	Aprovação da ata anterior; Composição das bancas examinadoras dos exames de preparatórios de 1ª época; Informação do falecimento do “Estadista Oliveira Valladão”	Aprovação das bancas dos exames
20/2/1922	Aprovação da ata anterior; Eleição do novo secretário da Congregação; Exames de preparatórios de 2ª época	Arthur Fortes foi eleito novo secretário; O Presidente decidiu em manter as mesmas bancas examinadoras dos exames de 1ª época (realizados em dezembro de 1921), porém, alguns suplentes foram substituídos e a nova composição aprovada
14/11/1922	Aprovação das duas atas anteriores; Pontos dos exames de 1ª época; Agradecimentos ao Professor Jucundino Andrade pela sua gestão; Nomeação do Professor Abdias Bezerra para o cargo de Diretor	Os pontos não foram registrados, como de costume, somente as disciplinas que foram ofertadas (Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, História Geral, História do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química e História Natural)
30/11/1922	Aprovação da ata anterior; Organização e aprovação das bancas examinadoras dos exames de 1ª época	Bancas examinadoras aprovadas
28/2/1923	Organização e aprovação das bancas examinadoras dos exames de 2ª época	A Congregação optou por manter as mesmas bancas examinadoras dos exames de 1ª época (correspondente à ata do dia 30/11/1922)
20/10/1923	Aprovação das duas atas anteriores; Início dos exames de 1ª época	O presidente sugeriu que os exames de 1ª época tivessem início em 20 de novembro por haver número suficiente de candidatos inscritos. Os demais membros aprovaram a determinação
19/11/1923	Aprovação da ata anterior;	As bancas foram compostas e aprovadas

Composição das bancas examinadoras dos exames de 1ª época		
20/2/1924	Aprovação da ata anterior; Eleição do novo Secretário da Congregação; Bancas examinadoras dos exames de 2ª época; Apresentação dos programas e horários do ano letivo	Eleito o professor Jucundino Andrade para o cargo de Secretário; O presidente da sessão optou por manter as mesmas bancas examinadoras dos exames de 1ª época, porém, com algumas substituições de suplentes, uma vez que alguns precisaram se ausentar; Os programas e horários foram aprovados
20/10/1924	Início dos exames de 1ª época por haver “grande afluência de examinandos que já se anuncia”	O presidente e congregados aprovaram a data de 20 de novembro para tal realização
14/11/1924	Aprovação da ata anterior; Apresentação dos pontos dos exames; Convocação para outra reunião no dia 18/11	Os prontos foram apresentados pelos professores das disciplinas (mas não constam em ata)
18/11/1924	Aprovação da ata anterior; Designação das bancas examinadoras dos exames de 1ª e 2ª épocas	Designação e aprovação das bancas examinadoras
25/2/1925	Aprovação das atas anteriores; Eleição do Secretário da Congregação; Apresentação dos programas e horários para o ano letivo; Mesa examinadora dos exames de admissão; Reorganização das bancas dos exames de 2ª época em virtude da ausência de alguns professores	Jucundino Andrade foi reeleito para o cargo de Secretário; Foram mantidos os mesmos programas e horários do ano passado, exceto, da disciplina do professor Santos Mello; Escolhida e aprovada a mesa examinadora dos exames de admissão; O presidente fez as substituições necessárias nas bancas em que os professores ausentes fizeram parte nos exames de 1ª época
14/11/1925	Aprovação da ata anterior; Apresentação dos pontos dos preparatórios de acordo com as instruções do Departamento Nacional do Ensino	Os pontos das seguintes disciplinas foram apresentados e aprovados: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Geografia Geral e Corografia e Noções de Cosmografia, História Geral, História do Brasil, Aritmética e Álgebra, Geometria, Física e Química, História Natural, Desenho, Instrução Cívica e Moral e Filosofia
18/10/1926	Aprovação da ata anterior; Ofício do Inspetor Fiscal dos preparatórios, Octaviano Vieira de Mello, à Congregação do Atheneu Sergipense	O então inspetor apresentou um ofício em que agradeceu e se despediu dos membros da Congregação, uma vez que assumiria outro cargo fora da instituição. Os congregados aprovaram a solicitação e conferiram votos de felicidades e agradecimentos aos serviços prestados

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939.

Ao comparar os Quadros 14 e 15, observa-se que os assuntos referentes aos preparatórios foram mais debatidos no segundo Livro de Atas e num intervalo de tempo menor que o primeiro. Outro ponto que pode ser destacado é que, nesse segundo momento, que vai de 1916 a 1926, os exames atravessaram momentos mais calmos, diferente do que ocorreu em suas primeiras décadas, embrenhados de críticas, suspensões e restabelecimentos.

Apesar de esse período compreendido entre os anos de 1916 e 1926 ter atravessado diversas tentativas de remodelação do sistema de avaliação discente por meio das reformas educacionais, a exemplo da substituição pelos exames de madureza, admissionais e vestibulares, o que se vê é que os preparatórios permaneceram fazendo parte da cultura escolar sergipana até meados da década de 1934. Isso pode ser constatado não somente nas atas das reuniões, mas nos livros de inscrição, declarações, certificados e nos jornais.

Cada um desses assuntos tratados nas reuniões pode se configurar em objetos de estudo, uma vez que são parte da cultura escolar. Embora alguns não pareçam ter relação direta com os exames de preparatórios, a exemplo da definição dos horários das disciplinas e eleições de secretários, foram pontos importantes da sua configuração, pois os membros envolvidos nessas tomadas de decisão foram os responsáveis pela implantação e consolidação do regime dos preparatórios em Sergipe.

Diversos foram os intelectuais que compuseram a Congregação do Atheneu Sergipense durante o período delimitado na presente pesquisa, dentre eles, os diretores e secretários. Quem presidia a reunião era o diretor, com ata registrada e lavrada pelo secretário. Por meio dos dois livros, foi possível identificá-los assim como os demais membros, no caso, os professores.

O levantamento desses intelectuais é importante para a presente investigação por identificar quem participou, diretamente, do funcionamento dos preparatórios em Sergipe, qual a relevância de cada membro e quais foram as principais decisões e determinações tomadas por eles. Não só as ações merecem ser analisadas mas também quem as praticou, a começar, pelos diretores e secretários.

Quadro 16 – Relação dos diretores e secretários do Atheneu Sergipense durante o funcionamento dos exames de preparatórios, 1873-1934

Período	Diretores	Secretários
1870-1875	Manuel Luiz Azevedo D'Araújo	1871 – Raphael Archanjo de Moura Mattos 1872 – Sancho de Barros Pimentel 1873 – Geminiano Paes de Azevedo 1874 – Justiniano de Mello e Silva 1875 – Pedro Barbosa (interino, indicado pela Secretaria da Instrução)
Início de 1875	Feliciano Eusébio (interino, indicado pela Secretaria da Instrução) Manuel Pereira Guimarães ⁷⁰	Pedro Barbosa

⁷⁰ Há uma exposição permanente de quadros de diretores disponível, atualmente, no Atheneu Sergipense, que aponta Manuel Pereira Guimarães como diretor da instituição entre os anos de 1874 e 1877. Porém, de acordo

1875-1877	Thomaz Diogo Leopoldo	Fins de 1875 a 1876 – S. Cardoso e Pedro Barbosa (interinos, indicados pela Secretaria da Instrução) 1877 – Brício Maurício de Azevedo Cardoso
1877-1879 ⁷¹	1877-1878 – P. Francisco Carvalho Nobre (interino, diretor da Instrução Pública) 1878 e início de 1879 – Gonçalo de Aguiar B. de Menezes (interino)	1877-1878 – Brício Maurício de Azevedo Cardoso 1878 – Geminiano Paes de Azevedo 1879 – Raphael Archanjo de Moura Mattos
1879	Tito Augusto Souto de Andrade	Raphael Archanjo de Moura Mattos
1880-1881	Antônio Diniz Barreto	1880 – Ignácio de Souza Valladão 1881 – Ascendino Ângelo dos Reis
1882-1885	1882-1883 – Gonçalo de Aguiar B. de Menezes (interino, diretor da Instrução Pública) 1884-1885 – Antônio Rodrigues de Souza Brandão (interino, diretor da Instrução Pública)	1882 – Alfredo de Siqueira Montes 1883 – Ascendino Ângelo dos Reis 1884-1885 – Manoel Francisco de Oliveira
1886-1887	P. Francisco de Carvalho Nobre (interino)	1886 – Félix Diniz Barreto 1887 – Olyntho Rodrigues Dantas
1888-1889	Olyntho Rodrigues Dantas	1888 – Daniel Campos 1889-1890 – Manoel Francisco de Oliveira
1888-1893	Galdino Telles de Menezes (Diretor da Instrução Pública)	1890 – Manoel Francisco de Oliveira 1891-1892 – Narciso da Silva Marques 1893 – Cândido Campos
1894-1897	Manoel Francisco de Oliveira e Evangelino José de Faro (Diretores da Instrução Pública)	1894 – Cândido Campos 1895-1897 – Francisco Teixeira de Farias
1898-1901	Geminiano Paes de Azevedo	1898 – Luiz Carlos da Silva Lisboa 1899 – Francisco Teixeira de Farias 1900 – Olegário Corrêa Dantas, Antônio Garcia Rosa e Francisco Teixeira de Farias 1901 – Antônio Garcia Rosa
1902-1904	Baltazar de Araújo Góes	1902 – Luiz Carlos da Silva Lisboa 1903-1904 – Francisco Teixeira de Farias
1905-1912	Cândido da Costa Pinto	1905 – Eutychio de Novaes Lins 1906 – Antônio Garcia Rosa 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 – João Menezes 1912 – Alfredo Cabral
1913	Francisco Teixeira de Farias (interino)	Alfredo Cabral
1914-1916	Josaphat Brandão	1914-1915 – José Alves da Costa 1916 – Francisco Monteiro Filho
1916-1919	Aristides da Silveira Fontes	1916-1919 – Francisco Monteiro Filho
1920-1922	Jucundino de Souza Andrade	1920-1921 – Manoel Cândido 1922 – Arthur Fortes
1922-1923	Abdias Bezerra	Arthur Fortes (foi substituído algumas vezes por Manoel Cândido e Druval Freire)
1923-1926	Alcebiades Correia Paes	Jucundino de Souza Andrade

com as atas das reuniões, ele só ocupou tal cargo numa reunião de 1875, logo após, Thomaz Diogo Leopoldo seguiu como diretor até 1877.

⁷¹ Outro equívoco cometido na exposição dos quadros dos diretores é a respeito da direção do Atheneu Sergipense entre os anos de 1877 e 1879. Consta Brício Maurício de Azevedo Cardoso como diretor, porém, conforme as atas da Congregação, ele ocupava, neste período, o cargo de professor e secretário. Segundo Guaraná (1925) e, posteriormente verificado por Gally (2004), Brício Cardoso exerceu a função de diretor da Escola Normal de ambos os sexos neste mesmo período, o que pode explicar o equívoco nas datas, nomes e instituição.

1926-1932	Leandro Diniz de Faro Dantas	Jucundino de Souza Andrade 1919 – C. Bastos
1932-1934	José Andrade Carvalho	C. Bastos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Livros de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916; 1916-1939)

Com este quadro, é possível identificar quem comandou o Atheneu Sergipense durante o funcionamento dos exames de preparatórios. Sabe-se que a Congregação não era composta somente pelo diretor e secretário, havia, também, os professores que poderão ser identificados a partir da formação das bancas examinadoras trabalhadas na quarta seção, por se tratar de um número relativamente extenso, uma vez que se investiga um regime que durou mais de seis décadas e que envolveu todos os quadros docentes desse período. Por isto, optou-se por identificá-los como examinadores, função relacionada ao presente objeto de estudo.

Quanto aos pontos de pauta descritos nos Quadros 14 e 15, determinados e abordados pelos agentes do Quadro 16, destaca-se mais um elemento que mantém um elo importante com os exames de preparatórios: os programas de ensino. Tais programas são aqui entendidos como a listagem das disciplinas e pontos de cada uma, ou seja, os conteúdos a serem ensinados nas instituições secundárias e cobrados nas avaliações discentes, necessários para a entrada nas Academias.

3.1.2 Programas de ensino vs. programas dos exames de preparatórios: adequações

Sabe-se que as instituições de ensino secundário buscavam organizar os seus estudos de acordo com as disciplinas que eram exigidas nos exames de preparatórios, e o Atheneu Sergipense não esteve alheio a isto, mesmo que a sua equiparação ao Colégio Pedro II, estabelecimento reconhecido como modelo nacional, só tenha ocorrido em 1908 por meio do Decreto nº. 556, de 24 de agosto.

A partir das atas das reuniões, constatou-se que, mesmo antes da equiparação, o Atheneu Sergipense buscou seguir aquilo que era cobrado nos exames, a exemplo do que fora discutido nos dias 4 de agosto de 1876, com a distribuição de exemplares dos programas dos preparatórios a serem utilizados nas aulas da instituição; e no dia 8 de fevereiro de 1877, com a adoção do programa fornecido pelo Governo Geral; e dia 4 de agosto de 1879, com mais uma distribuição dos exemplares dos programas.

Sobre esses exemplares, conforme consta nas respectivas atas, deveriam ser distribuídos em todas as instituições e aulas de ensino secundário espalhadas na Província/Estado, a fim de que as aulas fossem mais direcionadas, visando ao preparo para o ingresso nos estudos superiores.

Ainda com base nestes registros, foi possível identificar as disciplinas ofertadas a cada ano, percebendo, assim, o seu dinamismo e configuração, elementos essenciais para os próximos itens deste trabalho.

Em resumo das informações contidas nas atas e nos regimentos escolares, as disciplinas ofertadas no curso de Humanidades do Atheneu Sergipense ao longo dos anos foram aquelas exigidas para a matrícula nos cursos superiores, sendo: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Filosofia (Psicologia, Lógica e Moral), Retórica e Poética, Geografia Geral, Corografia do Brasil, Cosmografia, História (História Antiga e Média; História Moderna e Contemporânea; História do Brasil; História Universal), Aritmética, Álgebra, Geometria (Geometria Plana, Geometria no Espaço), Física, Química e História Natural.

Sabe-se que os cursos superiores durante o Império se restringiram às áreas da saúde, ao Direito e à Engenharia⁷² e que, nos primeiros anos da República, essas áreas foram ampliadas.⁷³ Seguem dois quadros descritivos das disciplinas exigidas para a matrícula em cada curso superior a partir de dois decretos nacionais em períodos distintos:

Quadro 17 – Disciplinas preparatórias exigidas para a matrícula nas Academias (por curso), 1879

Período	Curso superior	Disciplinas exigidas
1879	Medicina (curso geral)	Português, Latim, Francês, Inglês, Alemão, História, Geografia, Filosofia, Aritmética, Geometria, Álgebra (até equações de 1º grau), Física, Química, Mineralogia, Botânica e Zoologia
	Farmácia	Português, Latim, Francês, Inglês, Filosofia, Aritmética, Álgebra (até equações de 1º grau) e Geometria
	Obstetrícia	Português, Francês, Aritmética, Álgebra e Geometria
	Odontologia	Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra e Geometria
	Direito	Retórica e Poética; Alemão, Italiano (Obs: consta que essas duas últimas foram inseridas neste ano, sem especificar outras)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.

⁷² Para saber mais sobre a constituição desses cursos e profissões entre os anos de 1822 e 1930, consultar Coelho (1999).

⁷³ Para mais informações sobre a expansão dos cursos superiores nas primeiras décadas da República, consultar Teixeira (1969; 1989), Sampaio (1991), Martins (2002), Cacete (2014) e Bortolanza (2017).

Quadro 18 – Disciplinas preparatórias exigidas para a matrícula nas Academias (por curso), 1901

Período	Curso superior	Disciplinas exigidas
1901	Medicina geral (Ciências Médicas e Cirúrgicas)	Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, História Universal (especialmente do Brasil), Aritmética, Álgebra (até equações de 1º grau), Geometria, Trigonometria Retilínea, Física e Química; e História Natural
	Farmácia	Português, Francês, Aritmética, Álgebra (até equações de 1º grau), Geometria Plana, Elementos de Física e Química, e Elementos de História Natural
	Obstetrícia	Português, Francês ou Inglês ou Alemão e Aritmética (até Proporções)
	Odontologia	Português, Francês, Inglês ou Alemão, Aritmética (até Proporções), Geometria Plana, e Elementos de Física e Química
	Direito (Ciências Jurídicas e Sociais)	Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Retórica e Poética, Aritmética, Geometria, Geografia e Corografia do Brasil, História Universal (especialmente do Brasil), Física e Química; e Elementos de História Natural
	Escola Politécnica (Engenharia)	Português, Francês, Inglês ou Alemão, Geografia e Corografia do Brasil, Aritmética, Física e Química; e História Natural
	Escola de Minas e Metalurgia (Engenharia)	Português, Francês, Inglês ou Alemão, Geografia e Corografia do Brasil, História Universal (especialmente do Brasil), Física e Química; e História Natural
	Belas Artes	Português, Aritmética, Elementos de Geografia e História, Geometria, Trigonometria e Elementos de Física e Química
	Agrimensura	Português, Francês, Geografia (especialmente do Brasil), Aritmética, Física e Química, e História Natural

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise do Decreto nº 4.247, de 23 de novembro de 1901.

Com exceção da disciplina de Italiano, exigida para a matrícula no curso de Direito no ano de 1879, todas as outras foram ofertadas e aplicadas no Atheneu Sergipense durante o período delimitado. Ainda que as instituições adequassem os seus programas em consonância com aqueles determinados para os exames de preparatórios, as disciplinas, antes de serem preparatórias, eram escolares. Nasceram nas escolas secundárias e com finalidades bem determinadas, com combinações e proporções variáveis – variações de nomenclatura, junção e/ou separação, a exemplo da Física e Química, que em alguns momentos eram ofertadas numa só cadeira, assim como a História e Geografia; e Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia.

Os pontos das disciplinas destacavam os saberes exigidos para o ingresso nos estudos superiores e aproximavam-se do programa de ensino regido no Colégio Pedro II, mesmo naquelas instituições que a ele não era equiparado, a exemplo do Atheneu Sergipense até 1908. De certo modo, os preparatórios imprimiram uma organização nos estabelecimentos de ensino secundário do ponto de vista das disciplinas escolares/preparatórias, fazendo recordar o entendimento de Bourdieu e Passeron (2009) a respeito da representação dos exames dentro da estrutura escolar.

Em resumo, o governo e os centros superiores de educação elaboravam os pontos das disciplinas exigidas nos exames de cada ano considerando as cadeiras existentes no Colégio Pedro II. Eram decretos nacionais, porém, adaptáveis à realidade de cada instituição, uma vez que nem todas ofertavam as mesmas disciplinas do Pedro II (neste caso, na falta de oferta de alguma disciplina, os candidatos concluíam seus preparatórios em outras instituições ou Províncias/Estados).

Essa dinâmica pode ser visualizada no primeiro programa dos preparatórios, datado de 1874 e publicado no *Jornal do Aracaju* nas edições dos dias 28 e 31 de outubro daquele ano.⁷⁴ O documento foi encaminhado pelo então Inspetor Geral Interino da Instrução Pública da Corte, José Paulino Soares de Souza, e publicado no impresso em duas partes: a primeira, no dia 28 de outubro; e a segunda, em 31 do mesmo mês.

O programa contém os pontos exigidos para os exames de Português (provas escrita e oral), Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Filosofia e Geografia. Quanto às demais disciplinas, a exemplo de História, Retórica e Poética, Física e Química, o impresso sinaliza que seriam abordados na edição seguinte, porém, na documentação digitalizada do acervo do IHGSE, não constam os números do mês de novembro, em que, certamente, apresentam a continuação do programa. Com isto, o programa dos preparatórios de 1874 e os seus respectivos pontos são aqui apresentados como um exemplo de um dos primeiros programas recebidos e seguidos em Sergipe, no Atheneu Sergipense.

Para os exames de línguas, os pontos foram assim determinados:

Quadro 19 – Lista de pontos dos exames de Português, Latim, Francês e Inglês, 1874

Disciplinas	Pontos	
Português	Prova escrita	Composição sobre temas formulados pela mesa de Exame
	Prova oral	Leitura, análise lógica e gramatical dos trechos clássicos. Edição de Nicolau A. Alves, 1870
Latim	Prova escrita	Versão para Latim dos trechos clássicos. Edição de Nicolau A. Alves, 1870
	Prova oral	Leitura, tradução e análise lógica e gramatical. A medição de versos latinos. Livros: Horácio, Odes, Virgílio, Eneida, Cícero. Orações: Tilo L., Res Memorabiles
Francês	Prova escrita	Versão para Francês dos trechos clássicos. Edição de Nicolau, 1870
	Prova oral	Leitura, tradução e análise lógica e gramatical. Livro: Marcou – Beautés de Chateaubriand
Inglês	Prova escrita	Versão para Inglês dos trechos clássicos. Edição de Nicolau, 1870
	Prova oral	Leitura, tradução e análise lógica e gramatical. Livros: (ilegível)

Fonte: Quadro elaborado pela autora por meio do *Jornal do Aracaju*, 28 de outubro de 1874, Ano V, nº 530, p. 1.

⁷⁴ No ano da implantação (1873), localizou-se, nos jornais, apenas o programa do exame de Português; por isso a opção em utilizar como exemplo o programa de 1874, por se tratar de mais de uma disciplina.

Ao analisar a lista de pontos desses exames, percebeu-se que somente essas disciplinas aparecem com os pontos da prova oral já determinados.⁷⁵ Tanto na prova escrita quanto na oral, era cobrada a tradução, análise lógica e gramatical de trechos de clássicos, conforme previsto no Art. 22 do Decreto nº 4.430 de 30 de outubro de 1869 que permaneceu em vigor até 1874:

Os pontos de prova oral serão diversos dos de prova escripta, e especiaes para cada examinando do mesmo dia. Em linguas, consistirão na leitura, analyse logica, etymologica e grammatical de trechos de autores brasileiros e portuguezes de melhor nota; e na leitura, traducção e analyse logica e grammatical de trechos escolhidos de autores classicos latinos, francezes e inglezes, e medição de versos latinos. Em sciencias, na exposição e desenvolvimento não só do objecto especial do ponto, como tambem dos principios geraes da materia, sendo os examinandos arguidos tanto pelos examinadores, como pelo presidente da mesa, pelo commissario do governo, e pelo professor assistente, quando a qualquer destes parecer conveniente intervir no exame.

Dessa forma, os aspirantes às Academias do Império deviam possuir conhecimentos e certa fluência nas línguas vivas estrangeiras, “[...] com isso, o examinando mostrar-se-ia habilitado pelo saber antes adquirido, e não pelo auxílio estranho, acostumando seu ouvido à pronúncia própria de cada Língua, podendo assim entreter em qualquer uma delas uma conversação regular” (OLIVEIRA, 2006, p. 309).⁷⁶ Tais exigências também traduziam o que deveria ser ensinado no Atheneu Sergipense nos anos de 1874.

De acordo com as descrições dos Quadros 17 e 18 da presente seção, nos quais são apresentadas as disciplinas exigidas para a matrícula em cada curso superior, observa-se que Português, Francês, Latim e Inglês eram matérias comuns para todos os cursos, evidenciando que, independente da escolha da área superior, o aluno precisava possuir uma boa base da língua nacional e estrangeira. Tal fato também é evidenciado a partir das indicações das obras, todas dentro da literatura clássica.

No que diz respeito aos exames das matemáticas, aplicados na forma de prova prática, apresentavam-se por meio de resoluções de problemas envolvendo três subáreas: Aritmética, Álgebra e Geometria.

⁷⁵ Para as demais áreas, eram realizados sorteios para a prova oral.

⁷⁶ Para saber mais sobre a instituição do ensino das línguas vivas no Brasil, consultar Oliveira (2006). Sobre o ensino da Língua Inglesa no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1877, ver Silva (2017).

Quadro 20 – Lista de pontos dos exames de Aritmética, Álgebra e Geometria, 1874

Disciplinas	Número	Pontos
Aritmética	1º	Numeração decimal
	2º	Multiplificação dos números inteiros
	3º	Divisão dos números inteiros
	4º	Redução das frações ao mesmo denominador
	5º	Redução das frações à expressão mais simples
	6º	Operações sobre as frações ordinárias
	7º	Operações sobre as frações decimais
	8º	Sistema métrico
	9º	Operações sobre números complexos
	10º	Divisibilidade dos números
	11º	Dezenas periódicas
	12º	Quadrado e raiz quadrada
	13º	Cubo e raiz cúbica
	14º	Proporções por diferença e por quociente
	15º	Regra de três simples e composta
	16º	Regras de juros e de desconto
	17º	Regra de companhia
	18º	Progressões por diferença
	19º	Progressões por quociente
	20º	Teoria elementar dos logaritmos
Álgebra	1º	Adição e subtração algébrica
	2º	Multiplificação algébrica
	3º	Divisão algébrica
	4º	Operações sobre as frações algébricas
	5º	Máximo divisor comum algébrico
	6º	Equações e problemas do 1º grau a uma só incógnita
	7º	Equações e problemas de 1º grau a duas incógnitas
	8º	Fórmulas gerais para resolução de um sistema qualquer de equações de 1º grau
	9º	Soluções negativas dos problemas
	10º	Discussão das equações do 1º grau
	11º	Discussão dos problemas dos corretos
	12º	Análise indeterminada do 1º grau
Geometria	1º	Teoria das perpendiculares e oblíquas
	2º	Teoria das paralelas
	3º	Teoria dos triângulos
	4º	Dos quadriláteros e suas variedades
	5º	Dos polígonos convexos
	6º	Da circunferência e suas combinações com a linha reta
	7º	Medida dos ângulos central, inscrito, circunscrito e excêntrico
	8º	Triângulo e polígono
	9º	Dos círculos secantes e dos círculos tangentes
	10º	Linhas proporcionais
	11º	Semelhanças dos triângulos e dos polígonos
	12º	Propriedade da perpendicular
	13º	Dois paralelogramos da mesma base e da mesma altura são equivalentes
	14º	Área do polígono regular, do círculo e do setor circular
	15º	Relação entre as áreas de dois polígonos semelhantes e de dois círculos de raios diferentes
	16º	Linhas proporcionais consideradas ao círculo
	17º	Avaliação dos lados dos polígonos regulares
	18º	Das retas e dos planos perpendiculares e oblíquos entre si
	19º	Ângulos diedros e suas medidas
	20º	Das retas e planos paralelos
	21º	Dos ângulos poliedros

22º	Dos poliedros convexos
23º	Semelhanças dos poliedros
24º	Dois paralelepípedos da mesma base e da mesma altura são equivalentes. Todo o paralelepípedo oblíquo pode ser transformado em um paralelepípedo retângulo
25º	Dois paralelepípedos retangulares são proporcionais às suas alturas. Dois paralelepípedos retangulares da mesma altura são proporcionais às suas bases
26º	(Ilegível)
27º	Volume do paralelepípedo, do prisma, do cilindro, da pirâmide e do cone
28º	Superfície lateral do prisma, do cilindro reto, da pirâmide regular e do cone reto
29º	Toda seção feita na esfera é um círculo. Todo o plano perpendicular ao raio no extremo é tangente à esfera
30º	Área e volume da esfera

Fonte: Quadro elaborado pela autora por meio do *Jornal do Aracaju*, 28 de outubro de 1874, Ano V, nº 530, p. 1.

A lista de pontos dos exames de Aritmética, Álgebra e Geometria condizia com representações do universo matemático. Nota-se, dessa forma, que pretendiam analisar as noções de matemática dos candidatos por meio de resoluções de problemas envolvendo regras e teorias, avaliando, assim, a prática com os números.

Pelo menos uma dessas áreas das matemáticas era cobrada para a matrícula nos cursos superiores. Para os cursos da saúde (Medicina, Farmácia e Odontologia) eram exigidos os exames das três áreas destacadas (Aritmética, Álgebra e Geometria). Para o curso de Direito, somente Geometria; e para os cursos de Engenharia e Agrimensura, Aritmética. Portanto, foram disciplinas que apresentaram variações no número de inscritos.

Quanto aos pontos do exame de Filosofia, embora ilegíveis, versam eles sobre a moral, a ética, faculdades mentais e espírito e suas subdivisões (sentimentos, métodos, memória, formação de ideias e de juízo, religiosidade e individualidade).

Quadro 21 – Lista de pontos do exame de Filosofia, 1874

Disciplina	Números	Pontos
Filosofia	1º	Objeto, utilidade e divisão da Filosofia, sua utilidade e relação com as demais ciências
	2º	Das faculdades da alma: sensibilidade, entendimento, vontade
	3º	Da sensibilidade: seus caracteres, sensações, sentimentos, paixões
	4º	Das nossas ideias em geral: suas diversas espécies
	5º	Da percepção exterior, da atenção e comparação
	6º	Da abstração: formação das ideias gerais
	7º	Da memória: associação das ideias, imaginação
	8º	Do juízo
	9º	Dos sinais e, em particular, dos vocábulos: sua relação com o pensamento
	10º	Da atividade espontânea e reflexa: descrição dos atos da vontade
	11º	Do método: análise e síntese
	12º	Das proposições, suas espécies, conversão e oposição
	13º	Da definição, divisão e classificação

14º	Do senso íntimo: evidência e demonstrações
15º	Da observação: indução, analogia e probabilidade
16º	Do testemunho humano: regras da crítica histórica
17º	(Ilegível)
18º	Da argumentação: suas formas e regras
19º	(Ilegível)
20º	Da origem das nossas ideias: apreciação da opinião dos autores
21º	(Ilegível)
22º	Demonstração da liberdade: influências dos motivos sobre a vontade
23º	(Ilegível)
24º	Exposição e crítica das hipóteses sobre a união da alma com o corpo
25º	Da imortalidade da alma
26º	Da ideia de um Ente Supremo: prova metafísica da sua existência
27º	Prova física da existência de Deus
28º	Prova moral da existência de Deus
29º	Dos atributos metafísicos de Deus
30º	Dos atributos morais de Deus
31º	Da providência considerada relativa da existência do mal
32º	Dos motivos dos atos humanos
33º	Crítica das principais opiniões dos filósofos sobre a natureza do dever
34º	Demonstração da lei natural: lei positiva
35º	Consciência moral: imputação
36º	Do mérito e demérito: pena e prêmio
37º	Moral religiosa: culto interno e externo
38º	Moral individual: dos deveres relativos ao espírito
39º	Dos deveres relativos ao corpo
40º	Moral social: dos deveres de beneficência
41º	Noções de direito: deveres gerais da justiça
42º	Dos deveres gerais da sociedade doméstica e civil

Fonte: Quadro elaborado pela autora por meio do *Jornal do Aracaju*, 31 out. 1874, Ano V, nº 530, p. 1.

Com 42 pontos, o programa para o exame de Filosofia expressava a importância do estudo em torno das faculdades mentais envolvendo a ética, a moral, a fé em Deus, o espírito e alma, dadas as influências religiosas da época. Em 1874, era exigida somente para a matrícula nos cursos de Medicina e Farmácia.

A seguir, lista de pontos do exame de Geografia:

Quadro 22 – Lista de pontos do exame de Geografia, 1874

Disciplina	Números	Pontos
Geografia	1º	Geografia: terra, sua figura, movimentos, superfície, eixos, polos, equador, meridianos, paralelos, trópicos, círculos polares e zonas da terra. Divisão da superfície do Globo em terras e águas. Ilhas e continentes. Primeira divisão da terra. Oceano e suas divisões: costa, grupos de ilhas, arquipélagos
	2º	Horizonte visual. Pontos cardeais e colaterais. Região. País. Nação. Capital. Mares. Correntes. Campos. Montanhas de gelo. Fundo do mar: sua elevação até a superfície exterior das águas
	3º	Praias: dunas, penínsulas [ilegível]. Planícies. Montes. Serras. Vales e sistemas de montanhas. Vulcões. Neves e geleiras. (Ilegível). Lagos. Lagoas. Pântanos. Rios e vertentes
	4º	Limites, divisão, mares e estreitos da Europa: Ilhas, penínsulas e cabos

5°	Montanhas, vulcões, vales, planícies, estepes e desertos da Europa. Vertentes, linhas de divisão das águas, lagos, rios e lagunas da Europa
6°	Limites, divisão, mares, golfos, ilhas, penínsulas e estreitos da Ásia
7°	Montanhas, vulcões, depressões, veles, planícies, estepes e desertos da Ásia. Vertentes, linhas de divisão das águas, lagos, rios e lagunas da Ásia
8°	Limites, divisão, mares, golfos e estreitos da África. Ilhas, penínsulas e cabos da África
9°	Montanhas, vulcões, depressões, veles, planícies, estepes e desertos da África. Vertentes, lagos, rios e lagunas da África
10°	Limites, divisão, mares, golfos e estreitos da América. Ilhas, penínsulas e cabos da América
11°	Montanhas, vulcões, depressões, veles, planícies, estepes e desertos da América. Vertentes, linha de divisão, lagos, rios e lagunas da América
12°	Limites, divisão, mares, golfos e estreitos da Oceania. Ilhas, penínsulas e cabos da Oceania. Montanhas, vulcões, planícies, estepes e desertos da Oceania. Vertentes, lagos, rios e lagunas da Oceania
13°	Região natural, política e etnografia. Estados soberanos e (ilegível): divisões empregadas na sua descrição. Superfície de um país. População absoluta e relativa. Governo e suas formas principais. Religião e divisões
14°	Divisão dos povos segundo seu aspecto exterior. (ilegível). Clima físico: suas causas e influência sobre a distribuição dos vegetais e animais da superfície da terra. Latitude e longitude
15°	Limites, situação, superfície, divisão, governo e religião dos diversos Estados da Europa Ocidental: capitais e cidades principais
16°	Idem da Europa Ocidental Central
17°	Idem da Europa Ocidental Meridional
18°	Idem da Europa Oriental
19°	Idem da Ásia Setentrional Oriental
20°	Idem da Ásia Meridional
21°	Idem da Ásia Ocidental
22°	Idem da África Setentrional
23°	Idem da África Ocidental
24°	Idem da África Meridional
25°	Idem da África Oriental
26°	Idem da África Central
27°	Malásia e Austrália. Polinésia e terras antárticas
28°	Situação, extensão, superfície e configuração da América: sua divisão – aspecto geral, climas, produções, população, raças, línguas, religiões e governos
29°	Brasil: situação, limites, extensão, superfície, configuração e divisão. Bahias, portos, cabos, estreitos, ilhas, montanhas, cordilheiras, planícies, vertentes
30°	Linhas de divisão das águas, lagos e rios do Brasil. Capitais, cidades, vilas principais das Províncias do Brasil. Aspecto geral: população, produções, riquezas naturais, religião e governo do Brasil
31°	República Oriental do Uruguai. Confederação Argentina. República do Paraguai. Chile
32°	Bolívia. Peru. Estados Unidos da Venezuela. Colômbia. Equador. Patagônia
33°	(Ilegível) [...] América Central e Panamá
34°	México. Estados Unidos da América do Norte. Terras dinamarquesas
35°	Islândia e ilhas de João Mayen. Nova Bretanha. Território do Alaska
36°	Astros e sua divisão em estrelas propriamente ditas. Planetas e cometas. Esfera celeste: rotação, polos e eixos
37°	Sol: volume, movimentos, constituição e manchas. Sistema solar: cometas, partes que o compõe, densidade e dimensões. Cometas periódicos. Planetas: divisão do sol, volume, massa e mais particularidades dos planetas. Asteroides
38°	Sistemas de Ptolomeu e Copérnico. Leis de Kepler. Leis de atração. Figura da terra: demonstração de sua redondeza e verdadeira forma. Círculos da esfera celeste da terra

39º	Ano sideral e trópico ou civil. Estações. [...] Determinação da posição da esfera para qualquer lugar do globo [...]
40º	Lua: seu volume, diâmetro, distância da terra e movimentos. Revolução sideral: aspecto da atmosfera. [...] Eclipses do sol e da lua
41º	Marés. Latitude e longitude terrestres

Fonte: Quadro elaborado pela autora por meio do *Jornal do Aracaju*, 31out.1874, Ano V, nº 531, p. 1.

Os pontos do exame de Geografia integravam-se para o reconhecimento da formação da terra, dos continentes e países. É possível notar uma correlação dessa disciplina com o ensino de História ao cobrar aspectos, como a língua, a religião e a organização governamental. Apresentava, também, conexões com a Astronomia e a Física, uma vez que exigia o conhecimento da posição da terra, do sol, dos cometas, bem como os seus volumes, movimentos, rotações e configurações.⁷⁷

Ao apontar a correlação do programa dessa disciplina com outras áreas, salienta-se que no *Jornal do Aracaju* não foi possível localizar a edição que contém os pontos do exame de História e que essa correlação foi identificada a partir da legislação educacional.

Quanto aos pontos da disciplina Retórica e Poética, divulgados na edição não localizada, Santos (2010), em sua dissertação de Mestrado, conseguiu ter acesso ao número do *Jornal do Aracaju* que continha tais informações. A edição a qual se refere é datada de 4 de março de 1874. Os números digitalizados não contam com essa edição, constando somente os números dos dias 3, 5, 7, 10, 12, 14, 17, 19, 21, 24 e 28 referentes ao mês em questão. Assim, no Quadro 23, a seguir, expõem-se os pontos desta disciplina:

Quadro 23 – Lista de pontos do exame de Retórica e Poética, 1874

Disciplina	Números	Pontos
Retórica e Poética	1º	Definição e utilidade da Retórica e da Eloquência
	2º	Gêneros da Eloquência
	3º	Partes do discurso
	4º	Exórdio
	5º	Narração
	6º	Confirmação
	7º	Peroração
	8º	Disposição
	9º	Elocução
	10º	Ornato oratório
	11º	Eloquência forense
	12º	Eloquência do púlpito
	13º	Do modo de escrever a história, obras filosóficas, diálogos e epístolas
	14º	Da ação oratória
	15º	Da origem e definição da Poesia e da Poética
	16º	Da versificação

⁷⁷ Para saber mais do ensino de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908 consultar Alves (2014).

17º	Do gênero lírico
18º	Do gênero épico
19º	Do gênero dramático
20º	Do gênero didático
21º	Do gênero elegíaco
22º	Do gênero pastoril
23º	Das escolas clássica, romântica e realista
24º	Da crítica literária
25º	Do gosto, do belo e do sublime

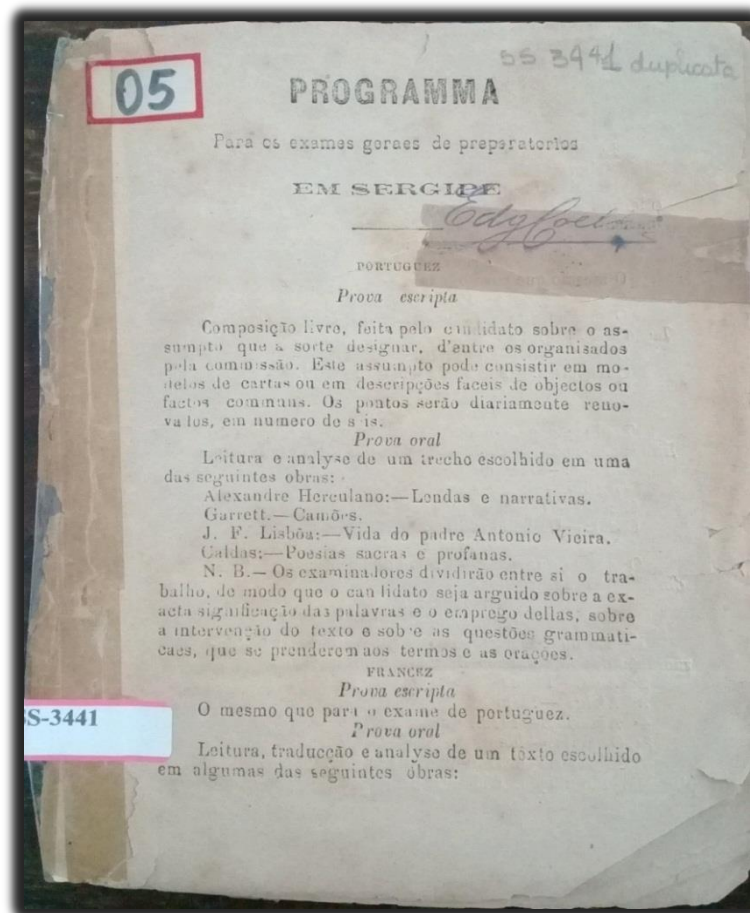
Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do trabalho de Santos (2010).

Nos primeiros pontos do programa do exame de Retórica e Poética, nota-se a preocupação com os gêneros do discurso, conhecimento necessário não somente para o ingresso nos cursos superiores como também para preparar “os jovens alunos para atuação em cargos burocráticos e de comando, nos quais o domínio da ênfase exercia um papel distintivo, denotando erudição e elegância” (SANTOS, 2010, p. 22), como era o caso dos cursos jurídicos.

Quanto aos pontos referentes à Poética, destacam-se os conteúdos de poesia, literatura e outros gêneros, mostrando, assim, a sua interligação com a Retórica. Dessa forma, a partir do ensino de Retórica e Poética, fica evidenciado o nível de erudição cobrado dos candidatos. Como diz Chervel (1990, p. 197), “[...] uma matéria de ensino suscetível de servir ao exercício intelectual”. Com isto, a Retórica e Poética, juntas ou separadas, ofereciam ao futuro ingresso no curso de Direito, elementos da eloquência e oratória necessários durante e após a sua formação”.

Conforme já visto, o Governo, por meio da Inspetoria Geral primária e secundária, em muitos casos, buscou adequar os programas dos preparatórios de acordo com cada Província/Estado. Chegou-se a essa conclusão por meio da localização, no acervo do IHGSE, de um exemplar do programa para os exames de preparatórios em Sergipe, datado de 24 de dezembro de 1883 e assinado pelo então Inspetor Geral, A. H. de Souza Bandeira Filho.

Figura 2 - Capa do programa para os exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1883



Fonte: Acervo do IHGSE.

No documento completo (Anexo A), há os pontos das disciplinas de Português, Francês, Inglês, Latim, Geografia (Geografia Geral, Corografia do Brasil e Cosmografia), História (História Antiga e Média, História Moderna e Contemporânea e História do Brasil), Filosofia (Psicologia, Lógica e Moral), Aritmética, Álgebra, Geometria (Geometria Plana e Geometria no Espaço), Retórica e Poética. Tal programa se assemelhava à grade de disciplinas do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, segundo a Resolução nº 1.045 de 2 de maio de 1876 que continuava em vigor, em 1883:

Art. 85. A instrucção publica secundaria continuará a ser dada no Atheneu Sergipense, que se comporá de um curso de humanidades com as seguintes aulas:

- 1.º Grammatica philosophica da lingua nacional e analyse de clássicos.
- 2.º Grammatica, traducção e versão da lingua francesa.
- 3.º Grammatica, traducção e versão da lingua inglesa.
- 4.º Grammatica, traducção e versão da lingua latina.
- 6.º Aritmetica e algebra.
- 7.º Geographia, cosmographia e corographia do Brasil.

- 8.º Historia antiga, media e moderna, e a do Brasil.
 9.º Rhethorica e poetica e litteratura nacional.
 10.º Philosophia. (BRASIL, 1876).

Ao comparar os dois programas e tomando como exemplo as disciplinas de Português, Francês, Inglês e Latim, observa-se que em ambos era trabalhada a leitura, análise e tradução de obras clássicas, comprovando que as exigências do regime dos preparatórios eram cumpridas no Atheneu Sergipense. O mesmo ocorria com as demais disciplinas.

Outros programas, tanto de preparatórios quanto de ensino do Atheneu Sergipense, foram localizados nos jornais. Dos 14 títulos de impressos selecionados, dois publicaram os ditos programas: o *Jornal do Aracaju*, nos anos de 1873, 1874 e 1876; e *O Estado de Sergipe*, entre os meses de março e abril de 1911. Juntos, somaram 27 edições nas quais os programas são mencionados ou apresentados.

Quadro 24 – Apresentação dos programas nos jornais – 1873, 1874, 1876, 1911

Jornal	Edição	Resumo
<i>Jornal do Aracaju</i>	19 de novembro de 1873, Ano V, nº 430	Apresentação do programa da prova oral do exame de Português
	22 de novembro de 1873, Ano V, nº 431	Aviso ao diretor da Instrução Pública sobre o recebimento de um exemplar do programa dos exames de preparatórios
	28 e 31 de outubro de 1874, Ano V, nº 530 e 531	Apresentação do programa dos exames de preparatórios. Documento encaminhado por José Paulino Soares de Souza (Inspetor geral interino da Instrução Pública da Corte) para a província de Sergipe
	21 de outubro de 1876, Ano VII, nº 742	Pedido de autorização do diretor da Instrução Pública à Tesouraria Provincial, para a compra um exemplar de cada uma das obras mencionadas no programa dos preparatórios, a fim de servirem nas aulas do Atheneu Sergipense
	26 de novembro de 1876, Ano VII, nº 752	Edital contendo os pontos do exame de Geografia extraídos do Programa Nacional dos Preparatórios
<i>O Estado de Sergipe</i>	17 de março de 1911, Ano XIII, nº 3516	Apresentação do programa de Português do Atheneu Sergipense
	21 de março de 1911, Ano XIII, nº 3519	Apresentação do programa de Literatura do Atheneu Sergipense
	23 de março de 1911, nº 3521	Apresentação do programa de Francês do Atheneu Sergipense
	24 de março de 1911, Ano XIII, nº 3522	Apresentação do Programa de Inglês do Atheneu Sergipense
	25 de março de 1911, Ano XIII, nº 3523	Apresentação do programa de Alemão do Atheneu Sergipense
	28 de março de 1911, Ano XIII, nº 3524	Apresentação do programa de Latim do Atheneu Sergipense
	29 de março de 1911, Ano XIII, nº 3525	Apresentação do programa de Grego e Aritmética do Atheneu Sergipense
	30 de março de 1911, Ano XIII, nº 3526	Apresentação dos programas de Álgebra do Atheneu Sergipense
	31 de março de 1911, Ano XIII, nº 3527	Apresentação dos programas de Geometria e Trigonometria do Atheneu Sergipense

1º de abril de 1911, Ano XIII, nº 3528	Apresentação dos programas de Mecânica e Astronomia do Atheneu Sergipense
5 a 8 de abril de 1911, Ano XIII, nº 3531 a 3534	Apresentação dos programas de Física e Química do Atheneu Sergipense
9, 11 e 12 de abril de 1911, Ano XIII, nº 3535, 3536 e 3537	Apresentação do programa de História Natural do Atheneu Sergipense
13 e 19 de abril de 1911, Ano XIII, nº 3538 e 3540	Apresentação do programa de Geografia do Atheneu Sergipense
20 e 21 de abril de 1911, Ano XIII, nº 3541 e 3542	Apresentação do programa de História Universal do Atheneu Sergipense

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos impressos selecionados.

Os programas dos exames de preparatórios se converteram em programas de ensino a partir das suas disciplinas e conteúdos. Havia uma preocupação em adotar as mesmas obras cobradas nos exames, como é possível notar da edição do dia 21 de outubro de 1876 do *Jornal do Aracaju* e nas páginas dos Livros de Atas. Tais publicações eram encaminhadas com o aval do diretor da Instrução Pública e do Presidente em questão. Assim, as informações chegavam aos interessados.

O estudo das próprias disciplinas, por si só, já sugere que os exames de preparatórios se tornaram parte da cultura escolar do ensino secundário, uma vez que houve adaptações e estratégias para a adequação dos programas, sendo todos parte de um mesmo sistema e interdependentes.

3.1.3 Momentos de incertezas e embates: suspensões e restabelecimentos dos exames no Atheneu Sergipense

Retomando os pontos de pauta descritos no Quadro 14, chama-se a atenção para o assunto abordado na reunião do dia 1º de setembro de 1883, em que trataram do restabelecimento dos preparatórios em Sergipe – isso mesmo! Nem tudo foram “flores” nas duas primeiras décadas da instituição dos exames no ensino secundário sergipano.

O regime atravessou alguns períodos de instabilidades por motivos de parcialidade dos examinadores, interferências dos Presidentes das Províncias e desacato aos professores por parte dos candidatos reprovados. O primeiro momento foi em 1876, com restabelecimento em 1879. O segundo, em 1880 e o restabelecimento em 1883. O terceiro, em 1896, sendo restituídos em 1897.

Para a construção desses períodos de oscilações, foram utilizados dados contidos nas atas e na imprensa, em que diversas publicações foram feitas e os embates travados. Tais fontes forneceram dois pontos de vista distintos: as atas, como documentos institucionais, apresentam características mais formais e operacionais; os jornais eram o espaço onde os intelectuais “desabafavam” os seus descontentamentos, com publicações de cunho crítico e pouco amistoso.

O primeiro momento de instabilidade foi iniciado por um dos professores do próprio Atheneu Sergipense que, inclusive, também trabalhava na função de examinador. Trata-se de Tito Augusto Souto de Andrade. Na ocasião, ele criticou a postura de um dos seus colegas, Ascendino Ângelo dos Reis, referente à constituição da banca do exame de Álgebra.

Segundo Tito Augusto Souto de Andrade, em passagem publicada no jornal *O Raio*, Ascendino Ângelo dos Reis havia se manifestado a favor da anulação do exame e criticado o trabalho de um dos examinadores, chegando até a nomear um estudante do curso de Medicina para ocupar o tal posto.

EXAMES GERAES

Entrou de novo em exame a terceira turma de Algebra, cuja banca foi presidida pelo Dr. Leopoldo Castanheira (...).

Forão reprovados dous examinandos, ficando assim satisfeita a vontade do dr. Ascendino, um dos << trez espíritos que por circunstancias imprevistas e imprecisas >> levantarão o – protesto – com o fim de esmagar o honrado sr. dr. Pinna (...).

O sr. Ascendino condenando-se a si mesmo, esta sem apoio dos homens sensatos, e por isso só acha para examinador o sr. Pitada, que o abandonou no primeiro dia do exame de Arithmetica, porque o delegado exigiu com força a reprovação de diversos estudantes, mas que foi examinar Geometria a instancias do presidente da província.

O outro companheiro do sr. Pitada foi um mocinho que deu o primeiro anno do curso medico.

- Como lembrou-se o dr. Ascendino de desencovar um estudante, que nenhum titulo tem que o recomende, para emporeila-lo no lugar de examinador de Geometria?

Foi uma ideia que não occorre a qualquer mortal, um feliz achado que no illustre fiscal devia ter custado (...).

(...) devia existir um (...) para substituir o nobre sr. dr. Guaraná, que recusou o lugar de examinador, é tanto esquisito que achou um estudante que veio passar as férias na província.

O dr. Ascendino referindo-se ao sr. Polydoro em seu – protesto – n. 1, feriu duplamente, levado pela raiva de ver o dr. Pinna occupando o logar, que tanto aspirava; era a inveja que o devorava, tanto que agora (...) na Delegacia abandonada pelo honrado dr. Pinna.

(...) o Delegado que o sr. Polydoro, contador da thesouraria provincial estudou preparatórios, como o dr. Ascendino, e estava nas condições de

ser examinador de Arithmetica, porque foi lente da matéria talvez por mais de anno.

Não succede outro tanto com o examinador do dr. Ascendino, cujo escolhido alem de criança, não pode presumir-se com as habilitações para examinador. (Tito Augusto Souto de Andrade, *O Raio*, 7 de janeiro de 1877, Ano II, nº 57, p. 1).

Para reforçar essas colocações, há outro texto mais extenso, publicado nesta mesma edição, porém datado de 30 de dezembro de 1876 e também assinado pelo professor Tito Augusto Souto de Andrade. Dessa vez, ele narra como se deu a aplicação dos exames de 1ª época, realizados em fins de 1876, com críticas ferrenhas ao trabalho do professor Ascendino Ângelo dos Reis e como os demais examinadores e candidatos se portaram diante do que chamou de “arbitrariedades” cometidas pelo seu colega.

Na passagem, Tito Augusto deixou claro que as suas desavenças com Ascendino Ângelo já vinham de antes, indicando uma provável perseguição.

Eis ahi a exposição fiel do occorrido, e della vera o publico que nem eu, nem meus dignos collegas fomos origem do tropelias. Si a votação foi favoravel aos estudantes, é porque não somos verdugos da mocidade, e ainda menos sou carrasco, como me considerava o sr. dr. Ascendino o anno passado em seus escriptos do – protesto – que foi de proposito levantado para accusar o digno e honrado sr. dr. Pinna, antecessor do sr. dr. Delegado. Fui examinador de trez turmas de Geographia, de quatro de Arithmetica, de duas de Algebra, correspondendo sempre a confiança em mim depositada, como por palavras suaves m’o indicava o sr. dr. Ascendino, exigindo ate que eu fosse examinador de Geometria, e entretanto só havia de sacrificar minha reputação ou dignidade no decimo dia de exame? Si a primeira condicção e garantia para o bom resultado dos exames nasce da idoneidade intellectual e moral das pessoas, que compõe as mezas, como bem explica a circular do Ministerio dos negocios do Imperio de 18 de outubro de 1873, claro fica que, nullo o exame da ultima turma de Algebra, e sendo chamado outro pessoal para o novo acto, o sr. Ascendino ou nenhuma força moral teve, ou quiz ferir a reputação dos examinadores primitivos, e por minha parte devo repellir a afronta, e não consentir que ella fique impune, pois toca os meus mais nobres sentimentos. (Tito Augusto Souto de Andrade, *O Raio*, 7 de janeiro de 1877, Ano II, nº 57, p. 1).

De acordo com a narração do professor, os exames foram aplicados e avaliados corretamente, porém Ascendino Ângelo dos Reis, à época nomeado para o cargo de Fiscal dos exames, interveio de forma arbitrária na avaliação feita pelas bancas de Álgebra e Aritmética, justamente aquelas em que Tito Augusto era presidente, desconsiderando as aprovações dos candidatos, colocando à prova o trabalho e comprometendo os avaliadores.

Todos esses embates levaram às seguintes indagações: esse primeiro momento de instabilidade teria sido ocasionado por questões pessoais dos envolvidos? Quem estava com a razão: a banca que, inclusive, já havia participado de outras edições dos exames, ou Ascendino Ângelo dos Reis que à época sequer lecionava nas disciplinas em questão? Ele tinha o conhecimento necessário para julgar a avaliação dos exames de Álgebra e Aritmética se a disciplina que lecionava naquele momento era Inglês e História?

Não se pode afirmar, entretanto, que “A” ou “B” estava certo. Apenas deve-se inquirir sobre as razões que justifiquem o primeiro momento de instabilidade dos exames de preparatórios. Ao que parece, havia uma disputa por espaço e embates oriundos de questões que por ora são desconhecidas, mas que estão subentendidas nos trechos dos jornais. No entanto, não foi localizada a réplica de Ascendino Ângelo dos Reis (se é que houve!), nem mesmo o protesto proferido por ele em 1875, a fim de comparar os dois pontos de vista, embora sobre assuntos e momentos diferentes.

A postura de Ascendino Ângelo dos Reis era para que tais exames fossem cancelados, alegando que a banca examinadora não avaliou corretamente, favorecendo, assim, os candidatos. Mas, o que os alunos tiveram a dizer sobre este processo avaliativo?

No *Jornal do Aracaju*, ao que se supõe ter sido publicado por um candidato, pois os motivos apresentados dizem respeito ao rigor “exacerbado” dos exames, uma publicação relata as dificuldades e esforços empreendidos para a sua prestação:

[...] passando longas noites de vigília sobre os livros como aos que os tivessem lançado ao abandono. [...] Desaparecendo assim todo estímulo para o trabalho, poucos dos nossos estudantes, entre os quaes contam-se por dezenas bonitas, viçosas e aproveitáveis inteligências, poucos dedicaram-se ao estudo, e poucos, portanto, prepararam-se cabalmente para obter uma aprovação somente por força e merecimento próprios. É esta uma verdade, que tem calado no espirito publico, especialmente dos examinadores d’este anno (*Jornal do Aracaju*, 16 de dezembro de 1876, Ano VIII, nº 758, p. 1).

De acordo com este trecho, na contramão do que apresentava Ascendino Ângelo dos Reis, os exames vinham sendo avaliados com rigor. Tal passagem faz parte de um texto maior, mas que, por conta da ilegibilidade do documento, não foi possível apresentá-lo na íntegra. Não é divulgado o nome do autor, mas, pelas descrições e motivos expostos, supõe-se que tenha autoria de candidato reprovado, uma vez que aponta os esforços empreendidos

e dedicação aos estudos e a maneira parcial de avaliação por parte dos examinadores, ao afirmar que poucos candidatos eram aprovados por mérito.

Diante de tantas contradições, tendo de um lado um dos examinadores de Álgebra e Aritmética; do outro, o Fiscal dos exames, que na época lecionava as disciplinas de História e Inglês e ainda, as preocupações dos candidatos, não é difícil entender as dificuldades que o sistema dos preparatórios encontrou em Sergipe em seus primeiros anos

Semanas após a publicação feita pelo professor Tito Augusto, houve a reunião da Congregação em 1º de fevereiro de 1877, com a seguinte pauta: escolha dos compêndios, aprovação dos programas de ensino e seus respectivos horários, eleição do secretário e decisões referentes aos exames de preparatórios de 2ª época que seriam aplicados entre os meses de fevereiro e março daquele ano.

Na ocasião, o professor Tito Augusto Souto de Andrade pediu a palavra e argumentou sobre o Regulamento em vigor a respeito dos programas e horários, mas nada que demonstrasse a mesma insatisfação e críticas que expusera no jornal. Ainda que não expostas na reunião (ou não registradas nas atas), as críticas e estremecimento das relações renderam e respingaram na realização dos exames de 2ª época, ocasionando o seu cancelamento, com o aval, por unanimidade, da Congregação.

Foi consentida e posta a votos, votando contra todos os professores presentes que entenderam ser contrarias aos interesses dos estudantes a exequibilidade da lei que concedeu a validade dos exames preparatorios nas Províncias (Ata da reunião do dia 1 de fevereiro de 1877, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916).

Mesmo contrários à realização dos exames para aquela época, tratam, na mesma reunião, da adoção do programa dos preparatórios no Atheneu Sergipense, fazendo notar que, embora não concordassem com a aplicação, os alunos mereciam continuar sendo preparados para a entrada nas Academias por meio das disciplinas e conteúdos estabelecidos pelo Governo Geral.

Adoptou a Congregação por unanimidade, com voto do Sr. Director, que se continuasse a seguir o mesmo programa dado pelo Governo Geral para os exames de preparatorios, que se desse diploma de humanista áquelles que fossem approvados nas dez materias lecionadas no Atheneu, e que se seguissem todos os compendios indicados no programa do Governo Geral (Ata da reunião do dia 1 de fevereiro de 1877, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916).

Meses após, em reunião do dia 7 de junho, o professor Brício Cardoso manifestou o seu apoio à volta da aplicação dos exames ao solicitar a emissão dos certificados de habilitação com validade em todo o Império. No entanto, tal restabelecimento só ocorreu em 1879, conforme ata do dia 4 de agosto daquele ano e editais de inscrição.

Um ano após este restabelecimento, em 1880, iniciou-se o segundo período de instabilidade – e, novamente com conflitos referentes à postura dos examinadores e Fiscal durante a realização dos exames.

Caso parecido com o ocorrido em 1877 em que, devido à falta de pessoal habilitado para compor as bancas examinadoras, optou-se em nomear, mais uma vez, um aluno do curso de Medicina da Bahia, contrariando, assim, alguns professores do Atheneu Sergipense, resultando no adiamento das inscrições. Tais informações foram localizadas no *Jornal de Sergipe*, na edição do dia 5 de agosto de 1880.

É verdade que o dr. delegado especial revetará á s. exc. o snr. dr. José Leandro o desejo de fazer adiar os exames para o dia 15 de Agosto, em virtude de certa má vontade que manifestavam alguns professores em acceitarem a incumbencia de examinar, sendo um dos motivos propalados o facto de ter sido contemplado como examinador um estudante da Bahia que, por sua vez, ia ser submetido a exame.

Antes de tudo, convem que se saiba que o nome d'esse estudante foi apresentado pelo dr. delegado, não sem observações muito rasoaveis feitas pelo digno vice-presidente, que, só em attenção ao mesmo delegado, o aceitou afinal.

Isto posto, dice o snr. dr. Gonçalo Botto, delegado especial, que ia passar um telegramma para Corte, communicando aquella deliberação.

Ora, a integra d'aquelle telegramma não foi apresentada ao snr. vice-presidente, antes de ser transmittida, e s. exc. tendo sciencia depois pelo proprio dr. delegado, respondeo a isto – que era bem provavel a suspensão dos exames nesta provincia, em vista do modo porque era concebida a communicação, o que era um grande mal para todos. (*Jornal de Sergipe*, 5 de agosto de 1880, Ano XV, nº 70).

Não consta o nome do autor da publicação, mas, pelas palavras proferidas, supõe-se que se trate de um dos professores ou de representante do Governo, pois a manifestação acusa o conhecimento apurado dos fatos que levaram tal decisão a ser tomada, característica de alguém envolvido no processo de organização e funcionamento.

A decisão em adiar, ou até mesmo em suspender os exames, causou alvoroço entre os estudantes aspirantes às Academias, fato que também foi abordado no impresso.

Propalada a noticia do espaçamento, levantou-se grande celeuma.

Foi quasi geral a reprovação do acto.

Os estudantes vieram em commissão requerer ao snr. dr. vice-presidente que houvesse de marcar novo dia para o começo dos exames, allegando motivos que não deixavão de ter muita procedencia. Ao justo empenho da classe dos estudantes associaram-se outras muitas justíssimas considerações. (*Jornal de Sergipe*, 5 de agosto de 1880, Ano XV, nº 70).

Mesmo diante deste quadro de incertezas, a suspensão não ocorreu, e as inscrições foram abertas em 6 de novembro (até o dia 8), início da aplicação no dia 15 e resultados divulgados a partir do dia 17 daquele mesmo mês. Em relatório oficial, encaminhado pelo Presidente da Província e publicado no dia 7 de agosto, o relator esclareceu as razões do adiamento das inscrições e a conduta estabelecida para a escolha dos examinadores, apontando que o nível intelectual exigido não estava abaixo dos examinadores de outras Províncias.

[...] é de crer que o pessoal encarregado de tão importante commissão desempenhará as suas funcções, não lhe faltando para isso as precisas habilidades á par do desejo de não lavrarem com as suas proprias mãos a sentença de nosso (...) pela demasiada condescendencia na apreciação das provas dos examinandos.

Não considero o nosso nível intellectual á baixo d'aquelles que em outras províncias se consagram á ardua tarefa profissional. (*Jornal de Sergipe*, 5 de agosto de 1880, Ano XV, nº 71).

Mesmo havendo a realização dos exames e o apaziguamento do Governo, os embates permaneceram e adentraram o ano seguinte, como é possível perceber em relatório publicado no *Jornal de Sergipe* em 22 de março de 1881, em que tratam a respeito daqueles exames aplicados em novembro de 1880:

É preciso dizer que estas provas estavam degenerando em completa burla pela demasiada benevolência dos julgamentos; o exame não é uma formalidade vã, é uma exhibição de habilitações especiaes, e o examinador feito juiz, tem de servir a justiça, da qual a imparcialidade é um elemento; pensando assim, entendi pretender maior vigor e vigilância nessas provas, e nomeando interinamente para o cargo de delegado especial o dr. Luiz Antonio de Faria, por ter apresentado escusa o dr. Gonçalo d'Aguiar Botto de Menezes, vi desempenhado cabalmente o meu pensamento pelo muito interesse e dedicação com que o illustrado secretario do governo se ouve em tão melindrosa incumbencia. A'elle, aos distintos cavalheiros que compuserão as mesas examinadoras, ao illustre sr. Joaquim Alonso Moreira de Almeida, que por algum tempo substituiu ao dr. Faria, e aos demais auxiliares do delegado especial, louvo e agradeço os serviços que

prestarão ao ensino publico. (*Jornal de Sergipe*, 22 de março de 1881, Ano XVI, nº 22, p. 1).

Sabe-se que os preparatórios eram realizados nos últimos meses do ano; no entanto, em 1881, as inscrições foram abertas no mês de junho e a aplicação em julho, conforme publicado nas edições nº 35, 59 e 60 do *Jornal de Sergipe*. Mais uma vez, os exames foram alvo de críticas, resultando na anulação dos exames de Geometria e Inglês.

No sábado ultimo foi considerado nulo o exame de Geometria, porque algumas das provas escriptas eram redigidas de modo análogo; o que fazia desconfiar-se de que fora mudada a vigilância do pessoal examinador e de delegacia. De accordo quanto ao motivo da desconfiança, e quanto a razão para a nulidade, mas não podemos deixar de accentuar, embora de passagem, que aos examinadores não era difícil mudar essa vigilância, tão fraca ella tem sido [...].

[...] E de adiamento em adiamento vão marchando os exames, entregando-se ao tempo o trabalho de resolver os embaraços supervenientes. Hoje, é tal a impressão produzida do espírito publico por essas anormalidades, que já não se pode perguntar, ao fim de cada exames << quantos candidatos foram bem, ou mal sucedidos >> mas, sim << quantas bancas de exames foram anuladas >> (*Jornal Sergipe*, 13 de dezembro de 1881, Ano 1º, nº 31).

O texto não foi assinado, mas, diante dos argumentos e descrença na validade dos exames e da forma indireta, sem mencionar nomes, supõe-se que não se trate de pessoal do Atheneu Sergipense ou de candidato envolvido no processo, mas de outro tipo de público também engajado e preocupado com as questões educacionais.

Em julho de 1882, houve mais uma tentativa de frear o funcionamento dos exames, que, mesmo embrenhados de conflitos, ocorreram.

Exames de preparatorios – Ficou sem nenhum effeito a suspensão dos exames geraes nesta província, Sr. Rodolpho Dantas.

S. exc. queria tirar a infeliz Sergipe aquillo de que gosa lembrando se sempre do digno campeão da causa da instrucção publica, o sr. João Alfredo. (*Luz Matinal*, 4 de julho de 1882, Ano I, nº 3, grifos meus).

Também sem autor, o trecho representa o posicionamento de alguém a favor da realização dos exames, em que critica a suspensão que por ora se cogitava. Mas, de acordo com a própria publicação e com os editais divulgados posteriormente nos jornais *Luz Matinal* e *O Conservador*, a suspensão tornou-se sem efeito, e os exames realizaram-se em dois períodos: o primeiro em fins do mês de julho; e, o segundo, em dezembro. Embora

realizados, a ata da reunião do dia 1º de setembro de 1883, sugere que eles foram suspensos ou anulados. Nessa ocasião, se deu, finalmente, a restituição dos exames, aparentando acordos mais amistosos entre os congregados, como demonstra o trecho em que expuseram os votos de agradecimento pelo restabelecimento do regime no Atheneu Sergipense:

O Sr. Moura Mattos pede a palavra e obtendo-a, passa da fundamentar o requerimento seguinte: Requeiro que na acta dos trabalhos de hoje seja consignado um voto de agradecimento por parte d'esta congregação ao Exmº Sr. Vice-Presidente, Cel. José de Calasans Barbosa da Franca, por ter concorrido para que fossem restabelecidos os exames geraes de preparatorios n'esta Provincia, suspensos pelos factos menos confessaveis que ocorreram por ocasião dos exames em julho do anno findo; factos pelos quaes, felismente, não foram responsaveis os poucos lentes publicos que então funcționaram como examinadores.

É aprovado por unanimidade, após o que o mesmo professor requereu para ser enviada ao Exmº Cel. Calasans, copia d'esta acta, na parte relativa a pessoa de Exmº. Foi ainda acceita esta ideia (Ata da reunião do dia 1 de setembro de 1883, Livro de Atas da Congregaçāo do Atheneu Sergipense, 1871-1916).

De acordo com o professor Raphael Archanjo de Moura Mattos, os motivos da suspensão, em 1882, não foram da responsabilidade dos examinadores, mas de “factos menos confessaveis”. Quais fatos seriam estes que não puderam ser expostos na reunião e registrados em ata? Apesar de buscar a resposta nos jornais, não houve sucesso. A única publicação feita nesse período, dentre os impressos selecionados, foi no jornal *O Democrata*, mas nada sobre o ocorrido, divulgando apenas o edital de abertura das inscrições.

Ainda na publicação do jornal *Luz Matinal* do dia 4 de julho de 1882, levou-se a entender que se tratou de uma decisão do Governo, sem razões que envolvessem, aparentemente, os professores do Atheneu Sergipense. Chegou-se a essa conclusão após identificar um dos nomes que aparecem na postagem: Rodolpho Dantas.

Recorrendo a Guaraná (1925), embora não apresente a biografia deste personagem especificamente, menciona-se, em algumas passagens, o denominando Conselheiro da Província nas décadas de 1880 e 1890, ou seja, era uma pessoa envolvida com o Governo. Tais indícios apontam que, de fato, os motivos da suspensão dos exames, em 1882, não surgiram de conflitos entre os professores do Atheneu Sergipense ou do rigor dos exames, como outrora havia acontecido. Assim, os preparatórios foram restabelecidos na instituição.

Em 1896, porém, teve início o último período turbulento que comprometeu o funcionamento dos preparatórios em Sergipe. Sobre este momento, apresentam-se dois

pontos de vista: o primeiro, de acordo com as pesquisas de Silva (1969); e o segundo, a partir das fontes localizadas e analisadas. De acordo com Silva (1969, p. 246),

Não há notícia de realização de exames de preparatórios, nem no Pedro II nem em estabelecimentos estaduais, depois da segunda época de 1896 (março) e em 1897. Nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo eles ainda se realizam em junho de 1896. Mas, em fins de 1897, quando, como vimos, segundo o desejo do Ministro Amaro Cavalcanti, o exame de madureza deveria realizar-se, o mais tardar, no início do ano seguinte, um ato do Congresso (Lei nº 490, de 16 de dezembro de 1897), ao mesmo tempo que proíbe os exames parcelados de preparatórios, de modo geral, permite-os para alunos que já tivessem aprovação em pelo menos uma matéria, os quais poderiam terminar seus estudos, dentro do prazo de três anos, nesse regime ou no de ensino secundário geral.

Para o autor, os exames de preparatórios foram suspensos nos anos de 1896 e 1897 em todo o Brasil devido ao desejo do Ministro Amaro Cavalcanti de implementar os exames de madureza. Porém, de acordo com passagens publicadas no jornal aracajuano *A Notícia*, há uma outra versão. Na edição do dia 29 de outubro de 1896, consta que os exames não foram autorizados pelo então Presidente do Estado, Martinho Garcez, devido à falta de verba, e sequer mencionam os exames de madureza e os despachos do Ministro Amaro Cavalcanti.

Ainda assim, não se tratou de uma suspensão como pontuou Silva (1969), mas de adiamento, passando a realização dos exames, referentes ao ano de 1896, para fevereiro de 1897. Publicações anteriores a fevereiro sustentam a hipótese de que os exames foram, de fato, adiados por falta de verba, em que o Presidente do Estado procurou alguns meios para contornar tal situação: através do aumento das taxas de inscrição.

EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS

No dia 2 de Fevereiro proximo de vem começar no atheneo sergipense os exames geraes de preparatorios que não poderam ter logar em Dezembro por falta de verba no orçamento.

Não sendo pequenas as despesas a fazer, a assembléa creou, o imposto de 30\$, por cada inscripção de exame para estudantes que não cursarem no Estado e de 5\$ para os que cursarem em estabelecimentos publicos ou particulares do Estado.

Procedendo assim, muito bem andou a assembléa; restando agora a directoria da instrucção verificar com cuidado quem estudou no Estado e quem estudou fóra do Estado a fim de não ser illudida a fazenda estadoal. Em Novembro quando forão adiados os exames havião se inscriptos nas diversas materias 66 alumnos distribuidos do seguinte modo, em portuguez 5, em francez 4, em latim 7, em inglez 3, em phisica e chimica 7, em geographia 7, em historia natural 3, em chorographia de historia do Brazil

7, em historia geral 6, em arithmetica 5, em geometria e trigonometria 8 e em algebra 4.

Não houve inscripção em allemão.

Os inscriptos em Novembro não tem que fazer novas inscripções. (*A Notícia*, 13 de janeiro de 1897, Ano II, nº 250, p. 2).

Naquele momento, de acordo com o levantamento apresentado no Quadro 05⁷⁸ deste trabalho, as taxas cobradas giravam em torno de 5\$500 por exame tanto para alunos naturais de Sergipe quanto para os de fora do Estado. Na visão do Governo Estadual, essa renda não cobriria as despesas que os exames demandavam. Decidiu-se, então, aumentar essa taxa para 30\$ por exame para os estudantes naturais e matriculados em outros Estados. Quanto aos estudantes sergipanos, a cobrança passou a ser de 5\$ por cada exame.

Essa decisão, porém, acabou acarretando um problema maior: o aumento da taxa fez com que os estudantes de outros Estados se matriculassem no Atheneu Sergipense às vésperas dos exames para que assim não efetuassem o pagamento de acordo com o ajuste estipulado, uma vez que o aluno sergipano pagava um valor seis vezes menor. Tal fato foi registrado no jornal *A Notícia* no dia 23 de setembro de 1897.

[...] para não haver exames, é a abundancia de phosphoros, que carregados de carta de empenho, invadem o Estado em epocas de exames.

Aqui já estão alguns destes phosphoros outros aguardam noticias de se terem aberto as inscripções para embarcar.

O que é mais ainda: a assemblea creou o imposto de 30\$, por inscripção de cada materia, para estudantes que não cursarem no Estado. Quereis pois saber até que ponto chega a ousadia destes phosphoros que acabão de chegar? Estão illudindo a bôa fé do governo, matriculando-se no Atheneu para não pagarem o imposto, lesando assim o Estado.

É muita falta de brio e muita ousadia. (*A Notícia*, 23 de setembro de 1897, Ano II, nº 449, p. 3).

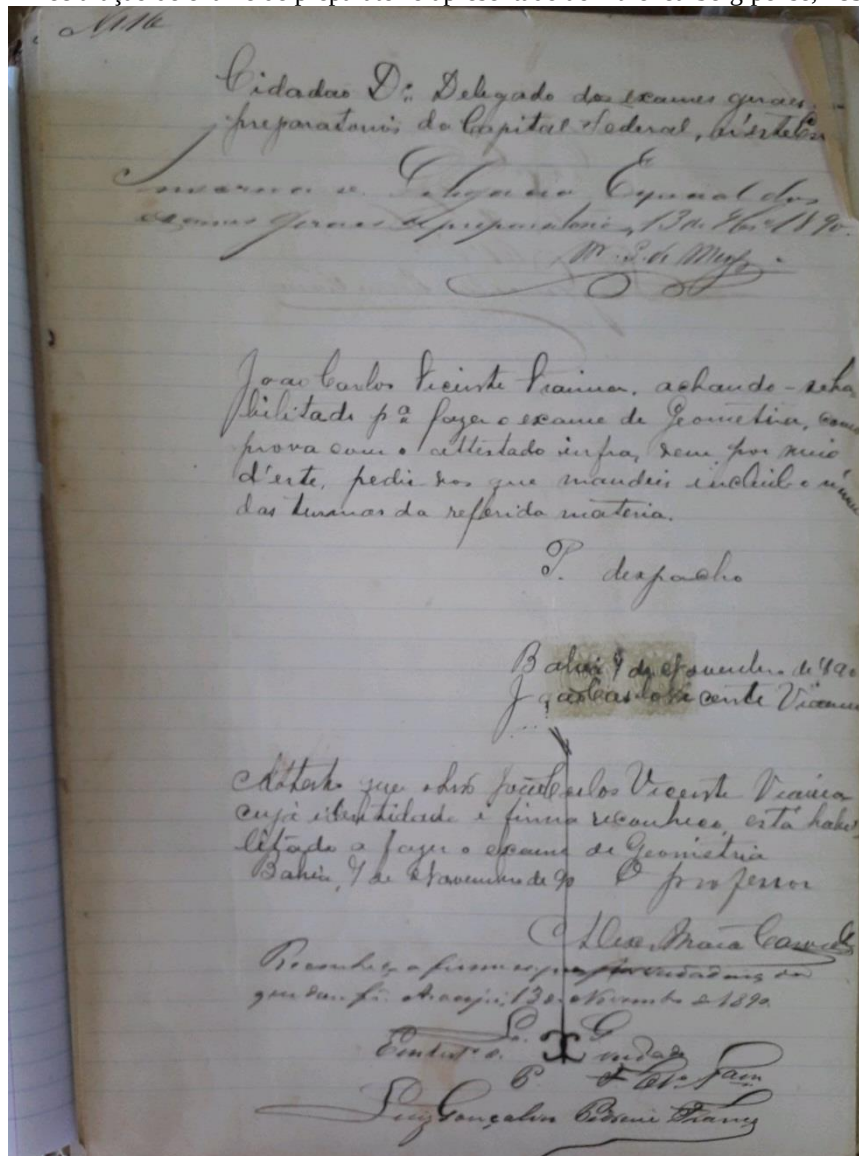
Assim, o aumento da taxa permaneceu até 1897, tornando-se um dos motivos para mais um adiamento dos exames, somando-se à “falta de brio e muita ousadia” dos “phosporos” (denominação usada para se referir aos estudantes de outros Estados) ao se matricularem no Atheneu Sergipense de forma estratégica.

Nessa passagem, destaca-se um documento que fora mencionado: a “carta de empenho”. Tal carta consistia numa declaração assinada por professores e/ou diretores de instituições secundárias, atestando que o candidato encontrava-se matriculado e habilitado na disciplina que pretendia prestar exame. Munido deste documento, a inscrição era

⁷⁸ Cf. pág. 61.

validada. Como ilustração, segue modelo de declaração apresentada à secretaria do Atheneu Sergipense em 1890, em nome de João Carlos Vicente Vianna, candidato vindo da Bahia:

Figura 3 – Declaração de exame de preparatório apresentado ao Atheneu Sergipense, 1890



Fonte: Acervo do CEMAS (cx. 108, pc. 31FASS06 – Declarações dos Exames, 1890).

Este modelo era seguido não apenas por estudantes oriundos de outros Estados mas também por alunos sergipanos como um meio de identificá-los e ter o controle sobre as respectivas taxas de pagamento de cada um. Mas, pelo que consta no jornal *A Notícia*, os candidatos de outras localidades, a partir do aumento das taxas em 1896, se aproveitaram da “bôa fé do governo, matriculando-se no Atheneu para não pagarem o imposto, lesando assim o Estado”.

Este não foi o único motivo que levou ao adiamento dos exames em fins de 1897, que, ao invés de serem aplicados entre os meses de novembro e dezembro, realizaram-se em fevereiro do ano subsequente. A outra razão exposta no mesmo impresso diz respeito ao comportamento dos estudantes do Atheneu Sergipense, considerados pelo redator (sem identificação ou codinome), “sem educação e moralidade”.

Nós como articulista de hontem tambem acreditamos que s. ex. não mandará fazer exames, porque ninguem mais do que s. ex. é testemunha da falta de educação, da falta de moralidade dos estudantes do Atheneu. As auctoridades viram-se na necessidade de postar uma força de policia dentro do Atheneu, para conter estudantes insubordinados que fazião e fazem, d’aquelle estabelecimento de educação, logar de bacchanaes. Nem se diga que, o que se dá no Atheneu, é próprio da mocidade. Não; ali não ha o espirito do moço educado e estudioso; ali não ha a troca propria das academias. No Atheneu ha o insulto, a insubordinação, a falta de educação. Entrae n’aquelle estabelecimento e vereis meninos com grandes charutos na boca, deitados sobre bancos, a gritar, a proferir palavras obscenas e a insultar empregados e transeuntes. Olhae para as paredes internas e externas do estabelecimento e lá só encontrareis figuras indecentes, insultos a tudo e a todos. Os lentes do Atheneu deixão de dar aulas, quasi sempre, ou por falta de estudantes ou porque estes impedem com gritos e insultos. O estudante do Atheneu anda de revolver, punhal, grosso cacete e é politico e partidista. Quem assim procede pode falar em nome da mocidade, pode merecer o sacrificio do Estado, gastando contos de réis com exames? Não certamente. (*A Notícia*, 23 de setembro de 1897, Ano II, nº 449, p. 3).

Tais relatos podem ser confirmados nas páginas do Livro de Atas da Congregação referentes à reunião do dia 21 de outubro daquele mesmo ano, em que reprimiram “o procedimento incorreto de alguns alumnos do estabelecimento” – procedimento não especificado em ata. Em decorrência disso, os alunos foram suspensos – uns, com suspensão com duração de um ano, e outros, de seis meses.

Os estudantes suspensos por um ano foram: Adolpho Valladão, Antônio Cazal, Heráclito Sampaio, Abdias Bezerra, Mecenas Peixoto, Genndpho da Fonseca, José Pinto, João Francisco Fontes de Rezende, Ananias Loureiro e João Almeida; suspensos por seis meses: Arthur Paes de Azevedo, Vicente Britto, José Alves de Azevedo, José Cardoso Lima Filho, Maurillo Villas-Boas e Antônio Martins Ferreira.⁷⁹

⁷⁹ Dentre esses nomes, destaca-se o de Abdias Bezerra que, apesar do mau comportamento naquela ocasião, tornou-se, após concluir os estudos secundários e superiores na Escola Militar do Realengo, professor e diretor do Atheneu Sergipense (1922), bem como Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe em 1923

Contudo, em reunião do dia 2 de março de 1898, ou seja, antes que se completassem os seis meses de suspensão, os congregados decidiram indultar as penas cometidas pelos alunos e eles voltaram a frequentar as aulas do Atheneu Sergipense. Após tal deliberação, não foram mais registradas situações semelhantes com os mesmos alunos.

Em resumo, embora Silva (1969) tenha declarado, em seus trabalhos, que não houve aplicação dos preparatórios no Brasil entre os anos de 1896 e 1897, observou-se, a partir da análise das fontes que, em Sergipe, eles foram aplicados, mas em períodos diferentes. Os exames referentes à primeira época de 1896, que deveriam ser realizados entre novembro e dezembro daquele ano, foram suspensos e aplicados em fevereiro de 1897; e a primeira época de 1897, em fevereiro de 1898 – como foi exposto, por razões diferentes daquelas apresentadas pelo autor.

Instabilidades também ocorreram em outros Estados, a exemplo da Paraíba e Rio Grande do Norte. Há indícios sobre essa ocorrência na imprensa baiana e sergipana, a exemplo do noticiário divulgado no jornal *O Estado de Sergipe* em novembro de 1903:

Exames de preparatorios

Um telegramma da Capital Federal para o *Jornal de Noticias*, da Bahia, de 7 do corrente, diz o seguinte:

“Hontem, na rua do Ouvidor, os filhos do norte commentavam amargamente o que actualmente ocorre, em relação aos exames de preparatorios em alguns Estados, especialmente na Parahyba e no Rio Grande do Norte, dando logar a que o <Paiz>, em artigo edictorial, tratasse novamente do assumpto.

Todos culpam a tolerancia dos governos estaduaes”. (*O Estado de Sergipe*, 15 de novembro de 1903, Ano VI, nº 1512, p. 2).

Embora não esteja especificado qual o real problema que assolou o regime dos preparatórios nesses Estados, o telegrama aponta a “tolerância dos governos” como o principal motivo. Enquanto isto, neste mesmo ano, em Sergipe, a realização das duas épocas dos exames ocorreu sem impedimentos, críticas ou suspensões, com publicações recorrentes de editais, nomeação de bancas examinadoras, listas de inscritos e resultados.

Chama-se a atenção para outra questão abordada por Silva que, embora não trate de instabilidade, cabe ser colocada aqui e analisada. Trata-se dos anos de 1909 e 1910, período que o autor estabeleceu como uma tentativa de implementação dos exames de madureza.

(GUARANÁ, 1925). Por ter concluído o curso secundário fora do Estado de Sergipe, não prestou os preparatórios no Atheneu Sergipense (onde iniciou seus estudos). Para saber mais sobre as contribuições de Abdias Bezerra frente à educação sergipana da década de 1920, consultar Azevedo (2013) e Souza (2014).

Para ele, isso ocasionou a não realização dos preparatórios no Brasil como um todo: “[...] Em 1909 e 1910 não se realizam exames de preparatórios, e sim exame de madureza” (SILVA, 1969, p. 247).

Contudo, no jornal *O Estado de Sergipe*, há a informação de que tanto os exames de preparatórios quanto os de madureza foram realizados no Atheneu Sergipense nesses dois anos, ou seja, não corrobora o afirmado pelo autor. O que houve, segundo notas do impresso, foi uma prorrogação da aplicação dos preparatórios em 1909 devido à moléstia que assolava o Estado, resultando na falta de substitutos legais dos examinadores. Tal prorrogação durou apenas cerca de um mês. Houve, inclusive, reunião no dia 12 de março de 1909 (Quadro 14) para a eleição da banca examinadora dos preparatórios de ingresso nos cursos determinados pelo Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906 (Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura), também chamados de “preparatórios de conjunto”.

Seguem edições do jornal *O Estado de Sergipe* em que foram localizados editais e debates sobre a realização dos exames de preparatórios e madureza no Atheneu Sergipense nos anos de 1909 e 1910, refutando o que fora dito por Silva (1969).

Quadro 25 – Exames de preparatórios e de madureza divulgados no jornal *O Estado de Sergipe*, 1909-1910

Edição	Resumo
7, 9-13 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2923-2928	Edital de abertura das inscrições nos preparatórios de 2ª época
14 e 16 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2929 e 2930	Discussão do Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, que determinava sobre os certificados dos preparatórios exigidos para os cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura. E edital de abertura das inscrições nos preparatórios de 2ª época
19 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2933	Discussão do Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, que determinava sobre os certificados dos preparatórios exigidos para os cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura
21 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2935	Telegrama explicando a razão do adiamento dos exames de 1ª época do final do ano anterior (razão: a moléstia, que resultou na falta de substitutos legais)
26 e 27 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2937 e 2938	Edital de divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios
28 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2939	Edital das inscrições nos preparatórios dos cursos referentes ao Decreto nº 1.531 (Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura) e divulgação das bancas examinadoras
2-7 e 9 de março de 1909, Ano XI, nº 2940-2945 e 2948	Edital das inscrições nos preparatórios dos cursos referentes ao Decreto nº 1.531
13 e 14 de março de 1909, Ano XI, nº 2950 e 2951	Convocação dos candidatos inscritos nos Preparatórios referentes ao Decreto nº 1.531, divulgação das bancas examinadoras e resultados dos exames para o curso de Farmácia (dia 14)
18 de março de 1909, Ano XI, nº 2954	Resultado dos preparatórios de “conjunto” para o curso de Odontologia

16 de abril de 1909, Ano XI, nº 2974	Apresentação nominal dos candidatos que prestaram os preparatórios para os cursos de Farmácia e Odontologia
17 de abril de 1909, Ano XI, nº 2975	Quadro com os resultados dos preparatórios exigidos para a matrícula nos cursos de Farmácia e odontologia
12 de setembro de 1909, Ano XI, nº 3090	Discorre sobre a aprovação do projeto dos exames de madureza nos ginásios oficiais
23 de outubro de 1909, Ano XI, nº 3124	Discorre sobre as propostas de Reforma do Ensino Secundário, dentre elas, do funcionamento dos preparatórios e dos exames de madureza
21 e 23 de janeiro de 1910, Ano XII, nº 3194 e 3196	Apresentação dos quadros contendo os resultados dos exames de madureza da 1ª, 3ª e 4ª séries do Atheneu Sergipense
29 e 30 de janeiro de 1910, Ano XII, nº 3201 e 3202	Divulgação do edital de abertura das inscrições dos preparatórios de 2ª época e para aqueles que almejavam a matrícula nos cursos previstos no Decreto nº 1.531
1, 4-6, 8-10 de fevereiro de 1910, Ano XII, nº 3203, 3205-3210	Divulgação do edital de abertura das inscrições dos preparatórios de 2ª época e para aqueles que almejavam a matrícula nos cursos previstos no Decreto nº 1.531
11 de fevereiro de 1910, Ano XII, nº 3211	Convocação dos candidatos inscritos nos preparatórios de 2ª época
12 de fevereiro de 1910, Ano XII, nº 3212	Instruções para os candidatos sobre a realização dos preparatórios das disciplinas exigidas para os cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Agrimensura e Belas Artes (previstos no Decreto nº 1.531). Para estes exames, especificamente, a aplicação teve início em 1º de março
13 de fevereiro de 1910, Ano XII, nº 3213	Convocação e resultados dos exames de 2ª época e instruções para os candidatos que se enquadravam no Decreto nº 1.531
15, 18, 20 e 22 de fevereiro de 1910, Ano XII, nº 3214, 3217, 3218 e 3220	Instruções dos preparatórios para os candidatos que se enquadravam no Decreto nº 1.531
1 de março de 1910, Ano XII, nº 3225	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios para matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia (previstos do Decreto nº 1.531)
3, 4 e 5 de março de 1910, Ano XII, nº 3226, 3227 e 3228	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios para matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia (previstos do Decreto nº 1.531)
6 de março de 1910, Ano XII, nº 3229	Divulgação dos resultados dos preparatórios referentes ao Decreto nº 1.531
12, 13 e 15 de março de 1910, Ano XII, nº 3234, 3235 e 3236	Abertura das inscrições para os candidatos que foram reprovados em até três disciplinas dos preparatórios de 2ª época
17 de março de 1910, Ano XII, nº 3237	Convocação dos candidatos para os exames de 2ª época (aqueles que reprovaram em até três disciplinas)
18 e 19 de março de 1910, Ano XII, nº 3238 e 3239	Aviso sobre o prazo de inscrição nos preparatórios (para aqueles que reprovaram em até três disciplinas nos exames de 2ª época)
18 e 20 de outubro de 1910, Ano XII, nº 3399 (duplicado)	Divulgação dos resultados dos exames de madureza do Atheneu Sergipense realizados em dezembro do ano anterior
2 de dezembro de 1910, Ano XII, nº 3433	Convocação dos candidatos inscritos para a prova escrita dos exames de 1ª época e divulgação das bancas examinadoras
3, 4, 6-8, 10, 11, 13-18 de dezembro de 1910, Ano XII, nº 3435-3445	Informações sobre os horários dos exames e divulgação dos resultados por disciplina (a partir do dia 8)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do jornal *O Estado de Sergipe* (IHGSE).

As fontes analisadas, portanto, deram o suporte sobre a aplicação tanto dos exames de preparatórios quanto os de madureza no Atheneu Sergipense durante o período que o autor em questão definiu como a suspensão de um modelo em consequência da realização do outro. Mas, o que se viu nas páginas do jornal *O Estado de Sergipe* foi que os preparatórios funcionaram concomitantemente com os de madureza e que ambos eram

aceitos nas instituições de estudos superiores. Após esse período, apesar das tentativas de remodelação propostas pelas reformas educativas (conforme apresentado na segunda seção), os preparatórios seguiram dando suporte aos alunos secundaristas sergipanos até os anos de 1934.

Em suma, foram muitas críticas, contradições, defesas e julgamentos do seu funcionamento nos primeiros decênios, mas sua importância ecoa em cada fonte analisada.

4. O COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE E OUTRAS INSTITUIÇÕES/AULAS PREPARATÓRIAS

É uma bôa instrucção ministrada com sapiência que reside a energia de um povo, o progresso de uma nacionalidade, a estabilidade das instituições, o respeito à ordem, o amor à liberdade e a dedicação ao trabalho. (*A Notícia*, 3 de agosto de 1896, Ano I, nº 120, p. 2).

A presente seção tem como objetivo apresentar não só o Colégio Parthenon Sergipense como mais um dos estabelecimentos que preparou os estudantes e aplicou os exames, embora por um curto período em relação ao Atheneu Sergipense como também outras instituições sergipanas, a título de exemplo, que seguiram os programas de estudos oficiais e formaram seus jovens para a prestação dos exames.

Para traçar esse estudo, foram analisadas fontes documentais existentes no acervo físico do IHGSE e nos acervos digitais da Câmara dos Deputados e do CRL Digital Delivery System. Desse modo, foram consultadas fontes, como jornais, relatórios, regulamentos e decretos institucionais.

Os dados localizados evidenciaram que os exames de preparatórios se caracterizaram como parte da cultura escolar do Colégio Parthenon Sergipense, assim como o foi no Atheneu Sergipense, na condição de preparador e aplicador, bem como nas demais instituições secundárias e aulas avulsas públicas e particulares que, apesar de não terem funcionado como estabelecimentos aplicadores, buscaram adotar os planos de estudos oficiais e preparar a sua clientela para a prestação dos exames, evidenciando, assim, as contribuições que o regime dos preparatórios trouxe para as duas formas de oferta do ensino secundário sergipano.

Para tanto, foram utilizados os conceitos de instituições escolares e capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998), exames por Bourdieu e Passeron (2009), cultura escolar por Viñao Frago (1995; 1994) e disciplinas escolares, por Chervel (1990).

4.1 O colégio Parthenon Sergipense: mais uma instituição aplicadora e formadora

Enquanto o regime dos preparatórios, no Atheneu Sergipense, atravessava períodos de instabilidades, o Colégio Parthenon Sergipense era criado. Localizado também em Aracaju, fundado em 2 de fevereiro de 1879 e dirigido por Ascendino Ângelo dos Reis, a instituição possuía caráter de internato e externato para o sexo masculino, conforme apresentado no *Jornal de Sergipe* ao longo do mês de janeiro de 1880:

Figura 4 – Recorte do *Jornal de Sergipe* (28-1-1880). Em destaque: anúncio do Colégio Parthenon Sergipense⁸⁰

COLLEGIO
PARTHENON SERGIPENSE
INTERNATO E EXTERNATO NO ARACAJU

Director—o Dr. Ascendino Angelo dos Reis.
COLLOCADO EM UM DOS MELHORES PONTOS DA CIDADE.

A grande reforma que acaba de soffrer na parte interior, fal-o proporcionar aos alumnos, todas as commodidades.

Ensino efficaz de todos os preparatorios necessarios para a matricula em qualquer Faculdade do Imperio, para a vida commercial ou agricola.

Professores escolhidos dentre os mais habilitados da capital.

O director apresenta como unica recommendação, o seguinte resultado obtido por seus alumnos em os exames feitos perante a delegacia especial, nas duas epochas, Julho e Novembro, do anno proximo findo.

Exames realizados.	146
Approvações	142
entre as quaes oito com distincção.	
Reprovações	4
O collegio deu as seguintes matriculas:	
Em medicina	4
Em direito	4
Em pharmacia	4
No Collegio Naval.	1

Os trabalhos lectivos principiam em 3 de Fevereiro, proximo vindouro.

Aracaju, 10 de Janeiro de 1880.

Typ. do—Jornal de Sergipe—Rua d'Aurora n. 73.

Fonte: Acervo do IHGSE.

Embora não especificada no anúncio, a oferta de aulas era destinada tanto para o ensino primário⁸¹ quanto para o secundário, ambos particulares. De acordo com a Resolução nº 1079 de 5 de maio de 1877, da Instrução Pública da Província de Sergipe, para a abertura de

⁸⁰ Segue transcrição do anúncio: “COLEGIO PARTHENON SERGIPENSE, INTERNATO E EXTERNATO NO ARACAJU. Director – o Dr. Ascendino Angelo dos Reis. COLLOCADO EM UM DOS MELHORES PONTOS DA CIDADE. A grande reforma que acaba de soffrer na parte material, fal-o proporcionar aos alumnos, todas as commodidades. Ensino efficaz de todos os preparatorios necessarios para a matricula em qualquer Faculdade do Imperio, para a vida commercial ou agricola. Professores escolhidos dentre os mais habilitados da capital. O director apresenta como unica recommendação, o seguinte resultado obtido por seus alumnos em os exames feitos perante a delegacia especial, nas duas epochas, Julho e Novembro, do anno proximo findo. Exames realizados: 146; approvações: 142 (entre as quaes, 8 com distincção); Reprovações: 4. O collegio deu os seguintes matriculados: Em medicina, 4; em direito, 4; em pharmacia, 4; no Collegio Naval, 1. Os trabalhos lectivos principiam em 3 de Fevereiro, proximo vindouro. Aracaju, 10 de Janeiro de 1880. Typ. De – Jornal de Sergipe – Rua d’Aurora, n. 73.” (*Jornal de Sergipe*, 28 de janeiro de 1880, Ano XV, nº 8, p. 4).

⁸¹ Para a presente pesquisa, são analisados somente os aspectos do ensino secundário ofertado na instituição e, especificamente, ao que compete aos exames de preparatórios.

instituições de ensino particulares, o fundador precisava exibir provas de habilidade perante a Diretoria Geral, mas, nos seguintes casos essas provas eram dispensadas:

1. Os graduados por qualquer estabelecimento científico do Imperio, ou estrangeiro, e os graduados pelo Atheneu.
2. Os normalistas e professores adjunctos.
3. Os clérigos de ordens sacras.
4. Os que apresentarem attestados de exames da materia dos estabelecimentos geraes do Imperio (Art. 130, RESOLUÇÃO nº 1079, de 5 de maio de 1877).

O fundador do Parthenon Sergipense, Ascendino Ângelo dos Reis, se enquadrava ao primeiro item, uma vez que era formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, além dos outros cargos relevantes que ocupou (médico, professor, secretário e fiscal dos exames de preparatórios do Atheneu Sergipense). Após criada, para que o funcionamento da instituição fosse garantido, lhe eram aplicadas algumas obrigações:

Art. 130. (...)

§ Único. Não deixarão, porém, de ser obrigados:

- 1.º a communicar ao director geral por intermedio dos respectivos delegados litterarios os nomes dos professores, o programma de estudos, o methodo de ensino e o dia em que teve lugar a abertura do estabelecimento.
- 2.º A remetter aos respectivos delegados mappas trimensaes dos alumnos matriculados das diversas aulas e a relação dos approvados no fim do anno em cada uma das materias ensinadas.
- 3.º A franquear o estabelecimento as autoridades da instrucção da provincia, afim de observarem o methodo de ensino e verificarem se são preenchidas as condições de hygienne e moralidade (BRASIL, 1877).

Alguns desses mandamentos, a exemplo da divulgação dos nomes dos professores, o programa de estudos e os números de exames realizados e matrículas podem ser visualizados também em o *Jornal de Sergipe*, conforme modelo da Figura 9 e demais publicações recorrentes nos anos de 1880 e 1881. Caso tais determinações não fossem seguidas, tanto o fundador quanto à instituição eram penalizados. As penas incorriam em aplicações de multas e mandatos de fechamento do estabelecimento, conforme prescrito no art. 131 da Resolução n. 1079. (BRASIL, 1877).

Por se tratar de um estabelecimento particular, a clientela era formada por filhos oriundos das classes mais abastadas, tal como o Atheneu Sergipense – conforme já visto, embora público, o Atheneu Sergipense cobrava altas taxas, valores que somente a elite da época tinha condições de pagar. No caso do Parthenon Sergipense, os valores eram

superiores justamente por seu caráter de internato, dependendo, também, do pagamento de pensões para a estada dos alunos.

[...] a pensão cobrada pelo estabelecimento impunha uma seleção econômica para a entrada de alunos no estabelecimento. Para os alunos que cursavam o ensino primário, tomando como referência o ano de 1882, a pensão cobrada era de 300\$000 réis anuais. Evidentemente, para o aluno pensionista do curso secundário o valor da pensão era acrescido (CONCEIÇÃO, 2012, p. 233).

Tanto o Atheneu Sergipense quanto o Parthenon Sergipense, mesmo de segmentos diferentes (público x particular), contribuíram para a perpetuação do capital cultural das famílias através da reprodução deste capital nos três estados abordados por Bourdieu (1998): incorporado, objetivado e institucionalizado.

Dentre as razões para a criação de estabelecimentos particulares de instrução secundária em todo o território brasileiro na segunda metade do século XIX, estavam as precárias condições materiais das instituições públicas e a falta de professores capacitados, bem como o pouco investimento dos governos provinciais – problemas identificados por Silva (1969), Haidar (1972) e Nunes (1984).

Para Conceição (2015), outros fatores também contribuíram para isto: a prosperidade econômica no início dos anos de 1870 e a iniciativa do governo central em implementar os exames de preparatórios nas Províncias, fatos que estimularam as instituições privadas locais e os professores, a exemplo do fundador do Parthenon Sergipense, Ascendino Ângelo dos Reis.

Sabe-se que Ascendino Ângelo dos Reis esteve, em fins da década de 1870, envolvido nos embates e instabilidades dos exames do Atheneu Sergipense, onde ocupou os cargos de professor, Fiscal e examinador. Tal fato corroborou a reflexão sobre a sua preocupação em tornar o Parthenon Sergipense exemplo de estabelecimento formador e aplicador, talvez como forma de desviar as críticas que lhes foram feitas em anos anteriores.

Sobre o caráter de internato e externato da instituição, Conceição (2012, p. 234), ao analisar os colégios-internatos brasileiros e, especialmente, sergipanos, entre os anos de 1840 e 1950, salienta que

o Colégio Parthenon Sergipense, principalmente pelo número de alunos internos atendidos, já se diferenciava dos pequenos internatos “familiares” dominantes no período em Sergipe. O estabelecimento apresentava um número de alunos pensionistas considerável se comparado com os outros

internatos do período, que, muitas vezes, não chegavam a 30 alunos internos. O colégio recebeu 62 internos no ano de 1879, 73 internos em 1880, 81 internos em 1881 e 76 internos no ano de 1882. A maior procura pelo estabelecimento, tanto de alunos internos como de externos, refletia em parte o sucesso alcançado pelos alunos do colégio nos exames finais e para ingresso nos cursos superiores.

Somando-se a esses números levantados por Conceição, na mesma edição do dia 10 de janeiro de 1880 do *Jornal de Sergipe*, foi apresentado o número dos exames realizados e as respectivas aprovações e o quantitativo de alunos que ingressaram, por meio dos preparatórios, nos cursos de Medicina, Direito, Farmácia e no Colégio Naval:

O director apresenta como única recommendação, o seguinte resultado obtido por seus alumnos nos exames feitos perante a delegacia especial, nas duas epochas, Julho e Novembro, do anno proximo findo:

Exames realizados 146

Aprovações 142

Entre as quaes oito com distincção.

O collegio deu as seguintes matriculas:

Em Medicina 4

Em Direito 4

Em Pharmacia 4

No Collegio Naval.....1 (*Jornal de Sergipe*, 10 de janeiro de 1880, Ano XV, nº 4, p. 1).

Tal passagem demonstra que, no Colégio Parthenon Sergipense, os exames de preparatórios foram aplicados no seu primeiro ano de fundação, uma vez que os números apresentados correspondem aos exames realizados nos meses de julho e novembro do ano anterior (1879).

Outro ponto que merece destaque é a discrepância entre o número de exames realizados com o número de matrícula nas Academias, o que leva à suposição de que nem todos os candidatos que prestaram os exames naquele ano aspiravam ao ingresso nos cursos superiores. Ou ainda: que optaram em não prestar exame de todas as disciplinas num mesmo ano, já que elas eram distribuídas em diferentes anos do curso secundário.

Conforme relatório divulgado em 1881, observa-se um aumento tanto do número de exames realizados, quanto de matrícula nos cursos superiores (referentes ao ano de 1880):

Quadro 26 – Exames de preparatórios realizados no Colégio Parthenon Sergipense, 1880

Conceitos avaliativos	Número de candidatos	Cursos	Número de matriculados
Aprovados simplesmente	140	Direito	9
Aprovados plenamente	128	Medicina	8
Aprovados com distinção	20	Farmácia	5

Reprovados	17	Colégio Naval	1
Total	305	Total	23

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal de Sergipe*, 19 de janeiro de 1881, Ano XVI, nº 3, p. 4.

O anúncio de divulgação dos resultados não especifica a quantidade de alunos inscritos por disciplina, mas o total com os respectivos conceitos avaliativos. Desse modo, permanece a hipótese de que o baixo número de matriculados, em relação ao quantitativo de exames realizados, se deu por conta da distribuição das disciplinas nos diferentes anos do curso secundário. Ou ainda: que, apesar da seleção do próprio exame, o acesso às Academias era ainda mais restrito.

Quanto ao aumento considerável do número de exames realizados, certamente se deu devido ao momento de instabilidade que o regime atravessava no Atheneu Sergipense. O Parthenon Sergipense, por estar em seus primeiros anos de aplicação e aparentemente sem críticas e maiores problemas, atraiu os estudantes a prestarem os preparatórios na instituição.

De acordo com o mesmo anúncio, as aulas que compunham o curso secundário da instituição, eram: Português, Latim, Francês, Inglês, Italiano, Geografia, História Universal, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria e Retórica. Percebeu-se, também, que o quadro docente era composto pelos professores catedráticos do Atheneu Sergipense, dentre outros, distribuídos por disciplina da seguinte forma:

Quadro 27 – Distribuição das disciplinas por professor do Colégio Parthenon Sergipense, 1881⁸²

Disciplina	Professor
Português/Filosofia	Jovino Pereira da Luz
Latim/Retórica	Manoel Francisco de Oliveira
Francês	Geminiano Paes de Azevedo; Balthazar de Araújo Góes
Inglês	Luiz Antônio de Faria
Italiano	João A. de Gouveia Lima
Geografia	Thomas Diogo Leopoldo
História Universal	Ascendino Ângelo dos Reis
Aritmética	João Rodrigues da Costa Dória
Álgebra	João Ribeiro Fernandes
Geometria	Pedro Pereira de Andrada; João Rodrigues da Costa Dória

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal de Sergipe*, 19 jan. 1881, Ano XVI, nº 3, p. 4.

Somente as disciplinas de Química, Física, Ciências Naturais e Alemão não faziam, até aquele momento, parte do plano de estudos do Parthenon Sergipense. Sobre esse

⁸² Anos depois, os professores Severiano Cardoso e Brício Maurício de Azevedo Cardoso também fizeram parte do quadro docente do Parthenon Sergipense: o primeiro ministrou aulas de Português, Aritmética e Álgebra; e o segundo, de Filosofia e Retórica (GUARANÁ, 1925).

desfalque e ao reconhecer a importância de tais disciplinas para a matrícula nos cursos superiores, o diretor esclareceu:

O director pretende instituir o curso elementar de sciencias physicas e naturaes, e contractar um professor de lingua allemã, acompanhando assim cabalmente todas as exigencias do governo geral em seu alumno, decreto reformando o plano da instrucção secundaria, e aviso recente estabelecendo a necessidade desses preparatorios, bem como de italiano, para a matricula nas academias de 1883 em diante, devendo elles, portanto, ser estudados com antecedencia.

Desligando-se de alguns encargos que lhe sobrepesavam, estranhos ao estabelecimento, e até diminuindo consideravelmente o numero de aulas que lecionava, o director acha-se consagrado o mais possivel ao progresso de seus alumnos, e marcha regular da instituição que fundou, e que continuará merecendo-lhe todos os esforços. (*Jornal de Sergipe*, 19 de janeiro de 1881, Ano XVI, nº 3, p. 4).

Cabe salientar que, caso um exame de uma ou mais disciplinas não fosse ofertado numa determinada instituição, o aluno poderia prestá-lo em outra. Assim, se essas disciplinas não foram ofertadas no Parthenon Sergipense até aquele momento, os alunos poderiam se inscrever e prestar exame no Atheneu Sergipense e vice-versa.

Em relatório divulgado em março de 1881, referente aos exames aplicados no Atheneu Sergipense no mesmo período, nota-se que também não houve oferta dos exames de Química, Física, Ciências Naturais e Alemão, embora tais disciplinas fizessem parte do plano de estudos do curso de Humanidades da instituição. Portanto, na primeira época de 1880, tanto no Atheneu Sergipense quanto no Parthenon Sergipense não houve aplicação dos exames dessas quatro disciplinas em questão, embora essenciais para a matrícula nos estudos superiores.

Ao ter acesso ao jornal *O Guarany*, Conceição (2012) fez um levantamento do quantitativo dos preparatórios aplicados no Parthenon Sergipense entre os anos de 1879 e 1882, chegando ao total de 601 aprovações e 53 reprovações, ou seja, 654 exames realizados. Ao cruzar com as informações apresentadas dos anos de 1879 e 1880, em que foram realizados 451 exames, significa que, nos anos de 1881 e 1882, foram 203 inscritos, um número menor em relação aos dois primeiros anos.

Assim como acontecia no Atheneu Sergipense, o número de inscritos nos exames do Parthenon Sergipense era superior ao de matriculados na instituição, tornando evidente que estudantes de outros estabelecimentos ou localidades também se dirigiam à instituição, e não somente aos seus internos.

Quadro 28 – Número de matriculados X número de inscritos, Colégio Parthenon Sergipense, 1879-1882

Ano	Número de matriculados	Número de inscritos nos exames
1879	62	146
1880	73	305
1881-1882	157 (81+76)	203
Total	292	654

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal de Sergipe* e dos trabalhos de Conceição (2012).

Dentre esses alunos matriculados, estão somados, também, aqueles do curso primário, uma vez que os números divulgados estão baseados no total de internos, independentemente do nível de ensino.

A partir da análise das biografias fornecidas por Guaraná (1925) e dos trabalhos de Conceição (2012), localizou-se uma amostra de 14 alunos egressos do Parthenon Sergipense que, após os estudos secundários e prestação dos preparatórios, ingressaram e formaram-se em cursos superiores.

Quadro 29 – Alunos egressos do Colégio Parthenon Sergipense

Nº	Nome	Filiação	Naturalidade/ ano de nasc.	Curso superior/ instituição
01	Álvaro de Oliveira Ribeiro	Bel. Domingos de Oliveira Ribeiro e Helena de Freitas Oliveira Ribeiro	Laranjeiras, 1864	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia
02	Antônio Dias de Barros	Manuel Dias de Barros Júnior e Maria Prisciliana de Carvalho	Aracaju, 1871	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia e os últimos anos na Faculdade do Rio de Janeiro
03	Antônio Maria Moreira Guimarães	Rufino Alves da Cruz Guimarães e Inácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1868	Militar – Escola Militar da Praia Vermelha, RJ
04	Aristides José de Souza	Cel. Antônio Emídio de Sousa e Umbelina Francisca de Sousa	Itabaianinha, 1865	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia
05	Gonçalo Rabelo Leite	Antônio Rabelo Leite e Zelina Amélia de Almeida Leite	Riachuelo, 1864	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia
06	Jessé de Andrade Fontes	Cap. Felisberto Fontes de Melo e Ana de Andrade Fontes	Araúá, 1881	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia
07	João Alves de Gouveia Lima	Cel. Antônio Alves de Gouveia Lima e Clara Maria de Gouveia	Propriá, 1863	Direito – Faculdade de Direito do Recife
08	João Dantas de Magalhães	Tenente-Coronel Manoel Inácio Pereira Magalhães e Ana Dantas Magalhães	Estância, 1866	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia
09	Joaquim Machado de Faro Rollemberg	Gonçalo de Faro Rollemberg (Barão de Japarutuba) e	Rosário do Catete, 1866	Engenharia agrônômica – Escola Agrícola do Estado da Bahia

			Maria Custódia de Aguiar Rollemberg		
10	José Maria Moreira Guimarães	Rufino Alves da Cruz Guimarães e Inácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1864	Militar – Escola Militar da Praia Vermelha, RJ	
11	José Matheus de Aguiar Cardoso	Tenente-Coronel Félix Zephyrino Cardoso e Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso	Divina Pastora, 1864	Direito – Faculdade de Direito do Recife	
12	Manuel Baptista Itajahy	João Baptista de Jesus e Joaquina Maria do Sacramento	Lagarto, 1859	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia	
13	Sebastião da Silveira Andrade	Manuel José de Andrade e Luiza Francisca da Silveira Andrade	Itabaiana, 1859	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia	
14	Serafim Vieira de Almeida	Dr. João Paulo Vieira da Silva e Rosa de Almeida Vieira Sobral	Itaporanga, 1868	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia	

Fonte: Guaraná (1925); Conceição (2012).

Alguns pontos podem ser destacados a partir do Quadro 29, a saber:

1) a filiação. Nota-se que alguns pais pertenciam ao serviço militar, com as suas respectivas patentes em destaque e outros, médicos, advogados e pessoas ligadas ao governo, ou seja, o retrato da elite sergipana;

2) todos eram nascidos no Estado de Sergipe – maioria dos municípios interiores –, ou seja, a implantação dos exames no Parthenon Sergipense também foi um ponto positivo por ter se configurado em mais uma opção para os estudantes sergipanos quando os exames do Atheneu Sergipense eram alvos de críticas;

3) formações superiores nos cursos existentes na época (Medicina, Direito, Engenharia e na Escola Militar). Os dois estudantes que foram concluir seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, são irmãos, fazendo notar a influência familiar pela carreira. Assim, todos saíam do ensino superior para ocupar os cargos-chave da administração e garantir o seu capital cultural;

4) as instituições mais procuradas foram de Estados nordestinos, certamente pela proximidade: Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Direito do Recife, marcando assim, a influência cultural da Bahia e Recife na formação sergipana, que se estendeu até os anos de 1948, com a efetivação de faculdades em Sergipe.

Em relação aos números de exames realizados e matriculados, apresentados no Quadro 28, e o número de alunos egressos do Parthenon Sergipense, cria-se a hipótese de que a maioria dos examinandos era de outras instituições e/ou Estados. Mas, sabe-se que

Guaraná (1925) só se deteve às biografias de intelectuais sergipanos e que, ainda assim, não abrangeu a sua exata totalidade.

Tais dados são relevantes por tornar evidente a importância que o Colégio Parthenon Sergipense também imprimiu ao ensino secundário da época e no futuro profissional dos seus egressos, embora propusesse um modelo de ensino diferente daquele oferecido no Atheneu Sergipense. Mas, embora distintos, possuíam as mesmas finalidades: habilitar seu alunado para a prestação dos preparatórios e entrada nas Academias.

Como já foi possível notar, para a construção do presente item, foram utilizados os jornais da época selecionados, regulamento e trabalhos bibliográficos, a exemplo de Conceição (2015; 2012) e Guaraná (1925), uma vez que a instituição ainda não foi utilizada como objeto central de outras pesquisas.

Para os anos iniciais do funcionamento da instituição, utilizou-se o *Jornal de Sergipe*, que apresenta publicações recorrentes entre os meses de janeiro e março dos anos de 1880 e 1881. Outro impresso também foi utilizado, o jornal *O Estado de Sergipe*, mas com um salto temporal, com anúncios publicados em dezembro de 1902. Nesse intervalo de tempo, não foram encontrados outros registros, apesar das buscas incessantes nos arquivos físicos dos acervos visitados.

Alves (2005), ao reproduzir as *Crônicas* proferidas por Edilberto Santos (1967), fornece a informação de, em 1896, o diretor da instituição era Alfredo de Siqueira Montes. Naquele momento, a instituição não ministrava todas as matérias do curso secundário, fato que permitia os pensionistas a concluírem seus estudos, principalmente, no Atheneu Sergipense – mas não especifica quais eram essas disciplinas e quais os alunos migraram de instituição.

Recorreu-se aos trabalhos de Guaraná (1925), Nunes (1984), Amorim (2009) e Lima e Santos (2019) para a confirmação da passagem de Alfredo de Siqueira Montes na gestão do Parthenon Sergipense. No entanto, em 1896, Alfredo Montes ocupava a cadeira de Inglês, via concurso realizado em 1877, do Atheneu Sergipense. Na posição de diretor, fundou e dirigiu o Ginásio Sergipense (1888-1889), a Escola Normal e a Instrução Pública. Em 1902, a sua passagem pelo Parthenon se deu na condição de professor, e não de gestor. Com base nas fontes selecionadas, em 1896, a instituição, provavelmente, estava com os seus trabalhos suspensos.

Quanto às publicações do Parthenon Sergipense, em 1902, nas edições do jornal *O Estado de Sergipe*, publicadas nos dias 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 26 e 30 de dezembro,

foi apresentado um novo slogan da instituição, diferente daquele anunciado em 1880 no *Jornal de Sergipe* (Figura 9), sendo, desta vez, apresentado como “estabelecimento de educação cívica, intelectual e moral”.

Figura 5 – Recorte do jornal *O Estado de Sergipe* (13-12-1902)



Fonte: Acervo do IHGSE.

No slogan, vê-se três pilares da sociedade que se formava sob os moldes da República: a educação cívica, intelectual e moral. A difusão das noções de civilidade atingiu diversas repartições públicas e privadas de Sergipe, a exemplo de escolas, comércios, fábricas e cinemas. Baseados em discursos higienistas e de racionalidade, a sociedade era organizada, e as instituições escolares tornaram-se palco para a construção do regime de governo.

Sobre o então diretor, Francisco Campos, foram empreendidas buscas por informações no *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925) e em trabalhos bibliográficos. Fazem referência somente ao Francisco Campos, Ministro da Educação e mentor da Reforma educacional de 1931-1932, porém, não se trata da mesma pessoa, uma vez que à época o intelectual tinha apenas 11 anos de idade.

Segue a íntegra do anúncio:

Recomeçará os seus trabalhos no dia 4 de Fevereiro de 1903.

A direção, penhorada pela confiança com que a tem honrado o publico Sergipense, encontra nesse facto um novo estímulo a prosseguir com a maior dedicação no patriótico intuito de contribuir para o progresso de seu estremecido Estado natal, por meio de uma educação regular da mocidade! **O Parthenon Sergipense vai entrar no terceiro anno de existencia**, e o seu director, mercê de Deus, pode dizer com ufania que, até hoje, as

promessas feitas em seu primitivo programma tem sido religiosamente cumpridas.

O estabelecimento, **dividido em curso primario e secundario**, funciona em edificios que reúnem as indispensaveis condições hygienicas, fornece alimentação abundante, variada e san, e é servido por um **peçoal docente escolhido d'entre os autorisados mestres da capital**.

É com estes titulos que o director do Parthenon Sergipense se apresenta e solicita a cooperação das digníssimas familias sergipenses para a nobilissima empreza a que está consagrando todas as suas energias.

Aracaju, **rua de Pacatuba 25 e 19**. (*O Estado de Sergipe*, 13 de dezembro de 1902, Ano V, nº 1252, p. 2, grifos meus).

Alguns pontos deste anúncio devem ser extraídos e analisados:

1) O início do ano letivo foi programado para o dia 4 de fevereiro do ano seguinte, ou seja, após a realização dos exames de fim de ano, a exemplo dos exames gerais de preparatórios;

2) terceiro ano de existência da instituição. A partir desse ponto, surgiu a seguinte indagação e possível hipótese: se a fundação do estabelecimento foi em 1879, como, em 1902, ele contava com apenas três anos de funcionamento? A hipótese aqui ventilada é a de que o Parthenon Sergipense teve dois momentos: o primeiro, em 1879, sob a direção de Ascendino Ângelo dos Reis, com duração até 1882 (último ano em que se localizaram alguns registros); e o segundo, com início em 1901, uma vez que o anúncio indicou a entrada da instituição em seu terceiro ano de existência, que seria em 1903, sob nova direção e aproveitamento da nomenclatura;

3) oferta de dois cursos, primário e secundário, assim como em 1879. No entanto, não o apresenta, explicitamente, com caráter de internato ou externato. Mas, de forma implícita, consta que a instituição oferecia boas condições higiênicas e alimentícias, fato que remeteu às obrigações básicas de um internato como também realçando os discursos higienistas da época;

4) o pessoal docente “escolhido d'entre os autorisados mestres da capital”. Nesta mesma edição do jornal (Ano V, nº 1252), há um outro anúncio do colégio, especificando alguns desses professores, dentre eles Alfredo Montes, Félix Diniz Barreto, Teixeira de Faria e Garcia Rosa, ou seja, continuava com o corpo docente formado pelos professores do Atheneu Sergipense;

5) o endereço indicando a localização na rua Pacatuba, região central da cidade. Geograficamente, na mesma região dos prédios que sediaram o Atheneu Sergipense. Não foram localizadas informações sobre a arquitetura do Parthenon, mas, tendo em vista a

preocupação com o embelezamento e modernização dos espaços escolares da época, sabe-se que grandes e suntuosos edifícios foram criados nas regiões centrais de Aracaju, levando a refletir que a instituição tenha sido contemplada uma vez que o próprio nome “Parthenon” faz referência aos templos remanescentes da Grécia Antiga, com arquitetura pomposa.

A partir desse anúncio, recorrente durante o mês de dezembro de 1902, chegou-se a mais uma conclusão: o segundo momento do Parthenon Sergipense durou entre os anos de 1901 e 1903, também de caráter particular (não foram localizadas, dentre os relatórios dos presidentes do Estado, verbas públicas destinadas à instituição, como ocorria com o Atheneu Sergipense). Porém, não dispensa a refutação em trabalhos posteriores, tendo em vista a possibilidade da localização de informações em fontes variadas de pesquisa, das quais não se dispôs no momento da consecução desta investigação.

No segundo momento, a instituição não funcionou como centro aplicador dos preparatórios, ficando a cargo somente do Atheneu Sergipense, conforme editais divulgados na imprensa local. Para a próxima seção deste trabalho, serão analisados os editais, resultados, formações de bancas e perfis dos candidatos em diferentes anos referentes aos números do Atheneu Sergipense, uma vez que os resultados do Parthenon já foram apresentados no presente item, e que, conforme visto, foram aplicados somente nos anos de 1879 e 1882.

Assim, a importância e representatividade do Colégio Parthenon Sergipense diante do regime dos preparatórios em Sergipe são evidentes, embora aplicados somente durante quatro anos na instituição. Contribuiu tanto para a construção da história dos exames quanto para a configuração da cultura escolar desenvolvida no estabelecimento – cultura construída com base nos objetivos das famílias e alunos secundaristas daquela época: o preparo e ingresso nos estudos superiores, garantindo, dessa forma, a manutenção do capital cultural familiar, o mesmo que ocorreu no Atheneu Sergipense em números mais significativos.

4.2 Instituições/aulas preparatórias

Durante os anos que abarcam a presente pesquisa, foram criadas diversas instituições e aulas avulsas de ensino secundário em Sergipe, públicas e particulares. Conforme visto, somente duas delas foram centros formadores e aplicadores dos preparatórios: o Atheneu Sergipense, entre os anos de 1873 e 1934; e o Parthenon Sergipense, entre 1879 e 1882. A

maioria, por sua vez, atuou apenas como formadoras – no sentido de habilitarem seu alunado para a prestação dos preparatórios ao final do curso/aula.

Para o levantamento dessas instituições/aulas, recorreu-se aos relatórios dos Presidentes da Província/Estado, disponíveis no acervo digital do CRL Digital Delivery System. Há alguns saltos temporais na disponibilização desses relatórios: o primeiro, entre os anos de 1878 e 1907, e o segundo, entre 1918 e 1934. Para o preenchimento dessas lacunas, foram utilizados os jornais selecionados – contudo, podem não corresponder ao número exato, sendo apresentadas apenas de forma exemplificada, dando suporte a levantamentos posteriores.

Quadro 30 – Demonstrativo das instituições e aulas avulsas (públicas e particulares) criadas em Sergipe, 1870-1926

Instituição/Aulas avulsas	Localização	Ano⁸³
Atheneu Sergipense – com os cursos de Humanidades e Normal	Aracaju	1870 até os dias atuais
Aulas avulsas de Latim, Francês e Geometria	Aracaju	1870
Aulas avulsas de Latim e Francês	Laranjeiras	1870
Aulas avulsas de Latim e Francês	Estância	1870
Aula avulsa de Latim	Capela	1870
Aula avulsa de Latim	Propriá	1870
Aula avulsa de Latim e Francês	Laranjeiras	1873-1874
Aulas avulsas de Latim e Francês	Estância	1873-1874
Colégio Amparo de Maria	Capela	1874
Colégio do Dira	Itaporanga	1874-1875
Colégio de São Salvador	Aracaju	1874-1875
Colégio de Nossa Senhora do Amparo	Capela	1874-1875
Aulas avulsas – Não especifica as disciplinas	Estância e Laranjeiras	1874-1875
Escola Normal, após a separação dos cursos do Atheneu Sergipense	Aracaju	1874-1897
Internato – não especifica o nome, apenas o nível (secundário)	Japaratuba	1875
Aulas avulsas de Latim e Francês	Estância	1875
Aula avulsa de Latim	Laranjeiras	1875
Aulas avulsas de Filosofia, Aritmética, Álgebra e Geometria	Aracaju	1877
Escola Normal – para o sexo feminino	Aracaju	1877
Aulas avulsas de Latim e Francês	Estância	1878
Colégio Parthenon Sergipense	Aracaju	1879-1882; 1901-1903
Aulas avulsas de Latim e Francês	Laranjeiras e Estância	1879
Colégio Inglês - Feminino	Laranjeiras	1887-1890
Escola Normal – para ambos os sexos	Aracaju	1889 - 1891
Restauração da Escola Normal (Governo de Olímpio de Souza Campos)	Aracaju	A partir de 1899
Aulas avulsas – Não especifica as disciplinas	Estância e Laranjeiras	1890
Colégio Senhora Sant’Ana - Feminino	Laranjeiras	Anterior à 1899
Colégio S. Thomaz de Aquino	Aracaju	1903

⁸³ Dos anos apresentados, uns, correspondem ao ano de fundação da instituição/aula, outros, ao ano identificado nos relatórios e nos jornais (que podem não corresponder ao ano exato).

Instituto Cruz	Maruim	1909
Colégio Tobias Barreto	Estância	1909
Colégio Nossa Senhora das Victórias	Maruim	1911
Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	Aracaju	1911
Grêmio Escolar – Para meninos	Aracaju	1911
Colégio Tobias Barreto - transferido	Aracaju	1913
Colégio das Franciscanas Portuguesas	Propriá	1915
Instituto América - Feminino	Aracaju	1920-1935
Colégio Diocesano São José	Maruim	1924
Colégio Nossa Senhora do Carmo	São Cristóvão	1926

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos relatórios emitidos pelos governantes de Sergipe (1870-1920) e dos jornais selecionados.

Observa-se, a partir deste demonstrativo, que, nas últimas décadas do século XIX, a predominância era das aulas avulsas e que o crescimento da rede escolar se deu no início do século seguinte, período em que os investimentos públicos e privados ganharam mais força, apesar da pouca alteração da estrutura socioeconômica de Sergipe neste período.

Nunes (1984, p. 206), ao levantar dados socioeconômicos e educacionais das primeiras décadas do século XX em Sergipe, mesmo reconhecendo o aumento da criação de estabelecimentos de ensino públicos e privados, de ensino primário e secundário, critica a forma que a sociedade “acostumara” com o sistema educacional e, em consequência, com o então modelo de entrada nas Academias.

Ante essa realidade sócio-econômica, não se fazia sentir a necessidade de mudança no sistema educacional vigente. Satisfaziam as exigências dessa sociedade, os preparatórios, garantindo, rapidamente, os requisitos para o ingresso nas Academias que forneciam o título de bacharel ou médico.

Sabe-se que diversas foram as tentativas de remodelação desse sistema de ensino e de avaliação discente, porém não lograram êxito por vários motivos. Mesmo embrenhados de críticas, os preparatórios se fortaleceram e atenderam às demandas da sua clientela. O bacharelismo tornou-se uma ambição durante todo o século XIX e, conseqüentemente, início do XX. Mas, se o regime dos preparatórios atendia a tais demandas e “acelerava” este processo, por que reduzi-los à mera “satisfação”?

Ao acelerar a entrada nas Academias, compreende-se que o aluno foi esforçado. Vários foram os intelectuais que passaram por este processo e se destacaram socialmente, conforme apresentado na próxima seção deste trabalho – ao contrário do que pensaram alguns clássicos da historiografia sergipana ao defenderem a ideia de que os preparatórios

foram uma fábrica de certificados, dando a entender que o regime aprovou os estudantes sem seguir qualquer critério.

Voltando ao Quadro 30, tanto as aulas avulsas quanto os colégios trabalhavam de acordo com as exigências dos preparatórios e deixavam suas propostas muito claras nos anúncios e propagandas na imprensa sergipana. Dos 14 títulos de impressos selecionados, quatro deles apresentaram recorrência desses tipos de publicações a respeito de algumas instituições: *O Estado de Sergipe*, em 1903 e 1911; *A Cruzada*, em 1924, 1925 e 1926; *Gazeta do Povo*, 1925; e *Gazeta de Sergipe*, em 1928 e 1930.

Quadro 31 – Anúncios e propagandas de instituições secundárias de Sergipe, 1897-1930

Jornal	Edição	Resumo
<i>O Estado de Sergipe</i>	8, 9 e 11 de agosto de 1903, Ano VI, nº 1434, 1435 e 1436	Nota sobre o “Colégio S. Thomaz de Aquino” – consta que oferecia os cursos primário e secundário e apresenta os nomes e aproveitamento dos alunos nos exames
	14, 15, 17 a 22, 24 a 29 e 31 de janeiro de 1911, Ano XIII, nº 3467 a 3480	Nota sobre o “Grêmio Escolar”, consta que oferece o ensino primário e secundário e que prepara os alunos nas disciplinas exigidas para a matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia
	1, 2, 4, 5, 7-12 de fevereiro de 1911, Ano XIII, nº 3481 a 3490	Nota sobre o “Grêmio Escolar”, consta que oferece o ensino primário e secundário e que prepara os alunos nas disciplinas exigidas para a matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia
<i>A Cruzada</i>	2, 16 e 23 de março de 1924, Ano VI, nº 10, 12 e 13	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio São José (Bahia)
	6 e 13 de abril de 1924, Ano VI, nº 15 e 16	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio São José (Bahia)
	16 de novembro de 1924, Ano VI, nº 44	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio Diocesano São José (Maruim)
	18 de janeiro, 26 de abril e 3, 10, 17 e 24 de maio de 1925, Ano VII, nº 47, 61, 62, 63, 64 e 65	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio Diocesano São José (Maruim)
	15, 21 e 30 de junho de 1925, Ano VIII, nº 2, 3 e 4	Nota do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju
	5, 12, 19 e 26 de julho de 1925, Ano VIII, nº 5, 6, 7 e 8	Idem
	2, 9, 16, 23 e 30 de agosto de 1925, Ano VIII, nº 9, 10, 11, 12, 13	Idem
	6, 13, 20 e 27 de setembro de 1925, Ano VIII, nº 14, 15, 16 e 17	Idem
	1, 8, 15 e 22 de novembro de 1925, Ano VIII, nº 22, 23, 24 e 25	Idem
	4 e 27 de dezembro de 1925, Ano VIII, nº 27 e 30	Idem

	3, 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 1926, Ano VIII, nº 31, 32, 33, 34 e 35	Idem
	7, 14 e 28 de fevereiro de 1926, Ano VIII, nº 36, 37 e 38	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio Nossa Senhora do Carmo de São Cristóvão
	7, 8, 14, 24 e 28 de março de 1926, Ano VIII, nº 39, 51, 40, 41 e 42	Idem
	11 e 18 de abril de 1926, Ano VIII, nº 43 e 44	Apenas sobre o Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora
	2, 9, 23 e 30 de maio de 1926, Ano VIII, nº 45, 46, 48 e 49	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio Nossa Senhora do Carmo de São Cristóvão
	13, 20 e 27 de junho de 1926, Ano IX, nº 1, 2 e 3	Notas dos colégios Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Aracaju e do Colégio Nossa Senhora do Carmo de São Cristóvão
	11, 18 e 25 de julho de 1926, Ano IX, nº 4, 5 e 6	Apenas sobre o Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora
	29 de novembro e 13 de dezembro de 1926, Ano IX, nº 26 e 28	Idem
<i>Gazeta do Povo</i>	5 de março de 1925, Ano I, nº 117	Nota do Instituto América – Feminino. Oferecia o ensino primário e secundário
<i>Gazeta de Sergipe</i>	10 de julho de 1928, Ano II, nº 197	Nota do Colégio Tobias Barreto
	13 de novembro de 1928, Ano II, nº 294	Idem
	21, 22, 23, 24, 25, 27 e 28 de janeiro de 1930, Ano V, nº 635, 636, 637, 638, 639, 640 e 641	Nota do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora
	3 a 8, 10 a 19, 22, 25, 27 e 28 de fevereiro de 1930, Ano V, nº 646 a 651, de 652 a 667	Idem
	3, 5 a 8, 10 a 15, 18 e 19 de março de 1930, Ano IV, nº 668, 669 a 672, 673 a 678, 679 e 680	Idem

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos jornais selecionados.

Antes da fundação dessas instituições, em 1897, no jornal *A Notícia*, foi noticiada a pretensão, por parte de Rogaciano Magno de Leão Brazil, que já fundara um colégio no Município de Maruim, de criar mais um estabelecimento de ensino secundário em Aracaju, que seria chamado de “Colégio Brazil”, dando ênfase à preparação do seu corpo discente para a prestação dos exames gerais.

COLLEGIO BRAZIL

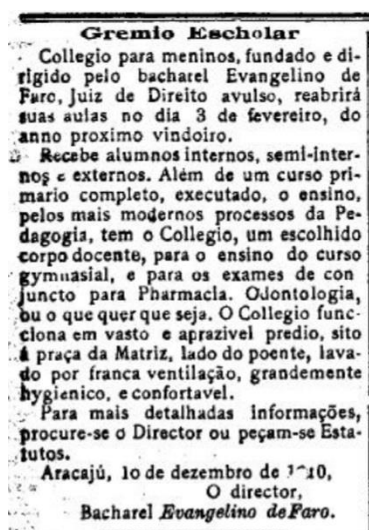
Sabemos que o provecto preceptor nosso amigo Sr. Rogaciano Magno de Leão Brazil, pretende abrir nesta capital um collegio, internato e externato **onde os nossos jovens conterraneos poderão estudar os diversos preparatorios exigidos para as matriculas das Academias.**

O professor Rogaciano tem um longo tirocinio e na cidade de Maroim no seu Collegio Brazil, conquistou a confiança dos paes de família da cidade e do interior. (*A Notícia*, 15 de julho de 1897, Ano II, nº 392, grifos meus).

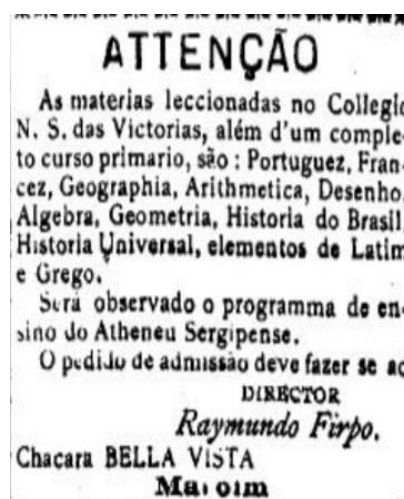
Destacar a preparação para os exames gerais de preparatórios era um diferencial para atrair as famílias dos estudantes, mesmo que ainda fosse um projeto em construção. Quanto àquelas já criadas, reforçavam, em seus anúncios, as disciplinas ofertadas, em atendimento às exigências dos exames.

Em destaque, anúncios das seguintes instituições: Grêmio Escolar (Aracaju), Colégio Nossa Senhora das Victórias (Maruim), Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (Aracaju), Colégio Diocesano São José (Maruim) e Colégio Nossa Senhora do Carmo (São Cristóvão).

Figuras 6 e 7 – Recortes do jornal *O Estado de Sergipe* (22-1-1911). Em destaque: anúncios do Grêmio Escolar (Aracaju) e do Colégio Nossa Senhora das Victórias (Maruim)



Fonte: Acervo do IHGSE.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Figuras 8 e 9 – Recortes do jornal *A Cruzada* (18-1-1925). Em destaque: anúncios do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (Aracaju)⁸⁴ e do Colégio Diocesano São José (Maroim)⁸⁵



Fonte: Acervo do IHGSE.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Figura 10 – Recorte do jornal *A Cruzada* (7-2-1926). Em destaque: anúncio do Colégio Nossa Senhora do Carmo (São Cristóvão)⁸⁶



Fonte: Acervo do IHGSE.

Outra instituição merece destaque: o Colégio Tobias Barreto. Criado em 1909, na cidade de Estância-SE, e transferido para Aracaju, em 1913, tornou-se um dos grandes estabelecimentos voltados ao preparo dos estudantes aspirantes ao ensino superior. Além de

⁸⁴ Devido à ilegibilidade do recorte, segue transcrição do anúncio: “Collegio Salesiano NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE ARACAJU. Em 1º de fevereiro passado começaram a funcionar as aulas dos cursos primários, médio e secundário para alumnos internos e externos. Além das disciplinas obrigatórias do curso secundário que o Estabelecimento ministra completo, ha ainda aulas facultativas de Italiano, Alemão e Grego. ESTATUTOS DO COLLEGIO.” (*A Cruzada*, 18 de janeiro de 1925, Ano VII, nº 47, p. 4).

⁸⁵ Devido à ilegibilidade do recorte, segue transcrição do anúncio: “COLLEGIO DIOCESANO S. JOSE, MAROIM-SERGIPE. Director: Pe. Miguel M. Barbosa. Situado em local sadio está o Collegio Diocesano S. JOSE de Maroim. O seu predio é confortavel, e aceita alumnos internos, semi-internos e externos mediante condições devidas. Ensino os cursos primario medio e secundario. Os estatutos acham-se na sede do Estabelecimento em Maroim.” (*A Cruzada*, 18 de janeiro de 1925, Ano VII, nº 47, p. 4).

⁸⁶ Devido à ilegibilidade do recorte, segue transcrição do anúncio: “Collegio Nossa Senhora do Carmo. S. CHRISTOVAM – SERGIPE. Internato. Semi-internato. Externato. DIRECTORAS: Irmans Clarissas. Missionarias da Immaculada Conceição – CURSOS: Primario e Secundario. – Musica. Desenho. Prendas. – LINGUAS: Francês, Inglês e Alemão – o anno lectivo terá inicio a 15 de fevereiro. INFORMAÇÕES COM A DIRECTORIA NO CONVENTO DO CARMO EM S. CHRISTOVAM.” (*A Cruzada*, 7 de fevereiro de 1926, Ano VIII, nº 36, p. 3).

oferecer as disciplinas cobradas nos preparatórios, as suas aulas eram ministradas em conformidade com o calendário de aplicação dos exames do Atheneu Sergipense.

O encerramento das aulas no Collegio Tobias Barretto

O director do “Collegio Tobias Barretto” determinou o encerramento das aulas no proximo sábado, somente para o curso superior, attendendo a que os exames no Atheneu Pedro II, começam na segunda quinzena do mez corrente.

Daquelle dia em diante sera tambem prohibida a sahida ao corpo discente interno daquela casa de educação. (*Gazeta de Sergipe*, 13 de novembro de 1928, Ano II, nº 294).

Como sinalizado ao final do anúncio, o Colégio Tobias Barreto funcionava em regime de internato e também como semi-internato masculino e externato misto. Ao final do ano letivo, proibia os seus internos de saírem da instituição durante o período de aplicação dos exames.

O ensino e a rigidez pedagógica lhe renderam inúmeros frutos, fazendo gozar “[...] de grande prestígio social adquirido pelo grande contingente de alunos egressos do colégio que alcançaram matrícula nas escolas superiores do país, além de contar com um prestigiado corpo de professores catedráticos do Atheneu Sergipense” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 266), dentre eles, Adolfo Ávila Lima, Artur Fortes e Brício Maurício de Azevedo Cardoso.

Dos examinandos de 1921, “as inscrições dos alunos do Tobias Barreto chegavam a 168, com 138 aprovações” (NUNES, 1984, p. 234), número bastante representativo. Faz-se notar, portanto, que os preparatórios fizeram parte da cultura escolar da instituição e das aspirações dos estudantes que lá se prepararam.

Em artigo elucidativo e descritivo, publicado no jornal *Gazeta de Sergipe* em julho de 1928 e assinado por Torres de Castro, o Colégio Tobias Barreto foi enaltecido assim como o trabalho do então fundador e diretor José de Alencar Cardoso⁸⁷.

Este grande educandario nada fica a dever aos seus congeneres disseminados pelas cidades mais importantes do Brasil. Quem tem a oportunidade de visitá-lo sabe, infalivelmente, tomado da maior das surpresas. Esta asserção é feita por quem conhece de perto o seu valor e o de muitos outros do paiz, facto este que nos leva a noticiá-lo, com orgulho,

⁸⁷ Nasceu na cidade de Estância-SE em 18 de abril de 1878. Filho do professor Severino Cardoso e de Maria Antônia Cardoso. Prestou os preparatórios no Atheneu Sergipense e, logo após, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro. Ao retornar a Sergipe, fundou o Colégio Tobias Barreto em Estância em 1909. Ocupou, também, outros cargos públicos, como Escriturário da Saúde dos Portos na capital sergipana. Para mais informações sobre o Colégio Tobias Barreto e a passagem de José de Alencar Cardoso na instituição, consultar Manguiera (2003).

neste artigete que mal comporta os traços mais ligeiros possíveis sobre a grande obra educativa que está proporcionando a Sergipe o referido estabelecimento.

Dirigido sabiamente pelo professor Alencar Cardoso, um grande sergipano, porque a abnegação e a eficiência, pela causa da instrução de que elle se reveste, merecem os maiores elogios, e reconhecimento de nossa terra.

[...] Estudantes da Bahia e Alagoas, afluem a essa casa, em busca de educação, e isto dizemos, entusiasticamente, sem nos afastarmos levemente, sequer, dos limites comedidos da verdade e da justiça.

Os seus alumnos só tem sahida de recreio aos domingos se a merecerem de accordo com o comportamento e applicação de cada um. Por sua vez os externos que não tiverem boas notas durante a semana são obrigados a comparecer também aos domingos, no estabelecimento, onde ficam em trabalhos de banca de 9 ás 18 horas.

Possue professores excellentes; todos de competencia reconhecida e de ha muito elogiados por Sergipe inteiro.

Além de tudo é devidamente militarizado, fornecendo ás fileiras da reserva do nosso exercito, annualmente uma grande turma de jovens.

De sorte que, não pode ser mais patriotica a obra que tem construido o alludido estabelecimento, cuja frente está aquelle grande sementeiro que, pela luta tão desigual e desanimadora afim de conservá-lo na mesma reputação é digno da maior gratidão por parte da família sergipana. (Torres de Castro. In: *Gazeta de Sergipe*, 10 de julho de 1928, Ano II, nº 197, p. 1).

O autor do artigo, além de enaltecer o trabalho do diretor e professores, aborda algumas particularidades da instituição: a procura por matrículas de alunos baianos e alagoanos, o caráter de internato e externato e a instrução militar desenvolvida dentro dos muros da escola, sendo uma parte significativa da sua cultura.

O engajamento no “batalhão escolar” era obrigatório para todos os alunos maiores de 15 anos. Nele, os alunos participavam das escalas de serviço, manejo de fuzis, exercícios físicos e submetiam-se a uma hierarquia e disciplina militares. Para isso, os alunos recebiam treinamento militar e trajavam uniforme militar, conforme o modelo adotado pelo estabelecimento, nas atividades internas e nas solenidades cívicas externas (CONCEIÇÃO, 2012, p. 267).

O Atheneu Sergipense também apresentou, entre os anos de 1909 e 1946, práticas pré-militares em forma de disciplina escolar, “[...] colocando-se como instrumento para fazer nascer o sentimento de nacionalidade entre os jovens” (COSTA, 2018, p. 112), tendo como preocupação a inculcação de sentimentos patrióticos bem como a ordem e a disciplina. Tais práticas desenvolvidas tanto no Colégio Tobias Barreto quanto no Atheneu Sergipense,

tornam evidente que é mais um elemento constituinte da cultura escolar dessas instituições, assim como o eram os exames de preparatórios.⁸⁸

Caso os alunos desejassem ingressar nas escolas superiores militares, era preciso também prestar os preparatórios assim como o fez o próprio diretor do Colégio Tobias Barreto antes de entrar na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). A prestação dos exames por parte dos aspirantes ao serviço militar requeria um olhar específico e atencioso dos pesquisadores.

Quanto ao leque das instituições que funcionaram como preparatórias, nota-se que outros Estados também noticiavam suas aulas na imprensa sergipana, destacando o trabalho voltado aos preparatórios, a exemplo do Colégio São José, internato e externato, localizado em Esplanada do Timbó-BA, com anúncios recorrentes entre os meses de março e abril de 1924, no jornal *A Cruzada*.

Figura 11 - Recorte do jornal *A Cruzada* (16-3-1924). Em destaque: anúncio do Colégio São José (Bahia)⁸⁹



Fonte: Acervo do IHGSE.

Da mesma forma que publicavam esse tipo de anúncio, as instituições que eram preparatórias e aplicadoras divulgavam seus resultados nos jornais sergipanos, como foi possível identificar no jornal *Sergipe* em 13 de dezembro de 1881, uma passagem referente ao Colégio São João, localizado na cidade de Penedo-AL. Esse intercâmbio de informações

⁸⁸ Para saber mais sobre a instrução militar no Atheneu Sergipense e no Colégio Tobias Barreto, consultar Costa (2018) e Mangueira (2003), respectivamente.

⁸⁹ Devido à ilegibilidade do recorte, segue transcrição do anúncio: “Collegio São José. Internato e Externato. Dirigidos pelos Irmãos Maristas. O Collegio funcionará em vasto predio, num lugar saluberrimo e aprazível proximo á estrada de ferro, (ponto do Convento). AS AULAS DOS CURSOS PRIMARIO E SECUNDARIO (PREPARATORIOS) COMEÇAM A FUNCIONAR EM 1º DE MARÇO. Encontram-se os Regulamentos nesta Redacção e na sede do Estabelecimento: Esplanada do Timbó – BAHIA.” (*A Cruzada*, 16 de março de 1924, Ano VI, nº 12, p. 4).

entre os Estados vizinhos faz refletir sobre a seguinte hipótese: a de que alunos sergipanos, certamente, também tenham saído de Sergipe e prestado os exames em outras localidades.

Na seção seguinte deste trabalho, é possível identificar a inscrição de alunos alagoanos nos exames gerais de preparatórios do Atheneu Sergipense. No entanto, se, em Alagoas, havia instituições aplicadoras, por que seus estudantes se deslocavam e procuravam o Atheneu Sergipense? Teria, o Atheneu, maior visibilidade e reconhecimento, mesmo entre aqueles advindos de outros Estados?

A partir do controle curricular, tanto para as instituições escolares que possuíam as duas funções (formadora e aplicadora) quanto para aquelas voltadas apenas ao preparo discente, os preparatórios foram parte integrante da sua cultura escolar e a garantia da perpetuação e manutenção do capital cultural da sua clientela.

Da mesma forma que os preparatórios atraíram os alunos secundaristas e favoreceram as instituições, contribuíram para o ensino doméstico particular por meio de aulas avulsas ministradas nas residências dos próprios professores ofertantes ou nas dos alunos. Tais indícios podem-se afirmar a partir dos anúncios divulgados na imprensa, conforme localizados no *Jornal do Aracaju*, *Gazeta de Sergipe*, *A Notícia* e *Gazeta do Povo*.

Quadro 32 – Levantamento dos anúncios das aulas avulsas particulares de nível secundário e de cunho preparatório

Jornal	Recorrência⁹⁰	Anúncio/propaganda
<i>Jornal do Aracaju</i>	Do dia 8 ao 24 de novembro de 1876	Anúncio do professor Pedro Pereira de Andrada (professor de Geometria do Atheneu Sergipense). Fornecia aulas particulares dos pontos específicos exigidos nos preparatórios de Geometria e Aritmética
<i>Gazeta de Sergipe</i>	Abril e maio de 1890	Anúncio das aulas particulares de Português e Francês do professor Balthazar Góes (professor do Atheneu Sergipense)
	De janeiro a junho de 1930	Anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira, de Manoel José dos Santos Mello (Português, Francês, Latim, Filosofia, Instrução Moral e Cívica e Literatura) e o “curso de humanidades” de Manuel Franco Freire (estes dois últimos, eram professores do Atheneu Sergipense)
<i>A Notícia</i>	De julho a setembro de 1896	Nota/propaganda das aulas particulares do “Curso de Preparatórios” do professor Luiz Carlos da Silva Lisboa (professor do Atheneu Sergipense)
	De janeiro a fevereiro de 1897	Propaganda do curso particular de Manoel Alves Machado (Português e Aritmética) e de Carlos Bastos Gomes e Silva (Francês e Português)
<i>Gazeta do Povo</i>	De janeiro a março de 1925	Anúncio/propaganda das aulas particulares do professor Abdias Bezerra (professor do Atheneu Sergipense) das seguintes disciplinas: Francês,

⁹⁰ Ver os dados das edições, detalhadamente, no Anexo B da tese.

Março, maio e junho de 1926	Aritmética, Álgebra, Geometria e Física e Química; e do professor Francisco Portugal (Francês, Inglês, Alemão, Italiano e Castelhana)
Abril e maio de 1926	Anúncio/propaganda das aulas particulares de História Natural do professor Helvécio de Andrade (professor da Escola Normal)

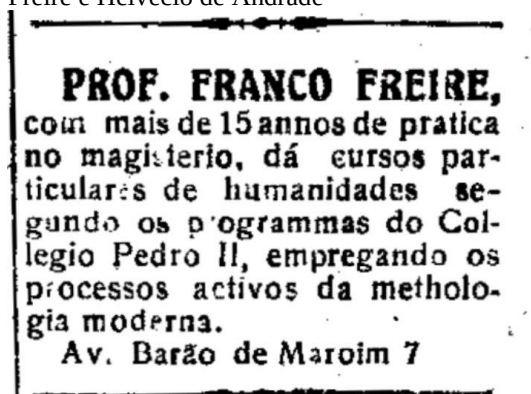
Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos jornais selecionados.

Observa-se que a maioria desses professores que ofereceram aulas particulares lecionava no Atheneu Sergipense, como é o caso de Pedro Pereira de Andrada, Balthazar Góes, Manoel José dos Santos Mello, Manuel Franco Freire, Luiz Carlos da Silva Lisboa e Abdias Bezerra. Essa prática era comum fora dos muros da instituição como um instrumento de troca: complementação de renda dos professores em troca de reforço escolar aos estudantes, matriculados ou não em instituições secundárias.

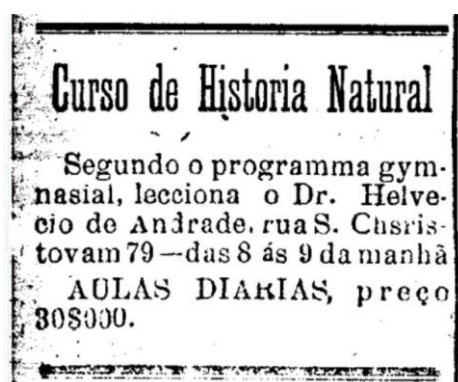
Observa-se, também, que as aulas domésticas eram ministradas fora do período de organização, elaboração e aplicação dos exames, conforme já visto, por uma questão ética, uma vez que esses professores faziam parte das bancas examinadoras e demais rituais.

Nos anúncios, divulgavam-se o nome do professor, a(s) disciplina(s) ofertada(s), o endereço e valores cobrados. Alguns, inclusive, destacavam a função preparatória do curso e a consonância com os programas de estudo do Colégio Pedro II. Seguem alguns exemplos desse tipo de oferta que também marcou a história dos exames de preparatórios em Sergipe.

Figuras 12 e 13 – Recortes dos jornais *Gazeta de Sergipe* (31-3-1930, Ano IV, nº 690, p. 4) e *Gazeta do Povo* (24-4-1926, Ano II, nº 435, p. 3). Em destaque: anúncios das aulas particulares dos professores Manuel Franco Freire e Helvécio de Andrade

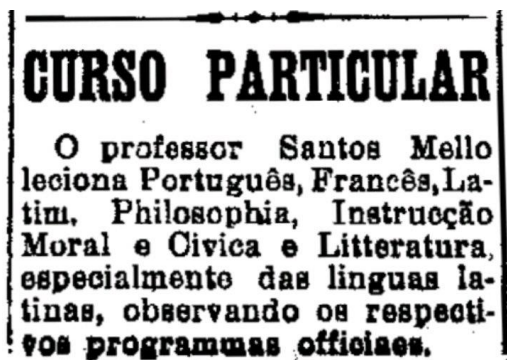


Fonte: Acervo do IHGSE.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Figuras 14 e 15 – Recortes dos jornais *Gazeta de Sergipe* (31-3-1930, Ano IV, nº 690, p. 4) e *A Notícia* (28-7-1896, Ano I, nº 115, p. 3). Em destaque: anúncios das aulas particulares dos professores Manuel José dos Santos Mello e Luiz Carlos da Silva Lisboa



Fonte: Acervo do IHGSE.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Um ponto em comum nesses quatro anúncios é que todos os professores lecionavam, também, no ensino secundário público, no Atheneu Sergipense e na Escola Normal. Outro ponto era a preocupação em oferecerem as respectivas aulas em obediência aos programas de estudos oficiais determinados pelo Colégio Pedro II, dada a equiparação e referência nacional, sugerindo, assim, uma uniformização do ensino, característica que a educação doméstica não possuía, conforme ponderado por Vasconcelos (2007, p. 34):

[...] quando se trata de educação doméstica, podemos afirmar que não havia homogeneidade nos métodos de ensino, pois cada professor, cada preceptor tinha a sua escolha particular, o seu próprio método, o qual, por vezes, era criado pelo mesmo e anunciado para ser avaliado pelos pais. Além da não uniformidade nos métodos utilizados, também, os compêndios e manuais utilizados eram de livre escolha dos mestres e das famílias.

Ser professor doméstico atraiu até mesmo aqueles com vínculos públicos e reconhecidos por meio dos trabalhos que já desenvolviam, antes e após a aplicação dos preparatórios, a exemplo dos quatro professores do Atheneu Sergipense que destacaram, em seus anúncios, os conhecimentos que possuíam acerca dos programas oficiais destinados à matrícula nos cursos superiores.

Pela recorrência dos anúncios, ao que tudo indica, a demanda por essa modalidade era alta. Conforme indicado por Faria Filho (2000, p. 138), em seu estudo sobre a instrução elementar em fins do século XIX, há indícios de que a escolarização doméstica atendia a um número superior de pessoas em relação à rede pública. Mesmo após a instituição e expansão da rede escolar, a educação doméstica continuou atendendo aos filhos das famílias mais

abastadas – isso demonstra a formação histórica de um ensino secundário conteudista, seletivo e classista.

Desse modo, os exames de preparatórios não marcaram somente as instituições escolares e as aulas avulsas públicas, mas ampliaram a oferta da educação doméstica que, embora tenha sido um sistema utilizado pela elite oitocentista e do início do século XX, era voltada, quase exclusivamente, ao ensino de primeiras letras (primário) e continuidade da formação do jovem para a ocupação em diversos cargos públicos, sem a necessidade de curso superior. O ensino doméstico, portanto, do ponto de vista preparatório para a entrada nas Academias, se configura aqui, em mais um elemento deste universo que abrangeu o regime dos preparatórios.

5. “ACTOS OFFICIAES”

[...] No Atheneu os exames vão correndo normalmente, agindo as bancas com inteira imparcialidade. Rigor excessivo não tem havido. Mas, por outro lado, os estudantes sem preparo vão sendo cortados, o que quer dizer que o espírito da justiça está ali se manifestando. É digna de louvor essa atitude dos examinadores. (*Gazeta do Povo*, 25 de novembro de 1921, Ano I, p. 2).

O título da seção, assim como dos itens, faz analogia aos “atos oficiais” referentes às divulgações dos preparatórios na imprensa e de todo o processo de realização dos exames. Tais “atos” trataram dos editais de inscrição, convocação dos examinandos, divulgação dos resultados, nomeação das bancas examinadoras e apresentações de regulamentos específicos. O objetivo da presente seção é analisar os rituais e resultados dos preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1873 e 1934.

Inicialmente, serão analisados os editais de inscrição, suas formas de divulgação e recorrência; em seguida, far-se-á o levantamento e análise dos resultados das provas, suas principais características e identificação de alguns sujeitos que se submeteram à avaliação.

Para traçar este estudo, foram analisadas fontes documentais nos acervos físicos do CEMAS, IHGSE, BPED e no acervo digital do CRL Digital Delivery System. Assim, as fontes utilizadas que compõem o presente objeto de pesquisa são: atas da Congregação do Atheneu Sergipense, atas dos exames, livros de inscrição, declarações, certidões, certificados de habilitação, ata de banca examinadora, atestado médico, abaixo-assinado, regulamentos e os jornais.

Chama-se a atenção para o uso dos jornais, configurados como base norteadora em todos os itens da seção. A partir de suas análises, é possível considerar que a imprensa teve um relevante papel na divulgação, repercussão e discussão do regime dos preparatórios em Sergipe.

Tais dados localizados nas fontes comprovaram que os exames de preparatórios se caracterizaram como parte importante da cultura escolar do ensino secundário sergipano. Mais ainda: que os preparatórios auxiliaram os candidatos na busca pelo fortalecimento e manutenção do capital cultural, tendo em vista que permitiram o acesso aos estudos de níveis mais elevados.

Os conceitos evidenciados na seção são: instituições escolares e capital cultural de Pierre Bourdieu (2013; 1998), exames por Bourdieu e Passeron (2009), cultura escolar por Viñao Frago (1995; 1994) e disciplinas escolares, por Chervel (1990).

5.1 “Faço publico para os exames geraes de preparatorios”: divulgação dos editais

O título do presente item, “faço publico para os exames geraes de preparatorios”, refere-se às chamadas dos editais de inscrições divulgados nos jornais. Antes, porém, da

publicação oficial na imprensa, os dados eram registrados em livros de inscrição, certificados, declarações e atas (da Congregação e específicas dos preparatórios), de posse da Secretaria do Atheneu Sergipense e do Fiscal dos exames. Tais documentos contêm os dados pessoais dos alunos (nome completo, filiação, idade, naturalidade, se era matriculado em alguma instituição, disciplinas prestadas e notas/conceitos em cada uma), a comprovação do pagamento das taxas e assinaturas dos envolvidos na realização dos exames.

Para a construção deste e dos próximos itens, dos 14 títulos de impressos selecionados (alguns já citados nas seções anteriores), 13 foram utilizados na presente seção. Somente o jornal *A Cruzada* ficou de fora porque não publicou editais de inscrição nos preparatórios, nem divulgou as bancas examinadoras e resultados das provas, elementos centrais da seção.

Por ser um “Órgão Oficial da Diocese”, de origem católica, dirigido pela Secretaria do Bispado e Seminário Episcopal, eram apresentados assuntos diversos das paróquias. Sobre educação, foram localizados dados referentes à fundação da Faculdade de Direito Tobias Barreto, da Faculdade de Farmácia e Odontologia⁹¹ e de instituições secundárias ligadas à Igreja, a exemplo dos anúncios do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, do Colégio Diocesano São José, do Colégio Nossa Senhora do Carmo e do Colégio São José.

Os impressos que atenderam aos objetivos da presente seção estão arrolados, a seguir, em ordem cronológica (seguidos dos períodos de circulação e das informações gerais, como identificação do proprietário, diretor, administrador ou órgão):

⁹¹ Tais faculdades tiveram vida efêmera em Sergipe devido à falta de alunos e situações econômicas do Estado na década de 1920. Apesar de tais tentativas não terem logrado êxito, dadas as dificuldades do momento, é importante salientar que Sergipe não esteve de fora dos avanços e propostas educacionais para o ensino superior, conforme ocorreu no resto do Brasil. Os políticos, a exemplo de Graccho Cardoso e os demais intelectuais, viam na oferta do ensino superior um pontapé para a formação da elite local, assim como a criação de instituições culturais que se deram nesta mesma época, como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912) e a Hora Literária (1919) que “[...] tornaram-se importantes lócus de reunião dos intelectuais sergipanos e de promoção dos saberes acerca do passado local, com o reconhecimento dos “heróis da inteligência”, como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Gumersindo Bessa e João Ribeiro” (SANTOS, 2017, p. 141). Para mais informações sobre a criação da Faculdade de Direito Tobias Barreto e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, consultar Santos (2017). De acordo com os levantamentos de Nunes (1984), o ensino superior em Sergipe teve os seus primeiros momentos de efetivo trabalho em 1948 com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Química (1950), a Faculdade de Direito (1950) e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FCSE (1950), Escola de Serviço Social (1954) e a Faculdade de Ciências Médicas (1961). E, em 1968, tais cursos integraram a então Universidade de Sergipe. Para mais informações sobre a constituição da Universidade Federal de Sergipe, consultar Bretas (2014) e Oliva (2003).

Quadro 33 – Relação dos jornais utilizados, 1871-1930

Jornais	Período de circulação	Informações gerais ⁹²
<i>Jornal do Aracaju</i>	1871-1878	“Propriedade de Manuel Luiz Azevedo d’Araújo” (1871-1874); “Propriedade do Comendador Cândido do Prado Pinto” (1875-1878)
<i>A Liberdade</i>	1873-1874	“Redactor: Sancho de Barros Pimentel”
<i>O Raio</i>	1875-1878; 1880-1885	“Jornal Democrata” (1875-1876); “Órgão Democrático” (1877, 1878, 1880-1885)
<i>Jornal de Sergipe</i>	1879-1882	“Administrador: Aristides Soares de Andrade”
<i>O Democrata</i>	1880-1884	“Órgão Liberal – Proprietário e Administrador: João J. G. de S.”
<i>Sergipe</i>	1881-1882	“Jornal dedicado aos interesses da lavoura, commercio e melhoramentos geraes da Província - Propriedade de uma associação”
<i>Luz Matinal</i>	1882	“Periodico Litterario, Chistoso e Noticioso - Órgão da Sociedade União das Letras”
<i>O Conservador</i>	1882-1883	“Jornal Político, Litterario e Noticioso - Órgão radical do Partido”
<i>Gazeta de Sergipe</i>	1890, 1928-1930	“Propriedade de uma Associação - Proprietário: Apulchro Motta”; Secretário: Acrísio Cruz (1928, 1929, 1930)
<i>O Município</i>	1893	“Colaboradores diversos” (não especificados)
<i>A notícia</i>	1896-1897	“Diario da Tarde” (1896); “Diario da Tarde – Propriedade de uma Associação” (1897) e “Diario da Tarde – Órgão do Partido Republicano Federal” (1897)
<i>O Estado de Sergipe</i>	1902-04, 1908-11, 1915	“Jornal Official, Politico e Noticioso”
<i>Gazeta do Povo</i>	1921, 1924-1926	“Jornal Noticioso e Independente” - Diretor: Gervásio Barreto (1921, 1924); “Vespertino diario independente e noticioso” – Diretores: Virgínio de Sant’Anna (1925); Eronides Carvalho (1926)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos jornais selecionados (Acervo do IHGSE).

Os dois primeiros títulos, *Jornal do Aracaju* e *A Liberdade*, circulavam em Aracaju quando os exames de preparatórios foram implantados, tendo como proprietários e redatores Manuel Luiz Azevedo d’Araújo e Sancho de Barros Pimentel, diretor e professor do Atheneu Sergipense, respectivamente. Por serem membros da instituição, Manuel e Sancho possuíam autonomia e facilidade da publicação e divulgação de publicações relacionadas à Instrução Pública.

O primeiro jornal a publicar sobre a determinação do Governo Geral em implantar os preparatórios em Sergipe foi o *Jornal do Aracaju*, em 29 de outubro de 1873, com a apresentação do decreto e, posteriormente, do programa do exame oral de Português, designação das bancas examinadoras e a relação dos primeiros aprovados.

⁹² Como as próprias informações gerais sugerem, os impressos não tratavam apenas da educação sergipana mas também do comércio local, economia, lavoura, propagandas de diversos gêneros e atualidades do Brasil e do mundo.

A lista dos primeiros aprovados foi divulgada em 22 de novembro daquele ano, contrariando o que afirmou Nunes (1984, p. 126) quando pontuou que os primeiros exames foram aplicados em 1874, um ano após o decreto de implantação.

Voltando ao Quadro 33, observa-se que a maioria dos impressos era propriedade de diferentes órgãos, porém não são citados os nomes dos colaboradores. Nota-se, também, a vida efêmera dos impressos selecionados – alguns duraram um ou dois anos. Sobre a efemeridade dos jornais, ponderou Santana (2017, p. 70):

Criada por homens maduros atuantes em variadas profissões, como médicos, advogados, professores, padres e farmacêuticos ou por sonhadores estudantes, a maioria dos periódicos tinha vida efêmera devido a dificuldades financeiras ou a perseguições políticas. Entretanto, o desejo de debater e expor seus escritos não arrefecia e muitos colaboradores voltavam a se reunir e criar jornais.

O papel informativo da imprensa, palco dos principais debates, durante a segunda metade do século XIX e início do XX, atendeu aos elementos dos preparatórios expostos na presente pesquisa. Uma dessas evidências é o número significativo de edições levantadas nesses 13 jornais. No geral, sobre assuntos diversos relacionados à temática, têm-se os seguintes números:

Quadro 34 – Levantamento das edições dos jornais que se referem aos exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1873-1930

Jornal	Número de Edições
<i>Jornal do Aracaju</i> (1871-1878)	32
<i>A Liberdade</i> (1873-1874)	1
<i>O Raio</i> (1875-1878; 1880-1885)	6
<i>Jornal de Sergipe</i> (1879-1882)	34
<i>O Democrata</i> (1880-1884)	1
<i>Sergipe</i> (1881-1882)	2
<i>Luz Matinal</i> (1882)	2
<i>O Conservador</i> (1882-1883)	1
<i>Gazeta de Sergipe</i> (1890, 1928-1930)	126
<i>O Município</i> (1893)	2
<i>A Notícia</i> (1896-1897)	63
<i>O Estado de Sergipe</i> (1902-04, 1908-11, 1915)	205
<i>Gazeta do Povo</i> (1921, 1924-1926)	22
Total	497⁹³

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos jornais selecionados.

⁹³ Ver quadro com o resumo de todas essas edições no Anexo B da tese.

Desse quantitativo, 100 edições correspondem aos editais de inscrição, distribuídos em oito jornais e referentes aos anos de 1874, 1875, 1876, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1897, 1902, 1903, 1909, 1910, 1911, 1924 e 1930.⁹⁴ Os editais eram republicados e permaneciam até o último dia de inscrição, o que explica a quantidade de edições em relação aos anos.

Quadro 35 – Editais de inscrição de preparatórios localizados nos jornais, 1874-1930

Jornal	Nº de edições	Mês/Ano
<i>Jornal do Aracaju</i>	10	Out./1874
		Nov./1875
		Out./1876
<i>Jornal de Sergipe</i>	5	Nov./1879
		Nov./1880
		Jun./1881
<i>O Conservador</i>	1	Out./1882
<i>O Democrata</i>	1	Out./1883
<i>A Notícia</i>	1	Jan./1897
<i>O Estado de Sergipe</i>	80	Out./1902
		Dez./1902
		Jul.; Out./1903
		Fev.; Mar./1909
		Jan.; Fev.; Mar./1910
<i>Gazeta do Povo</i>	1	Fev./1911
<i>Gazeta de Sergipe</i>	1	Out./1924
<i>Gazeta de Sergipe</i>	1	Fev./1930
Total de edições	100	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos jornais selecionados.

Ao analisar o Quadro 35, nota-se que, no primeiro ano de funcionamento dos preparatórios em Sergipe, 1873, não foi lançado edital nos impressos selecionados. Mas, conforme visto no item 3.1.1 deste trabalho, os preparatórios não aparecem em forma de edital, mas a partir da apresentação do Decreto nº 5.429 de 2 de outubro de 1873 no *Jornal do Aracaju*, em 29 de outubro do mesmo ano.

Observa-se, também, que o número maior de editais foi publicado no jornal *O Estado de Sergipe*, com 80 edições distribuídas entre os anos de 1902, 1903, 1909, 1910 e 1911, mesmo período em que as Faculdades começavam a se expandir no Brasil, tornando, cada vez mais, a necessidade da realização dos preparatórios como ferramenta de ingresso.

Outro ponto são os meses de recorrência dos editais. Como se pode notar, os editais eram divulgados nas duas épocas de realização dos exames: últimos e primeiros meses do

⁹⁴ Como é possível verificar, há alguns intervalos entre os anos, porém não significa que os editais não foram publicados ou, ainda, que os exames não foram aplicados. Observa-se, nos Quadros 33 e 34, que os próprios jornais não contemplam todos os anos, ininterruptamente, do período aqui delimitado (1873-1934).

ano: a primeira época entre os meses de outubro, novembro e dezembro; e a segunda, entre janeiro e março (correspondente ao ano anterior).

Os editais, independentemente do jornal, continham, em sua maioria, as mesmas informações: o público-alvo, o período e local de inscrição, a edição (primeira ou segunda épocas) o dia da aplicação dos exames, o decreto obedecido e a assinatura do diretor ou secretário do Atheneu Sergipense. Seguem recortes com exemplos de editais publicados nos jornais em questão.⁹⁵

⁹⁵ Exceto o jornal *O Conservador* (dezembro de 1882) por questão de deterioração do documento. Identificou-se que se tratava de um edital pelo título da chamada, apesar de pouco legível.

Figuras 16 e 17 – Recortes do *Jornal do Aracaju* (31-10-1874)⁹⁶ e do *Jornal de Sergipe* (6-11-1880).⁹⁷ Em destaque: editais de inscrição

O Doutor Manoel Luiz Azevedo de Araujo, Delegado especial do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria da Côrte nos exames preparatórios á fazerem se nesta Capital, etc.

Faz saber que, em obediencia do Decreto n.º 5.429, de 2 de outubro do anno passado e Aviso do Ministerio do Imperio de 6 de julho deste anno, os exames geraes de preparatorios, linguas e sciencias, a que se tiverem de proceder nesta capital, começarão no dia 16 do proximo mez de novembro, nos salões do Atheneu Sergipense, ficando aberto o termo de 20 dias, á contar-se do dia 20 do corrente em diante, para as respectivas inscrições, sendo prejudicados todos aquelles que não se inscreverem no dito termo.

E para constar, mandou o mesmo Doutor Delegado por mim Severiano Cardoso, Official maior da Directoria Geral da Instrução publica da provincia, lavrar o presente, qua, pelo mesmo assignado, vae publicado pela imprensa.

Eu Severiano Cardoso, official maior da Directoria Geral da Instrução publica desta provincia de Sergipe, servindo de Secretario dos ditos exames, o escrevi subcrevo nesta Secretaria da mesma instrução, aos quinze dias do mez de outubro de 1874. Assignado pelo Dr. Manoel Luiz Azevedo de Araujo.

O official maior, Severiano Cardoso.

Fonte: Acervo do IHGSE.

De ordem do illm. sr. dr. delegado especial interino do inspector geral da instrução publica da corte, n'esta provincia, faço publico, para conhecimento dos interessados, que se acham abertas n'esta secretaria as inscrições para os exames geraes de preparatórios de linguas e sciencias, inscrições que se encerrarão no dia 8 de novembro proximo vindouro.

Os referidos exames, que serão feitos segundo o ultimo programma organizado pelo conselho director da instrução publica da corte em 1877, deverão começar no dia 15 do mesmo mez.

Outro sim, declaro que para estas inscrições só serão acceptos os attestados dos directores de collegios ou professores que tenham dirigido os estudos dos candidatos conforme prescreve o art. 2º do decreto n.º 4430 de 3 de outubro de 1869.

Secretaria da delegacia especial da instrução publica da corte, no Aracaju, em 27 de outubro de 1880.

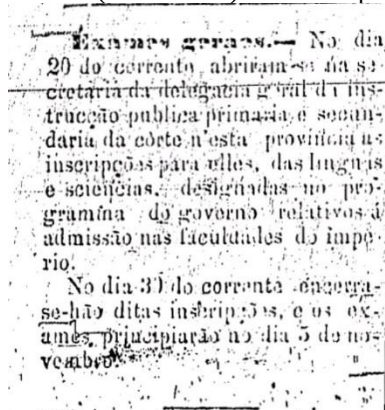
O Secretario,
Jureno de Siqueira Montes.

Fonte: Acervo do IHGSE.

⁹⁶ Por questão de ilegitimidade do documento, segue transcrição: “O Doutor Manoel Luiz Azevedo de Araujo, Delegado especial do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria da Côrte nos exames geraes de preparatorios á fazerem se nesta Capital, etc. Faz saber que, em obediencia do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro do anno passado e Aviso do Ministerio do Imperio de 6 de Julho deste anno, os exames geraes de preparatorios, linguas e sciencias, a que se tiverem de proceder nesta capital, começarão no dia 16 do proximo mez de Novembro, nos salões do Atheneu Sergipense, ficando aberto o termo de 20 dias, a contar se do dia 20 do corrente em diante, para as repectivas inscrições, sendo prejudicados todos aquelles que não se inscreverem no dito termo. E para constar, mandou o mesmo Doutor Delegado por mim Severiano Cardoso, Official maior da Directoria Geral da Instrucção Publica da provincia, lavrar o presente que, pelo mesmo assignado, vae publicado pela imprensa. Eu Severiano Cardoso, Official maior da Directoria Geral da Instrucção Publica desta provincia de Sergipe, servindo de Secretario dos ditos exames, o escrevi nesta Secretaria da mesma instrucção, nos quinze dias do mez de outubro de 1874. Assignado pelo Dr. Manoel Luiz Azevedo de Araujo. O Official maior, Severiano Cardoso.” (*Jornal do Aracaju*, 31 de outubro de 1874, Ano V, nº 531, p. 4).

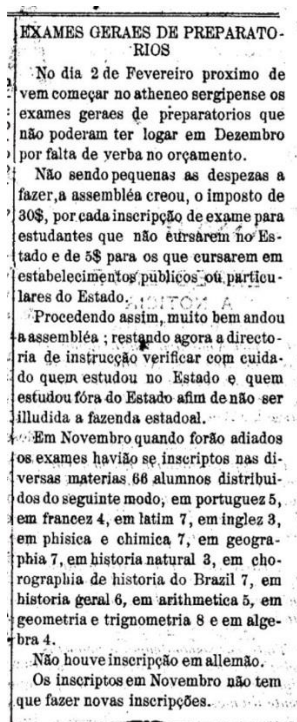
⁹⁷ Por questão de ilegitimidade do documento, segue transcrição: “De ordem do illm. sr. dr. delegado especial interino do inspector geral da instrução publica da corte, n'esta provincia, faço publico, para conhecimento dos interessados, que se acham abertas n'esta secretaria as inscrições para os exames geraes de preparatórios de linguas e sciencias, inscrições que se encerrarão no dia 8 de novembro proximo vindouro. Os referidos exames, que serão feitos segundo o ultimo programma organizado pelo conselho director da instrução publica da corte em 1877, deverão começar no dia 15 do mesmo mez. Outro-sim, declaro que para estas inscrições só serão acceptos os attestados dos directores de collegios ou professores que tenham dirigido os estudos dos candidatos conforme prescreve o art. 2 do decreto n. 4430 de 3 de outubro de 1869. Secretaria da Delegacia dos exames geraes de preparatorios, no Aracajú, em 27 de outubro de 1880. O Secretario, J. de Siqueira Montes.” (*Jornal de Sergipe*, 6 de novembro de 1880, Ano XV, nº 98, p. 3).

Figura 18 – Recorte do jornal *O Democrata* (22-10-1883). Em destaque: edital de inscrição⁹⁸

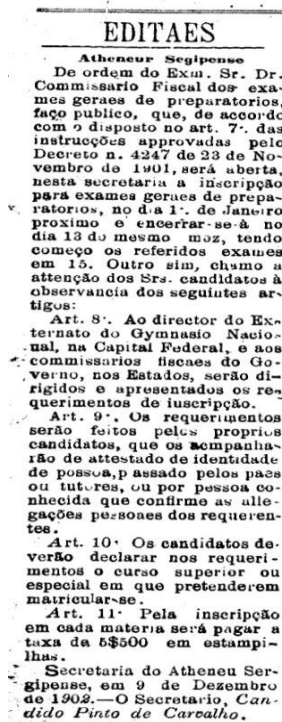


Fonte: Acervo do IHGSE.

Figuras 19 e 20 – Recorte do jornal *A Notícia* (13-1-1897) e do jornal *O Estado de Sergipe* (11-12-1902). Em destaque: editais de inscrição



Fonte: Acervo do IHGSE.



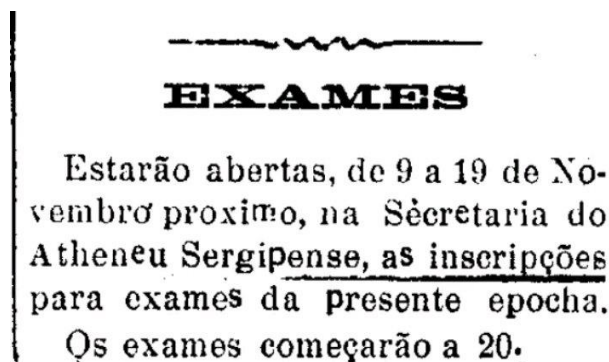
Fonte: Acervo do IHGSE.

⁹⁸ Por questão de ilegitimidade do documento, segue transcrição: “Exames geraes – no dia 20 do corrente, abriam-se na secretaria da delegacia geral da instrução pública primária e secundária da Corte n'esta província as inscrições para elles das linguas e sciências, designadas no programma do governo relativos a admissão nas faculdades do imperio. No dia 30 do corrente encerra-se-hão ditas inscrições, e os exames principiarão no dia 5 de novembro.” (*O Democrata*, 22 de outubro de 1883, Ano 4º, nº 1, p. 1).

Figuras 21 e 22 – Recortes do jornal *O Estado de Sergipe* (28-2-1909) e do jornal *Gazeta do Povo* (27-10-1924). Em destaque: editais de inscrição

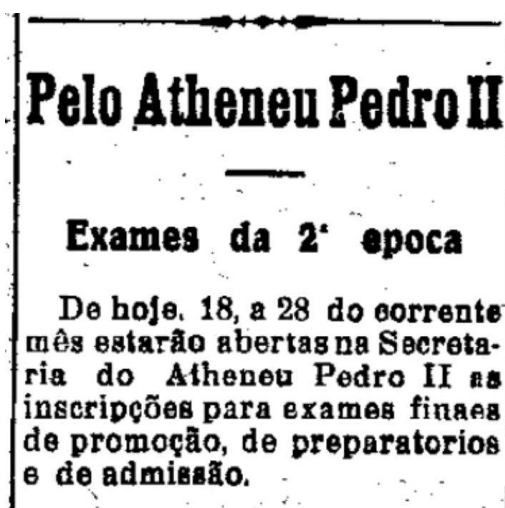


Fonte: Acervo do IHGSE.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Figura 23 – Recorte do jornal *Gazeta de Sergipe* (18-2-1930). Em destaque: edital de inscrição



Fonte: Acervo do IHGSE.

O único jornal em que apresento dois recortes em anos diferentes é *O Estado de Sergipe*, por conta da presença dos editais dos chamados “preparatórios de conjunto” que correspondiam aos exames ancorados no Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, voltados, exclusivamente, para os cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura.

Art. 1º Os candidatos á matricula nos cursos de pharmacia, odontologia, obstetricia, bellas-artes e agrimensura exhibirão, nas escolas respectivas, a certidão de que foram aprovados no exame geral das materias que, para cada um destes cursos, são actualmente exigidas, de accordo com as

disposições desta lei (ART. 1º, DECRETO Nº 1.531, de 15 de outubro de 1906).

No Atheneu Sergipense, os “preparatórios de conjunto” foram aplicados nos anos de 1909, 1910 e 1911, com editais e resultados publicados na imprensa, realizados, concomitantemente, com os exames gerais de segunda época, entre os meses de fevereiro e março.

Os editais divulgados nos jornais não eram apenas veículos de informação, mas de caracterização do regime dos preparatórios em Sergipe, revelando dados que ultrapassam o caráter informativo, sendo também parte da cultura escolar das instituições envolvidas.

5.2 “Exames geraes de preparatorios feitos na delegacia da instrucção publica nesta capital”: análise dos resultados e identificação dos sujeitos, 1873-1934

Para esta análise, foram utilizados, além dos jornais, fontes, como: atas de inscrição, atas dos exames e certidões de habilitação.⁹⁹ Tais documentos levaram aos resultados dos preparatórios dos seguintes blocos de anos: 1873 a 1876, 1879 a 1881, 1889 a 1890, 1897, 1902-1903, 1909 a 1911, 1922 a 1934.

Nota-se que há alguns intervalos cronológicos, dentre eles os anos de 1883, 1882, 1916-1918 e 1921 que, apesar de não terem sido localizados os respectivos resultados nos debates registrados nos Livros de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (Quadros 21 e 22), foram eles aplicados. Tem-se certeza, portanto, da realização dos exames em 35 anos, distribuídos entre o período de 1873 a 1934, correspondendo a uma média de 75 aplicações (levando em conta as duas épocas de cada ano).

A partir desse demonstrativo, foi possível identificar os nomes dos candidatos, a filiação, naturalidade, idade e informações, como se fazia parte do corpo discente do Atheneu Sergipense ou de outra instituição, os exames que prestaram e os respectivos conceitos avaliativos. Vale salientar que os candidatos tinham a liberdade em escolher quais as disciplinas prestar e quando, podendo dividi-las em duas ou mais épocas, o que explica os diferentes números a depender da disciplina e ano. Em outras palavras, se, para a entrada no curso de Medicina, o aluno precisasse apresentar os certificados de 10 disciplinas, mas

⁹⁹ Ver modelos dos documentos no Anexo C da tese.

dessas 10 reprovou em duas, ele poderia prestar as que faltavam na época seguinte, não sendo necessária a prestação, novamente, daquelas que já havia sido aprovado. Identificaram-se diversos exemplos dessa prática que podem ser visualizados no Anexo D desta tese¹⁰⁰, a partir dos nomes repetidos em diferentes anos.

Neste item, porém, o foco será dado à análise do quantitativo de inscrições e resultados de candidatos que prestaram os preparatórios no Atheneu Sergipense, levando em conta as informações constantes nas fontes selecionadas assim como na identificação de alguns sujeitos, a fim de exemplificar as contribuições que os preparatórios tiveram na formação profissional e perpetuação do capital cultural desses intelectuais.

A partir do levantamento desses números, pode-se visualizar a tese aqui defendida, fazendo notar que os exames fizeram parte da cultura escolar do ensino secundário sergipano, trazendo-lhe contribuições que ultrapassaram a mera avaliação discente.

Embora Nunes (1984, p. 126) tenha afirmado que os primeiros exames foram aplicados, em Sergipe, um ano após a sua institucionalização, em 1874, localizou-se, no *Jornal do Aracaju*, em edição do dia 22 de novembro de 1873, a lista nominal dos aprovados deste ano – do mesmo modo, tal fato foi atestado nas Atas da Congregação do Atheneu Sergipense.

Na lista nominal não consta se houve candidato reprovado, apenas os nomes dos aprovados por disciplina, as suas respectivas aprovações (conceitos avaliativos) e a banca, contando com 13 alunos inscritos, todos do sexo masculino: Antônio Baptista de Oliveira Valladão, Antônio de Araújo e Silva, Antônio de Oliveira Freitas, Belisário Pereira de Vasconcellos, Eutychio de Novaes Lins, Félix Barreto de Vasconcellos, Francisco José de Góes Júnior, João Belisário Junqueira, José Antônio de Carvalho Heitor, José Calasans dos Santos, José Cupertino de Moraes, Leonídio Ramos Leite e Ramalho José da Silva.

Segue o quantitativo de candidatos por disciplina e conceitos avaliativos (“aprovado com distinção”, “aprovado plenamente” e “aprovado simplesmente):

¹⁰⁰ Neste anexo, apresento todas as listas nominais localizadas e analisadas, correspondentes aos seguintes blocos de anos: 1873-1876, 1879-1881, 1889-1890, 1897-1898, 1902-1903, 1909-1911, 1922-1934.

Quadro 36 – Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1873

Disciplina	Número de aprovados	Conceitos
Aritmética	4	1 com distinção 3 plenamente
Geografia e História	4	1 com distinção 3 plenamente
Gramática Filosófica	13	1 com distinção 4 plenamente 8 simplesmente
Pedagogia	13	1 com distinção 6 plenamente 6 simplesmente
Total de exames aplicados		34

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal do Aracaju*, 22 de novembro de 1873, Ano V, nº 431, p. 1.

O total de exames aplicados mostra um número ainda tímido em relação aos anos seguintes, evidentemente por ter sido a primeira aplicação e limitação das disciplinas, abrangendo somente aquelas do Curso Normal.

Somente um candidato obteve o conceito “aprovado com distinção” nos exames de todas as disciplinas: Eutychio de Novaes Lins. Isso significava que, além da unanimidade de votos favoráveis nas duas provas (escrita e oral), o aluno se sobressaía com relação ao domínio do conteúdo, apresentando um conhecimento acima da média.

No que se refere aos números de 1874, já é possível observar um aumento significativo no número de inscritos (27) e, conseqüentemente, de exames aplicados. Neste ano, segundo ata da reunião do dia 12 de novembro, foram definidas as bancas dos exames de Pedagogia, Gramática, Religião, Geografia, História, Aritmética e Geometria. No entanto, no *Jornal do Aracaju*, divulgaram-se as listas dos aprovados de Álgebra, Geometria, Filosofia, Geografia, História e Retórica e Poética, obtendo-se o seguinte resultado:

Quadro 37 – Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1874

Disciplina	Número de aprovados	Conceitos
Álgebra	11	5 plenamente 4 simplesmente 2 reprovados
Filosofia	7	3 plenamente 4 simplesmente
Geografia	8	7 plenamente 1 simplesmente
Geometria	11	3 plenamente 8 simplesmente
História	9	5 plenamente 3 simplesmente 1 reprovado
Retórica e Poética	3	1 com distinção

	2 plenamente
Total de exames aplicados	49

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal do Aracaju*, 2 e 5 de dezembro de 1874, Ano VI, nº 540 e 541, p. 3, 2.

Em 1874, algumas disciplinas do curso de Humanidades foram acrescentadas às preparatórias, provocando um aumento no número de exames realizados. Ao ponderar que os primeiros preparatórios realizados em Sergipe datam de 1874, fato já refutado, Nunes (1984, p. 126) cita que, dentre as disciplinas ofertadas, estavam Português, Latim, Francês, Inglês e Aritmética, apresentando dados contrários aos registros do Livro de Atas e aos divulgados no então jornal.

Dentre os candidatos de 1874, destacam-se: Baltazar de Araújo Góes, Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire Júnior, José Ricardo Cardoso, Manoel dos Passos de Oliveira Telles, Melchisedech Mathusalém Cardoso e Silvério Martins Fontes, personagens que se tornaram intelectuais de renome na sociedade sergipana. Nunes (1984) acrescentou a essa lista, Apulcro Mota, porém ele só foi identificado nos exames do ano seguinte (1875).

Dentre os examinandos, é importante destacar José Ricardo Cardoso e Melchisedech Mathusalém Cardoso, irmãos mais novos de Brício Cardoso e Severiano Cardoso, então professor de Retórica e Poética e escriturário, respectivamente, do Atheneu Sergipense. Os irmãos Cardoso (e mais alguns colegas que também prestaram os preparatórios, a exemplo de Eutychio de Novaes Lins e Silvério Martins Fontes) fundaram, em 1872, o jornal estudantil *O Porvir* que, de acordo com Rodrigues (2016, p. 46). Eles podem ter sido “fortemente influenciados pelo irmão-professor Brício Cardoso, tanto por ser lente de Retórica e Poética e trabalhar diretamente com a produção estudantil, como também pelo fato de o professor Brício ser adepto da prática jornalística”.¹⁰¹

Coincidentemente ou não, o único exame prestado por Melchisedech Cardoso e José Ricardo Cardoso, em 1874, foi o de Retórica e Poética, o que suscita a seguinte reflexão: talvez, para aquele ano, os irmãos Cardoso só quisessem testar os seus conhecimentos sobre a disciplina ministrada pelo irmão mais velho, sob a influência do mesmo, já que era uma

¹⁰¹ Conforme verificado por Gally (2004), o professor Brício Cardoso atuou como redator dos jornais *O Republicano*, que circulou entre os anos de 1890 e 1898; e do *Jornal do Aracaju*, em 1894. Além de ter participado de publicações da *Gazeta de Aracaju* (1879-1899), do *A Notícia* (1896-1898) e do *O Estado de Sergipe* (1898-1904), foi também um dos idealizadores do jornal estudantil do Atheneu Sergipense, *O Necdalus*, em 1909.

disciplina que representava um conhecimento essencial para a prática jornalística que desenvolviam.

O resultado foi o mais provável: Melchisedech fora o único aprovado neste exame “com distinção”, apresentando, além da unanimidade dos membros da banca, excelência e domínio nas provas escrita e oral; quanto ao seu irmão, recebeu o conceito de “aprovado plenamente”, o que significa que obteve, por unanimidade, votos favoráveis dos examinadores, porém pouco abaixo do domínio intelectual apresentado por Melchisedech.

Contudo, a reflexão dos conceitos avaliativos atribuídos carece de alguns cuidados. Chamo a atenção pelo fato de o professor Brício Cardoso ter participado na condição de avaliador, tendo em vista que era o lente catedrático da cadeira, portanto presidente da banca que atestou a aprovação dos próprios irmãos. A princípio, pode-se concluir que não houve imparcialidade do professor Brício, dado o grau de parentesco com os examinandos.

No entanto, de acordo com estudos, a exemplos daqueles realizados por Gally (2004) e Santos (2010), sobre a atuação deste intelectual no Atheneu Sergipense e frente à disciplina que lá ministrara, o professor Brício desenvolvera um trabalho sério, ético, cuidadoso e prestigiado por seus pares, da mesma forma que atestam as discussões registradas nas Atas da Congregação em que desenham a imagem de um professor responsável e comprometido com os assuntos educacionais, o que lhe rendera homenagens na imprensa.¹⁰²

Assim, chega-se ao entendimento de que não houve interferência ou favorecimento de Brício Cardoso na avaliação atribuída aos seus irmãos-examinandos e de que, na ocasião, eles não prestaram os exames com a intenção imediata de entrada nas Academias, deixando essa pretensão para o ano seguinte. Assim, o domínio dos conteúdos apresentado pelos irmãos Cardoso no preparatório da disciplina Retórica e Poética torna evidente o capital cultural que possuíam, advindo do meio familiar, bem como a busca da manutenção desse capital.

Para o ano seguinte, foram localizados os resultados referentes às disciplinas de Álgebra, Filosofia, Inglês, Latim e Português.

¹⁰² Ver edições nº 34 e 35, dos dias 21 e 22 de novembro de 1924, do jornal *Gazeta do Povo*. Na ocasião, foi nomeada uma comissão de professores do Atheneu Sergipense para prestar homenagens a Brício Cardoso, dado o seu falecimento. A comissão foi formada por Arthur Fortes, Abdias Bezerra, Leonardo Leite, Clodomir Silva e Alcebíades Paes, intelectuais também renomados. Como o falecimento ocorreu durante o período de aplicação dos preparatórios, foram eles suspensos por um dia.

Quadro 38 – Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1875

Quadro 58 – Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1875		
Disciplina	Número de aprovados	Conceitos
Álgebra	28	1 com distinção
		16 plenamente
		11 simplesmente
Filosofia	25	2 com distinção
		23 plenamente
Inglês	23	2 com distinção
		9 plenamente
		12 simplesmente
Latim	22	1 com distinção
		14 plenamente
		7 simplesmente
Português	40	2 com distinção
		15 plenamente
		14 simplesmente
		9 reprovados
Total de exames aplicados		138

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal do Aracaju*, 1, 8 e 25 de dezembro de 1875, Ano VII, nº 646, 648 e 653 e 541, p. 4, 4 e 4.

Com relação ao ano de 1874, observa-se um crescimento do número de exames realizados de, aproximadamente, 80%. A disciplina de Português, obrigatória para a matrícula em todos os cursos superiores, foi aquela com mais alunos inscritos e aprovados e a única que apresentou reprovações. Observa-se um equilíbrio nos números dos demais exames, diferente do que ocorreu nos anos anteriores.

Contando com 90 inscritos, distribuídos nessas cinco disciplinas, perfazendo um total de 138 exames, constata-se que a maioria dos candidatos se inscreveu em apenas um. Daqueles que se inscreveram em três ou mais exames, têm-se João Baptista Sacerdote (Álgebra, Filosofia, Inglês e Latim), José Felício Tota Júnior (Álgebra, Latim e Português) e Melchisedech Mathusalém Cardoso (Álgebra, Filosofia e Inglês).

O fato de Melchisedech Cardoso ter prestado tais exames em 1875 (e 1876) dá evidência ao que foi afirmado anteriormente: que a pretensão ao ter prestado somente o exame de Retórica e Poética, em 1874, não era a de adentrar, de imediato, nos cursos superiores. Ou ainda: que alguns alunos optavam em prestar os exames de acordo com a distribuição das disciplinas, por ano, do curso secundário ao qual estavam matriculados.

Fechando o primeiro bloco de resultados (que vai de 1873 a 1876), observou-se que o número de exames realizados continuou crescendo. Porém, o número de inscritos foi menor que o ano de 1875, com um total de 74 candidatos. Essa diminuição pode ter sido uma consequência do primeiro período de instabilidade dos preparatórios do Atheneu Sergipense, iniciado em 1876 com os embates entre os professores Tito Augusto Souto de

Andrade e Ascendino Ângelo dos Reis. Mas, apesar da diminuição do número de candidatos, houve o aumento de exames aplicados em relação aos três primeiros anos, sinalizando que muitos prestaram dois ou mais preparatórios.

Quadro 39 – Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1876

Quadro 55 - Resultado dos exames de preparatórios no ano de 1876		
Disciplina	Número de aprovados	Conceitos
Francês	33	7 plenamente
		12 simplesmente
		14 reprovados
Geografia	26	11 plenamente
		10 simplesmente
		5 reprovados
Inglês	23	2 plenamente
		9 simplesmente
		12 reprovados
Latim	28	13 plenamente
		9 simplesmente
		6 reprovados
Português	47	17 plenamente
		15 simplesmente
		15 reprovados
Retórica	15	1 com distinção
		2 plenamente
		12 simplesmente
Total de exames aplicados		172

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Jornal do Aracaju*, 29 de novembro, 6 e 13 de dezembro de 1876, Ano VIII, nº 753, 755 e 757, p. 4, 4 e 4.

A partir dos conceitos avaliativos, percebeu-se a recorrência de reprovações. Das seis disciplinas examinadas, houve reprovação em cinco. Como Português era a área de maior demanda, o índice de reprovação também foi maior. Assim como ocorreu nos outros anos, os nomes dos reprovados ou “desertados” (como chamavam aqueles que abandonavam as provas antes do tempo permitido) não eram divulgados – apenas, a quantidade.

Vale salientar que os resultados apresentados nos Quadros 36, 37, 38 e 39 referem-se aos exames de primeira época, aqueles realizados ao final de cada ano. Para os candidatos reprovados eram concedidas novas chances na segunda época, realizada nos três primeiros meses do ano seguinte.

Como os exames possuíam validade de quatro anos, os candidatos tinham tempo para prestá-los novamente em caso de reprovação ou de aprovação abaixo do desejado, uma vez que as notas obtidas nos preparatórios influenciavam a posição do estudante no momento da entrada no curso superior.

Assim, aqueles que possuíam a média de conceitos entre o “com distinção” e “plenamente” em todas, ou na maioria das disciplinas, tinham mais chances de ingresso,

ficando entre os primeiros colocados. Quanto ao conceito “simplesmente”, não era garantia de acesso, apesar de considerado aprovado, ficando o aluno sujeito à lista dos excedentes, a depender da concorrência.

Voltando aos números de inscritos, os anos de 1873, 1874, 1875 e 1876 somaram uma média de 204 candidatos. Pela dificuldade no levantamento de dados biográficos desse grupamento, levando em conta também a participação daqueles oriundos de outras Províncias, destacaram-se apenas alguns nomes de sergipanos a título de exemplos, por bloco de anos, como já feito com os irmãos Cardoso, porém, de forma mais sintetizada, a fim de analisar algumas características morfológicas entre eles, como: influências familiares, para onde foram após a prestação dos exames e qual o curso superior escolhido.

Quadro 40 – Candidatos que prestaram os exames de preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1873 e 1876 e posteriores formações acadêmicas

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Filiação	Ano dos exames	Formação posterior/instituição
Alfredo Theodoro Cordeiro Guaraná	1853	São Cristóvão	Theodoro Cordeiro e Guaraná Andreina Moniz de Menezes Guaraná	1875-1876	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia
Antônio Militão Bragança	1860	Laranjeiras	Doutor Francisco Alberto de Bragança e Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança	1875-1876	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia
Apulchro da Motta Rabello	1857	São Cristóvão	Francisco da Motta Rabello e Maria Angélica da Motta Tojal	1875-1876	Dedicou-se aos cargos públicos (escriturário, secretário, procurador fiscal, inspetor, dentre outros. Foi, também, um dos sócios honorários do IHGSE)
Baltazar d’Araújo Góes	1853	Itaporanga	Capitão Francisco José de Góes e Maria Rosa de Araújo Melo	1874	Dedicou-se ao magistério primário e secundário (foi prof. Do Atheneu Sergipense)
Eutychio de Novaes Lins	1852	Lagarto	Joaquim de Pádua Lins e Maria Joaquina de Pádua Lins	1873	Dedicou-se ao magistério primário e secundário (foi prof. Do Atheneu Sergipense)
Fabício Carneiro Tupinambá Vampré	1852	Estância	João Gualberto Carneiro e Josefa Carlota da Silva	1874-1875	Atuou como professor primário; Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia (primeiros anos) e

						Faculdade do Rio de Janeiro (anos finais)
Felisbello Firmo de Oliveira Freire Júnior	1858	Itaporanga	Felisbello Firmo de Oliveira Freire e Rosa do Amarante Góes Freire	1874-1875		Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia
José de Aguiar Botto de Barros	1855	São Cristóvão	Tenente Coronel João de Aguiar Botto de Barros e Helena de Accioli de A. Barros	1874		Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife
José Rodrigues da Costa Dória	1859	Propriá	Gustavo Rodrigues da Costa Dória e Maria Soledade Costa Dória	1875-1876		Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia. Ocupou, também, cargos políticos em Sergipe e o magistério superior baiano
Manoel dos Passos d'Oliveira Telles	1859	Nossa Senhora do Socorro	Antônio Moniz Telles e Maria Luiza de Oliveira Pita	1874-1875		Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife. Mas, antes, tentou graduar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro
Melchisedech Mathusalém Cardoso	1860	Estância	Joaquim Maurício Cardoso e Joana Batista de Azevedo Cardoso	1874-1875		Ciências Sociais de Jurídicas – Faculdade de Direito do Recife
Silvério Martins Fontes	1858	São Cristóvão	Bel. José Martins Fontes e Francisca Xavier Gomes Fontes	1874-1875		Medicina – Faculdade do Rio de Janeiro

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das listas dos resultados divulgadas no *Jornal do Aracaju* (1873-1876) e do *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925)

A partir das características dos jovens (com idades entre 14 e 22 anos) que prestaram os preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1873 e 1876, destacam-se nomes de personagens que se consagraram em suas respectivas áreas de formação, sobrenomes de familiares reconhecidos e a procura, em sua maioria, pelos cursos de Medicina e Direito das Faculdades da Bahia e Recife-PE. Destacam-se, também, aqueles que se dedicaram à docência após prestarem os exames de preparatórios.

Muitos desses intelectuais ganharam prestígio e reconhecimento, fruto das atuações e serviços que desenvolveram em Sergipe e em outros Estados. Um exemplo disso foi José Rodrigues da Costa Dória que, após prestar os preparatórios, mudou-se para a Bahia, onde cursou Medicina. Baseado em sua formação acadêmica, exerceu cargos clínicos e de professor de nível superior, ocupando diversas cadeiras do curso de Medicina na capital baiana.

A sua notoriedade e prestígio ultrapassaram as paredes da clínica e Faculdade, fazendo-o ingressar em cargos políticos, como os de Deputado Federal e Presidente do Estado de Sergipe. Assim como ele, os seus irmãos mais novos, João Rodrigues da Costa Dória e Pedro Rodrigues da Costa Dória, seguiram os seus passos ao prestarem os preparatórios em anos posteriores e ingressarem em Medicina e Farmácia (todos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia), tornando evidente o capital cultural e influência familiar.

Outro caso parecido com o dos irmãos Costa Dória é o de Alfredo Theodoro Cordeiro Guaraná. Como o próprio sobrenome indica, Alfredo era o irmão caçula de Armindo Cordeiro Guaraná, autor do *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (1925), fonte utilizada no presente estudo.

Na época em que Alfredo prestou os preparatórios, Armindo Guaraná já era graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Embora com escolhas profissionais distintas, a carga intelectual familiar certamente foi um fator decisivo no momento do ingresso do estudante no ensino secundário, prestação dos preparatórios e pretensões acadêmicas futuras, assim como também aconteceu com os irmãos Melchisedech Mathusalém Cardoso e José Ricardo Cardoso.

As contribuições que os preparatórios tiveram no processo de formação desse grupo de intelectuais exposto no Quadro 40, assim como daqueles que participaram das edições seguintes, ultrapassam o entendimento de uma mera avaliação discente, tendo em vista que havia muitos outros fatores envolvidos que carecem ser destacados, como: a cultura escolar do ensino secundário que se desenhara a partir da institucionalização dos exames, o capital cultural dos examinandos, as influências que desencadearam o desejo pela formação acadêmica e o prestígio adquirido a partir dessas escolhas que começaram ainda no curso de Humanidades.

Nos Quadros 36 a 39, foram apresentados os dados por ano, individuais, por possuírem configurações mais instáveis do ponto de vista dos planos de estudos, uma vez que a aplicação iniciou-se somente com as cadeiras do curso Normal e que, a partir do ano seguinte, as de Humanidades foram sendo introduzidas.

A partir do segundo bloco de anos, que vai de 1879 a 1881, os exames passaram a contar com uma oferta de disciplinas mais estável, sendo as mesmas nesses três anos. No entanto, os resultados de 1881, apesar de contar com as mesmas matérias, não apresentam os conceitos avaliativos, tendo em vista que o levantamento foi realizado com base numa

lista de convocação. Nestas convocações, dependendo do número de inscritos por disciplina, havia a divisão por turmas, que não excediam o total de 12 candidatos e mínimo de seis.

Alguns exemplos: nos exames de Português (que, conforme já visto, era uma das disciplinas de maior demanda) nos anos de 1879, 1880 e 1881, contou com 52, 32 e 58 inscritos, respectivamente. Nesses casos, foram divididos em cinco, três e seis turmas. Se o número total de inscritos fosse 13, como no caso do exame de Inglês em 1879, eram criadas duas turmas, uma com seis candidatos e a outra, com sete.

Segue quadro com o levantamento dos resultados:

Quadro 41 – Resultados dos exames de preparatórios, 1879-1880

Disciplinas	1879	Distribuição por conceito	1880	Distribuição por conceito	1881
Álgebra	25	5 plenamente + 9 simplesmente + 6 reprovados + 5 ausentes	26	3 plenamente + 20 simplesmente + 3 ausentes	22
Aritmética	47	17 plenamente + 16 simplesmente + 1 reprovado + 3 ausentes	38	1 com distinção + 7 plenamente + 20 simplesmente + 3 reprovados + 7 ausentes	39
Filosofia	21	9 plenamente + 10 simplesmente + 2 ausentes	24	4 plenamente + 14 simplesmente + 2 reprovados + 4 ausentes	33
Francês	52	3 com distinção + 22 plenamente + 24 simplesmente + 2 reprovados + 1 ausente	34	4 com distinção + 12 plenamente + 9 simplesmente + 6 reprovados + 3 ausentes	28
Geografia	32	2 com distinção + 17 plenamente + 10 simplesmente + 2 reprovados + 1 ausente	45	2 com distinção + 9 plenamente + 19 aprovados + 6 reprovados + 9 ausentes	31
Geometria	40	1 com distinção + 9 plenamente + 15 simplesmente + 1 reprovado + 14 ausentes	36	1 com distinção + 2 plenamente + 23 simplesmente + 5 reprovados + 5 ausentes	27
História	24	7 plenamente + 13 simplesmente + 2 reprovados + 2 ausentes	26	2 com distinção + 6 plenamente + 16 simplesmente + 2 ausentes	10
Inglês	13	4 com distinção + 9 simplesmente	32	3 plenamente + 9 simplesmente + 15 reprovados + 5 ausentes	21
Latim	24	2 com distinção + 8 plenamente + 13 simplesmente + 1 ausente	19	8 plenamente + 4 simplesmente + 6 reprovados + 1 ausente	29
Português	52	1 com distinção + 17 plenamente + 24 simplesmente + 8 reprovados + 2 ausentes	32	2 com distinção + 7 plenamente + 8 simplesmente + 10 reprovados + 5 ausentes	58
Retórica e Poética	20	3 com distinção + 4 plenamente + 9 simplesmente + 3 reprovados + 1 ausente	15	1 com distinção + 6 plenamente + 2 simplesmente + 6 ausentes	13
Total	350		327		311

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos relatórios da Instrução Pública divulgados no *Jornal de Sergipe*, 20-3-1880, 22-3-1881, 6/9-7-1881 Anos XV e XVI, nº 25, 22, 59 e 60.

Os dados foram extraídos dos relatórios anuais apresentados pela Secretaria da Instrução Pública e divulgados no *Jornal do Aracaju*. Tais relatórios não apresentavam os nomes dos alunos, apenas o quantitativo a partir dos conceitos avaliativos. A lista nominal

foi localizada em outro impresso, no *Jornal de Sergipe*, em forma de convocação, portanto, sem os respectivos resultados.

Observa-se uma queda do número total de exames aplicados nos anos de 1880 e 1881. Vale lembrar que uma das possíveis causas para esse decréscimo, embora pouco significativo, tenha se dado pelo período de instabilidade que o sistema dos preparatórios atravessou entre os anos de 1880 e 1883.

Mesmo atravessando momentos turbulentos e concorrência do Colégio Parthenon Sergipense, o Atheneu Sergipense atendeu a um número superior de candidatos. Enquanto o Parthenon Sergipense, em 1880, aplicou 305 exames, o Atheneu Sergipense aplicou 327. Essa superação seria identificada, também, no ano seguinte.

Outro ponto importante é com relação aos inscritos. O ano de 1880 foi o primeiro momento em que houve a presença das mulheres na condição de examinandas. De um universo de 174 pessoas inscritas, somente duas eram mulheres: Delfina Nobre e Maria Josephina da T. Correia. Na ocasião, a primeira solicitou os exames de Francês e Geografia; enquanto a segunda, somente de Geografia.¹⁰³

No ano seguinte, em 1881, Maria Josephina voltou a se inscrever no mesmo exame prestado em 1880, indicando ter reprovado na primeira tentativa. Com ela, também se inscreveu a candidata Joanna Sampaio de Lima, nos exames de Português, Francês e Geografia. Mais uma vez, dentre os 157 inscritos em 1881, 155 eram homens. Tais números, embora discrepantes, ajudam a compreender que a mulher sergipana, apesar da sociedade patriarcal da época, desejava ingressar no ensino superior.

Sabe-se, que neste momento, o ensino das mulheres era ministrado em escolas exclusivamente femininas, a exemplo da Escola Normal, criada em 1877, ou através da educação doméstica particular.¹⁰⁴ Essa predominância masculina nos cursos secundários era uma demonstração do que também ocorria no ensino superior, uma vez que o primeiro levava ao segundo. Para elas, “prevalecia uma noção de educação feminina voltada ao aprendizado das prendas domésticas e de boas maneiras, calcada em uma formação moral que as preparavam para o casamento e a maternidade” (BARRETO; SILVA, 2021, p. 6).

¹⁰³ Sobre Delfina Nobre, neste momento já era casada com o coronel Francisco Antônio de Carvalho Nobre. Juntos, tiveram um filho chamado Pelino Francisco de Carvalho Nobre (GUARANÁ, 1925). O fato de ela ter prestado os preparatórios, sendo casada e mãe, não comum à época, levou a algumas indagações: estaria a candidata em condição de viuvez (já que a separação não era bem vista socialmente)? Ou recebeu a permissão do marido? São perguntas que se configuram numa problemática de pesquisa instigante.

¹⁰⁴ De acordo com Freitas (2002, p. 49), a Escola Normal era vista pelas moças sergipanas como uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, uma vez que o exercício da docência era aceito socialmente e considerado uma extensão do trabalho doméstico.

Em estudo recente sobre a trajetória formativa de Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque, primeira mulher pernambucana a graduar-se em Medicina em 1892, Barreto e Silva (2021) ponderam sobre as influências e incentivo que a família da intelectual empreendeu em seu percurso estudantil, sendo marcos difusores em sua formação superior, coisa que não era comum na época, independentemente do poder aquisitivo familiar.

Ao que nos parece, os esforços empreendidos pelos pais de Maria Amélia para que ela continuasse seus estudos remontam a uma espécie de ‘tradição familiar’ perpetuada entre os Cavalcanti de Albuquerque. [...] Dentre as estratégias utilizadas pelos Cavalcanti de Albuquerque para conquistarem sua notoriedade, estava justamente o preparo de seus rebentos para inseri-los na vida pública ou em ramos profissionais de prestígio, a exemplo da profissão médica, em ascensão no século XIX (BARRETO; SILVA, 2021, p. 8).

Ao descreverem como se deu o processo de entrada de Maria Amélia no curso de Medicina através dos preparatórios, as autoras afirmaram que a personagem prestou exames nos anos de 1880 a 1884, ou seja, quatro anos de preparação e busca pelo conjunto de exames que lhe garantiriam o ingresso nos estudos superiores.

Ao trazer este caso, pretende-se fazer algumas análises e contrapontos com os exemplos de Sergipe, já que o fator do capital cultural das famílias, possivelmente, também pode ter influenciado nas decisões e liberações para as alunas sergipanas prestarem os preparatórios no Atheneu Sergipense em 1880 e 1881.

Outro ponto pode ser analisado: assim como Maria Amélia, as três moças sergipanas prestaram os exames de forma parcelada, fato que demonstra a entrada tardia das mulheres também no ensino superior. Enquanto os homens prestavam exames em, no máximo, três anos seguidos, as mulheres levavam mais tempo para a obtenção dos certificados, tendo em vista que a maioria delas cursava as disciplinas avulsamente, através do ensino doméstico, diferente dos rapazes, matriculados em instituições que reuniam o ensino de todas as disciplinas exigidas nos preparatórios.

A partir dos levantamentos e identificação dos sujeitos inscritos no período que vai de 1879 a 1881, é possível afirmar que os primeiros pleitos de moças sergipanas, para a prestação dos preparatórios no Atheneu Sergipense, ocorreram em 1880 e 1881 – diferente do que se levou a entender Teles e Oliveira em seus três artigos publicados entre os anos de 2006 e 2007.

Nestes três artigos, os autores corroboraram as abordagens feitas por Haidar (1872) sobre o ensino secundário, reduzindo-o a “apenas um meio de instruir os jovens para a aprovação nos exames de preparatórios” que se “limitava em demasia o universo educacional da época” (TELES; OLIVEIRA, 2007, p. 122). Tal ponto de vista já foi aqui refutado com base na dualidade que o secundário apresentava, cabendo aos candidatos a escolha em seguir a trajetória acadêmica ou concluir os cursos de Humanidades e Normal e lançarem-se no mercado de trabalho. Mas, ao reconhecerem que ingressar nos estudos superiores era uma aspiração dos pleiteantes aos preparatórios, os autores analisaram a presença de quatro mulheres dentre os candidatos dos anos de 1889 e 1890 bem como a formação das respectivas bancas examinadoras com informações parciais sobre esses intelectuais.

Ainda para esses autores, as primeiras mulheres que solicitaram inscrição nos preparatórios do Atheneu Sergipense foram: Laura de Britto Sant’Anna, Elisa d’Oliveira, Anna Lobão e Flora de Alencar em fins da década de 1880 e início de 1890. No entanto, a partir da análise das fontes selecionadas para a presente pesquisa, foram identificadas inscrições das três moças já mencionadas (Delfina Nobre, Maria Josephina da T. Correia e Joanna Sampaio de Lima) em 1880 e 1881.

Nos anos seguintes, outras mulheres também marcaram presença nas edições dos preparatórios, embora em porcentagem mínima. A sua representatividade começa a ser mais significativa nas duas últimas décadas de vigência do regime, embora os homens ainda representassem mais de 90% do número total de inscrições, conforme se apresenta no decorrer desta seção.

Entre os anos de 1879 e 1881, perfizeram um total de 431 candidatos que, juntos, prestaram cerca de 988 exames. Dentre eles, muitos foram os que ingressaram nos cursos superiores e se destacaram profissionalmente. Seguem alguns exemplos:

Quadro 42 – Candidatos que prestaram os exames de preparatórios no Atheneu Sergipense entre os anos de 1879 a 1881 e posteriores formações acadêmicas

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Filiação	Ano dos exames	Formação posterior/ instituição
Fausto de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Félix Zefirino Cardoso e Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso	1879	Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife
Félix Diniz Barretto	1846	Itabaiana	Antônio Diniz Barretto e Mariana Joaquina de S. José Barretto	1880	Dedicou-se ao magistério. Tornou-se professor do Atheneu Sergipense e da Escola Normal
Francisco Teixeira de Faria Júnior	1860	Estância	Francisco Teixeira de Faria e Leonor Maciel de Faria	1879-1880-1881	Farmácia – Faculdade de Medicina da Bahia. Tornou-se, também, professor de aulas avulsas em Estância, bem como, no Atheneu Sergipense e Escola Normal
Gamaliel da Cunha Britto	1861	Maruim	Prudêncio Constâncio da Cunha Britto e Minerva Maria do Bomfim Britto	1880-1881	Farmácia – Faculdade de Medicina da Bahia
Gumercindo de Araújo Bessa	1859	Estância	Urbano Joaquim da Soledade e Francisca Carolina de Araújo Bessa	1880	Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife
João Alves de Gouveia Lima	1863	Porto da Folha	Antônio Alves de Gouveia Lima e Clara Maria de Gouveia	1880-1881	Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife
João de Araújo Lima	1865	Aracaju	João José de Araújo Lima e Rosa Angélica de Araújo Lima	1879-1880-1881	Direito – Faculdade de Direito do Recife
Joaquim do Prado de Sampaio Leite	1865	Aracaju	Joaquim do Prado de Araújo Leite e Lídia Carolina Alves Sampaio	1881	Direito – Faculdade de Direito do Recife
José Matheus de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Félix Zefirino Cardoso e Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso	1879	Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito do Recife
Luiz Barbosa Madureira Freire	1862	Maruim	Francisco da Silva Freire e Maria Accioli de Madureira Freire	1880-1881	Farmácia – Faculdade de Medicina da Bahia
Maximino de Araújo Maciel	1866	Vila do Rosário	João Paulo dos Santos e Maria Clara dos Santos de Araújo Maciel	1879-1880-1881	Direito e Medicina – Faculdades do Rio de Janeiro
Serafim Vieira de Almeida	1868	Itaporanga	João Paulo Vieira da Silva e Rosa de Almeida Vieira Sobral	1881	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das listas dos resultados divulgadas no *Jornal de Sergipe* (1879-1881) e do *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (GUARANÁ, 1925).

Nota-se que os preparatórios de 1879 contaram com a presença dos irmãos Fausto de Aguiar Cardoso e José Matheus de Aguiar Cardoso, em que prestaram os exames de Aritmética, Geometria e Retórica e Poética, depois de cursarem o secundário na Bahia de onde, possivelmente, vieram em posse dos demais exames exigidos. Segundo os levantamentos de Guaraná (1925), José Matheus foi examinado também no Colégio Parthenon Sergipense neste mesmo ano e ambos ingressaram na mesma faculdade e curso, porém bacharelaram-se em meses diferentes no ano de 1884.

Filhos de Tenente-Coronel, pessoas de destaque social, os irmãos de Aguiar Cardoso tiveram as escolhas profissionais semelhantes, mas destinos diferentes. Após formarem-se em Direito, exerceram o cargo de promotoria pública em alguns municípios sergipanos. Com esta experiência, Fausto Cardoso mudou-se para o Rio de Janeiro, e seu irmão, para Manaus/AM.

No Rio de Janeiro, seu campo de atuação se ampliou como advogado, sociólogo, político, jornalista, poeta e professor (de nível secundário e superior) após ser nomeado por Benjamin Constant. Retornando a Sergipe, com o espírito político aflorado e, segundo Guaraná (1925, p. 153), “[...] confirmando a fama de orador eloquente, de estilo elegante e enérgico”, embrenhou-se de vez na vida política anos a fio, provocando embates partidários efervescentes que lhe custou a vida em agosto de 1906, assassinado no Palácio do Governo em Aracaju.

O movimento liderado por Fausto Cardoso antes da sua morte causou a renúncia do então Presidente do Estado, Guilherme de Campos, irmão de Olímpio Campos. Anos depois, os filhos de Fausto Cardoso vingaram sua morte, quando, no Rio de Janeiro, assassinaram o Monsenhor Olímpio Campos.¹⁰⁵

Quanto a José Matheus de Aguiar Cardoso, no Amazonas, teve uma vida mais tranquila. Exerceu cargos da promotoria pública, de secretário do governo, diretor de biblioteca, redator de jornais, chegando também a atuar como professor de ensino secundário e superior, cadeiras que ocupou até a sua morte na capital amazonense. Assim, fica evidente o capital cultural (nos estados incorporado e objetivado) dos irmãos de Aguiar Cardoso, ainda como estudantes secundaristas e o quanto esses fatores e instituições contribuíram para a formação desses intelectuais.

¹⁰⁵ Mais informações sobre os feitos e revolta de Fausto Cardoso, ver Souza (2003; 1985; 1982).

Quanto à realização dos exames, em 1880, Félix Diniz Barretto, aos 34 anos, o mais velho da turma, foi avaliado nas disciplinas de Latim, Português, Francês, Inglês, Retórica e Geometria, porém não ingressou nos cursos superiores, optando pela carreira docente, seguindo os passos do seu pai, Antônio Diniz Barretto. Ambos foram professores do Atheneu Sergipense. O pai compôs o primeiro quadro da instituição, em 1871; Félix, em 1885, foi o responsável pelas cadeiras de Latim e Pedagogia (esta última, na Escola Normal).

Outro exemplo de dedicação à docência foi Francisco Teixeira de Faria Júnior, considerado por Guaraná (1925, p. 191) um “nobre mister educador da mocidade”. Entre os anos de 1879, 1880 e 1881, ele prestou os exames de Retórica e Poética, Geometria, Geografia e Inglês. Mesmo após a conclusão do curso de Farmácia na capital baiana, regressou a Sergipe e adotou o professorado como carreira, preenchendo as cadeiras de Latim e Francês na cidade de Estância. Após alguns anos, mudou-se para Aracaju onde foi nomeado professor de Matemática da Escola Normal e de Geometria e Trigonometria do Atheneu Sergipense, jubilando-se em 1915.

Na lista completa (Anexo D) de inscritos dessa mesma época consta também o nome de Rogaciano Magno de Leão Brazil que, embora não o destaque no Quadro 42, carece algumas considerações. Ele foi mais um que, após prestar os exames nos anos de 1879 e 1880, dedicou-se à educação ao criar um colégio em Maruim e pretendido fundar mais um, voltado aos preparatórios, em Aracaju, conforme exposto no item 4.2 deste trabalho.

Os preparatórios não foram relevantes só para aqueles que buscavam o bacharelismo, mas também para uma significativa parcela dedicada ao magistério, possibilitando, conforme ponderou Santos (2013a, p. 51), ao investigar as relações entre o ofício docente e a elite letrada de Sergipe do século XIX:

[...] inferir que a ocupação docente detinha um lugar importante na trajetória de formação e inserção dos membros da elite letrada sergipana. Após a fase de dedicação aos estudos, seja no âmbito doméstico, seja na forma escolar, e atingir o nível minimamente requerido (neste caso, pelo menos o Secundário, ou equivalente), esses sujeitos procuraram se inserir na vida econômica (SANTOS, 2013a, p. 51).

Com Gumercindo de Araújo Bessa, os caminhos foram diferentes. Após cursar os ensinos primário e secundário em Estância, mudou-se para a Bahia, onde frequentou o Seminário Arquiepiscopal entre os anos de 1876 e 1879, regressando a Sergipe antes de

concluir o curso canônico “para abraçar outra carreira que mais se harmonizasse com as tendências naturais do seu espírito” (GUARANÁ, 1924, p. 212).

A partir das listas de inscritos, identificou-se a presença de Gumercindo Bessa na edição do ano de 1880 em que solicitou os exames de Inglês, Aritmética e Geometria. Sabe-se que tal intelectual formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, mas sabe-se também que, para ingressar neste curso, eram exigidos os certificados de outros exames além daqueles prestados pelo examinando em 1880, a exemplo de Português e Retórica e Poética.

Levando em consideração a aplicação de exame no Atheneu Sergipense, em 1880, de todas as disciplinas exigidas para a matrícula no curso jurídico, essas pendências podem ser justificadas a partir das seguintes hipóteses: Gumercindo teria prestado tais exames na Bahia antes do seu regresso a Sergipe ou, ainda, tê-las prestado em Recife, antes do início das aulas superiores.

Após a conclusão do ensino superior, de onde saiu com aproveitamento acima da média, segundo “juízo autorizado da Congregação dos lentes da Faculdade, habilitado para ensinar direito em qualquer universidade do mundo” (GUARANÁ, 1925, p. 212), Gumercindo Bessa destacou-se entre os seus pares, chegando a ocupar cargos, como o de promotor, juiz, desembargador, deputado e jornalista político, todos em Sergipe, onde permaneceu até o seu falecimento no dia 24 de agosto de 1913.

Um caso curioso foi a participação de João Alves de Gouveia Lima nas edições dos preparatórios de 1880 e 1881. O examinando era aluno do curso secundário do Colégio Parthenon Sergipense, instituição que à época também aplicava tais exames; no entanto, o estudante optou em prestá-los no Atheneu Sergipense. Teria, o Atheneu, mais visibilidade e reconhecimento?

Daquele mesmo momento, não se pode deixar de destacar a figura de Joaquim do Prado Sampaio Leite que, na ocasião, prestou os exames de Português e Francês enquanto ainda cursava Humanidades no Atheneu Sergipense, matriculando-se no curso jurídico em 1884. Assim como Prado Sampaio, seus colegas que também ingressaram na Faculdade de Direito do Recife naquela época, foram fortemente influenciados por Tobias Barreto e compuseram um movimento denominado de “surto de ideias novas”, de onde saíram figuras, ilustres a exemplo dos intelectuais sergipanos destacados no Quadro 42.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Mais informações sobre a trajetória de Prado Sampaio ver o artigo desenvolvido por Nelson Santana Santos (2016) em comemoração ao sesquicentenário do intelectual.

Com idades entre 13 e 21 anos (com exceção de Félix Diniz Barretto, com 34), os candidatos que prestaram os exames entre os anos de 1879 e 1881 fizeram parte de uma elite com um capital cultural diferenciado que se desdobraram entre o ofício docente e os estudos superiores. As influências que receberam durante o período escolar e superior dos familiares e terceiros foram decisivas para as escolhas profissionais. A preparação que tiveram nas instituições escolares ou aulas domésticas que frequentaram, ao adotarem o regime dos preparatórios, funcionaram como instrumentos de reprodução social, visando à ascensão dos avaliados e futuros médicos, farmacêuticos, engenheiros e advogados.

Para o levantamento dos números correspondentes aos anos de 1889 e 1890, foram utilizadas as declarações e atas de inscrição localizadas no CEMAS, contabilizando 671 folhas avulsas. Por ser um documento administrativo, constavam informações mais completas, diferentes daquelas divulgadas nos jornais em anos anteriores.

São atas com o pedido do requerente, seguido do “atestado infra”, informações pessoais (filiação e naturalidade) e o atestado de que o candidato já possuía outros exames ou se era a primeira vez que a ele se submetia. Tal atestado correspondia ao parecer do professor de aula avulsa e/ou de alguma instituição secundária, comprovando a habilitação do aluno na disciplina que pretendia prestar e as respectivas declarações/comprovantes de inscrição.

Na época, os exames custavam 5.250 réis para candidatos de fora do Estado e 3.150 réis para os sergipanos. Esses valores eram cobrados por disciplina e não pelo conjunto delas. Nos comprovantes de pagamentos constava também a assinatura do então Fiscal dos exames, representante do Governo, Galdino Telles de Menezes.

Como ilustração, segue o pedido de inscrição do aluno Elias do Rosário Montalvão, no ano de 1889, para o exame de Francês, seguido do “atestado infra” (assinado por Geminiano Paes de Azevedo – então professor do Atheneu Sergipense) e comprovante de pagamento:

Figura 24 – Declaração de inscrição, 1889

M. Senr. D. Delegado Especial dos exames gerais de preparatórios da Escola desta Prov.^a
Inscruva-se. Delegação Especial dos exa-
mes gerais de preparatórios, 23 de Outu-
bro de 1889. J. S. de Menezes.

Elias do Rosário Montalvão, tendo prestado exame de
Português, e estando habilitado para fazer exame de Francês, como prova
com o atestado supra, pede a V.ª que se digno mandar inscrever o
mal listal dos examinandos da referida matéria
Vestes termos

I. Depoimento

E. R. M.

Aracaju, 23 de Outubro de 1889.
Elias do Rosário Montalvão L.

Attesto que o sr Elias do Rosário Montalvão se
acha habilitado para fazer exame de francês,
e que são de seu punho a letra e firma de sua petição.
Aracaju 23 de outubro de 1889.
O professor
Geminiano Dias de Aguiar.

Fonte: Acervo do CEMAS.

Figura 25 – Guia/comprovante de inscrição e pagamento, 1889

Nº 20 **GUIA**

O Snr. Elías de Jesus Montalván
para poder inscrever-se em Francés nos exames geraes de preparatorio
que se tem de proceder perante esta Delegacia, vai pagar na Recebedoria Provincial o
imposto de que trata o § 52 do art. 2.º da Lei n 1341 de 31 de Agosto de 1888, convindo
declarar que o referido snr. cursou a materia na provincia

Delegacia Especial do Inspector Geral da Instrucção publica da Côrte, no
Aracajú, em 23 de Outubro de 1889.

O Delegado,
Dr. Celso Tellez de Menezes

Nº 453
adul
Paga tres mil e cento e
cincoenta reis.
Monte

4450
34150

Fonte: Acervo do CEMAS.

Pelas informações contidas no requerimento e comprovante, tratava-se de aluno matriculado no Atheneu Sergipense, atestado por professor da instituição. Dos 73 alunos inscritos em 1889, 11 vieram de outras localidades, como: Alagoas, Ceará, Paraíba do Norte e Pernambuco. Em 1890, dos 80 inscritos, cinco foram de Alagoas, Bahia e Paraíba do Norte. Juntos, perfizeram um total de 170 (em 1889) e 168 (em 1890) exames.

Um dado importante diz respeito aos estudantes alagoanos que prestaram os exames em 1889. Nos respectivos requerimentos, eles se apresentaram como internos do Colégio São João, localizado na cidade de Penedo. Essa mesma instituição também aplicava os preparatórios, conforme relatado no jornal *Sergipe* em 13 de dezembro de 1881. Há duas hipóteses para esclarecer essa questão: primeira, o Atheneu Sergipense ter mais reconhecimento, valendo o esforço de se deslocarem de Estado; segunda: o Colégio São João ter encerrado suas atividades como aplicadora antes de 1889.¹⁰⁷

Com base na lista desse período (Anexo D), percebe-se que o registro da filiação era mais recorrente entre os candidatos advindos de outras localidades, certamente como forma de comprovar a veracidade do documento, assim como a instituição ou aula secundária que fossem matriculados, atestadas as habilitações nas disciplinas requeridas.

Quanto aos números de inscritos nos anos de 1889 e 1890, segue a distribuição por disciplina:

Quadro 43 – Inscrições nos exames de preparatórios, 1889-1890

Disciplina	Nº de insc./1889	Nº de insc./1890	Total
Álgebra	7	2	9
Aritmética	14	10	24
Corografia e História do Brasil	-	12	12
Filosofia	7	9	16
Francês	34	25	59
Geografia	7	17	24
Geometria	16	7	23
História	10	16	26
Inglês	25	16	41
Latim	13	8	21
Português	28	33	61
Retórica	9	13	22
Total de exames solicitados	170	168	338

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Declarações e Atas de Inscrição dos preparatórios, 1889-1890 (Acervo do CEMAS).

¹⁰⁷ Não foram localizados indícios que confirmem tais hipóteses. No entanto, investigar os exames de preparatórios em outros Estados faz parte de pretensões futuras.

Ao comparar os números com aqueles divulgados nos anos de 1879 a 1881, verifica-se que em 1889 e 1890, houve uma redução de mais de 50% no número de inscritos e, conseqüentemente, de exames aplicados por ano – uma redução sem justificativa aparente uma vez que o sistema dos preparatórios já havia superado o seu segundo período de instabilidade.¹⁰⁸

Quanto às disciplinas, observa-se que “Corografia e História do Brasil” não teve inscritos em 1889; Português, Francês e Inglês foram as de maior demanda nos dois anos; as disciplinas como Física, Química e Alemão não fizeram parte da oferta porque, no curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, naquele ano, não havia essas cadeiras criadas. Esse fato resultou em abaixo-assinado, antes da realização dos preparatórios de fim de ano por parte de alguns alunos, tendo em vista que a habilitação e os certificados em tais matérias eram exigidos para a matrícula nos cursos de Medicina (as três disciplinas) e Direito (destas, somente Alemão) desde o ano de 1879, de acordo com o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de mesmo ano.

Segue transcrição do abaixo-assinado, com a identificação dos alunos:

Os abaixo assignados estudantes dos preparatórios desejando estudar as seguintes matérias: Allemão, Chymica e Physica de accordo com a Reforma da Instrucção Publica, vêem respeitosamente te pedir a VEx.^a que és digno de criação dessas cadeiras, visto a não existencia dellas ser prejudiciais aos mesmos.

Nestes termos pedem deferimento:

E. R. Me.

Aracaju, 7 de fevereiro de 1889.

Emílio Pessoa de Oliveira

Odilon C. de Azevedo

José Fernandes de Barros

João de Oliveira Freitas

Romero de Britto Santanna

Americo d'Oliveira

José Joaquim Fernandes

Pedro da Silva Marques

Salvador Fernandes da L. (ABAIXO-ASSINADO, Atheneu Sergipense, 7 de fevereiro de 1889. Ref. Cx. 101, pc. 29FASS05 - CEMAS).

¹⁰⁸ Não se descarta a possibilidade desses números serem outros, pois como se trata de páginas avulsas, muitas podem ter se degradado ou terem sido perdidas nas mudanças de prédios. Como não foram localizados os resultados dos respectivos exames nos impressos, trabalhou-se com base nas pacotilhas disponíveis no CEMAS.

Um ano mais tarde do que pretendiam os solicitantes, as disciplinas foram acrescentadas aos planos de estudos da instituição, conforme anexos apresentados por Alves (2005a, p. 270), tornando evidente que medidas foram tomadas.

Nunes (1984), ao ponderar sobre a situação do ensino secundário sergipano e as suas disciplinas nos anos de 1890, reforçou o que pensava a respeito do sistema dos preparatórios, reduzindo-o ao “mero acesso aos cursos superiores”, apontando também que, neste mesmo ano, cadeiras secundárias de Estância e Laranjeiras foram extintas.

Desapareciam as cadeiras secundárias que funcionavam em Laranjeiras e Estância, passando o ensino secundário a gravitar em torno da Capital, continuando, porém, visto como mero acesso às escolas superiores. Compreendia, apenas, as disciplinas exigidas pelos preparatórios: Língua e Literatura Nacional, Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Inglesa ou Alemã, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Ciências Físicas e Naturais, Retórica e Poética e Filosofia Histórica (NUNES, 1984, p. 179).

Ao contrário do que afirmou a autora, conforme exposto no Quadro 30¹⁰⁹ deste trabalho, as aulas avulsas dos dois municípios citados não foram extintas naquele momento, conforme informações contidas em relatórios divulgados nos jornais. Sobre as disciplinas que foram acrescentadas de acordo com os programas oficiais, a autora não levou em consideração o desejo dos alunos da Capital que, conforme apresentado com base no abaixo-assinado, reivindicaram tais inclusões; portanto, não foi algo que ocorreu sem interferências ou por acaso.

Dos estudantes que assinaram o documento, somente quatro deles prestaram os exames entre os meses de novembro e dezembro daquele ano: Odilon C. de Azevedo, José Fernandes de Barros, João de Oliveira Freitas e José Joaquim Fernandes.

Além deles, através da identificação dos nomes e sobrenomes de todos que requereram exame, notou-se que a presença de irmãos, pai e filho ou de pessoas com grau de parentesco próximo, foram um diferencial dos exames realizados em 1889 e 1890. Alguns exemplos: os irmãos Alfredo Accioli do Prado e Augusto Accioly do Prado; Alípio Telles de Menezes, Aristóteles Telles de Menezes, Jucundino Telles de Menezes e Antônio Gastão Telles de Menezes; Félix Diniz Barretto e Arthur Diniz Barretto; Odilon Cariolano de Azevedo e Octacílio Austricliano de Azevedo; Alfredo Lobão e Anna Lobão.

¹⁰⁹ Cf. pág. 164.

Alguns desses nomes ou sobrenomes já foram mencionados em casos anteriores, como o de Félix Diniz Barreto que, antes de tornar-se professor do Atheneu Sergipense, prestou os exames em 1880. Em 1889, já ocupando as cadeiras de Pedagogia e Latim da instituição, submeteu-se aos exames de Francês, Inglês, Português e Retórica. Quanto ao seu filho, Arthur Diniz Barretto, foi examinado em Português e Francês.

Teria o professor Félix Diniz prestado os exames como forma de incentivo ao seu filho? Ou seria uma condição necessária para a manutenção do seu trabalho? Quanto a essa última indagação, recorreu-se aos regulamentos internos do Atheneu Sergipense e da Instrução Pública, mas não se obteve resposta. É uma questão que despertada interesse, visto que, neste mesmo período, o professor Balthazar Góes, recém-membro do mesmo corpo docente do Atheneu Sergipense e da Escola Normal, também se submeteu aos exames de História, Retórica, Inglês e Aritmética.

Outros casos ligados estritamente ao Atheneu Sergipense referem-se aos filhos do professor Alfredo de Siqueira Montes, Alfredo Montes Júnior; e dos filhos do primeiro diretor do estabelecimento (Manuel Luiz Azevedo d'Araújo), Odilon Cariolano de Azevedo e Octacílio Austricliano de Azevedo.

À época com 14 anos, Alfredo Montes Júnior prestou os exames de Inglês, Português e Francês após receber do “[...] seu progenitor os primeiros rudimentos de instrução” (GUARANÁ, 1925, p. 18). Matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, de onde foi expulso por indisciplina. Em seguida, passou pela Escola Politécnica e pela Faculdade de Direito; no entanto, não concluiu nenhuma. Segundo Guaraná (1925), assuntos pessoais fizeram com que Alfredo Júnior retornasse a Sergipe onde se dedicou ao funcionalismo público, ao magistério (foi professor do Atheneu Sergipense) e à imprensa.

Quanto aos filhos de Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, as informações a que se teve acesso foram incipientes. De Odilon Cariolano não foram localizados indícios. Mas, o seu irmão Octacílio Austricliano foi biografado por Guaraná (1925) que o descreveu como comerciante, guarda-livros, poeta e jornalista. Como já foi possível notar em algumas passagens do presente trabalho, a vida de Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, embora tenha sido um homem público e notável, foi um emaranhado de acontecimentos, muitos ainda por desvendar.

Quando seus filhos prestaram os preparatórios, Manuel Luiz já havia falecido, Apesar disso, sabe-se que as instruções iniciais foram dadas por ele. Tanto Odilon quanto Octacílio já possuíam, em suas bagagens, muito do capital cultural deixado pelo pai, uma

herança que os fizeram dar continuidade aos estudos, a reivindicarem direitos (como no caso da inclusão das disciplinas preparatórias) e vislumbrarem a entrada nos cursos superiores.

Destaca-se também o caso dos irmãos Lobão, Alfredo Lobão e Anna Lobão. Conforme já sinalizado anteriormente, nos anos de 1889 e 1890, quatro mulheres submeteram-se aos preparatórios: Elisa de Oliveira, Laura Britto Sant’Anna, Flora de Alencar Menezes e Anna Lobão.¹¹⁰ Somente Anna prestou exame com um familiar, sendo examinada em Português e Francês. Quanto ao seu irmão, em Latim, Retórica, Geografia, História e Filosofia.

No entanto, Alfredo não compareceu à prova escrita do exame de História por motivo de saúde, conforme requerimento e atestado médico entregues na Secretaria do Atheneu Sergipense e encaminhados ao Fiscal dos preparatórios em 3 de dezembro de 1890:

Ao cidadão Dr. Delegado Especial dos exames geraes de preparatorios n’este Estado.

Requer. Delegacia Especial dos exames geraes de preparatorios, 3 de Dezembro de 1890.

Alfredo Lobão, tendo se retirado da prova escripta de Historia Universal por achar-se incomodado como prova attestado juncto, pedi-vos para submetterl-o (...).

Nestes termos, pede deferimento.

Aracaju, 3 de dezembro de 1890

Alfredo Lobão

ATESTADO POR:

Olyntho Rodrigues Dantas, Doutor em (...)

Attesto que o Sr. Alfredo Lobão soffreu um eccesso nervoso que o impediu de hoje concluir a prova escripta do exame de Historia Universal.

Aracaju, 3 de Dezembro de 1890.

Dr. Olyntho Rodrigues Dantas. (ATESTADO MÉDICO, 3 de dezembro de 1890 – Ref. Cx. 18, pc. 66FASS02 - CEMAS).

Apesar de a especialidade do médico atestante estar ilegível, nota-se que a causa apresentada por ele se referiu ao psicológico (excesso nervoso). Sobre o médico, vale salientar que prestara os preparatórios no Atheneu Sergipense nos anos de 1875 e 1879, ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde recebeu o título em 1885 – nota-se, pois, que ele regressara a Sergipe, com clínica em Aracaju.

Olyntho Rodrigues Dantas, além de clinicar, lecionava nas cadeiras de Latim e Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense. Naquela ocasião, compunha a banca examinadora de Inglês. Teria ele, presenciado o “excesso nervoso” do aluno, já que os

¹¹⁰ Sobre elas, não se pode afirmar, com base nos exames que prestaram em 1889 e 1890, que ingressaram nos cursos superiores, tendo em vista que se inscreveram somente entre duas e três disciplinas.

exames das diversas disciplinas ocorriam concomitantemente e, com isto, o afastou da prova munido de atestado? Sobre essa solicitação, não há o parecer do responsável, somente o atestado anexado ao requerimento. Nessas situações, observou-se que o aluno era remanejado para outras turmas, caso existissem, ou para uma avaliação individual.

Em resumo, a partir dessas explanações e levantamentos sobre os exames realizados nos anos de 1889 e 1890, pode-se tirar algumas conclusões: 1) os alunos se movimentaram a favor da inclusão de disciplinas preparatórias que não eram ofertadas no Atheneu Sergipense; 2) os professores secundários se submeteram aos exames; 3) as mulheres, embora em número bastante desigual em relação aos homens, buscavam seu espaço na educação secundária e superior; 4) o capital cultural herdado do seio familiar foi um fator presente nos exemplos utilizados.

Quanto ao número dos exames realizados em fevereiro de 1897, é necessário fazer algumas ponderações: conforme discutido anteriormente, o último período de instabilidade do regime no Atheneu Sergipense iniciou em 1896, com restabelecimento em 1897, razões que causaram alguns adiamentos. Dito isso, os exames aplicados em fevereiro de 1897 corresponderam à primeira época de 1896 que, em tempos normais, teriam a sua realização entre os meses de novembro e dezembro.

Dos 99 inscritos, todos do sexo masculino, não se sabe quantos pertenciam a Sergipe e quantos vieram de outros Estados, uma vez que os dados foram extraídos do jornal *A Notícia*, em que foram divulgados somente os nomes dos candidatos, turmas, disciplinas e conceitos avaliativos (contudo, não consta se houve reprovados, apenas os aprovados “com distinção”, “plenamente” e “simplesmente”).

Foram aplicados os exames de nove disciplinas: Aritmética, Física e Química, Francês, Geografia, Geometria e Trigonometria, História Universal, Inglês, Latim e Português.

Quadro 44 – Resultado dos exames de preparatórios, fevereiro de 1897 (referentes à primeira época de 1896)

Disciplina	Número de aprovados	Conceitos
Aritmética	6	Observação: conceitos avaliativos não especificados
Física e Química	20	4 plenamente 16 simplesmente
Francês	20	2 plenamente 15 simplesmente 3 sem conceitos*
Geografia	24	10 plenamente 14 simplesmente
Geometria e Trigonometria	34	13 plenamente

		21 simplesmente
História Universal	29	7 plenamente
		22 simplesmente
Inglês	33	2 com distinção
		16 plenamente
		15 simplesmente
Latim	27	4 plenamente
		23 simplesmente
Português	33	10 plenamente
		23 simplesmente
Total de exames aplicados		226

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do jornal *A Notícia*, 10, 11, 12, 17, 18, 19 e 20 de fevereiro de 1897, Ano II, nº 273, 274, 275, 279, 280, 281 e 282.

Apesar do período instável devido à falta de verba, os números de 1897 apresentaram certa expressividade em relação àqueles de períodos menos conflituosos, mostrando um equilíbrio de examinandos nas disciplinas, exceto em Aritmética.

Nota-se que, apenas em Inglês, houve dois aprovados “com distinção” – trata-se de Aníbal Freire da Fonseca e João de Andrade Fontes. Dentre os demais examinandos, estiveram os Pimentel Franco (Albano do Prado Pimentel Franco Júnior, Alfredo do Prado Pimentel Franco Júnior e Francisco de Barros Pimentel Franco Júnior).

Há um dado no *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano* (1925) sobre Albano Franco Júnior que, a partir das listas de resultados dos preparatórios, pode-se apontar como equivocado. Guaraná (1925) afirmou que o intelectual nasceu em Laranjeiras em 1880, no entanto, cursou Humanidades e prestou os preparatórios no Colégio S. Salvador, sediado na capital baiana. O que se constatou foi que, embora ele tenha feito o ensino secundário em Salvador, foi no Atheneu Sergipense que prestou os exames, no ano de 1897, que versaram sobre as disciplinas de Geometria e Trigonometria e Física e Química. Logo após, ingressou no curso de Medicina da Faculdade da Bahia.

Trajetória parecida teve Francisco Franco Júnior que cursou o secundário e Medicina na Bahia. Para a entrada na faculdade, prestou o exame de Geometria e Trigonometria em Sergipe. Sobre o outro parente, Alfredo do Prado Pimentel Franco Júnior, não se obteve informações, apenas que se submeteu ao exame de Latim, mas não foi possível apontar em qual curso superior pretendia ingressar.

Tanto Albano quanto Francisco, após a formatura, regressaram e clinicaram em Sergipe. O primeiro, além da prática médica, dedicou-se à política na condição de deputado estadual, o segundo, embora não tenha exercido cargos políticos, esteve à frente de algumas comissões delegadas pelo governo do Estado. Portanto, a partir do estudo dos preparatórios

e da trajetória daqueles que participaram do regime, pode-se afirmar que a família Pimentel Franco, além de pertencerem à elite sergipana no século XIX, estiveram envolvidos na política já nos primeiros anos do século seguinte e, como se sabe, até os dias atuais.¹¹¹

Outras figuras detentoras de capital cultural prestaram os exames em 1897, tais como: Adolpho Rabello Leite, Aristides da Silveira Fontes Júnior, Arthur Simeão da Motta, Elias do Rosário Montalvão e João Maynard.¹¹²

Quanto aos exames da primeira época de 1897, que seriam realizados ao final do ano, foram adiados para fevereiro de 1898. Entretanto, não foram localizadas as listas de inscritos ou resultados nas fontes analisadas, apenas duas folhas avulsas com considerações do professor Daniel Campos, então presidente da banca de História Geral e Corografia do Brasil, relatando a presença do seu irmão, Cândido Campos, entre os examinandos. Dessa forma, pondera sobre a sua neutralidade de julgamento e atribuição de conceito.

Ao Dr. Delegado especial dos exames geraes de preparatorios.
Na qualidade de presidente da commissão examinadora dos preparatorios – Historia Geral e Chorographia do Brazil – offereço-vos as seguintes considerações com relação a incompatibilidade que presumo existir para começar na presente banca. Considerando que faz parte dos examinandos nas referidas materias o meu irmão, Candido Campos e que na distribuição do grau tenho de intervir. Considerando que a approvação plena tem lugar com o consenso de todos os membros da commissão, e nulo fez (...) o meu parecer.
Considerando finalmente que, ainda quando no julgamento, meu juiso não se manifestasse redundância em circumstancia em prejuiso do meu irmão, (...) sem o consenso de toda a commissão o examinando não poderá ter a approvação plena ou supperior, assim vos consulto e aguardo a vossa deliberação.
Saude e fraternidade.
Aracaju, em 23 de junho de 1898
O professor Daniel Campos. (CONSIDERAÇÕES DO PRESIDENTE DA BANCA, 23 de junho de 1898, Ref. Cx. 118, pc. 67FASS06 – CEMAS).

Diante deste relato, nota-se que a preocupação do examinador girou em torno do grau conferido ao irmão, uma vez que o aluno só poderia ser considerado “aprovado plenamente” com a unanimidade dos votos da banca, na qual o seu foi anulado devido ao grau de parentesco.

¹¹¹ Foi possível identificar, também, a presença dos filhos desses intelectuais nas edições dos preparatórios a partir dos anos de 1920, fazendo notar a perpetuação do capital familiar.

¹¹² Todos biografados por Guaraná (1925).

Tendo em vista que os níveis de aprovação interferiam na posição do aluno no momento da entrada nas Academias, os relatos do professor se tornam compreensíveis, levando em conta que os demais membros da banca votaram favoravelmente, atribuindo o conceito “plenamente”.

O professor certamente quis ponderar o fato de considerar e avaliar as provas do aluno da mesma forma que os seus colegas e que, se não fosse o seu irmão, também atribuiria o respectivo conceito. Mas, como eram parentes, atendeu à obrigação de não se de pronunciar perante ao Fiscal para possíveis deliberações que não viessem prejudicar o candidato. No entanto, mesmo sem a localização do parecer do responsável, o pedido possivelmente fora indeferido – tendo em vista a obediência aos regulamentos e decretos, que eram incisivos sobre a questão da ética durante o processo avaliativo. O correto a ser feito após a identificação do grau familiar seria a substituição do tal examinador ou, conforme ele optou, a anulação do seu voto.

Os dados levantados dos anos de 1897 e 1898, ainda que correspondam a um período de instabilidades, fizeram notar a expressiva demanda e atividades desenvolvidas por uma determinada banca. Quanto aos examinandos, continuaram sendo um retrato daquilo apresentado desde a institucionalização do regime: detentores de capitais, influenciados e influentes.

Partindo para os resultados do início do século XX, especificamente dos anos de 1902 e 1903, o levantamento foi feito a partir do impresso *O Estado de Sergipe*, com os informes e editais de convocação recorrentes entre os meses de outubro a dezembro, referindo-se aos exames de primeira época. Foi um momento que apresentou números bem discrepantes. Enquanto o ano de 1902 contou com 19 inscritos, no ano seguinte, foram 165, com 38 e 515 exames aplicados, respectivamente.

Quadro 45 – Inscrições nos exames de preparatórios, 1902-1903

Disciplina	Nº de insc./1902	Nº de insc./1903	Total
Álgebra	1	-	1
Aritmética	1	-	1
Aritmética e Álgebra	-	71	71
Física e Química	11	59	70
Francês	-	54	54
Geografia Geral e Corografia do Brasil	-	52	52
Geometria	6	-	6
Geometria e Trigonometria	-	66	66
História Universal e Especialmente do Brasil	2	33	35
História Natural	11	48	59

Inglês	1	39	40
Latim	5	33	38
Português	-	60	60
Total de exames solicitados	38	515	553

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do impresso *O Estado de Sergipe* (outubro e novembro de 1902; novembro e dezembro de 1903).

A resposta para tais discrepâncias foi localizada em edital divulgado no próprio jornal. A edição de 1902 foi destinada somente para os alunos que se encontravam pendentes em até três preparatórios, conforme telegrama encaminhado pelo Ministro Interior, Sabino Barroso Júnior, em 13 de setembro de 1902. Portanto, para aqueles que prestariam pela primeira vez, precisou aguardar os exames do ano seguinte, resultando em alta demanda.

Ainda sobre os levantamentos de 1902, em postagem oficial assinada pelo secretário do Atheneu Sergipense, Cândido Pinto de Carvalho, têm-se que 19 candidatos inscritos nos preparatórios pretendiam ingressar nos cursos de Farmácia, Direito, Medicina, Odontologia, Obstetrícia e na Escola Politécnica – a maioria estava pendente nos exames de Latim, Geometria, Física e Química e História Natural.

Do ponto de vista da oferta das disciplinas, observam-se dinâmicas entre elas que, em 1902, foram ofertadas separadamente, em 1903 compuseram uma só cadeira, assim como nota-se uma maior oferta no último ano, já que os alunos de 1902 já possuíam cerca de 70% dos certificados.

Do total de 184 candidatos que se inscreveram nesses dois anos, apenas uma era mulher: Julieta de Góes Santos. Das 10 disciplinas ofertadas em 1903, a candidata prestou oito (Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Física e Química, Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil, e História Universal e Especialmente do Brasil), número maior em relação às examinandas dos anos anteriores.

Dentre os 183 rapazes, destaca-se: Florentino Telles de Menezes – evidenciando a influência recebida dos Telles de Menezes já mencionados. Ilustre sergipano que, anos depois de ter prestado os exames, se tornou jornalista, professor do Atheneu Sergipense e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912).

Outro caso pontual envolvendo a oferta dos exames em Sergipe ocorreu entre os anos de 1909 e 1911: os chamados “preparatórios de conjunto”, já mencionados anteriormente. Determinados pelo Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, tal conjunto de exames eram voltados, exclusivamente, para aqueles que desejavam ingressar nos cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura; para os demais, permaneceram os exames gerais e os exames de madureza.

Embora o Decreto datasse de 1906, só foram aplicados no Atheneu Sergipense com esse formato, em 1909, a partir da equiparação da instituição com o Colégio Pedro II, sendo uma das principais condições, conforme rezava o Art. 2º:

O exame, que tem por fim verificar si o candidato adquiriu cultura necessaria para iniciar os estudos a que se propõe, realizar-se-ha na Capital Federal, perante o Gymnasio Nacional, e em outras localidades do paiz, perante os estabelecimentos a elle equiparados que ahi existam (ART. 2ª, DECRETO Nº 1.531, de 15 de outubro de 1906).

Seguem os resultados dos anos de 1909, 1910 e 1911, levando em conta, em Sergipe, só houve inscritos nos exames de conjunto para os cursos de Farmácia e Odontologia:

Quadro 46 – Resultados dos preparatórios de conjunto aplicados no Atheneu Sergipense, 1909-1911

Curso	1909	1910	1911
Farmácia	5 (1 plenamente; 3 reprovados; 1 não compareceu)	2 (1 plenamente; 1 simplesmente)	6 (3 plenamente; 3 simplesmente)
Odontologia	5 (1 plenamente; 1 simplesmente; 2 reprovados; 1 não compareceu)	4 (2 plenamente; 2 simplesmente)	7 (3 plenamente; 4 simplesmente)
Nº de inscritos	10	6	13

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do jornal *O Estado de Sergipe* (16 de abril de 1909; 16 de outubro de 1910; 11 de outubro de 1911).

Dentre os 29 candidatos que prestaram os exames de conjunto, têm-se três mulheres: Cesartina Régis, aspirante ao curso de Farmácia, sendo a única aprovada em tal pleito em 1909; Esther Guimarães e Guiomar Calazans, ambas aprovadas plenamente, em 1911, para o curso de Odontologia.

Guaraná (1925) biografou a candidata Guiomar Guimarães: era filha de coronel, natural de Aracaju, nascida em 1891, ou seja, prestou os preparatórios com 20 anos, após cursar as aulas da Escola Normal. Há um equívoco nas datas apresentadas por Guaraná (1925), pois o autor afirma que Guiomar formou-se em Odontologia, pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1912. Porém, o então curso tinha duração de quatro a cinco anos, não sendo possível a estudante ter concluído em apenas um.

Enquanto normalista, Guiomar era engajada com a prática jornalística, vindo a contribuir com os jornais *Diário da Manhã* e com o *Necydalus* – este último, de caráter estudantil e fundado pelos alunos do Atheneu Sergipense. Diante disso, corrobora-se o

pensamento de Rodrigues (2020) ao afirmar que havia uma rede de articulação de alunos de diversas instituições nos jornais estudantis.

Em um de seus escritos jornalísticos de 1912, usando um pseudônimo de “Celina Valder”, Guiomar tece homenagens a Esther Guimarães (que também prestou os preparatórios de conjunto para o curso de Odontologia em 1911). Teria surgido um laço de amizade a partir dos preparatórios e entrada nos estudos superiores? Segundo Nunes (1984, p. 200), Esther Guimarães cursou Humanidades no Atheneu Sergipense, diferente de Guiomar, fato que traz indícios sobre possíveis aproximações e articulações entre os candidatos aos exames, durante ou após a sua prestação.

Dentre os 26 rapazes que também se submeteram aos exames de conjunto, embora não os tenha identificado nos escritos de Guaraná (1925), destacam-se: Adherbal Fontes de Cardoso e Misael Vianna, candidatos em 1909; Demócrito Rocha e Zenon Tourinho de Moraes, de 1910; Hamilton Pinto de Oliveira e Pedro Montalvão, de 1911.

Sobre Zenon Tourinho, faz-se a seguinte observação: essa não foi a primeira vez em que candidato prestou os exames. Oito anos antes, em 1903, foi avaliado nos preparatórios de Português, Francês e Aritmética e Álgebra. Muitos desses casos podem ser identificados nas listas anexadas, evidenciando que nem todos eram aprovados na primeira tentativa. Embora não se tenha localizado um modelo de prova escrita, há indícios de que havia um rigor e nível compatível com aquele esperado pelas Academias, fato comprovado a partir do levantamento das reprovações, dos pontos das provas e publicações nos jornais.

Partindo para os anos de 1922 a 1934, os números foram levantados a partir das atas da Congregação do Atheneu Sergipe, atas e livros de inscrição e resultados e das certidões. Juntos, somaram mais de 1.300 folhas (entre folhas avulsas e páginas de livros).

A partir desse *corpus* documental, por conter informações mais completas dos rituais desenvolvidos pelo corpo administrativo e docente do Atheneu Sergipense durante a realização dos preparatórios, foi possível extrair outros dados além daqueles já apresentados até aqui, como por exemplo: quantidade de alunos sergipanos e de outros Estados (e quais), filiação, inscrição dos matriculados no Atheneu Sergipense e de “alunos estranhos” (alunos matriculados em outras instituições), homens x mulheres e composições das bancas examinadoras.

Sobre as composições das bancas examinadoras, é necessário fazer algumas ponderações: devido à logística de sua formação, apesar de ter em mãos os documentos que as descrevem, deparou-se com uma infinidade de nomes, tendo em vista que eram três

examinadores por disciplina e um mesmo professor participava de diversas mesas na condição de avaliador, presidente ou suplente.

Conforme sinalizado no início do presente item, há evidências da realização dos preparatórios em 35 anos, distribuídos entre o período de 1873 a 1934. Levando em conta que cada ano possuía duas épocas, totalizando 70 edições e, em cada edição, eram ofertadas uma média de 12 disciplinas, significa dizer que foram formadas cerca de 840 bancas examinadoras, cravando assim, a dificuldade no levantamento desses dados e identificação desses intelectuais, mas que se configuram como objetos de pesquisas futuras.

A presente investigação, porém, deteve-se nos principais rituais de formação de bancas identificados nas fontes analisadas. Desde a institucionalização do regime em Sergipe, as mesas avaliadoras eram formadas mediante eleição dos congregados do Atheneu Sergipense e/ou nomeadas pelo Governo, o que significa dizer que diversos personagens preencheram tais demandas, não se restringindo somente aos professores da instituição.

Identifiquei nomes de padres, advogados, farmacêuticos, médicos e engenheiros atuantes em suas áreas profissionais, sem a necessidade do exercício da docência; bastava-lhes o conhecimento e afinidades com a disciplinas escolares em questão. O mesmo ocorreu com os próprios professores: um professor catedrático assumia a presidência da banca, impreterivelmente; mas, participavam de outras congêneres, como por exemplo: um professor catedrático de Português poderia compor as bancas das demais línguas (Francês, Latim, Inglês e Alemão) e o mesmo acontecia com as matemáticas (Álgebra, Aritmética, Geometria e Trigonometria) e assim por diante.

Uma vez compostas e os intelectuais cientes, as bancas passavam pelo crivo do governo. Caso aprovadas, eram divulgadas por meio da imprensa. Da mesma forma, publicavam-se as substituições e outras alterações, conforme constatou-se nos impressos analisados. Seguem alguns exemplos:

Quadro 47 – Deliberações das bancas examinadoras na imprensa, 1873-1910

Jornal	Edição	Resumo
<i>Jornal do Aracaju</i>	22 de novembro de 1873, Ano V, nº 431	Declaração do diretor da instrução pública sobre a designação dos professores que comporiam as bancas examinadoras dos primeiros exames
	22 de novembro de 1875, Ano VII, nº 644	Divulgação dos nomes que ocupariam os cargos de presidentes das bancas examinadoras dos preparatórios que tiveram início em 25/11, no salão da Congregação do Atheneu Sergipense
	18 de dezembro de 1875, Ano VII, nº 651	Nomeação de Feliciano Euzébio Dias Prazeres para presidir a banca de Inglês, em substituição de José Elysio

		de Carvalho Couto que não pôde continuar presidindo por questões de saúde
	25 de dezembro de 1875, Ano VII, nº 653	Nomeação dos professores José Gonçalves Barroso e Tito Augusto Souto d'Andrade, para presidirem as bancas dos exames de Filosofia e Geometria, respectivamente
<i>O Raio</i>	28 de novembro de 1875, Ano I, nº 1	Composição das bancas examinadoras
<i>Jornal de Sergipe</i>	21 de agosto de 1880, Ano XV, nº 79	Nomeações de examinadores e presidentes das bancas de Inglês, Latim e Aritmética. E aviso para que compareçam ao Atheneu Sergipense com data e hora marcadas
	28 de agosto de 1880, Ano XV, nº 80	Nomeação de examinadores
	3 e 27 de novembro de 1880, nº 97 e 104	Nomeação de examinadores
	22 de dezembro de 1880, Ano XV, nº 111	Nomeações de professores para presidirem as bancas examinadoras
<i>O Estado de Sergipe</i>	1 de novembro de 1903, Ano VI, nº 1501	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios das seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia e Corografia, História Universal e Especialmente do Brasil, Física e Química e História Natural
	26, 27 e 28 de fevereiro de 1909, Ano XI, nº 2937, 2938 e 2939	Edital de divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios de conjunto
	13 e 14 de março de 1909, Ano XI, nº 2950 e 2951	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios de conjunto
	1, 3, 4 e 5 de março de 1910, Ano XII, nº 3225, 3226, 3227 e 3228	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios de conjunto

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos impressos selecionados.

Assim, torna-se evidente o trabalho dos membros que compuseram as bancas examinadoras, atividades que foram além do ato de avaliar. Eles propuseram alterações e adaptações nos programas e pontos das provas, como tão claramente documentam as atas das reuniões, elegiam e nomeavam representantes, registravam as ocorrências durante a aplicação das provas e, por fim, avaliavam – ações que os tornaram, muitas vezes, alvos de críticas e assunto de Estado.

A partir do registro dessas atividades, chegou-se aos números aqui apresentados que refletem não apenas os rituais de um determinado regime, mas todo o seu entorno. Por ser o período mais longo sem interrupções (embora denso do ponto de vista do *corpus* documental), foi possível sintetizar os principais pontos que envolveram os últimos 13 anos de aplicação dos exames gerais de preparatórios no Atheneu Sergipense. Esses elementos e resultados consagram as contribuições que o então regime proporcionou ao ensino secundário sergipano, tornando-se parte da sua cultura, favorecendo, também, a perpetuação e aquisição de capital cultural da sua clientela.

Com isto, apresentar-se-á uma sequência de quadros demonstrativos dos anos de 1922 até o final do regime na instituição *lócus* de investigação, em 1934 e, a partir deles, a reflexão sobre alguns pontos considerados relevantes para a sustentação da presente tese. Ao mesmo tempo, vê-se como infinitas possibilidades de pesquisa.

Quadro 48 - Levantamento dos exames de preparatórios, 1922-1934¹¹³. Exames de primeira época, realizados entre os meses de outubro e dezembro de cada ano:

Disciplina	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Álgebra	46	18	16	10	8	9	16	20	57	1	-	6	3
Aritmética	43	54	71	19	4	3	25	8	5	-	1	5	2
Cosmografia	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenho	3	1	1	3	-	-	3	5	-	-	-	-	-
Filosofia	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Física e Química	48	38	16	13	13	10	6	6	64	-	-	3	3
Francês	36	50	31	11	18	4	5	3	20	-	1	5	3
Geografia	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	59	67	72	6	-	-	27	6	4	-	-	5	3
Geometria e Trigonometria	22	18	4	9	5	13	1	-	67	1	-	5	3
Geometria Plana e no Espaço/ ou somente Geometria	-	-	3	-	-	-	10	12	11	-	-	-	-
História do Brasil	38	37	23	16	8	2	17	18	5	-	-	5	2
História Geral/Universal	22	22	19	13	11	3	6	22	14	-	1	3	4
História Natural	39	40	10	12	11	14	3	2	61	-	-	2	3
Inglês	45	33	22	5	11	11	13	15	39	-	1	4	3
Latim	30	13	9	6	5	13	9	5	36	-	2	3	4
Português	52	59	61	14	9	3	15	15	3	-	1	5	2
Total de exames aplicados	497	450	358	136	105	86	156	138	386	2	7	51	35
Exames de segunda época, realizados entre os meses de janeiro e março de cada ano:													
Disciplina	1922¹¹⁴	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Álgebra	-	3	2	1	3	1	-	7	9	4	-	-	3
Aritmética	-	9	3	7	2	1	31	9	2	4	-	-	1
Cosmografia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-
Desenho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Filosofia e História da Filosofia	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

¹¹³ Tais números correspondem ao total de exames aplicados por disciplina, incluindo as aprovações, reprovações e ausências. Conforme já sinalizado em algumas passagens durante o texto, os inscritos prestavam uma ou mais disciplinas; portanto, o número de candidatos era relativamente menor ao de exames aplicados. Tais diferenças podem ser visualizadas no quadro de inscritos.

¹¹⁴ Embora a segunda época do ano de 1922 esteja em branco, não significa que não houve aplicação. Há indícios da sua realização em ata da reunião do dia 20 de fevereiro de 1922, na qual deliberaram sobre as composições das bancas examinadoras. No entanto, não localizei nas fontes consultadas, os registros das respectivas inscrições e resultados.

Física e Química	-	12	5	2	4	3	3	-	1	4	-	1	4
Francês	-	7	11	6	9	2	6	3	-	4	-	-	2
Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	-	4	3	7	2	-	5	13	-	2	-	-	1
Geometria	-	-	-	2	3	-	3	2	7	-	-	-	-
Geometria e Trigonometria	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
História do Brasil	-	-	-	5	1	1	1	9	1	8	1	2	2
História Geral/Universal	-	-	1	2	4	2	2	2	4	9	1	1	3
História Natural	-	10	2	2	-	2	1	1	-	3	-	1	4
Inglês	-	2	3	2	4	1	6	3	10	3	-	2	2
Latim	-	-	-	2	3	1	1	1	5	12	-	-	5
Português	-	5	3	8	6	-	7	10	5	6	1	-	2
Total de exames aplicados	0	58	33	46	42	15	66	61	44	60	3	8	37

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Atas dos Exames (1922-1925; 1925-1926; 1926-1930), dos Livros de Inscrição (1927-1928; 1929-1934) e dos Certificados de Habilitação nos Preparatórios (1925-1926).

Quadro 49 – Levantamento das aprovações x reprovações, 1922-1934¹¹⁵

Exames de primeira época:

Levantamento	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Nº de aprovados	333	314	188	136	80	61	104	98	386	2	7	51	35
Nº de reprovados	164	136	152	-	25	25	52	40	-	-	-	-	-
Nº de Ausentes	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	497	450	358	136	105	86	156	138	386	2	7	51	35

Exames de segunda época:

Levantamento	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Nº de aprovados	-	44	24	28	33	8	40	36	37	60	3	8	37
Nº de reprovados	-	14	9	15	9	7	26	25	7	-	-	-	-
Nº de Ausentes	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	58	33	46	42	15	66	61	44	60	3	8	37

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Atas dos Exames (1922-1925; 1925-1926; 1926-1930), dos Livros de Inscrição (1927-1928; 1929-1934) e dos Certificados de Habilitação nos Preparatórios (1925-1926).

¹¹⁵ Nos anos em que constam somente o número de aprovados, não significa que não houve reprovações, mas que a fonte utilizada fornece apenas os dados dos aprovados.

Para a construção do Quadro seguinte, foram utilizados os números totais de candidatos que participaram, diferentes daqueles expostos nos dois quadros anteriores. Para tanto, levou-se em consideração o número de inscritos homens e mulheres em cada ano, a fim de observar a frequência feminina nos últimos anos dos preparatórios em Sergipe.

Quadro 50 – Total de candidatos inscritos (homens x mulheres), 1922-1934

Exames de primeira época:

Sexo	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Nº de insc. do sexo masculino	195	186	154	51	38	33	53	41	106	1	2	7	5
Nº de insc. do sexo feminino	30	28	27	7	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Total	225	214	181	58	38	33	53	41	109	1	2	7	5

Exames de segunda época:

Sexo	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Nº de insc. do sexo masculino	-	43	26	31	26	10	50	31	26	20	1	2	6
Nº de insc. do sexo feminino	-	7	2	3	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Total	-	50	28	34	26	11	50	31	26	21	1	2	6

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Atas dos Exames (1922-1925; 1925-1926; 1926-1930), dos Livros de Inscrição (1927-1928; 1929-1934) e dos Certificados de Habilitação nos Preparatórios (1925-1926).

Quadro 51 – Levantamento dos candidatos sergipanos e de outros Estados, 1922-1934

Exames de primeira época:

Naturalidade	1922	1923	1924	1925¹¹⁶	1926¹¹⁷	1927¹¹⁸	1928¹¹⁹	1929¹²⁰	1930	1931	1932	1933	1934
Nº de candidatos sergipanos (e de origem não identificada)	196	185	157	-	-	-	-	-	92	1	1	6	2

¹¹⁶ A fonte utilizada para o levantamento dos números deste ano não fornece dados sobre a naturalidade dos candidatos. Trata-se dos certificados, ver modelo no Anexo E da tese.

¹¹⁷ A fonte utilizada (atas dos exames) não fornece os dados sobre a naturalidade dos candidatos deste ano.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

Nº de candidatos de outros Estados	29 ¹²¹	29 ¹²²	24 ¹²³	-	-	-	-	-	17 ¹²⁴	-	1 ¹²⁵	1 ¹²⁶	3 ¹²⁷
Total	225	214	181	58	38	33	53	41	109	1	2	7	5
Exames de segunda época:													
Sexo	1922	1923	1924	1925	1926	1927¹²⁸	1928¹²⁹	1929¹³⁰	1930¹³¹	1931	1932	1933	1934
Nº de candidatos sergipanos (e de origem não identificada)	-	44	22	29	17	-	-	-	-	17	-	2	6
Nº de candidatos de outros Estados	-	6 ¹³²	6 ¹³³	5 ¹³⁴	9 ¹³⁵	-	-	-	-	4 ¹³⁶	1 ¹³⁷	-	-
Total	-	50	28	34	26	11	50	31	26	21	1	2	6

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Atas dos Exames (1922-1925; 1925-1926; 1926-1930), dos Livros de Inscrição (1927-1928; 1929-1934) e dos Certificados de Habilitação nos Preparatórios (1925-1926).

¹²¹ Distribuição: Alagoas (11), Bahia (13), Ceará (1), Espírito Santo (1), Paraná (1), Pernambuco (1) e Rio de Janeiro (1).

¹²² Distribuição: Alagoas (10), Bahia (8), Ceará (1), Distrito Federal (1), Espírito Santo (2), Paraíba (1), Pernambuco (4), Paraná (1) e São Paulo (1).

¹²³ Distribuição: Alagoas (7), Amazonas (1), Bahia (8), Distrito Federal (3), Espírito Santo (1), Mato Grosso (1), Paraíba (1) e Pernambuco (1). Consta mais uma candidata da Grécia, trata-se de Perula Bonomô. Mas, no entanto, residia em Aracaju, com matrícula no Atheneu Sergipense.

¹²⁴ Distribuição: Alagoas (3), Amazonas (1), Bahia (5), Ceará (1), Distrito Federal (2), Pará (1), Paraíba (3) e Rio de Janeiro (1).

¹²⁵ Estado visitante: Amazonas.

¹²⁶ Estado visitante: Paraíba.

¹²⁷ Distribuição: Alagoas (1), Bahia (1) e Ceará (1).

¹²⁸ A fonte utilizada não apresenta os dados pessoais dos candidatos, portanto, não foi possível quantificar o número de inscritos oriundos de outros Estados.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

¹³² Distribuição: Alagoas (2), Bahia (3), Espírito Santo (1).

¹³³ Distribuição: Alagoas (2), Bahia (4).

¹³⁴ Distribuição: Alagoas (2), Bahia (3).

¹³⁵ Distribuição: Alagoas (2), Bahia (5) e Distrito Federal (2).

¹³⁶ Distribuição: Alagoas (1), Bahia (2) e Rio de Janeiro (1).

¹³⁷ Estado visitante: Amazonas.

Os números levantados falam por si: revelam as dinâmicas das disciplinas (juntas ou separadas, alteração de nomenclatura e proporcionalidade de inscrições), os períodos de maior demanda, os índices de aprovação e reprovação, pleitos de homens e mulheres e a presença de candidatos de outros Estados.

Embora não tenha apresentado em forma de quadro, as fontes que abarcam os anos de 1922 a 1924 trazem informações das instituições nas quais os alunos eram matriculados. Se fosse aluno do Atheneu Sergipense, registrava-se o *status* de “matriculado”; se, de outras instituições ou aulas avulsas, de “aluno estranho”. Os dois *status* revelam que tanto os alunos do Atheneu Sergipense quanto dos demais estabelecimentos/aulas buscavam os preparatórios ano após ano.

A partir das listas anexadas, é possível notar a repetência de nomes dos candidatos que tentaram a aprovação em até mais de três anos consecutivos, fazendo notar que o regime não se tratou de uma “fábrica de certificados”, conforme aponta a historiografia, dando a entender que eram métodos fáceis e pouco rigorosos. Os índices de reprovação atestam que não era bem assim. Como se sabe, o aluno dependia da aprovação tanto na prova escrita quanto na oral, em que eram trabalhados diversos pontos numa só disciplina, fazendo com que a minoria alcançasse o conceito de “aprovado com distinção”. Isso nos leva a refletir sobre o rigor das provas, dos métodos avaliativos e desempenho dos estudantes.

Ao recordar os levantamentos de resultados dos anos anteriores a 1920, em que a presença das mulheres nos exames de preparatórios era extremamente baixa em relação aos homens, observa-se, a partir de 1922, um aumento bastante significativo que pode ter como principal explicação a criação mais acentuada de educandários femininos em Sergipe (capital e municípios), a exemplo do Instituto América, sediado em Aracaju.

Ainda a partir da análise dos quadros, são necessárias algumas considerações. É possível ver claramente que os exames ocorreram ininterruptamente durante os anos de 1922 a 1934. No início do presente texto, destacou-se o Decreto nº 940 de 2 de julho de 1926, autorizado pelo Presidente do Estado de Sergipe, Manuel Corrêa Dantas¹³⁸, ancorado na Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925), no qual determinou a supressão dos exames de preparatórios e a sua substituição pelos exames vestibulares.

Em Sergipe, a Reforma Rocha Vaz foi duramente criticada no impresso *Gazeta do Povo* nos meses de março e maio de 1926. Na edição nº 406 de 16 de março, foi analisado

¹³⁸ Prestou os preparatórios no Atheneu Sergipense nos anos de 1889 e 1890.

um telegrama enviado pelo próprio reformador e Diretor do Departamento Nacional de Ensino, João Luiz Alves, em que desmoraliza o funcionamento dos preparatórios no Atheneu Sergipense e a postura das bancas (problemas até então já superados naquela ocasião, conforme apresentado em discussões anteriores).

Diante disso, o autor da publicação (não identificado) se refere a João Luiz Alves como “prepotente” e elogia a postura e idoneidade dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense bem como o trabalho desenvolvido pelo Fiscal dos exames, Octaviano Mello.

A segunda crítica se tratou de uma republicação do jornal *D'A Folha*, do Rio de Janeiro, na *Gazeta do Povo*, em 10 de maio daquele mesmo ano. O noticiário tem como tema: “Mais um acto absurdo do diretor do Departamento Nacional de Ensino”, em que abordaram algumas nomeações feitas por João Luiz Alves e consideradas arbitrárias.

Dos dois ocorridos surgiram algumas indagações: quais os interesses de João Luiz Alves em implementar a sua reforma de supressão e especificar o trabalho que era desenvolvido no Atheneu Sergipense? Seria por razões pessoais (já que o teor das publicações indicava que havia desafetos neste Estado)? Por que o seu trabalho foi tão criticado em Sergipe e no Rio de Janeiro? O que se sabe é, apesar do cargo que ocupara e notoriedade perante ao governo, os seus empreendimentos não lograram êxito e, possivelmente, os posicionamentos dos seus opositores tenham contribuído para isto.

Conforme já discutido, autores sergipanos (a exemplo de Nunes, (1984)) apontaram o marco final (1926) do regime em Sergipe com base no decreto local pautado na Reforma Rocha Vaz; no entanto, as fontes aqui analisadas ofereceram indícios de que sequer o trabalho foi suspenso. Os preparatórios continuaram sendo realizados, embora com sensíveis quedas do número de exames realizados neste período. Em 1931, momento em que vieram apresentar instabilidades e quedas expressivas, tal fato é justificado pelos ordenamentos da Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, consolidado em 1932 pelo Decreto nº 21.241, de 18 de novembro) que marcou o fim do regime dos preparatórios no Brasil e deu efetividade aos exames vestibulares.

De acordo com o observado no Atheneu Sergipense, as determinações da Reforma foram praticadas de forma gradual, levando o regime dos preparatórios a vigorar até o ano de 1934, tendo em vista que o próprio decreto reformista abria ressalvas em seu art. 80, para os estudantes que já possuísem mais de seis exames, dando a eles o direito de prestarem aqueles que faltavam.

Os demais seriam submetidos aos vestibulares – com configurações diferentes daquelas dos preparatórios a começar pela instituição aplicadora, ficavam a cargo dos estabelecimentos de ensino superior, e não mais das escolas secundárias, modificando, também, o seu caráter parcelado.

Quanto aos dados levantados dos anos de 1922 a 1934, dos mais de 1200 jovens que prestaram os preparatórios no Atheneu Sergipense, destacam-se: Acrísio Cruz¹³⁹ (prestou em seis anos diferentes, com algumas reprovações), Álvaro Menezes Paes (prestou em três anos, sem reprovações), Fausto Montes de Marsillac (em dois anos, sem reprovações), Felte Bezerra¹⁴⁰ (em quatro anos, com reprovações), João Alfredo Montes (em dois anos, sem reprovações), João Garcia Rosa (em um ano, sem reprovações), José Calasans Filho (em dois anos, sem reprovações) e Walter Prado Franco (em quatro anos, com reprovações), personagens que ficaram conhecidos pelo trabalho intelectual que desenvolveram e/ou pelo sobrenome importante que carregaram.

Assim, através dos números apresentados e da duração que o regime dos preparatórios alcançou já o consagra como parte da cultura escolar do ensino secundário sergipano. As contribuições que os exames trouxeram para a vida dos candidatos e instituições foram inúmeras: uma via de acesso aos estudos mais elevados, de ascensões profissionais e perpetuação do capital cultural.

¹³⁹ Para saber mais sobre os feitos de Acrísio Cruz, ver Berger (2011).

¹⁴⁰ Maiores informações sobre Felte Bezerra ver Silva (2014), Sá (2009) e Oliveira e Alves (2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises empreendidas, os exames gerais de preparatórios são considerados um e, ao mesmo tempo, vários objetos de pesquisa. Diversas temáticas surgiram na mesma proporção do *corpus* documental consultado e analisado – todas relevantes em suas determinações. Eram ordenamentos, rituais, organização, logística, instituições, sujeitos... Enfim, uma cultura que saiu da escola secundária e foi direto para os estudos superiores e que habilitou milhares de estudantes sergipanos, baianos, pernambucanos, alagoanos e demais regiões do país.

O foco investigativo que norteou a presente tese buscou evidenciar as contribuições que os preparatórios trouxeram para o ensino secundário sergipano e para os candidatos, numa tentativa de apresentar novas discussões e reflexões a respeito desse regime avaliativo, considerado ponto de partida para futuras pesquisas acerca da cultura escolar do ensino secundário e avaliação discente.

À medida que as análises das fontes foram avançando, mais se tornava notável o papel que os preparatórios tiveram perante a cultura desenvolvida nas duas instituições, *lócus* de investigação: o Atheneu Sergipense e o Colégio Parthenon Sergipense. Ambas com as suas particularidades, embora partilhassem do mesmo objetivo: o de preparar seus alunos para a prestação dos exames e entrada nas Academias, bem como para a formação do Bacharel em Ciências e Letras, que consistia na habilitação para ocupar diversos cargos da sociedade.

As seis décadas que marcaram a institucionalização e aplicabilidade dos preparatórios em Sergipe, por si só, já consagram tal sistema como parte da cultura escolar deste Estado.

Embora tenha sofrido instabilidades e críticas em seus primeiros anos, há diversos pontos que foram constatados a partir desse período. Os preparatórios

- 1) chamaram a atenção de intelectuais não envolvidos, diretamente, com os rituais em si;
- 2) tornaram-se assunto de Estado;
- 3) resultaram em lutas por espaço por parte das bancas examinadoras; e
- 4) evidenciaram o rigor das avaliações.

Assim, trabalhar os contentamentos e discontentamentos daqueles que se posicionaram diante da institucionalização do regime dos preparatórios em Sergipe também contribuiu para montar o “quebra-cabeças” que, por um longo período, fora apresentado.

A cada fonte análise, mais se teve certeza de que, apesar das críticas dos clássicos defensores de um ensino secundário formativo e regular, haviam versões que não podiam ficar a cargo somente das milhares de reproduções. Sabe-se que a empreitada foi desafiadora tanto pelas ideias já cristalizadas quanto pelo *corpus* documental extenso, mas a narrativa carecia de novas interpretações. Era preciso colocar, também, o sujeito aluno em evidência, além de apontar até onde os exames contribuíram para os letrados do período oitocentista e primeiras décadas dos novecentos. E mais: a cultura escolar estabelecida a partir dos preparatórios.

Desse modo, levando em consideração os sujeitos e instituições escolares envolvidos no funcionamento dos preparatórios em Sergipe, a tese defendida no presente texto é a de que os exames gerais de preparatórios, como parte da cultura escolar do ensino secundário sergipano nas últimas décadas do século XIX e início do XX, trouxeram contribuições significativas tanto para as instituições envolvidas quanto para os candidatos que a eles se submeteram, auxiliando-os na busca do fortalecimento e perpetuação do capital cultural, tendo em vista que permitiram o acesso aos estudos de níveis mais elevados.

Para evidenciar tais aspectos, dividiu-se este estudo (além da Introdução), em quatro partes: a primeira pretendeu apresentar o processo de institucionalização dos exames em nível nacional, entre os anos de 1854 e 1935, a partir de ordenamentos jurídicos que caracterizaram o regime no Brasil bem como as principais propostas de remodelação por parte das reformas educacionais; a segunda, tratou da institucionalização em Sergipe, no Atheneu Sergipense, por meio do Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873, assim como as principais relações dos cursos (Humanidades e Normal) e disciplinas ofertadas na instituição com as exigências das Academias e as instabilidades e embates que marcaram as primeiras décadas do regime; a terceira, apresentou dados da aplicação dos preparatórios no Colégio Parthenon Sergipense entre os anos de 1879 e 1882 e, também, exemplos das instituições e aulas avulsas que funcionaram apenas como preparatórias para os exames; e, a quarta, apresentou os levantamentos e análise dos números relativos aos exames realizados no Atheneu Sergipense durante o período delimitado, destacando alguns nomes de examinandos que ingressaram no curso superior e ascenderam profissionalmente dentro e fora de Sergipe.

Dessa forma, percebeu-se que os exames de preparatórios, instituídos e aplicados nas duas instituições em questão, configuraram-se como partes da cultura escolar secundarista sergipana assim como daquelas que não chegaram a aplicá-los, mas que preparavam seus estudantes para tal fim. De certo modo, imprimiram organicidade curricular e conteudista, o que torna evidente a importância das disciplinas escolares diante do então objeto. Os planos de estudos estabelecidos pós institucionalização dos exames, os pontos trabalhados nas aulas em consonância com os programas oficiais, as afinidades das disciplinas com os estudos superiores que os candidatos almejavam, são alguns exemplos de como os preparatórios tornaram-se em mais um elemento da cultura do ensino secundário.

As contribuições vão além das determinações curriculares, pois abrangem o reconhecimento de instituições, professores e estudantes: as instituições, à medida que se tornaram palcos de visibilidade a partir da oferta de cursos e disciplinas e aplicação dos exames; os professores, por meio das aulas particulares que ministravam e/ou quando eram membros das bancas examinadoras; e os estudantes, por serem uma via de ingresso aos cursos superiores.

A partir do levantamento das listas nominais dos candidatos que prestaram exame no Atheneu Sergipense entre os anos de 1873 e 1934, foram identificados mais de 2.300 nomes, sendo possível observar que esses jovens, no caso dos sergipanos, eram advindos de famílias da elite, detentores de capitais, tornando possível considerar as influências e investimentos que receberam para a matrícula no secundário, prestação dos exames e ingresso nas Academias.

Ao refletir sobre aqueles candidatos oriundos de outros Estados, pode-se tecer algumas considerações: havia articulações entre as instituições e estudantes de diferentes partes do país, como foi possível observar nos anúncios de jornais; e, possivelmente, o Atheneu Sergipense possuía um reconhecimento e visibilidade diante das outras instituições, tanto pela proximidade quanto pelo trabalho desenvolvido.

A presença, também, de professores já renomados entre os examinandos pode atestar a confiabilidade que os próprios membros tinham diante do sistema, quer fosse como forma de aferir os conhecimentos quer como meio de influenciar seus alunos.

No caso das mulheres, percebeu-se sua presença de forma mais significativa a partir dos anos de 1920, mesmo período marcado pelas construções de educandários femininos e escolas normais, dando à mulher mais espaço e oportunidades, embora ainda limitados diante da sociedade patriarcal do século XIX e início do XX. Sobre o ingresso de mulheres

no ensino secundário e superior, há muito que se pesquisar e refletir, e estudar o regime dos preparatórios que proporcionou um leque de problemáticas que podem ser levantadas e analisadas com mais atenção.

A identificação dessa elite letrada e secundarista sergipana possibilitou o entendimento tanto do perfil do alunado quanto das ambições profissionais que projetaram a partir da prestação dos preparatórios. Quem foram esses intelectuais, quais as carreiras que seguiram, qual o capital cultural herdado e perpetuado (já que é possível notar a presença de avôs, pais e filhos nas listas nominais) são pontos que não devem ser ignorados.

Em posse deste capital cultural, muitos se tornaram médicos, advogados, sacerdotes, militares, engenheiros, odontólogos e farmacêuticos renomados, vindo a ocuparem cargos da administração pública e particulares, fazendo notar o mosaico diversificado que se formou a partir dos estudos secundários, prestação dos preparatórios e matrícula em seus respectivos cursos.

Com isto, é preciso fazer novas perguntas, criar outras problemáticas e interpretações, pois, só assim, tiraremos do obscurantismo diversas temáticas. Sabe-se que muitos foram os problemas e críticas referentes aos exames de preparatórios, que agradaram a uns e desagradaram a outros, e que, ainda assim, permaneceram auxiliando a classe estudantina durante mais de oito décadas em nível nacional e, em seis, no caso de Sergipe.

Por fim, espera-se que, com esta pesquisa, seja possível apontar outros aspectos no que diz respeito à história da avaliação discente e cultura escolar secundarista em Sergipe, uma vez que o presente trabalho não esgotou o tema nem o objeto. Portanto, ainda há muito que se perguntar em trabalhos futuros, sobretudo, no que diz respeito aos conflitos travados, às políticas envolvidas nas composições das bancas examinadoras e lutas por espaço, às formações daqueles que prestaram os exames e às dinâmicas das disciplinas preparatórias.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, André Luís Conceição. **A Geografia e uma história:** a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense:** uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos. Tese (Doutorado em Educação). PUC/SP, 2005a.

_____. **Ações educacionais no governo de Rodrigues Dória (1908-1911).** In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005b.

_____. O ensino secundário em Sergipe (1931 – 1961). In.: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Org.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular:** estudos sobre o ensino secundário (1931 – 1961). Uberlândia: EDUFU, 2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906):** representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

ANDRADE, Péricles. Agência Estrutura: o Conhecimento Praxiológico em Pierre Bourdieu. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.** Recife/PE, v. 12, nº2, p. 97 – 118, jul./dez. 2006.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II:** um lugar de memória. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARAGÃO, Judite Oliveira. O curso de Pedagogia no contexto da formação do educador (1968-1980). In: FREITAS, Anamaria Bueno de; SOBRAL, Maria Neide (Org.). **História e memória:** o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil:** do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

AZEVEDO, Crislane B. Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana na década de 1920. In: **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, nº 53, 2013, p. 92-114. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312650342_Graccho_Cardoso_Abdias_Bezerra_

Jose_de_Alencar_Cardoso_e_o_movimento_renovador_na_educacao_escolar_sergipana_n_a_decada_de_1920 Acesso em: 23/03/2021.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). In: **Revista Educação em Questão**. v. 21, n. 7, p. 136-160, set./dez., 2004.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva. Como se formar médica no século XIX: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1889 a 1930**. 4ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do Império brasileiro: Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1818-1886). In: **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017.

BERGER, Miguel André. **Acrísio Cruz**: um intelectual sergipano defensor do ensino rural. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 71-80.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad: Reynaldo Bairão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Trad: Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **Francisco Campos, ideólogo do pensamento autoritário brasileiro (1925-1945)**. SBHE, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/274373216/FRANCISCO-CAMPOS-IDEOLOGO-DO-PENSAMENTO-AUTORITARIO-BRASILEIRO-1925-1945> Acesso em: 06 jun.2020.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro**: uma busca da origem até a atualidade. In: XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 jul.2020.

BRASIL. Decreto nº 23, de 11 de fevereiro de 1935. Revigora as disposições constantes no Decreto nº 22.106, de 18 de novembro de 1932 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-23-11-fevereiro-1935-397998-retificacao-77248-pl.html> Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 668, de 14 de novembro de 1891. Aprova as instruções provisórias para os exames gerais de preparatórios nos Estados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-668-14-novembro-1891-519782-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o regulamento da Instrução Primária e Secundária no Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.531, de 15 de outubro de 1906. Determina sobre os exames gerais de preparatórios para os cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas-Artes e Agrimensura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1531-15-outubro-1906-583252-publicacaooriginal-106058-pl.html> Acesso em: 08 mar.2019.

BRASIL. *Decreto nº 1.815*, de 30 de agosto de 1870. Autorização de admissão em curso superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1815-30-agosto-1870-552631-publicacaooriginal-70005-pl.html> Acesso em: 13 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 2.173, de 21 de novembro de 1895. Dá instruções para os exames gerais de preparatórios nos Estados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2173-21-novembro-1895-530954-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 fev.2019.

BRASIL. Decreto nº 2.857, de 30 de março de 1898. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2857-30-marco-1898-506934-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 03 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.864, de 15 de dezembro de 1900. Aprova as instruções para os exames gerais de preparatórios na capital federal. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1900-12-15;3864> Acesso em: 03 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Aprova o Código os Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-norma-pe.html> Acesso em: 05 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 4.247, de 23 de novembro de 1901. Aprova as instruções para os exames gerais de preparatórios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4247-23-novembro-1901-521953-publicacaooriginal-1->

pe.html#:~:text=O%20Presidente%20da%20Republica%20dos,da%201901%2C%2013%C2%BA%20da%20Republica. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.430, de 30 de outubro de 1869. Manda observar as instruções pelas quais se devem regular os exames de preparatórios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4430-30-outubro-1869-553076-publicacaooriginal-70716-pe.html> Acesso em: 24 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 4.431, de 30 de outubro de 1869. Torna extensiva as modificações dos exames gerais de preparatórios. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/404754> Acesso em: 24 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 4.623, de 5 de novembro de 1870. Modifica as disposições dos Decretos 4.430 e 4.431 de 30 de outubro de 1869. Disponível em <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192456-modifica-algumas-das-disposiues-dos-decretos-nos-4430-e-4431-de-30-de-outubro-de-1869.html> Acesso em: 27 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 5.303-A, de 31 de outubro de 1927. Permite que prestem exames parcelados os estudantes que requererem inscrição na época legal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5303-a-31-outubro-1927-563229-publicacaooriginal-87387-pl.html> Acesso em: 10 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873. Cria comissões de exames gerais de preparatórios nas Províncias onde não há Faculdade. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5429-2-outubro-1873-551632-publicacaooriginal-68179-pe.html> Acesso em: 23 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 5.578, de 16 de novembro de 1928. Dispõe sobre a prestação dos exames parcelados de preparatórios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5578-16-novembro-1928-562717-publicacaooriginal-86819-pl.html> Acesso em: 12 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em: 02 fev.2019.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 8.973, de 14 de julho de 1883. Altera algumas disposições relativas aos exames gerais de preparatórios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8973-14-julho-1883-544409-publicacaooriginal-55538-pe.html> Acesso em: 10 fev.2019.

BRASIL. Decreto nº 9.647, de 2 de outubro de 1886. Determina que se executem com diversas alterações as disposições em vigor relativas aos exames gerais de preparatórios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9647-2-outubro-1886-543421-publicacaooriginal-53702-pe.html> Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.530-A, de 18 de março de 1915. Organiza o ensino secundário e superior na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20O%20Governo%20Federal%20continuar%C3%A1,com%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20decreto> Acesso em: 10 mar.2019.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 jan.2019.

BRASIL. Decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> Acesso em 22/01/2019. Acesso em: 21 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html> Acesso em 22/01/2019. Acesso em: 21 jan.2019.

BRASIL. Decreto nº 22.106, de 18 de novembro de 1932. Revigora, com modificações, dispositivos de decretos anteriores referentes ao ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22106-18-novembro-1932-516822-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 mar.2019.

BRETAS, Silva Aparecida. A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950-1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira. In: **Revista História da Educação**. Porto Alegre/RS, v. 18, n. 42, p. 151-169, jan./abr., 2014.

BURKE, Peter. **O que é história cultura?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.

CALAZANS, José. O Ensino Público em Aracaju 1830-1870. In: **Revista do IHGSE**. Aracaju: Livraria Regina Ltda, Vol. XV, nº 20, 1951, p. 96-120.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas/SP, 1994.

CARVALHO, José Murilo de; MOREIRA, Ildeu de Castro. **Ciência no Brasil: 100 anos da ABC**. Academia Brasileira de Ciências, 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL e Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Bahia, BA, 2012.

_____. Instrução particular e a oferta de internato na Província de Sergipe (1840-1888). In: **UNISINOS**, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4496/449645666003/html/index.html> Acesso em: 25 mar.2021.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **A instrução pré-militar como disciplina escolar: marcas do Exército no Atheneu Sergipense (1909-1946)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. In: **Educ. Soc.**, Campinas, Vol. 30, n. 108, p. 117-738, out. 2009.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação**, Porto Alegre, V. 32, n. 2, p. 185-191, mai./ago., 2009.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (org.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DELANEZE, Taís. **As Reformas educacionais de Benjamin Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

DIAS, Márcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**, Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 75-89.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, Modernidade e Civilização: Fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**/Regina Horta Duarte, José Gonçalves Gondra, Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho, organizadores. Belo Horizonte/BH: Editora Autêntica, 1998.

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**, Editora: UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Educação, escola e trabalho: projetos e reformas educacionais entre o Império e a República brasileira (1878-1909)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação – NPGED. (Coleção: Educação é História. V. 3), 2003.

_____. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: **Revista do Mestrado em Educação**, UFS, v. 4, p. 45-65, jan./jun., 2002.

GALLY, Christianne Menezes. **Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. 2004.

GASPARELLO, Arlete Medeiros de. **Construtores de identidade: os compêndios da história do Brasil no Colégio Pedro II (1838-1920)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOMES, Daniel Mendes. **Geografia no ensino secundário em São Paulo (1834-1896)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Os cursos anexos e o ensino secundário brasileiro no século XIX. In: **História e Democracia**: precisamos falar sobre isso. Guarulhos-SP, UNIFESP, 2018.

GUARANÁ, Armindo. **DiccionarioBio-bibliografico Sergipano**. Rio de Janeiro, 1925.
HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

HIRATA, Alessandro. João Luiz Alves, civilista e educador. In: **Jornal Carta Forense**, 2015. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/joao-luiz-alves-civilista-e-educador/15851> Acesso em: 06/06/2020.

LEMO, Renato Luís do Couto Neto e. Benjamin Constant, vida e história: reflexões sobre o fazer biográfico. In: **ArtCultura**, Uberlândia, V. 13, n. 22, p. 157-167, jan./jun. 2011.

_____. **Benjamin Constant** – vida e história. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Niterói. 1997.

LIMA, Aristela Arestides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense**: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2005.

LIMA, Solyane Silveira; SANTOS, Vera Maria dos. Apontamentos para discutir as noções de “campo” e “intelectuais” a partir da trajetória profissional de dois sergipanos. In: **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, V. 7, nº 2, p. 85-96, 2019.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leônicio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em Debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. II**: século XIX. Petrópolis: RJ: Vozes. 5. ed., 2014.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Colégio Tobias Barreto**: escola ou quartel? (1909-1946). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2003.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. In: **Acta Cir. Bras.** Vol. 17, suppl. 3, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001 Acesso em: 22 jul.2020.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **Historiografia Educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984. 320p. (Coleção Educação e Comunicação).

_____. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. 2ed. São Cristóvão/Se: Editora da UFS. 1999.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX). Lisboa: EDUCA, 2003.

OLIVA, Luiz Eduardo. **O processo de gestão de uma universidade do Nordeste**: o caso de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS. 2003.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **O Curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe**: entre alunas, docentes e disciplinas – uma história. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão - SE. 2008.

_____. **Disciplinas, docentes e conteúdos**: itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962). Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2011a.

_____. A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: das aulas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes ao cotidiano do “Prédio da Rua de Campos”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: IHGSE. v. 41, 2011b. p. 101-130.

_____. **“Caminhos cruzados”**: Itinerários de professores do ensino superior (1915-1954). Tese (Doutorado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira. Itinerários do aluno Felte Bezerra entre Sergipe e Bahia na primeira metade do século XX. In: **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 216-242, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil**: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). Tese (Doutorado em Educação) - PUC/SP, 2006.

OLIVEIRA, Márcia Terezinha Jerônimo. **Olhares entrecruzados**: representações sobre ensinar e aprender na Faculdade de Direito de Sergipe (1951-1970). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

QUADROS, Raquel dos Santos. **Gustavo Capanema**: a organização do ensino primário brasileiro no período de 1934-1945. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia. In: **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República/José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves

Bueno de Freitas, Antônio de Pádua Carvalho Lopes, organizadores. Campinas/SP: Editora Alínea, 2008, p. 47-60.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. A lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo Liberalismo. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, V. 28, n. 03, p. 219-239, set. 2012.

_____. O ensino elementar no Decreto Leônicio de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano? In: **Revista Brasileira de Educação**; Vol. 15, n. 43, jan./abr. 2010, p. 129-147.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **Ignácio de Souza Valladão**: traços do precursor da cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense (1870-1884). 2013. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe.

_____. **O Porvir, jornal literário e recreativo**: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

_____. **“Letras estudantis em Sergipe: cultura escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930”**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Felte Bezerra e a historiografia sergipana. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 2009.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000.

SANTANA, Ana Márcia Barbosa dos Santos. **Civilização, modernidade e educação nas páginas do Jornal A Razão (1898-1923)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso**: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010. 118 p.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um esforço positivamente infrutífero”: a criação das faculdades Tobias Barreto e Aníbal Freire em Aracaju (1924-1926). In: **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 17, n. 3, p. 137-170, jul./set., 2017.

SANTOS, Maria Edna. **A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016. 108p.

SANTOS, Nelson Santana. A propósito do sesquicentenário de Prado Sampaio: notas biobibliográficas sobre um grande intelectual sergipano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 46, v. 1, 2016.

SANTOS, Maria Edna. **A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a ação do Regulamento de 1874**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013b.

_____. A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a Ação do Regulamento de 1874. In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Volume 6, número 11. Jul/dez. 2013c.

SAVIANI, Dermeval, **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Anna Karla de Melo e. **Felte Bezerra: um quartel de atividades lítero-científicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Editora Nacional. 1969. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SILVA, Waldinei Santos. **“Written in Black and White”**: o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Tradução Ana Moura. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998, 259-279.

_____. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOARES, Jefferson da Costa; SILVA, Gustavo da Motta. Dentre a Reforma Rocha Vaz e o Estado Novo: os professores suplementares do Colégio Pedro II. In: **Revista História da Educação**, V. 22, n. 56, p. 146-164, set./dez., 2018.

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça, um escolanovista sergipano**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2003.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **“Habilitado” ou “inabilitado”**: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

_____. **Abdias Bezerra**: professor catedrático do Atheneu Sergipense. In: IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 2014. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/37/1408157563_ARQUIVO_ArtigoSuely-IVCSH.pdf Acesso em: 23 mar.2021.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Fausto Cardoso: de herói de Aracaju a mito esquecido**. 2003. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/fausto-cardoso-de-heroi-de-aracaju-a-mito-esquecido/> Acesso em: 14 abr.2021.

_____. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Fausto Cardoso: as ideias de um líder**. Aracaju, 1982.

TEIXEIRA, Anísio. Escolas de Educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 114, p. 239-259, abr./jun. 1969.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELES, Igor Pereira. **Concursos para Professor do Atheneu Sergipense: o provimento da cadeira de História (1875-1910)**. 2009. Monografia (Graduação)- Universidade Federal de Sergipe.

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama. Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios. In: **Ponta de Lança: Revista de História, Memória e Cultura**. 2007. p. 121-138.

_____. “A Presença Feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX”. In: **IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO** – 2006a, Goiânia – Goiás. Anais Eletrônicos do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás: UCG, 2006a.

_____. “As Bancas dos Exames de Preparatórios em Sergipe – 1890”. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: A Pesquisa em Educação – dilemas e perspectivas**, 2006, São Cristóvão – SE. Anais Eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em Educação – dilemas e perspectivas, 2006b.

VALÉRIO, Telma Faltz. **As Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928-1942)**. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 24-41, jan./jun. 2007.

VILELA, Heloísa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**, Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 29-45.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: **Historia de la Educación**, v. 13-14, p. 17-74, 1993-1994.

_____. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de educação**. Set/out./nov./dez., nº 0, 1995, p. 63-82.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O currículo do ensino secundário e a formação das elites republicanas**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

FONTES

Acervo do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

Livro de Atas da Congregação (1871-1916).

Abaixo-assinado (1889).

Ata de solicitação de inscrição, 1889.

Declarações e atas de inscrição (1889).

Atestado médico (1890).

Ata de banca examinadora (nov. de 1890).

Declarações dos exames (1890).

Considerações do presidente da banca (1898).

Livro de Atas da Congregação (1916-1939).

Atas dos exames de preparatórios (1922-1925).

Certidões de preparatórios (1925-1926).

Atas dos preparatórios (1926-1930).

Ofício recebido (1926).

Livro de inscrição de preparatórios (1927-1928; 1927-1934).

Certificados de habilitação em preparatórios (1931).

Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED) e do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APESE)

Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1870.

Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, de 3 de outubro de 1874.

Resolução nº 1.045 de 2 de maio de 1876.

Resolução nº 1079 de 5 de maio de 1877.

Resolução nº 1.210 de 30 de março de 1882.

Decreto nº 351, de 9 de junho de 1899 (Regulamento do Atheneu Sergipense).

Decreto nº. 556, de 24 de agosto de 1908.

Decreto nº 563, de 12 de agosto de 1911 (Organização do Ensino e seus Regulamentos).

Regimento Interno do Atheneu Sergipense, de 18 de abril de 1917.

Decreto nº 940, de 2 de Julho de 1926 (Regulamento do Atheneu Sergipense).

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

Jornais

Jornal do Aracaju. Aracaju/SE: 1871-1878.

A Liberdade. Aracaju/SE: 1873-1874.

O Raio. Aracaju/SE: 1875-1878; 1880-1885.

Jornal de Sergipe. Aracaju/SE: 1879-1882.

O Democrata. Aracaju/SE: 1880-1884.

Sergipe. Aracaju/SE: 1881-1882.

Luz Matinal. Aracaju/SE: 1882.

O Conservador. Aracaju/SE: 1882-1883.

O Município. Aracaju/SE: 1893.

Gazeta de Sergipe. Aracaju/SE: 1890; 1928-1930.

A Notícia. Aracaju/SE: 1896-1897.

O Estado de Sergipe. Aracaju/SE: 1902-1904; 1908-1911; 1915.

Gazeta do Povo. Aracaju/SE: 1921; 1924-1926.

A Cruzada. Aracaju/SE: 1922; 1924-1926.

Programa

Programa para os exames gerais de preparatórios. Aracaju/SE: 24 de dezembro de 1883 (Ref. SS3441).

Sites

www.capes.gov.br

www.camara.leg.br/

www.planalto.gov.br/

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>

ANEXOS

Anexo A – Programa completo dos exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1883¹⁴¹

Disciplinas	Pontos
Portuguez	Prova escripta: Composição livre, feita pelo candidato sobre o assumpto que a sorte designar, d'entre os organizado pela commissão. Este assumpto pode consistir em modelos de cartas ou em descrições faceis de objectos ou factos commans. Os pontos serão diariamente renovados, em numero de seis Prova oral: leitura e analyse de um trecho escolhido em uma das seguintes obras: Alexandre Herculano (Lendas e Narrativas); Garrett (Camões); J. F. Lisbôa (Vida do Padre Antonio Vieira); Caldas (Poesias sacras e profanas); N. B. – Os examinadores dividirão entre si o trabalho, de modo que o candidato seja arguido sobre a exacta significação das palavras e o emprego dellas, sobre a intervenção do texto e sobre as questões grammaticaes, que se prenderem aos termos e as orações
Francez	Prova escripta: o mesmo que para o exame de Portuguez Prova oral: Leitura, traducção e analyse de um texto escolhido em algumas das seguintes obras: La Fontaine (Fables); Voltaire (Histoiare de Charles XII); N. B. – um dos examinadores só se occupará com a leitura e a traducção, o outro com a analyse grammatical
Inglez	Prova escripta: o mesmo que para o exame de Portuguez Prova Oral: o mesmo que para o exame de Francez, em relação aos seguintes: Longefelloow (Evangeline); Goldsmith (The Vicar of Wake field)
Latim	Prova escripta: traducção para o portuguez de um trecho de 10 linhas pelo menos escolhido em uma das seguintes obras: Horacio (Odes ou arte poetica); Virgilio (Eglogas ou Eneidas); Cicero (De officis ou orações); Cesar (De bello gallico) Prova oral: o mesmo que para o exame de francez, quanto ás obras supra designadas
Geographia	1) Europa. Geographia physica em geral. Enumeração dos paizes, seus limites e capitães; 2) Azia (idem); 3) África (idem); 4) America (idem); 5) Oceania (idem); 6) Inglaterra e Hollanda. Limites, Geographia physica, população, cidades principaes e população excedente de 100.000 almas. Commercio, indústria e produções naturaes. Formas de governo, idioma, religião, divisão administrativa; 7) Noruega e Suecia (idem); 8) Belgica e Suissa (idem); 9) Allemanha e Dinamarca (idem); 10) França e Italia (idem); 11) Hespanha e Portugal (idem); 12) Russia e Turquia (idem); 13) Austria-Hungria e Grecia (idem); 14) Arabia e Persia (idem); 15) China e Japão (idem); 16) Possessões inglezas e portuguezas na Azia (idem); 17) Possessões francezas na Azia (idem); 18) Egypto, Tunis e Marrocos (idem); 19) Estados Unidos e Mexico (idem); 20) Columbia e Venezuela (idem); 21) Republicas da America Central (idem); 22) Equador, Bolivia e Perú (idem); 23) Republica Argentina e Chile (idem); 24) Paraguay e Uruguay (idem); 25) Possessões europeas na America (idem); 26) Possessões europeas na Africa (idem); 27) Possessões inglezas na Oceania (idem); 28) Possessões Hollandezas na Oceania (idem); 29) Possessões hespanholas, francezas e americanas na Oceania (idem)
Chorographia do Brazil	1) Provincia do Amazonas. Geographia physica e limites. Industria e produções naturaes. Viação. Divisão judiciária e ecclesiastica. População geral e das capitães. Cidades; 2) Provincia do Pará (idem); 3) Provincia do Maranhão (idem); 4) Provincia do Piauhy (idem); 5) Provincia do Ceará (idem); 6) Provincia do Rio Grande do Norte (idem); 7) Provincia da Parahyba (idem); 8) Provincia de Pernambuco (idem); 9) Provincia de Alagoas (idem); 10) Provincia de Sergipe (idem); 11) Provincia da Bahia (idem); 12) Provincia do Espirito Santo (idem); 13) Provincia do Rio de Janeiro (idem); 14) Municipio Neutro (idem); 15) Provincia de S. Paulo (idem); 16) Provincia do Paraná (idem); 17) Provincia de Santa Catarina (idem); 18) Provincia do Rio Grande do Sul (idem); 19) Provincia de Minas Geraes (idem); 20) Provincia de Goyaz (idem); 21) Provincia de Matto Grosso (idem)
Cosmographia	1) Astros em geral e sua divisão; 2) Principaes constellações; 3) Nebulosas e via láctea; 4) Estrellas; 5) Planetas e satellites; 6) Cometas; 7) Estrellas cadentes, bolitos e aerolithos; 8) Circulos e posições da esphera. Latitudes e longitudes; 9) Volume, machinas e movimentos do sol; 10) Leis e Kepler; 11) Figuras, dimensões e movimentos

¹⁴¹ O quadro segue a ordem das disciplinas apresentada no programa e a grafia da época.

	da terra; 12) Estações; 13) Lua e eclipses; 14) Medida do tempo, anno tropico e sideral, calendario; 15) Clima e a sua influencia sobre a fauna e a flora. N. B. – A prova escripta do exame de Geographia versará sobre a parte do programma que for tirada á sorte. A prova oral versará sobre as outras duas cabendo a cada examinador arguir sobre uma dellas, tirando o ponto á sorte. Quando o ponto da prova escripta for de Geographia Geral e abranger diversos paizes, a sorte designará qual deles será assumpto especial da prova.
Historia	Historia Antiga e Media: 1) Searla e Athenas, Lycurgo e Solon. Pisistrato e seus filhos Archontado de Clistenes; 2) Primeiro e segundo período das guerras medas Paz de Cimon; 3) Preponderancia de Athenas, Pericles e a guerra do Peloponeso. Prepoderancia de Sparta. Expedição dos dez mil. Guerra entre Sparta e Persia. Tratado de Antalcidas; 4) Grandeza de Thebas Pelopidas e Epaminondas. Sciencias, lettras e artes da Grecia; 5) Philippe e Macedonia e Alexandre Magno. Desmembramento do Imperio de Alexandre. Reinos da Thracia, do Egypto, da Syria e da Macedonia; 6) Republica Romana. Lutas intestinas entre os plebeus e os patrícios. Primeiras guerras. Invasão dos gaulezes; 7) Guerras púnicas. Destruição de Carthago; 8) Guerra social. Mario e Scylla. Conjuração de Cartilina Cicero; 9) Augusto e os imperadores de sua família. Origem do Christianismo; 10) Successores de Nero. Os Flavios e os Antoninos; 11) Constantino e seus successores. Partilha definitiva do Imperio; 12) Primeiro e segundo período das invasões dos bárbaros no império romano; 13) Queda do império do Occidente. Imperio do Oriente e sua civilização; 14) Mahomet e seus successores. Desmembramento do Khalifado. Civilização arabe; 15) Dynastia dos Carlovingios. Carlos Magno e o império franco-romano; 16) O feudalismo. Sua formação, organização e consequências; 17) Imperio romano-alemão e sua luta com o sacerdocio; 18) As cruzadas do Oriente; 19) Guerra dos cem annos; 20) Khalifado de Cordova e estados christãos da Hespanha; 21) Dynastia de Borgonha e de Avis em Portugal; 22) Tomada de Constantinopla por Mahomet II. Progresso da civilização no ultimo período da idade media. Historia Moderna e Contemporanea: 1) França. Fim do reinado de Carlos VII, Luis XI; 2) Inglaterra. Guerra das suas rosas, Henrique VII; 3) Hespanha e Portugal, Fernando o Catholico e D. João II; 4) Allemanha, reinado de Frederico II e Maximiliano I da Italia, no período da idade moderna até a expedição de Carlos VIII; 5) Guerras na Italia de 1494 a 1559; 6) Descobrimientos dos Europeus. Reinado de D. Manuel, o Venturoso; 7) Reforma protestante e suas manifestações na Allemanha, na Inglaterra, na Suissa, na França e nos paizes baixos. Concilio de Trento; 8) Philippe 2º da Hespanha. Portugal de 1521 até 1581; 9) Inglaterra e Escossia. Izabel Maria de Stuarr; 10) Reinado de Henrique IV na França; 11) Inglaterra. James I, e Carlos I. Revolução Cromwell; 12) Luiz 13º. Guerra dos trinta annos. Paz de Westphalia; 13) Reinados de Luiz 14º; 14) Suecia e Russia. Carlos 12º e Pedro o Grande; 15) Creação do Reino da Prussia. Frederico 2 e Maria Thereza. Guerras de successão da Austria e dos sete annos; 16) Russia. Catharina 2ª. Polonia até o seu desmembramento. Guerras com a Turquia; 17) Inglaterra de 1702 a 1783. Conquistas nas Indias; 18) Independencia dos Estados Unidos; 19) Hespanha e Portugal no século 18; 20) Luiz 16º. Assembléa Constituinte. Assembléa Legislativa. Convenção nacional; 21) Congresso de Vienna. Reacção abolicionista. Emancipação das colónias hespanholas. Congressos de Troppau e de Verona. Historia do Brazil: 1) Descobrimento do Brazil. Seus primeiros exploradores; 2) Systema de colonisação do Brazil empregado por D. João 3. Capitánias hereditarias; 3) Estabelecimento do governo geral. Thomé de Souza. Duarte de Costa. Mem de Sá; 4) Divisão do Brazil em dous governos e subsequente reunião em um só. Dominio da Hespanha. Estado do Brazil em 1581; 5) Primeira e segunda invasão dos holandezes. Historico da guerra até Mathias de Albuquerque; 6) Segundo período da guerra holandeza, 1625 a 1641; 7) Guerra holandeza no Brazy, desde a aclamação de D. João 6º até a capitulação da campina do Taborda; 8) Paz de Portugal com a Hollanda. Canza da raina do poder holandez no Brazil e do triumpho obtido pelos pernambucanos. Resultados da guerra; 9) Erros administrativos do Brazil. Lutas entre os jesuítas e os colonos. Beckman, 1652 a 1685; 10) Effeitos no Brazil da guerra de successão da Hespanha. Luta com os hespanhoes ao Sul; 11) Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de D. João 5; 12) Reinado de D. José 1º. Questões e lutas ao Sul do Brazil. Jesuitas e sua expulsão. O marquez de Pombal; 13) Primeiras idéas da independência do Brazil. Conspiração malograda em Minas. O Tira-dentes; 14) Transmigração da família real de Bragança para o Brazil. Sede da Monarchia portugueza no Rio de Janeiro, 1807

	a 1815; 15) Revolução de 1817 em Pernambuco. Guerra com os hespanhoes ao sul; 16) Revolução de Portugal em 1820. Regresso da Corte Portuguesa para Lisboa; 17) Primeiros mezes da regência de D. Pedro no Brazil desde o dia do Fico até ao do Ypiranga; 18) Acclamação e coroação do primeiro imperador. Guerra da independência; 19) Assembléa Constituinte; 20) Governo regencial; 21) Declaração da maioridade. Movimentos em Minas e em S. Paulo, 1842. No Rio Grande do Sul, 1845. De Pernambuco, 1848. Guerra contra Oribes e Rosas. N. B. – A materia da prova escripta será escolhida á sorte entre as três partes em que se divide o programma; a prova oral versará sobre as outras duas arguindo cada examinador sobre materia differente e tirada á sorte
Philosophia	Psychologia: 1) Idea de Sciencia, classificação dellas. Objectos da Psychologia e o seu lugar entre as outras sciencias; 2) O que é a alma, sua natureza. Distinção entre alma, espirito e cérebro, na linguagem philosophica; 3) Phenomenos fisiológicos e sychologicos; 4) Phenomenos sensíveis. O prazer e a dor; 5) Phenomenos intellectuaes. Noção, idea, conhecimento; 6) Operações intellectuaes em geral. Divisão e classificação dellas; 7) Percepção externa, sentidos e seus órgãos; 8) Percepção interna, sua legitimidade e seus limites; 9) Razão, sua natureza. Questão da impessoalidade e objectividade; 10) Memoria; 11) Associação das ideas; 12) Juízo; 13) Raciocínio; 14) Attenção, comparação; 15) Abstracção; generalisação; 16) Imaginação; 17) Linguagem. Divisão dos signaes. Origem da palavra; 18) O instincto, o habito, a volição; 19) Questão do livre arbítrio. O fatalismo. As paixões; 20) Questão da origem das ideas; 21) União da alma com o corpo. Logica: 1) O que é logica, sua natureza e divisão; 2) Distinções mais notaveis da logica; 3) Methodo em geral, analyse e synthese; 4) Regras de Descartes sobre o methodo; 5) Methodos articulares, conforme as sciencias a que se applicam; 6) Methodo demonstrativo: processos que o constitui; 7) Methodos dos innactivos; 8) Verdade e evidencia. Criterio da certeza. Limites do conhecimento humano; 9) Theoria da probabilidade; 10) Sylogismos; 11) Figuras e regras dos sylogismos; 12) Modos de sylogismos. Formas de argumentação que podem ser reduzidas ao sylogismo; 13) Proposições, suas espécies, conversão e opposição; 14) Sophismas, suas espécies; 15) Erros humanos, causas e remédios; 16) Theoria da definição; 17) Theoria da classificação; 18) Theoria da Hypothese. Moral e theodicea: 1) O que é moral, sua natureza e sua divisão; 2) Lei moral e sua sancção; 3) O bem e o mal. O justo e o injusto. O util e o honesto. Determinação dessas ideas; 4) Moral individual. Deveres do homem para consigo; 5) Moral domestica. Deveres do homem na família; 6) Moral cívica. Deveres do homem no Estado; 7) Moral social. Deveres do homem para com os seus semelhantes; 8) Metaphisica, ontologia, theodicea. Determinação da ordem de ideas a que essas palavras se referem; 9) Ideas absolutas. Ideas innatas; 10) Analyse da idea de cauza. Causa primeira, cauza final; 11) Analyse da idea de tempo e espaço. Theoria do conhecimento de Kant. Ideas priori e a posteriori; 12) Idea de Deus e de seus attributos; 13) Destino humano; 14) Relações do homem para com Deus. Fundamento da religião e da moral religiosa. N. B. – A materia da prova escripta será escolhida á sorte entre as três partes em que se divide o programma; a prova oral versará sobre as outras duas, arguindo cada examinador sobre materia differente, tirada á sorte
Arithmetica	1) Numeração em geral e especialmente a decimal; 2) Adição e subtração dos números inteiros; 3) Multiplicação dos números inteiros. Propriedades e usos da multiplicação; 4) Divisão dos números inteiros. Propriedades e usos da divisão; 5) Fracções ordinarias. Princípios fundamentaes; 6) Reducção das fracções ao mesmo denominador. Mesmo denominador commum que podem ter duas ou mais fracções; 7) Operações sobre as fracções ordinarias; 8) Divisibilidade dos números. Números primos; 9) Maximo commum divisor. Simplificação das fracções; 10) Theoria elementar das fracções continuas; 11) Fracções decimais e suas operações; 12) Conversão das fracções ordinarias em decimaes. Origem das dizimas periódicas e sua conversão em fracção ordinária; 13) Quadrado e raiz quadrada dos números inteiros e das fracções; 14) Cubo e raiz cubica dos números inteiros e das fracções; 15) Numeros complexos: sua conversão em fracções ordinarias e vice versa, adição e subtração dos complexos; 16) Multiplicação e divisão dos números complexos; 17) Systema métrico decimal. Conhecimento pratico e uso das medidas e conversões; 18) Equidifferença. Regra de

		desconto; 19) Proporções; 20) Regra de tres, simples e composta; 21) Regra de juros, simples e compostas; 22) Divisão de um numero em partes proporcionaes e números dados. Regra de sociedade simples e composta; 23) Progressões por differença; 24) Progressões por quociente; 25) Theoria elementar dos logarithmos. Uso das taboas de Callet
Algebra		1) Dos signaes empregados com algebra. Monomios e polymonios. Reducção dos termos semelhantes; 2) Adição e subtração algébrica; 3) Multiplicação algébrica. Casos particulares mais communs; 4) Divisão algébrica. Expoente zero e negativa; 5) Operações sobre fracções algébricas; 6) Theoria elementar do máximo commum divisor algébrico; 7) Noções geraes sobre as equações. Desigualdades; 8) Resolução das equações do 1º grau a uma só incógnita; 9) Resolução das equações do 1º grau e duas ou mais incógnitas. Methodos de eliminação; 10) Resolução de problemas do 1º grau a duas ou mais incógnitas e de condições explicitas; 11) Problemas dos correios e sua discussão. Soluções e negativas; 12) Analyse indeterminada do 1º grau; 13) Quadrado e raiz quadrada das quantidades algébricas; 14) Catentos dos radicaes; 15) Equações do segundo grau a uma só incógnita; 16) Theoria elementar das combinações
Geometria		Geometria plana: 1) Theoria das perpendiculares e obliquas; 2) Theorias das parallelas; 3) Triângulos; 4) Quadrilateros, suas espécies e propriedades; 5) Polygonos em geral; 6) C. da linha recta com a circunferência; 7) Medida dos ângulos; 8) Linhas proporcionaes; 9) Triangulos semelhantes; 10) Polygonos semelhantes; 11) Propriedades especiaes ao triangulo rectangulo; 12) Linhas proporcionaes no circulo; 13) Circunferencias seccantes e tangentes; 14) Polygonos inscriptos e circuncritos no circulo; 15) Avaliação dos lados dos polygonos regulares; 16) Arca do triangulo, do parallelogrammo e das outras espécies de polygono; 17) Medida da circunferência e do circulo. Geometria no espaço: 1) Rectas e planas perpendiculares; 2) Rectas e planos parallelas; 3) Angulos, diedros e polyedros; 4) Primas e suas espécies; 5) Tetraedros e pyramides em geral; 6) Propriedades de cylindro e (...) da esphera; 7) Semelhança dos tetraedros e polyedros; 8) Equivalencia de polyedros; 9) Area e volume dos polyedros; 10) Area e volume do cylindro e (...); 11) Area e esphera e das suas differentes partes; B. N. – nos exames de Arithmetica e Algebra, o ponto da prova escrita será exato do da prova oral, salvo o direito de arguição do presidente da meza. O candidato tirará á sorte, da prova oral, dous pontos, um para cada examinador arguil-o. No exame de Geometria, será sorteada a materia da prova escripta. Na prova oral o candidato será arguido em ambas as materias, cabendo uma a cada examinador. (...)
Rhetorica e Poetica	e	Rhetorica: 1) Invenção: seu objecto, argumentos, paixões, costumes, regras da invenção; 2) Disposição. Partes do discurso. Suas regras; 3) Elocução: estylo, qualidades geraes e particulares do estylo; 4) Figuras de palavras. Espécies e regras; 5) Figuras de pensamento. Espécies e regras; 6) Eloquencia politica. Seu character e regras; 7) Eloquencia judiciaria. Seu character e regras; 8) Eloquencia sagrada. Seu character e regra; 9) Eloquencia académica. Seu character e regras; 10) Genero histórico do narrativo; 11) Romance, conto, novella. Seus caracteres e regras. Poetica: Regras essenciaes da versificação e dos differentes gêneros da poesia; 2) Poesia em geral. Seus caracteres essenciaes. Diferença entre a linguagem e estylo da poesia e da prosa; 3) Versificação em geral: origem e mecanismo do verso. Systema de versificação; 4) Genero lyrico, seu character, espécies e regras; 5) Genero épico, seu character, espécies e regras; 6) Genero dramático, seu character, espécies e regras; 7) Poesia didactica, seu character e regras; 8) Genero epigrammatico seu character, espécies e regras; 9) Poesia (...), seu character e regras; 10) Poesia pastoral, seu character e regras. N. B. – Será sorteada a materia da prova escripta; na oral o candidato sera arguido em ambas as materias, cabendo uma a cada examinador. O ponto da prova escripta sera excluído de sorteio para a oral

Fonte: Acervo do IHGSE (Ref. SS3441).

Anexo B – Quadro descritivo das edições dos jornais analisados, especificamente, daquelas em que trataram dos exames gerais de preparatórios em Sergipe, 1873-1930

Jornal	Edição	Resumo
<i>Jornal do Aracaju</i>	29 de outubro de 1873, nº 424	Transcrição do Decreto n. 5429 de 2 de outubro de 1873, que aprova a aplicação dos exames de preparatórios nas províncias
	19 de novembro de 1873, nº 430	Apresentação do programa usado na prova oral dos exames de Português, bem como a sua substituição por outras obras
	22 de novembro de 1873, nº 431	Aviso ao diretor da Instrução Pública sobre o recebimento de um exemplar do programa dos exames de preparatórios das matérias exigidas para a matrícula nos cursos superiores; Declaração do diretor da instrução pública sobre a designação dos professores que comporiam as bancas examinadoras dos primeiros exames; Relação dos primeiros aprovados
	24 de outubro de 1874, nº 529	Apresentação do Decreto n. 4623 de 30 de novembro de 1870, mesmo que apresenta e modifica algumas disposições dos decretos de nº 4430 e 4431 de 30 de outubro de 1869 e que dispõe sobre a organização e aplicação dos exames de preparatórios
	28 e 31 de outubro de 1874, nº 530 e 531	Apresentação do programa dos exames de preparatórios. Documento encaminhado por José Paulino Soares de Souza (Inspetor geral interino da instrução pública da Corte) para a província de Sergipe; Edital de abertura das inscrições
	2 de dezembro de 1874, nº 540	Relação dos alunos aprovados nos primeiros exames e dos professores que atestaram as aprovações
	5 de dezembro de 1874, nº 541	Resultado dos exames de Geografia e História e Retórica e Poética
	6, 10, 14 e 18 de novembro de 1875, nº 640, 641, 642, 643	Edital de abertura das inscrições dos preparatórios que findariam em 20 de novembro; e aviso de que passado o prazo das inscrições, divulgariam os dias das aplicações
	22 de novembro de 1875, nº 644	Divulgação dos nomes que ocupariam os cargos de presidentes das bancas examinadoras dos preparatórios que tiveram início em 25/11, no salão da Congregação do Atheneu Sergipense
	1 de dezembro de 1875, nº 646	Resultado do exame de Português que aconteceu no dia 25 de novembro
	4 de dezembro de 1875, nº 647	Lista dos alunos que foram aprovados na Faculdade de Direito de São Paulo
	8 de dezembro de 1875, nº 648	Divulgação do resultado dos exames de Latim e Inglês
	18 de dezembro de 1875, nº 651	Nomeação de Feliciano Euzébio Dias Prazeres para presidir a banca de Inglês, em substituição de José Elysio de Carvalho Couto que não pôde continuar presidindo por questões de saúde
	25 de dezembro de 1875, nº 653	Nomeação dos professores José Gonçalves Barroso e Tito Augusto Souto d'Andrade, para presidirem as bancas dos exames de Filosofia e Geometria, respectivamente; Resultado dos exames de Álgebra e Filosofia
	21 de outubro de 1876, nº 742	Pedido de autorização do diretor da Instrução Pública à tesouraria provincial, para comprar um exemplar de cada uma das obras mencionadas no programa dos preparatórios, a fim de servirem nas aulas do Atheneu Sergipense
	28 de outubro, 1º e 4 de novembro de 1876, nº 744, 745, 746	Edital de abertura das inscrições dos exames

	8, 11 e 15 de novembro de 1876, nº 747, 748 e 749	Edital de abertura das inscrições dos exames; Anúncio do professor Pedro Pereira de Andrada (professor de Geometria do Atheneu Sergipense), também fornecia aulas particulares dos pontos específicos exigidos nos preparatórios de Geometria e Aritmética
	18 e 24 de novembro de 1876, nº 750 e 751	Divulgação das listas dos inscritos por disciplina e divisão das turmas por dia; Anúncio do professor Pedro Pereira de Andrada
	26 de novembro de 1876, nº 752	Edital contendo os pontos do exame de Geografia extraídos do Programa Nacional dos Preparatórios para o ano de 1876
	29 de novembro, 6 e 13 de dezembro de 1876, nº 753, 755 e 757	Resultados dos exames
	16 de dezembro de 1876, nº 758	Crítica ao rigor dos exames, como os mesmos estavam sendo aplicados e avaliados, julgando difícil para os candidatos. E resultados dos exames
<i>A Liberdade</i>	7 de janeiro de 1874, nº 40	Discorre sobre o Decreto do Sr. João Alfredo a respeito da execução dos exames de preparatórios na Província, dada a falta de materiais. E discussão da legislação da Instrução pública provincial
<i>O Raio</i>	28 de novembro de 1875, nº 1	Composição das bancas examinadoras conforme a Lei e os dias em que os exames seriam aplicados (por disciplina)
	11 de dezembro de 1875, nº 3	Discussão dos pontos do Decreto n. 4430
	7 de janeiro de 1877, nº 57	Publicação assinada pelo professor Tito Augusto Souto de Andrade (datada de 1876), criticando a postura do professor Ascendino Ângelo dos Reis referente à constituição da banca do exame de Álgebra, em que ele (Ascendino) havia se manifestado a favor da anulação do exame e criticado o trabalho dos examinadores, chegando até, a nomear um estudante do curso médico para ocupar o posto. Tito narra como se deu a aplicação da prova e como cada examinador e candidatos se portaram diante de tais “arbitrariedades”
	16 de janeiro de 1877, nº 58	Noticiário sobre a mudança da data de aplicação do exame de História devido à falta de examinadores habilitados
	17 de julho de 1880, nº 188	Anúncio da data prevista de aplicação dos preparatórios
	4 de agosto de 1880, nº 190	Sobre a nomeação de Antônio Diniz Barreto como diretor da Instrução Pública e a sua importância para o funcionamento dos exames
<i>Jornal de Sergipe</i>	8, 12, 15 de novembro de 1879, nº 107, 108, 109, respectivamente	Edital de abertura das inscrições dos exames de preparatórios
	19 de novembro de 1879, nº 110	Lista com os nomes dos candidatos inscritos nos exames (por disciplina e turma)
	22 de novembro de 1879, nº 111	Lista com os nomes dos candidatos inscritos nos exames (por disciplina e turma). E divulgação dos aprovados no exame de Inglês
	29 de novembro de 1879, nº 113	Lista com os nomes dos candidatos inscritos nos exames (por disciplina e turma)
	14, 17, 21, 24, 28, 31 de janeiro de 1880, nº 4, 5, 6, 7, 8, 9	Nota sobre o Colégio Parthenon Sergipense (estabelecimento de Ensino Secundário que também preparava para os preparatórios). Diz que o colégio oferece “ensino profícuo de todos os preparatórios exigidos para a matrícula nas academias do Imperio” – Também foi um centro aplicador
	20 de março de 1880, nº 25	Relatório do quantitativo de alunos matriculados nas aulas do Atheneu Sergipense e nos preparatórios. As matriculas nos

	exames superam o número de alunos matriculados na instituição
5 de agosto de 1880, nº 70	Caso parecido com o debatido no jornal <i>O Raio</i> em 7 de janeiro de 1877: sobre a falta de pessoal habilitado para compor a banca examinadora dos exames e nomeação “arbitrária” de um aluno de medicina da Bahia para ocupar o posto de examinador. O fato levou ao adiamento das inscrições
7 de agosto de 1880, nº 71	Apresentação dos relatórios oficiais, sobre a abertura das inscrições nos exames e explicação do adiamento (exposta na edição nº 70)
12 de agosto de 1880, nº 73	Resposta do presidente da Província a respeito do pedido de adiamento da abertura das inscrições nos exames
18 de agosto de 1880, nº 78	Nomeação de examinadores e de auxiliar do secretário do delegado especial dos exames de preparatórios (substitutos – os oficiais não puderam examinar por questões de doença)
21 de agosto de 1880, nº 79	Nomeações de examinadores e presidentes das bancas de Inglês, Latim e Aritmética. E aviso para que compareçam ao Atheneu Sergipense com data e hora marcadas
28 de agosto de 1880, nº 80	Nomeação de examinadores
3 de novembro de 1880, nº 97	Nomeação de examinadores
6 de novembro de 1880, nº 98	Edital de abertura das inscrições dos preparatórios
10 de novembro de 1880, nº 99	Nomeação de Luiz Antônio de Faria para o cargo de delegado especial do inspetor geral da Instrução Primária e Secundária durante a aplicação dos exames de preparatórios, uma vez que o titular (nome não informado) encontrava-se doente. Aviso sobre o encerramento das inscrições
17 de novembro de 1880, nº 101	Publicação do resultado do exame de Latim e edital em que consta a ordem de aplicação (por dia, disciplina e nomes dos inscritos)
20 de novembro de 1880, nº 102	Resultado dos exames (o nome da disciplina está ilegível), porém, encontra-se com uma mancha negra em cima dos nomes dos candidatos aprovados “plenamente”, sendo possível apenas identificar o número de aprovados, reprovados e ausentes
27 de novembro de 1880, nº 104	Composição das bancas examinadoras
22 de dezembro de 1880, nº 111	Nomeações de professores para presidirem as bancas examinadoras
25 de dezembro de 1880, nº 112	Divulgação do resultado com as listas dos candidatos aprovados, reprovados e ausentes
19 de janeiro de 1881, Ano XVI, nº 3	Levantamentos do Parthenon Sergipense
5 de março de 1881, Ano XVI, nº 16	Nota sobre o Colégio Parthenon Sergipense, dirigido por Ascendino Angelo dos Reis. Nesta nota consta o número de exames realizados no colégio, bem como o número de aprovados com distinção, plenamente, simplesmente e reprovações, como também, o número de alunos que conseguiram se matricular no curso superior ao concluírem o secundário (há uma diferença grande nos números entre aqueles que apenas fizeram os exames e os que concluíram o secundário)
22 de março de 1881, nº 22	Relatório com o resultado dos exames aplicados no final do ano de 1880 e texto sobre a postura dos examinadores e delegado

	15 de junho de 1881, nº 35	Edital de abertura das inscrições nos exames
	6 e 9 de julho de 1881, nº 59 e 60	Divulgação das listas de inscritos nos exames (aplicados no mês de julho a partir do dia 11)
	15 de agosto de 1881, nº 67	Divulgação do resultado do exame de História
<i>O Democrata</i>	22 de outubro de 1883, nº 1	Edital de abertura das inscrições dos exames e pedido de dispensa de Gonçalo de A. Boto de Menezes da função de presidente dos exames de preparatórios em consequência de outros afazeres como chefe de polícia
<i>Sergipe</i>	13 de dezembro de 1881, nº 31	Discorre sobre o funcionamento/anulação dos exames de Geometria e inglês (crítica às anulações e comportamentos das bancas)
	10 de agosto de 1882, nº 102	Há um noticiário dos preparatórios, porém, ilegível
<i>Luz Matinal</i>	4 de julho de 1882, nº 3	Trata da suspensão dos exames (sem efeito)
	19 de julho de 1882, nº 5	Nota sobre o início da aplicação dos exames
<i>O Conservador</i>	Dezembro de 1882, S/N (ilegível)	Edital de inscrição dos exames de preparatórios
<i>O Município</i>	12 de novembro de 1893, S/N	Nota sobre o início da aplicação dos exames
	3 de dezembro de 1893, S/N	Lista dos candidatos para os exames de Português
<i>Gazeta de Sergipe</i>	18 de janeiro de 1890, nº 14	Informe sobre a visita do diretor da Faculdade de Direito de São Paulo ao delegado especial dos exames de preparatórios com a lista do resultado dos exames aplicados em novembro do ano anterior (1889). Obs: não apresentam a lista, somente à título de informação
	13, 15-18, 20, 23-27 e 29 de abril de 1890, nº 78, 84-96	Anúncio das aulas particulares do professor Balthazar Góes (Português e Francês). Era comum as aulas particulares dos professores do Atheneu Sergipense fora dos muros da instituição, preparavam os alunos tanto como aula de reforço, quanto direcionando-os aos preparatórios
	2 e 6 de maio de 1890, nº 99 e 101	Anúncio das aulas particulares do professor Balthazar Góes (Português e Francês)
	20 de maio de 1890, nº 111	Designação de Luiz Carlos da Silva Lisboa para reger interinamente a cadeira de Corografia e História do Brasil do Atheneu Sergipense. Anúncio das aulas particulares de Balthazar Góes
	23, 24 e 27 de maio de 1890, nº 114, 115 e 117	Anúncio das aulas particulares do professor Balthazar Góes (Português e Francês)
	5 de junho de 1890, nº 125	Homenagem à João Alfredo M. Motta, por sua formatura em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia
	10 de julho de 1928, nº 197	Nota sobre o Colégio Tobias Barreto (estabelecimento de Ensino Secundário)
	12 de julho de 1928, nº 199	Instrução Pública e serviço sanitário (há o quantitativo de escolas e matriculados no Estado de Sergipe)
	21 de setembro de 1928, nº 256	Nota sobre a Instrução Pública primária e sobre o Atheneu Sergipense e a Escola de Comércio (número de alunos e desempenho)
	13 de novembro de 1928, nº 294	Aviso de encerramento das aulas do Tobias Barreto, em atendimento à data da aplicação dos exames de preparatórios do Atheneu Sergipense. Ou seja, o Tobias Barreto não era um centro aplicador, apenas preparava os alunos para os exames

	14 de novembro de 1928, nº 295	Nota sobre o início da aplicação dos preparatórios no Atheneu Sergipense
	7 de dezembro de 1928, nº 314	Nota sobre a aprovação de Luiz Garcia nas disciplinas que compõem o 1º ano da Faculdade de Direito da Bahia. Ou seja, os acadêmicos da época eram homenageados nos jornais, também, pelo seu desempenho nos cursos superiores
	21-25, 27, 28 de janeiro de 1930, nº 635-641	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora (sobre os cursos que mantinha: “Secundário conforme programa de Ensino do Colégio Pedro II do RJ”)
	29, 30 e 31 de janeiro de 1930, nº 642, 643 3 644	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira. Ou seja, ainda permanecia a mesma cultura das aulas secundárias particulares do século XIX
	3-8, 10-17 de fevereiro de 1930, nº 646-651, 652-658	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira
	18 de fevereiro de 1930, nº 659	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira. E sobre as inscrições nos exames finais de promoção, de preparatórios (edital) e de admissão do Atheneu Sergipense
	19-22, 25, 27 e 28 de fevereiro de 1930, nº 660-663, 664, 666 e 667	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira
	3 de março de 1930, nº 668	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira. E sobre as convocações para as provas escritas dos exames de preparatórios de 2ª Época (Latim, Geometria, Aritmética, Inglês, História Universal e Álgebra)
	5-8, 10-15, 18 e 19 de março de 1930, nº 669-680	Nota/propaganda do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e anúncio das aulas particulares de História Geral e do Brasil do professor Edison de Oliveira
	20 de março de 1930, nº 681	Regresso de Juarez Figueiredo após concluir o curso jurídico na Faculdade de Direito da Bahia. Aula particular de Edison de Oliveira
	22, 24, 25, 28, 29, 31 de março de 1930, nº 683, 684, 685, 688, 689 e 690	Anúncios/propagandas das aulas particulares de Edison de Oliveira e de Manoel José dos Santos Mello (professor do Atheneu). E homenagem à mais um conterrâneo que foi aprovado na Faculdade de Medicina da Bahia
	1-28 de abril de 1930, nº 691-711	Anúncios/propagandas das aulas particulares de Edison de Oliveira, Santos Mello e Franco Freire (estes dois últimos eram professores do Atheneu)
	2, 5-10, 12, 14-16 de maio de 1930, nº 714-724	Anúncios/propagandas das aulas particulares de Santos Mello e Franco Freire (professores do Atheneu)
	17, 19-22, 24, 26-28, 30 e 31 de maio de 1930, nº 725-729, 731-736	Discorre sobre a formação dos alunos de Arquitetura da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e as propagandas das aulas particulares dos professores Santos Mello e Franco Freire
	2-6 de junho de 1930, nº 737-741	Anúncios/propagandas das aulas particulares de Santos Mello e Franco Freire (professores do Atheneu)
<i>A Notícia</i>	25, 28, 29 e 30 de julho de 1896, nº 113, 115, 116 e 117	Nota/propaganda das aulas particulares do curso de Preparatórios do professor Luiz Carlos da Silva Lisboa (curso destinado àqueles que desejavam prestar os preparatórios)

3-5, 10-13 e 27 de agosto de 1896, nº 120-122, 126-129 e 140	Publicação sobre a importância da Instrução Pública em Sergipe – dando mais ênfase à Primária. Propaganda das aulas particulares do curso de preparatórios do professor Luiz Carlos da Silva Lisboa
12, 14-18, 24 e 30 de setembro de 1896, nº 151-156, 161 e 166	Propaganda das aulas particulares do curso de preparatórios do professor Luiz Carlos da Silva Lisboa. Divulgação do livro deste mesmo professor (título: “Chorographia do Estado de Sergipe”)
29 de outubro de 1896, nº 190	Adiamento da aplicação dos exames de preparatórios devido à falta de verba
5 de novembro de 1896, nº 195	Texto publicado por Floro Andrade discorrendo sobre a suspensão dos preparatórios, destacando a postura do governo e dos candidatos dos outros Estados que prestavam os exames em Sergipe. Observação: os posicionamentos do autor parecem parciais
30 de novembro de 1896, nº 216	Aprovação de Arthur Motta na 2ª série do curso de Farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia e recebimento do grau de bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo de José Manoel Machado de Araújo Filho (ambos sergipanos)
13 de janeiro de 1897, nº 250	Nota sobre as inscrições nos preparatórios (edição que ficou suspensa por falta de verba no ano anterior). Apresenta a quantidade de inscritos e sobre o valor das taxas cobradas aos candidatos (vista como meio de conseguir verba necessária para a realização dos exames). E propaganda do curso particular de Manoel Alves Machado (Português e Aritmética)
14-16, 18 e 19 de janeiro de 1897, nº 251-255	Anúncio das aulas particulares de Manoel Machado (Português e Aritmética)
20 e 21 de janeiro de 1897, nº 256 e 257	Discorre sobre a Instrução Pública e Superior nos Estados. E Anúncio das aulas particulares de Manoel Machado (Português e Aritmética)
22 e 23 de janeiro de 1897, nº 258 e 259	Divulgação da lista com os nomes dos examinadores dos preparatórios. E Anúncio das aulas particulares de Manoel Machado (Português e Aritmética)
25 de janeiro de 1897, nº 260	Sobre a Reforma do ensino, desta vez, dando ênfase ao secundário (de acordo com o levantamento do número de matrículas do Atheneu Sergipense X preparatórios). E aulas particulares dos professores Manoel Machado e Carlos Bastos Gomes e Silva (Francês e Português)
26-29 de janeiro de 1897, nº 261-264	Anúncios das aulas particulares dos professores Manoel Machado e Carlos Bastos Gomes e Silva. E sobre a Reforma do ensino (ênfase no Curso Normal feminino)
30 de janeiro de 1897, nº 265	Encerramento das inscrições dos preparatórios e aulas particulares dos professores Carlos Bastos e Manoel Machado
1 de fevereiro de 1897, nº 266	Nota sobre a substituição do fiscal dos preparatórios e aulas particulares dos professores Carlos Bastos e Manoel Machado
3 de fevereiro de 1897, nº 267	Sobre o início da aplicação dos exames. Convocação da Congregação do Atheneu Sergipense para tratar do concurso da cadeira de Ciências Físicas e Naturais da instituição. E aulas particulares dos professores Carlos Bastos e Manoel Machado
4-6 de fevereiro de 1897, nº 268-270	Aulas particulares dos professores Carlos Bastos e Manoel Machado
8 de fevereiro de 1897, nº 271	Sobre o início da aplicação dos exames. Nomeação de Brício Cardoso. E aulas particulares de Manoel Machado

	9 de fevereiro de 1897, nº 272	Divulgação da lista dos candidatos convocados para a prova oral do Preparatório de Português. E aulas particulares de Manoel Machado
	10 de fevereiro de 1897, nº 273	Divulgação do resultado da 1ª turma de Português e convocação dos candidatos da 2ª turma de Português e 1ª de Latim. E aulas particulares de Manoel Machado
	11 de fevereiro de 1897, nº 274	Resultados das 2ª, 3ª e 4ª turmas de Português e da 1ª e 2ª de Latim. E convocação dos candidatos dos exames de Aritmética, Francês e Latim
	12 de fevereiro de 1897, nº 275	Resultados da 5ª turma de Português e da 3ª de Latim
	13 de fevereiro de 1897, nº 276	Convocação para a prova escrita dos exames de Geometria e Trigonometria, Aritmética e Francês
	15 e 16 de fevereiro de 1897, nº 277, 278	Convocação para a prova oral de Francês, Aritmética e Álgebra. E aulas particulares de Manoel Machado
	17 de fevereiro de 1897, nº 279	Resultados das turmas dos exames de Francês e Geometria e Trigonometria (aprovados simplesmente). E aulas particulares de Manoel Machado
	18 de fevereiro de 1897, nº 280	Resultados dos exames de Geometria e Trigonometria e Geografia (aprovados simplesmente). E aulas particulares de Manoel Machado
	19 de fevereiro de 1897, nº 281	Resultado do exame de Inglês (aprovados simplesmente)
	20 de fevereiro de 1897, nº 282	Resultados dos exames de História Universal e Física e Química (aprovados simplesmente)
	26 de fevereiro de 1897, nº 287	Nota sobre o encerramento dos exames Gerais de Preparatórios e homenagem ao professor Brício Cardoso
	27 de fevereiro de 1897, nº 288	Sobre a viagem de alguns candidatos (que prestaram os preparatórios no Atheneu Sergipense) à Pernambuco para a realização das matrículas na Faculdade de Direito de Recife
	19 de abril de 1897, nº 325	Viagem de alguns acadêmicos (sergipanos) dos cursos de Medicina e Farmácia da Bahia
	7 de maio de 1897, nº 339	Autorização de segunda aplicação dos exames de preparatórios no mês de junho. E aprovação e adoção do livro de Silva Lisboa
	15 de julho de 1897, nº 392	Nota sobre a pretensão de abertura de um colégio de ensino secundário, onde “os jovens conterrâneos poderão estudar dos diversos preparatórios exigidos para as matrículas das academias”. Pretensão de Rogaciano Magno de Leão Brazil (já possuía um colégio em Maruim)
	23 de setembro de 1897, nº 449	Exames de preparatórios: discussão sobre as razões do presidente do Estado não abrir as inscrições no mês de novembro
	15 de dezembro de 1897, nº 514	Autorização da aplicação dos preparatórios em fevereiro do ano seguinte
<i>O Estado de Sergipe</i>	18, 19, 20, 21, 26 e 30 de setembro de 1902, nº 1183-1186, 1190 e 1192	Sobre a matrícula de candidatos nos cursos superiores (para aqueles que faltavam até três preparatórios)
	2 de outubro de 1902, nº 1194	Sobre a matrícula de candidatos nos cursos superiores (para aqueles que faltavam até três preparatórios)
	4 de outubro de 1902, nº 1196	Substituição de professores do Atheneu Sergipense e matrícula de candidatos nos cursos superiores (para aqueles que faltavam até três preparatórios)
	8 de outubro de 1902, nº 1199	Relatório do quantitativo de matrículas e frequência dos alunos do secundário e aprovação de obras didáticas para a Escola Normal

10 de outubro de 1902, nº 1901	Apresenta a tabela de gastos com a Instrução Pública (primária e secundária). E publicação do edital informando o início das inscrições dos preparatórios (Observação: consta que o referido edital foi publicado em 13 de setembro neste mesmo jornal, porém, não localizei)
11 de outubro de 1902, nº 1902	Edital de início dos preparatórios e matrícula de candidatos nos cursos superiores (para aqueles que faltavam até três Exames)
12, 14, 15 e 16 de outubro de 1902, nº 1903, 1907, 1908 e 1909	Edital de início dos preparatórios e matrícula de candidatos nos cursos superiores (para aqueles que faltavam até três Exames)
17-19 de outubro de 1902, nº 1910, 1201 e 1202	Edital de prorrogação das inscrições dos Preparatórios
23 de outubro de 1902, nº 1212	Divulgação da relação dos candidatos convocados para as provas escrita e oral dos preparatórios de algumas disciplinas (Latim, Aritmética, Álgebra e Geometria – uma parte complementar encontra-se ilegível)
24 de outubro de 1902, nº 1213	Relação dos convocados para os exames de Física e Química e Inglês e divulgação dos resultados dos exames aplicados no dia anterior
29 de outubro de 1902, nº 1216	Divulgação do resultado do exame de História Universal
7 de novembro de 1902, nº 1223	Apresenta um quadro com o resultado dos preparatórios aplicados no Atheneu Sergipense entre 23/10 à 5/11 e os cursos superiores escolhidos pelos candidatos
9 de novembro de 1902, nº 1225	Ofício recebido do “Comissário Fiscal dos Exames Geraes de Preparatórios”, anexado um exemplar do jornal do dia 7/11, em que consta o quadro dos resultados
13 de novembro de 1902, nº 1228	Despesas diversas: apresenta os gastos com a aplicação dos exames
10, 11 e 12 de dezembro de 1902, nº 1249, 1250 e 1251	Divulgação do edital da abertura do período de inscrição dos exames de preparatórios (de 1 à 13 de janeiro do ano seguinte)
13 de dezembro de 1902, nº 1252	Nota sobre o início do período letivo do Parthenon Sergipense e edital das inscrições dos preparatórios do Atheneu Sergipense
14 de dezembro de 1902, nº 1253	Suspensão da cadeira de Sociologia e Moral do Atheneu Sergipense, que era regida pelo professor Pereira de Andrada e que havia falecido pouco antes da suspensão. Nota do início das aulas do Parthenon Sergipense e edital das inscrições dos preparatórios do Atheneu Sergipense
16-20 de dezembro de 1902, nº 1254-1258	Nota sobre o início do período letivo do Parthenon Sergipense e edital das inscrições dos preparatórios do Atheneu Sergipense
21 e 23 de dezembro de 1902, nº 1259 e 1260	Edital das inscrições dos preparatórios do Atheneu Sergipense
24, 26 e 30 de dezembro de 1902, nº 1261 (números dos dias 26 e 30 estão ilegíveis)	Nota sobre o início do período letivo do Parthenon Sergipense (nos dias 24, 26 e 30) e edital das inscrições dos preparatórios (no dia 30)
11, 12 e 14 de julho de 1903, nº 1411, 1412 e 1413	Edital direcionado aos professores e institutos que ofereciam cursos particulares de preparatórios, ou seja, que preparavam os candidatos para os exames, especificamente, solicitando o quantitativo de alunos que pretendiam prestar os

	preparatórios naquele ano, a fim de não serem sujeitos às taxas. OBS: assim, os alunos matriculados em cursos preparatórios particulares do Estado, em 1903, não pagavam a taxa cobrada nas inscrições
8, 9 e 11 de agosto de 1903, nº 1434, 1435 e 1436	Nota sobre o “Colégio S. Thomaz de Aquino” – consta que oferecia os cursos primário e secundário e apresenta os nomes e aproveitamento dos alunos
9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20 e 22 de outubro de 1903, nº 1483, 1484, 1485, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491 e 1493, respectivamente	Divulgação do edital de abertura das inscrições dos preparatórios e apresentação dos artigos com as regras para a inscrição
1 de novembro de 1903, nº 1501	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios das seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia e Corografia, História Universal e Especialmente do Brasil, Física e Química e História Natural
4 de novembro de 1903, nº 1502	Divulgação da lista dos candidatos convocados para a realização dos exames de Português
5 de novembro de 1903, nº 1503	Apresenta as regras de permanência dos candidatos ao local das provas dos preparatórios
6 de novembro de 1903, nº 1504	Convocação de candidatos e divulgação dos resultados dos preparatórios das primeiras turmas de Português, Aritmética e Geometria e Trigonometria. E regras de permanência dos candidatos ao local das provas
7, 8, 10-14 de novembro de 1903, nº 1505-1511	Convocação dos candidatos e divulgação dos resultados dos primeiros exames
15 de novembro de 1903, nº 1512	Convocação dos candidatos e divulgação dos resultados dos exames. E nota sobre o mau funcionamento dos preparatórios realizados na Paraíba e no Rio Grande do Norte (culpam a “tolerância” dos governantes, mas não especificam qual o problema e as razões)
17-22, 24-29 de novembro de 1903, nº 1513-1523	Convocação dos candidatos e divulgação dos resultados dos exames. E apresentação do relatório anual do Atheneu Sergipense (somente no dia 29)
1, 3, 4 e 5 de dezembro de 1903, nº 1526, 1527, 1528 e 1529	Convocação dos candidatos e divulgação dos resultados dos exames. Formatura de alguns conterrâneos (4/12)
17 de dezembro de 1903, S/N (ilegível)	Aprovação no 4º ano de Medicina de um sergipano (Edelberto Campos)
25 e 26 de agosto de 1908, nº 2876 e 2877	Apresentação do Regulamento do Atheneu Sergipense
28 de agosto de 1908, nº 2879	Aprovação do projeto concedendo a realização da 2ª época dos preparatórios
10 de setembro de 1908, nº 2888	Apresentação do relatório da Instrução Pública (consta o número de alunos e uma observação sobre os preparatórios)
19 de setembro de 1908, nº 2901	Apresentação do relatório anual do Atheneu Sergipense
26 de setembro de 1908, nº 2907	Aprovação da realização dos preparatórios de 2ª época (para aqueles candidatos que já possuíam cinco exames)
15 de novembro de 1908, nº 2947	Telegrama do Rio de Janeiro contendo a aprovação do projeto de aplicação dos preparatórios de 2ª época
10 de dezembro de 1908, nº 2967	Telegrama do Rio de Janeiro contendo a aprovação do projeto de aplicação dos preparatórios de 2ª época

15 de dezembro de 1908, nº 2971	Telegrama do Rio de Janeiro informando sobre o Decreto de aplicação dos preparatórios de 2ª época (destinado aos candidatos que já possuíam cinco exames)
16 de dezembro de 1908, nº 2972	Telegrama do Rio de Janeiro autorizando a abertura das inscrições nos preparatórios de 2ª época no Atheneu Sergipense
7, 9-13 de fevereiro de 1909, nº 2923-2928	Edital de abertura das inscrições nos preparatórios de 2ª época e convocação dos professores do Atheneu Sergipense para reunião da Congregação
14 e 16 de fevereiro de 1909, nº 2929 e 2930	Discussão do Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, que determinava sobre os certificados dos preparatórios exigidos para os cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura). Edital de abertura das inscrições nos preparatórios de 2ª época e convocação dos professores do Atheneu Sergipense para reunião da Congregação. (Denominavam preparatórios de “conjunto” quando eram os específicos para os cursos descritos no Decreto nº 1.531)
19 de fevereiro de 1909, nº 2933	Apenas sobre o Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906, que determinava sobre os certificados dos preparatórios exigidos para os cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura)
21 de fevereiro de 1909, nº 2935	Telegrama explicando a razão do adiamento dos exames de 1ª época do final do ano anterior (razão: a moléstia, que resultou na falta de substitutos legais)
26 e 27 de fevereiro de 1909, nº 2937 e 2938	Edital de divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios
28 de fevereiro de 1909, nº 2939	Edital das inscrições nos preparatórios dos cursos referentes ao Decreto nº 1.531 (Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura) e divulgação das bancas examinadoras
2-7 e 9 de março de 1909, nº 2940-2945 e 2948	Edital das inscrições nos preparatórios dos cursos referentes ao Decreto nº 1.531 (Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura)
13 e 14 de março de 1909, nº 2950 e 2951	Convocação dos candidatos inscritos nos Preparatórios referentes ao Decreto nº 1.531, divulgação das bancas examinadoras e resultado dos exames para o curso de Farmácia (dia 14)
18 de março de 1909, nº 2954	Resultado dos preparatórios de “conjunto” para o curso de Odontologia
16 de abril de 1909, nº 2974	Apresenta dois quadros: no primeiro, contendo os nomes dos candidatos que prestaram os preparatórios para os cursos de Farmácia e Odontologia; segundo, com a distribuição dos horários das disciplinas do Atheneu Sergipense para o ano letivo de 1909
17 de abril de 1909, nº 2975	Quadro com os resultados dos preparatórios exigidos para a matrícula nos cursos de Farmácia e odontologia. Concessão de licença do professor Antônio Garcia Rosa (professor de Geografia do Atheneu). E distribuição dos horários das aulas do Atheneu Sergipense
23 de outubro de 1909, nº 3124	Discorre sobre as propostas de Reforma do Ensino Secundário, dentre elas, do funcionamento dos preparatórios e dos exames de madureza
29 e 30 de janeiro de 1910, nº 3201 e 3202	Divulgação do edital de abertura das inscrições dos preparatórios de 2ª Época e para aqueles que almejavam a matrícula nos cursos previstos no Decreto nº 1.531

1, 4-6, 8-10 de fevereiro de 1910, nº 3203, 3205-3210	Divulgação do edital de abertura das inscrições dos preparatórios de 2ª época e para aqueles que almejavam a matrícula nos cursos previstos no Decreto nº 1.531
11 de fevereiro de 1910, nº 3211	Convocação dos candidatos inscritos nos preparatórios de 2ª época
12 de fevereiro de 1910, nº 3212	Instruções para os candidatos sobre a realização dos preparatórios das disciplinas exigidas para os cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Agrimensura e Belas Artes (previstos no Decreto nº 1.531). Para estes exames, especificamente, a aplicação teve início em 1º de março
13 de fevereiro de 1910, nº 3213	Convocação e resultados dos exames de 2ª época e instruções para os candidatos que se enquadravam no Decreto nº 1.531
15, 18, 20 e 22 de fevereiro de 1910, nº 3214, 3217, 3218 e 3220	Instruções dos preparatórios para os candidatos que se enquadravam no Decreto nº 1.531
1 de março de 1910, nº 3225	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios para matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia (previstos do Decreto nº 1.531)
3, 4 e 5 de março de 1910, nº 3226, 3227 e 3228	Divulgação das bancas examinadoras dos preparatórios para matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia (previstos do Decreto nº 1.531)
6 de março de 1910, nº 3229	Divulgação dos resultados dos preparatórios referentes ao Decreto nº 1.531
12, 13 e 15 de março de 1910, nº 3234, 3235 e 3236	Abertura de edital de inscrições para os candidatos que foram reprovados em até três disciplinas dos preparatórios de 2ª época
17 de março de 1910, nº 3237	Convocação dos candidatos para os exames de 2ª época (aqueles que reprovaram em até três disciplinas) e prazo de inscrição (16/03)
18 e 19 de março de 1910, nº 3238 e 3239	Aviso sobre o prazo de inscrição nos preparatórios (para aqueles que reprovaram em até três disciplinas nos exames de 2ª época)
16 de outubro de 1910, nº 3398	Apresenta o quadro de matrículas do Atheneu Sergipense, assim como os resultados dos preparatórios (denominam de “exames de conjunto”) para matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia e resultados dos exames de admissão, ambos realizados em março deste mesmo ano
2 de dezembro de 1910, nº 3433	Convocação dos candidatos inscritos para a prova escrita dos exames de 1ª época e divulgação das bancas examinadoras
3, 4, 6-8, 10, 11, 13-18 de dezembro de 1910, nº 3435-3445	Informações sobre os horários dos exames e divulgação dos resultados por disciplina (a partir do dia 8)
14 e 15 de janeiro de 1911, nº 3467 e 3468	Nota sobre o “Grêmio Escolar”, consta que oferece o ensino primário e secundário e que prepara os alunos nas disciplinas exigidas para a matrícula nos cursos de Farmácia e Odontologia
1, 2, 4, 5, 7-12 de fevereiro de 1911, nº 3481-3490	Nota do “Grêmio Escolar” (mesma publicação do mês anterior, nos dias 1 e 2). Edital de abertura das inscrições dos exames de 2ª época do Atheneu (Exames previstos no art. 31, Cap. VIII do Regulamento em vigor). Observação: estes exames correspondem aos de admissão/promoção e madureza (segundo o artigo 31 do Regulamento do Ensino Secundário de 1906)
21-24, 26 e 28 de fevereiro de 1911, nº 3497-3502	Edital de inscrição dos exames de admissão do Atheneu. E edital de inscrição para os preparatórios dos cursos de Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Belas Artes e Agrimensura (Decreto nº 1.531)

	7 de março de 1911, nº 3507	Divulgação dos resultados dos “exames de conjunto” (preparatórios) para matrícula no curso de Odontologia. E nota sobre a matrícula no “curso de madureza” do Atheneu
	20 e 21 de abril de 1911, nº 3541 e 3542	Apresentação do programa de História Universal do A. S.; e apresentação do Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911 – Lei Orgânica do Ensino Superior
	23, 25-28 de abril de 1911, nº 3543-3547	Continuação da apresentação do Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911 – Lei Orgânica do Ensino Superior
	3 de outubro de 1911, nº 3667	Nomeação do professor Leonardo Gomes de Carvalho Leite para a cadeira de Moral, Educação Cívica e Noções de Direito do Atheneu Sergipense
	4 de outubro de 1911, nº 3668	Relatório dos pagamentos dos professores do Atheneu Sergipense (constam os valores)
	11 de outubro de 1911, nº 3673	Relatório do diretor do Atheneu (apresenta, também, os resultados dos exames de madureza realizados em dezembro de 1910 e os quadros de matrículas. Assim como, os resultados dos “exames de conjunto” (preparatórios) para os cursos de Farmácia e Odontologia realizados em março de 1911
	6, 7, 9-14 de novembro de 1915, nº 4.760-4.766 (as edições dos dias 10 e 11 estão com o mesmo número)	Trata de um telegrama enviado pelo diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (Augusto Vianna) sobre a abertura das inscrições dos “exames vestibulares” e cita que os preparatórios deveriam ser realizados nas “faculdades oficiais”. Observação: ou seja, a proposta dos vestibulares já existia concomitantemente com os preparatórios, no entanto, para o diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, os preparatórios só seriam aceitos nesta instituição, caso os candidatos os tivessem prestados nas faculdades oficiais e não em estabelecimentos de Ensino Secundário
	17, 18, 20, 23, 25-28 e 30 de novembro de 1915, nº 4.767, 4.768, 4.770, 4.772, 4.774-4.778	Sobre a abertura das inscrições dos preparatórios para a matrícula no curso de Medicina da Bahia (realizados pela mesma Faculdade, conforme telegrama enviado pelo diretor da instituição)
	1 de dezembro de 1915, nº 4.779	Inscrições nos preparatórios da Faculdade de Medicina da Bahia (mesma publicação do mês anterior) e divulgação dos exames finais do “Grêmio Escolar”
<i>Gazeta do Povo</i>	25 de novembro de 1921, nº 37	Trata da realização dos exames finais da Escola Normal e dos preparatórios realizados no Atheneu Sergipense, ressaltando a imparcialidade e rigor das bancas examinadoras
	27 de outubro de 1924, nº 17	Edital de abertura das inscrições dos preparatórios de 1ª época do Atheneu Sergipense
	28 de outubro de 1924, nº 18	Trata do valor da taxa cobrada nos exames do Atheneu (10\$000 por disciplina). OBS: não especifica quais os exames, mas suponho que sejam os preparatórios, os finais, admissionais e de promoção
	21 e 22 de novembro de 1924, nº 34 e 35	Notas sobre o falecimento do professor Brício Cardoso. Por conta da morte, o diretor do Atheneu suspendeu o funcionamento dos preparatórios e demais exames por um dia e nomeou uma comissão de professores para prestar as homenagens à Brício, sendo formada por: Arthur Fortes, Abdias Bezerra, Leonardo Leite, Clodomir Silva e Alcebíades Paes
	26 de janeiro de 1925, nº 85	Anúncio/propaganda das aulas particulares do professor Abdias Bezerra das seguintes disciplinas: Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria e Física e Química

17 de fevereiro de 1925, nº 104	Anúncio/propaganda das aulas particulares do professor Abdias Bezerra das seguintes disciplinas: Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria e Física e Química
5 de março de 1925, nº 117	Nota do “Instituto América” (educação feminina. Consta que oferece os cursos primário e médio – OBS: secundário?). Anúncio das aulas particulares de línguas estrangeiras do professor Francisco Portugal. E divulgação dos resultados dos exames de preparatórios de 2ª época das seguintes disciplinas: Álgebra, Português, Geometria e Francês (as demais disciplinas estavam em processo de realização)
20 de março de 1925, nº 130	Anúncios das aulas particulares de Abdias Bezerra e Francisco Portugal
13 de julho de 1925, nº 217	Discorre sobre a equiparação da Faculdade de Medicina de Pernambuco com a do Rio de Janeiro
2 de março de 1926, nº 394	Anúncio das aulas particulares de Francisco Portugal
16 de março de 1926, nº 406	Discorre sobre o telegrama enviado por Rocha Vaz (então diretor do Departamento Nacional de Ensino), em que desmoraliza o funcionamento dos preparatórios no Atheneu Sergipense e a postura das bancas. Diante disto, o autor da publicação (não assinada) se refere à Rocha Vaz como “prepotente” e elogia a postura e idoneidade dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense e do trabalho realizado pelo inspetor federal dos exames, Octaviano Mello
31 de março de 1926, nº 418	Anúncio das aulas particulares de Francisco Portugal
15, 24 e 30 de abril de 1926, nº 428, 435 e 500	Anúncio/propaganda das aulas particulares de História Natural do professor Helvécio de Andrade
4 de maio de 1926, nº 501	Anúncio/propaganda das aulas particulares de História Natural do professor Helvécio de Andrade
10 de maio de 1926, nº 506	Anúncio/propaganda das aulas particulares de História Natural do professor Helvécio de Andrade. Trata, também, de mais uma crítica à postura de Rocha Vaz, desta vez, sobre algumas nomeações que realizou. A chamada diz o seguinte: “Mais um acto absurdo do diretor do Departamento Nacional de Ensino”. A publicação está assinada por “ <i>D’A Folha</i> , do Rio”
19, 20 e 24 de maio de 1926, nº 512, 513 e 518	Anúncio/propaganda das aulas particulares do professor Francisco Portugal (Francês, Inglês, Alemão, Italiano e Castelhana)
4 de junho de 1926, nº 525	Anúncio/propaganda das aulas particulares do professor Francisco Portugal (Francês, Inglês, Alemão, Italiano e Castelhana)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das edições dos impressos selecionados.

Anexo C – Modelos de Atas de Inscrição, Atas dos Exames e Certificados de Habilitação

Modelo 1 – Página do Livro de Inscrição. Em destaque: inscrições para o exame de segunda época da disciplina Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, 1927

2ª época de 1927

Geografia geral, Chorographia do Brasil e noções de Cosmografia

N.º de insc.	Nomes dos candidatos	Data da inscrição		
		Dia	Mês	Anno
1	Ady de Andrade Prata	28	Fevereiro	1928
2	Beluário de Aguiar	"	"	"
3	Homero Pinz Fonseca	"	"	"
4	Marcolino Ezequiel de Menezes	29	"	"
5	Ypao Tourinho de Moraes	"	"	"

Encerrada a inscrição do
Chorographia do Brasil e Cosmografia
com cinco (5) candidatos em
f. Octaviano U. Reis

Fonte: Acervo do CEMAS (Ref. Cx. 116, pc. 393FASS06).

Modelo 2 – Página do Livro de Atas dos Exames de Preparatórios. Em destaque: Resultado do exame de Português, primeira época de 1922

Castro

Exame de Português - 1922.	Approvação	Grão
No primeiro dia do mês de dezembro de 1922, presentes o sr. Director do Atheneu Sergipense, e a Comissão examinadora de Português, sob a assistência do sr. dr. Inspector Fiscal, procedeu-se ao julgamento das provas, sendo este o resultado:		
Agênio Fontes, sergipano, com 16 annos de idade, f. de Nemeas de Carvalho Fontes, não matriculado	simplesmente	3,99.
Ant. Machado Barreto, sergipano, de 15 annos de idade, f. de Dionisio Mendes Barreto, matriculado no Atheneu	simplesmente	4,80.
Arthur Edgard Motta, sergipano, com 15 annos de idade, f. de Edgard Ferreira de Motta, não matriculado	simplesmente	5,66
Ephraim Carvalho Borges, d. 13 ^a , com 17 annos de idade, f. de Joas Laurentino Borges, não matriculado	simplesmente	4,99.
Felto Perreira, sergipano, com 13 annos de idade, f. de Abdias Perreira, não matriculado	simplesmente	5,99.
Francisco Fetto Fetto, sergipano, f. de dr. Sisto Cesar Fetto, com 13 annos, não matriculado	simplesmente	4,99.
Jose' de Faro Leal, sergipano, com 13 annos, f. de Uguis de Faro Leal, não matriculado	simplesmente	3,79.
João Vieira do Rocha, de Sergipe, com 16 annos, f. de Adelinio Vieira Rocha, não matriculado	simplesmente	3,88.

Fonte: Acervo do CEMAS (Ref. Cx. 02, pc. 82FASS01).

Modelo 3 – Certificado de Habilitação. Em destaque: certificado do exame de Álgebra do candidato Carlos Firpo, primeira época de 1925

Atheneu Pedro II

Certidão de exame n. 113

Certifico que da acta dos exames de Algebra

dos candidatos estudantes ao Atheneu Pedro II, rea-

lizados de accordo com o decreto 16.782-A, de 13 de Janeiro

de 1925 e com o decreto 11.895, de 14 de Janeiro de 1916,

consta que Carlos Firpo

nos exames realizados em 15 de Junho de 1925

obteve a nota de aprovado puramente grão 1^o.

Aracajú,

O Inspector, R. Belarmino

Fonte: Acervo do CEMAS (Ref. Cx. 109, pc. FASS06).

Anexo D – Listas nominais dos candidatos que prestaram os exames gerais de preparatórios no Atheneu Sergipense, 1873-1934¹⁴²

Bloco 1 – 1873-1876

Ano	Nome	Exames prestados/aprovados
1873	1 - Antônio Baptista de Oliveira Valladão	Pedagogia, Gramática Filosófica, Aritmética, Geografia, História
	2 - Antônio de Araújo e Silva	Pedagogia, Gramática Filosófica
	3 - Antônio de Oliveira Freitas	Pedagogia e Gramática Filosófica
	4 - Belisário Pereira de Vasconcellos	Pedagogia, Gramática Filosófica, Aritmética, Geografia, História
	5 - Eutychio de Novaes Lins	Pedagogia, Gramática Filosófica, Aritmética, Geografia, História
	6 - Félix Barreto de Vasconcellos	Pedagogia, Gramática Filosófica
	7 - Francisco José de Góes Júnior	Pedagogia, Gramática Filosófica
	8 - João Belisário Junqueira	Pedagogia, Gramática Filosófica, Aritmética, Geografia, História
	9 - José Antônio de Carvalho Heitor	Pedagogia, Gramática Filosófica
	10 - José Calasans dos Santos	Pedagogia, Gramática Filosófica
	11 - José Cupertino de Moraes	Pedagogia, Gramática Filosófica
	12 - Leonídio Ramos Leite	Pedagogia, Gramática Filosófica
	13 - Ramalho José da Silva	Pedagogia, Gramática Filosófica
1874	1 - Ângelo Cardoso Dourado	Álgebra, Filosofia, Geometria
	2 - Antônio Baptista Bittencourt Júnior	Geometria
	3 - Antônio Daltro de Dantas	Geografia
	4 - Bertholdo Augusto da Cruz	Geografia, História
	5 - B. Vasconcellos Ramos	Filosofia
	6 - Baltazar d'Araújo Góes	Filosofia
	7 - Dionísio Muniz Teles de Menezes	Geometria
	8 - Domingos José Passos Moreira	Álgebra
	9 - Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré	Filosofia
	10 - Felisbello Firmo de Oliveira Freire Júnior	Álgebra, Geometria, Geografia
	11 - Francisco Fernandes de Sousa	Álgebra, Geometria
	12 - Francisco Ferreira Pinto Lobão	Álgebra, Geometria, História
	13 - Francisco José de Magalhães	Álgebra, Geometria, História
	14 - Jason Valladão	Geografia
	15 - João d'Ávila e Almeida	Filosofia
	16 - João Fernandes Vieira	Geometria
	17 - José D'Aguiar Botto de Barros	Geometria, História, Retórica e Poética
	18 - José Ricardo Cardoso	Retórica e Poética
	19 - José Wellington Cabral	História
	20 - Luiz Pereira Franco	Geometria, Geografia
	21 - Manoel da Silva Palmeira	Álgebra, Geometria, História
	22 - Manoel dos Passos d'Oliveira Telles	Geografia
	23 - Manoel Joaquim Bahia Filho	Filosofia, Geografia, História
	24 - Melchisedech Mathusalém Cardoso	Retórica e Poética
	25 - S. Ribeiro Fontes	Álgebra, Filosofia
	26 - Silvério Martins Fontes	Geografia, História
	27 - Tibério Rodrigues d'Araújo	Álgebra

¹⁴² Levantamento realizado a partir das fontes selecionadas, tais como: jornais, atas, declarações e certificados. Dependendo da fonte, o quadro pode variar de formato. Uns, constando somente o nome do candidato e a(s) disciplina(s) prestada(s) ou solicitada(s); outros, mais completos, com o nome, filiação, naturalidade e exame(s) prestado(s). Foi respeitada a grafia dos nomes.

1875

1 - Alexandre de Oliveira Freire	Latim
2 - Alexandre Telles de Menezes Júnior	Latim, Inglês
3 - Alfredo Theodoro Cordeiro Guaraná	Inglês
4 - Alípio Cardoso Fontes de Menezes	Inglês, Álgebra
5 - Álvaro Ramos Fontes	Latim, Álgebra
6 - Antero Cícero de Assis	Inglês
7 - Antônio Celestino dos Santos	Inglês, Álgebra
8 - Antônio de Araújo Lobão	Português
9 - Antônio de Souza Vieira	Álgebra, Filosofia
10 - Antônio Gomes de Macedo Coutinho	Inglês
11 - Antônio Joaquim de Albuquerque	Inglês, Álgebra
12 - Antônio Martins Fontes Sobrinho	Português, Álgebra
13 - Antônio Militão de Bragança	Português, Latim
14 - Apulchro da Motta Rabello	Inglês
15 - Arsenio de Almeida Araújo Cavalcante	Inglês
16 - Arthur Barretto de Oliveira Ribeiro	Latim, Inglês
17 - Arthur de Almeida Sebrão	Álgebra
18 - Augusto d'Alcântara Salles	Português
19 - Bartholomeo Antunes de Oliveira Nery	Inglês
20 - Benigno Alfredo de Assis	Inglês
21 - Benilde de Vasconcelos Ramos	Latim
22 - Benjamin Francisco Brandão Júnior	Português
23 - Bertholdo Augusto da Cruz	Português, Álgebra
24 - Cândido de Oliveira Ribeiro	Filosofia
25 - Cláudio José Gonçalves	Português
26 - Domingos José dos Passos Moreira	Inglês
27 - Epimaco Augusto d'Azevedo	Português
28 - F. Elysio do Nascimento Pinto	Álgebra
29 - Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré	Álgebra
30 - Felino Martins Fontes de Carvalho	Português
31 - Felisbello de Oliveira Freire Júnior	Português, Inglês, Filosofia
32 - Francisco Gonçalves da Silva	Filosofia
33 - Francisco de Souza Leite	Filosofia
34 - Francisco José de Góes Júnior	Português
35 - Galdino Cícero de Miranda	Latim, Filosofia
36 - Gonçalo de Faro Rollemberg	Filosofia
37 - Gregório José Maurício Bella	Português, Inglês
38 - João Amâncio Bezerra	Português
39 - João Baptista d'Oliveira Braga	Português
40 - João Baptista Sacerdote	Latim, Inglês, Álgebra, Filosofia
41 - João Clodoaldo Moreira de Costa	Álgebra
42 - João da Silva Mello	Álgebra
43 - João d'Ávila e Almeida	Latim
44 - João de Andrade Mello	Latim
45 - João Fernandes da Lima Cortes	Português, Latim
46 - João Firmino Branco	Inglês, Álgebra
47 - João Francisco da Costa Pinto	Filosofia
48 - João Francisco dos Reis	Latim, Inglês
49 - João Clodoaldo Moreira da Costa	Filosofia
50 - João Machado de Aguiar Mello	Português
51 - João José de Oliveira Leite Júnior	Álgebra, Filosofia
52 - João Ribeiro Fernandes	Latim
53 - Joaquim Gomes de Souza	Português
54 - José Antônio de Menezes	Latim
55 - José Correia de Mello Bittencourt	Português, Álgebra
56 - José Felício Tota Júnior	Português, Latim, Álgebra

57 - José Freire da Costa Pinto	Latim
58 - José Machado Pedreira	Latim
59 - José Rodrigues da Costa Dória	Português
60 - José Theodolpho Cardoso	Português
61 - Joviniano da Silveira Ramos	Álgebra, Filosofia
62 - Joviniano Joaquim de Carvalho	Álgebra, Filosofia
63 - Jozino da Soledade Luz	Inglês
64 - Justo Leite Chermont	Filosofia
65 - Juvêncio de Siqueira Montes	Português
66 - Ladislau Antônio Pereira Barreto	Português, Latim
67 - Leonillo O. Freire	Latim
68 - Lodgero Benigno do Nascimento	Português
69 - Luiz Barbosa Madureira Rollemberg	Filosofia
70 - Luiz de Mattos Freire	Álgebra, Filosofia
71 - Manoel Calmon de Meirelles	Filosofia
72 - Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro	Latim, Inglês, Filosofia
73 - Manoel Dantas Botelho	Português, Latim
74 - Manoel Dias de Mello Menezes	Álgebra
75 - Manoel dos Passos de Oliveira Telles	Português
76 - Manoel Francisco de Salles Teixeira	Álgebra, Filosofia
77 - Manoel José de Mello Júnior	Português
78 - Manoel Rodrigues Teixeira	Álgebra, Filosofia
79 - Manoel Valentim de Souza	Inglês
80 - Melchisedech Mathusalém Cardoso	Inglês, Álgebra, Filosofia
81 - Nereo Macário de Moraes Guerra	Inglês, Filosofia
82 - P. Ferreira Velloso	Álgebra
83 - Pedro Leite Chermont	Filosofia
84 - Preludiano Ferreira da Rocha	Português
85 - Roque Dias de Pinna	Português, Álgebra
86 - Silvério Martins Fontes	Álgebra, Filosofia
87 - Sisínio Ribeiro Fontes	Português
88 - Taciano Pinto de Mendonça	Português, Álgebra
89 - Terêncio José da Silveira Bomfim	Latim
90 - Ulysses de Azevedo Faro	Filosofia

Ano	Nome	Exames prestados/aprovados
1876	1 - Abdias de Faria e Oliveira	Português, Latim, Francês, Inglês, Retórica, Geografia
	2 - Afonso de Araújo Lima	Português
	3 - Alexandre de Oliveira Freire	Francês
	4 - Alfredo Gordilho Costa	Retórica
	5 - Alfredo Theodoro Cordeiro Guaraná	Português
	6 - Álvaro Ramos Fontes	Geografia
	7 - Álvaro Telles de Menezes	Português, Latim, Inglês, Geografia
	8 - Altino Barretto de Menezes	Francês
	9 - Antônio Correia Dantas Horta	Português
	10 - Antônio Daltro Dantas	Português, Latim
	11 - Antônio de Souza Vieira	Geografia
	12 - Antônio Freire de Mattos Barretto Filho	Latim, Inglês, Geografia
	13 - Antônio Martins Fontes Júnior	Geografia
	14 - Antônio Militão de Bragança	Geografia
	15 - Antônio Ribeiro dos Santos	Português
	16 - Apulchro da Motta Rabello	Geografia
	17 - Arthur Barretto de Oliveira Ribeiro	Português, Francês, Retórica
	18 - Balarmino Ricardo da Costa Filho	Retórica
	19 - Baltazar Vieira de Mello	Português, Latim, Francês, Inglês
	20 - Bertholdo Augusto da Cruz	Inglês

21 - Cândido José Gonçalves	Francês
22 - Cesário Ferreira de Brito Travassos	Português, Francês
23 - Demétrio Hercules da Silveira	Português, Latim
24 - Deoclides Martins Ferreira	Português, Latim, Francês
25 - Domingos José Passos Moreira	Geografia
26 - F. Elysio do Nascimento Pinto	Português
27 - Felino Martins Fontes de Carvalho	Francês
28 - Félix Barretto de Mesquita Freire	Português, Francês
29 - Francisco Antônio de Carvalho Júnior	Português, Latim, Francês
30 - Francisco de Paula Freire	Latim
31 - Galdino Ferreira de Moraes Sarmento	Geografia
32 - Geminiano Vieira de Mello	Português, Francês
33 - Genis Martins Fontes	Retórica, Geografia
34 - Gonçalo Falcão Brandão	Latim, Inglês
35 - Guilherme José Baptista Vianna	Retórica
36 - João Baptista de Oliveira Braga	Latim
37 - João d'Ávila e Almeida	Inglês, Retórica
38 - João de Andrade Mello Cunha	Geografia
39 - João Fernandes de Lima Cortês	Retórica, Geografia
40 - João Fernandes Ribeiro	Português
41 - João José de Oliveira Leite Júnior	Geografia
42 - João Macário Magno Taveira	Latim, Inglês
43 - João Machado de Aguiar Mello	Latim, Inglês
44 - Joaquim Machado de Aguiar Menezes	Português
45 - Joaquim Paulo Vieira Malta	Latim, Francês, Retórica
46 - José Arestides da Costa	Português
47 - José Barbosa de Oliveira Filho	Português, Latim, Geografia
48 - José Correia de Mello Bittencourt	Latim
49 - José da Anunciação Pereira Leite	Português, Retórica
50 - José de Barros Accioli de Menezes	Latim, Francês
51 - José Fernandes Costeira Júnior	Português
52 - José Freire da Costa Pinto	Português
53 - José Júlio Calasans	Latim, Francês, Geografia
54 - José Rodrigues da Costa Dória	Latim, Inglês, Geografia
55 - Josino da Soledade Luz	Português
56 - Juvêncio de Siqueira Montes	Geografia
57 - Ladislau Antônio Pereira Barretto	Inglês, Geografia
58 - Luiz Barbosa de Siqueira Maciel	Geografia
59 - Luiz Barbosa Madureira Rollemberg	Retórica
60 - Luiz Francisco Freire	Português, Latim, Geografia
61 - Manoel dos Passos de Oliveira Telles	Retórica
62 - Manoel Fernandes Sampaio	Retórica
63 - Manoel Joaquim de Oliveira	Retórica
64 - Matheus S. Machado	Francês
65 - Olyntho Rodrigues Dantas	Português
66 - Pelágio Daltro Dantas	Português
67 - Raymundo Henrique Laperrieiro	Francês
68 - Rodolpho Garcia Rosa	Português
69 - Ronaldo Martins Ramos	Retórica
70 - Salvador Accioli Freire	Português, Francês
71 - Savino dos Cotias Brandão	Português
72 - Sebastião da Silveira Andrade	Português, Latim, Francês
73 - Theodomiro de Souza Telles	Latim
74 - Theodoro de Andrade Cortês	Português

Bloco 2 – 1879-1881

Observação: Para o bloco 2, a lista foi construída a partir das convocações dos candidatos publicadas no *Jornal de Sergipe*. Por se tratar de convocações, constam somente os nomes, disciplina e dia da avaliação. Os números levantados e expostos no Quadro 45, acompanhados dos respectivos conceitos, foram retirados dos relatórios anuais emitidos pela Secretaria da Instrução Pública no mesmo jornal. Com isto, na próxima lista, apresento os candidatos e as disciplinas em que se inscreveram, porém, não garantindo que foram aprovados nas mesmas. Outro ponto é que os números podem não corresponder àqueles expostos no Quadro 45, tendo em vista que os relatórios traziam a soma das duas épocas, porém, localizei de apenas uma por cada ano.

Ano	Nome	Exames solicitados
1879	1 - Adelpho Silva Campos	Aritmética
	2 - Adeodalo Baptista de Cerqueira Rego	Aritmética, Álgebra, Geometria
	3 - Adolpho de Loureiro Tavares	Português
	4 - Adolpho Silva Campos	Geometria
	5 - Álvaro de Freitas e Oliveira	Português, História
	6 - Antônio Coelho B. Nabuco	Aritmética
	7 - Antônio dos Cotias Brandão	Português, Francês
	8 - Antônio Joaquim Vianna	Aritmética
	9 - Antônio José Pereira	Português, Aritmética
	10 - Antônio Martins Fontes Sobrinho	Filosofia, Geografia
	11 - Antônio Ribeiro dos Santos	Francês, Filosofia, Aritmética, Álgebra
	12 - Antônio Serapião Franco Lobo	Latim
	13 - Augusto Beek	Português
	14 - Augusto Pinto Lobão	Geografia
	15 - Aurélio de Mello Resende	Geografia
	16 - Demócrito B. de Calasans	Português, Francês
	17 - Deoclides Martins Ferreira	Retórica e Poética, Geometria
	18 - Domingos Dias de M. Sobral	Geografia
	19 - Fausto Celso Bittencourt	Geometria
	20 - Fausto de Aguiar Cardoso	Aritmética, Geometria
	21 - Felinio Martins F. de Carvalho	Latim
	22 - Francisco de Paula Freire	Retórica e Poética, Geometria
	23 - Francisco Nathaniel Ribeiro	Aritmética, Geometria
	24 - Francisco Teixeira de Faria Júnior	Retórica e Poética, Geometria
	25 - Francisco Xavier Ferreira	Retórica e Poética
	26 - Fulgêncio Orozambo Alvares	Francês, Aritmética
	27 - Gonçalo Rabello Leite	Inglês, Latim, Geografia
	28 - Helvécio Vieira de Campos	Português, Francês
	29 - Horácio Martins de Almeida	Aritmética
	30 - J. Flávio A. de Menezes	Filosofia
	31 - Jacintho G. M. de Almeida	Aritmética
	32 - Jason Valladão	Inglês, Latim, Retórica e Poética, Geometria
	33 - João Augusto de F. Garcez	Geografia
	34 - João de Araújo Lima	Latim, História, Aritmética
	35 - João Dias de Oliva Júnior	Latim, Português, Francês
	36 - João Esteves de Freitas Filho	Francês
	37 - João Ferreira de Souza Mello	Geografia, História, Álgebra, Geometria
	38 - João Justiniano da Silveira Salles	Geometria
	39 - João Martins Pena	Álgebra, Geometria
	40 - João Nunes da Silva Lopes	Álgebra, Geometria
	41 - João Rodrigues da Costa Dória	Português, Francês, Aritmética, Geometria
	42 - Joaquim Ayres da Silva C. Júnior	Retórica e Poética, Filosofia, História, Aritmética, Geometria
	43 - Joaquim de Andrade Oliva	Retórica e Poética, Geografia, Álgebra

44 - José Avelino Ferreira Lima	Geografia
45 - José Baptista da Silva	Português, Retórica e Poética, Álgebra, Geometria
46 - José de B. Accioli de Menezes	Geometria
47 - José de Oliveira Sampaio	Português, Francês
48 - José Ferreira de Azevedo	Aritmética
49 - José Ferreira Passos	Retórica e Poética, História
50 - José Francisco de Menezes Sobral	Inglês, História
51 - José Gomes de Carvalho Mello	Latim, Português
52 - José Guilherme da S. Monte	Filosofia
53 - José Honorino da Silva	Álgebra
54 - José Maria de Faro Rollemberg	Latim, Português, Francês
55 - José Maria M. Guimarães	Aritmética
56 - José Martins Pires Sobrinho	Latim, Português, Francês
57 - José Matheus de Aguiar Cardoso	Retórica e Poética, Geometria
58 - José Pedro de Argollo	Português, Francês
59 - José Pinto de Carvalho	Português
60 - José R. de Almeida Parnahiba	Aritmética
61 - José Sotero Telles de Menezes	Francês
62 - José Vieira Costa Valente	Retórica e Poética, Aritmética
63 - Júlio Ribeiro Fernandes	Geometria
64 - Juvenal de Mattos Freire	Retórica e Poética, História, Geometria
65 - Juvenal José de Souza	Português, Francês
66 - Laudilino José de Araújo	Inglês, Aritmética, Geometria
67 - Leandro Muniz da Motta	Francês
68 - Luiz Augusto de Oliveira	Francês
69 - Luiz B. Madureira Freire	Aritmética, Álgebra
70 - Luiz de França Peixoto	Português, Aritmética
71 - Luiz de Oliveira Mattos	Aritmética
72 - Manoel Baptista de Jesus	História
73 - Manoel Cardoso de M. Rabello	Geografia
74 - Manoel C. de Menezes Barretto	História
75 - Manoel de Carvalho Nobre	Geografia
76 - Manoel de Mendonça Barros	Francês
77 - Manoel Evêncio da C. Júnior	Geografia, Aritmética, Geometria
78 - Manoel Gomes da Silva Freire	Português, Aritmética, Geometria
79 - Manoel José do Bomfim	Francês
80 - Manoel R. de Mello Menezes	Inglês, Geografia, Aritmética
81 - Manoel Rollemberg Leite Sampaio	Geografia, Aritmética, Álgebra
82 - Matheus de Souza Machado	Filosofia, História, Álgebra
83 - Maximino de Araújo Maciel	Português, Francês
84 - Narciso da Silva Marques	Inglês, Retórica e Poética, Aritmética
85 - Octaviano Esselin	Inglês, Latim, Geografia, História
86 - Olynto Rodrigues Dantas	Latim
87 - Ovídio Alves Manara	Francês, Geografia, Álgebra, Geometria
88 - Pedro M. Barreto	Aritmética
89 - Phylomeno de V. Hora	Latim, História, Álgebra
90 - Preludiano Ferreira da Rocha	Geometria
91 - Rodolpho Garcia Rosa	Geografia
92 - Rogaciano Magno de Leão Brazil	Português, Francês
93 - Sebastião da Silveira Andrade	Filosofia, Geografia, História, Álgebra, Geometria
94 - Sérvulo Jacintho de Campos	Inglês, Português, Aritmética
95 - Severiano Rabello Leite	Latim, Português, Francês, Geografia
96 - Silvino Sílvio dos Santos	Aritmética
97 - Tehodoreto A. do Nascimento	Geografia
98 - Vasco Theopisto de O. Chaves	Latim
99 - Virgílio de Mello Resende	Português
100 - Virgílio Ribeiro Ismerim	Português, Francês

Ano	Nome	Exames solicitados
1880 ¹⁴³	1 - A. de Vasconcellos e Silva	Geografia
	2 - Adolpho de Loureiro Tavares	Inglês, Geografia
	3 - Adolpho Silva Campos	Inglês, Filosofia, Geometria
	4 - Álvaro de Freitas Oliveira	Inglês, Aritmética, Álgebra
	5 - Antônio Joaquim Vianna	Inglês, Álgebra, Geometria
	6 - Antônio Pereira de G. Gama	Retórica, Geografia
	7 - Antônio Ribeiro dos Santos	Inglês
	8 - Antônio Silva Porto	Francês
	9 - Antônio Telles da Silveira	Português
	10 - Aristides José de Souza	Latim, Português, Francês
	11 - Aristóteles Ramos de Menezes	Francês
	12 - Augusto Pinto Lobão	Inglês
	13 - Aurélio de Mello Resende	Inglês
	14 - Belarmino de Azevedo	Português
	15 - Benjamim Fernandes da Fonseca	Inglês, Aritmética, Geometria
	16 - Candido Pinto de Carvalho Júnior	Aritmética
	17 - Cesário Ferreira de Botto Travassos	Álgebra, Geometria
	18 - Delfina Nobre	Francês, Geografia
	19 - D. José Alves de Souza	Português
	20 - Demócrito de Bittencourt Calazans	Latim, Geografia, Aritmética
	21 - Domingos D. de Menezes Sobral	Português
	22 - Edmundo Leal	Português, Francês
	23 - E. Joaquim da Motta	Geografia
	24 - E. José de Faro	Francês
	25 - E. L. de Holanda	Latim
	26 - Eneas Manoel Ferreira	Francês
	27 - Erundino Prado de Sant'Anna	Francês
	28 - Eustachio Lins de Holanda	Aritmética, Álgebra, Geometria
	29 - F. d'Aquino Vasconcellos	Francês
	30 - Flaviano da Silveira Fontes	Latim, Francês
	31 - Félix Diniz Barretto	Latim, Português, Francês, Inglês, Retórica, Geometria
	32 - Félix Z. Cardoso	Português
	33 - Firmino de Aquino Vasconcellos	Aritmética, Geometria
	34 - Francisco Barbosa Cardoso Júnior	Latim, Geografia, História, Filosofia
	35 - Francisco de Faria Júnior	História
	36 - Francisco Lobão Cedro	Francês, Aritmética
	37 - Francisco Teixeira de Faria Júnior	Inglês, Geografia
	38 - Francisco Vieira Muniz Telles	Francês, Geografia
	39 - Gamaliel da Cunha Britto	Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria
	40 - Gaudêncio Rabello de Alcântara	Álgebra, Geometria
	41 - Gonçalo Rabello Leite	Filosofia, Álgebra
	42 - Guilherme Nabuco Maciel	Francês
	43 - Gumercindo de Araújo Bessa	Inglês, Aritmética, Geometria
	44 - Helvécio de Carvalho G. Guimarães	História, Filosofia, Geometria
	45 - Helvécio Vieira de Campos	Inglês
	46 - Heráclito Diniz Gonçalves	Filosofia, Geometria
	47 - Horácio Martins de Almeida	Português
	48 - Ignácio Ferreira Santos Reis	Latim, Retórica, Geometria
	49 - J. de Mattos Coelho Sampaio	Português, Francês, Aritmética, Geometria

¹⁴³ A lista de 1880 possui 39 nomes ilegíveis.

50 - Jacintho Gentil de Almeida Martins	Francês, Álgebra
51 - João Alves de Gouveia Lima	Francês
52 - João Augusto de Freitas Garcez	Inglês, História, Filosofia, Geometria
53 - João Baptista d'Oliveira	Geografia, Aritmética, Álgebra
54 - João de Araújo Lima	Inglês, Álgebra, Geometria
55 - João Dias de Oliva Júnior	Aritmética
56 - João Domingues de Oliveira	Aritmética
57 - João Ferreira de Souza Mello	Inglês, Retórica, Filosofia
58 - João Gomes de Menezes	Francês
59 - João Maria Moreira Guimarães	Geografia
60 - João Martins da Silva	Inglês, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria
61 - João Nunes da Silva Lopes	Latim, Inglês, Filosofia
62 - João Ribeiro Fernandes	Retórica
63 - João Rodrigues da Costa Dória	Latim, Álgebra
64 - João Rodrigues de Albuquerque	Latim, Francês, Geografia
65 - Joaquim de Andrade Oliva	Inglês, Geometria
66 - Joaquim M. Faro Rollemberg	Português
67 - José Alipio de Oliveira	Aritmética
68 - José Antônio de Oliveira Andrade	Latim, Português, Geografia
69 - José Baptista da Silva	Geografia, Geometria
70 - José da Fonseca Mascarenhas	Português, Francês
71 - José de Calazans e Silva	Português, Francês, Aritmética
72 - José de Oliveira Sampaio	Geografia, Aritmética, Álgebra
73 - José do Rabello Leite	História
74 - José Esmeraldo de Oliveira	Português, Inglês, Geografia, História, Filosofia, Aritmética
75 - José Ferreira de Azevedo	Francês, Geografia
76 - José Francisco de Menezes Sobral	Retórica, Geometria
77 - José Gomes de Carvalho Mello	Inglês, Geografia, Aritmética, Álgebra
78 - José Guilherme da Silva Montes	Aritmética, Álgebra, Geometria
79 - José H. de Oliveira	Inglês, Geometria
80 - José Leite Chermont	Latim, Filosofia, Álgebra
81 - José Manoel Amâncio	Inglês, Geometria
82 - José Maria de Faro Rollemberg	Retórica, História, Álgebra
83 - José Maria Moreira Guimarães	Português, Francês, Álgebra
84 - José Martins Fontes Júnior	Latim, Retórica
85 - José Martins Pires Sobrinho	Latim, Geografia, Aritmética, Álgebra
86 - José Pedro de Argolo	Aritmética
87 - José Pinto de Carvalho Sobrinho	Aritmética
88 - José Sotero Paes d'Azevedo	Português
89 - José Sotero Telles de Menezes	Inglês, Geografia
90 - José V. de Mattos	Geografia
91 - José Vicente de Souza Netto	Francês
92 - José Vieira Costa Valente	Inglês, Geografia, História, Filosofia
93 - Josino Odorico de Menezes	Francês
94 - Júlio Flávio Accioli de Menezes	Álgebra, Geometria
95 - Leandro Fernandes de Oliveira	Geografia
96 - Leandro Muniz da Motta	Latim, Geografia, Aritmética, Álgebra
97 - Luiz Azevedo de Oliveira	Geografia
98 - Luiz Barbosa Madureira Freire	Inglês, História, Filosofia, Geometria
99 - Luiz de Figueiredo Martins	Português, Aritmética
100 - Luiz de França Peixoto	Aritmética
101 - Luiz Madureira Freire	Geografia
102 - Manoel Baptista de Jesus	Inglês, Filosofia, Geometria
103 - Manoel Cândido de Souza	Português
104 - Manoel Cardoso Menezes Barretto	Filosofia, Aritmética, Geometria

105 - Manoel Evêncio da Cruz Júnior	Inglês, História, Álgebra
106 - Manoel Ferreira da Silva	Latim, Geografia, Aritmética
107 - Manoel Ferreira de Carvalho	Filosofia
108 - Manoel Raymundo de M. Menezes	Latim, História, Filosofia, Geometria
109 - Manoel Rollemberg Leite Sampaio	História, Filosofia
110 - Manoel Ubaldino N. de Assis	Aritmética
111 - Manoel Villas-Boas Patury	Filosofia
112 - Maria Josephina da T. Correia	Geografia
113 - Matheus de Souza Machado	Inglês, Retórica, Geometria
114 - Maximino de Araújo Maciel	Retórica, Geografia, Aritmética
115 - Narciso da Silva Marques	Álgebra, Geometria
116 - O. Alves M.	Inglês
117 - Octaviano Rodrigues de Carvalho	Filosofia, Aritmética, Geometria
118 - Ottoni José Alves de Souza	Francês
119 - Pedro Muniz Barretto	Inglês, História, Álgebra
120 - Pedro Salles de Campos	Aritmética
121 - P. Ferreira Rocha	Retórica
122 - Preludiano Ferreira da Rocha	Filosofia
123 - Rodolpho de Barros França	Português, Francês
124 - Rodolpho Garcia Rosa	Latim, Retórica, Geografia
125 - Rogaciano Magno de Leão Brazil	Aritmética, Álgebra, Geometria
126 - Seraphino Vieira de Almeida	Francês
127 - Severiano Rabello Leite	Retórica, Aritmética
128 - Silvino Sílvia dos Santos	Aritmética, Geometria
129 - T. da Silveira Fontes	Francês
130 - Theodoretto A. do Nascimento	Latim, Português, Inglês
131 - Tito Gomes de Araújo Pinto	Inglês, Retórica, Filosofia, Aritmética, Geometria
132 - Urbano Manoel de Mello	Português, Retórica, Aritmética
133 - V. de Mello Resende	Geografia
134 - Vitalico Edmundo Leal	Aritmética, Álgebra, Geometria
135 - Zacarias de Vasconcellos e Silva	Francês

Ano ¹⁴⁴	Nome	Exames solicitados
1881	1 - Adolpho de Loureiro Tavares	Inglês, Filosofia
	2 - Adolpho Ferreira Barbosa	Filosofia, Geometria
	3 - Adolpho Pereira Espinheira	Geometria
	4 - Adolpho Silva Campos	Inglês, Retórica, Geometria
	5 - Alexandre José de Souza Santos	Latim, Retórica
	6 - Alfredo Theodoro Cordeiro Guaraná	Álgebra, Geometria
	7 - Álvaro de Freitas Oliveira	Filosofia, Geometria
	8 - André Gonçalves Ferreira Bastos	Aritmética, Álgebra, Geometria
	9 - Antônio Calmon de Aragão Bulcão	Filosofia
	10 - Antônio da Silva Martinho	Português
	11 - Antônio Dias Sobral Mello	Português
	12 - Antônio dos Santos Neiva Júnior	Geografia, Aritmética, Álgebra
	13 - Antônio Francisco de Carvalho	Francês
	14 - Antônio Joaquim Vianna	Geografia, Geometria
	15 - Antônio Pereira de Campos	Português, Retórica, Geografia
	16 - Antônio Silva Porto	Português, Inglês, Aritmética
	17 - Antônio Telles da Silveira	Português
	18 - Aristides José de Souza	Geografia
	19 - Artênio Francisco de Carvalho	Português
	20 - Ataliba Orezimbo Álvares	Aritmética

¹⁴⁴ Aos 153 candidatos inscritos em 1881, somam-se mais quatro com nomes ilegíveis.

21 - Aurélio de Mello Resende	Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria
22 - Belisário da Cunha Mello Júnior	Geografia, História
23 - Bellarmino de Azevedo	Português, Francês
24 - Benjamin Fernandes da Fonseca	Filosofia, Geometria
25 - Benvindo Salles de Campos	Português
26 - Cândido de Siqueira Menezes	Português
27 - Candido Pinto de Carvalho Júnior	Francês
28 - Constantino Vieira Machado	Geografia, História, Filosofia
29 - Demócrito de Bittencourt Calazans	Latim, Álgebra
30 - Diogo Falcão Paim	Português, Filosofia, Aritmética, Geometria
31 - Domingos Dias de M. Sobral	Francês
32 - Eduardo Ferreira de Cerqueira	Latim, Geografia, História, Filosofia, Geometria
33 - Eneas Manoel Ferreira	Latim, Geografia
34 - Erundino Prado de Sant'Anna	Francês, Aritmética
35 - Estanislau dos Santos Nunes	Português, Aritmética
36 - Evangelino José de Faro	Português
37 - Ezequiel Manoel de Almeida	Português, Francês, Aritmética
38 - Felisberto de Oliveira Freire	Português
39 - Flaviano da Silveira Fontes	Francês
40 - Francisco da França Dantas	Português, Francês, Aritmética
41 - Francisco de Salles Barbosa	Latim, Francês, Retórica, Geografia, Filosofia
42 - Francisco de Siqueira Menezes	Português
43 - Francisco Lobão Cedro	Aritmética
44 - Francisco Teixeira de Faria Júnior	Inglês
45 - Francisco Tosta Mello	Latim, Filosofia
46 - Francisco Vieira Muniz Telles	Português
47 - Franklin Cavalcante de Barros Rabello	Latim, Geografia, História, Filosofia, Álgebra
48 - G. Nabuco Maciel	Português
49 - Gamaliel da Cunha Britto	Aritmética, Álgebra, Geometria
50 - Gaspar de Mello Prado	Português
51 - Geminiano José da Costa	Português, Francês
52 - Germano Paes de Azevedo	Português
53 - Gonçalo Ladislau de Aguiar	Português
54 - Heitor Augusto Peixoto	Latim, Inglês, Retórica, Geometria
55 - Helvécio Vieira de Campos	Aritmética, Álgebra
56 - Horácio Martins de Almeida	Português
57 - Ismael Cardoso	Retórica, Geografia
58 - Januário Manoel de Santa Theresa	Latim, Geografia, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria
59 - Joanna Sampaio de Lima	Português, Francês, Geografia
60 - João Alves de Gouveia Lima	Inglês, Geografia, História
61 - João Baptista da C. Filho	Português, Francês
62 - João Baptista de Oliveira	Retórica, Filosofia, Aritmética, Álgebra
63 - João de Araújo Lima	Inglês, Filosofia
64 - João de Hollanda Cunha Júnior	Francês, Aritmética
65 - João Dias de Oliva Júnior	Português
66 - João E. Dias de Figueiredo	Geografia
67 - João Ferreira de Souza Mello	Inglês
68 - João Gomes de Menezes	Francês
69 - João Gomes Vieira de Mello	Português
70 - João Justiniano da Silveira Salles	Geometria
71 - João Maria Moreira Guimarães	Latim, Aritmética, Álgebra
72 - João Nunes da Silva Lopes	Inglês
73 - João Nunes Sobral Leite	Geografia
74 - João Rodrigues da Costa Dória	História, Filosofia
75 - João Rodrigues de Albuquerque	Aritmética, Álgebra
76 - João Vieira Leite	Português, Latim

77 - Joaquim Antônio de O. Botelho Sobrinho	Latim, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria
78 - Joaquim Cardoso da S. Macedo	Português
79 - Joaquim de Oliveira Moraes	Aritmética
80 - Joaquim do Prado de Sampaio Leite	Português, Francês
81 - Joaquim Martins F. da Silva	Latim
82 - Joaquim Pereira Magalhães	Português
83 - José Antônio de Miranda	Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria
84 - José Antônio de Oliveira Andrade	Latim, Filosofia, Aritmética, Álgebra
85 - José Avelino Ferreira	Português
86 - José Baptista da Silva	Retórica, Geografia, Filosofia
87 - José C. de L. Barretto	Português
88 - José da Fonseca Mascarenhas	Francês, Geografia
89 - José Dantas de Magalhães	Português, Francês
90 - José de Calazans e Silva	Francês, Álgebra
91 - José de Oliveira Sampaio	Latim
92 - José Domingos de Macedo Costa	Aritmética
93 - José Gomes de Carvalho Mello	Filosofia, Geometria
94 - José H. de Oliveira	Inglês
95 - José Ignácio do Espírito Santo	Português, Latim, Francês, Inglês, Geografia
96 - José Maria de Faro Rollemberg	Inglês, Filosofia, Geometria
97 - José Maria do O.	Aritmética, Álgebra, Geometria
98 - José Maria Moreira Guimarães	Filosofia, Geometria
99 - José Martins Fontes Júnior	Latim, Aritmética
100 - José Martins Pires Sobrinho	Geografia, Álgebra, Geometria
101 - José Nunes Sobral Leite	Inglês, Aritmética
102 - José Pedro de Argollo	Geografia
103 - José Pinto de Carvalho Sobrinho	Latim, Retórica
104 - José Sotero Paes de Azevedo	Português, Francês
105 - José Sotero Telles de Menezes	Português, Inglês
106 - José Vicente de Souza Netto	Latim
107 - José Vieira da Costa Valente	Inglês, Geometria
108 - Josino da Soledade Luz	Retórica
109 - Josino Odorico de Menezes	Aritmética, Álgebra
110 - Júlio Ribeiro Fernandes	Francês
111 - Juvêncio de Siqueira Montes	Latim, Inglês
112 - Leandro Muniz da Motta	Filosofia, Geometria
113 - Leandro Ribeiro de S. M. Júnior	Geografia
114 - Libério de Souza Monteiro	Português, Francês, Aritmética
115 - Lídio de Lima Valverde	História
116 - Luiz Barbosa Madureira Freire	Filosofia, Geometria
117 - Luiz de Figueiredo Martins	Português
118 - Luiz de França Peixoto	Aritmética
119 - Luiz Joaquim de Oliveira Santos	Latim, Geografia, História, Filosofia
120 - Manoel de Aguiar Cardoso	Português
121 - Manoel de Carvalho Nobre	Português, Retórica
122 - Manoel de Faro Passos	Português
123 - Manoel de Mendonça Barros	Português, Aritmética
124 - Manoel Dias Prates dos Santos	Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geometria
125 - Manoel E. Barreto	Português
126 - Manoel Evêncio da Cruz Júnior	Latim, Inglês, Filosofia
127 - Manoel Fernandes da Silveira	Português
128 - Manoel Ca Fontes	Português
129 - Manoel Guimarães de Oliveira	Português
130 - Manoel Mendes de Souza	Retórica, Geografia, História, Aritmética
131 - Manoel Raymundo de M. Menezes	Latim

132 - Manoel Villas-Boas Patury	Filosofia, Aritmética, Álgebra
133 - Maria Josephina da T. Correia	Geografia
134 - Matheus Ferreira de S. Machado	Português
135 - Maximino de Araújo Maciel	Latim, Geografia, Filosofia, Aritmética
136 - Norberto Augusto Villas-Boas	Português
137 - Otto Valladão	Geografia
138 - Ottoni José Alves de Souza	Latim, Francês
139 - Paulo Martins Fontes	Filosofia
140 - Pedro Muniz Barreto	Inglês, Filosofia
141 - Preludiano Ferreira da Rocha	História
142 - Rodolpho de Magalhães Carneiro	Português
143 - Rodolpho Garcia Rosa	Latim, Retórica, Aritmética
144 - S. de Paula Amorim	Português
145 - Serafim Vieira de Almeida	Geografia
146 - Severiano Rabello Leite	Filosofia, Geometria
147 - T. da Silveira Fontes	Latim, Francês
148 - Theodoreto Archanjo do Nascimento	Inglês, Aritmética
149 - Urbano Manoel de Mello	Aritmética
150 - Virgílio de Mello Resende	Aritmética, Álgebra
151 - Virgílio Tourinho de Bittencourt	Português, Latim, Francês, Geografia
152 - Zacarias de Faro Rollemberg	Português, Geografia, Geografia
153 - Zacarias de Vasconcellos e Silva	Filosofia, Aritmética

Bloco 3 – 1889-1890

Observação: Listas elaboradas a partir das Declarações e Atas de inscrição localizadas no CEMAS, portanto, constando informações mais completas dos candidatos e respectivas solicitações.

Lista de 1889:

Ord.	Inscritos	Filiação	Nat.	Exames solicitados
1º	Abdon Franklin da Victoria	-	SE	Francês
2º	Adolpho Vieira de Mattos	-	SE	Geometria, Latim
3º	Affonso Mariano Álvares	-	SE	Latim, Álgebra, Geometria, Filosofia
4º	Agenor de Souza Telles	-	SE	Francês, Português
5º	Alfredo Accioli do Prado	-	SE	Inglês, Francês
6º	Alfredo de Souza Requião	-	-	História, Aritmética, Geografia, Geometria, Inglês, Francês, Álgebra
7º	Alfredo Lobão	-	SE	Latim, Retórica, Geografia
8º	Alfredo Montes Junior	-	SE	Inglês, Português, Francês
9º	Alipio Telles de Menezes	-	SE	Português
10º	Alvaro Luiz Machado	-	SE	Português
11º	Álvaro Ribeiro Siqueira Maciel	-	SE	Filosofia, Latim, Retórica
12º	Antônio Dias de Menezes Sobral	-	SE	História, Latim, Inglês, Filosofia
13º	Antônio N. Daltro	-	SE	Português, Francês
14º	Aristóteles Telles de Menezes	-	SE	Aritmética, Inglês
15º	Arthur Diniz Barretto	Félix Diniz Barreto	SE	Português, Francês
16º	Arthur Xavier Moreira	-	SE	Geografia, Álgebra, Inglês, Geometria
17º	Augusto Accioli do Prado	-	SE	Inglês, Aritmética, Geometria
18º	Augusto Pereira	-	SE	Francês
19º	Augusto Rodrigues do Nascimento	-	SE	Francês
20º	Aurélio do Prado Vieira	-	SE	Inglês

21º	Chalcídio Rabello Leite	-	SE	Francês, Português
22º	Edmundo N. Daltro	-	SE	Geografia, Geometria, Aritmética, Filosofia
23º	Elias Augusto Coêlho Cintra	Manoel Coêlho Cintra	PB	Português, Francês
24º	Elias do Rosário Montalvão	-	SE	Francês
25º	Elisa de Oliveira	Domingos de Oliveira Ribeiro	SE	Inglês, Português, Francês
26º	Epimaco d'Araújo Mello	-	SE	Aritmética, Francês
27º	Etelvino de Menezes Prado	-	SE	Geometria, Latim, História, Inglês
28º	Francisco Correia de Mattos	-	SE	Português, Francês
29º	Francisco Henrique Moreno Brandão	Félix Moreno Brandão	SE	Português, Francês
30º	Francisco José de Mello	-	SE	Inglês
31º	Francisco Martins Fontes	José Martins Fontes e Francisca X. Gomes Fontes	SE	Inglês, História, Geometria, Geografia
32º	Genésio Antônio da Rocha	-	SE	Aritmética, Geometria, Português, Francês, Inglês
33º	Gonçalo de Souza Campos	-	SE	Aritmética, Francês
34º	Gustavo Maria de Andrade S. Tiago	-	SE	Português, Francês
35º	H. José Pereira	-	-	Latim
36º	Idalino Rodrigues Dantas	-	SE	Inglês, História
37º	Jacintho Dias Ribeiro	-	SE	História, Geometria
38º	João de Oliveira Freitas	-	SE	Inglês
39º	João de Souza Telles	-	SE	História, Geografia
40º	João Esteves da Silveira	-	SE	Retórica
41º	João Moreira Cezar Barrozo	-	SE	Aritmética, Álgebra, Inglês, Retórica
42º	João Rodrigues de Miranda Filho	-	SE	Português
43º	José Catão de Almeida Lopes	-	SE	Aritmética, Francês
44º	José Cavalcante de Carvalho Guimarães	José da Costa do Carvalho Guimarães	PE	Francês, Português, Latim
45º	José d'Ávila Garcez	-	SE	Inglês
46º	José Dantas Martins Fontes	-	SE	Geometria, Filosofia
47º	José Feliciano Augusto de Athayde	Bellarmino Augusto de Athayde	PB	Francês, Aritmética, Latim, Geometria
48º	José Fernandes de Barros	-	SE	Inglês, Álgebra
49º	José Firmino de Mello	-	SE	Português
50º	José Joaquim Fernandes	-	SE	Aritmética, Álgebra
51º	José Luiz da Silva Tavares	-	SE	Aritmética, Latim, Inglês
52º	José Soares de Mesquita	-	SE	Português
53º	Jovito Fausto da Costa	-	SE	História, Francês, Português, Inglês
54º	Jucundino Teles de Menezes	-	SE	Português, Francês
55º	Laudelino de Oliveira Freire	-	SE	Latim, Inglês, Geometria, Retórica
56º	Laura de Britto Sant'Anna	-	SE	Português, Aritmética
57º	Licínio José Barroso	Argemiro José Barroso	AL	Inglês, Português, Francês
58º	Luiz Cavalcanti Coelho Cintra	Manoel Coelho Cintra	CE	Português
59º	Luiz Pitombo Filho	Luiz de Carvalho Pitombo	AL	Português, Francês, Latim
60º	Manoel Baptista Bittencourt	-	SE	Francês

61º	Manoel Caetano de Aguiar Brandão Netto	Félix Brandão	Moreno	AL	Francês, Latim, Português
62º	Manoel Curvêllo de Mendonça	-		SE	Filosofia, Geometria, História, Retórica
63º	Manoel Pitombo	Luiz de Carvalho Pitombo		AL	Francês, Aritmética, Português
64º	Manuel Correia Dantas	-		SE	Francês
65º	Norberto de Mattos Fontes	-		SE	Inglês
66º	Odilon Cariolano de Azevedo	Manuel Luiz Azevedo d'Araújo		SE	Geometria, Álgebra
67º	Odilon Ferreira Machado	-		SE	Português
68º	Pedro Dias Sobral	-		SE	Inglês, Francês
69º	Pedro Moniz	-		SE	Francês
70º	Pedro Vieira de Mattos	-		SE	Português, Francês
71º	Prof. Félix Diniz Barretto	-		SE	Francês, Inglês, Português, Retórica
72º	Rodolpho de Barros França	-		SE	Retórica
73º	Sérgio Martins Fontes	-		SE	Geometria, Geografia, Filosofia, Retórica

Lista de 1890: Diferente de 1889. Nestas declarações não consta a filiação, somente o nome do candidato, naturalidade e os exames solicitados.

Ord.	Inscritos	Nat.	Exames solicitados
1º	Adolpho Accioli do Prado	SE	Português, Francês
2º	Aleino Curvello de Mendonça	SE	Português
3º	Alfredo Accioli do Prado	SE	Corografia e História do Brasil, História
4º	Alfredo Lobão	SE	História, Filosofia
5º	Alfredo Montes Junior	SE	Geografia, História
6º	Álvaro Luiz Machado	SE	Francês
7º	Anna Lobão	SE	Português, Francês
8º	Antônio Diniz Pereira Daltro	SE	Português
9º	Antônio Esteves da Silveira Lima	SE	Aritmética
10º	Antônio Firmino de Novaes	SE	Francês, Português
11º	Antônio Gastão Telles de Menezes	SE	Português
12º	Antônio Guimarães Chaves	SE	Português
13º	Antônio Luiz d'Araújo Maciel Sobrinho	SE	Português
14º	Antônio N. Daltro	SE	Geografia, História, Inglês
15º	Antônio Odilon da Costa Mello	SE	Geometria, Corografia e História do Brasil, Latim, Filosofia
16º	Arthur S. da Motta	SE	Português
17º	Arthur Xavier Moreira	SE	Filosofia, Retórica
18º	Augusto Accioli do Prado	SE	Geometria, Álgebra, Geografia, Aritmética
19º	Augusto Pereira	SE	Inglês, História
20º	Augusto Rodrigues do Nascimento	SE	Francês
21º	Aurélio do Prado Vieira	SE	Aritmética
22º	Balthazar Góes	SE	História, Retórica, Inglês, Aritmética
23º	Benício de Souza Freire	SE	Português, Francês
24º	Bráulio Pereira de Menezes	SE	Português
25º	C. Carneiro de Franca	SE	Português
26º	Cândido Campos	SE	História, Francês, Filosofia, Retórica, Aritmética
27º	Chalcídio Rabello Leite	SE	Geografia, Latim, Inglês
28º	Deodato da Silva Maia Júnior	SE	Geografia, Retórica, Corografia e História do Brasil, Latim, Inglês
29º	Duarte Paes de Azevedo	SE	Português, Francês
30º	Elias Augusto Cintra	PB	História
31º	Emil Ettinger	SE	Álgebra, Geografia, Aritmética, Retórica, Corografia e História do Brasil, Inglês, História
32º	Erasmus N. Daltro	SE	Português
33º	Etelvino de Menezes Prado	SE	Geometria, Geografia, Corografia e História do Brasil, Retórica
34º	Euclides dos Santos Fortes	SE	Português
35º	Fernando de Souza Guarany	-	Francês
36º	Fiel Martins Fontes	SE	Português
37º	Flora de Alencar Menezes	SE	Português, Francês, Inglês
38º	Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior	SE	Latim, Aritmética, Francês, Geometria, Inglês
39º	Francisco Armindo Gomes G.	SE	Português
40º	Francisco Martins Fontes	SE	Geografia
41º	Francisco S. da Motta	SE	Português
42º	Gonçalo de Souza Campos	SE	Inglês
43º	Guilhermino C. de Souza	SE	Retórica, Inglês
44º	Helionor José Pereira Filho	SE	Geometria, Corografia e História do Brasil, História, Geografia
45º	Horácio Cezar	BA	História, Geografia, Filosofia
46º	Ildefonso Toletano de Araújo	SE	Português

47°	Jacinto Dias Ribeiro	SE	Geografia, Corografia e História do Brasil, Latim, Filosofia, Retórica
48°	João Carlos Vicente Vianna	BA	Geometria, Geografia, Aritmética, Retórica, Filosofia
49°	João de Faria Mattos	SE	Francês
50°	João de Souza Telles	SE	Latim, Filosofia
51°	João de Vasconcellos Prado	SE	Português
52°	João Gonçalves de Siqueira Maciel Sobrinho	SE	Francês, Português
53°	João Misael de Menezes	SE	Português
54°	João Moreira Cezar Barrozo	SE	Geografia, Corografia e História do Brasil, História
55°	João Rodrigues de Miranda Filho	SE	Francês
56°	Jonas de Araújo Pinto	SE	Português
57°	José Catão de Almeida Lopes	SE	Corografia e História do Brasil, Inglês
58°	José Fernandes de Barros	SE	Retórica, Corografia e História do Brasil, Geometria, Francês, Geografia, História
59°	José Firmino de Mello	SE	Francês
60°	José Joaquim de Menezes	SE	Português, Francês
61°	José Leite Guimarães	SE	Português
62°	José Luiz da Silva Tavares	SE	Geografia, Retórica, Corografia e História do Brasil, História, Aritmética
63°	José Paes d'Azevedo Sá	SE	Português
64°	José Soares de Mesquita	SE	Francês
65°	Josino Odorico de Menezes	SE	Latim, Geografia, Corografia e História do Brasil, Filosofia, Inglês
66°	Licínio José Barroso	AL	História
67°	Luiz Pitombo Filho	AL	Retórica, Inglês, História
68°	Manoel Baptista Bittencourt	SE	Inglês
69°	Manoel Curvello	SE	Português
70°	Manoel Marsillac Motta	SE	Português, Francês
71°	Manoel Rodrigues do Nascimento	SE	Português, Francês
72°	Manuel Correia Dantas	SE	Geografia, Retórica, Latim, Inglês
73°	Octacílio Austricliano de Azevedo	SE	Francês
74°	Odilon Ferreira Machado	SE	Francês
75°	Pedro Vieira de Mattos	SE	Inglês
76°	Rozendo de Souza Britto	SE	Francês, Aritmética
77°	Rubens da Silveira	SE	Português
78°	Sabino José de Britto	SE	Português
79°	Silvestre Moreira	SE	Francês
80°	Trazíbulo Vieira Leite	SE	Português

Bloco 4 – 1897

Observação: Resultados extraídos do jornal *A Notícia*, portanto, contém somente os nomes dos candidatos e as disciplinas prestadas.

Ano	Nome	Exames prestados
1897	1 - Abílio Cezar Botto	Português, Geografia, Inglês
	2 - Adolpho Rabello Leite	Francês, Geometria e Trigonometria, Física e Química
	3 - Albano do Prado Pimentel Franco Júnior	Geometria e Trigonometria, Física e Química
	4 - Alexandre de Carvalho D.	História Universal, Física e Química
	5 - Alexandre Lobão	Latim, Aritmética, Francês, Geometria e Trigonometria, Física e Química

6 - Alfredo Diamantino de Torres Bandeira	Latim, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal, Física e Química
7 - Alfredo do Prado Pimentel Franco Júnior	Latim
8 - Álvaro Cardoso Porto	Português, Francês, Geografia
9 - Aníbal Freire da Fonseca	Inglês, História Universal
10 - Antônio d'Aquino Silva Júnior	Geometria e Trigonometria, História Universal
11 - Antônio de Carvalho Lisboa Nogueira	Geometria e Trigonometria, Física e Química
12 - Antônio Eulálio de Souza Júnior	Geografia, História Universal
13 - Antônio Gentil Tourinho	Latim
14 - Antônio Goital Cezar	Português
15 - Antônio Nogueira d'Almeida Coelho	Latim, Aritmética, Francês
16 - Aristides da Silveira Fontes Júnior	Português, Inglês
17 - Aristides Mendes de Oliveira	Português, Inglês
18 - Arthur Bezerra	Português, Francês, Geometria e Trigonometria, Inglês
19 - Arthur Simeão da Motta	Inglês
20 - Augusto Celestino de Souza	História Universal
21 - Benício de Souza Freire	Latim, Geometria e Trigonometria, História Universal
22 - Cândido Baptista de Sant'Anna	Português, Francês, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês
23 - Carlos Augusto dos Santos Pinto	Geografia, Inglês, História Universal, Física e Química
24 - Carlos d'Oliveira Lopes	Geometria e Trigonometria
25 - Cecílio Franco	Latim, Aritmética, Francês, Geometria e Trigonometria, Inglês
26 - Cícero Martins Fontes	Português, Francês, Geografia, História Universal
27 - Daniel Campos Madureira	Português, Francês
28 - Durval Luiz Machado	Geometria e Trigonometria
29 - Edilberto de Souza Campos	Português, Geografia
30 - Elias do Rosário Montalvão	Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal, Física e Química
31 - Elysio Augusto de Sá	Geometria e Trigonometria, Física e Química
32 - Eugênio Antônio da Costa	Latim, Geometria e Trigonometria, Inglês, História Universal
33 - Fernando de Souza Guarany	Geometria e Trigonometria, Geografia, História Universal, Física e Química
34 - Firmino Ramos	Português, Geometria e Trigonometria, Física e Química
35 - Francisco de Barros Pimentel Franco Júnior	Geometria e Trigonometria
36 - Francisco d'Oliveira Leite	Geometria e Trigonometria
37 - Francisco Fontes de Resende	Português
38 - Francisco José de Pinho	Latim
39 - Francisco Rollemberg Netto	Francês, Inglês
40 - Genulpho da Fonseca	Português
41 - Gonçalo Rolemberg do Prado	Latim
42 - Hernando da Silva Guarany	Português
43 - Jessé de Andrade Fontes	Latim, História Universal
44 - João Alfredo de Marcillac Motta	Latim, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal
45 - João Alves d'Azevedo	Português
46 - João Baptista Leite Belém	Inglês, História Universal
48 - João Cesário d'Andrada	Português

49 - João d'Almeida	Português
50 - João de Andrade Fontes	Inglês
51 - João de Salermo Martins Coelho	Português
52 - João Leite Bittencourt Calasans	Latim
53 - João Maynard	Inglês
54 - João Pereira Barretto	Português, Latim, Aritmética, Francês, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal
55 - João Pinto de Mendonça	Francês, Inglês, História Universal
56 - João Ribeiro de Souza Vianna	Latim, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal, Física e Química
57 - João Rodrigues Germano Netto	Geometria e Trigonometria
58 - João Rodrigues Gervasio Netto	História Universal
59 - João Rolemberg Júnior	Português, Inglês
60 - Joaquim Braselino da Fonseca	Português, Inglês
61 - Joaquim Maurício Cardoso	Geometria e Trigonometria, Inglês
62 - Joaquim Pedro Rozas	Inglês
63 - Joaquim Sylvio Ribeiro Júnior	Física e Química
64 - José Alves da Costa Filho	Geometria e Trigonometria, Geografia, História Universal
65 - José Antônio Pinto d'Almeida	Latim, Inglês, Física e Química
66 - José Cabral	Francês, Inglês
67 - José Cardoso Lima Filho	Inglês, História Universal
68 - José Cardoso Silva Filho	Latim
69 - José de Magalhães Carneiro	Geografia, História Universal
70 - José Pinto de Mendonça	Francês, Inglês
71 - Josino Ferreira Porto	Português, Francês, Geografia
72 - Levy Coelho da Rocha Leão	Latim, Aritmética, Francês, História Universal
73 - Manoel Barbalho Uchôa Cavalcante Júnior	Latim, Geometria e Trigonometria
74 - Manoel Cardoso dos Santos	Latim, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês, História Universal
75 - Manoel Ferreira Costa	Geografia, História Universal
76 - Manoel Pereira Costa	Latim
77 - Manoel Pinto Guimarães de Vasconcellos	Latim, Inglês, História Universal, Física e Química
78 - Marciano Cardoso Espíndola	Latim
79 - Mário Augusto da Silva Lisboa	Português, Francês, Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês
80 - Mário Rabello Leite	Português, Francês, Geografia
81 - Martinho Garcez Caldas Barretto	Geometria e Trigonometria, Física e Química
82 - Maurílio Augusto Villas-Boas	Português
83 - Messias do Prado Álvares Pereira	Português
84 - Moacyr Rabello Leite	Português, Geografia
85 - Odon Dantas de Mendonça	Português, Geografia
86 - Olívio de Aguiar Botto	Português
87 - Olympio Cardoso da Silveira	Latim, Física e Química
88 - Pedro Franco Lima	Geometria e Trigonometria
89 - Prudente d'Oliveira Cunha	História Universal
90 - Raymundo Baptista da Costa Carvalho	Geometria e Trigonometria, Geografia, Inglês
91 - Raymundo Cavalcante de Albuquerque Costa	Latim, Inglês, História Universal
92 - Romualdo Braselino da Fonseca	Português, Francês

93 - Rufiniano Coelho Sampaio	Latim, Aritmética, Francês, Geometria e Trigonometria, Geografia, História Universal, Física e Química
94 - Sancho Vieira de Mello	Português
95 - Sebastião d'Aguiar Botto e Mello	Português
96 - Silvério da Silveira Fontes	Latim, Física e Química
97 - Synesio Passos	Geometria e Trigonometria, Física e Química
98 - Vicente Ferreira da Fonseca	Português
99 - Zacarias de Souza Silveira	Geometria e Trigonometria

Bloco 5 – 1902-1903

Observação: dados extraídos do jornal *O Estado de Sergipe*.

Ano	Nome	Exames prestados
1902	1 - Álvaro Afrânio Peixoto	Física e Química, História Natural
	2 - Armando Cruz Barbuda	História Universal
	3 - Arthur da Rocha Rodrigues Torres	Física e Química, História Natural
	4 - Eduardo Mendes Velloso	Latim
	5 - Érico da França Guimarães	Física e Química, Geometria, História Natural
	6 - Francisco Portella Parentes	Latim
	7 - Gervásio de Aquino Vasconcellos	Física e Química, Álgebra, História Natural
	8 - João de Souza Meira	Física e Química, Geometria, História Natural
	9 - José Equecio Ribeiro Lopes	Física e Química, Geometria, História Natural
	10 - José Joaquim Pinto	Latim
	11 - José Menezes de Faro Freire	Física e Química (reprovado), Geometria (ausente), História Natural (ausente)
	12 - José Soares Espinheira	Aritmética
	13 - Manoel Porfírio de Britto	História Natural
	14 - Mário David	Física e Química, Geometria, História Natural
	15 - Mário Ibassahy da Silva	Física e Química
	16 - Salustiano Prata	Física e Química, Geometria, História Natural
	17 - Ubaldo da Costa Drummond	Física e Química, História Natural
	18 - Pedro Barretto de Andrade	Inglês, Latim, História Universal
	19 - Pompeu de Andrade	Latim
Ano	Nome	Exames prestados
1903	1 - Abílio Curvello de Mendonça	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	2 - Abílio de Vasconcellos Hora	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
	3 - Abílio Peixoto da Silva	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
	4 - Acrizio d'Ávila Garcez	Português, Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	5 - Adherbal de Andrade	Português, Aritmética e Álgebra
	6 - Adolpho Vieira de Mello	História Natural, Física e Química, Latim
	7 - Adolpho Xavier de Oliveira	História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
	8 - Affonso Leal Gomes	Aritmética e Álgebra
	9 - Alberto de Oliveira Sampaio	Português, Aritmética e Álgebra
	10 - Alfredo José Teixeira	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
	11 - Alonso Ferreira de Britto	Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	12 - Alpheu da Silva Moura	Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	13 - Aluysio Pinto de Carvalho	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	14 - Álvaro Fontes da Silva	História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
	15 - Anizio Azevedo	Português, Aritmética e Álgebra
	16 - Anníbal de Azevedo	Português, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
	17 - Antônio Baptista Xavier Ribeiro	Geometria e Trigonometria, Física e Química
	18 - Antônio da Fraga Montalvão	Inglês, Latim

19 - Antônio de Carvalho Nobre	Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
20 - Antônio de Seabra Lemos	Português, Geometria e Trigonometria, Francês, Física e Química
21 - Antônio Dias Rollemberg	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês
22 - Antônio Fontes de Rezende	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Latim
23 - Antônio Henrique Machado	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
24 - Antônio Isaías Coelho	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
25 - Antônio Manoel de Carvalho Netto	Aritmética e Álgebra, Francês
26 - Antônio Pinheiro do Nascimento	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Física e Química
27 - Antônio Ricardo de Oliveira	Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
28 - Aprigio S. Loureiro	Física e Química
29 - Aristides dos Santos Mendonça	Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
30 - Arlindo da Silva Moura	Aritmética e Álgebra
31 - Arnaldo Ferreira Luiz de Carvalho	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
32 - Arthur Américo Paes Barretto	Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
33 - Arthur Carvalho do Passo	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
34 - Ascendino Christo	Português, Aritmética e Álgebra
35 - Aurélio de Siqueira e Silva	Geometria e Trigonometria
36 - Autran Coelho Costa	Português, Francês
37 - Braz Felizola	Português, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
38 - Cândido de Araújo Lobão	Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
39 - Cândido de Camargo Serra	Geometria e Trigonometria, Francês
40 - Carlos Ayres de Cerqueira Lima	História Natural, Física e Química
41 - Carlos Barretto de Vasconcellos	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
42 - Carlos Menezes	Aritmética e Álgebra, Inglês, História Universal e Especialmente do Brasil
43 - Celecino Alves de Oliveira Filho	Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
44 - Corsino Alves Machado	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
45 - Cyro Pinto de Carvalho	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
46 - Deolindo Martins de Almeida	Português, Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
47 - Deusdedit Fontes	História Natural, Física e Química, História Universal e Especialmente do Brasil
48 - Emiliano Nunes de Moura	Português, Francês
49 - Emílio Costa Alves	História Natural, Física e Química

50 - Epaminondas Ferreira de Souza Machado	Português, Aritmética e Álgebra, Francês
51 - Epaminondas Freire Barretto	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
52 - Etelvino Dantas	Português, Francês
53 - Euclides de Aquino Machado	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, História Universal e Especialmente do Brasil
54 - Euclides dos Santos	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria
55 - Eutychio Leal	Geometria e Trigonometria, História Natural, Latim
56 - Evandro Alves Ribeiro	História Natural, Física e Química
57 - Evangelino de Jesus Oliveira	Aritmética e Álgebra
58 - Felinto dos Santos Costa	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e Corografia do Brasil
59 - Fernando Ferreira Machado	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
60 - Flávio de Menezes Prado	Português, Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
61 - Florentino Telles de Menezes	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
62 - Florival de Vasconcellos Linhares	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês
63 - Florival Hermenegildo Oliveira	Geometria e Trigonometria, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
64 - Francisco Coelho de Jesus	Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
65 - Francisco de Borja Mandacaru Araújo	História Natural, Física e Química, Latim
66 - Francisco de Souza Ramos	Português, Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
67 - Francisco Leite Velloso	História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
68 - Francisco Vieira de Campos	História Natural
69 - Francisco Vieira Leite	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
70 - Francisco Xavier de Macedo	Português, Aritmética e Álgebra
71 - Franklin de Oliveira Ribeiro	Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
72 - Geminiano José dos Santos	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
73 - Godofredo de Mello Cardoso	Português, Aritmética e Álgebra
74 - Heleodoro de Araújo Pereira Cavalcante	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
75 - Helladio Martins	Português
76 - Heráclito d'Ávila Garcez	Latim
77 - Isaias Dantas de Carvalho	Português
78 - Ismael de Meira Santos	Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
79 - João Chaves Fortuna	Aritmética e Álgebra, Física e Química
80 - João Climaco da Cruz	Francês, Inglês
81 - João da Silva Moura	Geometria e Trigonometria, Física e Química, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
82 - João França de Carvalho	Aritmética e Álgebra, Inglês, História Universal e Especialmente do Brasil

83 - João Garcia Rosa	Português
84 - João Gomes de Aguiar	História Natural, Física e Química
85 - João Odilon Martins	Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
86 - João Pinheiro dos Santos Silva	Português, Francês
87 - João Teixeira	Português, Aritmética e Álgebra, Francês
88 - Joaquim Luiz Mendes de Aguiar	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
89 - José Alfredo da Costa Santos	Aritmética e Álgebra, História Natural, Física e Química, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
90 - José Barbosa	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e Corografia do Brasil
91 - José Barretto dos Santos	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, História Universal e Especialmente do Brasil
92 - José de Aguiar Garcez	História Natural, Física e Química, Latim
93 - José de Ávila Nabuco	Aritmética e Álgebra
94 - José de Carvalho Andrade	Português, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
95 - José Durval Nogueira da Silva	Português
96 - José Dutra da Silva	Português, Francês, Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil
97 - José Felipe de Araújo Pinto	Português, Aritmética e Álgebra, Francês
98 - José Henrique Machado	Português
99 - José Rodrigues Bastos Coelho	Português, Francês
100 - José Tavares de Castro	Português, Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
101 - José Thomaz d'Ávila Nabuco	Aritmética e Álgebra, Inglês, História Universal e Especialmente do Brasil
102 - José Tipaldi	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
103 - Josias Barretto Machado	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
104 - Juarez de Figueiredo	Português, Aritmética e Álgebra
105 - Julieta de Goes Santos	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Física e Química, Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
106 - Júlio da Silva Souza	Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
107 - Lamartine Gortyo de Carvalho	Francês, História Natural, Física e Química, História Universal e Especialmente do Brasil
108 - Laurentino G. de Carvalho	Física e Química
109 - Leovigildo de Rezende Cardoso	Português, Aritmética e Álgebra
110 - Lino Octaviano Gramacho	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
111 - Lourenço José de Calazans	Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
112 - Lourival Hermenegildo de Oliveira	Inglês
113 - Luiz Affonso de Sá Adami	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Latim

114 - Luiz da Motta Bittencourt	Geometria e Trigonometria, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
115 - Luiz de Souza Freire Filho	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
116 - Luiz Francisco Freire	História Natural, Física e Química, História Universal e Especialmente do Brasil
117 - Manoel Deocleciano de Leão	Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
118 - Manoel Joaquim de Sant'Anna	Geografia Geral e Corografia do Brasil
119 - Manoel Júlio da Silva	Geometria e Trigonometria, Física e Química, Latim
120 - Manoel Vasconcellos Prado	Português
121 - Manoel Vieira de Mello	Português, Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
122 - Manoel Wenceslau de Almeida Júnior	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim
123 - Manoel Xavier de Figueiredo Monte	Aritmética e Álgebra, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
124 - Mário de Aguiar Garcez	Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e Corografia do Brasil
125 - Mário Falcão	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
126 - Miguel Accioly de Faro	Geografia Geral e Corografia do Brasil
127 - Moyses da Costa Carvalho	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química
128 - Nelson de Almeida Vieira	Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
129 - Nelson Rodrigues Coelho	Inglês, História Universal e Especialmente do Brasil
130 - Nylo Gonzaga dos Santos	História Natural, Física e Química, Latim
131 - Octacílio de Senna Correia	Aritmética e Álgebra, Geografia Geral e Corografia do Brasil
132 - Olympio Mendonça	Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
133 - Orlando Baptista Bittencourt	Português, Aritmética e Álgebra
134 - Oscar José Alves	História Universal e Especialmente do Brasil
135 - Oscar Pinto da Silva	Português, Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
136 - Osmundo Monte de Anequim	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
137 - Othoniel Montalvão Amado	Aritmética e Álgebra, Francês
138 - Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro	Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
139 - Pedro Bezerra da Silva	Português
140 - Pedro da Veiga Ornellas	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, História Universal e Especialmente do Brasil
141 - Pedro Nogueira da Silva	Português
142 - Pedro Rollemberg de Mello	Aritmética e Álgebra, Francês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
143 - Philemon Muniz Barretto	Francês, Física e Química, Geografia Geral e Corografia do Brasil
144 - Possidônio de Souza Guimarães	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
145 - Rodolpho Carvalho do Passo	Latim
146 - Roger Pereira Coelho	Português, Aritmética e Álgebra, Francês
147 - Rogério Freire	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
148 - Rosalvo Rosa Queiroz	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
149 - Salustho Vieira de Mello	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil

150 - Samuel Dutra da Silva	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química, História Universal e Especialmente do Brasil
151 - Sancho de Aguiar Botto de Barros	Inglês, Latim
152 - Sebastião de Mello Menezes	Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química
153 - Serafim de Souza	Português, Aritmética e Álgebra
154 - Sophocles de Magalhães Carneiro	Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês
155 - Sylvio Dias Sobral	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês
156 - Tennyson Freire de Oliveira Ribeiro	Português, Francês, Inglês, Latim
157 - Themistocles Fontes Freire	Geometria e Trigonometria, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
158 - Theodomiro de Menezes Bastos	Geometria e Trigonometria, Francês, Física e Química
159 - Theodoro Ferreira Coelho	Geometria e Trigonometria, Latim
160 - Valdomiro Campos	Português, Geografia Geral e Corografia do Brasil
161 - Verçosa Pitanga	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês, Geografia Geral e Corografia do Brasil
162 - Victor Rossignaux	Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, História Natural, Física e Química, Inglês, Latim, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e Especialmente do Brasil
163 - Virgílio da Silva Maynard	Português, Aritmética e Álgebra
164 - Zenon Tourinho de Moraes	Português, Aritmética e Álgebra, Francês
165 - Zephirino Alves do Amaral	Física e Química

Bloco 6 – 1909-1911

Inscritos nos preparatórios de conjunto, de acordo com o Decreto nº 1.531 de 15 de outubro de 1906. Dados extraídos do jornal *O Estado de Sergipe*.

Ano	Nome	Curso pretendido
1909	1 - Adherbal Fontes de Cardoso	Farmácia (reprovado)
	2 - Annibal Ayres da Rocha	Farmácia (não compareceu)
	3 - Cesartina Régis	Farmácia (aprovada plenamente)
	4 - Edison Coelho	Farmácia (reprovado)
	5 - Euclides de Araújo Lima	Odontologia (aprovado simplesmente)
	6 - Ewerton Coelho	Odontologia (reprovado)
	7 - João Teixeira	Odontologia (não compareceu à prova oral)
	8 - José Andrade de Carvalho	Farmácia (reprovado)
	9 - Misael Vianna	Odontologia (aprovado simplesmente)
	10 - Pedro Montalvão Amado	Odontologia (aprovado plenamente)
1910	1 – Demócrito Rocha	Aprovado plenamente, curso não especificado
	2 – Ephrem de Mattos Telles	Aprovado plenamente, curso não especificado
	3 – Felipe José de Sant'Anna	Aprovado plenamente, curso não especificado
	4 – Francisco Alberto Bragança de Azevedo	Aprovado simplesmente, curso não especificado
	5 – Niceu Corrêa Dantas	Aprovado simplesmente, curso não especificado
	6 – Zenon Tourinho de Moraes	Aprovado simplesmente, curso não especificado

Observação: só localizei a lista dos aspirantes ao curso de odontologia para o ano de 1911, mas, sabe-se que houve seis inscritos e aprovados em Farmácia.

1911	1 - Augusto Azevedo Telles	Odontologia (aprovado simplesmente)
	2 - Esther Guimarães	Odontologia (aprovada plenamente)
	3 - Guiomar Calazans	Odontologia (aprovada plenamente)
	4 - Hamilton Pinto de Oliveira	Odontologia (aprovado simplesmente)
	5 - José Ribeiro Cardoso	Odontologia (aprovado simplesmente)
	6 - Mário Diniz Sobral	Odontologia (aprovado simplesmente)
	7 - Pedro Montalvão	Odontologia (aprovado plenamente)

Bloco 7 – 1922-1934

Observação: dados extraídos das atas dos exames, dos livros de inscrição e dos certificados, portanto, contendo informações mais completadas dos candidatos.

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1922:

Nome	Nat.	Filiação	Status	Exames prestados
1 - A. Ferreira	SE	-	-	Física e Química (reprovou)
2 - A. Silva de Oliveira	SE	Silvano Auto de Oliveira	Estranho	Inglês (reprovou), História do Brasil, História Geral
3 - Abílio da Costa Santos	SE	-	-	História Natural (reprovou)
4 - Acrísio Cruz	SE	Manuel Cruz	Estranho	Português (reprovou)
5 - Actávio Augusto de Mello	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
6 - Adalberto Lima Leite	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
7 - Adalberto Vieira Dantas	SE	-	-	Física e Química (reprovou)
8 - Agenor Fontes	SE	Nemésio de Carvalho Fontes	Estranho	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês (reprovou)
9 - Albano de Oliveira Lima Netto	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
10 - Alberto Honorato de Albuquerque	SE	João Honorato de Albuquerque	Estranho	Francês
11 - Aldenor Lima Leite	SE	Augusto de Albuquerque Leite	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
12 - Alice Telles de Sant'Anna	SE	Pantaleão Telles de Sant'Anna	Estranha	Física e Química, História Natural
13 - Almério Lima Leite	SE	Augusto de Albuquerque Leite	Estranho	Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil
14 - Aloysio Accioli Leite	SE	Francisco Rabello Leite	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
15 - Aloysio Freire Rocha	AL	Antônio Garcia Rocha	Estranho	Português, Álgebra, Latim, Física e Química
16 - Aloysio Vieira	SE	Jayme Rodrigues Vieira	Matriculado	Português (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
17 - Alvan José de Sant'Anna	SE	O. Dantas Rocha	Estranho	Francês
18 - Álvaro de Carvalho Andrade	SE	Norberto da Silveira Andrade	Estranho	Francês (reprovou), Física e Química
19 - Álvaro Ferreira Leite	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
20 - Álvaro Freire de Andrade	SE	João Pacífico de Andrade	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
21 - Álvaro José de Sant'Anna	SE	Hermínio Dantas Rocha	Estranho	História do Brasil
22 - Álvaro Mello da Silveira	SE	-	-	Português (reprovou), Geografia (reprovou)
23 - Álvaro Menezes Paes	SE	Alcebiades Correia Paes	Estranho	Inglês, Latim
24 - Alvim Alencar Mont'Alegre	PR	Augusto Alencar Mont'Alegre	Estranho	Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia

25 - Amélia Lins de Carvalho	BA	João Lins de Carvalho	Estranha	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
26 - Amynthas Diniz de Aguiar Dantas	SE	José Diniz de Faro Dantas	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Inglês (reprovou)
27 - Antônio Cruz	SE	Manuel Cruz	Estranho	História do Brasil
28 - Antônio de Andrade Mello	SE	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
29 - Antônio de Barros Mendes	AL	Manuel dos Anjos Mendes	Estranho	Latim, História Natural
30 - Antônio de Barros Padilha	SE	Laurentino de Barros Padilha	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
31 - Antônio de Freitas Cavalcanti	AL	Augusto Cavalcanti	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
32 - Antônio Freire Rocha	AL	Antônio Rocha	Estranho	Português, Aritmética, Álgebra
33 - Antônio J. Motta	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
34 - Antônio José Ferraz Álvares	SE	Arthur Álvares	Estranho	História do Brasil (reprovou), História Geral
35 - Antônio L. F.	SE	-	-	Geometria e Trigonometria (reprovou)
36 - Antônio Machado Barreto	SE	Dionísio Menezes Barreto	Matriculado	Português, Álgebra
37 - Antônio Nabuco Martins	SE	-	-	Geometria e Trigonometria (reprovou)
38 - Antônio Pedro Cardoso dos Santos	SE	-	-	Português (reprovou)
39 - Antônio S. Tavares	SE	Luiz da Silva Tavares Sobrinho	Estranho	Física e Química
40 - Antônio Sebastião de Moura	SE	Franquilino de Moura	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Álgebra
41 - Antônio Tavares da Motta	SE	João Tavares da Motta	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
42 - Antônio Valença Monteiro	SE	-	-	Inglês (reprovou)
43 - Archimedes Paes Barreto	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
44 - Aristides Soares de Andrade	SE	Manuel José Soares de Andrade	Estranho	Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
45 - Aristóteles Vianna Silva	SE	Manoel Júlio da Silva	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
46 - Armando Machado Barretto	SE	-	-	Francês (reprovou)
47 - Armando Muniz Barreto	SE	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
48 - Armando Wynne de Pires	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
49 - Aroaldo Azevedo	SE	Deoclides Paes de Azevedo	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
50 - Arthur Edgard Motta	SE	Edgard L. Motta	Estranho	Português, Aritmética (reprovou), Francês, Inglês (reprovou)
51 - Astragildo Silva	SE	Marcionello Silva	Estranho	Aritmética (reprovou), Português, Francês
52 - Augusto Diniz de Aguiar	SE	-	-	Física e Química (reprovou)
53 - Áurea Soledade Getirana	SE	-	-	Aritmética (reprovou)

54 - Benjamin de Aguiar Machado	SE	Sebastião de Aguiar Machado	Estranho	Português (reprovou), Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
55 - Carlos Antunes de Azevedo	SE	-	-	Álgebra (reprovou), História Natural (reprovou), História Geral (reprovou)
56 - Cassilandro Everaldo Barbuda	BA	Pedro Júlio Barbuda	Estranho	Álgebra, História do Brasil, Latim, História Geral
57 - Cecil Rodrigues da Cruz	SE	João Rodrigues da Cruz	Estranho	Geometria e Trigonometria, Latim, Física e Química, História Natural
58 - Celso Dias Lima Spínola	BA	Celso Moreira Spínola	Estranho	Inglês, Álgebra, Latim (reprovou), História Geral
59 - Damião de Mendonça	SE	João C. de Sant'Anna	Matriculado	Geometria e Trigonometria, Latim, Desenho, História Geral
60 - Décio Coelho de Mello	SE	-	-	Português (reprovou)
61 - Djalma Feitosa Franco	SE	João Alves Feitosa Franco	Estranho	Latim, História Natural
62 - Dulce de Almeida Prado	SE	Francisco do Prado Madureira	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
63 - Edmundo Vieira Dantas	-	-	-	Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
64 - Elisabeth Bomfim de Campos	SE	José Leopoldo Campos	Matriculada	Português (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
65 - Ephraim Carvalho Borges	SE	João Laurentino Borges	Estranho	Português, Francês, Inglês
66 - Epídio Freire	SE	José Freire Barretto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
67 - Erothildes Ferreira de Carvalho	SE	Antônio Ferreira de Carvalho	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
68 - Ezmann Jacyobá Pitombo Cavalcanti	AL	Júlio J. Cavalcanti	Estranho	Aritmética, Francês (reprovou), Latim, Física e Química
69 - F. Silva	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
70 - Fausto Fernandes de Mello	SE	João Carneiro de Mello	Estranho	Álgebra (reprovou), Geometria e Trigonometria (reprovou), Latim (reprovou), História Natural
71 - Fausto Montes de Marsillac	SE	Manuel de Marsillac Motta	Estranho	Português
72 - Felte Bezerra	SE	Abdias Bezerra	Estranho	Português, Francês, Álgebra, História do Brasil
73 - Fernando Coelho Mello	SE	Dácio Mello	Estranho	Inglês, Álgebra (reprovou)
74 - Fernando de Figueiredo Porto	SE	Irineu Figueiredo Porto	Estranho	Geografia
75 - Filemon Franco Freire	SE	João Franco Freire	Estranho	Francês, Inglês, Álgebra, História do Brasil
76 - Florival Linhares	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
77 - Francisca Fontes de Marsillac	SE	João Alfredo de Marsillac Motta	Estranha	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
78 - Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Filho	SE	Francisco Carneiro Nobre de Lacerda	Est.	Física e Química, História Natural
79 - Francisco Leite Franco	SE	Antônio do Prado Franco	Estranho	Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou), Geometria e Trigonometria, História Geral

80 - Francisco Leite Netto	SE	S. César Leite	Estranho	Português, Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
81 - Francisco Miranda Filho	SE	Francisco Miranda Britto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
82 - Francisco Moreira Souza	BA	Antônio Felix de Souza	Estranho	Latim (reprovou), Física e Química, História Natural
83 - Gabino Pacheco Gonçalves	SE	José E. Gonçalves	Estranho	Português, Aritmética (reprovou)
84 - Genny Barbosa	SE	A . José Barbosa	Estranha	Francês, Física e Química (reprovou)
85 - Gileno de Almeida Costa	SE	José da Silveira Costa	Estranho	Geografia
86 - H. Albuquerque Gouveia e Silva	AL	João H. de Gouveia e Silva	Estranho	Latim, História Natural
87 - Haidei do Amor Divino	SE	Arthur do Amor Divino	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
88 - Heitor Montezuma Lins	AL	Lourenço M. Lins de Albuquerque	Estranho	Inglês (reprovou), Geometria e Trigonometria (reprovou), Latim, História Natural
89 - Helena Lima Madureira	SE	Gonçalo Paes Madureira	Matriculada	Português (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
90 - Hercílio de Carvalho Silveira	SE	Caetano José da Silveira	Estranho	Inglês, Álgebra, Latim
91 - Heribaldo Dantas Vieira	SE	Francisco Vieira de Andrade	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), História Natural
92 - Hilda Leite Nascimento	SE	A . Nascimento	Estranha	Física e Química, História Natural
93 - Horácio Nelson	SE	-	-	Francês (reprovou), Inglês (reprovou), História Natural (reprovou)
94 - Humberto Barroso Pereira	SE	José Gonçalves Pereira	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), Física e Química, História Natural, História Geral
95 - Humberto de Souza Mello	SE	João Pereira de Souza Mello	Estranho	Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
96 - Humberto Diniz Sobral	SE	Delfino de Faro Sobral	Estranho	Inglês, Álgebra (reprovou), Geometria e Trigonometria (reprovou), História Natural
97 - I. de Carvalho Andrade	SE	-	-	Inglês (reprovou)
98 - Ismael da Silva E.	BA	Pedro E.	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), História do Brasil, Física e Química (reprovou)
99 - Izabel Baptista de Sant'Anna	SE	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
100 - Jacques Getirana	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
101 - Jayme de Aguiar Almeida	SE	José Francisco de Almeida	Estranho	Português, Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
102 - Jessé Silva de Oliveira	SE	Silvano Auto de Oliveira	Estranho	Aritmética, Álgebra, Latim
103 - João Alfredo Montes	SE	Alfredo Montes Júnior	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), Física e Química, História Natural
104 - João Alves de Moura	SE	-	-	Francês (reprovou)

105 - João Baptista Gama da Silva	CE	Manuel Thomaz Gomes da Silva	Estranho	Inglês, História Geral
106 - João Baptista Nogueira	SE	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Matriculado	Inglês, História do Brasil, Física e Química (reprovou)
107 - João Bosco de Andrade Lima	SE	João Epiphânio de Lima Netto	Estranho	Português (reprovou), Inglês (reprovou), História do Brasil, História Geral
108 - João da Motta Simões	SE	Annunciato Simões	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), Física e Química
109 - João Pires Wynne	SE	Etelvino Pires de Almeida	Estranho	Inglês, Latim
110 - João Valença Monteiro	SE	José Pinto Monteiro	Estranho	Física e Química, História Natural, Inglês, História do Brasil
111 - João Vieira de Mattos	SE	Adolpho Vieira de Mattos	Estranho	Português, Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
112 - João Vieira Pessoa Fontes	SE	Pedro Vieira de Souza Fontes	Matriculado	Física e Química, História Natural, Inglês, História do Brasil
113 - Joel Macieira Aguiar	SE	José de Aguiar Menezes	Estranho	Física e Química, História Natural, Francês
114 - Jorge Campos Maynard	SE	João Maynard	Estranho	Geografia
115 - José Adolpho Magalhães Azevedo	SE	-	-	História do Brasil (reprovou), Latim (reprovou), Aritmética (reprovou)
116 - José Augusto Diniz de Aguiar Dantas	SE	José Diniz de F. Dantas	Estranho	História do Brasil, História Natural (reprovou)
117 - José Azevedo Sobrinho	SE	Deoclécio Pereira de Azevedo	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovou), Francês (reprovou)
118 - José Baptista Soares de Andrade	SE	Manuel José Soares de Andrade	Matriculado	História do Brasil, Física e Química, História Natural, Inglês
119 - José Carlos de Farias	SE	L. da Costa Farias	Matriculado	Português (reprovou)
120 - José Chaves Dantas	SE	Virgílio Vieira Dantas	Estranho	História do Brasil, Latim, Inglês, História Geral
121 - José da Costa Telles	SE	-	-	Português (reprovou)
122 - José Dantas de Britto Lima	SE	-	-	Física e Química (reprovou), Inglês (reprovou)
123 - José de Barros Mendes	AL	Manuel dos Anjos Mendes	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), História do Brasil, Latim, Álgebra
124 - José de Carvalho Andrade	SE	Norberto da Silveira Andrade	Estranho	Inglês
125 - José de Faro Leal	SE	V. de Faro Leal	Estranho	Português, Geografia (reprovou)
126 - José Diniz de Aguiar Dantas	SE	-	-	Inglês (reprovou)
127 - José do Prado Barretto	SE	Manuel Cardoso Muniz Barretto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil (reprovou)
128 - José do Prado Franco	SE	-	-	Álgebra (reprovou), Geometria e Trigonometria (reprovou)
129 - José F. Mattos	BA	Joaquim de Mattos C.	Estranho	Latim, Física e Química (reprovou)
130 - José Firpo	SE	João Firpo	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
131 - José Fonseca de Campos	SE	-	-	Álgebra (reprovou)

132 - José Fontes Cardoso	SE	Manuel Alvino Cardoso	Estranho	Geografia
133 - José Fortunato Pinto	SE	-	-	Geometria e Trigonometria (reprovou)
134 - José Freire Dantas Filho	SE	-	-	Geografia (reprovou)
135 - José Freire do Prado	SE	João de Vasconcellos Prado	Estranho	Latim, Física e Química, História Natural
136 - José Garcez Vieira	SE	-	-	Inglês (reprovou), História Geral
137 - José Graciliano do Nascimento	SE	Álvaro Nascimento	Estranho	Física e Química, História Natural, Inglês (reprovou)
138 - José Ignácio Ferreira da Cruz	SE	-	-	Inglês (reprovou), História do Brasil (reprovou)
139 - José Lins de Carvalho	SE	-	-	Física e Química (reprovou)
140 - José Maria de Oliveira Fontes	SE	Fiel Martins Fontes	Estranho	Português, Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
141 - José Messias Sobrinho	SE	-	-	Geografia (reprovou)
142 - José Olino de Lima Netto	SE	João Epiphanyo de Lima	Estranho	Inglês, Álgebra (reprovou), Geometria e Trigonometria, História Geral
143 - José Pedro de Carvalho	SE	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
144 - José Silveira	SE	Ismael Silveira	Estranho	Inglês, História do Brasil, Física e Química, História Natural
145 - José Sobral	SE	José Severiano Dias Sobral	Estranho	Inglês, Álgebra (reprovou)
146 - José Telles de Souza	SE	Alcísio Telles de Souza	Estranho	Inglês, Álgebra, História do Brasil
147 - José Theophilo de Sant'anna	SE	Geremias Baptista de Sant'anna	Estranho	Português, Geografia
148 - José Vieira da Silva	SE	Luiz S. da Silva	Estranho	Francês, Álgebra (reprovou)
149 - José Vieira de Mattos	SE	Adolpho Vieira de Mattos	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
150 - José Vieira Sobral	SE	Domingos Dias Menezes Sobral	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil (reprovou)
151 - Josino Vieira Rocha	SE	Adelino Vieira Rocha	Estranho	Português, Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Francês
152 - Juarez Oliveira Leal	SE	-	-	Física e Química (reprovou)
153 - Júlio Ferraz Álvares	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
154 - Laura Ramos Soares	SE	Ignácio Soares do Nascimento	Estranha	Português, Aritmética, Francês
155 - Lauro de Souza Régis	PE	Rogério Francisco Régis	Estranho	Francês, História do Brasil
156 - Liberato de Carvalho	BA	Pedro Alexandre de Carvalho	Estranho	Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural, História Geral
157 - Lourival Bomfim	SE	Seraphim José do Bomfim	Matriculado	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
158 - Lourival Fonseca	SE	C. Fonseca	Estranho	Português, Aritmética

159 - Luiz Barros	SE	Manuel de Estranho	Geografia
160 - Luiz de Mello Prado	SE	Manuel Mendonça Barros	Inglês, Álgebra (reprovou), História do Brasil
161 - Luiz Francisco de Mattos	SE	João Gomes do Prado	Inglês, História Natural
162 - M. Gomes da Silva	SE	Adolpho Vieira de Mattos	Geometria e Trigonometria (reprovou), Desenho
163 - Manfredo Monteiro da Rocha	SE	Zaferino José da Silva	Geografia, Francês, História do Brasil, Latim
164 - Manoel de Carvalho Barroso	SE	Manuel Alves da Rocha	Francês (reprovou), Inglês, Física e Química, História Natural
165 - Manuel dos Santos Carvalho	BA	Lourenço Telles Barroso	Aritmética, Física e Química, História Natural
166 - Manuel Machado Lemos	AL	Pedro Alexandre de Carvalho	Português, Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Álgebra
167 - Manuel Namysio de Aquino	SE	João da Silva Machado Lemos	Francês, Inglês
168 - Manuel S. de Góes	SE	Davino Namysio de Aquino	Geografia
169 - Maria Baptista de Sant'Anna	SE	Octávio Francisco de Góes	Francês (reprovou), História Natural
170 - Maria de Menezes Firpo	SE	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Física e Química, História Natural
171 - Maria de Oliveira	SE	João Firpo	História do Brasil
172 - Maria Izabel Teixeira	SE	Cândido José de Oliveira	Português, Francês, Álgebra (reprovou)
173 - Maria José Guimarães Motta	SE	José Pinto Teixeira	Geometria e Trigonometria, Latim, Desenho, História Geral
174 - Maria Marieta Telles de Menezes	SE	Horácio Baptista da Motta	Física e Química (reprovou)
175 - Maria Waldetti Vieira de Mello	SE	-	Português
176 - Maria de Miranda Villas-Boas	SE	O. Vieira de Mello	Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
177 - Mário de Albuquerque Lima	AL	-	Inglês, Física e Química, História Natural
178 - Mário de Oliveira	SE	Quintino Ferreira de Souza Lima	Física e Química (reprovou)
179 - Milton de Carvalho Leão	SE	-	Álgebra, Latim, Física e Química
180 - Milton Fontes Magarão	SE	Hermenegildo Leão	Inglês, Latim, Álgebra (reprovou)
181 - Mirabel Muniz Smith	SE	Manoel Franklin Magarão	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
182 - Nayla de Araújo Pinto	SE	Guilherme Smith	Português, Aritmética (reprovou)
183 - Nelson Amâncio Cunha	BA	Antônio Motta	História do Brasil, Física e Química (reprovou), História Geral
184 - Nelson Barreto de Vasconcellos	SE	Elpidrio Amâncio Cunha	Geografia, História do Brasil
185 - Nelson de Vasconcellos	SE	João Luiz de Vasconcellos	Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou)

186 - Nelson Rocha	SE	João Rocha	Matriculado	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
187 - Nevers Hugo Cravo de Almeida	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
188 - Nicanor Oliveira Leal	SE	Honorino Leal	Matriculado	Inglês, História do Brasil, Física e Química (reprovou)
189 - Nilo Batalha	ES	Arthur Ribeiro	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovou)
190 - O. de Souza Campos	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
191 - Octávio Guedes Mello	AL	José Leonel de Mello	Estranho	Português (reprovou), Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
192 - Olga Schmidt	SE	Adolpho Schmidt	Matriculada	Aritmética(reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
193 - Ophelia Santos	SE	Felismino Santos	Matriculada	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
194 - Orlando Baptista Lins	SE	-	-	Francês (reprovou)
195 - Oscar Campos de Andrade	SE	Cláudio Baptista de Andrade	Estranho	Latim, Física e Química, História Natural
196 - Oscar do Prado Goes	SE	Leonel Góes	Estranho	Aritmética (reprovou), Geografia
197 - Osvaldo Azevedo Machado	BA	João Ribeiro Machado	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Física e Química (reprovou)
198 - Osvaldo do Prado Franco	SE	Albano do Prado Pimentel Franco	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil
199 - Oswaldo Barretto Dantas	BA	João Barretto Dantas	Estranho	História do Brasil, Latim, Física e Química, História Natural (reprovou)
200 - P. F. de Sant'Ago	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
201 - Pancrácio Rocha	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
202 - Paulo do Amaral Carneiro	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
203 - Pedro Leopoldo Daltro Nabuco	SE	Pedro Leopoldo Daltro Nabuco	Estranho	Álgebra (reprovou), História do Brasil, História Geral
204 - Pelino Tavares da Motta	SE	João Tavares da Motta	Matriculado	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
205 - Petrina Cardoso de Andrade	SE	Raul G. Pereira de Andrade	Matriculada	Português, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
206 - Raul Paranhos Dias dos Santos	BA	Alberto Leal Dias dos Santos	Estranho	Inglês (reprovou), Latim
207 - Raymunda Ribeiro Mesquita	SE	Antônio Mesquita	Estranha	Física e Química, História Natural
208 - Raymundo Fernandes da Fonseca	SE	Simpliciano Fernandes da Fonseca	Estranho	Aritmética, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
209 - Reginaldo Ferreira de Almeida	BA	Joaquim Ferreira de Almeida	Estranho	Francês (reprovou), História Natural, História Geral
210 - Reinaldo Jardim de Britto	SE	Júlio de Britto Santanna	Estranho	Geometria e Trigonometria (reprovou), História do Brasil, História Geral
211 - Romeu Bomfim Silva	SE	Alfredo Gomes da Silva	Estranho	Inglês, História do Brasil, Física e Química (reprovou), História Geral
212 - Roque Dias Ribeiro	SE	-	-	Álgebra (reprovou), Latim (reprovou), História Geral

213 - Satyro Silveira	SE	José Fernandes da Silveira	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovado)
214 - Tarcísio Rodrigues do Nascimento	SE	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Matriculado	Português, Francês (reprovou)
215 - Thales Vieira da Silva	SE	Margarida da Conceição	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil
216 - Urbano de Oliveira Lima Netto	SE	João Epiphanyo Lima Netto	Estranho	Francês (reprovou), Latim
217 - Vivaldo Fontes	SE	Emiliano Fontes	Estranho	Português, Aritmética (reprovou)
218 - Waldemar do Prado Leite	SE	Agripino Leite	Estranho	Francês, Álgebra, Geometria e Trigonometria (reprovou)
219 - Waldemar Soares de Mello	SE	Antônio Odilon da Costa Mello	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
220 - Walfrando Ladulau Barretto	RJ	João Pereira Barretto	Estranho	Português, Francês (reprovou)
221 - Walter Prado Franco	SE	Albano do Prado Pimentel Franco	Estranho	Português, Aritmética (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil
222 - Wolfandro Barretto	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
223 - Zélia de Menezes	SE	Manuel Aguiar Botto de Menezes	Estranha	Aritmética (reprovou)
224 - Zelsa Menezes	SE	Manuel Aguiar Menezes	Estranha	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
225 - Zilda Chagas	SE	João Baptista das Chagas	Matriculada	Inglês, História do Brasil, Física e Química (reprovou)

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1923:

Nome	Nat.	Filiação	Status	Exames prestados
1 - A. A. de Mello	SE	-	-	Português (reprovou)
2 - A. Silva de Oliveira	SE	S. S. de Oliveira	Estranho	Latim
3 - Acrísio Cruz	SE	Manuel Cruz	Estranho	Francês (reprovou), Português, Aritmética (reprovou), História Geral
4 - Adalberto Lima Leite	SE	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
5 - Adolpho Silveira Menezes	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
6 - Alberto Seabra Pessoa	SE	Geminiano de Campos Pessoa	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
7 - Aldemar Lima Leite	SE	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
8 - Alfredo Tavares Seixas	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
9 - Almério Lima Leite	SE	Augusto Albuquerque Leite	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
10 - Aloysio Accioly Leite	SE	Francisco Rabello Leite	Estranho	Francês (reprovou), Geometria e Trigonometria
11 - Aloysio de Faro Leal	SE	Urquiza Leal	Estranho	Francês (reprovou), Português
12 - Aloysio Freire Rocha	AL	Antônio Rocha	Estranho	Francês, História Natural
13 - Aloysio Freitas Mello	AL	Hermillo Freitas Mello	Estranho	Aritmética, Geometria e Trigonometria, Álgebra (reprovou)

14 - Aloysio Vieira	SE	Jayme Rodrigues Vieira	Matriculado	Francês, Português
15 - Álvaro de Carvalho Andrade	SE	Norberto da Silveira Andrade	Estranho	Francês, História Natural, Inglês
16 - Álvaro Freire de Andrade	SE			Aritmética (reprovou), História do Brasil (reprovou)
17 - Álvaro José de Santanna	SE	Honorino Dantas Rocha	Estranho	Inglês, Álgebra (reprovou)
18 - Álvaro Mello da Silveira	SE	João Francisco da Silveira	Estranho	Francês (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, Aritmética (reprovou)
19 - Álvaro Menezes Paes	SE	Alcebíades Correia Paes	Estranho	História Natural, Geometria e Trigonometria
20 - Alvin Alencar Mont'Alegre	PE	Augusto Mont'Alegre	Estranho	Português, Aritmética
21 - Amélia Lins de Carvalho	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
22 - Amynthas Diniz de Aguiar Dantas	SE	José Diniz de Faro Dantas	Estranho	História do Brasil, Inglês (reprovou), História Geral
23 - Amynthas Garcez Vieira	SE	Júlio Vieira de Andrade	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, Aritmética, História do Brasil
24 - Aniston Soares de Mello	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
25 - Anquises Ferreira	SE	Enéas Ferreira	Estranho	Física e Química, História Natural
26 - Antônio Alfredo Gama da Silva	PB	Manuel Thomás Gama da Silva	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil
27 - Antônio Cardoso Barretto	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
28 - Antônio Dantas do Prado	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
29 - Antônio Dantas Freire	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
30 - Antônio de Andrade Mello	SE	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Física e Química, História Natural
31 - Antônio de Araújo Monteiro	SE	José de Araújo Monteiro	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
32 - Antônio de Freitas Cavalcante	AL	Augusto Vieira Cavalcante	Estranho	Francês (reprovou), Português, História do Brasil, História Geral
33 - Antônio Guimarães Nogueira	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
34 - Antônio José Ferraz Álvares	SE	Arthur Álvares de Lima	Estranho	História do Brasil
35 - Antônio Machado Barretto	SE	Dionísio Menezes Barreto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil, Inglês, História Geral
36 - Antônio Sebastião de Moura	SE	Franquilino Moura	Estranho	História do Brasil
37 - Antônio Valença Monteiro	SE	José Pinto Monteiro	Estranho	Inglês
38 - Arcélia Curvello Ezequiel	SE	Leandro Ezequiel de Oliveira	Estranha	Português
39 - Archimedes Paes Barretto	SE	Arthur Paes Barretto	Estranho	Português, Aritmética (reprovou)

40	- Aristides Vianna da Silva	SE	Manoel Júlio da Silva	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
41	- Aristóteles Viana e Silva	SE	-	-	História do Brasil (reprovou)
42	- Arivaldo Garcia da Costa Barros	SE	Lupicino A. da Costa Barros	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
43	- Arlindo Noja	PE	José Noja	Estranho	Latim, Inglês
44	- Armando Moraes de Mello	AL	Bento Vieira de Mello	Estranho	Física e Química, História Natural
45	- Armando Muniz Barretto	SE	Geminiano Muniz Barretto	Estranho	Português, Aritmética (reprovou)
46	- Arnaldo de Marsillac	SE	Manuel de Marsillac Motta	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
47	- Arnaldo Maynard Aragão	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou)
48	- Aroaldo Azevedo	SE	Deoclides Azevedo	Estranho	Francês, Português, Aritmética (reprovou)
49	- Arthur Augusto Porto Carrero	PE	Luiz da Costa F. Porto Carrero	Estranho	Física e Química, História Natural
50	- Arthur Edgar Motta	SE	Edgar S. da Motta	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
51	- Augusto Monte Alegre Filho	PR	Augusto Monte Alegre	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
52	- Áurea Soledade Getirana	SE	João Getirana	Matriculada	Aritmética
53	- Auson Silva de Oliveira	SE	Silvano Auto de Oliveira	Estranho	Geometria e Trigonometria, Inglês
54	- Beethoven Marques da Silva	SE	Pedro Marques da Silva	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Inglês
55	- Bem-Hur Cardoso	PE	Carlos Augusto Cardoso	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
56	- Benedicto Alves de Oliveira	AL	João Alves de Oliveira	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português, Aritmética (reprovou)
57	- Benjamin de Aguiar Machado	SE	Sebastião de Aguiar Machado	Estranho	Francês (reprovou), Português, História do Brasil, História Geral
58	- Cândida Teixeira de Castro	SE	José Pereira de Castro	Estranha	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
59	- Carlos Antunes de Azevedo	SE	José Antunes de Azevedo	Estranho	História Natural, Inglês (reprovou), História Geral
60	- Carlos Fernandes de Mello	SE	João Carneiro de Mello	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
61	- Cassilandro Everaldo Barbuda	BA	Pedro Júlio Barbuda	Estranho	Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria
62	- Celso Dias Lima Spínola	BA	Joaquim Celso Moreira Spínola	Estranho	Física e Química, Latim (reprovou), História Natural, Geometria e Trigonometria (reprovou)
63	- Coryntho Bezerra	SE	Antônio de Oliveira Bezerra	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
64	- Damião de Mendonça	SE	João Climaco de Santanna	Matriculado	Física e Química, História do Brasil, História Natural, Inglês
65	- Dulce Almeida Prado	SE	Francisco Prado Madureira	Estranho	Francês, Português
66	- Dulce Ferreira da Silva	SE	Laurindo Ferreira da Silva	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia

67 - Durval Vieira de Moraes	SE	Theotonio de Moraes	Conrado	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
68 - E. Vieira de Mello	SE	Octaviano Mello	Vieira de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
69 - Edmundo Vieira Dantas	SE	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
70 - Eduardo de Santa Ritta	AL	Manuel de Santa Ritta		Estranho	Física e Química, História Natural
71 - Elisabeth Bomfim de Campos	SE	José Leopoldo de Campos		Matriculada	Aritmética
72 - Eloy José dos Santos	SE	Alexandre Santos	José dos	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
73 - Enzmann Jacyobá Pitombo Cavalcanti	AL	Júlio Cavalcanti	Jacyobá	Estranho	Francês, História Natural, Inglês (reprovou)
74 - Eunice Batalha	ES	Arthur Batalha		Estranha	Francês, Português, Aritmética
75 - Eurides Xavier de Assis	SE	Antônio Xavier de Assis		Estranha	Francês, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português
76 - Eurydice de Andrade Fontes	SE	-	-	-	Português (reprovou)
77 - F. Franco Freire	SE	João Franco Freire		Estranho	Física e Química, História Natural
78 - Fausto Fontes de Marsillac	SE	Manuel de Marsillac Motta		Estranho	Francês, Aritmética, Inglês, História Geral
79 - Felte Bezerra	SE	Abdias Bezerra		Estranho	Física e Química, Latim, História Geral
80 - Fernando de Figueiredo Porto	SE	Irineu Figueiredo Porto		Estranho	Aritmética, História do Brasil
81 - Fernando Rocha	SE	João Rocha		Matriculado	Física e Química, História Natural
82 - Filemon Franco Freire	SE	João Franco Freire		Estranho	Geometria e Trigonometria, História Geral
83 - Floriano Faria Amado	SE	José Amado Sobrinho		Estranho	Francês, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, Inglês
84 - Francisca Fontes de Marsillac	SE	João Alfredo Marsillac Motta		Estranha	Física e Química, Aritmética, História Natural
85 - Francisco Fontes de Marsillac	SE	João Alfredo de Marsillac Motta		Estranho	Francês
86 - Francisco Leite Netto	SE	Sylvio César Leite		Estranho	Física e Química, História do Brasil, História Natural, Inglês
87 - Francisco Miranda Filho	SE	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
88 - Francisco Moreira Souza	BA	Antônio Felix de Souza		Estranho	Francês, História do Brasil, Latim, História Geral
89 - Gabino Pacheco Gonçalves	SE	José Eleuthério Gonçalves		Estranho	Aritmética
90 - Gelino Tavares da Motta	SE	João Tavares da Motta		Matriculado	Francês, Português
91 - Genny Barbosa	SE	Antônio José Barbosa		Estranha	Física e Química, História Natural
92 - Gileno de Almeida Costa	SE	José da Silveira Costa		Estranho	Francês, Português, História do Brasil, História Geral
93 - Gonçalo Andrade Santos	SE	Manoel José dos Santos		Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
94 - Herbert Schwell	SE	Wilhelm Schwell		Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
95 - Hercílio Carvalho Silveira	SE	Caetano José da Silveira		Estranho	Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria

96 - Hermetério Albuquerque de Gouveia e Silva	AL	João Hermetério de Gouveia e Silva	Estranho	Geometria e Trigonometria, Álgebra (reprovou)
97 - Humberto de Souza Mello	SE	João Ferreira de Souza Mello	Estranho	História do Brasil
98 - Humberto Vieira de Mello	SE	-	-	Português (reprovou)
99 - Ignácio Telles Barretto	SE	-	-	Português (reprovou)
100 - Izabel Baptista de Santanna	SE	Juvenal Baptista de Santanna	Matriculada	Francês, Português, Álgebra (reprovou)
101 - Jacques Getirana	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
102 - Jayme Aguiar Almeida	SE	José Francisco Almeida	Estranho	Latim, Inglês, Álgebra (reprovou)
103 - Jessé Silva de Oliveira	SE	Silvano Auto de Oliveira	Estranho	História Natural, Geometria e Trigonometria, Inglês
104 - Joanna Baptista de Sant'Anna	SE	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
105 - João Alves de Moura Filho	SE	-	-	Francês (reprovou)
106 - João Ávila Netto	SP	João Ávila Filho	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
107 - João Baptista Gama da Silva	CE	Manuel Thomaz Gama da Silva	Estranho	Física e Química, História Natural
108 - João Bosco de Andrade Lima	SE	João Epiphanyo Lima Netto	Estranho	Física e Química, Aritmética, História Natural, Inglês
109 - João Carlos Borges	SE	Manuel Carlos Borges	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
110 - João Dantas do Prado	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
111 - João de Azevedo Andrade	SE	Américo R. Andrade	Estranho	Francês (reprovou), Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
112 - João Fernandes de Britto	SE	João Fernandes de Freitas Britto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
113 - João Guimarães Lobão	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
114 - João Marques Guimarães	SE	Luiz Guimarães	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
115 - João Pires Wynne	SE	Etelonio Pires de Almeida	Estranho	Física e Química, História Natural
116 - João Vieira de Mattos	SE	Adolpho Vieira de Mattos	Estranho	História do Brasil, Latim, Inglês, Álgebra
117 - Joaquim de Macedo Fernandes	DF	Raymundo Fernandes	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil, História Geral
118 - Joaquim Sobral da Cruz	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
119 - Joel Almeida Sobrinho	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
120 - Jorge Campos Maynard	SE	João Maynard	Estranho	Português, Aritmética, História do Brasil

121 - José Augusto Diniz de Aguiar Dantas	SE	-	-	História Natural (reprovou), Inglês (reprovou), História Geral (reprovou)
122 - José Calasans Filho	SE	José Calasans da Silva	Estranho	Francês (reprovou), História do Brasil
123 - José Carlos de Farias	SE	L. da Costa Farias	Matriculado	Francês (reprovou), Português
124 - José da Silva Ribeiro Filho	SE	José da Silva Ribeiro	Estranho	Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria (reprovou)
125 - José da Silva Ribeiro Sobrinho	SE	Jeremias da Silva Ribeiro	Estranho	História do Brasil, Geometria e Trigonometria, Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou), Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou)
126 - José Dantas Filho	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
127 - José de Góes Duarte	SE	Cypriano Duarte	Estranho	Francês, Português
128 - José de Menezes Firpo	SE	João Firpo	Estranho	Francês (reprovou), História do Brasil, Inglês (reprovou)
129 - José de Oliveira	SE	J. José de Oliveira	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
130 - José do Faro Leal	SE	-	-	Francês (reprovou), História do Brasil (reprovou), Inglês (reprovou)
131 - José do Prado Barretto	SE	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
132 - José E. de Oliveira	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
133 - José Fernandes Filhos	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
134 - José Fontes Cardoso	SE	Manoel Cardoso	Alvino Estranho	Português, Inglês
135 - José Garcez Vieira	SE	Júlio Vieira de Andrade	Estranho	Inglês (reprovou), História Geral
136 - José Gomes de Oliva	SE	Cícero Oliva	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
137 - José Graciliano do Nascimento	SE	Álvaro do Nascimento	Estranho	Inglês
138 - José Ismerim	SE	Antônio Ismerim	Estranho	Francês (reprovou), Português, Latim
139 - José J. de Oliva	SE	-	-	Aritmética (reprovou)
140 - José Leandro Rollemberg	AL	Manoel Rollemberg Martins Soares	Estranho	Francês, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
141 - José Machado de Souza	SE	Gervásio de Araújo Souza	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
142 - José Maria de Oliveira Fontes	SE	Fiel Martins Fontes	Estranho	Latim, Inglês, História Geral (reprovou)
143 - José Messias Sobrinho	SE	Manuel Messias Sobrinho	Estranho	História do Brasil
144 - José Olino de Lima Netto	SE	João Epiphânio de Lima	Estranho	Álgebra (reprovou)
145 - José Ribeiro Filho	SE	-	-	Álgebra (reprovou)
146 - José Silva de Oliveira	SE	Silvano A. de Oliveira	Estranho	Física e Química
147 - José Sobral	SE	José S. Dias Sobral	Estranho	Desenho, Álgebra (reprovou)

148 - José Teixeira Lobo Sobrinho	SE	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
149 - José Telles de Souza	SE	Alcino Souza	Telles de	Estranho	História Geral
150 - José Vieira da Silva	SE	Luiz Gonzaga da Silva		Estranho	História Geral
151 - José Vieira de Mattos	SE	Adolpho Mattos	Vieira de	Estranho	Francês, Português, Aritmética
152 - Josino de Menezes Sobrinho	AL	José Menezes		Estranho	Física e Química, História Natural
153 - Josino Vieira Rocha	SE	Adelino Vieira Rocha		Estranho	Física e Química, História Natural
154 - Juarez de Oliveira Leal	SE	-	-	-	História do Brasil (reprovou), Inglês (reprovou)
155 - Júlio Ferraz Álvares	SE	Arthur Álvares		Estranho	Inglês (reprovou), Álgebra
156 - Júlio Leão Mendonça	SE	Manoel Mendonça	Antônio	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
157 - Laura Monteiro da Rocha	SE	Manuel Monteiro da Rocha	Alves	Estranha	Português
158 - Laura Ramos Soares	SE	Ignácio Soares do Nascimento		Estranha	Física e Química, História Natural
159 - Lauro de Souza Régis	SE	-	-	-	Geometria e Trigonometria (reprovou), Álgebra (reprovou)
160 - Leyda Régis	SE	João Francisco Régis		Estranha	Português
161 - Lourival Bomfim	SE	Seraphim Bomfim	José do	Matriculado	Francês (reprovou), Português
162 - Luiz Barros	SE	Manuel Barros	Mendonça	Estranho	Francês (reprovou), Português, História do Brasil
163 - Luiz de Bastos Andrade	SE	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
164 - Luiz de Mello Prado	SE	João Gomes do Prado		Estranho	Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria (reprovou), Álgebra (reprovou)
165 - Manfredo Monteiro da Rocha	SE	Manuel Alves Rocha		Estranho	Física e Química, História Natural, Álgebra
166 - Manoel Alves Júnior	SE	João Chaves Alves		Estranho	Francês, Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, História do Brasil
167 - Manoel de Carvalho Barroso	SE	Lourenço Barroso	Telles	Estranho	Francês, Latim, Geometria e Trigonometria
168 - Manoel Farias dos Reis	SE	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
169 - Manuel dos Santos Carvalho	SE	-	-	-	Francês (reprovou)
170 - Manuel Guimarães Motta	SE	Horácio Motta	Baptista	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
171 - Manuel Machado Lemos	AL	João da Silva Machado Lemos		Estranho	Francês, Física e Química (reprovou), História do Brasil, História Geral
172 - Maria das Mercês Dantas	BA	Francisco Dantas	Barretto	Estranha	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
173 - Maria José Guimarães Motta	SE	Horácio Motta	Baptista da	Matriculada	Física e Química, História do Brasil, História Natural, Inglês
174 - Maria Nicy Mendonça	SE	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
175 - Maria Rosa dos Prazeres Costa	SE	Luiz José Filho	da Costa	Estranho	Português, Aritmética (reprovou)

176 - Milton da Rocha Franco	SE	-	-	-	História do Brasil (reprovou)
177 - Milton de Carvalho Leão	SE	Hermenegildo Leão	Estranho		História Natural, Geometria e Trigonometria
178 - Milton do Prado Franco	SE	-	-		Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
179 - Minervina Gomes da Silva	SE	Zeferino José da Silva	Matriculada		Física e Química, História do Brasil, História Natural, Inglês
180 - Mirabel Muniz Smith	SE	Guilherme Smith	Estranha		Francês, Aritmética (reprovou)
181 - Mylton Fontes Magarão	SE	Manuel Franklin Magarão	Estranho		Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria
182 - Nair Telles Coelho	SE	Agripino de Jesus Coelho	Matriculada		Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
183 - Nelson Barretto de Vasconcellos	SE	-	-		Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou), História Geral
184 - Nelson Rocha	SE	João Rocha	Matriculado		Francês, Português, Álgebra
185 - Nilo Batalha	ES	Arthur Batalha	Estranho		História do Brasil
186 - O. Mont'Alegre	SE	Carlos Mont'Alegre	Estranho		Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
187 - Octávio Guedes Mello	AL	José Lemos de Mello	Estranho		Física e Química, História Natural
188 - Olavo Ferreira Leite	BA	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	Estranho		Francês, Física e Química (reprovou), História do Brasil
189 - Olga Schmidt	SE	Adolpho Schmidt	Matriculada		Aritmética (reprovou)
190 - Ophélia Santos	SE	Felismino Santos	Matriculada		Francês, Português
191 - Orlando Baptista Lins	BA	Clelio Lins de Miranda	Estranho		Francês, Física e Química (reprovou)
192 - Oscar do Prado Góes	SE	-	-		Francês (reprovou), Aritmética (reprovou)
193 - Oswaldo Azevedo Machado	BA	João Ribeiro Machado	Estranho		Física e Química, História do Brasil
194 - Oswaldo Prado Franco	SE	Albano Prado Franco	Estranho		Francês, Português, Aritmética
195 - Ovelarck Feitosa Franco	SE	João A. Feitosa Franco	Estranho		Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
196 - Paulo Curvello Ezequiel	SE	Leandro Ezequiel de Oliveira	Matriculado		Aritmética
197 - Pedro Leopoldo Nabuco	SE	-	-		Inglês (reprovou), Álgebra (reprovou)
198 - Petrina Cardoso de Andrada	SE	Raul Gaston Pereira de Andrada	Estranha		Francês, Português
199 - Raymundo Fernandes da Fonseca	SE	Simpliciano Fernandes da Fonseca	Estranho		Francês (reprovou), Português, História do Brasil
200 - Raymundo Silveira Souza	SE	Leopoldo de Araújo Souza	Estranho		Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
201 - Raymundo Vieira	SE	A. José Vieira	Estranho		Física e Química, História Natural
202 - Rodolpho Guimarães Fernandes	BA	Rodolpho Fernandes	Estranho		Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
203 - Roque Dias Ribeiro	SE	Roque Dias Ribeiro	Estranho		Física e Química, História Natural, Álgebra (reprovou)

204 - Samuel da Silveira Faro	SE	Evangelino Faro	Estranho	Física e Química, Latim, História Natural, Geometria e Trigonometria
205 - Saul Bellandi	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
206 - Tarcísio Rodrigues do Nascimento	SE	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil, Inglês (reprovou), História Geral
207 - Thales Vieira da Silva	SE	Margarida da Conceição	Estranho	Francês, História Geral
208 - Urbano de Oliveira Lima Netto	SE	João Epiphania Lima Netto	Estranho	Francês (reprovou), Aritmética (reprovou), História do Brasil
209 - Waldemar do Prado Leite	SE	Agripino Leite	Estranho	Física e Química, Latim, História Natural
210 - Waldemar Soares de Mello	SE	Antônio Odilon da Costa Mello	Estranho	Francês (reprovou), Português, Aritmética (reprovou)
211 - Walter Prado Franco	SE	Albano do Prado Pimentel Franco	Estranho	Francês (reprovou), Latim, História Geral (reprovou)
212 - Walter Schmidt Freire	SE	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
213 - Zélia de Menezes	SE	Manuel Aguiar Botto de Menezes	Estranha	Português, Aritmética (reprovou)
214 - Zilda Chagas	SE	João Baptista das Chagas	Matriculada	Física e Química, História Natural

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1924:

Nome	Nat.	Filiação	Status	Exames prestados
1 - Manfredo Monteiro da Rocha	SE	Manoel Alves Monteiro da Rocha	Estranho	História Geral, Inglês (reprovou)
2 - A. Ferreira	SE	E. Ferreira	Estranho	Álgebra (reprovou), História Geral
3 - A. Soares de Mello	-	-	-	Português (reprovou)
4 - Acrísio Cruz	SE	Manoel Cruz	Estranho	Francês
5 - Affonso Celso Parreiras Horta	DF	Paulo Parreiras Horta	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética, História do Brasil
6 - Alberto Seabra Pessoa	SE	G. Pessoa	Estranha	Português, Aritmética (reprovou)
7 - Alfredo Tavares Seixas	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
8 - Aloysio Pacheco Gonçalves	SE	José E. Gonçalves	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
9 - Álvaro Mello da Silveira	-	-	-	Aritmética (reprovou), História do Brasil (reprovou), Francês (reprovou), Inglês (reprovou)
10 - Amália Soares de Andrade	SE	Roboão de Andrade	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
11 - Antônio Alfredo Gama da Silva	PB	Manuel Tomás Gomes da Silva	Estranho	Aritmética
12 - Antônio Araújo Monteiro	SE	José Araújo Monteiro	Estranho	Aritmética
13 - Antônio Berenguer	BA	Antônio Cézar Berenguer de Bittencourt	Estranho	Física e Química (reprovou), Física e Química (reprovou), Geometria

					Plana e no Espaço (reprovou), Latim
14 - Antônio de Andrade Mello	SE	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Francês (reprovou)	
15 - Antônio de Freitas Cavalcante	AL	Augusto Vieira Cavalcante	Estranho	Álgebra, Física e Química, História Natural	
16 - Antônio Gonçalves da Silva	-	-	-	Português (reprovou)	
17 - Antônio José F. Álvares	-	-	-	Português (reprovou)	
18 - Antônio Rego Gonçalves da Silva	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)	
19 - Antônio Sebastião de Moura	SE	Franquillino Moura	Estranho	Francês (reprovou), História Geral (reprovou), História Geral, Inglês	
20 - Antônio Sobral Bôto	SE	Jônatas de Aguiar Bôto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética	
21 - Arcélia Curvello Ezequiel	SE	Leandro Ezequiel de Oliveira Mello	Estranha	Aritmética, Francês	
22 - Aristides Soares de Andrade	SE	M. José Soares de Andrade	Estranho	Português	
23 - Ariston de Oliveira	SE	José Francisco de Oliveira	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia	
24 - Ariston Soares de Mello	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)	
25 - Aristóteles Vianna e Silva	SE	Manoel Júlio da Silva	Estranho	Português (reprovou), História do Brasil	
26 - Arivaldo Garcia da Costa Barros	SE	Lupicínio Amyntas da Costa Barros	Estranho	Português, História do Brasil	
27 - Arnaldo Marsillac	SE	Manoel Marsillac Motta	Estranho	Português, História do Brasil	
28 - Arnaldo Rollemberg Garcez	SE	João Sobral Garcez	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou), Aritmética (reprovou)	
29 - Aroaldo Azevedo	SE	Deoclides Azevedo	Estranho	Aritmética, História do Brasil, História Geral	
30 - Astrogildo Silva	SE	Marcionello Silva	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia	
31 - Aurora Bomfim de Campos	SE	José Leopoldo Campos	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética	
32 - Benedicto Alves de Oliveira	AL	João Alves de Oliveira	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)	
33 - Benjamin de Aguiar Machado	SE	Sebastião de Aguiar Machado	Estranho	Francês (reprovou), Física e Química (reprovou), Inglês (reprovou)	
34 - Bernardo de Barros Cesar	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)	
35 - Carlos Antunes de Azevedo	-	-	-	Inglês (reprovou)	

36	- Carlos Fernandes de Mello	SE	João Carneiro de Mello	de	Matriculado	Português, Francês, Álgebra
37	- Carlos Firpo	SE	João Firpo		Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
38	- Carmélia Dias dos Santos	-	-		-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
39	- Cesário Cardoso de Siqueira	SE	João Climaco Siqueira	de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História do Brasil, Inglês
40	- Conrado Ramos de Menezes	SE	João Fontes de Menezes	de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
41	- D. Pimentel Franco	-	-		-	Português (reprovou)
42	- Deocleciano Rocha Filho	SE	Deocleciano Rocha		Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
43	- Dulce Ferreira da Silva	SE	Laurindo Ferreira da Silva	da	Matriculada	Aritmética (reprovou)
44	- Durval Guedes de Pinho	BA	Tertuliano Guedes de Pinho	de	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovou), Latim (reprovou), Inglês (reprovou)
45	- Durval Vieira de Moraes	SE	Teotônio Conrado de Moraes	de	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
46	- Edélzio Vieira de Mello	SE	José S. Vieira de Mello	de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
47	- Edgard Moura de Faria	MT	Marçal Nonato de Faria	de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Álgebra (reprovou), História Geral
48	- Elisabeth Bomfim de Campos	-	-		-	Álgebra (reprovou)
49	- Elisabeth Figueiredo Guimarães	SE	João Dias Guimarães		Estranha	Português, Aritmética
50	- Eloy José dos Santos	SE	Alexandre José dos Santos	dos	Matriculado	Português, Francês, Álgebra
51	- Emílio de Andrade Fontes	SE	Jessé de Andrade Fontes		Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
52	- Enjobrás Vieira de Mello	SE	Octaviano Vieira de Mello	de	Estranho	Aritmética, História do Brasil, Francês
53	- Eunice Batalha	ES	Arthur Ribeiro	Batalha	Estranha	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
54	- Euplio Lira	-	-		-	Física e Química (reprovou)
55	- Eustaquio Araújo Souza	DF	Antônio Eustaquio de Souza	de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
56	- F. Barreto de Paiva	-	-		-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
57	- Fausto Fontes de Marsillac	SE	Manoel de Marsillac Motta		Estranho	História do Brasil, Física e Química, História Natural (reprovou)
58	- Fausto Oliveira	SE	José Joaquim Oliveira		Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
59	- Felte Bezerra	SE	Abdias Bezerra		Estranho	Geometria e Trigonometria, História Natural, Inglês (reprovou)
60	- Fernando Figueiredo Porto	SE	Irineu de Figueiredo Porto		Estranho	Português, História Geral

61 - Flávio da Rosa Mello	SE	José Rodrigues de Mello	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, Aritmética, História do Brasil
62 - Francisco Leite Netto	-	-	-	Latim (reprovou)
63 - Francisco Prisco Paraíso	BA	Francisco Prisco de Souza Paraíso	Estranho	História Natural (reprovou), Latim, Inglês (reprovou)
64 - Francisco Santiago Pereira	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
65 - Geovana Ferreira de Oliveira	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
66 - Gileno de Almeida Costa	SE	José da Silveira Costa	Estranho	Álgebra, Física e Química, Inglês
67 - Hemetério de Albuquerque Gouveia e Silva	AL	João Hemetério de Gouveia e Silva	Estranho	Álgebra
68 - Hermes Moreira da Silva	SE	Vicente Ferreira da Silva	Estranho	Português, Aritmética
69 - Humberto Andrade	SE	Deoclício Gomes de Andrade	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
70 - Humberto da Silva Mello	-	-	-	Francês (reprovou), Física e Química (reprovou)
71 - Humberto de Souza Mello	SE	João Ferreira de Souza Mello	Estranho	História Geral, Física e Química
72 - Humberto Freire da Cruz	SE	Domingos S. da Cruz	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, História do Brasil
73 - Isabel Baptista de Sant'Anna	SE	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Estranha	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, História Geral
74 - Ivo Ramos Barbosa	SC	Manoel Luís Barbosa	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
75 - Jason de Oliveira	SE	José Francisco de Oliveira	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
76 - Joanna Baptista de Sant'Anna	SE	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Matriculada	Português, Francês, Álgebra
77 - João Ávila Netto	-	-	-	Aritmética (reprovou)
78 - João B. de Andrade Lima	SE	João Epifânio Lima Netto	Estranho	Geometria Plana e no Espaço
79 - João Baptista Peres Garcia Moreno	SE	Pedro Garcia Moreno	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
80 - João Carlos Borges	SE	Manuel Carlos Borges	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
81 - João D. Soares	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
82 - João da Motta Simões	SE	Annunciato Simões	Estranho	História Natural, Latim
83 - João de Azevedo Andrade	SE	Américo Baptista de Andrade	Estranho	Aritmética (reprovou), Francês
84 - João de Barros	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
85 - João de Oliveira Leite	BA	Anésio Ferreira Leite	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
86 - João F. Ribeiro	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)

87	-	João Fernandes de Britto	SE	João Fernandes de Seixas Britto	Estranho	Português (reprovou), História do Brasil
88	-	João Marques Guimarães	SE	Luís Guimarães	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
89	-	João Vieira de Mattos	SE	Adolpho Vieira de Mattos	Estranho	História Geral, Física e Química, História Natural
90	-	Joaquim de Macedo Fernandes	DF	Raymundo Fernandes	Estranho	Francês
91	-	Joaquim Maurício Cardoso Filho	SE	Joaquim Maurício Cardoso	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
92	-	Joaquim Sabino Ribeiro	-	-	-	Português (reprovou)
93	-	Joaquim Sobral da Cruz	SE	Francisco Xavier Ferreira da Cruz	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou), Aritmética (reprovou), História do Brasil (reprovou)
94	-	Joel de Almeida	SE	Alcebíades Almeida	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
95	-	Jorge Campos Maynard	SE	João Maynard	Estranho	Álgebra (reprovou), História Geral
96	-	José Augusto Diniz de Aguiar Dantas	SE	José Diniz de Faro Dantas	Estranho	História Geral
97	-	José Ávila Netto	-	-	-	Português (reprovou)
98	-	José Britto da Silveira	SE	Francisco da Silveira Neto	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
99	-	José C. dos Reis	SE	Avelino dos Reis	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
100	-	José Carlos de Farias	SE	L. da Costa Farias	Estranho	Francês
101	-	José de Faro Leal	-	-	-	História do Brasil (reprovou), Francês (reprovou), Inglês (reprovou), Inglês (reprovou)
102	-	José de Faro Menezes	SE	Francisco Teles de Menezes	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
103	-	José de Menezes Firpo	-	-	-	Francês (reprovou), História Geral (reprovou), Inglês (reprovou)
104	-	José de Oliveira	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
105	-	José Fernandes Filho	SE	José Fernandes de Oliveira	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
106	-	José Fontes Cardoso	SE	Manoel A. Cardoso	Estranho	História do Brasil, Francês, História Geral
107	-	José Gabriel Gonçalves Torres	-	-	-	Latim (reprovou), Inglês (reprovou)
108	-	José Gomes dos Santos	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou)
109	-	José Gonçalves de Oliveira	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou), História Geral (reprovou)
110	-	José Machado de Souza	SE	Gervásio de Araújo Souza	Estranho	Aritmética, História do Brasil (reprovou)
111	-	José Maria de Oliveira Fontes	-	-	-	História do Brasil (reprovou)

112 - José Matheus de Aguiar Rollemberg	-	-	-	-	Francês (reprovou)
113 - José Messias Sobrinho	SE	Manuel Sobrinho	Messias	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
114 - José Moacyr de Mendonça	-	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
115 - José Nestor Guimarães	-	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
116 - José Paes Franco	-	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
117 - José Pena Garcez	SE	Francisco Filho	Garcez	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
118 - José Pereira de Figueiredo	SE	Francisco Figueiredo	Pereira de	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
119 - José Praxedes Santos	SE	José Carlos dos Santos Sobrinho	Santos	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português, Aritmética, História do Brasil
120 - José Vieira da Silva	-	-	-	-	Álgebra (reprovou)
121 - Josepha Sotero	SE	Theodoro Sotero	-	Estranha	Português
122 - Júlio Ferraz Álvares	-	-	-	-	Inglês (reprovou)
123 - Júlio Leão Mendonça	SE	Manuel Antônio de Mendonça	-	Estranho	Aritmética, Francês
124 - L. Cruz	SE	Manoel Cruz	-	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
125 - Laura Monteiro da Rocha	SE	Manoel Alves M. da Rocha	-	Estranha	Francês
126 - Lauro de Souza Régis	PE	Rogério Régis	Francisco	Estranho	Álgebra, Geometria e Trigonometria
127 - Lindinalva Figueiredo Guimarães	SE	Martinho Guimarães	Dias	Estranha	Português (reprovou), Aritmética
128 - Lourival Bomfim	SE	Serafim Bomfim	José do	Matriculado	Francês
129 - Lourival de Souza Neiva	BA	Melquíades de Souza Neiva	-	Estranho	Aritmética, História do Brasil (reprovou), Álgebra
130 - Lúcia Curvello de Mendonça	SE	Acrysio Curvello de Mendonça	-	Estranha	Português, Francês (reprovou)
131 - Luís Curvelo Júnior	SE	Luís Curvelo de Mendonça	-	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética
132 - Luiz Garcia	SE	Antônio Garcia Sobrinho	-	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português
133 - Luiz Sebastião de Andrade Prata	SE	S. de Souza Prata	-	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
134 - M. Barreto de Vasconcellos	-	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
135 - Manoel Maurício da Silva Lima	-	-	-	-	Francês (reprovou), Álgebra (reprovou), Física e Química (reprovou)
136 - Manuel Alves Júnior	SE	João Chaves Alves	-	Estranho	Aritmética, Física e Química, História Natural (reprovou)

137	-	Manuel	SE	Horácio Baptista da Mota	Matriculado	Aritmética
138	-	Manuel	AL	João da Silva Machado Lemos	Estranho	Geometria e Trigonometria, História Natural
139	-	Manuel	-	-	-	Aritmética (reprovou)
140	-	Maria	-	-	-	História Geral (reprovou)
141	-	Maria das	BA	Francisco Barreto Dantas	Estranha	Aritmética, Francês (reprovou), Física e Química (reprovou)
142	-	Maria de	SE	João Dias Guimarães	Estranha	Português, Aritmética
143	-	Maria Nicy	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
144	-	Maria	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
145	-	Moacyr	AL	Antônio Athayde	Estranho	Francês, Física e Química (reprovou)
146	-	Myriam	AL	Manoel Rodrigues Rocha	Estranha	Português
147	-	Nair Teles	SE	Agripino de Jesus Coelho	Matriculada	Aritmética
148	-	Nalva Costa	SE	Antônio Roque da Costa	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética
149	-	Nelson	SE	João Luiz de Vasconcellos Júnior	Estranho	Inglês
150	-	Nelson Freire	-	-	-	Português (reprovou)
151	-	Nelson Hora	SE	Próspero Ferreira de Oliveira	Estranho	Aritmética (reprovou), História do Brasil
152	-	Nelson	SE	João Rocha	Matriculado	História Geral, Geometria e Trigonometria, Desenho, Latim
153	-	Normando F. do Prado	SE	H. Vasconcellos do Prado	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
154	-	O. Dias de Oliveira	SE	João Dias	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
155	-	O. Vieira	AM	Celso Vieira Leite	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
156	-	Octacílio	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou)
157	-	Octávio	AL	Jucundino de Souza Andrade	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Português (reprovou)
158	-	Olavo	BA	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	Estranho	História Natural, Latim, Inglês (reprovou)
159	-	Olga Maia	-	-	-	Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
160	-	Olga	SE	Adolpho Schmidt	Matriculada	Português (reprovou)
161	-	Olympio	SE	João Alves do Nascimento	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia

162	-	Onofre Andrade	BA	Galdino de Andrade e Silva	Estranho	Latim, Inglês
163	-	Orlando Campos de Andrade	SE	Cláudio Baptista Andrade	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
164	-	Ovelarck Feitosa Franco	SE	João Alves Feitosa Franco	Estranho	Português (reprovou), Aritmética
165	-	Ower Mont'Alegre	SE	Carlos Mont'Alegre	Estranho	Aritmética, História do Brasil (reprovou)
166	-	Paulo Curvello Ezequiel	SE	Leandro Ezequiel de Oliveira Mello	Matriculado	Português, Francês, Álgebra
167	-	Pedro Cardoso de Andrade	-	-	-	Francês (reprovou)
168	-	Pedro Leopoldo Daltro Nabuco.	-	-	-	Física e Química (reprovou), Inglês (reprovou)
169	-	Perula Bonomô	Grécia	Salomão Bonomô	Matriculada	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
170	-	Philomeno de Vasconcellos Hora	-	-	-	Inglês (reprovou)
171	-	Ramalho do Nascimento	SE	Álvaro do Nascimento	Matriculado	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia, Aritmética (reprovou)
172	-	Raymundo Ferreira de Carvalho	SE	Antônio Ferreira de Carvalho	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
173	-	Roberval Barreto de Paiva	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Português (reprovou), Aritmética (reprovou)
174	-	Rodolfo Guimarães Fernandes	BA	Rodolpho Fernandes	Estranha	Aritmética (reprovou), Francês, Inglês
175	-	T. Moura de Faria	-	-	-	Francês (reprovou)
176	-	Thales Barreto de Paiva	-	-	-	Francês (reprovou), Álgebra (reprovou), História Geral (reprovou), Geometria Plana e no Espaço (reprovou)
177	-	Thales de Moura Nobre	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
178	-	Urbano de Oliveira Lima Neto	SE	João Epifânio Lima Neto	Estranho	Aritmética, Francês
179	-	Waldemar Vieira Dantas	SE	Manoel Corrêa Dantas	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia
180	-	Walkyria Ferreira de Oliveira	-	-	-	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia (reprovou), Aritmética (reprovou)
181	-	Wilson Freire do Prado	SE	João Vasconcellos do Prado	Estranho	Geografia e C. do B. e N. de Cosmografia

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1925:¹⁴⁵

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)
1	Affonso Celso Parreiras Horta	História Universal (plenamente), Física e Química, Português (simplesmente em ambas)
2	Aloysio Pacheco Gonçalves	Português (simplesmente), Aritmética (plenamente)
3	Antônio Andrade Mello	Francês (simplesmente)
4	Antônio de Freitas Cavalcante	Geometria e Trigonometria (simplesmente)
5	Antônio Valença dos Santos Leite	História do Brasil (plenamente), Aritmética, Francês (simplesmente em ambas)
6	Arcélia Curvello Ezequiel	História Natural; Geografia G. Corografia do B. e Noções de Cosmografia (plenamente em ambas), Física e Química (simplesmente)
7	Ariston de Oliveira	Aritmética (simplesmente)
8	Arivaldo Garcia da Costa Barros	História Universal, Francês (plenamente em ambas)
9	Arnaldo Rollemberg Garcez	Aritmética (simplesmente), História do Brasil (plenamente)
10	Aroaldo Azevedo	Física e Química, Álgebra (simplesmente em ambas), História Natural (plenamente)
11	Benedicto Alves de Oliveira	Aritmética (simplesmente)
12	Carlos Fernandes de Mello	História Universal, Geometria e Trigonometria, Desenho (plenamente nas três), Latim (simplesmente)
13	Carlos Firpo	História Universal, História do Brasil (plenamente em ambas), Álgebra (simplesmente)
14	Cesário Cardoso de Siqueira	História Universal (com distinção), Aritmética (plenamente)
15	Deocleciano Rocha Filho	Português, História Universal (aprovado “simplesmente” em ambas)
16	Edélzio Vieira de Mello	Aritmética (simplesmente)
17	Elisabeth Figueiredo Guimarães	Geografia G. Corografia do B. e Noções de Cosmografia (simplesmente)
18	Eloy José dos Santos	Latim, Geometria e Trigonometria (simplesmente em ambas), Desenho (plenamente)
19	Emílio de Andrade Fontes	Aritmética, História do Brasil (simplesmente em ambas)
20	Enjobrás Vieira de Mello	Inglês (simplesmente), Física e Química (simplesmente), História Natural (plenamente), História Universal (plenamente)
21	Eunice Batalha	Física e Química (simplesmente), História Natural (plenamente)
22	Fausto de Oliveira	Aritmética (plenamente), Álgebra, História do Brasil (simplesmente em ambas)
23	Fernando de Figueiredo Porto	Inglês, Francês, Física e Química (plenamente em todas)
24	Flávio da Rosa Mello	Álgebra (simplesmente), Física e Química, História Natural, História Universal (plenamente nas três)
25	Francisco Carneiro N. de Lacerda Filho	Geometria e Trigonometria (simplesmente), Filosofia e História da Filosofia, História Natural (plenamente em ambas), Álgebra (simplesmente)
26	Gileno de Almeida Costa	Latim (simplesmente), Geometria e Trigonometria, História Natural (plenamente em ambas)
27	Haldemar Vieira Dantas	Aritmética (simplesmente)
28	Humberto Andrade	Português (simplesmente), Aritmética (plenamente)
29	Humberto de Souza Mello	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural (plenamente em todas)
30	Humberto Freire da Cruz	Francês (plenamente), História Universal (plenamente), Inglês (simplesmente)

¹⁴⁵ Quadro elaborado a partir dos certificados de habilitação. A fonte só fornece os dados dos aprovados (nome, disciplina prestada e nota/conceito).

31	J. de Oliveira	Aritmética (simplesmente)
32	Joanna Baptista de Santanna	Latim, Geometria e Trigonometria (simplesmente em ambas)
33	João Baptista Perez Garcia Moreno	Francês (simplesmente), Aritmética (plenamente), História do Brasil (plenamente)
34	João Carlos Borges	História do Brasil (simplesmente)
35	João Fernandes de Britto	Português, Física e Química (simplesmente em ambas)
36	João Freire Ribeiro	Português, História do Brasil (simplesmente em ambas)
37	João Marques Guimarães	História Universal (simplesmente), História do Brasil (plenamente)
38	Joel Almeida	Português (simplesmente), Aritmética (plenamente), História do Brasil (simplesmente)
39	Jorge Campos Maynard	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês (plenamente em todas)
40	José de Faro Menezes	História do Brasil (simplesmente)
41	José de Menezes Firpo	Francês, História Universal (simplesmente em ambas)
42	José de Oliveira	Português (plenamente), Aritmética (simplesmente), Francês (simplesmente)
43	José Fontes Cardoso	História Natural, Álgebra (plenamente em ambas), Física e Química (simplesmente)
44	José Machado de Souza	História Universal (plenamente)
45	José Pereira de Figueiredo	Português, Aritmética (plenamente em ambas), História do Brasil (simplesmente)
46	José Praxedes dos Santos	Álgebra, Física e Química (simplesmente em ambas)
47	Júlio Leão Mendonça	Física e Química (simplesmente), História Natural (plenamente)
48	Lerindo Cruz	Português (simplesmente), História do Brasil (plenamente)
49	Lindinalva Figueiredo Guimarães	Português (simplesmente)
50	Luiz Curvello Júnior	Português, Francês (simplesmente em ambas)
51	Luiz Garcia	Aritmética (simplesmente), História do Brasil (plenamente)
52	Maria Figueiredo Guimarães	Geografia G. Corografia do B. e Noções de Cosmografia (plenamente)
53	Mirabel Muniz Smith	História Natural (plenamente), Física e Química, Aritmética (simplesmente em ambas)
54	Nelson Hora de Oliveira	Aritmética (simplesmente), Português (plenamente), Álgebra (simplesmente)
55	Nelson Rocha	Física e Química, Inglês, História Natural, História do Brasil, Filosofia e História da Filosofia; Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia (plenamente em todas)
56	Olympio Silveira do Nascimento	Português, História do Brasil (simplesmente em ambas)
57	Paulo Curvello Ezequiel	História Universal, Latim, Desenho (plenamente nas três), Geometria e Trigonometria (simplesmente)
58	Péricles Vieira de Azevedo	Inglês, Filosofia e História da Filosofia, Latim (plenamente em todas)

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1926:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1º	Acrísio Cruz	Aritmética	7,5
		Física e Química	4,15
		História Natural	Reprovou
2º	Antônio Alfredo Gama da Silva	Português	5,5
		História Universal	5
3º	Antônio Valença dos Santos Leite	Física e Química	5,3
		História Natural	4
4º	Archimedes Paes Barretto	Francês	Reprovou

		História do Brasil	Reprovou
5º	Arivaldo Garcia da Costa Barros	Latim	5
		Inglês	6
6º	Arnaldo de Marsillac	Inglês	8
		Física e Química	7
		História Universal	8,5
7º	Aroaldo Azevedo	Geometria	Reprovou
		Inglês	6
8º	Benedicto Alves de Oliveira	Francês	Reprovou
		Física e Química	4
		História Natural	4,5
9º	Ben-Hur Cardoso	Francês	4,3
		Aritmética	4,5
		História do Brasil	4
10º	Carlos Fernandes de Mello	História do Brasil	8
		Cosmografia	7,3
		Física e Química	7
		História Natural	7
		Inglês	5,5
11º	Carlos Firpo	Francês	7
		Física e Química	5
		Inglês	Reprovou
		Português	6,3
12º	Deocleciano Rocha Filho	História do Brasil	5
13º	Durval Vieira de Moraes	Francês	4
		Português	4,15
14º	Edélzio Vieira de Mello	Inglês	Reprovou
		História Universal	4,33
		História Natural	Reprovou
15º	Eloy José dos Santos	História do Brasil	6
		Cosmografia	6,3
		Inglês	Reprovou
16º	Emílio de Andrade Fontes	Francês	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
17º	Fausto Oliveira	Francês	8
		Física e Química	4,3
		História Universal	Reprovou
		Português	6
18º	Fernando de Figueiredo Porto	Geometria	7,33
		História Natural	4,3
		Álgebra	6
19º	João Baptista Perez Garcia Moreno	Latim	4
		Álgebra	4
		História Universal	5
		Geometria	Reprovou
20º	João Carlos Borges	Francês	4
		Física e Química	Reprovou
		História Universal	6,5
21º	João de Oliveira Leite	História Universal	5
		História Natural	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
22º	João Dionízio Soares	Latim	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	5
23º	João Fernandes de Britto	Álgebra	Reprovou
		História Universal	7,33

24°	João Freire Ribeiro	História Natural	5,15
		Francês	4,3
		Aritmética	Reprovou
		História Universal	6,5
25°	João Marques Guimarães	Francês	7,15
		Inglês	6
26°	Joel Almeida	Latim	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
27°	Jorge Campos Maynard	Inglês	8
		Física e Química	7
		História Natural	7
28°	José Britto da Silveira	Francês	7
		Português	8,15
		História do Brasil	8,32
29°	José de Faro Menezes	Francês	4,5
		Álgebra	Reprovou
		Português	5,5
30°	José de Menezes Firpo	Geometria	4,5
		Álgebra	5
		História Natural	5
31°	José Fontes Cardoso	Latim	6
		Geometria	8,5
32°	José Machado de Souza	Francês	6
		Álgebra	Reprovou
		Português	8
33°	José Praxedes dos Santos	Francês	4,5
		Inglês	5
34°	Luiz Garcia	Francês	8,15
		Física e Química	6,15
		História Universal	4,5
		Inglês	4
35°	Nelson Hora de Oliveira	Francês	5,3
		Física e Química	6
		História Natural	4
36°	Normando Freire do Prado	Francês	5,15
		Português	4,15
37°	O. Mont' Alegre	Francês	4,3
		Português	5,15
38°	Ovelarch Feitosa Franco	História do Brasil	5
		História Universal	5

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1927:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1°	Antônio Alfredo Gama da Silva	Física e Química	Reprovou
		História Natural	4
2°	Antônio de Freitas Cavalcante	Inglês	Reprovou
3°	Antônio Valença dos Santos Leite	Inglês	4
		Álgebra	6
		Geometria e Trigonometria	Reprovou
		Latim	4
4°	Aristides Soares de Andrade	Física e Química	Reprovou
		História Natural	Reprovou
5°	Aristóteles Vianna da Silva	Francês	4
6°	Arivaldo Garcia dos Santos Barros	Física e Química	Reprovou
		História Natural	4

7º	Arnaldo Azevedo	Geometria e Trigonometria	6
8º	Arnaldo de Marsillac	Álgebra	9
		História Natural	8
		Geometria e Trigonometria	7
		Latim	9
9º	Arnaldo Rollemberg Garcez	Português	4
		Francês	Reprovou
		História Universal	6
10º	Aroaldo Azevedo	Filosofia	8
11º	Bem-Hur Cardoso	Português	6
		Inglês	4
12º	Benedicto Alves de Oliveira	Francês	4
13º	Carlos Firpo	Geometria e Trigonometria	4
		História Natural	6
		Latim	7
14º	Deocleciano Rocha Filho	Inglês	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
		História Natural	4
15º	Fausto Oliveira	Inglês	4
		Geometria e Trigonometria	Reprovou
		História Natural	6
		Latim	6
16º	Flávio da Rosa Mello	Geometria e Trigonometria	Reprovou
17º	João Baptista Perez Garcia Moreno	Inglês	4
		Física e Química	7
		Geometria e Trigonometria	4
		História Natural	6
18º	João Carlos Borges	Inglês	Reprovou
		História Natural	4
19º	João Fernandes de Britto	Álgebra	5
		Latim	6
20º	João Marques Guimarães	Física e Química	Reprovou
		História Natural	5
21º	José Britto da Silveira	Aritmética	Reprovou
22º	José de Faro Menezes	Álgebra	7
		Geometria e Trigonometria	Reprovou
		Latim	5
23º	José Graciliano Nascimento	Geometria e Trigonometria	5
		Latim	5
24º	José Machado de Souza	Inglês	4
		Física e Química	4
		Latim	4
25º	José Praxedes dos Santos	Geometria e Trigonometria	Reprovou
		História Universal	4
		Latim	7
26º	Levindo Cruz	Francês	5
		Aritmética	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
27º	Lourival Bomfim	Inglês	5
		Álgebra	5
		Geometria e Trigonometria	4
		Latim	7
28º	Luiz Garcia	Álgebra	6
		Geometria e Trigonometria	4
		História Natural	5
		Latim	4
29º	Luiz Macedo Cavalcante	Inglês	4

30°	Murillo Carneiro Santos	Álgebra	5
		Geometria e Trigonometria	Reprovou
		Latim	4
		Inglês	Reprovou
		História do Brasil	Reprovou
		História Natural	5
31°	Normando Freire do Prado	História Universal	Reprovou
		Latim	6
		Aritmética	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
32°	Ovelarch Feitosa Franco	História Natural	4
		Álgebra	5
		Física e Química	4
33°	Wilson Freire do Prado	História Natural	5
		Português	5
		História do Brasil	Reprovou

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1928:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1°	A. Negrito de Barros	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	4
2°	Abdias Ezequiel de Menezes	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Álgebra	6
		Francês	5
		Inglês	8
3°	Aldemar Hora Britto	Português	5
		Álgebra	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	5
		História do Brasil	6
4°	Antônio Alfredo Gama da Silva	Francês	Reprovou
5°	Antônio de Mello Sampaio	Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	4
6°	Aristóteles Vianna da Silva	Inglês	4
		Aritmética	Reprovou
		Latim	7
7°	Arivaldo Garcia da Costa Barros	Aritmética	7
		Álgebra	6
		Física e Química	5
		Geometria	4
8°	Armando Domingues Silva	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	7
		Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	6
		Inglês	6
9°	Arnaldo de Marsillac	Desenho	6
10°	Arnaldo Rollemberg Garcez	Álgebra	4
		Geometria e Trigonometria	5

11º	Áureo Hora Britto	Português	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	5
12º	Ary de Andrade Prata	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		História do Brasil	Reprovou
13º	Benedicto Alves de Oliveira	Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	Reprovou
		História Universal	4
		Latim	5
14º	Deocleciano Rocha Filho	Inglês	6
		Desenho	6
15º	Edgard Fontes	Português	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
16º	Ednaldo Fontes	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
17º	Fausto Lopes de Azevedo	Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
18º	Fausto Soares de Andrade	Português	Reprovou
		Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	5
19º	Francisco Moreira Souza	Inglês	7
		Álgebra	4
		Geometria	4
20º	Germano Valença Monteiro	Latim	6
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	6
		História Universal	8
		Inglês	4
21º	Gonçalo Andrade Santos	Inglês	8
		História do Brasil	7
22º	Guilherme Bernardo do Nascimento	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
23º	Helmécio de Azevedo	Aritmética	4
		Francês	7
		História do Brasil	5
		Inglês	8
24º	Heráclito Diniz Gonçalves	Latim	7
		Física e Química	6
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Geometria	6
25º	Homero Diniz Gonçalves	Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
26º	Horácio Dantas Góes	Aritmética	Reprovou

		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
27°	João Carlos Borges	Álgebra	6
		Desenho	6
		Física e Química	5
		Geometria	7
28°	João Fernandes de Britto	Inglês	6
		Geometria	4
29°	João Marques Guimarães	Álgebra	Reprovou
		Geometria	Reprovou
		Latim	7
30°	João Valença Leite	Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	4
31°	José Britto da Silveira	História Universal	7
		Física e Química	6
		Geometria	8
32°	José de Faro Menezes	História Universal	5
		História Natural	5
		Física e Química	6
33°	José de Faro Telles	Português	Reprovou
		Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
34°	José Machado de Souza	Álgebra	5
		Geometria	5
		História Universal	7
35°	José Maia Filho	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
36°	João Valença Leite	Português	Reprovou
37	Joviniano Carvalho Netto	Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
38°	Lauro de Britto Porto	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	7
		Álgebra	4
		História Universal	8
		Inglês	7
39°	Levindo Cruz	Inglês	5
		Álgebra	5
		Geometria	4
		Latim	7
40°	Lindauro Celestino da Cunha	Português	4
		Aritmética	Reprovou
		Inglês	6
41°	Lourival Bomfim	História do Brasil	6
		História Universal	7
42°	Luciano Lacerda Silveira	Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
43°	Luiz A. Aguiar de Mello	Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
44°	Luiz Macedo Cavalcante	Física e Química	6

		História Natural	5
45°	Marcolino Ezequiel de Menezes	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		História do Brasil	5
46°	Nivaldo Prado Fontes	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
47°	Normando Freire do Prado	Aritmética	6
		Álgebra	6
		História do Brasil	4
		Latim	6
48°	Oswaldo Souza Britto	Português	4
		Álgebra	4
		Francês	5
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	5
49°	Ovelarch Feitosa Franco	Inglês	5
		Geometria	Reprovou
		Latim	7
50°	Peres Wynne Pires	Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
51°	Roque Mendes da Silva	Português	4
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	6
52°	Sósthenees Soares de Resende	Aritmética	5
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	Reprovou
53°	Wilson Freire do Prado	Francês	4
		Aritmética	5
		História do Brasil	4
		Latim	6

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1929:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1°	A. Negrito de Barros	Português	4
		Aritmética	Reprovou
		Francês	4
		História Universal	4
2°	Abdias Ezequiel de Menezes	Desenho	4
		Geometria	4
		História do Brasil	6
		História Universal	6
3°	Aldemar Hora Britto	Latim	8
		Álgebra	4
		História Universal	7
		Inglês	5
4°	Antônio de Mello Sampaio	Português	5
		Álgebra	Reprovou
		História Universal	6
		Inglês	Reprovou
5°	Aristóteles Vianna da Silva	Física e Química	4

		Geometria	Reprovou
		Álgebra	4
6º	Armando Domingues Silva	História Universal	7
		Física e Química	Reprovou
		Geometria	4
		Álgebra	5
7º	Ary Andrade Prata	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Desenho	Reprovou
		História do Brasil	5
8º	Áureo Hora Britto	Português	6
		Álgebra	Reprovou
		História Universal	7
		Inglês	4
9º	Benedicto Alves de Oliveira	Inglês	Reprovou
		Geometria	Reprovou
		Álgebra	4
10º	Edgard Fontes	Português	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	6
		História Universal	6
11º	Fausto Lopes de Azevedo	Português	5
		Aritmética	Reprovou
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	5
		História do Brasil	5
12º	Fausto Soares de Andrade	Latim	7
		História Universal	4
		Álgebra	4
		Inglês	Reprovou
13º	Germano Valença Monteiro	História do Brasil	6
		Álgebra	Reprovou
14º	Gonçalo Andrade Santos	História Universal	4
		Geometria	4
		Álgebra	5
15º	Guilherme Bernardo do Nascimento	Aritmética	5
		História do Brasil	4
		História Universal	4
16º	Helvécio de Azevedo	Desenho	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
		História Universal	6
17º	Hernane Mesquita Prata	Latim	8
		Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	8
18º	Homero Diniz Gonçalves	Português	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	4
		História Universal	Reprovou
19º	Horácio Dantas Góes	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	4
20º	João Alfredo Montes	Latim	8
		Filosofia	6
21º	João Dionizio Soares	Física e Química	Reprovou
		Geometria	Reprovou
		História Universal	4

		Inglês	Reprovou
22°	João Valença Leite	História Universal	4
		Álgebra	Reprovou
		Francês	4
		Inglês	Reprovou
23°	Joaquim Maurício Cardoso Filho	Português	6
		História Universal	Reprovou
		Inglês	4
24°	Joel Macieira Aguiar	Latim	8
		Geometria	4
		Álgebra	4
		Inglês	7
25°	José de Faro Telles	Português	4
		Álgebra	Reprovou
		História do Brasil	6
		História Universal	4
26°	José Maia Filho	Aritmética	5
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	6
		História do Brasil	8
		Inglês	Reprovou
27°	José Maria P. Corrêa	Português	Reprovou
		Aritmética	4
		Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	5
28°	Joviniano Carvalho Netto	Português	4
		Álgebra	4
		História Universal	Reprovou
		Inglês	Reprovou
29°	Júlio Leão Mendonça	Geometria	4
30°	Lauro de Britto Porto	História do Brasil	6
		Física e Química	5
		Geometria	6
		História Natural	6
31°	Luciano Lacerda Silveira	Geografia G., C. do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	5
32°	Luiz A. Aguiar de Mello	Português	Reprovou
		Álgebra	5
		Aritmética	6
		História do Brasil	5
33°	Marcolino Ezequiel de Menezes	Desenho	4
		Álgebra	4
		História Universal	5
		Inglês	Reprovou
34°	Nivaldo Prado Fontes	Português	Reprovou
		Geometria	Reprovou
		História do Brasil	6
35°	Normando Freire do Prado	História Universal	5
		Geometria	5
		Inglês	4
36°	Octávio Mazzoni Andrade	Física e Química	5
		Desenho	5
		História Natural	5
37°	Orlando C. Andrade	História Universal	7
		Francês	4

38º	Oswaldo Souza Britto	História do Brasil	6
		História Universal	6
		Geometria	6
		Inglês	4
39º	Peres Wynne Pires	Português	4
		Aritmética	4
		História do Brasil	6
40º	Sóstenes Soares de Resende	Português	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
		História Universal	Reprovou
41º	Wilson Freire do Prado	Física e Química	Reprovou
		Álgebra	4
		Inglês	5

Lista de inscritos nos exames de primeira época, novembro e dezembro de 1930:

Nome	Filiação	Nat.	Idade	Exames prestados ¹⁴⁶
1 - A. Negrito de Barros	Ovídio José de Barros	BA	20	Álgebra, História Natural, Geometria, Física e Química
2 - Acrísio Cruz	Manoel Antônio da Cruz	SE	24	Álgebra, Geometria e Trigonometria
3 - Adalberto Carvalho	Antônio Etelvino de Carvalho	SE	28	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Latim, Inglês
4 - Adalberto Vieira Dantas	Francisco Corrêa Dantas	SE	30	Inglês, Latim, Álgebra, Geometria e Trigonometria
5 - Alberto Bragança de Azevedo	E. de Azevedo	SE	25	Aritmética, Inglês, Álgebra, Geometria e Trigonometria
6 - Aldemar Hora Britto	João Dantas de Britto	SE	17	Francês, História Natural, Geometria, Física e Química
7 - Aloysio Vieira	Jayme Rodrigues Vieira	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Física e Química
8 - Álvaro de Carvalho Andrade	Norberto da Silveira Andrade	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Universal, Latim
9 - Álvaro José de Sant'Anna	Diogo José de Sant'Anna	SE	22	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
10 - Amynthas Garcez Vieira	Júlio Vieira de Andrade	SE	24	Física e Química, Inglês, Álgebra, Geometria e Trigonometria
11 - Antônio Alfredo Gama da Silva	Manoel Thomaz Gama da Silva	PB	20	Física e Química, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês
12 - Antônio Andrade Mello	Francisco Andrade Mello	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
13 - Antônio de Mello Sampaio	Saul Sampaio	SE	16	Francês, História Natural, Geometria, Física e Química
14 - Antônio Sebastião de Moura	Franquillino Moura	SE	22	Física e Química, História Natural, Latim, Geometria e Trigonometria
15 - Antônio Tavares de Bragança	Antônio Militão de Bragança	SE	27	História Universal, Inglês, Álgebra, Geometria e Trigonometria
16 - Archimedes Paes Barreto	Arthur Paes Barreto	SE	21	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Inglês
17 - Aristides Soares de Andrade	Manoel José Soares de Andrade	SE	24	Física e Química, História Natural, Francês, Inglês
18 - Arnaldo Rollemberg Garcez	João Sobral Garcez	SE	19	Inglês, Latim, Física e Química, História Natural
19 - Ary Andrade Prata	Salustiano de Souza Prata	SE	16	Francês, Inglês, Geometria, Física e Química
20 - Aureliano Luiz Bettanio	Aureliano Luiz Bettanio	BA	54	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Aritmética, Inglês

¹⁴⁶ Nas atas desses exames, só constam as disciplinas em que foram aprovados.

21 - Áureo Hora Britto	João Dantas de Britto	SE	16	Francês, História Natural, Geometria, Física e Química
22 - Beethoven Marques da Silva	Pedro Marques da Silva	SE	25	História Natural, História do Brasil, História Universal; Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia
23 - Benjamin de Aguiar Machado	Sebastião de Aguiar Machado	SE	24	Latim, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
24 - Cesário Cardoso de Siqueira	João Climaco de Siqueira	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
25 - Edgard Fontes	José Andrade Fontes	SE	19	Francês, Inglês, Física e Química, História Natural
26 - Edson Menezes Dantas	João Dantas dos Reis	SE	24	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Francês, Inglês
27 - Eduardo de Alencastro Guimarães	Sebastião de Alencastro Guimarães	DF	22	Latim, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
28 - Erotides Ferreira de Carvalho	Antônio Ferreira de Carvalho	SE	32	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Latim
29 - Fausto Lopes de Azevedo	Ricardo Lopes de Azevedo	SE	16	Francês, Inglês, Física e Química, Latim
30 - Fausto Soares de Andrade	Manoel José Soares de Andrade	SE	19	Francês, História Natural, Geometria, Física e Química
31 - Filemon Franco Freire	João Franco Freire	SE	25	Latim
32 - Flávio da Rosa Mello	José Rodrigues de Mello	SE	36	Francês, Geometria e Trigonometria, Inglês
33 - Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro	Demóstenes de Oliveira Ribeiro	SE	26	Álgebra, História Natural, Geometria, Física e Química
34 - Francisco Leite Filho	Francisco Rabello Leite	SE	29	Latim, Geometria e Trigonometria, Inglês
35 - Francisco Xavier Navarro Filho	Francisco Xavier Navarro	PB	23	Francês, Latim, Física e Química, História Natural
36 - Gentil Fernandes	José Fernandes Moreira	PB	41	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História do Brasil, História Universal
37 - Gonçalo de Andrade Santos	Manoel José dos Santos	SE	20	Física e Química, História Natural
38 - H. de Britto Maia	Belizário José da Cruz Maia	SE	42	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
39 - Helvécio de Azevedo	Deoclides Paes de Azevedo	SE	17	Latim, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
40 - Hernane Mesquita Prata	Oscar Hora Prata	SE	18	Física e Química, História Natural
41 - Homero Diniz Gonçalves	Pedro Diniz Gonçalves	SE	18	Português, Francês, Inglês, Geometria
42 - Horácio Dantas Góes	Epiphaneo Góes	SE	16	Aritmética, Física e Química, Álgebra, Geometria,
43 - Humberto Andrade	José Luiz de Andrade	SE	20	Latim
44 - Jacyntho de Figueiredo Martins	Luiz de Figueiredo Martins	SE	24	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
45 - João Baptista de Abreu	Manoel Ferreira de Abreu	DF	30	Latim, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
46 - João Dionísio Soares	José Dionísio Soares	SE	19	Inglês, Geometria e Trigonometria, Física e Química
47 - João dos Santos D.	Amaro Rosa Cardoso D.	PA	29	Latim, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural

48 - João Freire Ribeiro	José Augusto Ribeiro	SE	19	Aritmética, Inglês, Álgebra, Geometria e Trigonometria
49 - João Maria Cabral Tavares	João Maria Carneiro Tavares	SE	21	Aritmética, Inglês, Geometria e Trigonometria, Álgebra
50 - João Valença Leite	José dos Santos Leite	SE	17	Latim, Geometria, Física e Química, História Natural
51 - João Vieira de Matos	Adolpho Vieira de Matos	SE	24	Geometria e Trigonometria
52 - Joaquim Maurício Cardoso Filho	Joaquim Maurício Cardoso	SE	20	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
53 - Joaquim Sobral da Cruz	Francisco Xavier Ferreira da Cruz	SE	23	Português, Francês, História do Brasil, História Universal
54 - Jordão Eduardo de Oliveira Nunes	Domingos Nunes	SE	30	Inglês, Latim
55 - José Augusto Diniz de Aguiar Dantas	José Diniz de Faro Dantas	SE	24	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Inglês
56 - José Britto da Silveira	Francisco da Silveira Netto	SE	20	Latim
57 - José Chaves Dantas	Virgílio Vieira Dantas	SE	26	Geometria e Trigonometria
58 - José da Silva Ribeiro Filho	José da Silva Ribeiro	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria
59 - José Domingues Fontes Netto	Jovino Martins Fontes	SE	23	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
60 - José Fortunato Pinto	João Vicente Pinto	AL	29	Inglês, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
61 - José Fraga Matos	Joaquim de Matos Carregosa	BA	29	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Universal, Inglês
62 - José Francisco Ribeiro Maciel	José Francisco Ribeiro Maciel	SE	30	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
63 - José Freire Pinto	Cícero F. Matos Pinto	SE	30	Inglês, Física e Química, História Natural, Latim
64 - José Garcez Sobrinho	Francisco Garcez Filho	SE	22	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
65 - José Garcez Vieira	Júlio Vieira de Andrade	SE	26	Álgebra, Inglês, Física e Química, História Natural
66 - José Maia Filho	José Maia	SE	16	Francês, Física e Química, História Natural, Geometria
67 - José Maria P. Corrêa	Marcos M. Corrêa	RJ	16	Francês, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
68 - José Sobral	José Severiano Dias Sobral	SE	25	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
69 - José Vieira da Silva	Luiz Gonzaga da Silva	SE	25	Latim, Física e Química, História Natural, Geometria e Trigonometria
70 - Joviniano Carvalho Netto	Antônio Manoel de Carvalho Netto	SE	17	Francês, História Natural, Geometria, Física e Química
71 - Juarez de Oliveira Leal	Honorino Leal	SE	29	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Latim, Inglês
72 - Júlio Ferraz Álvares	Arthur Álvares	SE	28	Inglês, Geometria e Trigonometria
73 - Lourival Fonseca	Caetano Fonseca	SE	22	Física e Química, História Natural, Francês; Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia
74 - Luciano Lacerda Silveira e Souza	Orlando Silveira e Souza	SE	16	História Natural, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química
75 - Luiz Albino Aguiar de Mello	José M. de Aguiar Mello	SE	19	Português, Francês, Geometria, Física e Química

76 - Luiz Gonzaga da Rocha Teixeira	Alexandre José Teixeira	SE	33	Latim
77 - Luiz Sebastião de Andrade Prata	Salustiano de Souza Prata	SE	19	Física e Química, Álgebra, História Natural, Geometria
78 - Luiz Vieira de Mattos	Ignácio Vieira de Mattos	SE	30	Inglês, Física e Química, História Natural, Latim
79 - Manethon Correa Paes	Albino Mendes Guedes	AL	32	Inglês, Física e Química, História Natural, História Universal
80 - Manoel Guimarães Motta	Horácio Baptista da Motta	SE	22	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
81 - Marcolino Ezequiel de Menezes	Anízio Ezequiel de Barros	SE	17	Latim, Geometria, Física e Química, História Natural
82 - Maria da Glória C. Leite	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	BA	25	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
83 - Maria Marietta Telles de Menezes	José Telles de Menezes	SE	30	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Universal, Inglês
84 - Mário Valentim de Menezes	Antônio Valentim de Menezes	AM	25	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
85 - Mirabel Muniz Smith	Guilherme Smith	SE	22	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Universal, Latim
86 - Nelson Tavares da Motta	João Tavares da Motta	SE	31	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
87 - Nivaldo Prado Fontes	Domingos Martins Fontes	SE	17	Francês, Física e Química, História Natural, História Universal
88 - Orlando Baptista Bittencourt	Fausto Baptista Bittencourt	SE	38	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia; Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
89 - Orlando C. Andrade	Cláudio Baptista Andrade	SE	15	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
90 - Orlando Vieira Dantas	Manoel Correa Dantas	SE	30	Latim
91 - Oseas Silveira	Manoel do Espírito Santo	SE	34	Álgebra, História Natural, História Universal; Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia
92 - Osório Dias Ribeiro	Francisco Dias Ribeiro	SE	32	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
93 - Oswaldo Souza Britto	Augusto Souza Britto	BA	18	Latim, Física e Química, História Natural
94 - Pedro Diniz Gonçalves	Pedro Diniz Gonçalves	SE	30	Latim
95 - Pedro F. Santiago	Serafim Santiago	SE	30	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
96 - Pelino Tavares da Motta	João Tavares da Motta	SE	27	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
97 - Peres Wynne Pires	Etelvino Pires de Almeida	SE	17	Francês, Álgebra, História Natural, Geometria e Trigonometria
98 - Romeu Bomfim Silva	Alfredo Gomes da Silva	SE	30	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, Latim
99 - Roque Mendes da Silva	Leandro Mendes da Silva	AL	17	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
100 - Satyro Silveira	José Fernandes da Silveira	SE	28	Álgebra, Geometria e Trigonometria, História do Brasil, História Universal
101 - Sebastião Castello Branco da Silva	Thomaz Gomes da Silva Filho	CE	24	Física e Química, História Natural

102 - Tarcísio Rodrigues do Nascimento	Aprígio Rodrigues do Nascimento	SE	25	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
103 - Thales Vieira da Silva	Margarida Conceição	SE	22	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, Inglês
104 - Themistóteles Pereira	Antônio José Pereira	SE	30	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Inglês, Latim
105 - Ulysses de Carvalho Andrade	Norberto da Silveira Andrade	SE	27	Álgebra, Geometria, Física e Química, História Natural
106 - Ulysses Maynard	Manoel Maynard	SE	33	História do Brasil, História Universal, Álgebra, Geometria e Trigonometria
107 - Waldemar Vieira Dantas	Manoel Correa Dantas	SE	21	Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural
108 - Walter Prado Franco	Albano do Prado Franco	SE	22	Inglês, Física e Química, História Natural, Geometria
109 - Wilson F. do Prado	João de Vasconcelos Prado	SE	20	História Universal, Geometria e Trigonometria, História Natural

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1931:

Nome	Exames prestados	Nota
1 - Beethoven Marques da Silva	Álgebra	6
	Geometria e Trigonometria	5

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1932:

Nome	Exames prestados	Nota
1 - Antônio Carlos do Nascimento Júnior	Latim	3,66
	Aritmética	6
	História Universal	7,33
	Português	7,66
2 - Otton Vieira Leite	Francês	5
	Inglês	3,33
	Latim	3,66

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1933:

Candidato	Disciplina/Exame	Nota
1 - Agripino Fontes Vianna	Português	8
	Álgebra	5
	Aritmética	7
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	7
	História do Brasil	8
2 - Alexandre de Faro Sobral	Francês	5
	Geometria e Trigonometria	7
	Álgebra	7
3 - Francisco Mesquita Silveira	Português	9
	Aritmética	6
	Francês	5
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	7

4 - João Menezes de Aquino	História do Brasil	7
	História Universal	6,5
	Inglês	6
	Português	9
	Álgebra	6
	Aritmética	7
	Física e Química	6
	Francês	6
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	8
	Geometria e Trigonometria	8
	História do Brasil	8
	História Natural	6
	História Universal	8,5
	Inglês	6
5 - João Pires de Mendonça	Latim	7,5
	Português	7
	Álgebra	6,5
	Aritmética	6
	Francês	5
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	7
	Geometria e Trigonometria	7
	História do Brasil	7
	Inglês	5
	Latim	6
6 - O. Dias de Oliveira	Álgebra	6
	Física e Química	6
	Geometria e Trigonometria	6,5
	Português	9
	Álgebra	6
7 - Waldemar Cabral de Vasconcelos	Aritmética	8
	Física e Química	7
	Francês	6
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	9
	Geometria e Trigonometria	7
	História do Brasil	8
	História Natural	6
	História Universal	8
	Inglês	5
	Latim	7,5

Lista de inscritos nos exames de primeira época, dezembro de 1934:

Nome	Exames prestados	Nota
1 - Adalberto Pinheiro da Motta	História Universal	6
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	6,5
	Português	4,5
2 - Alcebíades Bevenuto Vieira	Álgebra	4
	Aritmética	5,5
	Física e Química	4
	Francês	3,83

	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	6
	Geometria e Trigonometria	4
	História do Brasil	6
	História Natural	4
	História Universal	3,66
	Inglês	5,5
	Latim	3,83
3 - Álvaro José de Santana	Latim	3,83
	História Universal	3,83
4 - Edgard Cavalcante Maranhão	Francês	3,83
	Álgebra	4
	Física e Química	3,66
	Geometria e Trigonometria	5,5
	História Natural	4
	Inglês	7
	Latim	3,83
5 - Heli Cavalcante Gomes Coutinho	Português	5,5
	Álgebra	4,5
	Aritmética	5,5
	Física e Química	4
	Francês	3,83
	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
	Geometria e Trigonometria	4,5
	História do Brasil	6,5
	História do Brasil	4,83
	História Universal	4
	Inglês	5
	Latim	3,66

Listas nominais dos exames de segunda época:

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1923:

Nome	Nat.	Idade	Filiação	Status	Exame(s) prestado(s)
1 - A. Silva de Oliveira	-	-	-	-	Inglês (reprovou)
2 - Abílio da Costa Santos	SE	20	Arthur Alves dos Santos	Estranho	História Natural
3 - Adalberto Lima Leite	SE	14	Augusto Albuquerque Leite	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
4 - Adalberto Vieira Dantas	SE	23	Francisco Corrêa Dantas	Estranho	História Natural, Física e Química
5 - Agenor Fontes	-	-			Francês (reprovou)
6 - Almério Lima Leite	-	-			Aritmética (reprovou)
7 - Aloysio Accioly Leite	SE	15	Francisco Rabello	Estranho	Português
8 - Aloysio Vieira	SE	15	Jayme Rodrigues Vieira	Matriculado	Aritmética
9 - Álvaro de Carvalho Andrade					Francês (reprovou)
10 - Álvaro Menezes Paes	SE	14	Alcebíades Correia Paes	Estranho	Física e Química
11 - Antônio de Andrade Mello	SE	16	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
12 - Antônio J. de Moura	SE	15	F. Moura	Estranho	Português

13 - Antônio Machado Barretto	SE	15	Dionísio Menezes Barretto	Matriculado	Francês
14 - Aristides Soares de Andrade	SE	16	Manuel José Soares de Andrade	Estranho	Aritmética
15 - Astragildo Silva	SE	13	J. Silva	Estranho	Aritmética
16 - Cecil Rodrigues da Cruz	SE	15	João Rodrigues da Cruz	Estranho	Geometria e Trigonometria
17 - Décio Mello	SE	15	Dácio Mello	Estranho	Português
18 - Elisabeth Bomfim de Campos	SE	-	José Leopoldo Campos	Matriculada	Aritmética (reprovou)
19 - Genny Barbosa	SE	-	A. José Barbosa	Estranha	Física e Química (reprovou)
20 - Heribaldo Dantas Vieira	SE	19	Francisco Vieira de Andrade	Estranho	Geometria e Trigonometria
21 - J. Lins de Carvalho Filho	-				Física e Química (reprovou)
22 - Jayme Aguiar Almeida	SE	16	José Francisco de Almeida	Estranho	Aritmética
23 - João Baptista Nogueira	SE	18	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Matriculado	História Natural, Física e Química
24 - João da Motta Simões	SE	17	Anunciato Simões	Estranho	Geometria e Trigonometria
25 - José Carlos de Farias	SE	19	Leobino da Costa Farias	Matriculado	Aritmética
26 - José da Costa Telles					Português (reprovou)
27 - José de Barros Mendes	AL	21	Manoel dos Anjos Mendes	Estranho	Geometria e Trigonometria
28 - José de Faro Leal	SE	13	U. Leal	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
29 - José Fraga Mattos	BA	22	Joaquim de Mattos Carregosa	Estranho	História Natural, Física e Química
30 - José Graciliano do Nascimento	SE	-	Álvaro Nascimento	Estranho	Inglês (reprovou)
31 - José Messias Sobrinho	SE	11	Manoel Messias Sobrinho	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
32 - José Olino de Lima Netto	SE	-	João Epiphanyo de Lima	Estranho	Álgebra (reprovou)
33 - Juarez Oliveira Leal	SE	21	Honorino Leal	Estranho	História Natural, Física e Química
34 - M. Gomes da Silva	SE	18	Zaferino José da Silva	Matriculada	Geometria e Trigonometria
35 - Maria Baptista de Sant'Anna	SE	20	Juvenal Baptista de Sant'Anna	Estranha	Francês
36 - Maria Marietta Telles de Menezes	SE	22	José Telles de Menezes	Matriculada	História Natural, Física e Química
37 - Mário de Oliveira	SE	18	Cândido José de Oliveira	Estranho	História Natural, Física e Química
38 - Milton Fontes Magarão	SE	19	Manoel Franklin Magarão	Estranho	Álgebra
39 - Nicanor de Oliveira Leal	SE	18	Honorino Leal	Matriculado	História Natural, Física e Química
40 - Nilo Batalha	ES	20	Arthur Batalha Ribeiro	Estranho	História Natural

41 - Octávio Guedes de Mello	AL	17	José Leonel de Mello	Estranho	Português, Francês
42 - Olavo F. Leite	BA	15	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	Estranho	Álgebra
43 - Olga Schmidt	SE	-	Adolpho Schmidt	Matriculada	Aritmética (reprovou)
44 - Orlando Baptista Lins	-	-	-	-	Francês (reprovou)
45 - Oswaldo Barretto Dantas	BA	17	João Barretto Dantas	Estranho	História Natural
46 - Oswaldo Machado	-	-	-	-	Física e Química (reprovou)
47 - Tarcísio Rodrigues do Nascimento	SE	18	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Matriculado	Francês
48 - Waldemar do Prado Leite	SE	16	Agripino Leite	Estranho	Geometria e Trigonometria
49 - Walter Prado Franco	SE	15	Albano do Prado Pimentel Franco	Estranho	Aritmética
50 - Zilda Chagas	SE		João Baptista das Chagas	Matriculada	Física e Química (reprovou)

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1924:

Nome	Nat.	Idade	Filiação	Status	Exame(s) prestado(s)
1 - Aloysio de Faro Leal	SE	18	Urquiza Leal	Estranho	Francês
2 - Aloysio Freitas M.	SE	16	Hermillo Freitas M.	Estranho	Álgebra
3 - Amynthas Diniz de Aguiar Dantas	SE	20	José Diniz de Faro Dantas	Estranho	Inglês
4 - Antônio de Andrade Mello	SE	-	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Francês (reprovou)
5 - Antônio de Freitas Cavalcanti	AL	15	Augusto V. Cavalcanti	Estranho	Francês
6 - Arquimedes Paes Barretto	SE	14	Artur Paes Barretto	Estranho	Aritmética
7 - Benjamin de Aguiar Machado	SE	-	Sebastião de Aguiar Machado	Estranho	Francês (reprovou)
8 - Cesário Cardoso de Siqueira	SE	17	João Climaco de Siqueira	Estranho	Português, Francês
9 - E. Vieira de Mello	SE	14	Octaviano Vieira de Mello	Estranho	Português
10 - Edison de Menezes Dantas	-	-	-	-	Física e Química (reprovou), Francês (reprovou)
11 - Eurides Xavier de Assis	SE	15	Antônio Xavier de Assis	Estranha	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
12 - Herbert Schewell	SE	14	Wilhelm Schewell	Estranho	Aritmética
13 - Humberto de Souza Mello	SE	15	João F. de Souza Mello	Estranho	Português, Inglês
14 - Jayme Aguiar Almeida	SE	16	José Francisco de Almeida	Estranho	Álgebra
15 - João Brasil	BA	19	Virgílio Brasil	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovou)

16 - Job Lins de Carvalho Filho	BA	18	Job Lins de Carvalho	Estranho	Física e Química, História Natural (reprovou)
17 - José Baptista de Andrade	SE	16	Guilherme Baptista de Andrade	Estranho	Aritmética
18 - José Calasans Filho	SE	19	José Calasans da Silva	Estranho	Francês
19 - José Carlos de Farias	SE	-	L. da Costa Farias	Matriculado	Francês (reprovou)
20 - José Dantas Filho	-	-	-	-	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia (reprovou)
21 - José Maria de Oliveira Fontes	SE	15	Fiel Martins Fontes	Estranho	História Universal
22 - Laura Ramos Soares	SE	17	Ignácio Soares	Estranha	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
23 - Lourival Bomfim	-	-	-	-	Francês (reprovou)
24 - Luiz Barros	SE	15	Manoel Mendonça Barros	Estranho	Francês
25 - Manoel dos Santos Carvalho	BA	22	Pedro Alexandre de Carvalho	Estranho	Francês
26 - Manuel Machado Lemos	AL	18	João da Silva Machado Lemos	Estranho	Física e Química
27 - Olavo Ferreira Leite	BA	16	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	Estranho	Física e Química
28 - Tarcísio Rodrigues do Nascimento	SE	18	Aprígio Rodrigues do Nascimento	Estranho	Inglês

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1925:

Nome	Nat.	Idade	Filiação	Status	Exame(s) prestado(s)
1 - Alberto Francisco de Assis	BA	35	Maria Lucinda do Sacramento	Estranho	Português, Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia, História do Brasil, História Geral
2 - Antônio de Andrade Mello	SE	-	Francisco de Andrade Mello	Estranho	Francês (reprovou)
3 - Antônio Sebastião de Moura	SE	17	Franquilino Moura	Estranho	Francês
4 - Antônio Valença dos Santos Leite	SE	14	José dos Santos Leite	Estranho	Português, Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
5 - Aurora Bomfim de Campos	SE	-	José Leopoldo Campos	Matriculada	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia (reprovou)
6 - Benedicto Alves de Oliveira	AL		João Alves de Oliveira	Estranho	Aritmética (reprovou)
7 - Bernardo Barros César	-	-	-	-	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia (reprovou)
8 - Carlos Firpo	SE	12	João Firpo	Estranho	Aritmética
9 - Dulce Ferreira da Silva	SE	-	Laurindo Ferreira da Silva	Matriculada	Aritmética (reprovou)
10 - Edélzio Vieira de Mello	SE	15	José Sotero Vieira de Mello	Estranho	Português

11 - Euplio Lyra	-	-	-	-	Francês (reprovou), Física e Química (reprovou)
12 - Fausto Montes Marsillac	SE	15	Manoel de Estranho Marsillac Motta	-	História Natural
13 - Felte Bezerra	SE	16	Abdias Bezerra	Estranho	Inglês
14 - Francisco Leite Netto	SE	17	Sylvio César Leite	Estranho	Latim, História Universal
15 - Gonçalo de Andrade Santos	SE	15	Manoel José dos Santos	Estranho	Português, Francês, Aritmética
16 - Humberto de Souza Mello	SE	16	João Ferreira de Souza Mello	Estranho	Francês
17 - João Bosco de Andrade Lima	SE	18	João Epiphanyo Lima Neto	Estranho	Álgebra
18 - João de Azevedo Andrade	SE	-	Américo R. Andrade	Estranho	Aritmética (reprovou)
19 - João Dionísio Soares	SE	14	José Dionísio Soares	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
20 - João Freire Ribeiro	SE	13	José Augusto Ribeiro	Estranho	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
21 - João Marques Guimarães	SE	13	Luiz Guimarães	Estranho	Português
22 - Joaquim Maurício Cardoso Filho	SE	15	Joaquim Maurício Cardoso	-	Português (reprovou)
23 - Joel Macieira Aguiar	SE	20	José de Aguiar Menezes	Estranho	História do Brasil
24 - José Britto da Silveira	SE	-	Francisco da Silveira Neto	Estranho	Português (reprovou)
25 - José Gabriel Gonçalves Torres	BA	23	Manuel do Nascimento Silva Torres	Estranho	Latim, Geometria (reprovou), Inglês (reprovou)
26 - José Machado de Souza	SE	13	Gervásio Araújo Souza	Estranho	História do Brasil
27 - José Maria de Oliveira Fontes	SE	16	Fiel Martins Fontes	Estranho	História do Brasil
28 - Moacyr Freire Athayde	AL	17	Antônio Athayde	Estranho	Física e Química, História Natural
29 - Nalva Costa	SE	-	Antônio Roque da Costa	Matriculada	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia (reprovou)
30 - Nelson Hora de Oliveira	SE	-	Próspero Ferreira de Oliveira	Estranho	Aritmética (reprovou)
31 - Onofre Andrade	BA	-	Galdino de Andrade e Silva	Estranho	Geometria (reprovou)
32 - Orlando C. Andrade	SE	14	Cláudio Baptista	Estranho	Aritmética
33 - Ower Mont'Alegre	SE	-	Carlos Mont'Alegre	Estranho	História do Brasil (reprovou)
34 - Pedro Cardoso de Andrade	-	-	-	-	Francês (reprovou)

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1926:

Nome	Nat.	Idade	Filiação	Exame(s) prestado(s)
1 - Affonso Celso Parreiras Horta	DF	15	Paulo de F. Parreiras Horta	Álgebra

2 - Antônio de Freitas Cavalcante	AL	17	Augusto Vieira Cavalcante	Inglês (reprovou), Filosofia e História da Filosofia
3 - Antônio Valença dos Santos Leite	SE	15	José dos Santos Leite	História Geral
4 - Aristóteles Vianna e Silva	SE	19	Manoel Júlio da Silva	Português
5 - Arsaldo Azevedo	SE	15	Deoclides Paes de Azevedo	Latim
6 - Benedicto Alves de Oliveira	AL	-	João Alves de Oliveira	Francês (reprovou), Física e Química (reprovou)
7 - Benjamin de Aguiar Machado	SE	-	Sebastião de Aguiar Machado	Inglês (reprovou)
8 - Deocleciano Rocha Filho	SE	15	Deocleciano Rocha	Francês
9 - Edelzio Vieira de Mello	SE	16	Sotero Vieira de Mello	Francês, História do Brasil
10 - Emílio de Andrade Fontes	SE	16	Jessé de Andrade Fontes	Português, História Geral
11 - Eustáquio de Araújo Souza	DF	19	Antônio Eustáquio de Souza	Português, Francês, Álgebra
12 - Francisco Leite Netto	SE	18	A. César Leite	Álgebra, Geometria
13 - João Carlos Borges	SE	16	Manoel Carlos Borges	Português,
14 - João de Oliveira Leite	BA	16	Anísio Ferreira Leite	Português, Francês, História Geral (reprovou), Aritmética (reprovou)
15 - João Dionízio Soares	SE	14	José Dionízio Soares	Português, Francês, Aritmética
16 - João Fernandes de Britto	SE	16	João Fernandes de Souza Britto	Francês
17 - Joel Almeida	SE	15	Alcebíades Almeida	Francês
18 - Jorge Campos Maynard	SE	16	João Maynard	Latim
19 - José de Faro Menezes	SE	13	Francisco Telles de Menezes	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
20 - José de Menezes Firpo	SE	16	João Firpo	Inglês, Física e Química
21 - José Maria de Oliveira Fontes	SE	17	Fiel Martins Fontes	Física e Química
22 - L. Cruz	SE	16	Manoel Cruz	História Geral
23 - Manoel Duarte de Oliveira Júnior	BA	30	Manoel Duarte de Oliveira	Francês, Geometria (reprovou)
24 - Manoel José Leal	BA	40	S. José Leal	Geografia G., C. do Brasil e N. de Cosmografia
25 - Olavo Ferreira Leite	BA	16	Leonardo Gomes de Carvalho Leite	Inglês (reprovou)
26 - Oswaldo Vaz Vieira dos Santos	BA	16	Manoel Vaz Vieira dos Santos	Latim, Física e Química, Geometria (reprovou)

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1927:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1º	Benedicto Alves de Oliveira	Francês	Reprovou
2º	Carlos Firpo	Inglês	7
3º	Deocleciano Rocha Filho	Física e Química	Reprovou
4º	Emílio de Andrade Fontes	Francês	Reprovou
5º	Fausto Oliveira	História Universal	6
6º	Flávio da Rosa Mello	Filosofia	7
		Latim	7
7º	João Carlos Borges	Física e Química	Reprovou
8º	João de Oliveira Leite	História Natural	4
		Aritmética	Reprovou
		Física e Química	Reprovou
9º	João Fernandes de Britto	Álgebra	Reprovou

10º	Júlia Leão Mendonça	História do Brasil	4
		História Universal	4
11º	Levindo Cruz	História Natural	4

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1928:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1º	Abdias Ezequiel de Menezes	Português	5
		Aritmética	5
		Francês	Reprovou
2º	Aldemar Hora Britto	Aritmética	4
3º	A Negrito de Barros	Aritmética	Reprovou
4º	Antônio de Freitas Cavalcante	Inglês	6
5º	Antônio de Mello Sampaio	Aritmética	Reprovou
6º	Aristóteles Vianna da Silva	História Natural	5
7º	Arivaldo Garcia da Costa Barros	Aritmética	Reprovou
8º	Armando Domingues Silva	Aritmética	6
		Francês	8
		Latim	10
9º	Arnaldo Rollemberg Garcez	Francês	4
10º	Ary Andrade Prata	Aritmética	Reprovou
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
11º	Áureo Hora Britto	Aritmética	5
12º	Ednaldo Fontes	Aritmética	Reprovou
13º	Edgar Fontes	Aritmética	4
14º	Fausto Lopes de Azevedo	Aritmética	Reprovou
15º	Fausto Oliveira	Geometria	7
16º	Fausto Soares de Andrade	Aritmética	Reprovou
17º	Germano Valença Monteiro	Português	4
		Francês	4
		Aritmética	5
18º	Helvécio de Azevedo	Português	4
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
19º	Heráclito Diniz Gonçalves	Português	5
		Inglês	6
20º	Hildo Cardoso Daltro	Aritmética	Reprovou
21º	Homero Diniz Gonçalves	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
22º	Horário Dantas Góes	Aritmética	Reprovou
23º	Joaniano Carvalho Netto	Aritmética	Reprovou
24º	João Carlos Borges	Inglês	4
25º	João F. de Moraes	Português	4
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
26º	João Fernandes de Britto	Inglês	Reprovou
27º	João Maria Cabral Tavares	Português	6
		Francês	Reprovou
28º	João Marques Guimarães	Física e Química	7
29º	João Valença Leite	Aritmética	Reprovou
30º	Joel Macieira Aguiar	História Universal	7
31º	José Britto da Silveira	Aritmética	5

32°	José de Faro Menezes	Inglês	6
		Geometria	7
33°	José Maia Filho	Aritmética	Reprovou
34°	José P. Corrêa	Aritmética	Reprovou
35°	Lauro de Britto Porto	Português	5
		Francês	5
36°	Levindo Cruz	Aritmética	4
		Física e Química	6
37°	Lindauro Celestino da Cunha	Aritmética	Reprovou
38°	Luciano Lacerda Silveira	Aritmética	Reprovou
39°	Luiz A. Aguiar Mello	Aritmética	Reprovou
40°	Luiz Macedo Cavalcante	Geometria	5
41°	Marcolino Ezequiel de Menezes	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
42°	Murillo Carneiro Santos	Inglês	6
		História do Brasil	5
		História Universal	5
43°	Nivaldo Prado Fontes	Aritmética	4
44°	Normando Freire do Prado	Aritmética	Reprovou
		Física e Química	5
45°	Oswaldo Souza Britto	Aritmética	7
46°	Peres Wynne Pires	Aritmética	Reprovou
47°	Roque Mendes da Silva	Aritmética	Reprovou
48°	Sósthenees Soares de Resende	Aritmética	Reprovou
49°	Wilson Freire do Prado	Aritmética	Reprovou
50°	Peres Wynne Pires	Aritmética	Reprovou

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1929:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1°	A. Negrito de Barros	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
2°	Abdias Ezequiel de Menezes	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	4
3°	Acrísio Cruz	Inglês	5
		História Natural	5
		Latim	7
4°	Aldemar Hora Britto	Álgebra	Reprovou
5°	Antônio Dantas Prado	Geometria	7
6°	Aristóteles Vianna da Silva	Álgebra	Reprovou
		Aritmética	4
7°	Armando Domingues Silva	Álgebra	Reprovou
8°	Ary Andrade Prata	Português	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		História do Brasil	Reprovou
9°	Áureo Hora Britto	Português	Reprovou
		Álgebra	Reprovou
10°	Benedicto Alves de Oliveira	História do Brasil	5
		Álgebra	Reprovou
11°	Edgard Fontes	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Português	Reprovou

12°	Fausto Lopes de Azevedo	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
13°	Fausto Soares de Andrade	Português	4
14°	Guilherme Bernardo do Nascimento	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
		Aritmética	Reprovou
		Português	4,50
15°	Heráclito Diniz Gonçalves	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5,50
16°	Hernane Mesquita Prata	Cosmografia	6,50
		História Universal	8
		Inglês	6,50
17°	Homero Diniz Gonçalves	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	Reprovou
18°	João Maria Cabral Tavares	Francês	5
19°	João Marques Guimarães	Geometria	4
		Álgebra	5
20°	João Valença Leite	Português	5
21°	José de Faro Telles	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
		História do Brasil	Reprovou
22°	José Maia Filho	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
		Aritmética	Reprovou
		Português	4
23°	Joviniano Carvalho Netto	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		História do Brasil	4
24°	Luciano Lacerda Silveira	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	Reprovou
25°	Luiz A. Aguiar de Mello	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	4,50
		Aritmética	Reprovou
26°	Marcolino Ezequiel de Menezes	Português	4
		Aritmética	5
		Francês	6
27°	Nivaldo Prado Fontes	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	5
		Álgebra	5
		História do Brasil	Reprovou
28°	Octávio Mazzoni Andrade	Francês	7
		História Universal	7,5
		Inglês	7
29°	Orlando L. Andrade	Português	5
		História do Brasil	8

30º	Peres Wynne Pires	Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	4
		Aritmética	Reprovou
		História do Brasil	Reprovou
31º	Sósthenees Soares de Resende	História do Brasil	5

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1930:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1º	Antônio de Mello Sampaio	Inglês	4
		Álgebra	Reprovou
2º	Ary Andrade Prata	Português	4
		Aritmética	7
3º	Áureo Hora Britto	Álgebra	7
4º	Benedicto Alves de Oliveira	Inglês	4
		Geometria	4
5º	Edgard Fontes	Português	4
		Latim	Reprovou
6º	Fausto Lopes de Azevedo	Aritmética	6
7º	Fausto Soares de Andrade	Inglês	4
8º	Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro	História Universal	5
		História do Brasil	5
9º	Gonçalo Andrade Santos	Latim	7
10º	Helvécio de Azevedo	Geometria	7
		Álgebra	4
11º	Hernane Mesquita Prata	Geometria	6
		Álgebra	7
12º	Homero Diniz Gonçalves	Português	Reprovou
		História Universal	Reprovou
		Álgebra	5
13º	Humberto Sobral	Álgebra	5
		Geometria	6
14º	João Pires Wynne	Álgebra	5
		Geometria	6
15º	João Valença Leite	Inglês	4
		Álgebra	4
16º	Joaquim Maurício Cardoso Filho	Latim	6
		História Universal	5
17º	José de Faro Telles	Álgebra	Reprovou
18º	José Maia Filho	Inglês	5
19º	José Maria P. Corrêa	Português	Reprovou
20º	Joviniano Carvalho Netto	Inglês	6
		História Universal	5
21º	Lauro de Britto Porto	Latim	6
22º	Marcolino Ezequiel de Menezes	Inglês	5
23º	Nivaldo Prado Fontes	Português	Reprovou
		Geometria	6
		Inglês	4
24º	Olavo Ferreira Leite	Inglês	7
		Geometria	6
25º	Orlando C. Andrade	Inglês	6
		Latim	6
26º	Wilson Freire do Prado	Física e Química	4

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1931:

Ord.	Nome	Exame(s) prestado(s)	Nota
1º	Alberto Bragança de Azevedo	Português	10
		Física e Química	9
		Francês	10
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	8
		História do Brasil	9
		História Natural	9
		História Universal	10
2º	Antônio de Mello Sampaio	Álgebra	7
		Latim	4
3º	Ary Andrade Prata	Álgebra	8
		História Universal	4
		Latim	4
4º	Aureliano Luiz Bettanio	Francês	9
		Física e Química	8
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	7
		História do Brasil	7
		História Natural	9
		História Universal	9
		Latim	7
5º	Áureo Hora Britto	Latim	6
6º	Benjamin de Aguiar Machado	Álgebra	5
		Inglês	5
7º	Edgard Fontes	Latim	5
8º	Erotides Ferreira de Carvalho	História do Brasil	5
		História Universal	5
9º	Homero Diniz Gonçalves	Latim	5
		Física e Química	4
		História Natural	5
		História Universal	4
10º	João Maria Cabral Tavares	Cosmografia	5
		Física e Química	5
		História do Brasil	6
		História Universal	5
		Latim	4
11º	Joaquim Maurício Cardoso Filho	Francês	5
		Aritmética	5
		História do Brasil	5
12º	José Maia Filho	Álgebra	7
		História Universal	5
		Latim	4
13º	José Maria P. Corrêa	Português	6
		História Universal	5
		Inglês	4
14º	Joviniano Carvalho Netto	Latim	5
15º	Lourival Fonseca	Latim	6
		História do Brasil	7
16º	Luciano Lacerda Silveira e Souza	Português	5
		Aritmética	5
17º	Luiz Sebastião de Andrade Prata	Português	7
		Aritmética	5

		Latim	5
		História do Brasil	6
18º	Maria da Glória C. Leite	História do Brasil	7
		História Universal	5
19º	Nivaldo Prado Fontes	Português	5
		Latim	4
20º	Roque Mendes da Silva	Aritmética	7
21º	Waldemar Vieira Dantas	Português	7
		Francês	7
		Inglês	6

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1932:

Ord.	Nome	Exames prestados	Nota
1º	Otton Vieira Leite	Português	6,18
		História do Brasil	7
		História Universal	6,50

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1933:

Ord.	Nome	Exames prestados	Nota
1º	Alexandre de Faro Sobral	Inglês	7
		História do Brasil	7
		História Universal	7
2º	Antônio Carlos do Nascimento Júnior	Física e Química	4,11
		Cosmografia	6
		História do Brasil	7
		História Natural	5,77
		Inglês	4,5

Lista de inscritos nos exames de segunda época, março de 1934:

Ord.	Nome	Exames prestados	Nota
1º	Agenor Alves de Santana	Álgebra	4
		Aritmética	4
		Geometria e Trigonometria	4,5
		História do Brasil	5
		Português	6
2º	Agripino Fontes Vianna	Desenho	6
		Física e Química	5
		Francês	4
		Geometria e Trigonometria	5
		História Natural	5,5
		História Universal	5
		Inglês	4,5
		Latim	5,5
3º	Bethoven Marques da Silva	Desenho	6
		Latim	6,5
4º	Francisco Mesquita Silveira	Desenho	5
		Álgebra	4,5
		Física e Química	5,5
		Geometria e Trigonometria	5,5

		História Natural	5
		Latim	6
5º	João Pires de Mendonça	História Natural	5,5
		Física e Química	5,5
		História Universal	5
		Latim	5,5
6º	Ramalho do Nascimento	Desenho	6
		Álgebra	5
		Física e Química	5,5
		Francês	4,5
		Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	6
		Geometria e Trigonometria	5
		História do Brasil	5
		História Natural	6
		História Universal	4
		Inglês	4,5
		Latim	6,5
		Português	7